REVISTA DO PATRIMÔNIO

Histórico e Artístico Nacional

Nº 21/1986

Mitos Indígenas Inéditos na obra de Curt Nimuendaju



Presidente da República Federativa do Brasil
JOSÉ SARNEY

Ministro da Cultura
CELSO FURTADO

Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória
JOAQUIM DE ARRUDA FALCÃO

P
709.81
R454
ex 3

REVISTA DO PATRIMÔNIO

Nº 21/1986

A Revista do Patrimônio *aparece como instrumento de convergência da informação mais elaborada sobre a ação preservadora dos acervos culturais. É, ao mesmo tempo, testemunho de consciência e de desempenho, oferecendo a leitura detalhada do universo conceitual do patrimônio e das lutas empreendidas em favor de seu conhecimento e proteção, assim como das realidades que, pelo mundo afora, se multiplicam sobre o legado da História.*

Para ser essa síntese abrangente do trabalho patrimonial, nasceu juntamente com a SPHAN, há quase cinqüenta anos, tempo registrado nas páginas da Revista em todas as fases e perspectivas que o enredam.

A linha evolutiva do Patrimônio o conduz à apurada definição político-institucional e programática, no quadro do Ministério da Cultura – conquista do compromisso renovador do Presidente Tancredo Neves implantada com lúcida determinação pelo Presidente José Sarney. Acentua-se, na atualidade, o singular significado da publicação, pois deve a Revista dimensionar, com nitidez, as vertentes que assinalam pensamento e ação patrimoniais nesta etapa de transformações desde muito sonhadas.

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é sistema que conjunga, no âmbito do Ministério da Cultura, as contribuições multifacetadas da Fundação Casa de Rui Barbosa e, especialmente, da Fundação Nacional Pró-Memória, pela qual se transplantam para a vida do País os programas da SPHAN.

O aprimoramento a que nos submetemos, com a colaboração generosa e solidária de todos os que atuam no sistema coordenado pela SPHAN, qualifica-nos para decisiva atuação na superfície democrática do Brasil. A restauração dos princípios republicanos e federativos, que regem o Governo do Presidente José Sarney e balizam o itinerário da sociedade nacional, implica parceria verdadeiramente consciente da pluralidade temática e operacional de que se constitui a tarefa preservacionista.

Temos muitos objetivos, todos integrados no espaço sem limite da cultura brasileira. Somos, no Patrimônio, o ato de cooperação permanente, no sentido de soma às contribuições que emergem, com espontaneidade e inarredável convicção, de uma sociedade certa de que, sem definir seu processo histórico, estará impedida de avançar no tempo.

A Revista do Patrimônio *se abre a todos os que desejarem ampliar o debate e enfatizar o compromisso comum de defesa da cultura brasileira como fator de valorização de nosso potencial criador e de nossa evolução enquanto obra da História.*

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Secretário da SPHAN

REVISTA DO PATRIMÔNIO

Histórico e Artístico Nacional

Nº 21/1986

A *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* é uma publicação da Fundação Nacional Pró-Memória, vinculada à Secretaria do Patrimônio e Artístico Nacional (SPHAN), Ministério da Cultura.

Conselho Editorial: Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Augusto Carlos da Silva Telles, Fernando Moreira Salles, Joaquim de Arruda Falcão e José Mindlin.

Núcleo de Editoração
Coordenação: João de Souza Leite

Redação: Julio Bandeira (editor), Regina Clara Simões Lopes (secretária executiva), Victor Burton (editor de arte), Gustavo Meyer (produtor gráfico) e Paulo Cesar de Azevedo (pesquisador iconográfico).

Colaborações: José Laurênio de Melo (consultoria de texto), Benício Neiva de Medeiros (texto), Sylvio Clemente da Motta e José Bernardino Cotta de Magalhães Vieira (revisão), Eduardo Mello (fotos), Guilherme Sarmento (arte-final), Susana Barros Coelho (arte), Oswaldo Ulhoa (produção), Regina Clara Simões Lopes, Susana Vargas, Tizziana Giorgini e Luz Delgado Gardel (traduções).

Administração: Altair V. Ribeiro.

Composição: Alpha Publicidade e Letra Composições Tipográficas Ltda.

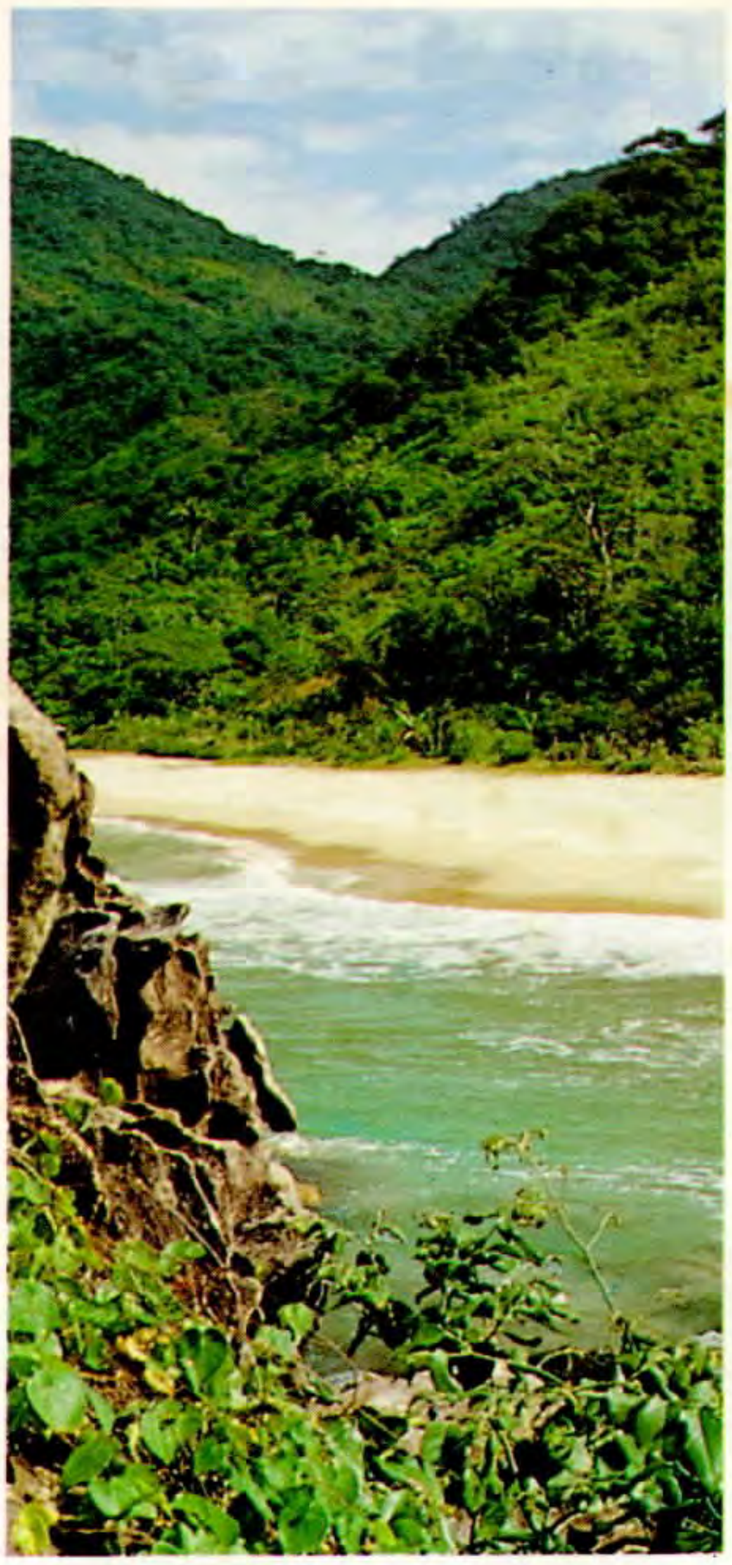
Fotolitos: Reprolito (preto e branco) e Reprocolor (cor).

Impressão: Imprinta.

Redação, Administração e Correspondência: Rua da Imprensa, nº 16/6º andar, Rio de Janeiro, Brasil. CEP 20.030 - Tels.: (021) 220-1540 e 220-2990.

Agradecemos o apoio de Ricardo Cioglia e Magno Vilela.

Os artigos publicados na *Revista do Patrimônio* são autorais, não refletindo necessariamente a posição da SPHAN ou da Fundação Nacional Pró-Memória.



FATO

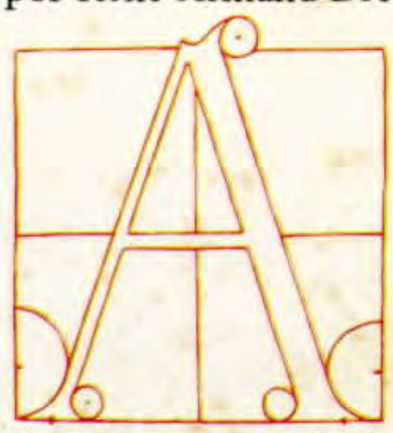
O tombamento da serra do Mar no Estado de São Paulo,
por Aziz Nacib Ab'Sáber. 7

Patrimônio natural e estatuto de tombamento,
por José Pedro de Oliveira Costa. 21

TEMAS

1. POR UMA POLÍTICA BRASILEIRA DE ARQUIVOS

Ao arquivo, com carinho,
por René Armand Dreifuss. 27



Uma proposta radical de trabalho,
por Celina Moreira Franco. 33

Instituições arquivísticas: estrutura e organização, a situação dos arquivos estaduais,
por José Maria Jardim. 39

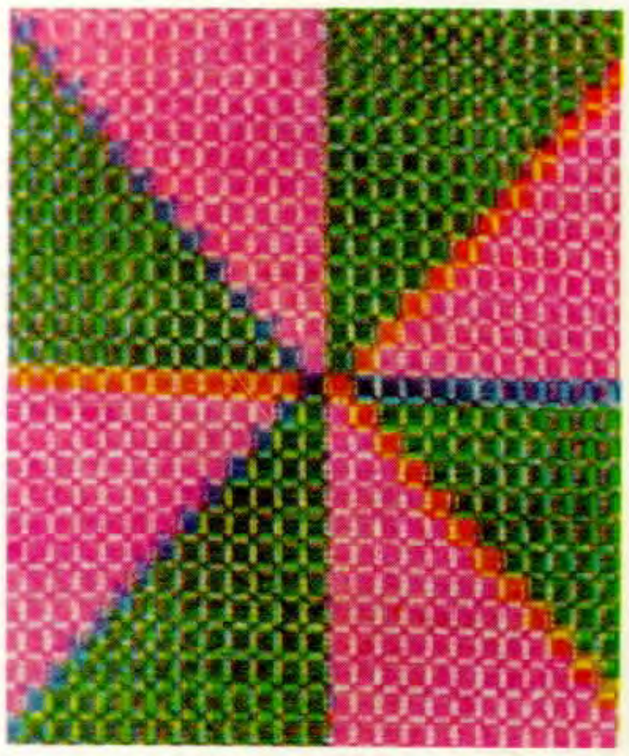
A memória nacional aprisionada,
por Marco Aurélio Garcia. 43

O programa nacional de preservação da documentação histórica,
por Gilson Antunes, Marcus Vinicius Toledo Ribeiro e Sydney Solis. 45

2. IDENTIDADE DOS BAIRROS E EXPANSÃO URBANA

A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidade culturais,
por Gilberto Velho. 49

Preservação e desenvolvimento, as duas faces de uma moeda urbana,
por Lucia Helena Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho, Alice Amaral dos Reis e Maria Lúcia Neves. 51



PESQUISA

Tecelagem manual no Triângulo Mineiro,
por Xavier Maureau. 56





PROJETO

A cidade latino-americana: a vigência dos centros históricos,
por Jorge Hardoy. *129*

Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda,
por Vera Bosi. *134*

DOCUMENTO

Curt Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados,
introdução de Eduardo Batalha Viveiros de Castro. *64*

IDÉIAS

O paradigma estético (a sociologia como arte),
por Michel Maffesoli. *113*

A Universidade e a cultura brasileira,
por Hélio Jaguaribe. *118*

A arte mimética,
por Mario Perniola *124*

ENSAIOS

Projeto Central Bahia: os zoomorfos da serra Azul e da serra de Santo Inácio,
por Maria Conceição Beltrão e Tânia Andrade Lima. *147*

Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba,
por Antônio Luiz Dias de Andrade. *158*

A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Branca,
por Maria Bernadete Capinam e Orlando Ribeiro. *165*

Iconografia paulista: a cidade de São Paulo antes da fotografia.
por João Moreira Garcez Filho. *172*

Resumos *178*

Cartas *186*



O Tombamento da Serra do Mar

O tombamento da serra do Mar em São Paulo foi uma realização notável no universo da preservação do patrimônio natural brasileiro. Para discuti-lo em profundidade, a *Revista do Patrimônio* convidou duas pessoas que participaram em momentos diferentes do processo: Aziz Ab'Sáber, geógrafo, que deu início aos trabalhos, e José Pedro de Oliveira Costa, arquiteto com especialização em planejamento ambiental, que atuou no final da operação. Partindo de um consenso, o tombamento, os dois têm abordagens históricas diversas, com critérios divergentes, mostrando o quão fértil é a matéria, fornecendo subsídios para um assunto que chega tardiamente em pauta: a preservação do patrimônio natural brasileiro.

Praia do Cachadaço, no litoral do Parque Nacional da serra da Bocaina, Serra do Mar, Estado do Rio de Janeiro, no encontro da serra com o mar, a justificativa do seu nome.



Luiz Claudio Marigo

O Tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo

*Aziz Ab'Sáber**

Nada mais digno de ser inscrito no livro dos patrimônios naturais básicos de um país do que os espaços de suas paisagens de exceção. Seus tecidos ecológicos mais delicados e representativos. Os remanescentes mais significativos de seus ecossistemas continentais ou marinhos. A rigor, tudo aquilo que escapa da banalidade topográfica e paisagística, sublinhado por um tipo qualquer de excepcionalidade ecológica e biótica, mereceria, desde o início, uma proteção legal, por uma modalidade qualquer de disposição estatutária. Para tanto, a imaginação preservacionista foi muito fértil, desdobrando a tipologia dos instrumentos de proteção da natureza: parques nacionais, parques estaduais, parques municipais, reservas florestais, reservas biológicas, estações ecológicas, santuários e áreas de preservação da vida silvestre. Para não falar das reservas indígenas, que se constituem em um tipo de espaço natural e antropológico, defendido pela própria Constituição.

Alguns estatutos legais para preservação, existentes entre nós, são excelentes para conciliar proteção com uma certa visitação turística e cultural: os parques estaduais e os parques nacionais. Outros facilitam a visitação de pesquisadores científicos, mas impedem a atuação de um turismo de algum porte: as reservas florestais, as reservas biológicas e as estações ecológicas. Entre eles, as reservas biológicas e os santuários para preservação da vida silvestre têm limitações ainda mais drásticas. Existem modismos, de introdução recente, que protegem muito pouco ou quase nada, como é o caso das controvertidas áreas de preservação ambiental. Na metade norte do país existem condições adequadas para o estabelecimento de verdadeiras reservas de biosfera, suscetíveis de receber um tratamento regional metódico e polivalente, dentro das idéias de ponta que vêm norteando a organização e a filosofia para tais tipos de grandes espaços naturais.

Em alguns raros casos, aplicáveis sobretudo a áreas de alta especificidade e funções bióticas e bioclimáticas, acopladas com interesse social indireto, aplica-se um estatuto, que, independentemente das leis da propriedade privada e sem a exigência obrigatória de qualquer processo de desapropriação, pode ter força para congelar o uso de um determinado espaço físico e ecológico. Não se trata de tombar todos os espaços que já estejam sob a ação de uma ou outra modalidade de preservação legal. Tombar grandes espaços, situados em áreas distantes, de gerenciamento problemático, é tão inútil quanto estabelecer novos parques no papel, sem se tomar as medidas e procedimentos indispensáveis ao seu funcionamento, por meio de um correto plano de manejo, fiscalização e implantação. Paradoxalmente, os espaços mais indicados para um tombamento situam-se próximos de áreas altamente humanizadas, sujeitas a uma forte e irrefreável pressão da especulação imobiliária. Há que possuir, obrigatoriamente, um conjunto de infra-estruturas instaladas e potencialmente ágeis, a nível regional estadual, para garantir a preservação plena ou zoneada, definida nos tombamentos de áreas naturais. Não é por outra razão que a fachada atlântica de São Paulo, em setores não muito distantes da grande metrópole paulistana, tenha sido pioneira nos esforços para o tombamento de alguns patrimônios naturais básicos: serra do Mar, Juréia, Japi, Pedra Grande, Cantareira, Jaraguá, Boturuna e cabeceiras do Tietê. É fácil entender que para a proteção integrada da Natureza nas cabeceiras do rio Juruá ou do Purus, nos confins da Amazônia Ocidental, no Estado do Acre, seria necessário invocar outro tipo de estatuto preservacionista do que o rígido e, no caso, totalmente inadequado tombamento. A mesma coisa se pode dizer da árca do pico da Neblina ou do monte Roraima, ou ainda, do conjunto da serra dos Carajás.



Luiz Claudio Marigo

Rhamphastos dicolorus, *tucano-do-bico-verde; na serra do Mar, um refúgio de fauna e flora preservado.*

O roteiro da decisão

O tombamento de um patrimônio natural exige qualificações muito especiais, em termos de coleta de conhecimentos, organização de estratégias e diretrizes, e ações culturais abertas. Sem nunca desprezar o apoio jurídico relativo às leis dos patrimônios cultural e natural. E uma correta avaliação da atmosfera administrativa e outros envolvimentos políticos. Em qualquer hipóte-

(*) Aziz Nacib Ab'Sáber, geógrafo, professor titular de Geografia da Universidade de São Paulo, foi vice-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e presidiu o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), do governo de São Paulo.

Litoral norte de São Paulo, com parte da ilha de São Sebastião embaixo no centro.

CNPQ / Instituto de Pesquisas Espaciais / Landsat / 14 set 78

A serra do Mar atravessa fronteiras estaduais em duas imagens de satélite, as regiões de cobertura florestal mais densa aparecem em vermelho-escuro.



Estado do Paraná, com Curitiba no alto à esquerda. Os estudos indicam a necessidade de preservar a serra do Mar em toda a sua extensão.

CNPQ / Instituto de Pesquisas Espaciais / Landsat / 19 jul 78



Clayton Lino

a) Picos da Ilhabela na ilha de São Sebastião: a serra do Mar chega ao pélago.



Hélio Ogawa

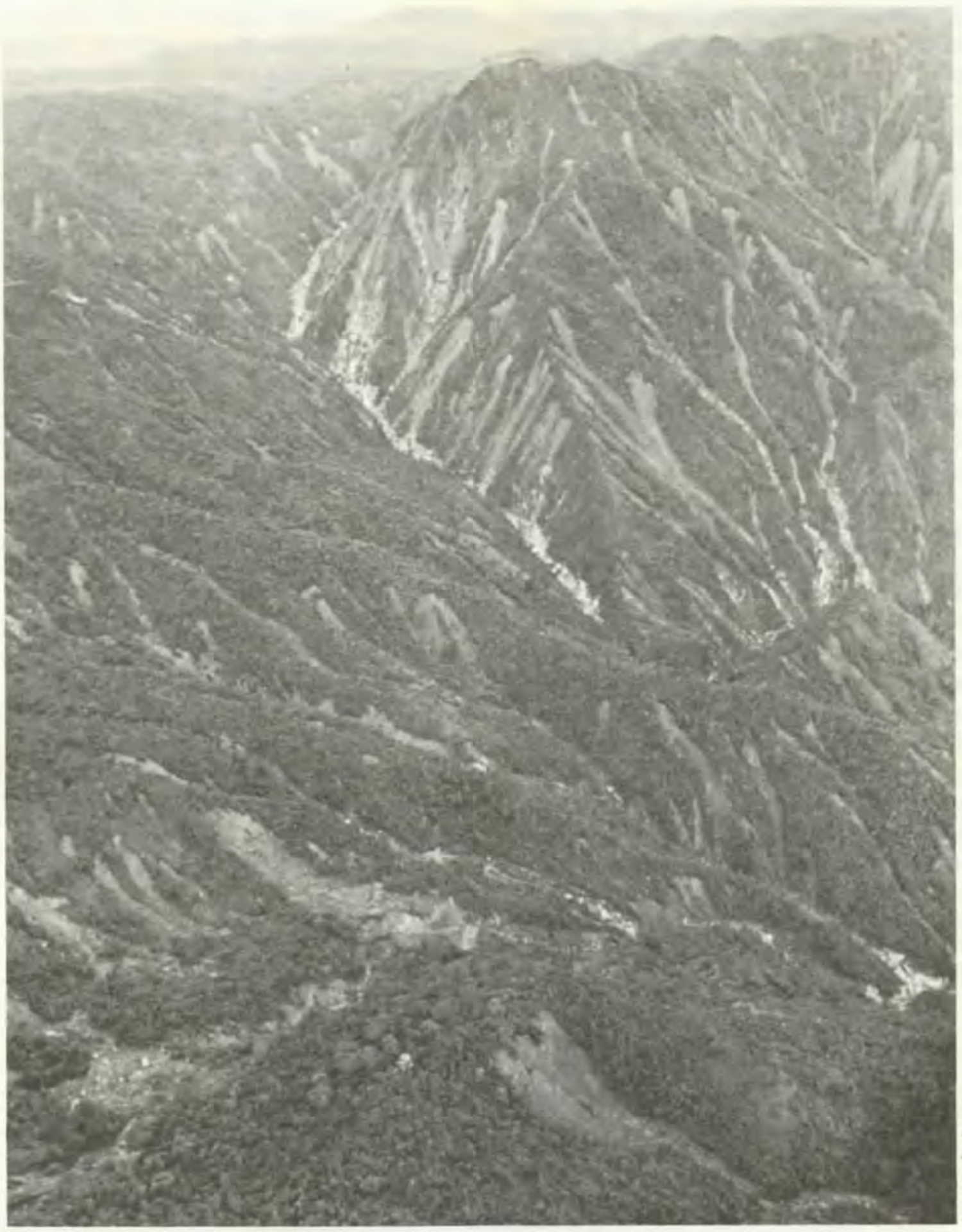
b) Picos dos Itatins em Iguape, a permanência do patrimônio natural no sul do Estado de São Paulo.

se, porém, exige qualificações que pairam muito acima de simples atos de vaidade pessoal, ou de meras tiradas demagógicas de eventuais e passageiros responsáveis pela administração pública.

A tomada de decisão para o tombamento é, antes de tudo, um ato de discernimento cultural, que procura atender às reclamações de muitas vozes e de muitas gerações. Como tal, é um ato de inteligência e de coragem coletiva. Trata-se de uma estratégia *trans*-ideológica, destinada a ter permanência e validade histórica. Em qualquer caso, a garantia de sua implantação dependerá do nível de tratamento dado ao objeto de preservação, reconhecido por toda uma geração de intelectuais, cientistas e líderes culturais. E por todos aqueles que opinaram na abordagem dos diferentes ângulos envolvidos nas querelas sobre o espaço a ser protegido por força de lei.

Não são os governos que tomam a iniciativa do tombamento. As solicitações quase sempre partem de cidadãos esclarecidos. Ou de grupos comunitários. Ou, ainda, de estudiosos sensibilizados pela idéia de proteger o patrimônio da Sociedade e da Nação, de um modo inteiramente idealista e desinteressado. Em contraposição às eternas expectativas de lucros dos especuladores de todos os naipes.

O reconhecimento da excepcionalidade e da aplicabilidade do estatuto do tombamento – em cotejo com outros instrumentos de preservação – dependerá sempre do consenso obtido pelo aconselhamento responsável das comunidades científicas, técnicas e culturais. Nada feito, se a linguagem dos técnicos e dos cientistas não tiver suficiente força e abrangência para sensibilizar intelectuais, ambientalistas, governos e público em geral.



Arquivo do Autor

Serra de Paranapiacaba, Cubatão: a poluição aérea asfixiante sobe a serra provocando em 20 anos um processo crônico de avalanchas.

Afora as grandes lutas pela sobrevivência, baseadas na conquista de empregos e melhores salários, nunca houve no Brasil um código de linguagem mais polivalente e sensível do que aquele que norteou as campanhas públicas pela defesa da Natureza; dos fluxos vivos da Natureza e da qualidade ambiental, nas áreas residenciais e redutos de trabalho. Ao governo cabe, sobretudo, ter abertura cultural e acuidade política para captar o volume das razões e argumentos que decidiram homens de bom senso – representados por conselheiros culturais independentes – a tomar as providências legais necessárias para ultimar a decisão política e jurídica do tombamento.

O apelo ao recurso do tombamento somente é aplicável a uma área ou gleba que, por razões paisagísticas, ecológicas, hídricas ou ambientais, seja reconhecidamente uma área necessitada de proteção integral. Estão nesse caso, certamente: uma grande escarpa tropical florestada, do tipo da "serra do Mar", no Brasil de sudeste; uma páleo-ilha, engastada no litoral, comportando diferentes ecossistemas florestais e relictos arcaicos de campos de cimeira (Juréia); um agrupamento monumental de "pães de açúcar", situado em qualquer ponto do Brasil tropical atlântico (Rio de Janeiro, Espírito Santo, nordeste de Minas Gerais); um maciço serrano envolvente de uma grande aglomeração urbana, dotado de frágeis ecossistemas e grande valor de referência paisagística (Cantareira, Itapeti, Japi, Boturuna, Gávea, Gericinó); uma serrania dotada de um *château d'eau*, com mananciais prioritários pelo seu grande interesse social (Mantiqueira, Bocaina, serra de Caldas); um conjunto de grutas calcárias, sumidouros, e depressões fechadas, com lagos sujeitos a drenagens de controle subterrâneo, incluindo eventuais sítios pré-históricos e jazigos paleontológicos (região cárstica de Confins–Lagoa Santa, ao norte de Belo Horizonte, noroeste de Minas, Piauí, Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul). Áreas de topografia ruiniforme espetaculares, que carecem de proteção múltipla, até mesmo em relação à visita-

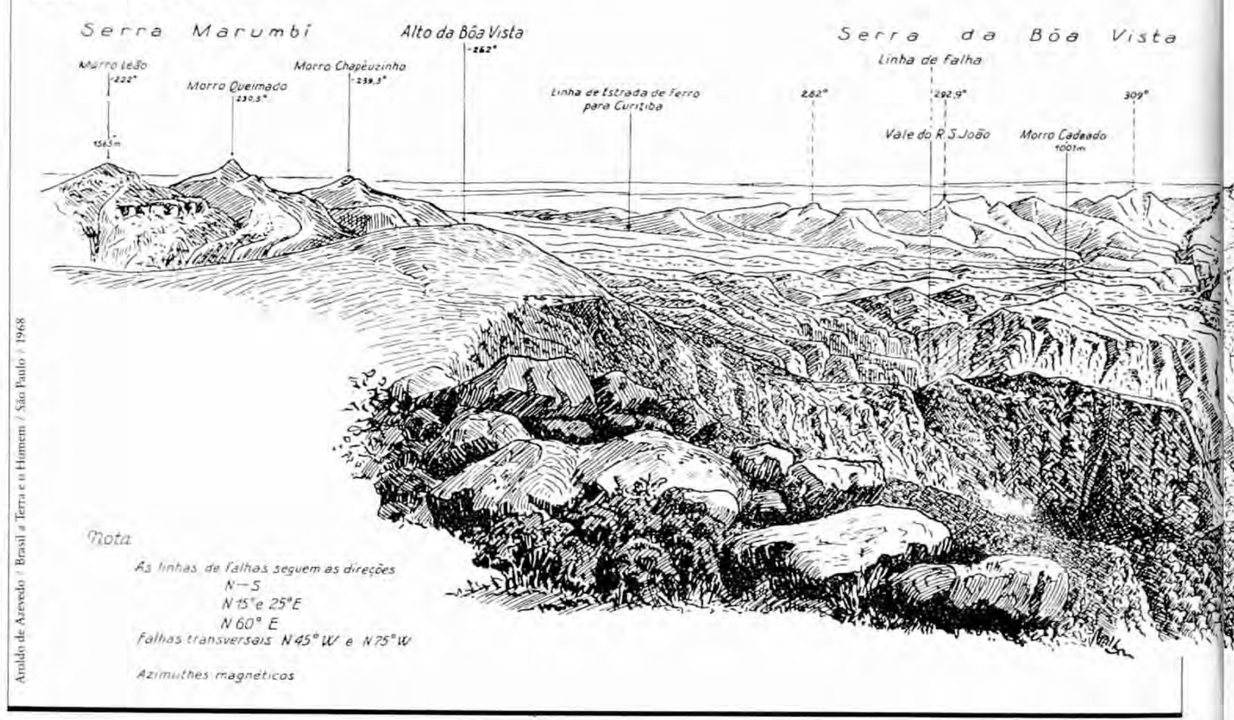
ção predatória, à bizonhice dos técnicos oficiais, e dos comerciantes de bugigangas, incultos e insensíveis (Vila Velha, Sete Cidades de Piracuruca, Torres do Rio Bonito, Guaritas do sudeste rio-grandense, chapada dos Guimarães, vale do São Francisco). Enfim, espaços de diferentes ordens de grandeza. Inseridos em diferentes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Dotados de diferentes feições paisagísticas locais, e envolvidas e interpenetradas por diferentes ecossistemas (geossistemas e geotopos). E submetidas a diferentes graus de vulnerabilidade por processos erosivos e ações antrópicas.

Para fins de tombamento de áreas naturais, preferimos nos fixar em alguns casos genéricos, que envolvem critérios bem definidos de reconhecimento da importância dos patrimônios considerados. Independentemente da ordem de grandeza espacial e do nível de dificuldade para a delimitação correta do bem considerado. 1. Preservação por tombamento de áreas de criticidade múltipla, em que haja interesse em uma proteção integrada dos tecidos ecológicos regionais (caso da serra do Mar, em São Paulo; serra de Caldas, no sul de Goiás). 2. Tombamento de áreas ou setores de regiões, pelo princípio da distinção entre paisagens reconhecidamente banais e paisagens reconhecidamente de exceção (morros testemunhos, topografias ruiniformes, inseridas em domínios naturais definidos por condições primárias e não sujeitos à visitação turística de massas; altos picos rochosos do tipo dos "pães de açúcar", *inselbergs*, "dedos de Deus", pedras-tortas, campos de matacões não depredados, *canyons* e furnas, assembléias de feições cársticas bem preservadas, cavernas e lapas, sumidouros e depressões cársticas, lagos de dolinas, lajedos dotados de minienclaves relictos, ilhas continentais com vegetação bem conservada e *stocks* biológicos representativos, ecossistemas costeiros de proteção obrigatória. 3. Preservação de remanescentes primários de áreas topograficamente banais, porém ecológica e bioticamente críticas, a nível de banco de germoplasmas e amostras intocáveis de ecossistemas primários, em vias de extinção. 4. Áreas de introdução ou reintrodução de espécies, consideradas de sucesso pleno, e dignas de proteção integrada ou ligeiramente zoneada (velhos hortos desativados, setores de ilhas e glebas que foram colônias penais, matas de fazendas e sítios do Estado ou de particulares, terras doadas ou revertidas ao Estado por heranças jacentes, dotadas de setores significativos de paisagens naturais, dignas de preservação em mosaico). Nesse contexto de tipologia, a serra do Mar tem a condição de uma criticidade indiscutivelmente múltipla. É geomorfologicamente crítica. É ecologicamente crítica. É crítica do ponto de vista geotécnico. Possui criticidade do ponto de vista hídrico. E é biologicamente crítica. Daí por que, em São Paulo, sempre houve absoluto consenso sobre a necessidade do tombamento da serra do Mar.

Razões da opção pelo tombamento

A excepcionalidade da serra do Mar está relacionada a um verdadeiro feixe de atributos. Os argumentos fluem desde o pólo das razões puramente científicas até o pólo das razões pragmáticas, de grande valor social.

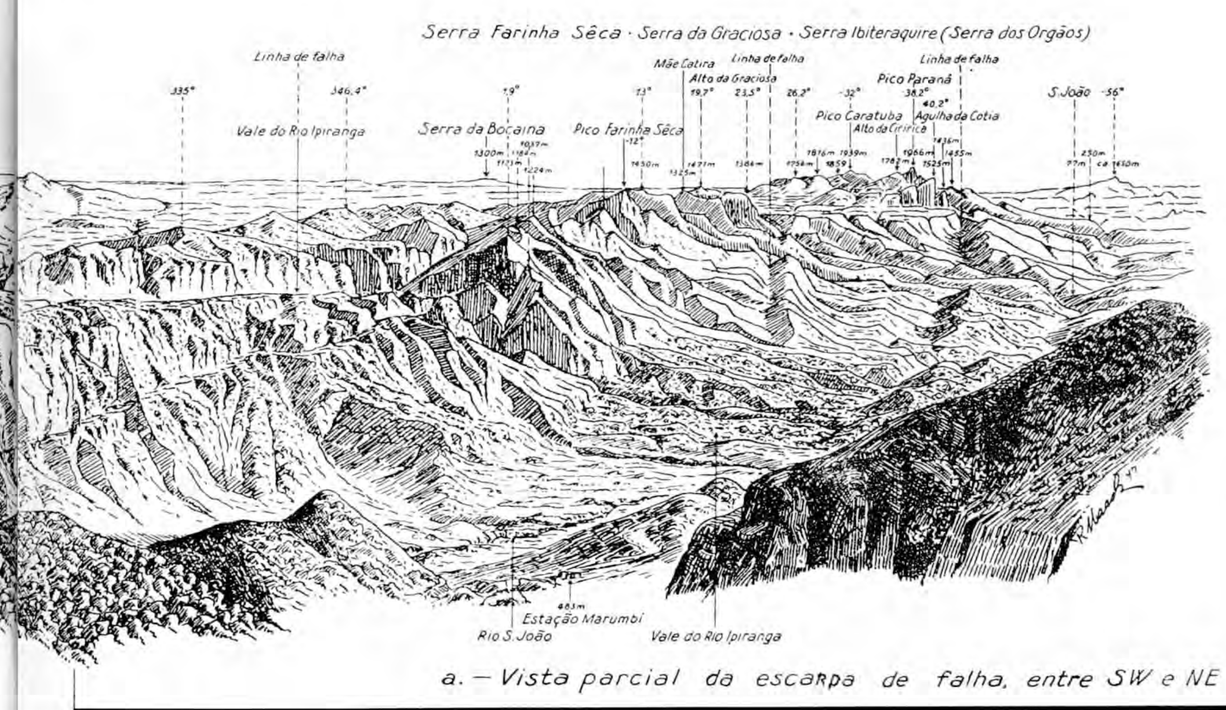
Panorama da serra do Mar no Estado do Paraná tomado do Pico do Marumbi, a 1.547m de altitude, por Reinhard Maak.



Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que a serra do Mar possui uma escala de referência planetária. É a mais importante das escarpas tropicais existente no cinturão das terras quentes e úmidas do planeta. Na categoria de grande borda assimétrica do Planalto Brasileiro, é o mais contínuo e monumental acidente geológico e geomorfológico de toda a face oriental do continente sul-americano. É, ainda, a unidade paisagística que, a despeito de estar situada no entremeio da região de maior interiorização do povoamento, e possuidora da maior e mais densa rede urbana de todo o Hemisfério Sul, apresenta uma biomassa vegetal relativamente bem preservada, mesmo que se considere a fragilidade dos ecossistemas florestais dos trópicos úmidos, desenvolvidos em terrenos de fortíssima declividade. Ainda em termo *macro*, a serra do Mar é considerada o maior banco genético remanescente da natureza tropical atlântica, em toda a face leste do Brasil, o que vale dizer em toda a vertente oriental da América do Sul.

Em contrapartida, é um espaço ecológico que não admite manipulações antrópicas diretas ou indiretas. Não possui vocação como espaço agrário. Não oferece condições para sítios urbanizáveis. Não pode servir como espaço industrial. E, acima de tudo, é dotado de tecidos ecológicos e coberturas vegetais intocáveis em relação a ações mecânicas ou químicas, as quais de imediato são capazes de deslanchar movimentos de massas de extrema periculosidade para as instalações humanas situadas no piemonte, nas baixadas e estuários, das zonas costeiras adjacentes.

A posição da serra do Mar na borda sul-oriental do grande conjunto de planaltos brasileiros, entre a fossa do médio Paraíba e o sistema de fossas da plataforma continental brasileira (bacia de Santos, bacia de Campos), lhe confere o caráter de um braço terminal, no tempo e no espaço, da grande família de falhas que se fez atuar após a fragmentação do continente afro-brasileiro pelo complexo mecanismo da tectônica de placas. Até o cretáceo inferior – há aproximadamente cem milhões de anos – ainda existia uma espécie de "supercontinente transverso", reunindo os núcleos de terrenos antigos do Brasil e da África, sujeitos a climas desérticos rústicos, até o início dos movimentos crustais e subcrustais, que determinaram sua separação e deriva. Após a separação, houve a completação da formação do Atlântico Sul, o qual passou a funcionar como fator participante na amenização gradual dos climas áridos anteriormente existentes. O nível tectônico geral do território brasileiro ainda era relativamente baixo, comportando subsidência terminal na bacia do Paraná e recorrência de sedimentação lagunar e flúvio-lacustre, por uma complexa rede de espaços interiores, enquanto um jogo de fossas tectônicas, de alta negatividade, se formava na plataforma continental (caso da bacia de Santos). O soerguimento, por basculamento, da borda do Planalto Brasileiro, fez-se acompanhar nos derradeiros reajustes do equilíbrio tectônico, dando origem às primeiras escarpas de falhas responsáveis pela criação do complexo sistema de escarpamentos da serra do Mar. Na testada das escarpas, faz-se sentir ilhas e faixas altitudinais de umidade, proveniente dos acréscimos de ar úmido de inverno, que se soma, se atrita e se alterna, com as massas de ar continentais, provocadoras de chuvas de verão.



a. — Vista parcial da escarpa de falha, entre SW e NE

Os soerguimentos assimétricos do Brasil de sudeste, responsáveis pela gênese da serra do Mar, conheceram diversas retomadas de atuação, comportamento, falhamentos escalonados, a partir dos primeiros tempos da era cenozóica (terciário). Uma longa história tectônica e fisiográfica marcou a gênese das escarpas, implicando em um complexo sistema de reentalhamento de seus sopés, até o advento das flutuações climáticas do quaternário que, por sua vez, tiveram sérias conseqüências para fazer variar o nível geral dos mares, ocasionando mudanças climáticas e ecológicas nos espaços intertropicais, hoje predominantemente úmidos.

A partir de uma superfície aplainada hoje sobrelevada a 220-230 metros, da vertente atlântica pré-serra do Mar, ocorreram sucessivos reentalhamentos com formação de diversos níveis de erosão em rampas (patamares de pedimentação), no decorrer do climaticamente instável quaternário. No entanto, até mesmo as flutuações climáticas, na direção dos climas secos – por ocasião dos grandes períodos glaciários, em que o nível geral dos oceanos esteve rebaixado de dezenas de metros em relação ao seu atual nível de referência, enquanto a corrente fria das Malvinas teve forças para subir até latitudes subequatoriais – tiveram capacidade para eliminar o reduto das florestas acantonadas nas faixas úmidas da testada média superior da serra do Mar. Por alguns milhões de anos, as escarpas da serra do Mar asilaram florestas, ora mais extensas e contínuas, ora mais restritas e localizadas, refugiadas nas áreas capazes de captar umidade, a maior parte do ano. Um dos períodos mais estudados da retração das florestas brasileiras foi aquele ocorrido entre 13.000 e 30.000 anos A.P. (antes do presente), por ocasião dos momentos terminais do quaternário antigo, na época glaciária conhecida como Würm-Wisconsin Superior (pleistoceno terminal).

Trata-se de uma cadeia complexa e realmente espetacular de fatos paleoclimáticos, paleoecológicos e paisagísticos: em função da intensidade da glaciação, a temperatura média global caiu muito, afetando todas as latitudes e altitudes. O nível do mar, através de diversos porém contínuos rebaixamentos, desceu para menos 100 metros de seu nível atual. A corrente fria das Malvinas, atuando muito, porém em nível mais baixo e mais afastada da costa atual, interceptou o roteiro de penetração das massas de ar frio e úmido, proveniente da região polar antártica. Os vales dos pequenos rios e torrentes provenientes da serra encaixaram-se muito, em função da mudança do nível de base marítimo para menos 100 metros. Alguns, dentre eles, copiaram direções estruturais e tectônicas, numa trama complexa de eixos, ora se guiando pela direção geral das velhas estruturas (NE-SO), ora acompanhando diáclases tectônicas e linhas de falhas que cruzavam o rumo geral dos terrenos antigos. Cada eixo dos baixos vales, então escavados, tornou-se um caminho para a posterior invasão do mar, ocorrida entre 12.000 e 6.000 anos, aproximadamente. O máximo do rebaixamento do nível do oceano correspondeu ao máximo de intensidade da semiaridez. Mesmo assim, as florestas da serra do Mar, retraídas e descontínuas, sobreviveram numa área-refúgio, não muito contínua, porém suficiente para resguardar, sob a forma de um grande banco da Natureza, uma potente biomassa tropical, em posição subtropical, transicionando para temperado quente. A secura ganhou grandes tratos das depressões intermontanas do planalto Atlântico e compartimentos de planaltos interiores. Numerosos subestoques de vegetação florestal permaneceram em faces úmidas de serranias e maciços regionais, enquanto uma ponte de araucárias, através dos reversos mais abrigados da serra do Mar, estabeleceu-se entre a área nuclear das araucárias e o refúgio de pinhais, ainda hoje existente nos altos da Mantiqueira (Campos do Jordão, Monte Verde).

O caráter recente da retomada da tropicalização na serra do Mar

O mais notável desses acontecimentos todos parece ter sido o retorno da tropicalidade para o conjunto da fachada atlântica brasileira, criando as grandes matas atlânticas que, de modo praticamente contínuo, estenderam-se desde a zona da mata nordestina até o Brasil de sudeste e a região costeira atlântica do Paraná e Santa Catarina, em posição marcadamente azonal. No mecanismo de reexpansão das florestas, em função da retropicalização regional, as áreas refúgios de matas – similares aos atuais "brejos" do interior do Nordeste – funcionaram como centros de colonização florestal dos espaços anteriormente abrangidos pelas condições semi-áridas subtropicais. As matas refugiadas nas encostas médias e superiores da serra do Mar passaram a funcionar como o banco genético básico para a reexpansão florestal na direção do Planalto Atlântico e na direção dos sopés e esporões da serra, onde a transgressão flandriana desvinculou acidentes, transformando-os em ilhas, ao tempo em que o mar em ascensão alcançou alguns metros a mais do que seu nível atual e formou as primeiras grandes restingas, à custa de materiais da plataforma, retrabalhados por uma abrasão progressiva, geologicamente muito ativa.

Há que se conceber que os processos de retropicalização da fachada atlântica do Brasil desde 13.000 anos até nossos dias comportaram uma verdadeira cadeia de fatos integrados. O aumento universal das temperaturas médias determinou a fusão de aproximadamente dois terços do volume total do gelo acumulado nos pólos e regiões cordilheiranas e o nível do mar subiu rapidamente, através de algumas fases diferenciais de atuação. Ao mesmo tempo, a grande corrente fria, que chegara até além do sul da Bahia, refluiu para a costa da Argentina, ficando com sua ponta terminal atuando entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. E a corrente quente sul-brasileira passou a ocupar o seu espaço atual, progressivamente ao recuo das águas frias da corrente das Malvinas. Mais calor e umidade, um pouco por toda a parte, independentemente de algumas pequenas retomadas da semi-aridez, associadas a mais calor e menor participação eventual da massa de ar polar atlântica. Progressivamente, o clima quente e úmido com nevoeiros deslanchou uma decomposição generalizada dos setores sub-rochosos superficiais. Enquanto películas de solos em equilíbrio instável se formavam e se generalizavam por todas as faces das escarpas e de seus esporões, a vegetação florestal se adensava e se expandia. Rios e torrentes que, entre 13.000 e 20.000 anos, haviam transportado seixos maiores do que um punho ou uma cabeça, tornaram-se perenes, desdritificaram-se nas cabeceiras, e passaram a receber partículas finas, de modo progressivo e irreversível. As lagunas, encarceradas entre os sopés da serra do Mar e as praias-barreiras da costa, após terem recebido um pouco de areias "em bancos", através de rios de porte pequeno a médio, provindos da serra (ou pelo retrabalhamento de areias empurradas para a costa pela transgressão flandriana) passam a

receber areias muito finas (siltes), e logo depois, grandes lençóis de argilas, removimentadas pelas marés. Forma-se o delta intralagunar à frente dos rios Cubatão-Mogi. Estabelecem-se os primeiros manguezais, o sistema de gamboas, os "largos" entre as junções internas dos estuários.

Os homens dos sambaquis haviam chegado alguns milênios antes da ampliação das planícies de marés com manguezais. Ocupavam de início sítios prélagunares, construindo os sambaquis em cima de bancos de areia, terraços de construção marinha ou patamares baixos de morros. E, assim, gerações e gerações de construtores de sambaquis viveram da pesca e caça, no ambiente das lagunas e de seus entornos imediatos. Entre 8.000 e 6.000 anos, quando eles descobriram os atributos das lagunas e ali se fixaram, existia uma paisagem paradisíaca, ligada a uma nova ordem tropical, em início de reconstrução. As faixas de mangues que bordejavam os largos canais e bordos das lagunas, eram ainda muito estreitas e embrionárias, ofertando alimentos de fácil obtenção pela pesca ou coleta. As faixas arenosas dos bancos e restingas ainda eram dominadas por palmáceas e estavam sendo recentemente invadidas por um *facies* edáfico de matas tropicais: a mata da figueira com palmáceas e as matas dos jundus. Essa seria a paisagem encontrada pelos povos tupi-guaranis que, provindos do centro do continente, atingiram a costa, e desalojaram de seu habitat os remanescentes das populações que construíram os sambaquis. A expansão e generalização dos grandes manguezais, desde aproximadamente 5.000 e 6.000 anos atrás, e a chegada dos aguerridos tupis-guaranis parece ter sido as causas da ruptura de continuidade do povoamento anterior. Os grupos tupis foram mais litorâneos ou praianos em alguns setores da costa, ocupando terras desde a base da serra do Mar até as pontas de praias dotadas de aguadas e cursos d'água, facilitadores de uma certa penetração na direção das planícies de piemonte.

É fácil deduzir-se que foi relativamente muito recente a retomada da tropicalidade no âmbito da serra do Mar e da zona costeira que lhe é contígua. O refúgio florestal, como legítimo banco genético da natureza tropical, tem alguns milhões de anos. Enquanto a reexpansão das florestas por todos os setores das escarpas e seus esporões, maciços insulares e ilhas, processou-se dentro dos quadros evolutivos dos últimos 12.000 anos. Foi um progressivo esquema de ampliação das condições tropicais úmidas, por meio da extensão progressiva dos atributos que já existiam no núcleo das áreas-refúgios. Os fortes declives das escarpas não possibilitaram um espessamento muito grande dos solos. Um mosaico complexo de litossolos, latossolos, materiais coluviais finos e depósitos de escorregamentos forma o suporte que serve de chão frágil para a manutenção das grandes florestas. Qualquer manipulação mecânica ou química, dentro de tais circunstâncias, pode determinar uma acentuação incontrolável dos processos erosivos, por ocasião de grandes chuvadas de verão. Foram construídos, ao longo do tempo, após o início da colonização, trilhas e caminhos, para pedestres e para muares. Mais tarde intensificou-se o tráfego de muares transportando café. Estradas carroçáveis para carruagens foram raras. Na maior parte dos casos, passou-se direto dos caminhos de tropas para a feitura de estradas de ferro, a partir de 1863, à custa de soluções técnicas compatíveis, e de obras de arte complementares suficientes para evitar processos acelerados de erosão. Mais recentemente, fizeram-se estradas e rodovias de diferentes padrões técnicos, para vencer os escarpamentos e desdobrar as ligações entre litoral e planalto. Obras de aproveitamento hidráulico, dos grandes desníveis existentes nas escarpas da serra, introduziram outras tantas manipulações mantidas em equilíbrio compatível com os processos morfológicos e pedogênicos. Oleodutos e faixas para implantação de fios de alta tensão foram construídos, com as precauções desejáveis. Grandes chuvas de verão, em curto espaço de tempo, determinaram escorregamentos catastróficos na serra das Araras e em Caraguatatuba. E, finalmente, na serra de Paranapiacaba, em Cubatão (SP), devido a um longo período de agressão feito por indústrias poluidoras, as matas da serra do Mar, mais próximas, sofreram um fenecimento diferencial, altamente devastador e lesionante.

Vinte anos de uma poluição aérea asfixiante, realizada por particulados e gases, foram suficientes para fenecer desigualmente a biomassa vegetal primária e propiciar o aparecimento de sulcos pioneiros e ravinas embrionárias em numerosos pontos da testada geral da escarpa. Uma grande chuvada, em janeiro de 1985, culminou por provocar um gigantesco e incontrolável sistema de *avalanche debris*, que arrastou para a baixada do rio Mogi uma enorme carga detrítica; suficiente para cobrir em toda a largura e extensão o leito maior, que anteriormente alojava apenas um setor meândrico daquele rio proveniente da serra. Foram centenas de escorregamentos de lamas e outros materiais detríticos, que fizeram descer troncos e galhos de árvores, juntamente com blocos que estavam enterrados nos regolitos, até ao baixo rio Mogi. Chuvas de igual ou maior intensidade, ocorridas na mesma ocasião, não resultaram em catástrofes similares, em áreas contíguas, não afetadas por uma poluição industrial tão violenta e continuada. A correlação entre o lesionamento progressivo, e, finalmente, espasmódico da serra do Mar, com a poluição de particulados e gases, ficou inteiramente comprovada, conforme previsão já antiga da comunidade científica brasileira. Os que não quiseram ouvir, agora temem a "revanche" da natureza contra seus próprios patrimônios. Há certamente um alto nível de risco para algumas daquelas indústrias que contribuíram para tornar Cubatão uma das áreas mais poluídas do mundo. Continuam a existir sérios perigos para as infra-estruturas instaladas na baixada entre Cubatão e Piassaguera e ao longo do baixo Mogi-Cubatão. As populações carentes, que vivem em precários núcleos residenciais proletários, sentem-se mais do que nunca ameaçadas por novas desgraças, dentro da desgraça permanente da poluição múltipla, ali existente. E fazem-se planos emergenciais para, *a posteriori*, estancarem-se as numerosas e profundas lesões deixadas pelas avalanchas detríticas nas íngremes encostas da serra do Mar. Tenta-se maquilar as lesões ao invés de combater as causas, bem conhecidas, de seu aparecimento e progressão. Nunca foi tão importante, portanto, a defesa integrada da serra do Mar, a nível de todos os argumentos. Mesmo porque após a retropicalização geral da fachada atlântica do Brasil, que demorou alguns milhares de anos, podemos avaliar a força dos processos de disrupção-em-cadeia (*resistasia* antrópica). Em menos de 25 anos, desfez-se toda a harmonia e o equilíbrio dos fatos físicos, ecológicos e bióticos que a Natureza levou 12.000

anos para reconstruir, a partir de pequenos bancos genéticos florestais, de alguns milhões de anos.

Consenso no tombamento; não-consenso nos critérios de delimitação

Os atos de tombamento não admitem erros ou interferências, em termos de reconhecimento de prioridades e da aplicabilidade do estatuto legal de uma preservação plena. Por outro lado, não admitem utilizações demagógicas, intenções embutidas ou incorporações extras de espaços, para atender questões paralelas ou dificuldades circunstanciais da administração pública. Para resistir às pressões, que em todos os casos surgirão, a partir da esfera daqueles que têm expectativas irrefreáveis de lucros, o processo de tombamento de bens naturais tem que se aproximar o mais possível da perfeição. Tem que ser transparente. Transparente nas intenções, como é o caso da serra do Mar. Transparente nos critérios, como infelizmente não foi o caso da serra do Mar. Por suas implicações legais, como pela sua atuação acima dos direitos genéricos e rotineiros, o estatuto do tombamento de bens naturais somente pode ser aplicado em casos e situações líquidas, como seria o caso da serra do Mar, considerada *stricto sensu.*

Uma escarpa do tipo da serra do Mar é sempre um sistema de acidentes dotado de notável assimetria. Por várias e muitas razões, os velhos geógrafos viram em nossa serrania costeira uma espécie de *demi-montagne.* Nesse sentido, sua delimitação envolve um setor de sua cumeada assimétrica, e uma linha mais complicada em sua complexa área piemôntica. O perímetro envolvente do topo da serra do Mar em São Paulo possui mais de meia centena de quilômetros de extensão, desde a fronteira do Estado do Rio até a fronteira com o Estado do Paraná. Para proteger a integridade física e biológica da serra e incluir amostras dos ecossistemas florestais diferenciados dos primeiros trechos dos planaltos cristalinos, seria de boa precaução garantir a preservação de dois a três quilômetros do reverso continental imediato da escarpa da serra. No piemonte da serrania onde se processa o contacto brutal das encostas com as rasas planícies de piemonte, ou com os patamares situados abaixo do nível dos 200-220 metros, a delimitação é uma tarefa mais complexa. Há, também, aí a necessidade de um outro tampão de defesa ecológica (*ecological buffer zone*), conforme as particularidades topográficas, altamente variáveis, de cada subsetor dos sopés das serranias. Feita a delimitação da serra, nos seus "altos" e em sua "raiz" – para utilizar velhas expressões portuguesas, aplicáveis aos seus dois extremos – o restante do espaço costeiro constitui-se em uma faixa geral de planejamento, que comporta um mosaico extremamente complexo de terrenos, a merecer um zoneamento racional e diversificado. Manguezais, estirâncios de praia, falésias, estuários, lagunas e campos de dunas são atributos naturais dessa região, a merecer posturas totalmente restritivas.

Identicamente, as vertentes mais íngremes dos patamares de esporões da serra, os altos morros isolados das baixadas, e, acima de tudo, os morros que se constituem na "armature" da linha de costa devem sofrer sérias posturas restritivas de uso, quando não proibição total de utilização. Tarefa para ser feita em comum acordo pelo município e pelo Estado, em função de conhecimentos acumulados e posturas cruzadas. A própria União, em função do velho e benéfico estatuto das "terras de marinha", também tem a obrigação de tomar conhecimento sobre as formas adequadas ou inadequadas de utilização propostas para tais sítios e paragens, aprovando ou não sua implantação legal. E coibindo drasticamente os abusos do poder econômico e do poder político. Sem o que jamais haverá um verdadeiro e abrangente sistema de gerenciamento costeiro, em nosso país. Em qualquer hipótese, porém, entre a linha basal do tombamento da serra e a linha de costa, haverá um espaço de uso múltiplo e de proibições diferenciadas. Não há qualquer possibilidade real de aplicar o estatuto do tombamento, por extensão de atribuições, ao complexo litorâneo, sujeito a múltiplas utilizações descontínuas. Trata-se de uma área de manipulação diferencial constante, que pressupõe um esclarecido sistema de gerenciamento, centrado parcialmente no pólo da natureza e parcialmente no pólo das interferências ligadas às implantações humanas, a nível do urbano, do industrial, da pesca e do lazer. Pelo que ela carece mais de uma política bem feita de ordenação espacial, com forte apelo ao paisagismo ecológico e à proteção dos fluxos básicos da natureza costeira. Em nenhuma hipótese, porém, o estatuto de tombamento aplica-se, de saída, ao seu "universo" multivariado de funções.

Entendemos também que os parques não podem ser tombados aleatoriamente. A maioria, dentre eles, tem funções típicas, que envolvem setores de proteção integral e setores de implantação de infra-estruturas específicas e particulares a cada caso. Quer se trate de uma cimeira de planalto, com mosaico de vegetação diferenciada (caso dos altos campos da Bocaina e seus bordos florestados), ou seja um distrito cárstico com suas cavernas, sumidouros, depressões fechadas ou semifechadas e drenagens sincopadas (distritos calcários da Ribeira) ou, ainda, de parques em altiplanos onde se processam importantes contactos de vegetação tropical e subtropical, em área de solos relativamente pobres, porém atravessados por rodovias de grande volume de circulação (Alto Ribeira, no planalto de Paranaguá). Para que se possa tombar um ou outro desses parques, muito separados entre si, é necessário realizar a dura e desafiante tarefa de elaboração de um "plano de manejo", aprovado por uma comunidade esclarecida e representativa, integrando as diretrizes, posturas, projetos e subprojetos existentes nesse plano, como parte integrante do tombamento. A idéia de englobar um conglomerado de parques, estabelecidos no papel, dentro da área de tombamento dita da serra do Mar, foi muito infeliz, certamente exigindo revisões sucessivas, a curto e médio prazos, para propiciar manipulações espaciais, implantações de infra-estruturas, e sistemas de manejo, visitação pública e administração individualizada.

Outra consideração importante a propósito do tombamento da serra do Mar diz respeito à ótica municipal. Em face do tombamento da serra e de amplos setores da faixa costeira atlântica, é compreensível que haja uma avaliação das conseqüências da proposta de preservação integral de uma parcela significativa do espaço municipal. A ótica dos responsáveis pela coisa pública municipal importa como um teste de avaliação da acuidade e do espírito de previsão das diretrizes do estatuto de tombamento. Doutrinados, por longos anos, a maximizar a eficiência produtiva e tributária dos espaços sob sua jurisdição, os responsáveis pela administração municipal sentem-se na obrigação de alertar os au-

tores do tombamento em relação ao congelamento maior ou menor dos espaços disponíveis no território, para usos múltiplos. Ou seja, dos espaços, a escapo do tombamento. Julgamos que no caso dos municípios que têm parcelas ponderáveis de seu território, localizadas na serra do Mar propriamente dita, é obrigatório um bom jogo de avaliações sobre o nível de suficiência do espaço líquido restante para usos variados, dentro do espaço municipal total. Incluem-se na metodologia de um tombamento, que possui a força de um congelamento total de importantes setores do espaço municipal, alguns procedimentos concomitantes e complementares: 1. sobrepor a carta da área tombada à carta dos perímetros dos municípios envolvidos e atingidos pelo tombamento; 2. separar, com alto nível de discernimento, a parcela do espaço a ser congelado pelo estatuto do tombamento, em relação à área efetivamente restante para o desenvolvimento de funções múltiplas; 3. avaliação quantitativa dos espaços pertencentes à área tombada (serra), somados com glebas ou subespaços sujeitos a fortes restrições e proibições de uso, existentes dentro da área de planejamento ordenado (espaços costeiros). A partir desse último procedimento, deveria ser considerado crítico qualquer caso de tombamento que redundasse em um congelamento da ordem de 70 a 75% do espaço total do município. Um congelamento superior a 75% do espaço municipal exigiria, em todos os casos, uma série de compensações estudadas – a nível estadual, e mesmo federal – para fortalecimento administrativo dos municípios prejudicados. Em casos de congelamentos iguais ou superiores a 90%, a região deveria comportar todo um *sistema de compensações*, a par com a decretação de um estatuto especial de estância turística e de lazer, incluindo vantagens legais especificadas. Em termos de idéias realmente criativas, o tombamento deveria pressupor um conjunto de medidas compensatórias, viáveis e progressivas, suficientes para encaminhar a ordenação dos espaços disponíveis segundo razões funcionais, estéticas e ecológicas, sem maiores prejuízos para a eficiência econômica e social do território municipal.

Por último, a ótica do caiçara ou das comunidades pesqueiras exige outra série de considerações julgadas pertinentes. É certo, entretanto, que o modo de ver do caiçara é o mais tumultuado, em todo o processo. É sabido que, pressionadas pelos grandes proprietários e imobiliaristas, e por um sem-número de interessados difusos, que pretendem obter suas terras por preços aviltados, as populações caiçaras vivem com receio de tudo e com medo de todos. O que não impede que alguns dentre eles caiam na tentação de dispor de seus bens de raiz, passando a viver a tragédia cotidiana das periferias urbanas e das populações marginalizadas. No caso da serra do Mar, o ponto de vista do caiçara é o de que possa continuar vivendo de uma coleta de produtos vegetais existentes no interior das matas regionais. Evidentemente que o estatuto do tombamento terá que limitar ao máximo as ações predatórias nas frentes escarpadas da serra propriamente dita. Mas poderia pressupor uma forte campanha de reintrodução de palmáceas comestíveis nos setores florestados da zona de tampão ecológico da base da serra do Mar. Tais procedimentos seriam viáveis desde que os órgãos especializados de desenvolvimento florestal (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) estivessem aparelhados para proteger famílias caiçaras tradicionais, habitantes do fundo das baixadas litorâneas, sem permitir coletas predatórias destinadas a fornecimentos industriais. Note-se que em áreas tombadas, dotadas de poucas vias de acesso entre litoral e planalto, existem grandes facilidades para um gerenciamento correto das atividades de minorias de cultura tradicional, acostumadas à coleta para alimentação e complementação de orçamento familiar. O caso do caiçara coletor não difere do pescador caiçara, que desenvolve atividades pesqueiras em lagunas, estuários, rios e praias. Muitos caiçaras pescadores se dedicam ao trabalho no mar e ao trabalho de coleta em terra. Da mesma forma que incluem em suas atividades e técnicas de sobrevivência algumas culturas de quintal, paisagisticamente promíscuas, porém extremamente importantes para garantir um orçamento familiar situado dentro dos limites do suficiente. O entendimento e a defesa da condição caiçara equivale ao nosso esforço para entender e garantir meios para a sobrevivência dos trabalhadores do mar, e projetar nessa ótica de compreensão para com as massas de população favelada, assim como para com os pobres homens semi-escravizados pela miragem dos garimpos. Evitar a intermediação abusiva e garantir um lugar ao sol para as populações caiçaras, na área de margem, entre o espaço tombado e os espaços de planejamento, faz parte da mesma filosofia que nos conduz à idéia-força dirigida para a preservação dos bancos genéticos da Natureza. Enquanto que as reservas indígenas são espaços mais do que tombados, porque protegidos pela própria ótica ancestralista que, pela própria Constituição brasileira, reservou espaços naturais para os mais antigos e legítimos donos da terra.

No caso do tombamento da serra do Mar paulista, onde o consenso sempre existiu – muito embora negado pelos inconseqüentes de todos os portes –, muita coisa haverá ainda para ser revisada e colocada em seu justo lugar. Para isso, há que se munir de um universo conceitual mais completo, específico e abrangente. Sem qualquer concessão ao empirismo e ao oportunismo político. Felizmente, ainda há tempo para corrigir erros e reorientar processos. O importante é que o princípio do tombamento tenha recebido total aval das comunidades esclarecidas e descompromissadas. Num procedimento que, mais cedo ou mais tarde, deverá extravasar para outros setores da grande serrania costeira, que se estende do Espírito Santo ao nordeste de Santa Catarina, comportando vários submosaicos regionais de paisagens espetaculares. Como os agrupamentos de pontos rochosos – "pães de açúcar" e "dedos de Deus" – dos Estados do Rio e Espírito Santo e os setores florestados restritos e altos pontões angulosos recobertos por formações rupestres, dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Heranças particularmente inspiradas da natureza dos trópicos e subtrópicos úmidos, na fachada atlântica da terra brasileira.

Em 1977, já havíamos anotado que a Serra do Mar é, "ao mesmo tempo, reserva de biosfera, grande reserva ecológica, área obrigatória para proteção de encostas e para o impedimento da poluição sedimentária das águas costeiras dos estuários e sítios portuários do litoral, além de reconhecido filtro para proteção das condições "ambientais", entre as aglomerações urbanas das baixadas e dos planaltos. Dizíamos, ainda, que por todas essas razões "é uma área fisiográfica e ecologicamente estratégica, que pede preservação integral e controle rígido de qualquer implantação tecnológica preexistente, ou que venha a se tornar necessária, para garantir as relações entre litoral e planaltos interiores, no âm-

bito de São Paulo e do Brasil de sudeste". Predições tristemente corretas. Somente lamentamos não ter lutado mais do que o fizemos naquela oportunidade, para que o tombamento da serra tivesse sido efetivado. Sem a esdrúxula e inaplicável imposição do rótulo de Parque da Serra do Mar. Então acreditávamos em homens públicos. Por educação se cometem muito mais erros do que se possa supor. Sem comentários.

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, Aziz Nacib, "Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo", *in Geografia e Planejamento*, nº 30, São Paulo, IGOG/USP, 1977, pp. 1 e 8.

Academia Brasileira de Ciências, "Continental Margins of Atlantic Type-Proceeds of the International Symposium on Continental Margins of Atlantic type held in São Paulo (october, 1975)", *in Anais da Academia Brasileira de Ciências*, vol. 48, Rio de Janeiro, 1976.

ALMEIDA, Fernando F. M. de, "Considerações sobre a geomorfologênese da serra do Cubatão", *in Boletim Paulista de geografia*, nº 15., São Paulo, outubro de 1953.

ANDRADE, C. D. de, MAGNANINI, A., e MARIGO, L. C., *Mata Atlântica/Atlantic Forest*, AC&M, Chase Bank, Ed. Danúbio S.A., 1984.

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de, "O Sítio e a vocação portuária de Santos", *in Geografia Urbana*, nº 5, São Paulo, IGEOG/USP, 1969.

BIGARELLA, João José, *A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná – Contribuição à Geografia, à Geologia e à Ecologia Regional* (Pesquisa interdisciplinar por diversos autores), Curitiba, Governo do Estado do Paraná, SEP e ADEA, 1978.

BIROT, Pierra, "Esquisse géomorphologique de la région litorale de l'Etat de Rio de Janeiro", *in Annales de Geographie*, LXVI, nº 353, jan -fev de 1957. Paris pp. 80 -91. (Traduzido *in Notícia Geomorfológica*, nº 3, Campinas, 1959).

Condephaat, *Área de Tombamento da Serra do Mar e Paranapiacaba*, São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1985.

CRUZ, Olga, *A Serra do Mar e o litoral na área de Caraguatatuba*, Monografia nº 11, São Paulo, do IGEOG/USP, 1974.

DANSEREAU, Pierre, "Parque Nacional da Serra dos Órgãos", *in Revista Brasileira de Geografia*, ano IX, nº 4, Rio de Janeiro, 1947, pp. 509 -513.

DOMINGUES, Alfredo José Porto, "Serra das Araras: os movimentos coletivos do solo e aspectos da flora", *in Revista Brasileira de Geografia*, ano 33, nº 3, (jul. - set., 1971). Rio de Janeiro, 1971, pp. 3 -51.

KING, Lester C., "A geomorphological comparison between Eastern Brazil and Africa (Central and Southern)", *in Quarterly Journal*, vol. CXII, part. 4, nº 448, Geological Society of London, 1956, pp. 445 -474.

MAACK, Reinhard, "Breves notícias sobre a geologia dos estados do Paraná e Santa Catarina, *in Arquivos de Biologia e Tecnologia*, vol. 2, pp. 63 -154. Curitiba, 1947.

MARTONNE, Emmanuel de, "Problèmes morphologiques du Brésil Tropical Atlantique", *in Annales de Géographie*, ano 49, nº 277, 278 e 279, Paris, 1940.

MOUSINHO MEIS, M. R., e MONTEIRO, A. M. F., "Upper Quaternary 'Rampas': Doce River Valley, Southeastern Brazilian Plateau" *in Zeitschrift für Geomorphologie*, vol. 23, nº 2, 1979, pp. 132 -151.

PRANCE, Ghillean T., "Biological diversification in the Tropics", *Proceeds of the Fifth International Symposium of the Association of Tropical Biology*, (Macuto Beach, La Guaira, Venezuela), New York, Columbia University Press.

RICH, John Lyon, "The Face of South America. An Aerial Traverse", *in American Geographic Society*, Special Pub., nº 26. Washington, 1942.

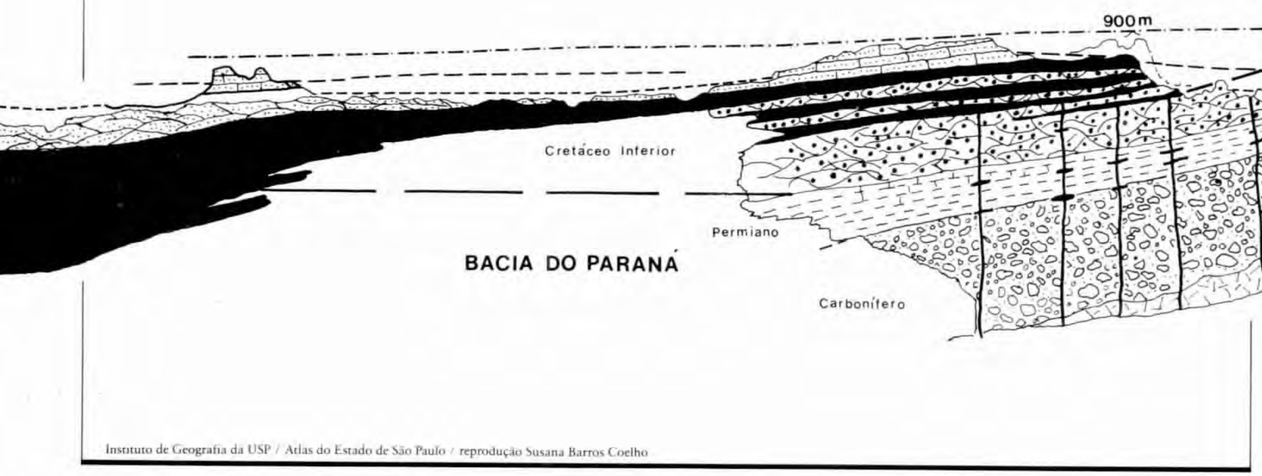
RUELLAN, Francis, "A evolução geomorfológica da baía da Guanabara e regiões vizinhas" *in Revista Brasileira de Geografia*, ano IV, out -dez. de 1944, Rio de Janeiro, pp. 355 -508.

TRICART, Jean, "Division morphoclimatique du Brásil atlantique central", *in Revue de Géomorphologie Dynamique*, ano IX, nºs 1 e 2, jan -fev. de 1958 (traduzido *in Boletim Paulista de Geografia*, nº 31, Sao Paulo, 1959, pp. 3 -44.

VANZOLINI, Paulo Emílio, "Distribution and differentiation of animal along the coast and in continental islands of the State of São Paulo, Brazil", *in Papéis Avulsos do Museu de Zoologia*, vol. 6, nº 24, São Paulo, USP, 1972.

VICTOR, Mauro A. de Moraes, *Tombamento da vertente atlântica da Serra do Mar, I Exposição de Motivos*, pp. 19 -2, Condephaat, mimeografado. São Paulo, 1983.

Corte geológico longitudinal do Estado de São Paulo na latitude de Santos.

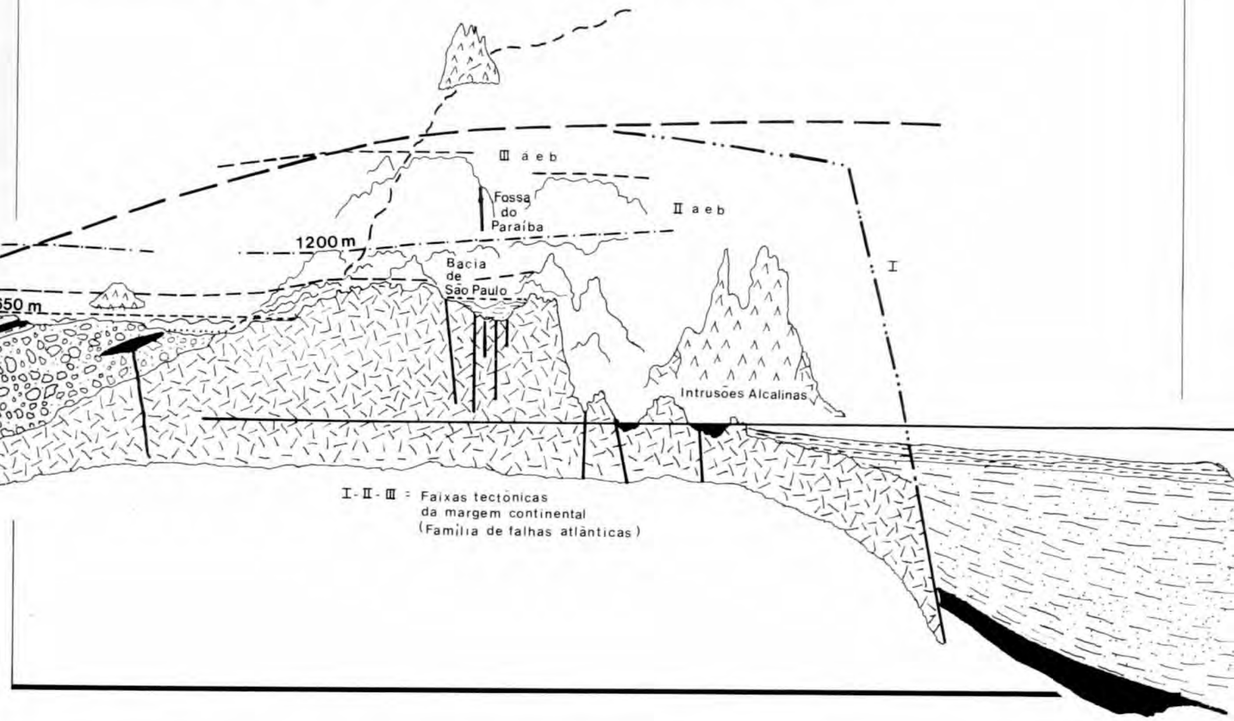


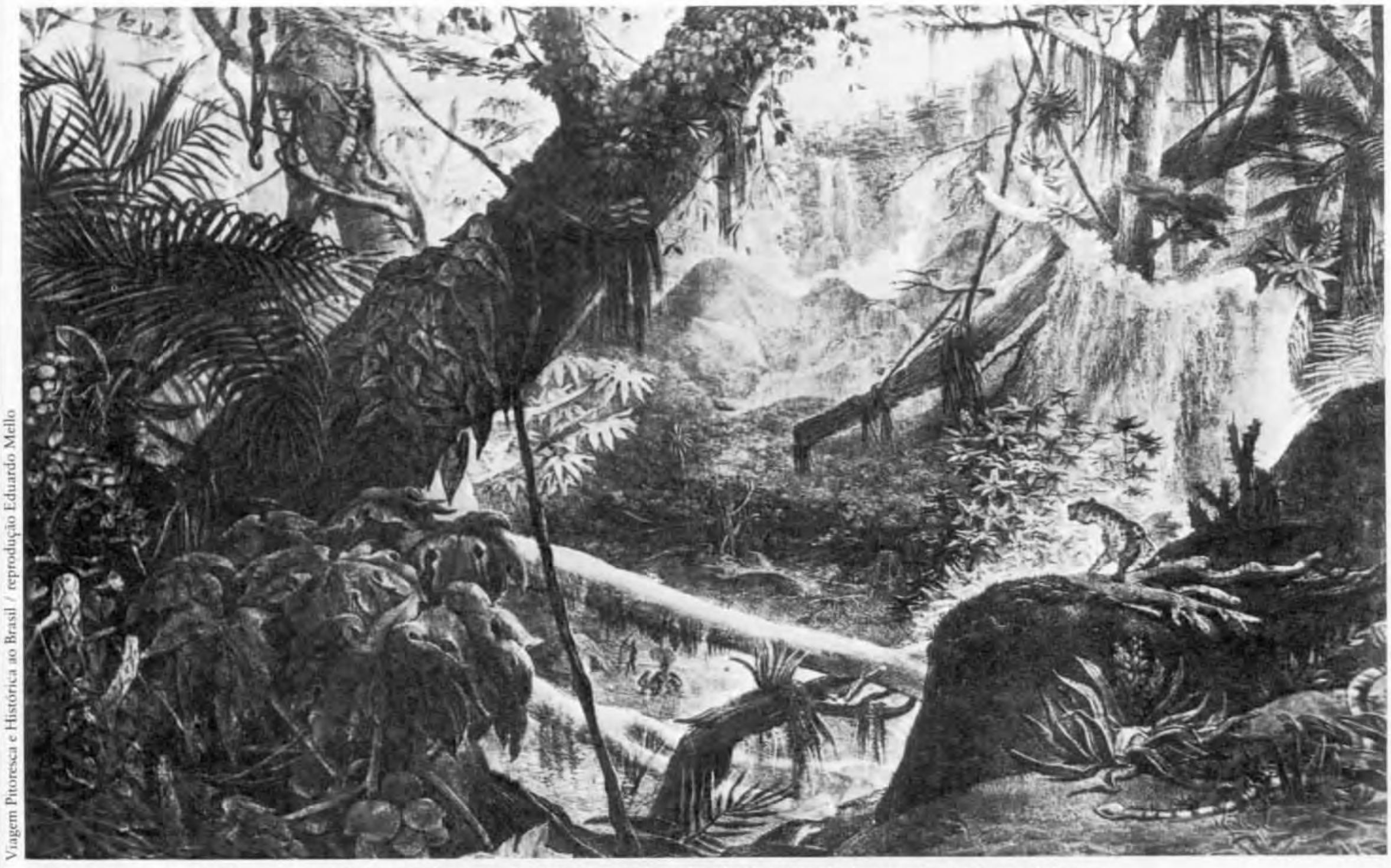
Instituto de Geografia da USP / Atlas do Estado de São Paulo / reprodução Susana Barros Coelho



Paulo C. Florestan

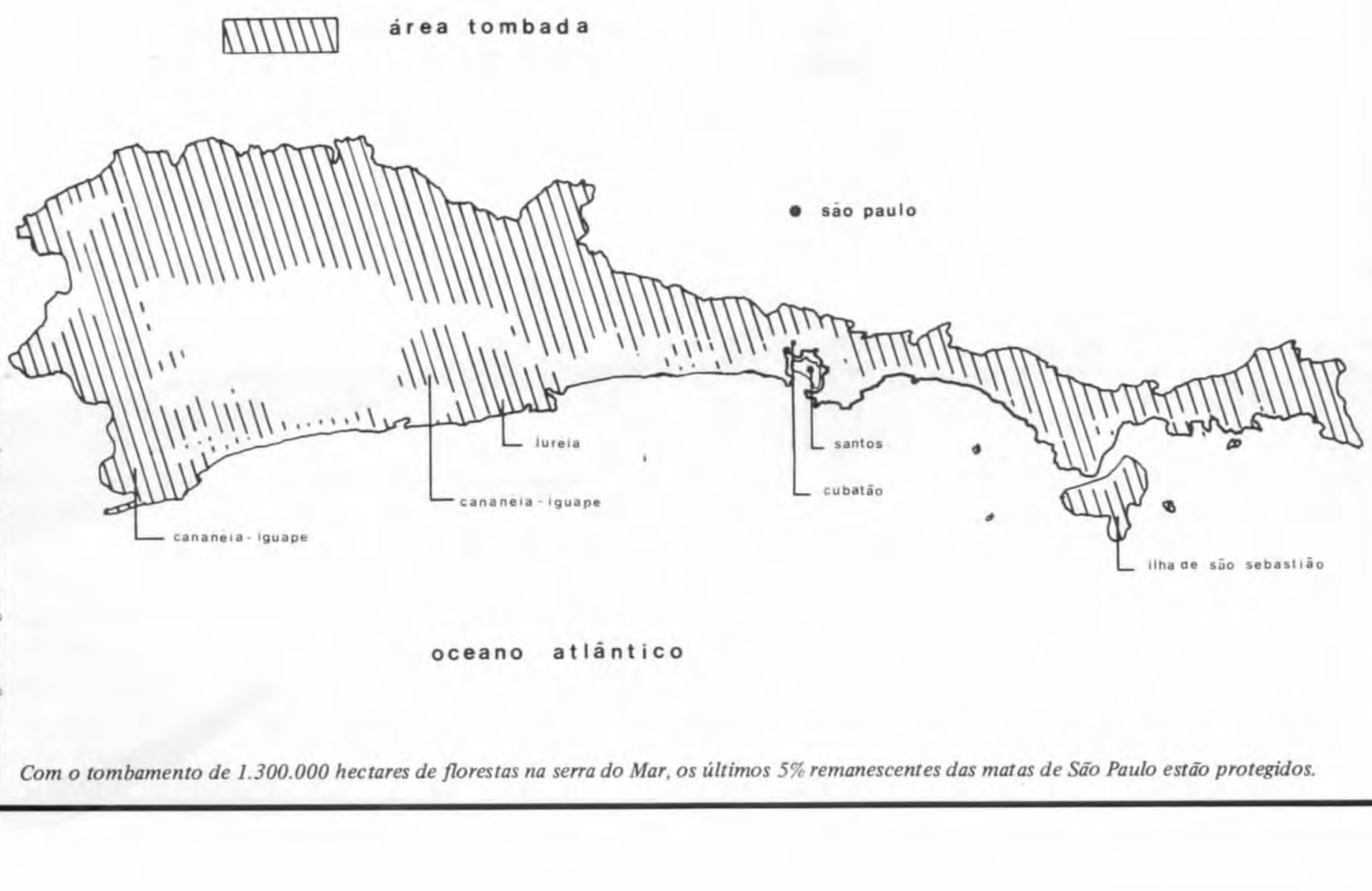
Escarpa da serra do Mar na região de Ubatuba: pequenos vales de grande declividade descem do alto da serra.





Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil / reprodução Eduardo Mello

"Vale na Serra do Mar", visto por Debret: a floresta Atlântica no início do século passado impressionando os viajantes.



MAPAS / engenheiros agrônomos: A. C. Cavalli, J. R. Guillaumon e R. Serra Filho

Com o tombamento de 1.300.000 hectares de florestas na serra do Mar, os últimos 5% remanescentes das matas de São Paulo estão protegidos.

Patrimônio Natural e Estatuto do Tombamento: reflexões sobre a estratégia de preservação

*José Pedro de Oliveira Costa**

A preocupação com a preservação do que restou da floresta tropical-atlântica e com a estabilidade das escarpas e encostas litorâneas, no Estado de São Paulo, culminou com a assinatura de seu tombamento, a nível estadual, pelo Governador Franco Montoro e pelo Secretário da Cultura Cunha Lima no dia 6 de junho de 1985. Além das escarpas da serra propriamente dita, foram incorporados a esse perímetro seus esporões e alguns trechos do planalto e da baixada costeira, e também a maioria das ilhas do nosso litoral, perfazendo sua área total aproximadamente 13.000 km^2, que se estende da divisa do Estado do Rio de Janeiro à do Paraná.

Esse tombamento é o resultado de cerca de dez anos de estudos e análises por parte do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – Condephaat. Para que se chegasse à sua completa maturação e para a definição de sua área, muitos esforços foram despendidos. O que vamos tentar aqui é dar uma idéia resumida das principais razões e etapas desse processo.

A história da floresta atlântica

A floresta atlântica, ou mata atlântica, que no início de nossa colonização cobria toda a faixa litorânea do país, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, foi a principal fonte de riquezas de exploração imediata que Portugal encontrou por estas plagas. Com diversidade que resulta das condições climáticas, de altitude e de latitude, ela podia ser vislumbrada como uma grande faixa florestal contínua, de cerca de duzentos quilômetros de largura, que se alargava mais ao Sul, atingindo as fronteiras do Paraguai e da Argentina. Floresta tropical plena com franjas de mangues nas enseadas, foz dos grandes rios, baías e lagunas de influência das marés; mata de restinga nas baixadas arenosas do litoral; ou floresta associada de pinheirais no planalto, no Paraná e em Santa Catarina; ou mesmo compondo-se ou cedendo espaço a campos de altitude nos cumes das serras da Bocaina, da Mantiqueira, e do Caparaó. Apesar dessas variações, ela podia ser entendida de modo geral como um maciço contínuo e único. A designação comum de floresta atlântica é expressiva de sua localização junto ao oceano que lhe empresta o nome e é também feliz, já que sua existência decorre, em grande parte, da proximidade do mar, que possibilita a umidade necessária ao seu desenvolvimento. Duas foram as grandes unidades florestais existentes no continente sul-americano à época dos descobrimentos: a floresta amazônica, cuja área de ocupação principal ainda está preservada, mas que a cada dia sofre mais e maiores agressões, e a floresta atlântica, hoje quase totalmente desaparecida.



A ocupação da floresta atlântica deu-se, ao longo de nossos quase quinhentos anos de história recente, por diferentes formas de exploração. Primeiro, foi o pau-brasil. Para tirá-lo, os portugueses, franceses e outros empreitavam o trabalho dos índios, os quais, para sua extração, queimavam os troncos das árvores na sua base, deixando quase sempre que o fogo se propagasse por largas extensões, destruindo a mata e muitas vezes outras árvores dessa espécie. Essa exploração só termina quando essa madeira praticamente se extingue. A seguir, vieram os engenhos do Nordeste em busca do espaço do rico massapé para o plantio da cana e da madeira para alimentar suas fornalhas "..., bocas de fogo verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo, perpétua e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas, e quase disse do Purgatório ou do Inferno (...). O alimento do fogo é a lenha, e só o Brasil, com a imensidade dos matos que tem, podia fartar, como fartou por tantos anos e fartará nos tempos vindouros a tantas fornalhas...", já nos escrevia Antonil, no século dezoito. Quando as terras se esgotavam ou a madeira terminava, o engenho era transferido para região de mata virgem, num processo que só se estancou quando as matas também se esgotaram. A par da exploração canavieira, no Nordeste deu-se a ocupação da caatinga para o gado e a ocupação da zona de transição desses ecossistemas, conhecida até hoje como o agreste, para o

(*) José Pedro de Oliveira Costa, arquiteto, mestre em planejamento ambiental pela Universidade da Califórnia – Berkeley e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, é secretário executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente e conselheiro do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), órgãos do governo de São Paulo.

plantio de lavouras de subsistência. A descoberta do ouro das Gerais deslocou o eixo de interesse econômico para o Sul, acarretando sua procura o desvio de rios, desmonte de morros e uma incrível imigração de Portugal, que obrigou ao corte das áreas florestadas para lavouras, já que sob elas estão as terras de maior fertilidade. "Na ânsia de descobrir os meios de onde provinham os maiores depósitos aluvionais, praticaram os mineradores grandes queimas que devastaram por completo extensas zonas de mato" (Simonsen). Esgotado o ouro, muitas terras foram abandonadas, estéreis, erodidas, impróprias para quase todos os usos. O café surgiu, a seguir, como novo elemento criador de riquezas. Inicialmente plantado no vale do rio Paraíba do Sul, expandiu-se para todo o Oeste do Estado de São Paulo e Norte do Paraná. A forma de plantio era a mesma. Assim que se esgotava um terreno, buscava-se outro, à procura do "bafo do sertão". Raras vezes mais de duas gerações de cafezais foram plantadas nessa região. Aos primeiros sinais de cansaço da terra, novas florestas eram cortadas, e assim sucessivamente. Os terrenos antes cultivados eram abandonados e recobriam-se de capoeiras ou de floresta menos expressivas.

A exploração de madeira para a construção de móveis, casas, ou navios, também ocorreu sempre. Do Brasil seguiu grande parte da madeira para a reconstrução de Lisboa após o terremoto e, no século dezenove, foram acertados vários contratos de venda à Inglaterra. Essa exploração e exportação continuou até nossos dias nas florestas do Sul da Bahia, onde há poucos anos extinguiu-se o jacarandá. São fatos ainda recentes as paisagens de florestas carbonizadas, onde só restam de pé os troncos e a galhada principal das madeiras mais resistentes. Vimos essas queimadas no Oeste do Estado de São Paulo e no Sul da Bahia, há menos de dez anos. A busca de terras de plantio e a extrema utilidade do pinheiro do Paraná devastaram o interior desse Estado no período de uma geração, e essa destruição continua ainda sem freios suficientes em quase todos os locais onde sobraram algumas madeiras de pé. É fenômeno também novo a ocupação de largas faixas de nosso litoral pelo turismo. Vários loteamentos se espalharam ao longo de nossa costa, via de regra, sem qualquer preocupação maior que não o lucro dos empreendedores. O resultado é mais destruição e o comprometimento da paisagem. O que restou da mata atlântica está praticamente confinado às áreas mais íngremes, de difícil acesso à exploração: a serra do Mar. Estendendo-se do Espírito Santo a Santa Catarina, essa região montanhosa pouca utilidade tem em termos de lucro. E é aí que estão os últimos remanescentes dessa floresta, as últimas espécies vegetais e animais, que ainda assim continuam a correr grandes riscos. Ilustram esse processo os mapas elaborados pelo Instituto Florestal, de reconstituição da Cobertura Florestal do Estado de São Paulo.

A par de toda essa destruição, e até como resultante dela, vamos encontrar uma grande influência na cultura brasileira em relação a essa floresta, que nós destruímos. A Carta de Caminha já anunciava matas "até aonde a vista alcança", passando pelas descrições de Vespúcio que diz: "Esta terra é muito amena; e cheia de inúmeras árvores verdes, e muito grandes, e nunca perdem folha, e todas têm odores suavíssimos e aromáticos, e produzem inúmeros frutos..." Essas narrações do início do Renascimento, e a visão de uma paisagem fantástica e desconhecida, levaram muitos europeus a acreditar que tinham descoberto o paraíso terrestre, lugar que, segundo interpretações bíblicas, estava rodeado de riquezas e de seres míticos, entre eles as amazonas, que acabou por designar o maior maciço florestal do planeta. Sérgio Buarque de Holanda estuda esse assunto com mestria em sua *Visão do Paraíso*. Essa floresta serviu também para designar nosso país, com a abundância de seu pau cor de brasa, cor de madeira incandescida, para pasmo de muitos que viram a designação comercial sobrepor-se à religiosa.

Vários são os ditos populares brasileiros relacionados com a floresta: "macaco velho não põe a mão em cumbuca", "quebrar o galho", "descascar o abacaxi", "papagaio come milho, periquito leva a fama". E muitas são as inspirações de nossos poetas relacionadas com a mata: "ah! da cor do mar, da cor da mata,/ os olhos verdes da mulata,/ são cismadores e fatais;/ e num beijo ardente e perfumado/ conserva o travo do pecado/ dos saborosos cambucás" (Ary Barroso). Muitos cientistas se apaixonaram por nossa floresta. Spix e Martius a estudaram com profundidade, Darwin se refere com entusiasmo ao panorama que o deslumbrou, Saint-Hilaire deixou enorme quantidade de escritos fundamentais ao entendimento do nosso passado, de nossa mata, e das nossas serras cobertas por florestas. Muitas são as madeiras que recebemos da mata atlântica. Para citar apenas algumas, relacionamos as seguintes: pau-brasil, ipês, perobas, jatobás, embuias, aroeiras, ingás, cedros, canelas, jacarandás, copaibas e jequitibás. As mais deliciosas frutas e muitos alimentos advêm também dessa floresta; a ela devemos o caju, o abacaxi, a goiaba, o araçá, a banana, o mamão, a mandioca, o inhame, o cará, a taioba, a batata-doce, o amendoim, a uvaia, o maracujá, os palmitos, o sapoti, o bacuri, o pequiá, o cupuaçu, o jenipapo, as jabuticabas, o milho, o cajá, a pitomba, a pitanga, o cajá-manga e os cambucás.

As razões da necessidade de preservação da serra do Mar

Inúmeras são as razões que determinam a necessidade urgente de preservação da floresta da serra do Mar. A principal delas é a sua escassez. Hoje apenas cerca de 3% da área que ela cobria anteriormente ainda estão intocados. Normas correntes internacionais recomendam 30% como área mínima necessária para preservar esses ecossistemas. É ínfimo o que nos foi deixado, e extremamente preocupante em vários sentidos. A segunda razão é científica e também econômica. Científica, pois esses preciosos remanescentes são o último banco genético das espécies vegetais e animais de uma das mais importantes florestas que o planeta abriga. No Nordeste, a situação é tão precária e os remanescentes tão raros, que podem ser medidos em metros quadrados. No Sul, muitas espécies já estão ameaçadas, e trata-se de plantas e animais de grande significado. Das plantas, já falamos um pouco, os animais são: o monocarvoeiro, o maior primata das Américas, que é objeto de preocupação também internacional; o mico-leão-dourado está no mesmo caso; contam-se nos dedos os indivíduos ainda existentes do mico-leão-preto; onças, tatus, bichos-preguiças, tamanduás, macucos, inhambus, gaviões, mutuns, jacus, beija-flores, arapongas, sabiás, bicudos, araras, papagaios e muitas outras espécies, todas ameaçadas seriamente de extinção. E pensar que em seu descobri-

mento este país já recebeu a designação de terra dos papagaios! Economicamente essas espécies vegetais e animais têm também um significado muito importante. É conhecido o desenvolvimento que os estudos de engenharia genética têm tido nos últimos anos. E esses estudos têm aumentado em muito a produtividade das culturas e das criações, e poderão aumentá-la ainda mais. A base desses trabalhos são as espécies existentes na natureza. Quando perdemos uma espécie, estamos prejudicando o futuro do homem. E quantas já foram perdidas! E tantas outras tão seriamente ameaçadas só aqui no Brasil! Um exemplo: não passam de algumas dezenas as espécies de milho ou de mandioca exploradas economicamente. Muitas outras existem em estado selvagem, hoje sem utilização. Quando alguma praga nova ataca essas plantações, elas têm que ser reforçadas através do cruzamento com as espécies selvagens mais resistentes, para não sucumbir. Se tivermos exterminado as espécies selvagens, teremos comprometido nossa sobrevivência.

A terceira razão é a estabilidade das encostas. A serra do Mar serve como anteparo às frentes frias que vêm do Sul, possibilitando a retenção das nuvens carregadas de umidade, e a ocorrência de precipitações, que diversas vezes tomam a forma de trombas-d'água. Aí estão alguns pontos de maior índice pluviométrico do país, que ultrapassam mesmo medições feitas na floresta amazônica. Esse alto índice de chuvas, aliado à alta declividade, caracteriza a região com uma alta instabilidade, o que provoca constantes escorregamentos. Em Caraguatatuba, houve grande número de vítimas fatais há menos de duas décadas, sem contar os prejuízos materiais. A serra das Araras escorregou; Blumenau, o Rio de Janeiro, Santos e Vitória são cidades marcadas por essas catástrofes. Além desses acidentes propriamente ditos, os escorregamentos e erosões assoreiam os rios da baixada, ocasionando enchentes que são bastante freqüentes nessa área. E a melhor maneira conhecida de se conseguir a estabilidade dessas encostas é a preservação de sua floresta original. As copas atenuam o impacto pluvial no solo, e a espessa camada de folhas, galhos e húmus do chão funciona como esponja evitando as enxurradas e filtrando a descida mais lenta das águas. As raízes entrelaçadas trabalham como uma malha, um tecido, que sustenta a estabilidade dos solos. Mesmo assim, quando a chuva é muito forte, esse equilíbrio natural pode romper-se e ocorrer deslizamentos. A situação é muito mais crítica quando há a interferência do homem. Estradas, moradias e plantações ferem nossa serra em diversos pontos. Nesses trechos, a potencialidade de uma catástrofe é muito maior. Quantas não são aí as estradas tantas vezes interrompidas por barreiras. A Rio–Santos está, hoje, sem possibilidade de uso e sem solução imediata, inviabilizada e inviabilizando toda a enorme quantidade de recursos nela investidos. O exemplo



J. B. Debret / Viagem Histórica e Pitoresca ao Brasil / reprodução Eduardo Mello

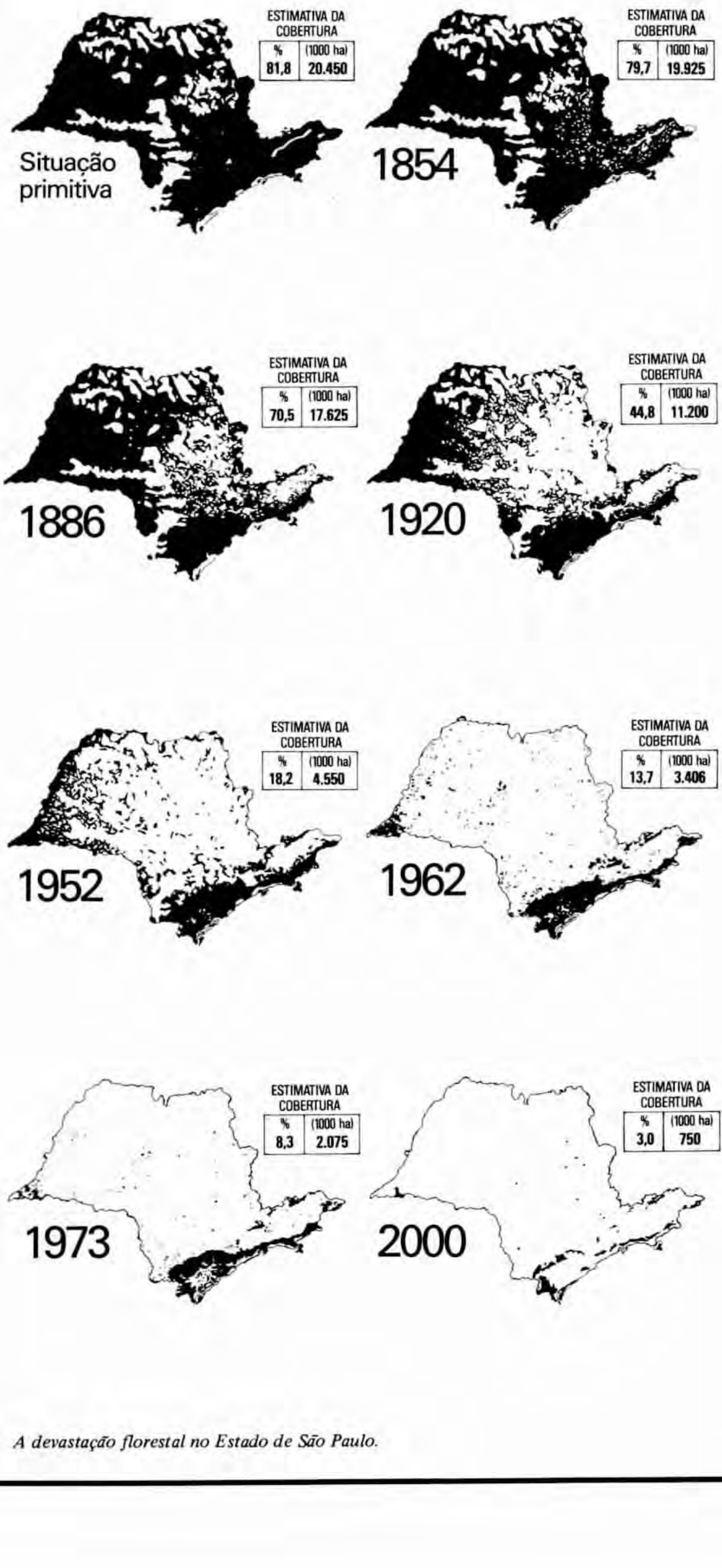
A bananeira, uma das frutas nativas da Mata Atlântica.

mais dramático é o de Cubatão. Ali, a fumaça carregada de agentes químicos, das indústrias situadas na baixada do sopé da serra, exterminou toda sua vegetação de maior porte. Chuvas mais intensas, em fevereiro último, abriram fendas impressionantes no solo, e até o momento não se encontrou forma de recuperação. A maneira mais econômica e segura de se evitar todos esses prejuízos constantes é a manutenção da floresta original.

A quarta razão, entre as mais importantes para a preservação da floresta atlântica, é de caráter histórico-cultural e econômico-turístico. Raras são as paisagens do mundo tão belas quanto as da serra do Mar, com sua vegetação intacta. Desde o Renascimento, essa visão tem deslumbrado aqueles que nos visitam. Do século dezenove nos ficaram descrições de fascinação por essa natureza pujante. Nos trechos em que a serra se debruça diretamente sobre a água, em festival de ilhas, baías e enseadas, poucas são as palavras para descrever sua beleza excepcional. E é justamente aí que uma especulação imobiliária imediatista tem se assentado, descaracterizando esse potencial turístico e prejudicando nossa economia presente e futura. É preciso regulamentar com muito critério essas ocupações, para não lamentarmos, em futuro próximo, mais uma fonte de riqueza irremediavelmente perdida. Aí está também boa parte do nosso patrimônio histórico, resultado de muitos séculos de ocupação da franja litorânea, que tem como enquadramento de sua paisagem a serra embelezadora. As encostas de Parati estão, hoje, todas ocupadas e em processo de deslizamento, isso apesar de estarem incluídas em um Parque Nacional! Nessas regiões desenvolve-se ainda, apesar de cada vez mais agonizante, a cultura caiçara, resultado de séculos de relação direta desses homens com a natureza. É preciso compreender todas essas riquezas e possibilitar sua preservação com presteza, para o bem desses antigos moradores da área e de todos nós.

A história do tombamento

Por fim, gostaríamos de mencionar um pouco da história e dos instrumentos de preservação da serra do Mar, e de seu tombamento no Estado de São Paulo, resumindo o método que levou à sua delimitação. Gonzaga de Campos escreveu, em 1911, um estudo sobre a vegetação brasileira intitulado *Mapa Florestal*, obra clássica em que a preocupação com a preservação de amostragens dos nossos ecossistemas vem em primeiro lugar. Sua preocupação com as escarpas da serra do Mar é bastante atual e suas descrições dessa região merecem ser melhor conhecidas. Nessa época, e mesmo antes, diversos cientistas já se preocupavam com o extermínio de nossa floresta atlântica. Dessa preocupação, resultou nosso primeiro código florestal, de 1934, que definiu as florestas das encostas mais declivosas como protetoras de sua estabilidade. Apesar disso, a devastação continuou. Na década de 40, é criada em São Paulo a Polícia Florestal, com a finalidade de aplicar esse código. Desde então,



A devastação florestal no Estado de São Paulo.

Paulo Duarte e Monteiro Lobato já se manifestam quanto à necessidade da preservação de sua vegetação em São Paulo e em toda sua extensão. Apesar disso, continuam as derrubadas. Na década de 70, explode a preocupação mundial com o meio ambiente. No Brasil, o regime autoritário dá pouca importância a esse movimento, e as derrubadas prosseguem. No final dos 70, Mauro Victor, antigo diretor do Instituto Florestal de São Paulo, publica *Cem Anos de Devastação*, em que dá à luz os mapas da devastação neste Estado, elaborado por essa instituição, causando impacto naqueles mais preocupados com a situação de nossas florestas nativas. Nessa época, as sociedades ambientalistas civis, já melhor organizadas, conseguem sua primeira vitória expressiva, impedindo a construção de um grande aeroporto na Reserva de Caucaia, uma das duas últimas amostragens significativas da floresta atlântica da Área Metropolitana de São Paulo.

Tinha então sido iniciada uma transformação do entendimento do instrumento do tombamento de nosso patrimônio histórico. Essa figura, entendida inicialmente como aplicável às construções monumentais, passa a abranger a necessidade de preservação da memória de todas as classes sociais e dos conjuntos urbanos, com todas suas interações. Sua aplicação à paisagem, entendida como parte da história, quer seja em seu estado natural ou trabalhada pelo homem, estava latente. A ameaça de aumento das instalações no topo do Pão de Açúcar levou o então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a declarar seu tombamento, tombando também o penhasco do Corcovado. Estava aberto o caminho. Em São Paulo, a Secretaria da Cultura começa a estudar o tombamento de áreas naturais. Em meados da década passada, o Professor Aziz Ab'Saber, então conselheiro do Condephaat, formulou a necessidade do tombamento da serra do Mar, em toda a sua extensão no Estado de São Paulo. Data dessa época o início do acúmulo de informações, por parte da Secretaria da Cultura, visando a esse objetivo. O Condephaat tomba, na área da serra do Mar, a Calçada de Lorena e os monumentos do Caminho do Mar; tomba também o maciço da Juréia e a Vila Caiçara de Picinguaba. A Reserva de Caucaia é tombada pela Assembléia Legislativa do Estado. A serra do Japi também é tombada. Esses casos

possibilitam a aquisição de uma boa experiência no tratamento da preservação de áreas naturais. Ao lado dessas iniciativas, outras propostas eram desenvolvidas com a mesma finalidade. Já então haviam sido definidos alguns parques e reservas na serra do Mar paulista, por parte do Instituto Florestal. Em 1977, o Governo do Estado cria, por decreto, o Parque Estadual da Serra do Mar, ocupando mais da metade da extensão da escarpa. Esse parque, apesar de criado, não é implementado, e serve apenas para evitar concessões oficiais de derrubadas e justificar uma fiscalização eventual. Em 1982, o Condephaat abre oficialmente o processo de tombamento da serra do Mar, mas ainda não conclui a delimitação da área a ser preservada. Em 1984, através de decreto, o Governo do Estado declara a Área de Proteção Ambiental – APA da Serra do Mar, completando, com os parques já existentes, uma faixa da serra com delimitação de preservação contínua, da divisa do Rio de Janeiro à do Paraná. As APAs são áreas de grande interesse para a preservação ambiental e possibilitam que o direito de propriedade seja restringido, garantindo o uso adequado à necessidade de proteção. Elas têm uma base legal bastante semelhante à do tombamento. O Conselho Estadual do Meio Ambiente, recém-criado, responsável por esse decreto, reitera a necessidade do tombamento da serra do Mar. Ainda no mesmo ano, o Governo Federal declara a Área de Proteção Ambiental de Cananéia–Iguape–Peruíbe, com a finalidade de proteger o ecossistema lagunar da região, sua floresta de baixada e encostas da serra ainda não especificadas por uma delimitação de proteção.

A preocupação da sociedade civil aumenta. Em outubro de 1984, as associações independentes de proteção do meio ambiente realizam reunião em Ubatuba, com a finalidade de encontrar maneiras eficazes de se proteger a serra do Mar. O tombamento é exigido como medida principal. Em fevereiro de 1985, o Professor Modesto Carvalhosa assume a presidência do Condephaat e define como prioritário o tombamento da serra do Mar. É criado um grupo de trabalho com essa finalidade. A metodologia definida é a de abranger todos os instrumentos de preservação já existentes para a área, e anexar aos mesmos as formações mais expressivas e ameaçadas que lhe sejam contíguas. Assim, a delimitação inclui os morros isolados do litoral, também extremamente vulneráveis aos escorregamentos. As bacias hidrográficas, que drenam para a serra, são de um modo geral abrangidas, para garantir a qualidade das águas que adentram os parques e reservas da região. Baixadas onde ainda restam exemplos raríssimos de ecossistemas naturais cujo uso precisa ser disciplinado são englobadas. Por fim, são incluídas quase todas as ilhas do litoral, pela importância e fragilidade de seus ecossistemas. São deixadas de fora as ilhas que abrigam as cidades de São Vicente, Santos e Guarujá, e a ilha Comprida, no litoral Sul, pela complexidade dos problemas que apresentam, para ser estudadas posteriormente. Nesse processo, tem grande relevância o trabalho do Professor Augusto Titarelli e da equipe de Áreas Naturais do Condephaat, que há anos vinha se dedicando a esses problemas. Junta-se aos seus esforços toda a equipe do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Em março, o Governador Franco Montoro libera uma verba significativa para a fiscalização dos recursos naturais, com especial destaque à serra do Mar, que tem um plano específico de proteção definido. Em maio, em atenção às disposições legais, o Secretário da Cultura publica edital de tombamento da serra, com grande repercussão. A sociedade e grande número de políticos apóiam a medida. Muitos empresários de turismo e proprietários a contestam. São realizadas reuniões, emitidos despachos, passados telegramas, definidos processos. Especifica-se, no processo de tombamento, a preocupação com o livre desenvolvimento das comunidades indígenas e caiçaras, e com os posseiros que vivem da agricultura de subsistência. Proíbe-se a instalação de indústrias ou loteamentos sem audiência prévia do Condephaat. A 6 de junho, a serra é oficialmente tombada.

A continuação desse processo

Resta ainda, ao tombamento da serra do Mar no Estado de São Paulo, a definição do uso das áreas abrangidas por seu perímetro. Reuniões têm sido realizadas com os interessados e com os poderes públicos municipais. É preciso também que o tombamento seja conhecido, entendido, e obedecido por todos que têm interferência na área. Somente a compreensão de seu significado social e econômico por todos a ela relacionados garantirá sua preservação tão desejada e necessária. É preciso garantir a continuidade da participação ativa da comunidade científica nos estudos da área e na definição de usos e restrições compatíveis com essa medida. O Condephaat conta, desde o início do processo final de tombamento, com o apoio de diversos órgãos governamentais a ele relacionados. No ato de tombamento, ficou definida uma comissão interórgãos estatais que congrega todas essas entidades relacionadas com a questão para viabilizar a aplicação dessa medida.

Ainda no mês de junho de 1985, os Governadores de São Paulo e do Paraná reúnem-se em Paranaguá, para assinar convênio de proteção ambiental conjunta da região litorânea da divisa desses dois Estados. Nessa cerimônia, é afirmada pelos dois chefes de Governo a intenção de liderar um movimento pelo tombamento da serra do Mar em toda a sua extensão no território brasileiro. Essa tarefa depende de todos nós. Mãos à obra!



"Plantas de Mata Virgem": Pinguim bromélia, folhas centrais vermelho vivo e as exteriores verde escuro.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João (João Antonio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, C.E.N., 1967.

CAMPOS, Luiz Filippe Gonzaga de. *Mappa Florestal*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1912.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo, C.E.N./Secretaria da Cultura ESP, 1977.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1939.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, C.E.N., 1957.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo, Martins, sd.

Processos relativos ao Tombamento da Serra do Mar, do CONDEPHAAT.

Tema 1:
Por uma política brasileira de arquivos

Textos de:
René Armand Dreifuss,
Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco,
José Maria Jardim,
Marco Aurélio Garcia e
Equipe do Pró-Documento.



Granville

AO ARQUIVO, COM CARINHO

*RENÉ ARMAND DREIFUSS**

Eu retornava ao Brasil, para enfrentar os arquivos de pesquisa, no início de 1976, dezoito meses depois da última estada. Passara esse tempo na Grã-Bretanha, na Universidade de Glasgow, trabalhando na minha tese de doutorado, que eu inicialmente pretendia que fosse uma elaboração teórica sobre alguns conceitos muito discutidos na Ciência Política. No entanto, por diversas razões — inclusive porque, absurdamente, é muito difícil obter financiamento para uma tese "teórica" —, esta foi lentamente encaminhada para o domínio da análise política e finalmente amarrada num caso concreto: o Brasil contemporâneo.

Pretendia estudar as recentes mudanças do Brasil autoritário, que eram, em grande parte, possíveis de discernir nos jornais brasileiros da época que eu tinha à minha disposição – com um ligeiro atraso de dias – na biblioteca da Universidade. A visão que a leitura me dava era temperada pelos ocasionais relatos de viajantes, pelas cartas de amigos e pelos grupos de debate que funcionavam na Universidade. Viviam-se os primeiros ventos da "descompressão" cultural e da "distensão" política. Os mais arrojados falavam em "abertura". Isso não diminuía o receio e a ansiedade – insegurança até – de vir ao Brasil para fazer pesquisa sobre temas polêmicos. Abandonar as confortáveis salas da universidade britânica, assim como o calmo, quase bucólico, ambiente acadêmico, distanciado e frio – onde os temas mais constrangedores ou absurdos podiam ser motivo de debate desapaixonado —, para pesquisar o sistema político brasileiro *in loco* e transitar pelos circuitos dos poderosos, civis e militares, não era uma perspectiva tranqüilizadora, embora tivesse sabor de aventura.

Vinha trabalhando com três hipóteses a respeito do acontecer político no Brasil. Duas delas, perpassadas por uma reflexão a respeito da natureza do regime e do sistema político, se ancoravam numa noção extravagante: o Estado Tecnoburocrata-castrense, ponto de partida da análise e resumo do processo político. Seu pólo de gravitação era a Escola Superior de Guerra e as Forças Armadas, o tal de Poder Militar. A terceira hipótese, embora chegasse ao encontro da noção de Poder Militar, partia de premissas diferentes. Estava fora do eixo da reflexão anterior (que servia de matriz para as duas primeiras hipóteses), ancorando-se no conceito de Elites Orgânicas. Era a hipótese mais solta, até por falta de informação adequada para formulá-la de forma elaborada; era mais intuitiva e dedutiva, do que indutiva. Seu eixo de referência era o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Ipes, que eu supunha fosse o centro intelectual e político da articulação civil-militar contra o Presidente João Goulart.

Nos primeiros quatro meses, peneirei arquivos do Rio de Janeiro, tanto privados como públicos ou institucionais, num trabalho cansativo, maçante e, sobretudo, delicado. As dificuldades eram de toda ordem. Na localização, acesso e uso dos arquivos, havia problemas ditos políticos. Sob esse mote, misturavam-se a desconfiança de esquerda e de direita, as inimizades, lealdades e atritos entre as várias fontes, assim como as vaidades, picuinhas e até a vontade de passar despercebido. Havia também os problemas de ciumeiras e egoísmos do mundo acadêmico e a natural insegurança de lidar com temas que tinham a ver com a realidade nacional, num clima em que, apesar dos primeiros e tímidos ventos da distensão, era basicamente autoritário, elitista e punitivo. O acesso à documentação pública era complicado, era mais um aspecto da escamoteação das prerrogativas do cidadão. A coisa pública era tratada como privada até – ou especialmente – na informação. Havia o problema de saber onde estavam tais ou quais documentos e onde eram depositados tais ou quais arquivos, para descobrir que na maioria dos casos não eram nem depositados. Isso porque não havia registro geral de arquivos, nem órgãos coordenadores e integradores da documentação pública. Muito menos leis que regulamentassem os arquivos públicos e institucionais (incluindo até os privados, que tivessem a ver com a coisa pública), nem prescrições claras, passíveis de obediência e controle a respeito dos documentos produzidos no âmbito do Estado. Não havia, enfim, a noção de que a administração pública manejava documentos que eram da nação, e não privativos dos funcionários graduados que circunstancialmente ocupavam cargos públicos.

Tudo isso levava a um fenômeno curioso: a formação de "feudos" da memória nacional, com numerosos centros acadêmicos e instituições públicas e privadas, cada um guardando ciosamente sua pequena coleção, trabalhosamente montada, o que certamente não facilitava o trabalho de pesquisa. E, no entanto, era o esforço desses muitos centros e instituições que permitia que se obtivesse alguma informação a respeito da realidade nacional. Os diversos critérios — em alguns casos, arbítrios de funcionários – de consulta e uso que cada centro instituía complicava ainda mais um trabalho que por si só já era complexo.

(*) René Armand Dreifuss, cientista político, professor na Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador visitante na área interdisciplinar de energia COPPE/UFRJ, é autor de *1964: A Conquista do Estado*. Atualmente termina pesquisa sobre as estruturas transacionais de poder político, a ser editada este ano pela editora Vozes.

Uma colcha de retalhos

Já tinha pesquisado na Biblioteca Nacional, no *Jornal do Brasil*, no semanário *Opinião*, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Centro de Documentação da Marinha, na Escola Superior de Guerra (ESG), na Casa de Rui Barbosa, para mencionar alguns. Em muitos desses arquivos e bibliotecas eu continuava pesquisando, obrigando-me a uma ginástica semanal de acomodação de horários em pontos diversos da cidade, e afastados entre si. Acontecia assim uma verdadeira maratona, na tentativa de racionalizar ao máximo o tempo disponível. Entrava e saltava de táxis, aumentando consideravelmente os gastos de pesquisa: duas horas na Urca, uma hora na Casa de Rui Barbosa, duas horas na Biblioteca Nacional. No dia seguinte, a loucura de pular de galho em galho se repetiria, visitando outras instituições, como se cada fato ou personagem da história contemporânea do Brasil fosse uma colcha de retalhos.

Por essa época, o comandante Paulo Castello Branco, filho do ex-presidente Humberto de Alencar Castello Branco, guardava uma vasta documentação sobre a vida do seu pai, em sua casa de Ipanema, onde tinha organizado um belo e cuidadoso arquivo, à disposição de pesquisadores profissionais, aos quais proporcionava diálogo estimulante e convívio agradável. A ECEME, na Praia Vermelha, por seu lado, tinha uma "coleção Presidente Castello Branco". E o Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo, também guardava documentação do ex-presidente, aliás, inicialmente, uma contribuição do próprio Comandante Paulo. Os três arquivos, portanto, eram complementares, o que já obrigava a um deslocamento. Mas a informação que me faltava, por acaso, nesse momento, não estava em nenhum dos três – estava na Biblioteca Nacional. Novo deslocamento, e retorno às três fontes de pesquisa, para conferir algum novo indício que despontava da consulta na Biblioteca.

Não era fácil e, no meio disso tudo, eu precisava ainda dar conta das entrevistas. Já tinha realizado quase uma centena, com militares, empresários, políticos, burocratas, jornalistas e acadêmicos. Muitas delas em *off*, ou com o compromisso de não utilizá-las explicitamente, a não ser como ponto de referência para o raciocínio. Isso complicava as coisas, quando se fazia mister cotejar a veracidade ou a interpretação de uma fonte, sua versão do fato e o próprio fato. O impedimento ético de citar a informação em *off* ou, mais frustrante ainda, a proibição de citar ou obter cópia do material que eu tivera a oportunidade de ler, sobrecarregavam o trabalho de pesquisa. Disciplinar o acesso, o uso e a localização dos documentos se tornava, nesse momento, crucial.

Após aqueles quatro meses, tinha juntado peças e mais peças. O quebra-cabeças já estava sendo montado. No entanto, faltavam algumas questões vitais. Já tinha uma certa noção de quais, o problema maior era encontrá-las. As duas primeiras hipóteses, que me ajudaram a elucidar as componentes militares, partidárias e tecnoburocráticas do processo político brasileiro, tinham esgotado seu potencial explicativo e sua função multiplicadora. A terceira – a hipótese de uma grande manobra e campanha política, civil e militar, para depor Goulart – não só se sustentava, com ligeiras modificações, como crescia, permitindo que as coisas batessem, abrindo novos espaços de indagação. Mas, quem me deixaria consultar material do Ipês? Além dos óbvios reservatórios de documentação (guardados por destacados ipesianos), aos quais eu não teria acesso, haveria algum "arquivo central" ou arquivos particulares que eu pudesse consultar? Onde? Com quem? Para complicar ainda mais as coisas, eu não podia sequer mencionar o nome do Ipês. Ele causava arrepios. As poucas pessoas às quais eu tinha dirigido perguntas específicas a respeito do Ipês, na tentativa de obter informação e como balão de ensaio, tinham-se fechado em copas.

No Brasil, é preciso falar com o diretor

"Talvez você encontre material sobre o Estado contemporâneo no Arquivo Nacional", disse-me o pessoal do Itamaraty, diante da minha ansiedade. O diretor do Arquivo, Raul Lima, faria, segundo eles, o possível para que eu pudesse realizar o meu trabalho. "Não tem as mesmas facilidades e os recursos de arquivos semelhantes na Europa e nos Estados Unidos", avisaram. "Mas dá para trabalhar. Aqui não tem quase nenhum material do período que você está pesquisando. É perda de tempo." Ouvindo essas palavras, encerrei o meu trabalho de pesquisa na antiga sede do Itamaraty, à Avenida Marechal Floriano, no Rio. Na manhã seguinte, bem cedo, teria uma entrevista com o diretor do Arquivo Nacional, segundo prévia confirmação telefônica da minha fonte no Itamaraty, acertando o encontro.

Já era um começo auspicioso. Para início de conversa, a entrevista tinha sido marcada de manhã cedo, isto é, o diretor do Arquivo estaria no seu local de trabalho e eu teria, depois, o dia inteiro. O tempo não seria entrecortado com encontros de meia-manhã ou meia-tarde, que sempre tinham um sabor mais "social". Além do mais, não houve protelação pelo telefone. O contato tinha sido feito na tarde anterior e o encontro da manhã seguinte foi marcado em tom profissional, sem clientelismo ou jeitinho. Em qualquer outro lugar, a minha visita seria de rotina. Não haveria necessidade de procurar o diretor de um Arquivo, para simplesmente consultar o material depositado, a menos que fosse um trabalho especial, fora das normas ou do convencional. No entanto, após algum tempo de trabalho no Brasil, tinha aprendido que esses contatos eram necessários, e o melhor era precaver-me.

Raul Lima, o diretor do Arquivo, me recebeu na sala ampla e vetusta da diretoria, com um monte de perguntas. Quem era eu, de que Universidade, qual a minha experiência de pesquisa, preencha aqui a sua ficha de consulta, etc. E anunciou: "Temos muito material, uma boa parte já classificada e catalogada." Alguns arquivos ainda não tinham sido trabalhados, outros já contavam com a relação do conteúdo, embora não fosse conferida e estivessem, portanto, fechados para consulta, à espera de catalogação. "Aqui tem uma relação de todos os tipos de arquivos do século XX depositados nesta casa. Nós também temos uma revista do Arquivo, com informações do acervo e dos pesquisadores... Tempos atrás, esteve aqui Leslie Bethell, da Grã-Bretanha, o senhor o conhece? O senhor pode descer à sala de consulta. Lá receberá a explicação de como funciona o Arquivo e de como obter o material. Quando tiver peneirado o material do listão, e se tiver ainda vontade de continuar pesquisando e precisar de alguma coisa, venha me consultar. Talvez, até lá, alguma parte do material não

classificado já tenha sido trabalhado e esteja aberto para consulta. Em todo caso, boa sorte e bom trabalho."

Ao meio-dia eu já estava instalado numa das mesinhas de consulta do Arquivo Nacional, com a minha carteirinha de pesquisador e uma pilha de material para consulta. O pessoal era rigoroso na proibição de fumar na sala ou de conversar. Não que adiantasse muito, pois o ruído e as buzinadas dos carros passando na rua defronte ao Arquivo já atrapalhavam bastante. E a fumaça e os cheiros dos veículos impregnavam o ambiente, alcançando diretamente o largo e alto portal de entrada. Mas os funcionários supriam com sua boa vontade as dificuldades inerentes à conjunção das falhas "estruturais" urbanas e do prédio do Arquivo.

Não era ali que devia estar a memória da Nação?

A sala de consulta era limpa, mas dava para sentir que as verbas do Arquivo eram parcas, já que a mobília, as paredes e a sistemática de serviços davam o recado da falta de infra-estrutura e de manutenção adequada. No entanto, a sala estava cheia de leitores: ali, um grupo de alunos de ginásio; lá, um senhor que procurava um documento para resolver um problema de família; aqui mais perto, um pesquisador da Europa preocupado com Dom Pedro II e uma pesquisadora de uma universidade norte-americana estudando o início do século. E um punhado de pessoas que podiam ter as mais diversas ocupações e interesses. Tinha até um senhor de idade que freqüentava o Arquivo pelo "prazer de conhecer" história. Com toda a sua precariedade, o Arquivo permanecia teimosamente aberto ao público.

Com o passar dos dias, fui quebrando o gelo das formalidades. Vinha diariamente ao Arquivo, no horário do meio-dia, com um sanduíche e umas frutas compradas no caminho, direto da Urca, onde tinha passado a manhã lendo material da Escola Superior de Guerra. Já tinha até uma mesinha "preferida", e o pessoal tinha pronto, à minha chegada, o material que eu deixava pedido na véspera. De tanto em tanto, eu fazia um intervalo para o cafezinho na cantina do Arquivo e o papo com os funcionários. Fui aprendendo um pouco das dificuldades de trabalhar numa instituição desse porte, sem pessoal adequado, com escassez de recursos espichados por malabarismos mil, com demandas diárias e sempre diferentes, já que o olhar e a mente de um pesquisador eram sempre diferentes de um outro. Como responder à consulta de um sujeito que não podia encontrar o que ele queria através da relação? Como lidar com um pesquisador "temático"? Com o pesquisador do "detalhe"? E com o pesquisador do "geral", quase sempre ginasiano? E como educar o leitor novato no manuseio de papéis originais ou de raras cópias? Como ensinar-lhe a respeitar o acervo público, o



Geraldo Viola / Agência JB

Arquivo Nacional, sede antiga: documentos fora de ordem amontoados em caixas.

ambiente de trabalho e permitir a necessária concentração ou o sonho? Enfim, como facilitar a vida do pesquisador e resguardar o Arquivo?

Após algumas semanas, eu já tinha dado conta do material da relação. Não tinha muito na mão. Algumas anotações nem serviam para a minha pesquisa, mas guardei como dados interessantes que poderiam ser utilizados mais tarde num curso, num artigo ou numa nova linha de pesquisa. Sentia-me um pouco frustrado. Eu esperava encontrar material mais palpitante, mais "quente" e em muito maior quantidade. Afinal de contas, era o Arquivo Nacional. Não era ali que deviam estar depositados os documentos que permitiriam a reconstituição histórica do país? Não era ali que deviam ser guardados os milhões de papéis, cartas, anotações, memorandos, documentos públicos que faziam a memória da Nação?

Na verdade, eu vinha com um monte de expectativas. Já tinha trabalhado em vários arquivos no exterior, basicamente na Grã-Bretanha. A consulta, neles, era questão de rotina. Sem favores. Sem jeitinhos. Sem tratamento especial. Simplesmente o tratamento correto. O material catalogado, muitas vezes estocado na memória de um computador, facilitava a vida. As normas de consulta eram claras, assim como as de abertura de material e de recolhimento do material ao arquivo. Não que tudo fossem flores. Discutiam-se muito as normas de abertura de documentos, e, em especial, o tempo em que eles permaneciam "fechados". Na Library of Congress, nos Estados Unidos, eu viveria, dois anos depois, algumas experiências interessantes. Lá também havia morosidade. Os pedidos demoravam, o volume de consulta era grande. Muitos documentos, livros, revistas não eram localizados. "Estão sendo consultados pelo senador X." Ou: "O deputado Y levou."

Ao mesmo tempo que facilitava o trabalho, a burocratização do sistema americano era um entrave. Lá também tive que falar com um dos diretores da seção de consulta. Levei uma cartinha. Recebi um crachá de consulta especial que me permitia perambular pelas prateleiras e localizar o material por assunto, sem intermediário. Descobri que muitos livros eram mal guardados. Fora da ordem, nunca seriam achados, a não ser por acaso. Alguns eram escondidos, como uma espécie de "reserva especial". Os rapazes que faziam o serviço de localização, muitos deles jovens universitários, andavam de patins entre as várias estantes, para acelerar o trabalho e não cansar. Às vezes, viviam um encontro amoroso entre aquelas fileiras de livros, com a luz apagada dos corredores alegrando o seu dia. Com o passar do tempo, ganhavam confiança para pedir: "Hoje não vá ao corredor N." E só.

Era hora de falar com Raul Lima e ver se tinha mais alguma coisa para consultar. Lima foi muito gentil. Talvez eu quisesse consultar o arquivo de Luiz Viana Filho, que já estava catalogado. Esse interessava. Como ex-ministro da Casa Civil do Presidente Castello Branco, poderia conter informação ou pistas

interessantes. Tinha ainda o arquivo do ex-Chanceler San Thiago Dantas, que não estava aberto ao público, e alguns outros, cujas relações não estavam prontas, e mais alguns que estavam em fase de finalização do trabalho de classificação ou cópia. A questão era ter paciência. Topei trabalhar o arquivo do Viana Filho, com a esperança de ver, nesse ínterim, o de Dantas, que eu imaginava cheio de surpresas agradáveis.

Havia um arquivo do Ipês. A pesquisa ganhava outro ritmo.

De fato, o arquivo de Luiz Viana Filho foi estimulante. Tinha um bom material da sua passagem pela Casa Civil, pela pasta da Justiça e mais algumas coisas da política baiana, que eu percorri em uma semana. Voltei a falar com Lima. Ele me disse que eu podia ver outros arquivos, mas não o de Dantas. Aliás, um outro arquivo tinha sido liberado, já que sua relação estava completa: o arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. "Interessa?" Eu gelei. Havia um arquivo do Ipês. A terceira hipótese poderia ser testada a sério. Como seria esse arquivo? Que tipo de material continha? Quantas caixas e pacotes? Pela relação, uns cem. Eu não sabia o que fazer. Digo que sim? Digo que não? Dou a entender que é uma peça importantíssima da pesquisa? Menosprezo o arquivo do Ipês? E se digo que sim, isso não vai fazer saltar a lebre? "Interessa, mas é o do Dantas que eu quero", respondi. "Trabalho o do Ipês, mas quero o do Dantas, será possível?" O Lima não me deu nenhuma certeza a respeito do arquivo do Dantas. Por ora, eu teria que me contentar com o arquivo do Ipês, e a minha pesquisa pôde realmente começar.

A ansiedade era imensa. Eu estava com medo de que, a qualquer momento, alguém chegasse e dissesse: "Esse arquivo está fechado. Foi um erro abri-lo." Tinha que trabalhá-lo depressa, nem que fosse em diagonal. "Puxa, consultar esse arquivo na sala pública, e de repente alguém xeretando e estragando tudo, botando a boca no mundo e fechando o arquivo. Quem será que depositou esse arquivo aqui? Por quê? Já era final de tarde, não daria para começar agora. Teria que voltar no dia seguinte. Decidi: "Amanhã não vou à ESG. Venho direto ao Arquivo, assim que abrir."

De manhã cedinho eu estava lá, tomando café no bar da esquina. Será que a autorização foi revogada? E se o arquivo é banal, cheio de panfletinhos, de coisas óbvias? Primeiro, vou ver a relação. Puxa, um frio no estômago. Eu havia passado meses atrás de documentação a respeito do Ipês... De repente, lá estava a papelada, no lugar menos esperado e, no entanto, no lugar correto. Afinal de contas, era o Arquivo Nacional.

A essa altura, eu já tinha cadeira cativa no Arquivo. Diariamente, eu aparecia na hora do almoço, para trabalhar. Já não era questão de ler somente e tomar nota. O material que eu estaria trabalhando, pelos próximos seis meses, me obrigaria a constantes interrupções para pensar, para caminhar ruminando idéias, para descer até a rua, deixando o material na mesa de trabalho e obter uma informação que me preenchesse uma lacuna. Às vezes, era uma questão de ir de táxi até a Biblioteca, para consultar um jornal. Ou de dar um pulo à casa de fulano, para conferir, para sacar. Ou ainda, uma questão de ler um livro e voltar ao assunto. "Se tudo estivesse no Arquivo... Se o Arquivo fosse como a Biblioteca do Congresso Americano, onde documentos e livros, revistas e jornais, panfletos e depoimentos estavam depositados... Onde havia um sistema de informação que permitia localizar em outros arquivos o que faltava e obter o material por empréstimo... Se, ao menos, eu pudesse deixar o material sob consulta imediata na mesa de trabalho, me esperando quando voltasse, sem desmanchar o 'mapa' que eu tinha organizado com os documentos nesse momento..." A falta de integração e coordenação condenava o pesquisador ao desgaste e à baixíssima produtividade, além de um alto custo financeiro.

Comecei a ficar inquieto, o "creaque-creaque" das tábuas do chão me atrapalhava a concentração. As idas e vindas dos funcionários e as entradas e saídas dos leitores interrompiam o fluxo do pensamento. E também o calor e o frio da sala, a pouca luz, o ruído dos carros e o ambiente silencioso demais. Tudo era motivo de queixa íntima. Só era permitido ver uma parte de cada vez. E eu também não podia acumular as pastas em cima da mesa. Tinha que examinar um pedaço de cada vez e devolver tudo.

Acho que alguém notou a minha angústia, porque, um belo dia, um dos funcionários se aproximou e me disse: "Você devia ter um lugar mais tranqüilo para trabalhar, para poder deixar tuas coisas, para poder esticar as pernas e continuar olhando o material. São horas a fio de trabalho que você passa no Arquivo..." É, de fato. Se estivesse em outro lugar, estaria com um pequeno escritório, com chave na porta, com mesas e estantes, onde pudesse deixar o material para consulta. Ou, no mínimo, com um esquema de consulta especial, para poder fazer o trabalho de seqüência e cruzamento...

– Se você quiser, a gente dá um jeito de encontrar um canto mais tranqüilo, onde você possa consultar pilhas maiores.

Fiquei aliviado, quando ouvi a sugestão. Esse, de fato, era um problema gravíssimo. Havia uma limitação compreensível, na quantidade de documentos que uma pessoa podia consultar de uma só vez, na mesinha da sala de leitura. Mas o tipo de material que eu estava trabalhando exigia pilhas e pilhas de papel à disposição e espalhados pela mesa, para permitir o cruzamento de documentos, a leitura seqüencial, a leitura comparativa, a leitura de enxerto até, com outros textos que eu trouxesse de fora do Arquivo. Para piorar as coisas, os documentos estavam simplesmente amontoados em caixas e pacotes, sem nenhuma ordem, a não ser a lógica da entrega, que obviamente não era a "racional histórica", nem política ou sociológica. E eram muitos fatos, muitos nomes, muitas pistas, muitos indícios para guardar tudo na cabeça e rememorar, no momento certo, ao toque de um estímulo, aquela informação da caixa 87 que batesse com a ata da caixa 23. A relação era genérica. Pacote X, atas. Pacote Y, atas e correspondência. Pacote Z, correspondência, atas e recortes. Começar por onde? Como ordenar essa informação? Vamos abrir um pacote. Atas misturadas, incompletas, de vários anos. Tinha duas ou três versões da mesma ata, manuscritas e datilografadas, diferenciadas pelo detalhe e riqueza da informação. Eram destinadas a públicos leitores diferentes no interior do Ipês? Como checar as atas, onde estariam as outras folhas que faltavam? Onde a ata do dia seguinte, que daria conta da informação que se mencionava no dia anterior?

Fiquei impressionado. Aquele funcionário tinha tido sensibilidade suficiente para entender as minhas dificuldades de pesquisador. E mais, procurou resolver, ou pelo menos ajudar no possível, inclusive tendo que dobrar certas normas para permitir que o trabalho rendesse. Fiquei muito contente e à espera de alguma solução. Ela veio pouquíssimos dias depois. O pessoal do Arquivo tinha arranjado com a chefe da seção de classificação, dona Marly, uma mesa bem maior, na sala dela, onde eu poderia trabalhar. O lugar não era muito tranqüilo, mas precisamente por isso, eu poderia me mexer, não ficar amarrado à cadeira e, principalmente, poderia consultar várias caixas de uma só vez, desde que me comprometesse a recolocar tudo na ordem, com muito cuidado, para não alterar a relação de documentos. Obviamente, assumi esse compromisso e, em troca, ofereci a minha colaboração para dar uma mão na classificação dos documentos. Já que eu abria caixa por caixa, pacote por pacote, fazendo o trabalho de cruzamento, pelo menos a classificação inicial poderia ter um desdobramento viável. Eu poderia fazer uma relação detalhada do conteúdo do arquivo, para colaborar na catalogação final, localizando as folhas espalhadas de um documento, ou marcando em separado uma ordem cronológica e temática do material. Começamos então a funcionar em ritmo de mútua ajuda. A chefe da seção, dona Marly, e os ajudantes – dona Dalva, dona Neuza, dona Valda, seu José – foram muito prestativos, apoiando e estimulando o meu trabalho.



Geraldo Viola / Agência JB

Salas abarrotadas de documentos, muitos empilhados no chão na falta de armários e gavetas.

Conhecendo o arquivo por dentro

O estímulo foi importantíssimo. Nos dias de calor, bonitos, quando a vontade é de ir à praia, esticar num passeio ou, simplesmente, de chegar tarde, o pessoal me incentivava a continuar, a trabalhar. As deficiências eram muitas no Arquivo, mas não faltava solidariedade. Talvez a infra-estrutura de serviço não fosse adequada, mas os funcionários reconheciam suas limitações pessoais, quanto à sua capacitação, suprindo com muito carinho e com muito companheirismo essas deficiências.

Começou uma torcida pela pesquisa. Comentava-se o que ia aparecendo. Dona Marly trocava idéias comigo a respeito do arquivo do Ipês. Quem tinha depositado o material era o General João Batista Tubino, conspirador de 1964. E, segundo ela, porque não tinha mais espaço em casa para segurar uma papelada daquelas. A chefe da seção conhecia esse material e tinha uma noção geral da importância das informações ali contidas. O material do arquivo só tinha sido consultado uma única vez, antes de eu começar a trabalhá-lo. Quem o consultou foi uma pesquisadora norte-americana – que orientou sua leitura na documentação de uma forma assaz específica – estudando o pensamento e as propostas do Ipês sobre a questão agrária, que se consubstanciariam no Estatuto da Terra e na criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, fornecendo inclusive os quadros para implementá-lo.

O pessoal me tirava, de tanto em tanto, do frenesi da leitura e da cópia manuscrita, para tomar um café, descansar a cuca, relaxar. Era o aspecto humano que sobressaía. Foi nesse período de cinco meses de trabalho diário no Arquivo Nacional, que eu realmente saquei o que é trabalhar sem condições e com muito amor e dedicação – o que, lamentavelmente, nem sempre supre as deficiências. A sala já estava abarrotada de documentos, muitos deles empilhados no chão, por falta de armários e gavetas próprios para esse fim. O pessoal da limpeza colaborava, redobrando o seu trabalho em torno desses documentos preciosos, para evitar que a poeira se instalasse, numa luta perdida de antemão. E a umidade? E o ressecamento pelo calor? E a deterioração causada pelas mudanças de temperatura ambiente e nível de umidade? Manuseavam-se documentos antigos, a raridade e a importância estampadas na cara, com muito cuidado e sem maiores recursos, seja para arquivá-los, seja para tratar deles com propriedade e resguardá-los da ação do tempo. O cheiro azedo e penetrante do aditivo químico que os documentos recebiam para a sua preservação queimava as narinas. Era mais uma agressão que os funcionários sofriam. As alergias eram comuns: mãos, olhos, respiração, náusea. E no meio disso, os funcionários faziam o melhor que podiam ou sabiam. O calor era sofrível em julho e agosto. Mas de setembro em diante, o dia tornava-se pesado, lento, sonolento, incômodo naquela sala. A poeira subia, o "forno" secava a boca da gente.

A documentação do Ipês era abundante. Eu não daria conta de tudo durante o curto tempo que ainda me restava no Brasil. No fim do ano ou, no máximo, no início de 1977, deveria retornar à Universidade, na Grã-Bretanha. Decidi que tinha que fotocopiar, o que era oneroso e inconveniente, pois terminaria tendo que transportar algumas dezenas de milhares de folhas, que, pelo volume e peso, me criariam muitas dificuldades. Pensei em microfilmá-los, mas não podia retirar os documentos do Arquivo. Ouvindo meus comentários sobre esses problemas, dona Marly sugeriu o uso da microfilmadora do Arquivo. Surpresa. O Arquivo tinha uma microfilmadora! Era antiga e pesadona, mas, se não a sobrecarregassem, poderia dar conta do recado, um pouquinho cada dia. Foi feito um acordo com seu Belém, responsável pela máquina: quando não tivesse outro serviço, imediato, contingente, ele

tocaria a microfilmagem do meu material. Esse trabalho foi realizado durante alguns meses, com a maior boa vontade, superando até mesmo os ocasionais pifes da máquina. O acordo implicava em que eu arranjasse os filmes – que eram muito caros – para a microfilmagem, e por cada rolo usado, eu doaria dois ao Arquivo. Os rolos eram importados, mas quando chegaram – o que significava dar início ao trabalho de microfilmagem – decobriu-se que eram do tipo errado. Assim mesmo, o pessoal topou começar a microfilmagem e, na base da confiança, esperar os três meses que levei para arranjar na Europa o tipo de filme adequado. Aliás, o trabalho já estava praticamente acabado quando chegaram os benditos filmes.

O grande medo era de um incêndio

O ritmo de trabalho amainara um pouco. As conversas com o pessoal do Arquivo esticavam-se. Comentávamos a falta de uma política de aquisição de material e uma infra-estrutura correspondente de recursos e pessoal qualificado para aproveitar as oportunidades, seja de um leilão, de uma venda desesperada ou doação, da localização fortuita de um material importante e do trabalho sistemático de busca e identificação. Aliás, o pessoal do Arquivo tinha uma clara noção da importância dos documentos para a memória nacional. Podiam não ser os melhores funcionários do mundo, mas havia compreensão do significado e do significante do Arquivo. Havia também uma "consciência política" da memória arquivada, que veio à tona no dia em que Juscelino Kubitschek morreu (e que retornaria, da mesma forma, no dia da morte de João Goulart). O dia em que JK morreu foi de tristeza no Arquivo, de choro, de pesadume e rememoração. Também houve o agitar de esperança e reflexão sobre o momento da vida nacional, especialmente quando aquela multidão se reuniu no velório em Brasília. "O Brasil, como o Arquivo, é feito de esperança", me disse dona Marly. "Algum dia, vamos vivê-la."

Como poderia ser dinamizado o Arquivo? Como fazer crescer o seu acervo, incorporando o que lhe correspondia de direito guardar? Poderia ter algum dia uma equipe de pesquisadores treinados, poderia reciclar o seu próprio pessoal, poderia incorporar universitários para a própria pesquisa? Como aproveitar os pesquisadores do país, para colaborarem com o Arquivo Nacional no desdobramento do seu trabalho rotineiro, para vasculhar arquivos particulares, para sair pelo Brasil afora à cata de documentação pertinente? Onde haveria verbas para a compra e contratação de pessoal qualificado? Que modelo de organização a seguir ou criar? Como aproveitar os pesquisadores que vão ao exterior para suas próprias pesquisas, como "olheiros" do Arquivo? Como organizar um esquema de aproveitamento do material que esses pesquisadores trazem do exterior, duplicando toda a papelada e enriquecendo o acervo do Arquivo?

A transcrição de documentos era outro trabalho pesado. Era feita a mão, por falta de máquinas de escrever e de datilógrafos experimentados. Como se sonhava, naquela sala, com o dia em que houvesse recursos, maquinaria, verbas, pessoal capacitado para as várias funções delicadas inerentes a um Arquivo Nacional. Plac, plac, plac, a água acumulava-se no balde e na bacia, solução emergencial para as goteiras. Mas o medo grande mesmo era de um incêndio. Não havia a mínima condição de lidar com uma situação crítica dessas, inclusive tendo o quartel de bombeiros tão pertinho. Era líquido e certo que o Arquivo desapareceria.

Carregar o fardo de um funcionalismo mal pago, e as aberrações de um sistema clientelista e empreguista que despejava pessoal inadequado e incapacitado para as funções requeridas era outro problema. Mas nesse sentido, o Arquivo Nacional não estava sozinho na luta ou no sofrimento. Às vezes, eu me lembrava do CPDOC, comparativamente bem instalado e dotado, com uma equipe profissional de pesquisadores, embora com um acervo e um volume de trabalho bem menor. Com todas as diferenças de enfoque, escopo temático e objetivos, o CPDOC bem que podia servir como modelo ou plano-piloto para uma reformulação do Arquivo. No entanto, sem verbas adequadas, e sem salários atraentes para elevar o nível do postulante ao emprego, aquilo não tinha jeito.

Às vezes, eu dava uma paradinha no trabalho, e "passeava" pelo prédio, visitando salas, somente para ver o que tinha. Uma sala, em particular, era interessante, com antiga mobília, quadros e ambiente de época. O Arquivo bem que podia abrigar um museu... O Campo de Santana era a minha outra opção de descanso. Uma caminhada no meio de toda aquela gente colorida, acompanhando o movimento nervoso das cotias que escaparam à fome dos homens. Depois, um picolé e o retorno ao segundo andar. Numa dessas passeadas pelo prédio, descobri uma sala enorme, cheia de prateleiras abarrotadas de caixotes, gavetas e pacotes. Era um depósito. Comecei a percorrer as fileiras, dando uma olhada nos rótulos classificatórios, até que um funcionário veio me advertir de que essa sala estava vedada aos leitores. Enquanto me explicava isso, eu vi, por cima do ombro dele, que uma das caixas tinha no rótulo um nome conhecido, P. A. Ribeiro, será que?... Antes de acatar a advertência do funcionário e me retirar do depósito, perguntei a respeito da caixa que tinha visto. Ela fazia parte – segundo me foi explicado – do arquivo Paulo de Assis Ribeiro, de 357 pacotes. Subi imediatamente até a sala onde trabalhava e, para minha alegria, soube que esse arquivo já tinha relação conferida, condição mínima para chegar a ser consultado. Recebi a permissão de trabalhá-lo, nas mesmas condições do anterior. O acervo de Paulo de Assis Ribeiro, um dos intelectuais de peso do Ipês formulador do Estatuto da Terra e de uma série de outras reformas e projetos, acrescentaria uma boa quantidade de microfilmes à minha bagagem. Agora, o trabalho era cruzar os documentos de dois arquivos, já que no material de Assis Ribeiro havia uma farta documentação do Ipês. Ganhei uma segunda mesa do pessoal do Arquivo, que serviria de apoio ao material, para impedir a mistura de documentos. E, como antes, dei uma mão na classificação temática e cronológica.

Muito do material do Arquivo do Ipês passou a fazer sentido quando combinado com o material do arquivo de Assis Ribeiro. O trabalho realmente passou a render e o ritmo voltou a intensificar-se. Entremeando a pesquisa no Arquivo com as entrevistas, fui reconstituindo a trama que respondia à minha hipótese. O trabalho de pesquisa era assoberbante, mas valia a pena. Dois anos depois, ela seria a minha tese de doutorado.

Eu ainda voltaria ao Arquivo Nacional para outra pesquisa, uns três anos depois. Mas isso já é outra história...

UMA PROPOSTA RADICAL DE TRABALHO

*CELINA DO AMARAL PEIXOTO MOREIRA FRANCO**



Arquivo Nacional

Em 1985, o Arquivo Nacional passou a funcionar na antiga Casa da Moeda, do outro lado da Praça da República.

Ficção. Esta foi a conclusão a que me vi obrigada a chegar sobre o Arquivo Nacional quando assumi sua direção, em junho de 1980.

Apesar de conhecer a difícil situação funcional em que se encontrava e de perceber a dimensão dos problemas institucionais a serem enfrentados, jamais poderia imaginar o grau de abandono físico e de inadequação do órgão aos mais elementares formatos modernos de administração pública. Ainda pior era o total desconhecimento sobre a metodologia desenvolvida em outros países e a incapacidade de refletir sobre os equívocos conceituais e os erros técnicos que se repetiam ano após ano, sem qualquer questionamento.

Segundo diversos especialistas chamados a opinar naquele momento, o Brasil apresentava, inclusive por suas dimensões continentais, uma das situações mais graves já encontradas no mundo. Não havia um prédio adequado à guarda e à conservação dos documentos produzidos pela administração pública federal. Não havia uma lei que assegurasse a necessária autoridade ao exercício de suas atribuições constitucionais. Não se dispunha de um quadro técnico e científico capaz de tornar possível o desempenho das funções institucionais de recolhimento, guarda e organização dos documentos públicos do país ou sequer de refletir sobre uma política nacional de arquivos. Finalmente, não contava com recursos financeiros mínimos para o desenvolvimento de suas atividades, nem com um formato institucional que permitisse o exercício de suas funções técnicas fundamentais. Era um círculo vicioso, que fazia do Arquivo Nacional uma instituição técnica e administrativamente inviável.

Foi a partir dessa constatação e de tentativas de planejamento metodológico que se procedeu à elaboração do primeiro diagnóstico sobre a situação do Arquivo Nacional, onde se concluiu pela necessidade de uma redefinição institucional em termos globais.

(*) Celina Moreira Franco, Chefe do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, membro do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos, é Diretora-Geral do Arquivo Nacional.

Tratava-se de uma proposta radical de trabalho. Para concebê-la na sua complexidade e concretizá-la no tempo mais breve possível, era preciso promover a obtenção de recursos indispensáveis à definição de um programa de modernização institucional e à subseqüente execução de projetos específicos que contassem com a atuação de um corpo de profissionais especializados.

Neste sentido, a cooperação técnica firmada com a Fundação Getúlio Vargas foi decisiva. Durante dois anos e meio, entre julho de 1981 e dezembro de 1983, vigorou um convênio que mobilizou mais de uma centena de profissionais, entre consultoria, quadros técnicos e apoio administrativo. Graças a ele, o Arquivo Nacional pôde enfrentar a realização simultânea de projetos em áreas tão diversas de trabalho e efetuar estudos em profundidade, o que permitiria traçar um novo perfil institucional.

Em um trabalho conjunto entre a direção do Arquivo Nacional, seus assessores e especialistas da Fundação Getúlio Vargas, elaborou-se um programa técnico e administrativo, cuja finalidade era de recuperar as funções primordiais do Arquivo Nacional: servir de apoio administrativo ao poder público, à pesquisa científica e ao desenvolvimento cultural do país, bem como garantir ao cidadão o acesso ao conhecimento, à informação e às provas de seus direitos.

O programa, embora tenha sofrido inúmeras alterações em suas propostas originais, manteve a premissa básica de que o Arquivo Nacional deveria ser entendido, na sua totalidade, como órgão depositário da documentação produzida pela administração pública federal e como órgão coordenador de um sistema nacional capaz de democratizar a informação sobre os arquivos do país. A partir dessa dupla perspectiva, que condicionou e trouxe fundamento à ação de todos os grupos de trabalho, as atividades desenvolvidas desde então caminharam no sentido de dotar o Arquivo Nacional de instrumentos que permitissem o conhecimento e o controle de seu acervo, de transformá-lo numa instituição ágil para coordenar um Sistema Nacional de Arquivos e, principalmente, de apresentar sua contribuição efetiva na implantação de uma política nacional para os arquivos brasileiros.

Organização do acervo: metodologia

Afim de encaminhar as dificuldades de natureza metodológica e técnica relativas à organização do acervo do Arquivo Nacional, era preciso conhecer "o que" estava depositado na instituição e "o que" e "quanto" ainda deveria ser recolhido. Não seria possível proceder ao planejamento institucional sem ter respostas a questões como: qual a porcentagem de documentos produzidos por um determinado ministério e ainda não recolhidos ao Arquivo Nacional; onde deveriam localizar-se os arquivos das empresas estatais e em que estado de conservação e organização se encontravam; seria prioritário seu recolhimento imediato?

Desde o início, tornou-se claro, para as equipes em formação, que as fórmulas para identificar grandes volumes de documentos públicos não poderiam ser encontradas na bibliografia técnica internacional, pois essas questões não são consideradas básicas nos países onde a arquivologia se desenvolveu simultaneamente à modernização de suas instituições arquivísticas. Além disso, verificou-se que o processo de modernização não poderia realizar-se senão em todas as frentes de trabalho e ao mesmo tempo. Era fundamental, portanto, definir rigorosamente as orientações que impedissem a dispersão ou o desvirtuamento das inúmeras atividades a serem implantadas. Assim, a linha mestra do projeto foi o reconhecimento extensivo da documentação e o registro rigoroso dessas informações, visando a dotar o Arquivo Nacional de instrumentos definitivos.

A atuação dos grupos técnicos foi planejada em dois níveis, distintos e interdependentes: identificação e arranjo. Por *identificação*, entenda-se o reconhecimento da origem, forma, conteúdo, estado de conservação e localização física dos documentos. *Arranjo* é o reconhecimento de conjuntos documentais seguido de sua ordenação, que obedece rigorosamente ao critério de respeito a seus fundos de origem.

Criaram-se dois grupos principais de trabalho, que mobilizaram grande parte dos recursos humanos recrutados pelo contrato com a Fundação Getúlio Vargas — o de identificação de fundos internos e o de identificação de fundos externos.

O Grupo de Identificação de Grupos Internos (controle do acervo já recolhido) era encarregado de reconhecer extensivamente todo o acervo depositado no Arquivo Nacional e elaborar, ao final dessa tarefa, um guia do acervo da instituição. O planejamento e a definição do arranjo de documentos dependia desse trabalho. Por sua vez, o Grupo de Identificação de Fundos Externos (controle do acervo a recolher) deveria localizar, descrever e, quando possível, diagnosticar os arquivos da administração pública federal existentes no Rio de Janeiro, que teriam de ser recolhidos ao Arquivo Nacional. Este trabalho, além de ser fundamental para o estabelecimento de prioridades de arranjo, constituiu o passo inicial para a implantação do arquivo intermediário do Rio de Janeiro.

Os grupos de apoio devem ser mencionados como parte dessa experiência metodológica global. A situação em que se encontravam os documentos do Arquivo Nacional não permitiria o desenvolvimento dos trabalhos de organização sem que se recuperasse a história da estrutura da administração pública brasileira. Só seria possível descobrir a organicidade e procedência de determinados conjuntos documentais mediante o conhecimento, em profundidade, da estrutura administrativa do período e das principais competências e atribuições de seus diversos órgãos, tarefa que foi realizada pelo Grupo de Pesquisa.

Merecem referência ainda os trabalhos pioneiros de avaliação, seleção e destinação de documentos desenvolvidos principalmente na Divisão de Documentos Especiais e pelos grupos do Arquivo Intermediário do Rio de Janeiro e de Brasília.

Finalmente, os estudos desenvolvidos na área de legislação arquivística dotaram o Arquivo Nacional e suas equipes de trabalho de um arcabouço considerável de conhecimentos e de teorias sobre políticas nacionais de arquivos públicos e privados, políticas de microfilmagem, estruturas de arquivos nacionais, bases jurídicas de sistemas nacionais de arquivos e políticas de proteção ao patrimônio documental arquivístico, adotadas em diversos países. Esses estudos, sem dúvida, lançaram a base conceitual necessária à redefinição do Arquivo Nacional do Brasil.

Por uma legislação

Era imprescindível a elaboração de uma lei de arquivos que, sem desconhecer as órbitas da administração arquivística, conceituasse e protegesse o patrimônio arquivístico nacional, fortalecendo os arquivos públicos e permitindo a formação e a organização livre dos arquivos privados. Na definição desta política, devia-se levar em conta a história das dissensões administrativas travadas no interior das instituições brasileiras responsáveis pela formação do nosso patrimônio documental e, em especial, a experiência de outros países em função de seus arquivos nacionais, particularmente França, Espanha, Alemanha Federal, Estados Unidos da América e Peru.

No Brasil, os primeiros sintomas da necessidade de se elaborar uma legislação geral para os arquivos manifestaram-se durante a gestão de José Honório Rodrigues, no Arquivo Nacional, em 1958. Seus relatórios administrativos insistiam não só na exigência de novas instalações físicas e na requalificação do quadro de pessoal, mas, principalmente, alertavam quanto à elaboração de um instrumento legal para a preservação dos arquivos do poder público, no tocante à política de recolhimento. Sugeria que só uma lei do Congresso Nacional poderia determinar sua obrigatoriedade, dando eficácia às decisões do Arquivo Nacional e permitindo a defesa, a preservação, a seleção e a eliminação da documentação de órgãos integrantes dos poderes da União.

Por essas razões, ainda durante a gestão de José Honório Rodrigues constituiu-se uma comissão a fim de elaborar um anteprojeto de lei para os arquivos brasileiros, concluído em 1962. No entanto, esse anteprojeto procurava fortalecer o Arquivo Nacional, não como órgão central dos arquivos públicos do país, o que aumentaria sua ação política, mas através de um Sistema, o que fragilizaria seu papel. Apesar disso, não chegou a ser encaminhado ao Legislativo.

Na década de 1970, o então diretor-geral Raul do Rego Lima realizou novas tentativas de fortalecimento do Arquivo Nacional. A implantação na administração pública federal de uma nova visão administrativa, implementada a partir do Decreto-lei nº 200/67 e a legislação complementar, permitiu que o DASP criasse o Sistema de Serviços Gerais (Sisg) em 1975, colocando-se como órgão central desse Sistema, com a função de "disciplinar o uso, a guarda, a conservação, a reprodução e a incineração de processos e documentos". Mediante proposta do Ministério da Justiça, o Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, criou o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), com a finalidade de "assegurar, com vistas ao interesse da comunidade ou pelo seu valor histórico, a preservação de documentos do poder público".

Essa dualidade de sistemas criou uma contraposição a todas as políticas de arquivos internacionalmente consagradas. Contudo, a viabilização de uma política nacional de arquivos exigia não só reformular a regulamentação fundamentada no Decreto-lei nº 200/67, mas também a elaboração de uma lei maior – uma lei de âmbito nacional, com características conceituais e com linhas de competência nitidamente definidas.

Atendendo a essa visão, foi nomeada, através de portaria ministerial, uma comissão encarregada de apresentar sugestões legislativas sobre a questão dos arquivos. Em setembro de 1980, criou-se um grupo de trabalho composto por Joairton Martins Cahú, João de Deus Menna Barreto, Arthur Pereira de Castilho Neto, Maria Amélia Porto Migueis, Aurélio Wander Bastos e Rui Vieira da Cunha.

Durante um ano, realizaram-se diversas reuniões, foram estudadas as legislações de diversos países e se elaboraram diferentes versões de um anteprojeto de lei de arquivos. Em 10 de julho de 1981, a sua versão final foi publicada no *Diário Oficial*. Muitas sugestões foram incorporadas a ele e, em 4 de outubro de 1982, o anteprojeto foi apresentado pelo ministro da Justiça por ocasião do Seminário de Arquivos Latino-Americanos e encaminhado à Presidência da República.

Esse anteprojeto de lei classifica os arquivos públicos de acordo com a moderna orientação arquivística. Os arquivos serão públicos quando produzidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções executivas, legislativas ou judiciárias. São estabelecidas sua inalienabilidade e imprescritibilidade. Define, ainda, as três idades do documento: corrente, intermediário e permanente.

Assegura-se o direito de livre acesso a documentos de arquivos permanentes, estimulando-se especialmente o desenvolvimento da pesquisa, observadas as normas internacionais. No que se refere aos arquivos privados, institui-se uma classificação para o acervo de documentos que apresentem interesse público. Estes, como os arquivos públicos, não poderão ser transferidos para o exterior, qualquer que seja a forma dessa transferência, nem poderão ser alienados ou a qualquer título dispersos em sua unidade documental.

O anteprojeto também dispõe sobre a organização administrativa do setor de arquivos. Nesse campo, as atividades de administração, recolhimento, seleção, conservação e acesso aos documentos de arquivo integram-se, num Sistema Nacional de Arquivos, pelos órgãos federais, estaduais e municipais incumbidos do exercício dessas atribuições. O Arquivo Nacional é o órgão central desse Sistema, competindo-lhe, entre outras atribuições, exercer as funções de coordenação e integração nacional de arquivos. Está previsto ainda o funcionamento, junto ao Arquivo Nacional, de um órgão consultivo: o Conselho Nacional de Arquivos.

Após seu encaminhamento à Presidência da República, o anteprojeto de lei sobre os arquivos mereceu considerações do Ministério da Educação e Cultura e do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 3 de dezembro de 1984, o Presidente da República encaminhou o anteprojeto de lei ao Congresso Nacional, incorporando as sugestões apresentadas, inclusive pelas diferentes entidades da sociedade civil que, durante a fase preliminar de sua elaboração, deram um apoio decisivo.

Hoje, o anteprojeto de lei já se encontra em discussão no Congresso Nacional, tendo sido aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Procura-se uma nova sede

O antigo prédio do Arquivo Nacional foi-lhe destinado durante o governo Rodrigues Alves. Tratava-se de sua quinta sede, localizada à Praça da República, 26, na qual se instalou em 28 de janeiro de 1907. Abrigara anteriormente o Museu Nacional, na época Casa dos Pássaros, e originalmente

fora residência de João Rodrigues Pereira de Almeida, barão de Ubá. Dom João VI adquiriu-o através do decreto de 6 de julho de 1818, e ao longo do século XIX realizaram-se diversas modificações arquitetônicas. As últimas foram de adaptação para receber o Arquivo Nacional, entre 1905 e 1906, quando sua fachada foi profundamente alterada pelo arquiteto Rafael Rebecchi, segundo projeto do engenheiro Francisco Peixoto.

O Arquivo Nacional permaneceu instalado nessa sede durante 77 anos. A inadequação do prédio e suas instalações seriam ressaltadas ao longo dos anos em depoimentos de vários de seus diretores. As precárias reformas realizadas com vistas a adaptá-lo a seu crescimento natural criaram problemas insolúveis de recuperação, em virtude da complexidade dos problemas observados quanto a sua estrutura, instalações elétricas e segurança em geral. Devido a esses fatores, a transferência do Arquivo Nacional para local mais amplo e adequado assumiu caráter de emergência, recebendo tratamento prioritário.

O problema do espaço físico agravou-se no início de 1981. Nesse mesmo ano, por sugestão de Aloísio Magalhães, então secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, e após consulta ao Serviço de Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, surgiu a hipótese de se utilizar o conjunto ocupado pela Casa da Moeda como futura sede do Arquivo Nacional. Situado à Praça da República, 173, esse conjunto constitui-se de cinco prédios, num total de 31.520 m^2 de área construída. Em 1938, a parte frontal, composta de quatro edificações, foi tombada pelo Ministério da Educação e Cultura, passando a integrar o patrimônio da Fundação Pró-Memória.

Em início de 1982, foi assinada a exposição de motivos do Decreto nº 1.941, de 31 de maio, que autorizava a permuta efetivada pela Portaria nº 96, de 2 de junho, do ministro da Fazenda. Ainda em 1982, o Arquivo Nacional promoveu uma série de reuniões e seminários, inclusive com a participação de técnicos estrangeiros – tais como Charles Kecskeméti, secretário executivo do Conselho Internacional de Arquivos; Michel Duchein, inspetor-geral dos Arquivos Nacionais da França e especialista em construção de prédios de arquivos; Wolf Buchman, subdiretor do Arquivo Federal da Alemanha; e Frank Evans, assessor do Programa Geral de Informações da Unesco – a fim de determinar os critérios, procedimentos e dimensionamentos dessa transferência.

Os estudos realizados na ocasião demonstraram que o conjunto de prédios da Casa da Moeda era capaz de abrigar a documentação custodiada pelo Arquivo Nacional e aquela ainda por recolher, tendo em vista sua capacidade potencial de armazenamento de cerca de cem mil metros lineares de documentos. Além disso, possuía uma infra-estrutura básica para instalação de laboratórios de restauração, microfilmagem e tratamento de material especial.

O início dos trabalhos técnicos que serviriam de base para o planejamento da nova sede só foi possível após a cessão oficial, em abril de 1983. Diante das limitações orçamentárias e das dificuldades de tempo, optou-se pela reforma imediata do Edifício Papel-Moeda, deixando para uma segunda etapa a reforma dos prédios tombados, que exigiam um detalhamento arquitetônico mais aprimorado e recursos financeiros mais vultosos. As obras de adaptação concluíram-se em outubro de 1984, e em 3 de janeiro de 1985 foram inauguradas as novas instalações.

Ao final de 1983, o Arquivo Nacional firmou convênio com a Fundação Nacional Pró-Memória, visando à elaboração de um projeto arquitetônico para a restauração e adaptação do conjunto tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O trabalho foi entregue ao Grupo de Arquitetura (GAP), sob a responsabilidade de Alfredo Pinto, que, através de definição conjunta com os técnicos do Arquivo Nacional, elaborou um projeto de recuperação das edificações situadas no lote frontal à Praça da República.

O programa, estabelecido a partir da visão da ocupação imediata do edifício de sete pavimentos, com todo o acervo e pessoal do Arquivo Nacional, prevê a destinação dos blocos que compõem o conjunto original para abrigar o acervo permanente. Reservou-se o edifício frontal às atividades que pressupõem contato com o público, especialmente as de caráter cultural. A ocupação dos prédios deverá ser efetivada por etapas, face à complexidade dos trabalhos necessários para adequar a nova sede às exigências funcionais do Arquivo Nacional.

Uma nova sede, capaz de garantir a preservação adequada dos documentos atuais e o recolhimento dos outros, foi um dos objetivos prioritários da modernização do Arquivo Nacional, iniciada nos últimos cinco anos. Deve-se ressaltar, no entanto, que, embora imprescindível à conservação do patrimônio documental do país, a obtenção de uma nova sede não encerrou a questão. Ao contrário, deu maior vigor ao programa de modernização institucional-administrativa.

Muitos arquivos, um só sistema

As atividades de implantação do Sistema Nacional de Arquivos tiveram início a partir de inúmeras solicitações de arquivos públicos, especialmente os estaduais, no sentido de obter orientação técnica para seus problemas e de conhecer as experiências vividas naquele momento pelo Arquivo Nacional. O mesmo processo de descaracterização que atingira o Arquivo Nacional reproduzia-se em iguais proporções nas esferas do poder público estadual e municipal, atingindo a quase totalidade dos arquivos públicos brasileiros.

Assim, foi necessário elaborar instrumentos e mobilizar recursos técnicos capazes de agilizar a disseminação dessas informações. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se trabalhos de assistência técnica em diversos estados brasileiros e estruturaram-se cursos de treinamento. Tais iniciativas tinham por finalidade a reunião de novas informações, a identificação de problemas ligados ao estabelecimento das prioridades do Arquivo Nacional como órgão central do sistema, bem como a definição de procedimentos técnicos a serem adotados pelos arquivos públicos estaduais e municipais, no exercício de suas funções de coordenação local.

Dessa forma, o atendimento às demandas de assistência técnica passou a ser agilizado com o envio de material bibliográfico, a elaboração de pareceres técnicos sobre projetos a serem desenvolvidos nos arquivos estaduais, a recepção a especialistas para visitas programadas ou estágios no Arquivo Nacional e a realização de programas regionais de treinamento com o fim de minimizar as deficiências dos recursos humanos e de ampliar o campo de interação do Arquivo Nacional com outros arquivos.

Outra modalidade de atendimento aos arquivos do país foi a assistência téc-



André Câmara/Agência JB

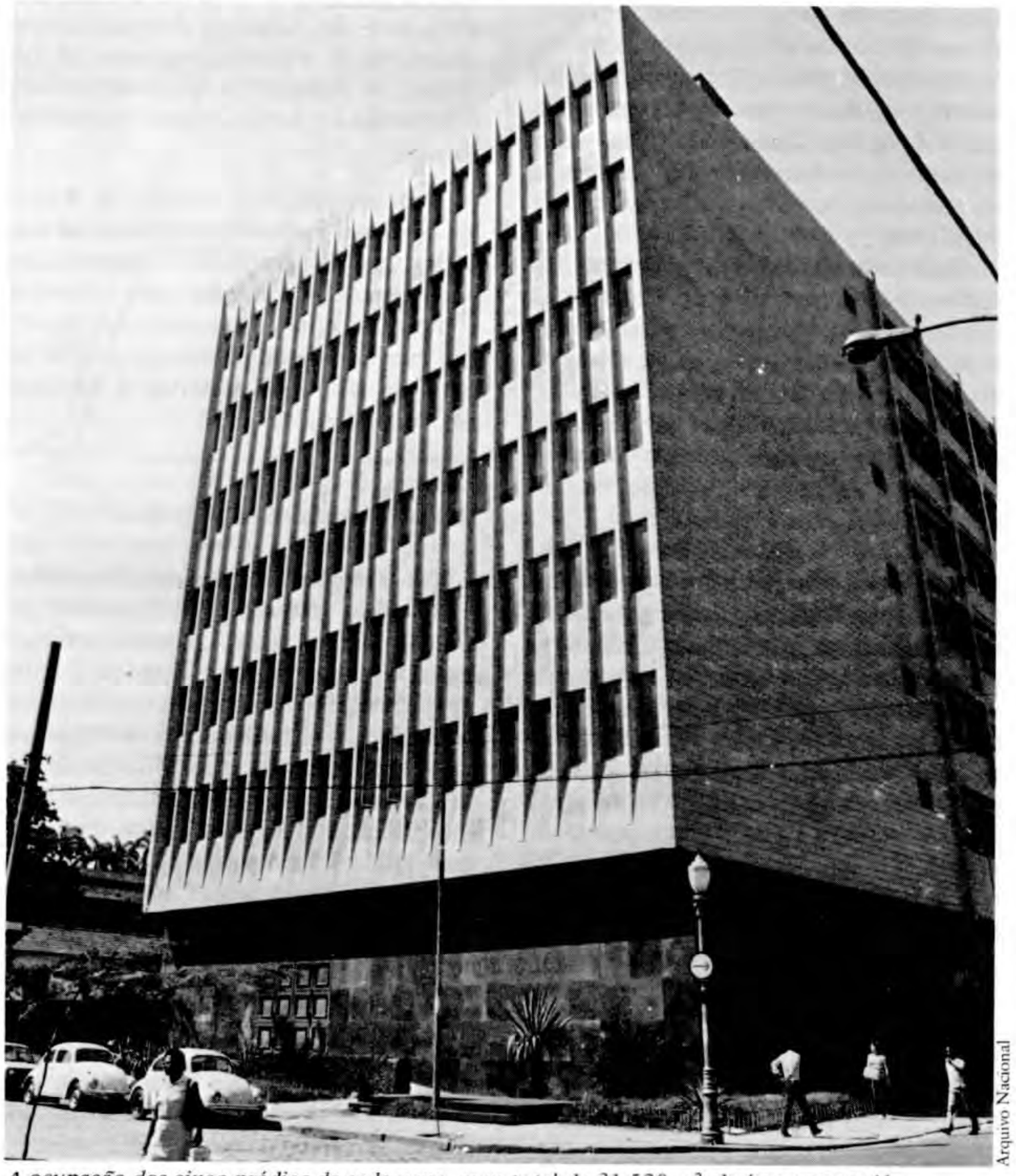
Na sua nova sede, o Arquivo Nacional tem espaço para a documentação existente e aquela ainda por recolher.

nica localizada, constituída de consultorias especializadas. Diversos arquivos estaduais e municipais, além de arquivos privados, receberam esse tipo de assistência, em todos os casos patrocinada pelos governos estaduais. Estabeleceu-se um modelo de treinamento, com carga horária em torno de sessenta horas, abordando métodos e técnicas, além de planejamento e administração de arquivos públicos.

As condições de edificação do Sinar mostram-se, atualmente, mais favoráveis do que em outros períodos, quando essa meta foi postergada em função das próprias limitações do Arquivo Nacional em assumir seu papel de órgão central. Os resultados alcançados conduzem à continuidade de projetos que implementem adequadamente uma política nacional de arquivos, oferecendo alternativas para a sua viabilização. Neste sentido, são prioritários, no momento, os trabalhos de elaboração do Registro Geral dos Arquivos Públicos e Privados brasileiros e a realização do Estágio Nacional de Arquivos, voltado para técnicos de arquivos públicos.

Autonomia e uma nova estrutura

A partir de 1982, iniciaram-se contatos diretos com a Seplan e Semor, da Presidência da República, visando à inclusão do Arquivo Nacional no regime de autonomia limitada de que trata o Decreto nº 86.212, de 15 de julho de 1981, concessão de tabela



Arquivo Nacional

A ocupação dos cinco prédios da sede nova, num total de 31.520 m² de área construída, começou pelo Edifício Papel-Moeda.

para suprir quantitativa e qualitativamente o seu quadro de pessoal, além da criação de um Fundo do Arquivo Nacional.

Como resultado dos contatos mantidos, encaminhei ao ministro de Estado da Justiça, em 20 de dezembro de 1982, a proposta do anteprojeto de decreto que consubstanciava a medida pleiteada, acompanhada da tabela de especialistas e consultores técnicos.

As negociações entre o Arquivo Nacional e os demais órgãos da administração pública federal prosseguiram durante o ano de 1983, até que, pelo Decreto nº 88.771, de 27 de setembro, da Presidência da República, ficou o Arquivo Nacional incluído no regime de autonomia limitada, com competência para contratar especialistas e consultores técnicos; exercer as atribuições de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos; elaborar sua proposta orçamentária e a tabela de preços de seus serviços; movimentar seus créditos orçamentários ou adicionais; realizar licitações; e administrar um fundo especial de natureza contábil, sob a denominação de Fundo do Arquivo Nacional (Funan), destinado a centralizar recursos e financiar suas atividades.

Com o objetivo de minimizar os custos decorrentes da tabela de especialistas proposta, a sua implantação efetuou-se de forma gradativa. A primeira etapa, ocorrida em outubro de 1983, destinou-se a absorver os participantes do convênio firmado entre o Arquivo Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, que vigorava desde 1981.

Destaque-se como um dos desdobramentos dessa luta pela definição de um quadro de pessoal adequado ao exercício das funções do Arquivo Nacional a inclusão de categoria funcional de arquivista no serviço público federal, reivindicação longamente pleiteada, que se consubstanciou com o Decreto nº 90.740, de 20 de dezembro de 1984, o qual "dispõe sobre o Grupo Arquivo do Serviço da União". Tal medida, que implicou a realização de inúmeras consultas a órgãos competentes e entidades envolvidas no assunto, tais como o Ministério da Educação e Cultura, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Associação dos Arquivistas Brasileiros e outros, preencheu uma lacuna existente desde a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, efetuada através da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.

Além disso, com o intuito de adaptar as atribuições e finalidades do Arquivo Nacional, dispostas no Regimento aprovado pela Portaria nº 600-B, de 15 de outubro de 1975, à sua nova realidade, iniciaram-se estudos com vistas à elaboração de uma proposta de reformulação de sua estrutura. Tal proposta, realizada por uma comissão de técnicos do Arquivo Nacional, resultou de estudos comparativos com estruturas organizacionais de diversos países, a exemplo da França (proposta centralizadora), Inglaterra (estrutura descentralizada), Estados Unidos (estrutura sistêmica) e México (processo modernizante), além de consultas a técnicos internacionais, como Charles Kecskeméti e Frank Evans.

A proposta de uma nova estrutura cria e extingue unidades. Das três diretorias propostas, duas se relacionam com a atividade-fim do órgão: a de Arquivos Permanentes, que se subdivide em divisões, e a de Arquivos Intermediários, composta de depósitos regionais. A Diretoria de Administração é subdividida em divisões e seções, além dos laboratórios.

O novo regimento interno do Arquivo Nacional permitirá completar os trabalhos de reorganização administrativa e de pessoal, dando-lhe uma estrutura compatível com as necessidades do órgão e com o desempenho que dele se espera, na tarefa de preservar o patrimônio documental do país.

O credenciamento institucional

As atividades até agora desenvolvidas pelo Arquivo Nacional podem ser consideradas em seu conjunto como uma experiência inédita de modernização de arquivo público no país. Sua continuidade possibilitará o exercício da dupla função de destinatário dos documentos produzidos pela administração pública federal e de órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. De agora em diante, todos os esforços deverão dirigir-se no sentido de consolidar de forma irreversível uma base técnica e um perfil institucional, sedimentando os trabalhos já realizados e iniciando outros, sob o objetivo último de capacitar o Arquivo Nacional a apoiar o governo e o cidadão nas suas demandas de informações, situando esse órgão como pólo irradiador de uma política nacional de arquivos.

O interesse despertado nos organismos internacionais pelo programa de modernização do Arquivo Nacional empreendido desde 1980 resultou em sua admissão como membro do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), órgão vinculado à Unesco, responsável pela promoção e coordenação, em nível internacional, de atividades no campo da arquivística. Ainda mais, membros do corpo técnico do Arquivo Nacional participam atualmente dos Comitês de Formação Profissional e de Conservação e Restauração do Conselho. Quanto à assistência do ramo regional do C.I.A. – a Associação Latino-Americana de Arquivos (A.L.A.) – eu assumi em 1983 sua 2ª Vice-Presidência.

Dentro desse programa de intercâmbio com organismos internacionais e instituições congêneres, o Arquivo Nacional está colaborando com a Unesco na realização de um *Guia de fontes para a história da África*. Além disso, participará de um amplo projeto da A.L.A., visando à elaboração de um *Guia de fontes para o estudo da história da América Latina.*

O reconhecimento da importância da experiência desenvolvida pelo Arquivo Nacional culminou com a sua escolha, pela Unesco, como sede de um projeto-piloto de modernização de arquivos históricos. Este projeto será concretizado através do planejamento e da instalação de um Curso de Aperfeiçoamento em Arquivos Públicos para profissionais da América Latina e países da África de língua portuguesa.

Nos próximos anos, portanto, o Arquivo Nacional passará a reproduzir sistematicamente sua experiência metodológica e a formar pessoal especializado que possa dar conta da preservação do patrimônio documental arquivístico e das dificuldades técnicas características da ordem documental em outros países.

Do conjunto de conquistas que o Arquivo Nacional obteve nesse período talvez seja essa a que deve ser considerada mais importante, uma vez que significa o credenciamento da instituição como centro difusor de conhecimentos e de metodologia especializada na preservação e tratamento de arquivos.

Não haverá, certamente, retorno mais compensador para os esforços dessa equipe que pretendeu, antes de tudo, dar sentido público à execução de seus trabalhos.

INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS:

estrutura e organização; a situação dos arquivos estaduais

*JOSÉ MARIA JARDIM**

Ao se refletir sobre os destinos do patrimônio documental arquivístico do Brasil, seja quanto ao seu acervo acumulado, seja quanto àqueles documentos que estão sendo hoje produzidos, torna-se inevitável a abordagem de alguns temas fundamentais para a compreensão das condições nas quais se encontram os arquivos públicos do país e a proposição de estratégias que permitam alterá-las. Se à ampliação quantitativa e qualitativa da rede de arquivos públicos condiciona-se modificações urgentes na sua situação quanto a recursos humanos e materiais, legislação e tratamento técnico, a busca por um novo modelo de instituição arquivística pública implica também no questionamento de suas estruturas organizacionais atuais e sua conseqüente transformação.

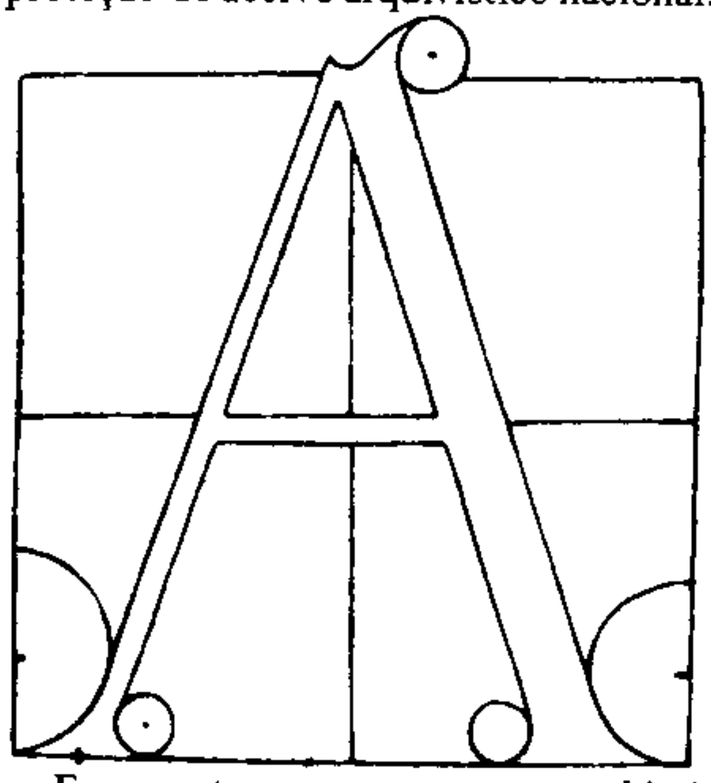
Visando subsidiar as reflexões a serem desenvolvidas em seguida, entende-se por estrutura organizacional o conjunto de atividades afins e meios, configuradas em unidades administrativas específicas cuja interação resulta em uma organização capaz de exercer determinadas funções e, assim, alcançar objetivos específicos. Mas quais seriam os objetivos de uma instituição arquivística pública?

– Apoiar a administração pública, agilizando e minimizando os custos operacionais do processo de disseminação das informações necessárias à tomada de decisões.

– Apoiar o desenvolvimento cultural, fomentando a constituição e divulgação do acervo arquivístico, segmento significativo do patrimônio documental no qual a nação se reconhece ao identificar nele a trajetória do Estado e da sociedade civil.

– Apoiar o exercício da cidadania, garantindo ao cidadão acesso aos documentos, na comprovação dos seus direitos frente ao Estado ou na investigação científica.

– Promover políticas arquivísticas nas suas respectivas esferas federal, estadual ou municipal, contribuindo para a proteção do acervo arquivístico nacional.



Essas metas convergem para o objetivo último de democratizar as informações contidas nos documentos sob a guarda dos arquivos públicos. O acesso à informação deve, porém, estender-se àqueles documentos já destituídos de valor corrente e intermediário, ainda por localizar, nas administrações que os produziram ou acumularam, sobreviventes de eliminações sem critérios ou outras formas de negligência dos poderes públicos. A desordem documental no Brasil é de tal nível que se estima em 10%, no máximo, a parcela do patrimônio arquivístico conservado em instituições voltadas para este fim. Em pesquisa realizada, recentemente, pelo Arquivo Nacional, constatou-se que restam 168 km de documentos, do século XVIII ao atual, dispersos em órgãos da administração pública federal, na cidade do Rio de Janeiro. Esses conjuntos documentais, devidamente avaliados e selecionados, complementarão futuramente o atual acervo daquela instituição, cerca de 18 km.

A atual concepção de arquivos públicos pressupõe a integração das fases de arquivamento corrente, intermediário e permanente como forma de gerir as demandas de guarda, conservação e acesso impostas pela imensa produção de documentos contemporâneos em seus mais variados suportes. Desenvolvido pelos EUA, Canadá e países europeus após a II Guerra Mundial, o controle dos documentos, desde a produção até seu destino final, está sendo adotado pelos Estados africanos, a partir do processo de descolonização, estimulados pelo Conselho Internacional de Arquivos e pela Unesco. No Brasil, no entanto, apenas recentemente esta postura vem sendo assumida por alguns arquivos públicos.

O modelo vigente

A rede de arquivos públicos brasileiros não se encontra devidamente capacitada a cumprir as atribuições que caracterizam as modernas instituições arquivísticas. O modelo vigente remonta ao século passado, cristalizou-se ao longo do atual e mostra-se incapaz de responder aos desafios que o século XXI já começa a insinuar.

A institucionalização dos arquivos públicos no Brasil inicia-se com a criação do Arquivo Nacional em 1838, previsto na Constituição de 1824. Tal como ocorreu em países europeus e latino-americanos no século XIX, o Arquivo Nacional foi criado num momento de afirmação da nacionalidade e de construção do Estado moderno. Este processo é deto-

(*) José Maria Jardim, historiador, é o coordenador do Sistema Nacional de Arquivos e dos Arquivos Intermediários do Arquivo Nacional.

nado após a Revolução Francesa quando surge, com o estabelecimento dos Arquivos Nacionais de França, em 1791, o sentido público dos arquivos.

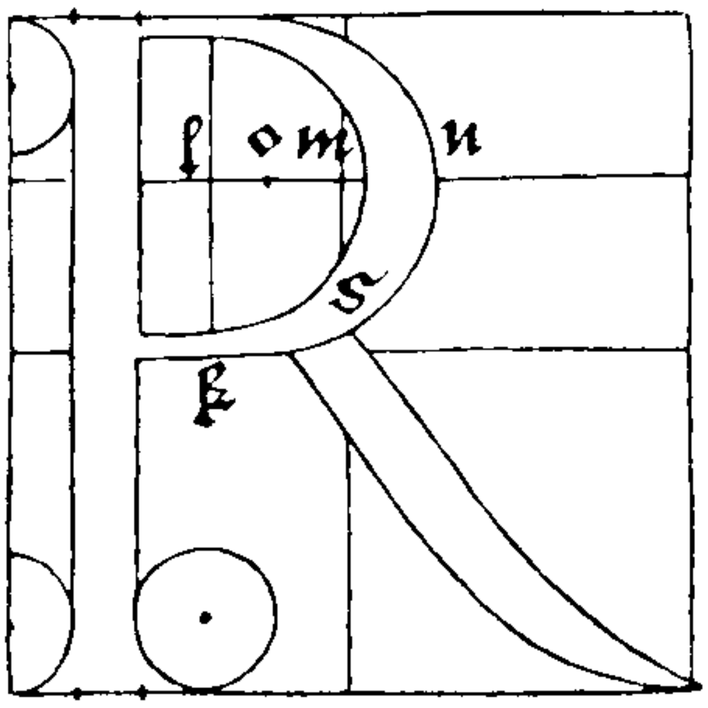
O Império brasileiro, marcadamente centralizador, não estimulará a criação de arquivos públicos nas províncias. Excetuados o do Amazonas (1852) e o do Paraná (1855), outros arquivos públicos não serão estabelecidos nesse período. A partir da República, com a busca pela realização do ideal descentralizador e federalista, refletindo-se na maior autonomia adquirida pelas diferentes unidades da Federação, nascem as condições para o surgimento dos arquivos estaduais. O desenvolvimento das máquinas administrativas estaduais e o sentimento regionalista propiciam a fundação dos arquivos da Bahia (1890), São Paulo (1892), Pará (1894), Minas Gerais (1895), Mato Grosso (1896), Rio Grande do Sul (1906 – trata-se do atual Arquivo Público) e Sergipe (1923).

Uma análise, embora não exaustiva, da evolução dos arquivos estaduais permite diagnosticar diversos aspectos que caracterizam as suas formas de estruturação organizacional.

É freqüente o desconhecimento da parte dos poderes públicos e, às vezes, da própria comunidade de usuários, sobre as funções dos arquivos públicos e suas distinções em relação às instituições voltadas para outros setores do patrimônio documental, como as bibliotecas e os museus.

No caso dos arquivos estaduais, esta tendência data da sua criação. Os atos, bastante semelhantes, que criam os arquivos de Minas Gerais (1895) e do Espírito Santo (1908), prevêem que "até a criação de um museu serão recolhidos aos arquivos e classificados em sala especial, à proporção que forem adquiridos quadros e estátuas, mobílias, gravuras, estofos, bordados, rendas, armas, objetos de ourivesaria, baixos-relevos, medalhas, moedas, esmaltes, obras de cerâmica, cópia de inscrições, miniaturas de monumentos, etc."[1]. O Museu do Estado da Bahia foi instituído ao mesmo tempo que o Arquivo Público (1890), como seu anexo. Em 1930, o então Museu da Bahia passa a ser denominado "Arquivo Público e Inspetoria dos Monumentos", considerando, entre outros fatores, que "a denominação de Arquivo Público é que mais se ajusta àquele departamento da administração pública do Estado, onde se guardam documentos de real importância histórica, como os que dizem respeito à vida do Brasil Colonial"[2]. O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1954) tem suas origens numa seção do Arquivo Público estadual, sendo transferido em 1925 para o Museu Júlio de Castilhos, onde permaneceu até a sua criação como instituição autônoma, quase trinta anos depois.

Entre arquivos e bibliotecas, são vários os exemplos que demonstram o quão frágil é a diferenciação. O Arquivo do Espírito Santo, criado anexo à Biblioteca Pública, constitui um único órgão com a competência de guardar "documentos, papéis e livros que tenham ou possam a vir a ter interesse histórico ou geral"[3]. Não se verifica a distinção entre documentos arquivísticos e bibliográficos nem se definem as responsabilidades de ambos os setores. De 1933 a 1938, o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro foi "Arquivo Público e Biblioteca Universitária", acumulando assim funções estranhas às de um arquivo público. O Arquivo do Estado de Sergipe (1923) é extinto em 1926, quando se transforma em seção da Biblioteca Pública, voltando a ter autonomia institucional em 1945. Noventa anos após sua criação, o Arquivo do Pará acha-se em vias de ser desmembrado da Biblioteca Pública.



São evidentes os ônus destas distorções, mesmo para aqueles arquivos públicos que não vivenciaram diretamente essas experiências. Em razão da ausência de limites institucionais mínimos, desrespeitaram-se os limites documentais, técnicos e organizacionais. Existem, portanto, parcelas significativas do acervo arquivístico completamente fracionadas sob a guarda de museus ou bibliotecas e vice-versa, ocasionando a dispersão, em alguns casos irreversível, do patrimônio documental.

Técnicas de biblioteconomia foram aplicadas a documentos de arquivo, alterando, em algumas situações, o princípio básico de respeito à proveniência e à organicidade dos fundos. Arquivos públicos assumiram a guarda de acervos bibliográficos, às vezes em detrimento do acervo arquivístico e duplicando esforços.

Os problemas ocasionados pela dispersão documental se agravaram, portanto, com a ausência de políticas que promovessem o controle intelectual sobre os acervos em benefício dos usuários. Não só se mostra frágil a interação entre arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, bem como não se desenvolvem guias de fontes nacionais ou regionais, temáticos ou institucionais. Neste último caso, as dificuldades são acirradas pela freqüente situação de desconhecimento do seu próprio acervo por parte de algumas instituições.

Um outro fator a contribuir para a evolução desajustada das estruturas organizacionais foi a tendência a se organizá-las priorizando as características dos acervos já constituídos, ignorando-se outras linhas futuras de acumulação e as atividades fundamentais que cabem aos arquivos públicos desempenhar. A definição dos documentos que devem constituir o acervo de um arquivo público merece, portanto, algumas considerações.

Vários atos de criação de arquivos estaduais estabelecem uma tipologia de documentos a serem preservados. Nos casos dos arquivos de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Espírito Santo, essa definição se dá em torno "dos documentos relativos ao direito público, à legislação, à administração, à geografia, às manifestações do movimento científico, literário e artístico", não especificando se públicos, privados ou ambos. E quando definidos como públicos são, também, passíveis de guardar documentos produzidos pelas administrações municipais ou federal. Além de permitir a pulverização dos fundos por vários órgãos, linhas de acervo como esta ocasionaram o desvio de funções de recolhimento, tratamento técnico e acesso das instituições arquivísticas com competência para tal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

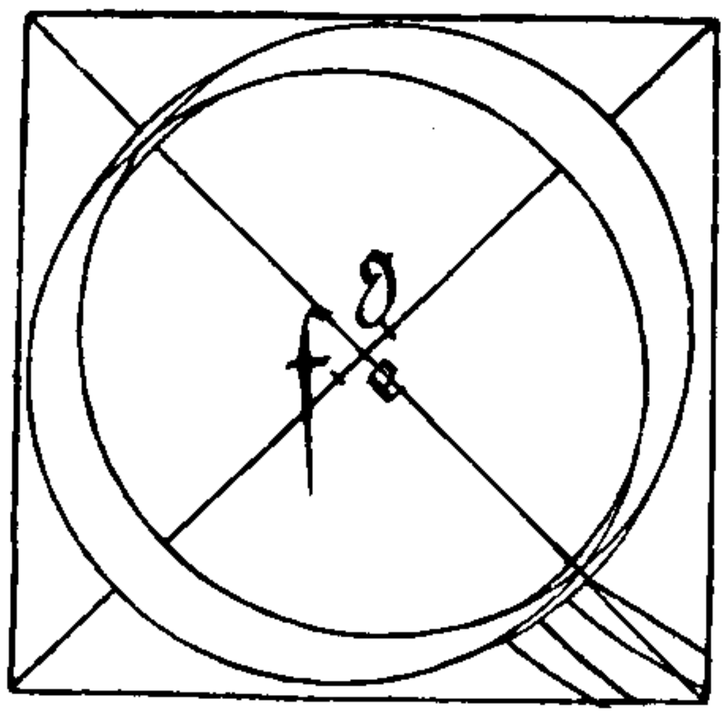
A evolução daquela primeira definição de acervo irá resumir-se, em meados

deste século, no objetivo de "guardar e conservar documentos de valor histórico e administrativo". A valoração de documentos a partir da dicotomia valor histórico/administrativo, questionável sob o ponto de vista do interesse histórico e do administrativo, refletiu-se na criação de unidades do tipo "Seção Histórica" e "Seção Administrativa", ou "Divisão de Coleções Especiais", com, geralmente, uma "Seção de Raridades". Isto é levado às últimas conseqüências nos casos em que as funções do arquivo público estadual foram fracionadas em duas instituições como ocorre nos Estados de Goiás (Arquivo Geral e Arquivo Histórico), Maranhão (Arquivo Central e Arquivo Público) e Rio Grande do Sul (Arquivo Público e Arquivo Histórico). Mais que denominações carentes de base conceitual, tal situação revela formas de adjetivar fundos arquivísticos em termos absolutamente subjetivos, mediante o estabelecimento de unidades administrativas ou instituições específicas com níveis de tratamento técnico e acesso diferenciados para, muitas vezes, um único conjunto de documentos.

Grande parte dos arquivos públicos estaduais não demonstra em suas estruturas organizacionais uma preocupação com o recolhimento e tratamento técnico dos documentos chamados especiais: fotos, filmes, discos, mapas, fitas magnéticas, etc. Em geral, quando isto ocorre, predomina a imprecisão conceitual. É o caso do Arquivo Público de Pernambuco que, em seu regimento de 1963, previa, entre outras atribuições do chefe da Seção de Arquivo Fotográfico, "documentar com reportagens fotográficas solenidades e acontecimentos públicos" e "extrair fotocópias de documentos que não devem sair da repartição"[4]. Ora, não é função precípua de um arquivo público produzir documentos que não aqueles decorrentes de suas atividades institucionais; a reprodução de documentos é uma atividade de apoio e não atribuição de uma unidade administrativa voltada para a guarda e tratamento técnico. Verificou-se uma situação semelhante na estrutura de 1975 do Arquivo Nacional, que apresenta em sua Divisão de Documentação Audiovisual, além de uma Seção Iconográfica e Cartográfica, outra de Filmes e uma Seção de Gravação de Som e Imagem. Em outros arquivos públicos estaduais, a Seção de Documentação Audiovisual é inadequadamente parte da Divisão de Atividades Auxiliares.

Poucos arquivos públicos estaduais apresentam unidades administrativas específicas para as atividades de arquivamento intermediário e permanente, traduzindo as devidas diferenças entre estas duas fases que demandam métodos, recursos humanos e materiais distintos. Em algumas estruturas, o setor incumbido do arquivamento intermediário acha-se sob uma Divisão de Documentação Escrita, que inclui ainda uma Seção de Arquivos Particulares e outra de Arquivo Geral. Neste último caso, uma denominação que não delimita exatamente a natureza dos documentos sob sua guarda.

Em outros arquivos públicos, tanto os trabalhos de arquivo intermediário como os de arquivo permanente encontram-se sob uma única unidade do tipo



"Divisão de Guarda e Conservação de Documentos".

Outra tendência que se verifica é o fracionamento das atividades de guarda, tratamento técnico e acesso. Com unidades distintas diluídas na estrutura organizacional, tais atividades podem ser comprometidas no seu desenvolvimento se as responsabilidades por elas não convergirem para uma mesma unidade administrativa.

A consulta aos documentos é uma atividade-fim do arquivo público que, em algumas estruturas, é reunida em uma mesma unidade juntamente com o trabalho de pesquisa, tarefa de apoio fundamental voltada para os estudos da administração produtora dos fundos a serem arranjados e descritos.

A ausência de organicidade na maioria das estruturas administrativas dos arquivos públicos brasileiros deve-se, sobretudo, a um tipo de organização em que as atividades-fim, como o recolhimento, a transferência, a identificação, o arranjo, a descrição e o acesso, são freqüentemente confundidas com atividades de apoio técnico (restauração, conservação e reprografia), apoio cultural (pesquisa, biblioteca, editoração, divulgação, etc.) e até apoio administrativo (orçamento e finanças, administração de recursos humanos e materiais, manutenção, protocolo e arquivo corrente).

A estrutura organizacional, vale observar, não é uma mera questão formal. Reflete a capacitação do arquivo público para o exercício das suas funções e estabelece os parâmetros administrativos a partir dos quais estas deverão ser cumpridas.

A situação em que se encontram estruturados e posicionados na escala administrativa os arquivos públicos brasileiros é um dos indicadores mais evidentes da forma pela qual têm sido tratados pelos poderes públicos. A concepção de arquivo público em vigor no Brasil, defasada das orientações propostas pela arquivística internacional do pós-guerra, não se consolidou ao longo das últimas décadas impunemente: a administração pública negligenciou freqüentemente o ônus do seu despreparo para fazer frente às suas demandas de informação e às dos cidadãos. A busca por um novo modelo de arquivo público no Brasil, ainda que condizente com a realidade política, econômica e administrativa de cada estado ou município, pressupõe que seu posicionamento na hierarquia governamental seja o mais alto possível. Esta condição favorecerá a ampliação dos seus graus de autonomia financeira e administrativa e dos seus compromissos com os padrões de rentabilidade pública que lhe são inerentes.

Os 26 arquivos estaduais acham-se atualmente subordinados a Secretarias das áreas de Cultura, Administração e Justiça. Encontram-se na área de Cultura 50% dos arquivos estaduais (13), 35% na da Administração (9) e 15% na da Justiça (4). Se é possível afirmar que a subordinação às Secretarias de Cultura tende a aproximar os arquivos públicos da função de apoio cultural em detrimento da administração, a vinculação às de Administração ou Justiça não define necessariamente seu papel de apoio à administração pública. Nesse último caso, por outro lado, raramente estão inseridos na política cultural do Estado. Portanto, onde se encontre o arquivo público, é imprescindível uma atuação voltada para a interação constante com os demais setores da máquina administrativa estadual.

Não se pretende, no âmbito deste trabalho, avaliar a performance dos arquivos estaduais em função de sua subordinação. Experiências diversas podem ser constatadas nas três áreas de subordinação. Todas, porém, revelam-se ainda insuficientes para se vislumbrar uma ruptura definitiva com o modelo em vigor.

Uma proposta alternativa

Na expectativa de contribuir para as reflexões em torno da estrutura organizacional dos arquivos públicos brasileiros, sobretudo os estaduais, seguem-se algumas sugestões fruto de estudos desenvolvidos em contatos com diretores e técnicos de alguns arquivos estaduais de várias regiões do país.

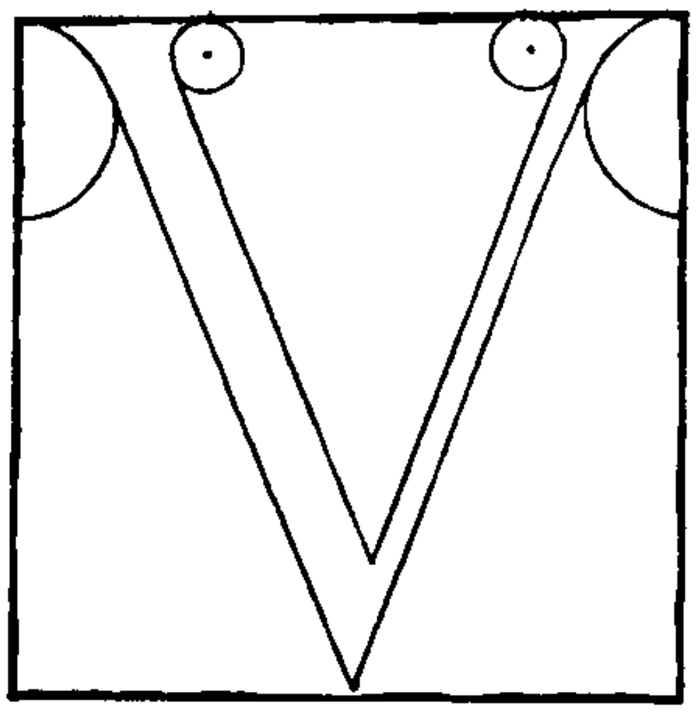
Cabe à direção-geral de um arquivo público a proposição, elaboração, aprovação e acompanhamento, em âmbito global, de planos de ação, programas e projetos da instituição. No caso de o Arquivo constituir-se em órgão central de um sistema arquivístico, suas atribuições se ampliam, pois assume também a coordenação geral para o desenvolvimento das diretrizes estabelecidas junto a um Conselho Estadual de Arquivos, seja este deliberativo ou consultivo.

Uma assessoria à direção-geral poderá assisti-la no exercício das suas atribuições, colaborando no planejamento geral das atividades técnicas e administrativas.

Cinco unidades administrativas – o arquivo intermediário, o arquivo permanente, o apoio técnico, o apoio cultural e o apoio administrativo – mostram-se indispensáveis à estrutura organizacional de um arquivo público em bases modernas, cujas atribuições estão definidas abaixo:

1 – Cabe ao arquivo intermediário cadastrar os arquivos da administração direta e indireta com a finalidade de planejar e executar a sua transferência ou recolhimento ao arquivo público; programar e executar a transferência de documentos destituídos de valor corrente, produzidos e acumulados pela administração direta e indireta; gerir os depósitos visando à otimização do espaço através da sua ocupação racional; atender às consultas dos órgãos de origem dos documentos transferidos; e proceder à eliminação dos documentos destituídos de valor permanente, cessado seu prazo de guarda temporária.

2 – Ao arquivo permanente compete recolher documentos de valor permanente produzidos e acumulados pelas administrações direta e indireta e proceder ao seu registro, arranjo e elaboração dos respectivos instrumentos de pesquisa; receber, sob doação ou custódia, coleções e arquivos privados (empresariais, familiares, escolares, hospitalares, associações de classe, etc.) de valor permanente, relacionados ao desenvolvimento histórico, cultural, científico e tecnológico do Estado e proceder o seu registro, arranjo e elaboração dos respectivos instrumentos de pesquisa; assegurar o tratamento técnico, previsto acima, aos arquivos públicos, quer sejam seus documentos escritos, impressos, cartográficos (mapas, plantas, cartas, etc.), iconográficos (gravuras, fotografias, cartazes, desenhos, etc.), sonoros (discos, fitas, etc.),



filmes, microfilmes, vídeo-cassetes, vídeo-teipes, fitas magnéticas de computador, etc.; planejar a política de microfilmagem do acervo permanente do arquivo público; e atender às consultas dos usuários referentes ao acervo permanente.

3 – Cabe ao apoio técnico executar serviços de reprodução de documentos mediante a utilização de técnicas reprográficas como a fotografia e a microfilmagem; planejar e executar a política de preservação e restauração do acervo em seus diversos suportes; e manter em condições ideais de preservação os arquivos de segurança de microfilmes.

4 – Cabe ao apoio cultural elaborar pesquisas relativas à administração pública na qual se insere o arquivo, desde o seu processo de implantação até os dias atuais, reconstituindo suas competências a atribuições com a finalidade de apoiar as atividades de identificação e organização dos documentos públicos a serem transferidos ou recolhidos ao Arquivo Público; elaborar pesquisas que apóiem o arranjo e a descrição dos arquivos privados que venham a ser doados ou recebidos sob custódia no Arquivo Público; constituir, manter atualizada e fornecer tratamento técnico a uma biblioteca especializada em arquivologia, história local ou regional e do Brasil e história das instituições públicas municipais ou estaduais; planejar, coordenar e desenvolver atividades de divulgação do Arquivo.

5 – Cabe ao apoio administrativo coordenar e executar as atividades referentes a orçamento e finanças, recursos humanos, recursos materiais, manutenção, segurança, protocolos e arquivos correntes.

Em Estados de grande extensão territorial, com administração pública localizada em diversas regiões, pode-se prever a descentralização administrativa mediante a criação de arquivos regionais.

A transformação das atuais estruturas só apresentará resultados práticos se inserida no bojo das transformações globais necessárias ao fortalecimento da rede de arquivos públicos estaduais, envolvendo desde legislação até instalações físicas e recursos humanos. Nenhum destes aspectos, porém, serão devidamente solucionados com as estruturas organizacionais em vigor. Caberá a cada arquivo estadual, analisando a sua trajetória, suas características presentes e os parâmetros políticos administrativos nos quais se insere, propor a estrutura organizacional que lhe for mais conveniente e implantá-la conforme suas possibilidades. De qualquer forma, esta estrutura deverá necessariamente refletir as funções do arquivo público como órgão de apoio à administração, à cultura e ao cidadão, participando da definição e implementação de uma política nacional de arquivos, assumindo no âmbito estadual a proteção ao patrimônio arquivístico.

NOTAS

(1) Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1895.
(2) Decreto nº 7.150, de 24 de dezembro de 1930. *Decretos do anno de 1930.* Bahia, Imprensa Oficial, 1935.
(3) Decreto nº 135, de 18 de julho de 1908. *Decretos da Presidência do Espírito Santo*, Imprensa Oficial, 1908.
(4) Decreto nº 819, de 29 de janeiro de 1963. Pernambuco, Imprensa Oficial, 1963.

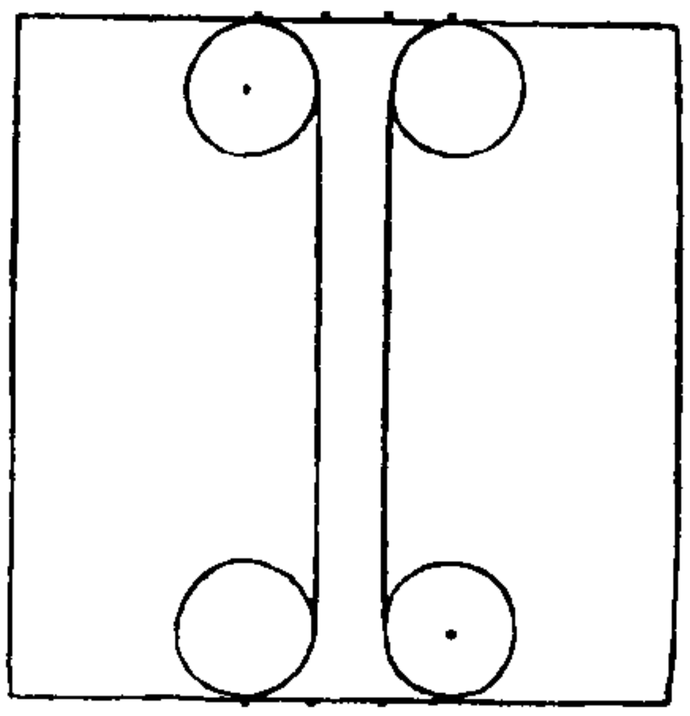
A Memória Nacional Aprisionada*

*Marco Aurélio Garcia***

Há cerca de um ano e meio, mais precisamente em julho de 1984, por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, em São Paulo, muitos dos que estão presentes neste Encontro participaram, como debatedores ou assistentes, de mesa-redonda organizada pela ANPUH, onde, entre outros temas, foram discutidas as dificuldades que enfrentavam naquele momento a formulação e a implementação de uma política de arquivos públicos e privados.

Tínhamos presentes então não só as recorrentes informações sobre a incúria, não raro criminosa, com que vinha sendo tratada a questão da documentação histórica no país, como abundantes notícias que apareceram nos jornais de 1982, 83 e 84, dando conta de queimas ou ameaças de destruição de arquivos dos DOPS, no Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará e Paraná, ou da passagem de fichários e documentos desses organismos de repressão policial nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo para o âmbito do Ministério da Justiça, mais concretamente para a Polícia Federal.

De lá para cá, a despeito das denúncias feitas pela imprensa e por outros meios de formação da opinião pública, ou dos protestos cada dia mais insistentes de arquivistas e da comunidade acadêmica, a situação não parece haver sofrido modificações substanciais. Já em agosto de 84 éramos chocados pela escandalosa transformação da preciosa biblioteca e acervo documental do Centro Latino-americano de Ciências Sociais, do Rio de Janeiro, em papel higiênico, pela módica quantia de quinhentos mil cruzeiros. E não passava dia em que não fôssemos convocados a mobilizar-nos para impedir que se destruíssem os arquivos da FEPASA, qualificados pelos burocratas de turno como "papéis velhos", ou em que não tivéssemos de vestir nossas melhores roupas para ir aos elegantes salões do Maksoud Plaza impedir que se leiloasse a memória nacional, conforme prometia a publicidade paga nos jornais de São Paulo.



A lista desses reveladores acontecimentos não cessa de aumentar e a ela deverá ser acrescido o recente incêndio do apartamento da Sra. Niomar Muniz Sodré, no Rio de Janeiro, que destruiu irremediavelmente não só preciosa pinacoteca, como, segundo se informa, os arquivos do *Correio da Manhã*, que D. Niomar dirigira, e onde se encontrava seguramente registrada grande parte da história republicana do Brasil.

O que está por trás de todos esses fatos — lamentavelmente apenas uma pequena parte de uma dura realidade com a qual está cada vez mais difícil conviver — não é somente a expressão de uma desídia que roça a barbárie, mas um sintoma (por certo não o mais importante) das dificuldades que enfrenta em nosso país a construção de uma sociedade democrática.

A democracia, valor em torno do qual assistimos a uma suspeita unanimidade nos dias que correm, sobretudo por parte daqueles que a desserviram por décadas, passa também pela constituição de uma autêntica *memória nacional*, que deve ser de uma vez por todas dissociada da visão produzida sobretudo no Estado Novo, quando aquela expressão recobria os interesses das elites e seus projetos de "construção da nacionalidade".

A memória nacional é, em realidade, formada de *memórias nacionais*. Ela recobre as formas pelas quais as distintas classes e segmentos sociais foram constituindo, nos embates da história, suas identidades. Ela comporta não só a versão dos vencedores, como a dos vencidos, ainda quando esta última não se traduz em um discurso articulado e coerente, estando no mais das vezes presente nas complexas práticas de resistência que os grupos dominados souberam oferecer aos dominantes.

Se é certo que não há democracia sem preservação de uma memória nacional que ilumine e instrua a ação dos atores sociais no presente e no futuro, não é menos certo que também não haverá democracia se esta memória não for entendida como plural, diferenciada, contraditória.

As classes dominantes e as elites políticas que representaram seus interesses no Estado, souberam, à sua maneira, preservar sua versão da memória nacional, celebrando na preser-

(*) Comunicação apresentada no Encontro Paulista de Arquivos Privados, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 1985 com o apoio da SPHAN/Pró-Memória e da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH).

(**) Marco Aurélio Garcia é Professor do Departamento de História da UNICAMP, Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Documentação e Pesquisa Social, da mesma universidade, e membro da Comissão Estadual de Arquivos de São Paulo.

vação monumental – necessária, por certo – a obra dos "grandes homens", mas soslaiando as perguntas que faria um trabalhador ilustrado:

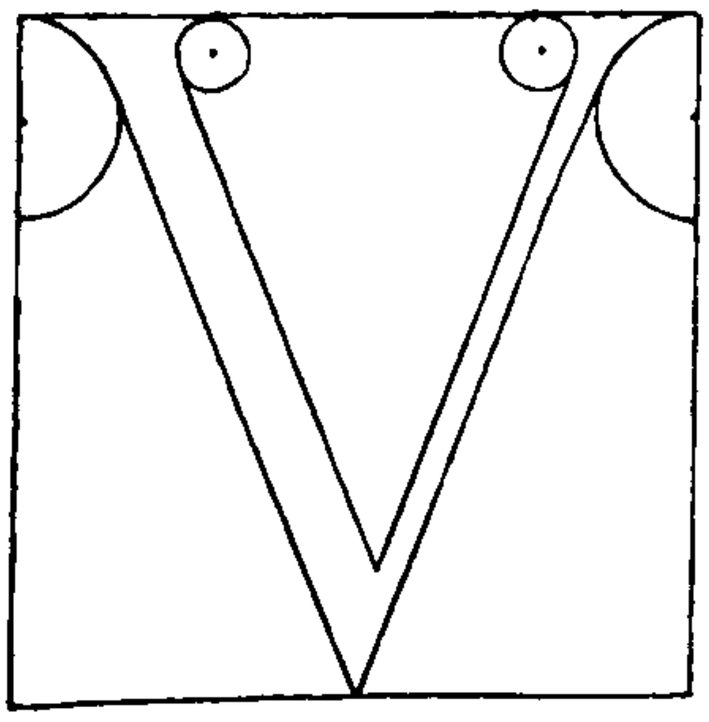
Quem construiu Tebas de sete portas?
Constam nos livros o nome dos reis;
terão os reis arrastado os blocos de pedra?
E Babilônia tantas vezes arrasada
– quem tantas vezes a reconstruiu?
Em que edifícios da dourada Lima os construtores moravam?
Para onde iam, à noite, os pedreiros, depois de pronta a Muralha da China?
A grande Roma é cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu?
(Berthold Brecht, *Perguntas de um trabalhador ilustrado*, na tradução de Geir Campos).

No plano documental tudo se repete com monótona insistência. A República já começou mal, quando foram destruídos os documentos sobre a escravidão, sob o argumento de que se devia apagar uma página infamante de nossa história. Depois disso o que se viu foi a destruição ou o ocultamento sistemáticos da trajetória das classes subalternas. Estas, identificadas como "classes perigosas", tiveram sua história destruída ou aprisionada nos inacessíveis arquivos policiais. A memória dos trabalhadores esvaiu-se com a fumaça dos incêndios de arquivos de sindicatos, do prédio da UNE ou com as apressadas fogueiras que os próprios militantes tiveram que, eles próprios, atear, para preservarem sua segurança e a de seus companheiros de luta.

É sintomático que alguns dos grandes acervos sobre a trajetória desses grupos sociais tivessem de ser retirados do país para subsistirem, como foi o caso das coleções de Astrojildo Pereira e de Roberto Morena, hoje depositadas em Milão ou organizadas discretamente, como ocorreu com o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, ou o Centro Pastoral Vergueiro, para só citar alguns exemplos.

Esses episódios contêm, no entanto, uma lição.

A despeito da incúria e mais além dos propósitos de ocultamento, a sociedade soube reagir neste terreno, como em tantos outros, às ações obscurantistas do Estado. Vencendo dificuldades, ela foi recompondo o quebra-cabeça da história; sua ação exemplar permitiu a multiplicação de arquivos e centros privados, e, mais do que isso, contribuiu decisavamente para que, mesmo ao nível das instituições do Estado, começassem a se desenvolver iniciativas que revertessem um pouco a tendência, abrindo o espaço para a definição e implementação de uma política de preservação da memória nacional, pluralista e democrática, capaz de contribuir para que os distintos agentes sociais e políticos reconstituam suas identidades e passem a desempenhar um papel decisivo na construção de uma sociedade justa e livre. Exemplos disso são a construção do Sistema Estadual de Arquivos e a política seguida nos últimos anos pelo Arquivo do Estado de São Paulo, na gestão do Professor Sebastião Witter, a reorientação do Arquivo Nacional, abrindo ao grande público, entre



outras coisas, a malfadada trajetória do Tribunal de Segurança Nacional, no Estado Novo, ou os primeiros passos já dados pelo Pró-Documento, com sua política de estímulo a iniciativas surgidas na sociedade, não devendo ser esquecido, igualmente, o apoio da FINEP.

É preciso, no entanto, que essas iniciativas, ainda insuficientes face à magnitude do problema, sejam impulsionadas e que a sociedade explicite mais suas definições para que se rompa a inércia burocrática e o conservadorismo político que têm presidido até agora o tratatamento da questão e cujos efeitos mencionamos anteriormente sumariamente.

Para que tal não ocorra, é fundamental que sejam enfrentados alguns temas, para os quais gostaríamos de chamar a atenção. Em primeiro lugar, quando falamos de intervenção da sociedade não estamos apenas nos referindo aos organismos que se dedicam à preservação documental ou aos centros de pesquisa que dela se beneficiam. Uma tal política não pode ser reduzida às aspirações corporativas de arquivistas, historiadores ou cientistas sociais. A preservação documental deve concernir a sindicatos e associações profissionais, às entidades estudantis e às igrejas, aos movimentos sociais em geral e aos cidadãos em particular, que necessitam, todos, referenciar-se à história pretérita para constituírem-se como agentes históricos presentes e futuros.

Essa ação da sociedade tem hoje dois eixos fundamentais: a formulação de uma legislação a respeito e a definição e implementação de mecanismos de controle sobre a ação estatal.

A formulação de legislação se vê confrontada com o desafio primeiro de fixar as relações entre o público e o privado, estabelecendo claros limites à competência e à intervenção estatais a respeito. É *dever* do Estado a criação de amplos mecanismos de preservação documental, no âmbito dos acervos públicos e privados. É *direito* da sociedade decidir como os acervos privados serão organizados e influir, igualmente, sobre a política de arquivos públicos, através de mecanismos institucionais de participação, sob a forma de conselhos, etc.

As prerrogativas da sociedade em fixar a política a ser seguida em termos de arquivos privados e de consagrar em leis estas normas não podem ser confundidas com um anacrônico direito à propriedade que permitisse aos detentores de acervos particulares de clara significação social decidir arbitrariamente sobre sua destruição total ou parcial, sobre sua abertura ou não, sobre sua alienação para o estrangeiro, etc. Mecanismos como os do tombamento, decididos e implementados democraticamente, longe das injunções burocráticas, podem estabelecer o justo equilíbrio a respeito.

Impõe-se, igualmente, e dentro do espírito que deve presidir as definições nesse terreno, que imperem critérios de descentralização. A justa centralização dos acervos públicos estaduais e federais nos arquivos dos estados e nacional, respectivamente, deve-se compatibilizar com a descentralização que permita aos arquivos municipais, de empresas estatais e autárquicas, sem falar nos arquivos formados por fundos privados, subsistirem e se desenvolverem, desde que

respeitadas as normas gerais de acesso democrático ao público. A descentralização não pode ser entendida apenas como imperativo de eficácia administrativa, mas sobretudo como uma imposição de ordem democrática. Ela permitirá também um justo tratamento da questão da regionalização. Deve ser estimulada a preservação documental nas regiões onde estes acervos foram constituídos, dentro da função social que se lhes atribui. Os modernos processos de reprodução micrográfica, e outros, permitirão que essa descentralização possa ser compatibilizada com a centralização que exigências de pesquisa ou outras venham a aconselhar.

Devem ser descartadas, no entanto, quaisquer iniciativas que possam significar o estabelecimento de uma padronização burocrática dos arquivos privados, e mesmo público, através de "sistemas" que venham representar uma camisa-de-força para as iniciativas que se constituam na sociedade.

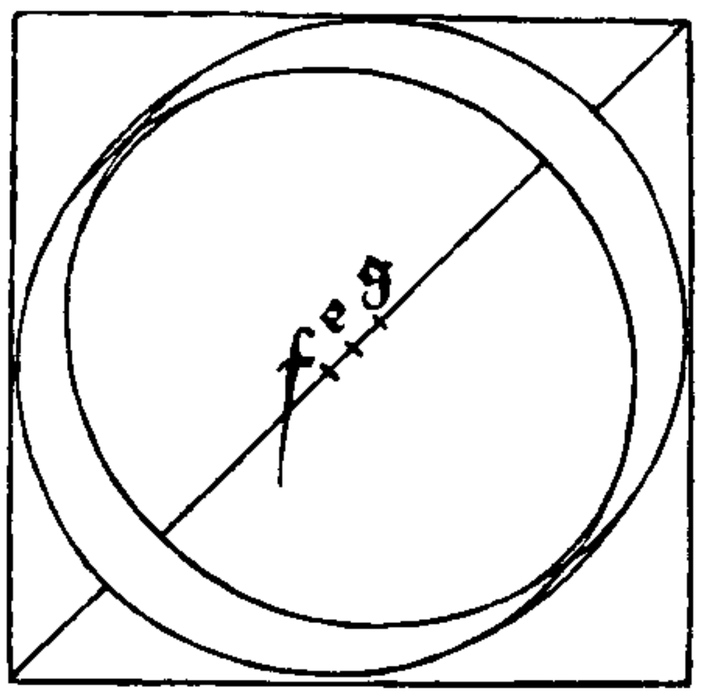
As mesmas restrições à centralização e padronização de políticas e normas devem ser feitas à centralização da assinação de recursos. Se tal ocorresse, o controle da fonte financiadora por grupos poderia significar o estrangulamento de iniciativas que não se conformassem a desígnios dos eventuais ocupantes do organismo.

A participação da sociedade nas decisões das distintas fontes de financiamento públicas (ou até mesmo privadas, como as relações que a Ford Foundation estabeleceu com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais – ANPOCS), é hoje tão fundamental quanto a necessidade de que estas dotações sejam substancialmente acrescidas. Isso passa não somente pelo aumento das disponibilidades orçamentárias e pela sua liberação em prazos compatíveis com os cronogramas de trabalho, como pela necessidade de que o conjunto dos poderes públicos assuma como sua esta tarefa. Não é mais possível que umas poucas entidades federais, como a FINEP e o CNPq, por exemplo, ou entidades e fundações privadas continuem a suportar sozinhas o peso de financiamentos pelo Brasil afora, sem que os estados e os municípios assumam sua parte. O exemplo plenamente exitoso da FAPESP deverá ser seguido, e não apenas formalmente, em todos os estados, sob pena de chegarmos brevemente a uma exaustão das fontes financiadoras.

A despeito das dificuldades, vivemos um momento auspicioso.

Se é certo, como bem afirma o Dr. Witter, que não passa dia sem que se destruam documentos históricos, não é menos certo que não passa dia sem que se multipliquem iniciativas de preservação documental. Está hoje criada uma base objetiva para que as iniciativas tendentes a definir uma nova política de arquivos tenham amplas possibilidades de prosperar, produzindo os efeitos que tanto esperamos.

A reconstituição da memória deste país, no recolhimento, preservação, ordenamento e abertura das fontes documentais convencionais ou na produção



de documentos através da história oral e visual, sugerida pelos modernos métodos de pesquisa, é um terreno excessivamente vasto para que nossas instituições se digladiem.

Estamos diante de um desafio que não comporta particularismos de visão. Nossas atividades devem ser entendidas, antes de tudo, como meros instrumentos de um desígnio maior de busca de verdades históricas e da construção democrática do Brasil de hoje.

A consagração na próxima Constituição de dispositivos tendentes a preservar e tornar públicos os documentos indispensáveis para a compreensão das trajetórias da sociedade e do Estado brasileiros e a regulamentação democrática destes princípios mais gerais em legislação ordinária serão indícios significativos do quanto terá avançado a democracia no Brasil neste momento de transição que vivemos.

O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica

Equipe do Pró-Documento

(Gilson Antunes, Marcus Vinicius Toledo Ribeiro e Sydney Solis)

A preservação dos documentos de valor histórico provenientes de instituições da sociedade civil é fundamental para a identidade cultural de uma nação. Com este objetivo, a Fundação Nacional Pró-Memória criou, em janeiro de 1984, o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento.

No momento em que o país inicia uma nova etapa em sua história republicana e se busca estabelecer novas formas de relação do Estado com a sociedade, mais do que nunca se faz necessário não só apoiar a produção cultural como também incentivar as iniciativas de preservação dos registros dessa produção. Dentro de uma perspectiva pluralista e democrática, não cabe ao Estado substituir, inibir e muito menos obstruir as instituições civis em suas ações. Deve, antes, agir no sentido de cooperar com elas na criação e manutenção de seus elementos de auto-referência. Neste sentido, o Pró-Documento visa somar esforços com outros programas e ações do Ministério da Cultura e demais órgãos públicos e privados no sentido do apoio à preservação dos registros que marcam a atuação das comunidades nos processos econômico, social e cultural.

Assim poderíamos resumir a meta principal do Pró-Documento: apoiar e incentivar a conservação e organização adequadas de arquivos permanentes de instituições civis, estimulando seu *uso social*, em cooperação com os órgãos públicos e privados interessados. E isto através da valorização das séries documentais que registram os processos sociais, sem que se dê exclusividade aos chamados "grandes fatos". Segundo um ponto de vista democrático, dá-se voz à sociedade civil, preservando os documentos por ela própria gerados.

Objetivos específicos do Pró-Documento

1. Identificar e avaliar acervos privados de interesse histórico, para fins de proteção especial. Com base na legislação existente, pretende-se garantir, segundo o interesse público, a sobrevivência de acervos de excepcional valor.

2. Identificar e cadastrar os acervos documentais privados.

3. Elaborar e divulgar instrumentos básicos de pesquisa em arquivo.

4. Prestar assessoria técnica às atividades de organização e conservação dos acervos permanentes, inclusive no que diz respeito à adaptação de prédios e melhoria da infra-estrutura de armazenagem e acondicionamento.

5. Manter atividade permanente de desinfestação de documentos.

6. Incentivar a formação e o treinamento de profissionais em arquivística.

7. Prestar apoio financeiro e técnico à criação e desenvolvimento de centros de documentação e pesquisa histórica voltados para a organização da documentação privada e a realização de pesquisas nela fundamentadas, assim como a projetos de conservação, organização e transferência de acervos privados de valor permanente.

8. Organizar, nas áreas das Diretorias Regionais da SPHAN-Pró-Memória, Conselhos de Apoio à Preservação dos Arquivos Privados.

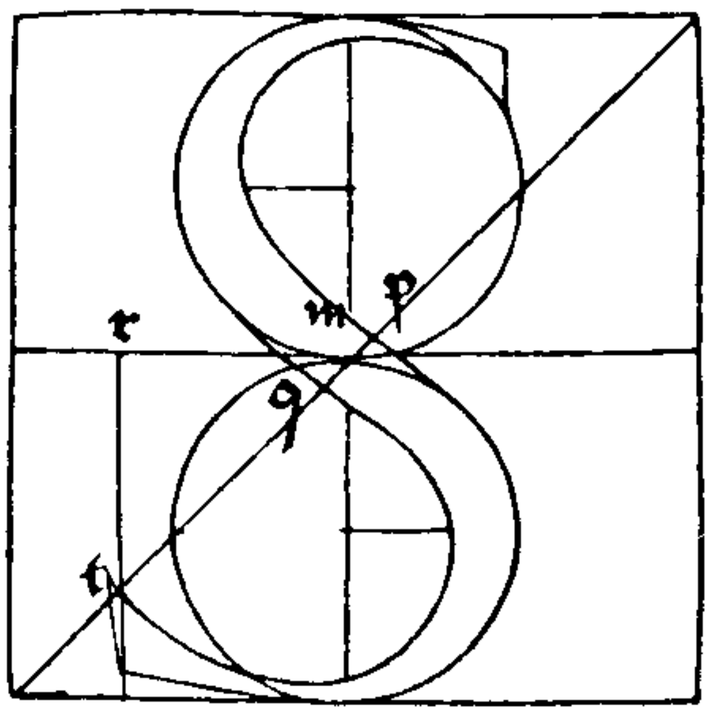
9. Influir junto às instituições detentoras de acervos documentais privados de interesse histórico no sentido de torná-los acessíveis ao público em geral.

10. Aproveitar os prédios tombados pela SPHAN ou por seus similares estaduais e municipais, para fins de recolhimento de acervos.

11. Promover campanhas publicitárias destinadas a divulgar os objetivos e realizações do Pró-Documento.

Quais são os acervos de interesse?

Muitos documentos são produzidos sem a pretensão de se tornarem registros históricos. Os arquivos de uma entidade beneficente, por exemplo, que interesse poderiam ter? Respondemos: muito mais do que se pode imaginar. É aí que o pesquisador encontrará os "traços" relevantes das práticas sociais dessas organizações e das pessoas com elas envolvidas, que fizeram (e fazem) a nossa história social e econômica.



Os acervos visados inicialmente pelo Pró-Documento são os que contêm:

- documentação eclesiástica: registros paroquiais, documentos das cúrias, confrarias e ordens religiosas, etc.:
- documentação empresarial: arquivos de fazendas, fábricas, empresas comerciais e de serviços;
- documentação corporativa: documentos das associações profissionais e classistas;
- documentação científica: acervos documentais das universidades, instituições de pesquisa, dos centros universitários de pesquisas, das Fundações, missões científicas, de cientistas, etc.:
- documentação educacional: acervos documentais das escolas de 1º e 2º graus (escolas primárias, secundárias, normais e técnicas), das escolas superiores, das associações educacionais e de educadores.

Estratégia de realização

A implantação do Pró-Documento se dá de forma gradativa, obedecendo a alguns critérios, de acordo com a maior ou menor necessidade ditada pelas condições dos arquivos documentais privados e pela importância e representatividade dos acervos.

Localizados e identificados os acervos, avalia-se sua importância e analisa-se o seu estado físico e a maneira como estão organizados. A partir daí, deverá ser feito um cadastro com base no qual se terá um mapeamento dos arquivos privados encontrados no país. Isto permitirá que se tenha um diagnóstico a respeito do estado atual de conservação da memória nacional no âmbito da documentação privada. É um primeiro passo para que se estabeleça uma prioridade de trabalho com relação aos acervos que necessitam imediatamente de um tratamento arquivístico.

Além do cadastramento dos acervos, são elaborados instrumentos de pesquisa – guias e inventários – para facultar o acesso aos documentos. Nesta etapa, os acervos são tratados com a finalidade de gerar informações sobre a natureza, história, abrangência temporal, quantidade e conteúdo de sua documentação.

Estrutura

O Pró-Documento está sendo desenvolvido sob a orientação geral de uma Coordenação Nacional – a cargo da SPHAN-Pró-Memória – e de Coordenações e Subcoordenações Regionais. Tem como órgãos consultivos um Conselho Nacional Consultivo (composto por figuras eminentes do mundo científico e cultural brasileiro) e Conselhos Regionais de Apoio à Preservação de Arquivos Privados.

Cabe à Coordenação Nacional a implantação e coordenação do Pró-Documento a nível nacional, assim como o acompanhamento das atividades desenvolvidas regionalmente. As Coordenações Regionais orientam as ações do Pró-Documento nos estados e territórios abrangidos pelas respectivas Diretorias Regionais da SPHAN-Pró-Memória.

Os Conselhos Regionais de Apoio à Preservação dos Arquivos Privados têm a finalidade de atuar como órgãos consultivos e de acompanhamento do Pró-Documento na área abrangida pela Diretoria Regional. São constituídos pelo Diretor Regional da SPHAN-Pró-Memória, pelo Coordenador Regional e por representantes de instituições civis e órgãos públicos, além de profissionais de reconhecido saber com atuação no campo de interesse do Pró-Documento.

Avaliação de projetos

Os projetos de cadastramento, inventário, organização e higienização de acervos privados terão o apoio e, em alguns casos, a participação direta do Pró-Documento. Será dada assistência técnica, bem como treinamento para a organização e preservação dos documentos. É importante que se tenha em mente a necessidade da transferência de conhecimentos e técnicas, num processo associativo – assinatura de convênios, realização de cursos, etc. –, de modo que a responsabilidade pela manutenção da memória nacional seja compartilhada com a sociedade civil.

Os projetos devem ser apresentados, pelos interessados, às Coordenações Regionais do Pró-Documento, às Subcoordenações Regionais ou ainda aos Conselhos Regionais de Apoio à Preservação dos Arquivos Privados.

A seleção dos projetos está a cargo, a nível regional, da Coordenação Regional, ouvido o Conselho Regional de Apoio à Preservação dos Arquivos Privados. Os projetos provenientes das subcoordenadorias serão selecionados, em comum acordo, pelo Coordenador Regional e os demais subcoordenadores.

Cabe à Coordenação Nacional do Pró-Documento emitir pareceres quanto à aprovação de financiamento para os projetos selecionados regionalmente. Os projetos poderão ser recusados, caso não se enquadrem nas prioridades nacionais ou fujam aos objetivos do Pró-Documento, ou ainda na hipótese de não estarem ajustados tecnicamente à metodologia estabelecida. Neste último caso, serão devolvidos, para reformulação, às suas instituições de origem, podendo receber para tanto a assessoria técnica do Pró-Documento.

Os projetos selecionados, mas que não tenham obtido recursos para sua execução, poderão ser reapresentados nos exercícios posteriores.

Estes procedimentos se aplicam tanto aos projetos a serem financiados com recursos ordinários da Pró-Memória como aos financiados com recursos extraordinários, sob a chancela do Pró-Documento.

São os seguintes os critérios de avaliação de projetos:

- relevância histórica, científica e cultural do acervo;
- grau de urgência da ação preservacionista;
- adequação técnica do projeto;
- disponibilidade de recursos.

Recursos

Os projetos serão realizados com recursos ordinários da Pró-Memória, através dos seus Planos Anuais de Ação, e com recursos extraordinários oriundos de agências de fomento à pesquisa e à cultura.

A captação de recursos extraordinários está a cargo da atuação conjunta da Administração Central da Pró-Memória, da Coordenação Nacional e das Coordenações Regionais do Pró-Documento. Entre os recursos extraordinários estão também aqueles provenientes de doações de pessoas físicas e instituições civis, que poderão ser computadas para fins de dedução do Imposto de Renda.

Atividades atuais do Pró-Documento

Está em andamento, no Rio de Janeiro, um levantamento da Situação Atual dos Arquivos Privados, que servirá como experiência-piloto para um trabalho censitário e de cadastramento a ser realizado em outras cidades e estados.

Fez-se uma amostragem significativa do universo de associações profissionais, empresas, escolas, hospitais, instituições científicas e religiosas. Seu objetivo: identificar as necessidades mais urgentes dos acervos documentais aí localizados e produzir metodologias que possam vir a ser adaptadas a outras regiões, no trabalho de cadastramento e elaboração de guias de fontes.

Adiantando os resultados preliminares do diagnóstico recém-concluído, podemos dizer que os arquivos de instituições da sociedade civil são realmente ricos em informações e permitirão uma revisão profunda em vários setores do conhecimento de nossa formação histórica.

Entretanto, a quase total inexistência de instrumentos de pesquisa eficazes torna o trabalho de pesquisadores, estudiosos e demais usuários extremamente difícil, demorado e oneroso. Além disso, a comunidade científica e os cidadãos de alguma forma ligados a essas instituições (e até mesmo alguns de seus dirigentes) desconhecem o valor histórico de seus acervos, que em geral se encontram em condições precárias de conservação, necessitando de urgente desinfestação e acondicionamento e organização adequados.

Neste trabalho, realizado no Rio de Janeiro, foram visitadas cerca de 160 instituições. Pesquisadores e estagiários aplicaram questionários técnicos para que se obtivessem informações sobre os acervos documentais e foi feita uma verificação direta de suas condições de conservação e acondicionamento de seus conteúdos.

Acesso e descentralização

Na realidade, nosso trabalho primordial é o de incentivar, junto à sociedade civil, a preservação, recuperação e utilização dos acervos que guardam parte importante de nossa história econômica e social.

Uma política democrática de preservação da memória nacional não pode deixar de reconhecer que é um direito e dever das instituições civis a conservação de seus arquivos permanentes. Cabe aos órgãos formuladores de políticas o estímulo e apoio à preservação, pelas próprias instituições, dos documentos que informam sobre seu passado.

O Pró-Documento buscará a participação ativa e integrada das instituições da sociedade civil para o planejamento e execução de seu trabalho, numa visão descentralizadora. O apoio técnico e financeiro que daremos aos projetos de preservação de acervos refletirá a cada vez maior conscientização no sentido de se tornar acessível a documentação privada de caráter permanente, estimulando o seu uso social.

Tema 2:
Identidade dos bairros e expansão urbana

Textos de:
Gilberto Velho,
Lucia Helena Fontes
Maria das Graças Spencer Coelho,
Alice Amaral dos Reis e
Maria Lucia Neves.



Maria Lúcia Neves

Bairro Saavedra, Catete.

A GRANDE CIDADE BRASILEIRA:

sobre heterogeneidade e diversidade culturais

*GILBERTO VELHO**

Periodicamente o Brasil se "redescobre". Ou, pelo menos, setores das elites se dão conta de características marcantes pouco conhecidas e, eventualmente, obscurecidas em função de razões variadas, mais ou menos preconceituosas.

Por outro lado, a sociedade se transforma e, ao mudar, apresenta ou elabora dimensões, antes apenas esboçadas, que passam a ser dramaticamente evidentes.

Os processos de modernização e urbanização da sociedade brasileira, associados e complementares, já foram fartamente descritos e discutidos. Não pretendo entrar nos aspectos internos e possivelmente polêmicos do debate.

Para os fins deste trabalho há que registrar, primeiramente, o veloz e imenso crescimento físico das grandes cidades. A área do Grande Rio, por exemplo, teve sua população multiplicada, pelo menos, quatro vezes nos últimos trinta anos.

O aumento populacional se deu, por um lado, devido a um rápido crescimento vegetativo e, por outro, devido às migrações internas, com deslocamentos maciços de diferentes regiões do país para as grandes áreas metropolitanas. As dificuldades econômicas e sociais do campo e do interior em geral constituem fator essencial para compreender as atuais características e problemas das regiões metropolitanas e de sua situação demográfica especificamente.

Frise-se que não se trata, no entanto, de uma questão apenas demográfica. A modernização e urbanização fazem da grande metrópole o *locus* da heterogeneidade e da complexidade. A própria vida urbana, através da divisão social do trabalho e de suas instâncias múltiplas de sociabilidade, fomenta a densificação e a fragmentação em múltiplos "mundos" com ou sem fronteiras espaciais nítidas. Já Simmel, Park e Wirth** apontavam para essas tendências da vida metropolitana, que assumem características dramáticas na grande cidade brasileira, que também tem muito em comum com outras situações de urbanização do Terceiro Mundo, como o México e a Índia. É evidente para o antropólogo que a urbanização é um processo que precisa ser contextualizado culturalmente. Se no Brasil aparecem situações que podem lembrar Londres e Berlim da Revolução Industrial, Chicago do início do século XX ou a Cidade do México e Calcutá contemporâneas, não há como escamotear o seu caráter *único* e *peculiar*.

A organização social do meio urbano está indissoluvelmente associada a *fronteiras culturais*. Estas se devem a *n* variáveis como, por exemplo: origem regional, identidade étnica, classe e estratificação social, crenças religiosas, minorias dos mais diferentes tipos. Correspondem a diferenças em *ethos*, visão de mundo e estilo de vida. Predominou, até há pouco tempo, em boa parte da produção sociológica que se difundiu e influenciou a comunicação de massa, uma forte ênfase nas descontinuidades e polarizações da estrutura de classes e estratificação social. Mais recentemente a retomada de uma noção de *cultura brasileira* enfatiza os valores comuns, as crenças e costumes compartilhados. Como em quase tudo na vida, creio que entre as duas posições, aqui esquematicamente apresentadas, há matizes e meios-tons. É altamente discutível o poder homogeneizador da vida urbana. Em muitos aspectos encontra-se, pelo contrário, um processo de crescente diferenciação e diversificação em termos de *ethos* e visão de mundo. Não só há diferentes formas de adaptação à vida urbana mas esta produz sistemas de interação e relações sociais originais e inovadoras. Multidão e anonimato, parentesco e vizinhança assumem contornos e combinações sem precedentes. Crenças novas se desenvolvem e antigas se transformam. A multiplicidade de situações é cada vez mais nítida.

O próprio senso comum registra em cidades, como o Rio de Janeiro, fortes diferenças em estilo de vida e valores entre Zona Sul e Zona Norte ou entre "suburbanos" e "ipanemenhos". Vários trabalhos de pesquisa têm confirmado algumas dessas percepções, embora de maneira mais específica e, paradoxalmente, mais abrangente.

Trata-se, afinal de contas, de avaliar a questão universal da construção social da identidade. A organização social do espaço é, certamente, na grande cidade uma variável fundamental neste processo. As diferenças e particularidades de bairros, áreas da cidade, setores de bairros, eventualmente ruas, são percebidas e representadas pela população urbana como importantes na demarcação de identidades. O próprio *tempo*, com os diferentes usos de bairros e ruas, de acordo com a mudança de horário e população, é representado diferencialmente. O trabalho, o lazer, a boêmia são algumas dimensões que podem distinguir grupos e segmentos sociais. Este processo é, como sabemos, basicamente contrastivo, acirrando e enfatizando estereótipos, preconceitos e até estigmatização. Quando essas avaliações estão claramente vinculadas a distribuição desigual de renda e prestígio social é comum encontrar tensão e mesmo confli-

---

(*) Gilberto Velho, antropólogo, é membro dos conselhos científicos da Associação Brasileira de Antropologia, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do Conselho Consultivo da SPHAN.

(**) Em "A Metrópole e a Vida Mental", *The City* e "Urbanismo como Modo de Vida", respectivamente.

to. No entanto, os diferentes "mundos", em princípio, acionam códigos e escalas de valores não coincidentes. Isto permite a marcação de uma identidade própria, ao mesmo tempo que elimina o grave problema de todos desejarem as mesmas coisas ao mesmo tempo. Ao lado das evidentes desigualdades e injustiças sociais no nível da subsistência mais elementar, não há como ignorar que coexistem em uma sociedade complexa diferentes estilos de vida que fazem combinações particulares produzindo "sincretismos" que não são conseqüência direta da renda e da condição de classe. Esta é, afinal de contas, a margem de manobra que grupos sociais e indivíduos podem encontrar dentro dos sistemas culturais mais abrangentes. Isto permite, apesar dos estereótipos, que certos grupos, moradores da Zona Norte e do subúrbio do Rio de Janeiro, tenham como projeto básico mudar-se para a Zona Sul, enquanto outros tenham como valor fundamental a estabilidade e a continuidade de suas vidas nos bairros em que nasceram e/ou foram criados.

Poder-se-ia rotular esta reflexão de *funcionalista*. Creio que aceitaria esta simplificação, desde que fique claro que não estou eliminando ou ignorando o conflito. Pelo contrário, está quase sempre presente e, como é notório, encontram-se diversas situações produtoras de disrupção e antagonismo agudos nas nossas metrópoles.

A *violência urbana*, em parte produto da miséria, do desemprego e da desigualdade, é uma expressão dramática deste processo.

No entanto, o não reconhecimento da legitimidade das diferenças culturais pode, perigosamente, conduzir a um equívoco político e social.

Parece-me que qualquer política urbana que se baseie em um *igualitarismo populista* leva a um menosprezo pelas tradições, por valores profundamente enraizados e acaba se tornando um paternalismo manipulativo.

A grande cidade está sociologicamente dividida em áreas com características próprias. Isto é conseqüência de longos e complexos processos históricos e culturais. Pretender alterar essa situação através de decisões centralizadas, seja sob que bandeira for, constitui violência não contra uma cidade abstrata mas contra as populações que nela vivem.

As diferenças podem produzir, mas não necessariamente, antagonismo. O convívio entre os diversos estilos de vida dificilmente pode ser uma harmonia completa, mas não há por que torná-lo uma metafórica arena, com seus gladiadores.

Os antropólogos podem contribuir para a política urbana brasileira, com sua experiência de investigar diferentes modos de construção social da identidade. A concepção pluralista de uma democracia social implica em, ao atender prioritariamente às necessidades mais elementares das populações carentes, como alimentação, saneamento, transporte e habitação, não esquecer a especificidade e densidade da experiência social dos diferentes grupos que convivem não só na metrópole, como na sociedade em geral.

A descaracterização de suas identidades pode ser uma forma de destruir as próprias possibilidades de reciprocidade social. Não se trata de manter o mundo parado, mas certamente devemos criticar as engenharias sociais autoritárias e os populismos demagógicos que, utilizando a bandeira do progresso, empobrecem inexoravelmente o nosso cotidiano. Reconhecer a existência das diferenças e de seus símbolos não é sinônimo de legitimar privilégios espúrios.

Quando foram criadas linhas de ônibus ligando a Zona Norte à Zona Sul do Rio, através do Túnel Rebouças, surgiram discussões violentas e posicionamentos radicais. Esquematicamente, registrava-se o preconceito dos moradores da Zona Sul contra os estigmatizados "farofeiros" que viriam poluir os bairros mais exclusivos. Se isto pode ter sido constatado no discurso e nas reações de moradores de Copacabana, Ipanema, etc., seria interessante lembrar que quem reclamava não eram capitalistas poderosos ou burgueses milionários mas indivíduos de camadas médias, às vezes, eles próprios, oriundos do subúrbio ou da Zona Norte. De certa forma, as opiniões desses moradores da Zona Sul foram desqualificadas, pura e simplesmente, como preconceituosas. Fica evidente, pelas próprias matérias da imprensa, que os "suburbanos" também têm seus estereótipos sobre a Zona Sul, como sendo o *locus* da perdição, devassidão, decadência. Preconceitos existem de parte a parte e, em qualquer lugar do mundo, os grupos sociais, no seu processo de *construção social da realidade*, são equipados com *pré-conceitos*, eventualmente transformados através de processos interacionais que surgem em ritmo próprio adequado. O exemplo citado foi uma clara demonstração de má administração de uma situação de conflito de interesses e valores, devida a uma visão esquemática e simplista da vida social.

A constatação de que em uma sociedade democrática há que se lidar permanentemente com *interesses diferenciados*, associados que estão a visões de mundo e trajetórias específicas, deve ser um antídoto contra soluções fáceis e discriminatórias.

A grande cidade, a metrópole, por suas dimensões e complexidade, tornou-se o cenário privilegiado da expressão dessas contradições.

Estas não só fazem parte mas constituem a vida social, e a própria reciprocidade, base da sociabilidade, só é possível a partir da heterogeneidade social, cultural e política.

Uma das tarefas mais instigantes de uma política do patrimônio cultural em um período de mudança social é encontrar fórmulas adequadas que não cristalizem as diferenças, mas que legitimem os símbolos materiais e imateriais desta heterogeneidade.

É mais simples em sistemas autoritários forçar a homogeneidade cultural. Em sociedades pluralistas e democráticas há que se buscar sempre o delicado equilíbrio entre diferentes projetos e valores.

Em grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro, coexistem samba e rock, umbanda e pentecostalismo, futebol e surf e assim por diante. Os critérios da "autenticidade" são sempre precários e arbitrários, incapazes que são de dar conta da grande variedade de estilos de vida e sua contínua transformação. A política urbana vincula-se, de qualquer forma, a uma política cultural. Isto pode estar mais ou menos claro e explicitado. Há que buscar identificar as direções seguidas que, às vezes, sem intenção deliberada, são produtos de decisões políticas pouco sensíveis às especificidades culturais. Desta forma, torna-se tarefa urgente insistir na participação dos diferentes setores da comunidade na elaboração de políticas que vão afetá-las diretamente. Por outro lado, o saber específico dos cientistas sociais, particularmente dos antropólogos, deve ser acionado na busca de alternativas e opções menos carregadas de um utilitarismo imediatista.

Rio de Janeiro, março de 1985.

PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

as duas faces de uma moeda urbana

LÚCIA HELENA FONTÈS, MARIA DAS GRAÇAS SPENCER COELHO, ALICE AMARAL DOS REIS E MARIA LÚCIA NEVES

O planejamento urbano, até bem pouco tempo, se limitava quase que exclusivamente às questões técnicas, computadores, listagens, índices, gráficos, mapas. Foram produzidos planos diretores, reestruturações e macroestruturações, com escalas de trabalho sempre globalizantes.

A cidade não deixa jamais de ser humana. São os próprios ciclos da vida que a tornam dinâmica, lhe dão vida, num eterno reciclar com a nova estrutura tecida sobre a existente enquanto se edifica e reedifica.

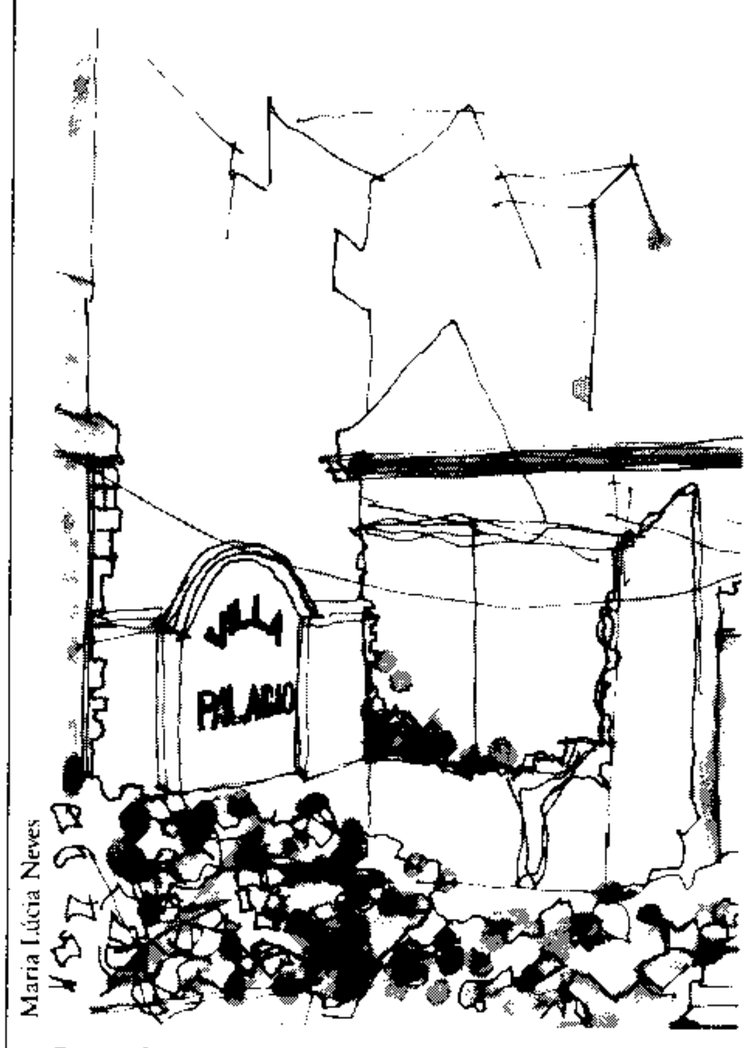
Quando se estuda a cidade de longe, sem acompanhar sua dinâmica – os ciclos de vida de cada grupo de homens, de cada lugar na cidade – seus referenciais se perdem; as soluções apontadas correm o risco de ficar muito distantes das aspirações de seus habitantes.

O Projeto Memória dos Bairros surgiu de forma muito natural, a partir da necessidade de trabalhar a cidade dentro de uma escala mais humana, onde as dimensões do espaço e do tempo estejam presentes.

No momento em que se reconheceu o bairro, com as suas peculiaridades, um universo familiar cotidianamente percorrido, como a unidade de planejamento ideal, ficou evidente que havia algo mais consistente do que apenas dados, mapas e levantamentos imprecisos.

Preservação e Desenvolvimento

De um modo geral, quando se propõe a preservação de uma determinada área, a metáfora vulgarmente encontrada é a do imobilismo. Em contrapartida, se uma área é considerada de renovação, crê-se com naturalidade o seu desenvolvimento, crescimento, transformação e descaracterização. "Preservação e desenvolvimento são, freqüentemente, vistos como atividades irreconciliáveis. Preservação, e mais especificamente preservação histórica, tem sido freqüentemente colocada em oposição à idéia de desenvolvimento, mudança ou 'progresso'; o desenvolvimento, por outro lado, é sempre associado à mudança e, no senso comum, ao progresso"[1]. Na verdade, tal enfoque distorce ambos os conceitos.



Maria Lúcia Neves

Demolição parcial de uma vila construída no início do século, R. Silveira Martins, Catete, 1984.

A preservação que normalmente é encarada de forma isolada, tratando de casos específicos, é considerada importante apenas quando relacionada com edifícios de valor histórico ou de arquitetura excepcional, deixando de lado aspectos psicológicos, sociais e econômicos, bem como os ligados ao modo de vida e às tradições culturais. Por outro lado, quantas vezes, em nome do "progresso", vimos a cidade crescer, rapidamente se transformar, sem o menor respeito àquilo que o tempo se encarregou de acumular.

O reconhecimento de nossa identidade cultural "significa dar um passo fundamental em direção ao desenvolvimento, fator preponderante de libertação, independência cultural, na sua mais ampla acepção, na qual se inserem também os aspectos econômicos e políticos"[2]

A Identidade

"As pessoas precisam pertencer a uma unidade espacial identificável"[3]

Considerando como básico que cada pedaço da cidade, cada bairro se constitui em unidade específica com características próprias, surge a necessidade de pensar cada pedaço dentro de seus próprios limites, descobrir e reconhecer suas potencialidades, sua forma, seu desenho, o modo de viver de seus habitantes, sem, no entanto, deixar de considerar a cidade como um todo. "A identidade é o grau em que uma pessoa pode reconhecer ou recordar um sítio como algo diferente de outros lugares, enquanto tem um caráter próprio vivido, ou excepcional ou ao menos particular"[4].

Basta lembrar de alguns bairros do Rio, como Urca, Copacabana e São Cristóvão, para perceber como são peculiares e, ao mesmo tempo, diferentes os vários bairros da cidade. E ainda que Praia

(*) Lucia Helena Fontes e Maria das Graças Spencer Coelho, arquitetas, trabalham na Coordenação de Estruturação Urbana da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral. Alice Amaral dos Reis e Maria Lucia Neves, também arquitetas, trabalham na Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro.

Vermelha, Bairro Santa Genoveva, Cancela, Quinta, Beco da Fome, Lido, Bairro Peixoto são locais muito expressivos nestes mesmos bairros. Por outro lado, quando se faz menção a bairros como Jardim Sulacap, Colégio, Vicente de Carvalho, Engenheiro Leal, é possível haver dificuldade em localizá-los dentro do Município ou, até mesmo, saber se são bairros ou apenas localidades de um bairro. Já os bairros de Mangueira, Joá e Santa Teresa têm, em comum, apenas o fato de estar situados em encostas, enquanto Copacabana, Madureira e Tijuca, embora estruturalmente bastante diferentes, se constituem em centros comerciais dos mais importantes para a cidade.

Já a Urca e o Grajaú têm, na peculiaridade do traçado das ruas, sua marca, tratando-se de dois bairros projetados.

Assim, podemos afirmar que existem muitas cidades dentro da Cidade e o reconhecimento de suas várias faces deve ter "como pressuposto o respeito à qualidade do meio ambiente e aos valores históricos, culturais e estéticos que dão a cada comunidade a sua individualidade"[5].

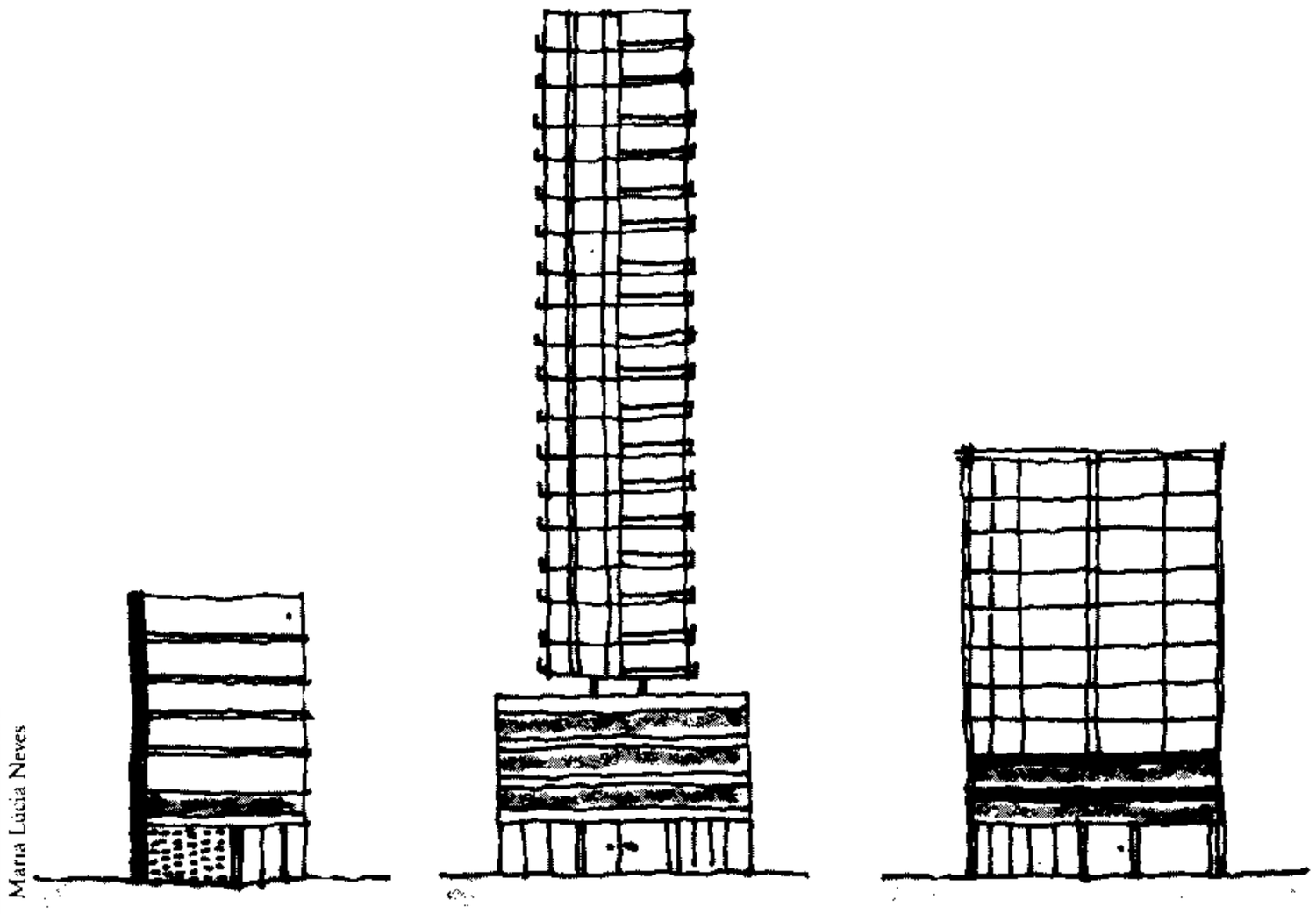
Ambiente Urbano

"O ambiente constrói o homem?/ O homem constrói o ambiente/ Que constrói o homem?/ O homem constrói o ambiente?/ Que constrói o homem/ Que constrói o ambiente/ Que constrói o homem?/ O homem constrói o ambiente/ O homem constrói o ambiente/ Que desambienta o homem"[6].

O reconhecimento de determinados elementos característicos do urbano (marcos, paisagens da infância), assim como a compreensão de sua forma espacial contribuem para uma leitura clara do ambiente em que vivemos. "Quando a forma e a familiaridade atuam juntas, o resultado emocional é poderoso: 'Sou cidadão de uma boa cidade' "[7].

Qualquer parte do ambiente urbano, seja um quarteirão, uma praça, uma rua, uma esquina ou uma edificação, possui um significado muito mais representativo do que seus respectivos valores materiais. São elementos que simbolizam a relação entre o lugar e seus habitantes, fatores importantes no desenvolvimento psicológico do homem.

Como diz Alexander, "sabemos que o que conta em um edifício ou em uma cidade não é, unicamente, sua forma exterior, sua geometria física, mas os acontecimentos que ali têm lugar"[8].



Tipos de edificações permitidos pela legislação atual.

A perda desses elementos, na maioria das vezes impossíveis de serem recriados, leva ao desaparecimento dos referenciais e faz com que o cidadão não mais encontre seu lugar na cidade, e não mais reconheça seu meio ambiente.

O receio da perda desses elementos é o que leva, muitas vezes, à preocupação de como conviver com as transformações advindas do rápido crescimento. Este sentimento de reação ao "progresso", observado em muitas comunidades, não quer dizer que as pessoas estejam contra o progresso em si, mas sim que temem a ausência de elementos familiares, cuja presença é tão importante para o homem da cidade.

A necessidade de conservar os elementos que tornam as cidades mais humanas faz com que a preservação assuma um significado mais amplo. Ela é uma garantia de permanência do caráter das áreas e contribui para a compreensão do conjunto de elementos que as caracterizam, de suas tradições, instituições sociais, enfim, do que ali ocorre, ocorreu e ocorrerá.

Desta forma, a preservação não seria privilégio de alguns, de uma "elite intelectual", mas sim um importante fator para a estabilidade da cidade e de seus habitantes. As experiências vividas, no passado, criam expectativas quanto ao futuro. "Um passado ordenado, construído a partir de uma série de mudanças progressivas, tende a encorajar a maneira de olhar o futuro, antecipando ou prevendo mudanças contínuas. Nossa atitude com relação ao passado e ao presente influencia nossa visão do futuro. Enfim, a preservação nos fortalece em relação ao 'choque do futuro' "[9].

A Legislação Urbana

"O caráter homogêneo e indiferenciado das cidades modernas mata toda a variedade nos estilos de vida e detém o desenvolvimento do caráter individual"[10].

A análise da legislação de uso e ocupação do solo vigente para a cidade é muito importante para o estudo dos bairros. Atualmente, esta legislação atinge toda a cidade de forma indiferenciada, não conseguindo, portanto, ser adequada para nenhum bairro em especial. O alto valor do solo urbano, aliado às dimensões mínimas permitidas no Código de Obras, além das exigências de pavimento de uso comum e grandes áreas de garagem acarretando inúmeros pavimentos para esta utilização nas edificações residenciais, induz a um tipo de solução muito parecida para toda a cidade. As ruas passam a ter a mesma aparência e as pessoas ficam cada vez mais distantes dela. Quem mora no primeiro andar de um edifício, em alguns casos, está, na verdade, no sexto pavimento da edificação.

Quanto mais as pessoas se refugiam dos perigos da cidade, morando em edifícios altos e "seguros", mais perdem a



Um bairro dentro do bairro, S. Jorge.

relação com a própria rua. Os moradores, que de certa forma são "donos" da rua, passam a ser mais responsáveis por ela, não a observam mais, não acompanham os acontecimentos do dia-a-dia, não a guardam mais, não moram mais na rua. Estas novas edificações roubam, por exemplo, às crianças o direito de aprender a viver e a compreender a cidade. Além disso, os próprios dispositivos contidos na nossa legislação vêm, até hoje, refletindo um tipo de padrão, estabelecido como ideal pelo grupo que sempre os produziu, que reflete uma ideologia calcada nas idéias da nossa arquitetura moderna e do nosso urbanismo que absorveu idéias do racionalismo europeu. A ausência de crítica aos aspectos econômicos e sociais levou o planejador a trabalhar com valores tomados como universais onde o espaço era visto de forma indiferenciada e as pessoas se relacionariam apenas utilitariamente com a cidade. Um exemplo seria o da Carta de Atenas onde o espaço da cidade era "repartido" de acordo com quatro atividades básicas do homem: morar, trabalhar, circular e divertir-se.

A idéia de que esta atitude seria a "ideal", além de tentar padronizar os lugares de viver de todas as pessoas, jamais se preocupou com os fatores não racionais que envolvem a vida de todos e que são, sem dúvida, fundamentais do ponto de vista psicológico.

Até hoje a legislação foi feita e alterada de uma maneira global, geralmente sem a preocupação com as edificações já existentes e com as características e especificidades dos locais. Primeiro, foram os prédios de quatro pavimentos colados nas divisas, depois chegou-se aos 10 pavimentos, também encostados nas divisas, até chegar aos prédios com 18 pavimentos, localizados em centro de terreno. A cidade vai sendo construída e reconstruída em cima das mesmas áreas, sem planejamento, causando o desaparecimento de seus elementos característicos, de escala predominante. O aumento da densidade populacional resulta em obras para ampliação dos serviços de infra-estrutura que não estão preparados, em geral, para essa mudança constante. As novas edificações são projetadas sem a preocupação com o ambiente em que estão localizadas. Elas respondem a um padrão que passa a ser comum a todas as áreas da cidade, tendendo, inclusive, a uma uniformização dos partidos arquitetônicos, dos materiais empregados, etc. Enfim, impõe-se o mesmo estilo de vida a todos os habitantes da cidade.

Além da tipologia das edificações, outros dois pontos são muito importantes na avaliação da legislação da cidade. Em primeiro lugar os projetos de alargamento e abertura de logradouros, que, raramente, são totalmente implantados. As ruas são alargadas através dos recuos à medida que as novas construções vão surgindo, o que dificilmente acontece na sua totalidade, criando vias de largura variável e com absoluta falta de desenho. Em segundo lugar, o zoneamento. Este, atualmente, estimula a segregação de funções especializando setores: áreas estritamente residenciais, industriais, etc.

A Diversidade

"Para entender uma cidade temos que nos ocupar rápida e absolutamente do essencial, do fenômeno primário: as combinações, a mistura de usos, e não a separação, o isolamento deles"[11].

Além da diversidade de aspectos, que dão a tônica de cada lugar, de cada bairro, há a própria diversidade dentro de cada lugar. Esta variedade se estabelece sob a forma de usos, tipos de edificações que os abrigam, estilo, tamanho, idade e padrão de construção. Estes elementos, conseqüentemente, provocam, também, a diversidade de seus habitantes.

A manutenção de um estoque variado de tipos de edificações permite que pessoas de diferentes necessidades, padrão econômico ou modo de vida possam morar ou se utilizar das diversas partes da cidade. Neste momento, a preservação de determinadas edificações,

que se destacam pela qualidade do ambiente que proporcionam, tem grande importância. É o caso de conjuntos de casas, vilas ou pequenos prédios de três ou quatro pavimentos, sem *play-ground*, sem vagas na garagem, sem porteiro eletrônico, sem *hall* social de mármore e esquadrias de alumínio, mas que na maioria das vezes oferecem, pela composição de seus espaços, um ambiente de qualidade muitas vezes superior aos novos projetos. Estas edificações atendem a uma parcela da população que não está à procura dos valores que os empreendimentos imobiliários, geralmente, oferecem.

Há ainda outro aspecto que diz respeito à variedade dos usos comercial, industrial e de serviço. Determinados tipos de uso, tais como pequenas livrarias, bares, belchiores, lojas de consertos, chaveiros, sapateiros, lavanderias, gráficas e pequenas confecções, que não têm possibilidade de fazer frente aos grandes custos das novas edificações, de um modo geral estabelecem-se em edificações mais antigas.

Segundo Jane Jacobs, é da maior importância "conservar um certo número de imóveis antigos, combinados com os novos; sua conservação", de acordo com aquela autora, "apresentará algo mais ou muito mais que uma simples reminiscência do passado ou prova evidente do fracasso presente. Em suma, a conservação dos edifícios antigos convenientemente restaurados é importante, também, como possibilidade de fornecer abrigo a uma ampla gama de atividades de média, baixa ou nenhuma rentabilidade, que imediatamente se revelam altamente necessárias e valiosas para a cidade em geral"[12].

Projeto Memória dos Bairros

"Entregue o encargo, exclusivamente, aos funcionários de uma única repartição, sem apoio da opinião popular e sem o concurso ativo dos demais agentes do poder público, nem o de outras entidades influentes, os resultados obtidos não poderão deixar de ser restritos e transitórios"[13].

O Projeto Memória dos Bairros implica numa mudança de atitude, uma nova maneira de encarar a cidade, o planejamento urbano.

Atualmente, os órgãos executivos de preservação e planejamento adotaram como programa de trabalho o Projeto Memória dos Bairros. Foram adotadas as seguintes premissas básicas:

– a preservação é a base de toda atividade de planejamento, acomodando e direcionando as mudanças e não as impedindo;
– todo bairro tem um potencial de renovação e preservação;
– o reconhecimento dos aspectos, marcos, referências e características de cada bairro, respeitando suas peculiaridades;
– a importância da permanência de determinados elementos nas áreas, evitando transformações rápidas e radicais;
– o próprio projeto se constituirá em canal de ligação entre os vários setores da comunidade e o poder público;
– o bairro faz parte de um contexto mais amplo: a cidade.

O projeto apresenta quatro momentos bem definidos. O primeiro deles passa-se dentro do bairro. Procura-se redescobrir o bairro, dentro de seus próprios limites, localizando suas fronteiras, a peculiaridade do seu traçado viário, as várias ruas, suas funções, seu desenho, a variedade de tipos de edificação, seu potencial econômico, suas tendências de crescimento, as aspirações dos seus moradores, comerciantes ou outros setores presentes na área e seus problemas. Procura-se, enfim, traçar um perfil do bairro, em conjunto com seus moradores. No segundo momento, é feito um confronto entre as observações feitas, inicialmente, em campo e os dados oficiais (previsão de crescimento, população, infra-estrutura, etc.) e a legislação atual. No terceiro momento, através da identificação do potencial de renovação e preservação da área, e de sua vocação, são redefinidos os critérios de atuação, levando-se em conta as formas que as futuras transformações poderão ou deverão assumir. Por último, promove-se a divulgação e a ampla discussão dessas propostas e conclusões com todos os setores da comunidade interessados no projeto.

Destes quatro momentos podem resultar alterações na legislação de modo a torná-la adequada ao desenvolvimento do bairro e, ao mesmo tempo, capaz de atender às expectativas daquela comunidade, bem como transformá-la em instrumento claro de defesa da cidade. Segundo este programa já foram elaboradas propostas para reformulação da legislação para os bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, e estão em andamento as dos bairros de São Cristóvão, Mangueira, Benfica, Engenho Novo e Penha.

A cidade é inegavelmente marcada pela presença do homem. Enquanto constrói, ele adapta os seus velhos padrões às suas novas atitudes, projetando no futuro experiências passadas. A cidade, abrigo destas transformações, precisa manter, assim como o homem, sua identidade.

A distância, ela é apenas um desenho, um mapa. À medida que há uma aproximação, é possível observá-la cada vez mais de perto, o conjunto indiferenciado de edificações, seus telhados, as vias, a trama de seus caminhos, tudo se transforma. Ao "entrar" na cidade, muda-se o ângulo de visão, o ponto de vista, e percebe-se que cada lugar está cheio de particularidades. Os bairros fluem e se entrelaçam, muitas vezes se superpõem, misturando-se nas redondezas de seu ponto vital, onde os limites são mais diluídos. Andando pelas ruas, calçadas e becos, descobrindo seus segredos, seus cheiros, entrando nas casas e lojas, observando os rostos das pessoas, suas atividades, encontros e desencontros, é quando, enfim, se vivencia cada pedaço da cidade, e pode-se afirmar com mais segurança o que lhe é adequado. Compreender a essência de cada bairro exige do planejador uma nova atitude em relação ao modo de se trabalhar a cidade. "Ao invés de estudar o que está errado com nossas comunidades urbanas e o que precisa ser modificado, os planejadores precisam começar seu trabalho 'estocando' o que é bom em nossas comunidades e precisa ser mantido, revitalizado"[14].

O Projeto Memória dos Bairros, embora trabalhe fundamentalmente com o patrimônio cultural urbano, não é um projeto de preservação, mas sim de renovação. Na análise do espaço, da cidade, a introdução do fator tempo é importante para unir o que há de passado com o que deve haver no futuro. Preservar um bairro não significa necessariamente a permanência de todas as suas antigas construções. Com o passar do tempo, um bairro pode adquirir uma feição moderna, e até mesmo renovar-se por completo, e ainda assim preservar sua essência, sua marca.

É fundamental, no entanto, que estas transformações não aconteçam de forma aleatória e que a renovação não signifi-



Todo bairro tem seus segredos, lugares que são vividos apenas por seus habitantes.

que a destruição daquilo que é vital na constituição da identidade da área. Através da identificação dos valores culturais de cada lugar, do trabalho de campo intensivo e da troca com as comunidades, dá-se o encontro do planejador com a "marca" de cada bairro, o que será a chave para a compreensão de seu universo de trabalho, propiciando propostas de desenvolvimento mais adequadas.

Finalmente, através de ampla discussão de todos os setores da comunidade envolvidos, é possível desmistificar o "fantasma das pressões". A colocação das diversas expectativas em relação ao bairro é fundamental para fornecer os elementos necessários para a compreensão da realidade da área, visando à elaboração de uma nova legislação urbana, que deverá constituir-se em instrumento a serviço do cidadão, e que por ele seja bem compreendida e utilizada.

NOTAS

(1) SEELIG, Michael Y – "Area Conservation as an asset of planning – not 'a necessary evil'" – *Arquitetural Record* – Decembro 1974 – p. 106.

(2) ALCÂNTARA, Dora – "Conceito pró-Legislação Preservacionista" – *Encontro de trabalho sobre Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município* – IBAM – 1984.

(3) ALEXANDER, Christopher – ISHIKAWA, Sara – SILVERSTEIN, Murray – *A Patter Language* – Barcelona – Editorial Gustavo Gili – 1980 – p. 95.

(4) LYNCH, Kevin – *La Buena Forma de la Ciudad* – Barcelona, Edtorial Gustavo Gili – 1985 – p. 100.

(5) TOLEDO, Benedito Lima. "Bem Cultural e Identidade Cultural" – Rio de Janeiro – *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 20 – 1984 – p. 29.

(6) ZAMBONI, Ernesto – TAMAKI, Teru – *Urbanessência: Uma visão gráfico-poética do ambiente urbano* – São Paulo – Editora Nobel – 1982 – p. 35.

(7) LYNCH, Kevin – *op. cit.*, p. 101.

(8) ALEXANDER, Christopher – *El modo intemporal de construir* – Barcelona – Editorial Gustavo Gili – 1981 – p. 66.

(9) SEELIG, Michael Y – *op. cit.* (3) – p. 65.

(10) ALEXANDER, Christopher – *op. cit.* (3) – p. 65.

(11) JACOBS, Jane – *Muerte y vida de las grandes Ciudades* – Barcelona – Editora Provenza – 1973 – p. 155.

(12) JACOBS, Jane – *op. cit.*, p. 215.

(13) ANDRADE, Rodrigo Mello Franco – In ALCÂNTARA, Dora, *op. cit.*

(14) SEELIG, Michael Y – *op. cit.*, p. 109.

TECELAGEM MANUAL NO TRIÂNGULO MINEIRO:

uma política sistemática de inventário tecnológico

*XAVIER MAUREAU**



Xavier Maureau

Abrigo para o tear, com cobertura de sapé.

A progressiva destruição de nosso patrimônio natural, o deslocamento indiscriminado de grupos que assistem, impotentes, ao aniquilamento dos traços de sua história, a implantação de planos de fomento elaborados em gabinetes, sem levar em conta as tradições e os interesses das populações locais, são exemplos de situações criadas em nome de um modelo de desenvolvimento autoritário e uniformizante, cuja falência será evidenciada, ainda que a longo prazo, por suas conseqüências.

Com o objetivo de fornecer indicadores que possam contribuir para a elaboração de planos de desenvolvimento compatíveis com nossa pluralidade cultural, a Fundação Nacional Pró-Memória tem realizado diversas experiências de trabalho, buscando apreender as manifestações culturais em sua dinâmica, enquanto processos imersos no quotidiano das comunidades, para as quais se revestem de sentidos e valores específicos.

Uma dessas experiências constitui-se no longo e minucioso trabalho de inventário da tecelagem manual no Triângulo Mineiro, que nos parece oportuno divulgar na medida em que pode oferecer subsídios para uma revisão das políticas de preservação do patrimônio cultural – por uma série de motivos tradicionalmente voltados para a proteção de bens móveis e imóveis, sobretudo aqueles de valor consagrado – no sentido de orientá-las para se colocarem realmente a serviço da população brasileira em seus diferentes contextos.

A opção metodológica

Como é possível que ainda se teça a mão no Triângulo Mineiro, uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do País?

O Centro Nacional de Referência Cultural – hoje incorporado à Fundação

(*) Xavier Maureau, fotógrafo, integrou a equipe da Fundação Nacional Pró-Memória que fez o inventário da tecelagem manual do Triângulo Mineiro. Este texto, apresentado como comunicação ao Seminário Internacional sobre a Preservação e o Desenvolvimento do Artesanato, organizado pela Unesco e realizado na Universidade Cândido Mendes, no Rio, em agosto de 1984, foi traduzido do francês por Marilu de Seixas Correa e revisto e adaptado por Maria Cecília Londres da Fonseca.

Nacional Pró-Memória – interessou-se pela questão quando soube que, nas zonas de pequenas propriedades rurais, nas aldeias e na periferia das cidades da região, onde vêm amontoar-se os migrantes rurais, um grande número de mulheres continuava a trabalhar em rústicos teares de quatro pedais. Mas que procedimentos adotar e por onde começar a pesquisa?

Um primeiro levantamento bibliográfico, realizado nas bibliotecas de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio, confirmou a premissa de que seria necessário um trabalho de campo. De fato, as únicas referências que obtivemos foram algumas descrições feitas por viajantes ilustres, que visitaram essa região no começo do século XIX, e dois estudos etnográficos realizados nos anos quarenta sobre a prática dessa atividade no sul do Estado de Minas Gerais – sendo que um deles propunha nada menos que "a restauração da tecelagem manual nos presídios de mulheres, nas colônias de menores abandonados, nas de lazeres, nos asilos de mendicidade"[1], como meio de evitar a extinção dessa importante tradição.

Antes mesmo de viajarmos para o Triângulo Mineiro, estávamos plenamente conscientes das dificuldades de comunicação e dos riscos da interpretação subjetiva acarretados pelo imenso abismo que nos separava dessas mulheres. Por esse motivo, pareceu-nos mais conveniente, do ponto de vista metodológico, dedicarmos prioritariamente toda nossa atenção aos aspectos técnicos da prática dessa tecelagem.

Existiria, de fato, melhor maneira para iniciar um diálogo com as tecedeiras da região e para poder chegar a um entendimento mínimo do que abordar em primeiro lugar questões de ordem técnica?

A coleta das informações

Assim é que, munidos de lápis, bloco de papel e máquina fotográfica, saímos em busca de todas as informações necessárias à elaboração de um inventário das diversas técnicas utilizadas, atual ou antigamente, no Triângulo Mineiro, para tecer a mão. Foi preciso esperar nada menos que dois anos para sentir que nos havíamos aproximado de uma compreensão do que tivéramos a oportunidade de observar e que havíamos finalmente explorado o assunto em toda a sua extensão. Foi o tempo necessário para percorrer em todos os sentidos esse vasto território; o tempo necessário para passar as cidades pelo pente fino; para permanecer algum tempo em pequenas aldeias e para largar o carro na beira da estrada e ir até à casa de tecedeiras perdidas no mato mas que, quem sabe, talvez tivessem algo de novo para lhes ensinar sobre o funcionamento dos diversos instrumentos utilizados no curso dessa atividade, sobre a maneira de utilizá-los para vencer cada etapa da tecelagem e sobre os diferentes produtos obtidos dessa forma; o tempo necessário para coletar várias centenas de padrões e diversas receitas de tingimento com várias dezenas de tecedeiras; o tempo necessário para controlar todas essas informações, confiar ao computador a tarefa de decifrar alguns padrões e verificar a margem de manobra de que dispõem efetivamente as mulheres com relação a eles; o tempo necessário para esperar a estação favorável e a lua propícia para experimentar um tingimento; o tempo necessário para colher as plantas utilizadas e enviá-las a botânicos para que as identificassem; o tempo necessário para refrescar a memória das tecedeiras mais idosas, ajudando-as a descobrir o que faltava para recuperar uma velha receita de tingimento ou procurando com elas o erro que se havia infiltrado num padrão que há mais de trinta anos não era utilizado; o tempo necessário para localizar os três fabricantes de rodas outrora instalados na região, um dos quais empregava, até 1960, nada menos que quatorze pessoas; o tempo necessário para ir a Juiz de Fora, a mais de 800 quilômetros de distância, para informar-se, com o principal fornecedor de algodão industrial, sobre a localização e a evolução de suas vendas, de maneira a formar uma idéia de conjunto do fenômeno – uma vez que se revelava impossível avaliar o número de tecedeiras em atividade; o tempo necessário para ir a São Paulo, onde os dois únicos fabricantes de cardas manuais informaram que, em torno de 1940, o Brasil importava quase 400.000 pares de cardas por ano para uma população global de 40 milhões de habitantes; que em 1949 um deles conseguiu dificultar a importação para começar a produzi-las aqui; que o outro obteve, em 1952, por deferência especial do Presidente da República, Getúlio Vargas, a autorização de comprar nos Estados Unidos as velhas máquinas completamente obsoletas que serviam precisamente para fabricar as cardas que ele próprio importava até 1949; que o período de 1950 a 1960 foi o de vendas recordes para esses dois rivais e que a maior parte desses artigos era precisamente destinada ao Triângulo Mineiro, a Goiás e ao sul de Minas; o tempo necessário, enfim, para tentar verificar essas informações junto à Carteira de Comércio Exterior, aos agentes marítimos do Rio de Janeiro, etc.

Em resumo, uma pesquisa que, às vezes, nos levou muito longe das tecedeiras e que nos obrigou a recolher uma massa considerável de dados de interesse não só técnico, como também histórico, sociológico, econômico e, curiosamente, político.

Sem dúvida, teríamos procedido com maior rapidez se, desde o começo, nos tivéssemos munido de uma câmara de filmar. Decompor o *continuum* de gestos através dos quais essas mulheres asseguram a transformação de diferentes matérias têxteis em tecidos revelou-se, de fato, uma tarefa muito mais delicada do que imagináramos. Elas manipulam com tal velocidade cada um de seus intrumentos que é geralmente muito difícil analisar ao vivo a maneira precisa como os utilizam. O simples fato de tentar perceber quando acaba um gesto e começa outro torna-se, em geral, um verdadeiro desafio.

Igualmente difícil é tentar transcrever esse mesmo *continuum* com lápis, bloco e máquina fotográfica. Enquanto a linguagem escrita é linear e sucessiva, essas diversas manipulações supõem deslocamentos simultâneos do tronco, das mãos, dos dedos, dos pés, dos braços, pausas e repetições de um mesmo movimento. Fenômenos evidentemente muito difíceis de serem descritos verbalmente com um mínimo de clareza e de precisão – mesmo com o apoio de fotografias e de desenhos.

Com uma câmara de filmar, tudo se torna nitidamente mais fácil. Pelo menos é a conclusão a que chegamos quando realizamos uma experiência para testar a utilização do Super 8, numa tentativa de contornar as dificuldades sentidas no momento de analisar as anotações e as fotografias tiradas *in loco*. Mas voltaremos a este assunto mais adiante. Vejamos agora o que pudemos extrair de todas as informações recolhidas dessa maneira.

A análise dos dados

Além de fotografias, filmes, desenhos, padrões, amostras de tecidos e outros produtos, o material recolhido no local consistia em dois tipos de documentos: anotações relativas às técnicas inventariadas e uma ficha para cada tecedeira contactada especificando o equipamento que possuíam, as matérias têxteis habitualmente utilizadas, as técnicas atualmente empregadas e os tipos de produtos hoje tecidos – além de algumas observações sobre a finalidade da atividade exercida, o tempo a ela consagrado, os preços pedidos, as condições de aprendizagem, o grau de satisfação verificado, além de diversos comentários dignos de nota e as coordenadas pessoais de cada uma.

A partir das anotações, visamos a um primeiro objetivo: ordenar essas diferentes observações de maneira a poder formar uma idéia precisa das diversas opções técnicas de que dispõem efetivamente as tecedeiras do Triângulo Mineiro para dedicar-se a essa atividade. Uma tarefa relativamente fácil na medida em que, como veremos mais adiante, se trata de uma única e mesma tecnologia. A principal dificuldade foi a de classificar os produtos. Felizmente, as categorias e os conceitos utilizados pelas tecedeiras para distingui-los permitiram que resolvêssemos esse problema sem termos a impressão de estarmos impondo uma lógica demasiado distante da que lhes é familiar.

Graças às fichas das tecedeiras foi possível elaborar um quadro que fornecesse uma visão global da utilização atual das diversas opções técnicas, em função das três finalidades diferentes de tecelagem, invariavelmente encontradas tanto na cidade quanto no campo:

– a tecelagem para si ("tecer para o gasto pessoal"), em que algumas mulheres tecem exclusivamente para seu uso pessoal;

– a tecelagem para os outros ("tecer para os outros"), em que mulheres prestam serviços a vizinhas ou parentes que, como elas, costumam reunir o material necessário – fiando, tingindo, reciclando diversos produtos ou comprando uma parte – para poder mandar tecer um produto também destinado a seu uso pessoal ou ao de sua família;

– a tecelagem para vender ("tecer para vender"), em que um pequeno número de mulheres procura aproveitar a crescente demanda de produtos artesanais por parte de grandes centros urbanos como São Paulo, Rio, Brasília, Belo Horizonte... ou dos turistas de passagem – quer de forma direta ou espontânea, quer a pedido de um intermediário que pode, eventualmente, fornecer o material.

Ao analisar esse quadro, fomos levados à seguinte evidência: os fatos nos obrigavam a reconhecer a existência de duas dinâmicas bem divergentes dentro de uma mesma prática.

Por um lado – nos casos da tecelagem para "si" ou para "os outros" – procura-se, visivelmente, por todos os meios, perpetuar a memória de uma tradição comum: realizando um paciente trabalho de reciclagem para substituir a lã cujo preço tornou-se inacessível; chegando a sacrificar o pouco dinheiro disponível para comprar o material indispensável ao urdume – algodão industrial – mesmo tendo que passá-lo novamente na roda para poder utilizá-lo para tecer; reproduzindo fielmente os padrões socialmente consagrados como modelos ou procurando, ao contrário, uma nova maneira de ilustrá-los com a introdução de um certo número de variantes; esforçando-se para garantir, na cidade, um novo espaço para texturas por assim dizer "clássicas" (a "costela" não mais servindo apenas a realização de cobertores, mas também como tapete a ser colocado no chão agora cimentado das casas; o "coxinilho", destinado a cobrir as selas dos cavalos, transformando-se em proteção para as poltronas da sala e para os bancos de automóveis) – sem falar nas eternas arcas cheias de cobertores, restos de antigo enxoval ou peças reunidas tendo em vista um futuro casamento.

Por outro lado – no caso da tecelagem para vender – as tecedeiras procuram utilizar todos os meios para tentar atrair os fregueses, a fim de que seu talento individual seja reconhecido: não hesitando em investir no material mais raro e mais caro – a lã fiada a mão para sublinhar o caráter artesanal de seu trabalho; procurando de todas as maneiras inovar e sair do repertório tradicional, mesmo que isto signifique introduzir, em certos padrões, uma modificação que é normalmente considerada um erro no momento de repassar, ou tecer *tartans* escoceses; preferindo dedicar-se a uma técnica mais livre do que a tecelagem, a tapeçaria tentando antecipar o que imaginam que possa interessar à freguesia, e propondo-lhe toalhas de jogo, paninhos, *souvenirs*, etc.; aventurando-se, sem grande sucesso, na técnica do duplo urdume, ensinada por turistas de passagem para eliminar a costura central que serve normalmente como ponto de referência para dobrar bem os cobertores, mas que é pouco apreciada pelos turistas.

Nessas circunstâncias, não é de se estranhar que tenhamos encontrado as maiores dificuldades para convencer mulheres com um enxoval de mais de 30 cobertores a nos ceder uma peça sequer, e que algumas tenham se mantido irredutíveis, mesmo diante das elevadas quantias que lhes oferecíamos em troca – apesar de estarem visivelmente passando por dificuldades financeiras. Por que separar-se de repente de um cobertor que nunca foi feito para ser vendido, que é, não raro, um dos únicos bens deixados por sua mãe ou um dos poucos presentes recebidos de sua madrinha, que é tão difícil tecer ou mandar tecer nos dias de hoje, que é parte de uma verdadeira coleção e do dote que é preciso levar? Em resumo, uma série de argumentos sobre os quais nossa racionalidade econômica tem evidentemente pouquíssima influência.

Tampouco é de se estranhar que tenhamos verificado, no âmbito da tecelagem destinada à venda, a aparição de tensões até então totalmente desconhecidas: as tecedeiras que produzem para o mercado começam a trocar informações propositadamente truncadas ou a enganar quanto à originalidade de sua criação. Para impor-se ao mercado e vencer a concorrência, é evidente que não basta mais ilustrar com talento um repertório que todas as outras tecedeiras conhecem. É preciso, doravante, tentar contribuir, a qualquer custo, com algo novo e único.

Mas estarão elas realmente em condição de fazê-lo?

Como todas as outras tecedeiras do Triângulo Mineiro, é no campo que todas essas mulheres foram criadas e aprenderam a tecer, observando simplesmente uma parenta ou uma vizinha. Como todas as outras tecedeiras, é assim que tiveram acesso a uma tecnologia voltada, originalmente, para preencher as necessidades imediatas da vida no campo; uma tecnologia que, em última análise, em nada difere das que são utilizadas pa-

Tecedeira preparando o algodão para a fiação manual



Xavier Maureau

ra cozinhar, coser, fazer sabão, preparar farinha de mandioca, criar galinhas e porcos – algumas das outras ocupações domésticas às quais também se dedicam as mulheres do Triângulo Mineiro: a tal ponto que certas mulheres que tecem para seu consumo pessoal têm por hábito montar e desmontar seu tear em função das necessidades do momento – para evitar que ocupe espaço inutilmente; a tal ponto que é tão difícil localizar a casa de uma tecedeira que tece para os outros quanto a de uma mulher que oferece seus serviços de costureira ou que cria porcos para outra pessoa. Contrariamente ao que se poderia pensar, nem mesmo as tecedeiras que tecem para os outros são objeto de alguma consideração particular. Simplesmente, gozam de melhor ou pior reputação em função do capricho demonstrado na execução de encomendas.

Quanto à tradição de tecelagem em que foram assim iniciadas, sua força não reside em segredos de fabricação cuidadosamente guardados, mas, ao contrário, numa intensa atividade de troca de receitas orais, de amostras de tecidos ou de padrões transcritos numa tira de papel usando quatro pautas e uma série de tracinhos verticais: os repassos. Trata-se de uma troca tão intensa que exatamente as mesmas texturas são realizadas – freqüentemente, aliás, com o mesmo nome – de uma extremidade a outra dessa região, embora ela tenha as dimensões da Irlanda; uma troca tão intensa, inclusive, que parece completamente inconcebível, para uma tecedeira do Triângulo Mineiro, negar-se a explicar como faz para tecer tal ou tal produto. Seria violar o próprio espírito da tradição. Cabe, portanto, indagar se essa tradição não visa a facilitar, antes de mais nada, a reprodução de padrões obtidos com um tear de quatro pedais, em unidades de produção dispersas geograficamente mas não isoladas socialmente, como é ainda hoje o caso dos minifúndios do Triângulo Mineiro.

Pensando bem, o código "repasso" é praticamente a única solução possível para assegurar a comunicação de todas as informações necessárias à utilização desse tipo de tear nessa situação – com exceção de receitas fáceis de memorizar e de texturas das quais se pode facilmente extrair uma amostra. De fato, são necessários pelo menos três tipos de informações – a ordem de passagem dos fios de urdume nos liços, a especificação de que pedais devem ser pisados ao mesmo tempo, e o número de vezes e a ordem em que se devem pisar os diferentes pedais – que são transmitidas por intermédio de um único código com os repassos. É provável, aliás, que os repassos estejam na própria origem dessa tradição. Ao examinar as texturas tecidas no Triângulo Mineiro, nota-se, de fato, que todas são obtidas, a exemplo dos repassos, da seguinte maneira: as folhas de liços e os pedais correspondentes só são utilizados dois a dois – sendo a única exceção realmente significativa o padrão que tivemos precisamente a maior dificuldade em reconstruir, o marães. Seria, portanto, fácil concluir daí que foram os repassos que condicionaram essa estranha maneira de explorar os recursos técnicos oferecidos por um tear de quatro pedais. Não temos, infelizmente, nenhuma prova tangível da data a partir da qual se começou a tecer esses padrões no Brasil.

O que sabemos é que vieram, sem dúvida, da Europa, como a grande maioria dos instrumentos utilizados nessa atividade; que no Brasil sua zona de difusão

atual inclui, além do Triângulo Mineiro, o sul de Minas, o Estado de Goiás e o norte do Estado de São Paulo – ou seja, uma região povoada, quando apareceram os primeiros sinais de declínio das minas de ouro de Minas Gerais, por importante onda de pessoas humildes vindas, em sua maioria, do norte de Portugal – região célebre por sua tradição de tecelagem doméstica – para tentar, no século XVIII, sua sorte no Brasil. Também sabemos que, se os repassos são conhecidos em todos os países onde a tecelagem manual atingiu um nível de desenvolvimento suficientemente adiantado, é, paradoxalmente, sobretudo em antigas colônias que encontramos o terreno mais favorável para o aperfeiçoamento de sua técnica. Nos Estados Unidos (*colonial overshot*), e no Canadá (*frappé colonial*), essa técnica teve tamanha repercussão que basta, praticamente, referir-se a ela para resumir toda a história da tecelagem manual, de origem européia, nesses países entre os séculos XVI e XIX.

Curiosa coincidência, sem dúvida, esse passado colonial idêntico – principalmente quando tudo parece indicar que o decreto promulgado em Lisboa em 1785 para proibir a prática da tecelagem no Brasil abria uma exceção precisamente para o tipo de tear hoje utilizado no Triângulo Mineiro.

Mas voltemos ao problema levantado, o da possibilidade, para as tecedeiras do Triângulo Mineiro, de renovar facilmente seus repertórios de texturas. Não importa qual possa ter sido o papel histórico dos repassos na formação dessa tradição de tecelagem, uma coisa é certa: atualmente, eles acabaram condicionando toda a visão técnica que as tecedeiras da região têm do tear. Para convencer-se disso, basta observá-las quando explicam qualquer padrão, no que se poderia chamar de sua "linguagem dos dedos" os "2 de dentro" (com médio e anular), os "2 de fora" (com mínimo e indicador), os "2 de cá" (com mínimo e anular), os "2 de lá" (com indicador e médio), "um de cá e outro de fora" (com anular e indicador), "um de fora e outro de lá" (com mínimo e médio) – recorrendo portanto apenas a seis das 14 combinações de pedalagem teoricamente disponíveis com um tear de quatro pedais e limitando a um sentido as possibilidades de passagem do urdume nos liços em uma, duas, três ou quatro folhas.

Quanto à margem de liberdade que o sistema repasso proporciona, as próprias tecedeiras reconhecem que são incapazes de criar um novo repasso e admitem que só podem introduzir algumas variações a partir do tema estabelecido no papel.

Em suma, uma série de fatores que, em princípio, criam dificuldades para as tecedeiras que desejam sair do repertório tradicional: o fato de possuírem uma bagagem técnica destinada simplesmente a facilitar a manutenção de uma atividade doméstica de tecelagem; o peso de uma tradição que visa, em primeiro lugar, à reprodução de padrões e não à criação de novas texturas; e um condicionamento mental que as condena a perceber apenas uma parte dos recursos técnicos de um tear de quatro pedais, o que resulta em uma margem de manobra relativamente reduzida em relação a esse repertório. É possível, agora, entender por que ainda não apareceu nenhuma nova forma de entremear o urdume e a trama nos produtos postos à venda, e por que estes produtos se apresentam cada vez mais sob a forma de tapeçarias.

Donde uma conclusão óbvia. Caso se queira dar às tecedeiras dessa região a oportunidade de aproveitar a atual moda do artesanato, seria conveniente tomar dois tipos de iniciativa:

– para as tecedeiras interessadas em tapeçaria, dever-se-ia dar-lhes os meios para se aperfeiçoarem nessa técnica específica;
– para as tecedeiras sem qualquer predisposição ou talento particular para a tapeçaria, seria conveniente que pudessem continuar a tecer com a mesma tranqüilidade que demonstram quando tecem para "os outros".

A divulgação dos resultados

Após haver observado e analisado essa atividade de tecelagem, faltava-nos decidir que fim dar a todo o material acumulado durante a pesquisa: anotações, relatórios, fotografias, levantamentos, documentação de filmes, gravações, produtos, apetrechos, amostras de fios, de tintas, de tecidos, de padrões, fichas de tecedeiras, etc.

Como o projeto foi financiado com recursos públicos, tínhamos, antes de mais nada, a obrigação de organizar essa massa de documentos de forma a que qualquer pessoa interessada pudesse ter livre e fácil acesso a eles. Por esse motivo, os processadores de dados da Fundação Nacional Pró-Memória estão estudando a possibilidade de informar a distância sobre o conteúdo dos dados reunidos pelo conjunto desse material – seja fotografias, filmes, documentos escritos, seja, até mesmo, amostras de tecidos – de forma a superar os problemas de extensão que caracterizam este vasto país. Embora a intenção seja de assegurar a maior divulgação possível para o produto desse inventário, julgou-se, entretanto, necessário tomar uma precaução: a de não divulgar as informações pessoais sobre as tecedeiras.

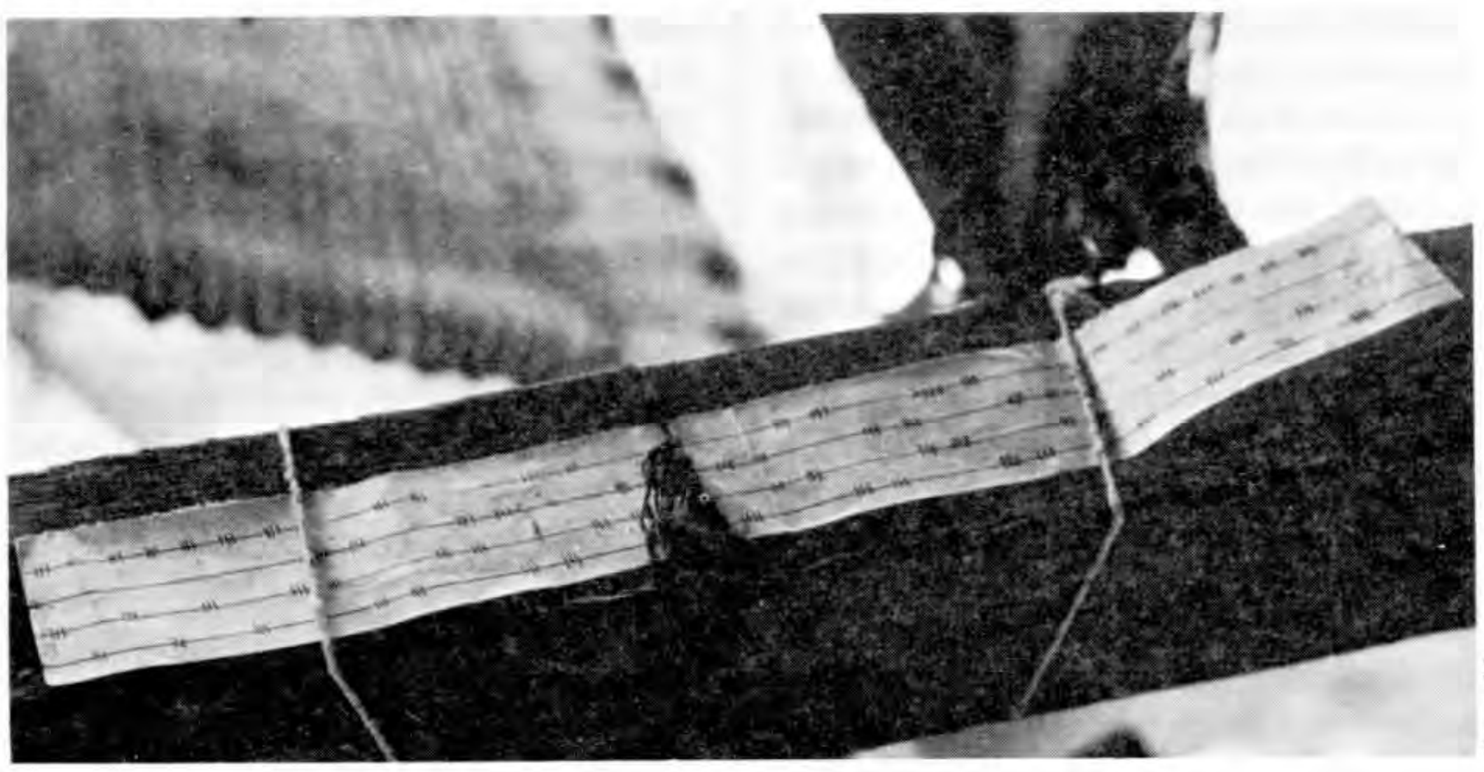
Tendo em vista as conclusões a que chegamos quanto às medidas a tomar para facilitar a vida das tecedeiras desejosas de tecer para vender, pareceu-nos oportuno elaborar uma publicação[2] visando a divulgar essa tradição de tecelagem, a tecnologia em que se apóia, a utilização que dela hoje é feita, os vários motivos que parecem fazer com que essas mulheres ainda se dediquem a essa prática, a provável origem dessa longa tradição de tecelagem e as diversas expectativas que tal herança tecnológica permite alimentar. Ao fazê-lo, a intenção foi de ajudar o grande público a descobrir e a entender essa manifestação cultural, em geral, desconhecida. Esperava-se que o público também seja capaz de apreciar o efeito de uma simples modificação na distribuição das cores, de uma pequena mudança no nível da passagem nos liços ou da pedalagem, de forma que as tecedeiras do Triângulo Mineiro, dispostas a usar seu tear para aumentar sua renda, possam, pelo menos, contar com melhor compreensão por parte de pessoas que, em geral, pouco conhecem sobre a tecelagem e menos ainda sobre os padrões de que elas dispõem para expressar seu talento a partir de algumas variantes.

Visando ainda a facilitar um melhor diálogo entre as tecedeiras e seus eventuais clientes, outra iniciativa consistiu em reunir num só catálogo[3] os diferentes códigos repassos coletados e as possíveis representações gráficas do desenho, a fim de distribuí-lo a todas as tecedeiras interessadas. Como são mulheres incapazes de adivinhar o motivo final unicamente a partir do código-repasso, como em geral não possuem mais de 20 ou 30



Xavier Maureau

Tecedeira fazendo a tramagem no tear de mesa, última etapa do processo.



Xavier Maureau

Os repassos: códigos que indicam a ordem de passagem nos liços e a pedalagem.

desses padrões e como é difícil constituir uma amostragem desse tipo de texturas, o interesse de tal medida é evidente. Graças a esse *vade mecum*, elas teriam pelo menos a possibilidade de dar a seus clientes a opção de escolher o repasso que preferem entre os 138 assim catalogados.

O que fazer, enfim, com os 60 rolos de filme Super 8, frutos de uma primeira experiência pessoal de utilização do cinema? Obviamente, a qualidade desse material, sob muitos aspectos, deixa a desejar. Pareceu, entretanto, interessante mostrar essa documentação para tentar situar melhor o contexto no qual se pratica essa atividade de tecelagem, dar um apanhado do desenvolvimento de seu processo técnico e reunir alguns testemunhos de tecedeiras ou de familiares a seu respeito. Num primeiro momento, esse trabalho foi simplesmente realizado em Super 8[4]. Depois, tivemos a oportunidade de copiar essa documentação em vídeo-teipe e de montar uma série de nove módulos[5] a ser utilizada como material de pesquisa e divulgação, além de material pedagógico destinado aos alunos de primeiro e segundo graus. Esses módulos já foram solicitados por um grupo de tecedeiras de Goiás, interessadas nos processos de tintura natural que não dominam muito bem, assim como pela Secretaria do Trabalho de Minas Gerais, para seus programas de formação de jovens artesãos.

O problema central

A julgar pelo que se observou no caso da tecelagem no Triângulo Mineiro, o que está atualmente ameaçado nessa região não é tanto uma produção de objetos artesanais quanto a possibilidade de preservar um certo modo de vida e os valores culturais que lhe são próprios. Levando-se em conta as conclusões de nossa pesquisa, o que conviria fazer para frear esse processo – no nível da tecelagem – não é tanto tentar salvar uma pretensa tradição artesanal, mas tentar fazer com que as tecedeiras desejosas de produzir para o mercado possam, para tal, apoiar-se numa bagagem técnica, que visa basicamente facilitar a auto-suficiência em tecidos no quadro de uma vida no campo.

Em outras palavras, estamos diante de uma situação cuja gravidade ultrapas-

sa de longe a dos problemas levantados pelas oposições objeto artesanal/objeto industrial, trabalho artesanal/trabalho industrial, artesanato criativo/artesanato de serviço e os julgamentos de valor estético e moral que veiculam.

Na realidade, essa situação nos leva a uma pergunta muito mais importante: a de saber como fazer para que as tecnologias endógenas possam efetivamente servir de base para o desenvolvimento, favorecer uma dinâmica de mudança e contribuir, dessa forma, para a afirmação de estilos tecnológicos próprios. Por outro lado, essa situação não é de forma alguma exclusiva da produção de objetos artesanais: ocorre, também, por exemplo, na fabricação de microcomputadores no Rio Grande do Sul. Ali, as máquinas são montadas com a ajuda de uma chocadeira e de uma geladeira de bar para testar a qualidade dos circuitos impressos, de uma espécie de descascador de laranjas para bobinar as resistências elétricas, de um serrote e um escalpelo para deformar as tampas compradas justamente das multinacionais com as quais se tenta assim competir.

Em resumo, num país tão heterogêneo socialmente quanto o Brasil, é preciso, antes de mais nada, desconfiar de categorias predeterminadas e não querer descobrir tradições artesanais em situações em que talvez jamais existiram. É preciso aprender a abordar, com os mesmos olhos daqueles que as utilizam, todas as tecnologias suscetíveis de integrar-se a ações de desenvolvimento, de forma a tomar consciência, a tempo, das dificuldades que isto pode implicar. É preciso fazer um esforço no sentido de situar corretamente o problema, perguntando-se, por exemplo, o que é mais alarmante: a perspectiva de um mundo saturado de objetos industriais ou a de um mundo dominado por uma única cultura tecnológica onde todos falarão *pidgin*.

É inegável que as técnicas artesanais têm um papel importante a desempenhar para evitar esse risco – o exemplo dos microcomputadores do Rio Grande do Sul está aí para prová-lo.

Resta saber como apoiar-se nessas técnicas para atingir um objetivo vital para o conjunto da sociedade – a manutenção de um pluralismo tecnológico – sem, com isso, convertê-lo em instrumento de dominação de uma minoria preocupada em assegurar sua hegemonia pelo consumo ostentatório de objetos artesanais, ou contribuir para favorecer a reabilitação, em períodos de crise econômica, de tecnologias pouco onerosas em termos de capital – não se hesitando em justificar essa atitude, se necessário, com o argumento de uma pretensa autenticidade cultural.

A escolha dos meios

Quanto à escolha dos meios de salvaguarda e de valorização é evidente que essa questão está essencialmente ligada aos objetivos pelos quais se optou.

Caso se aspire simplesmente à criação de empregos e ao aumento do nível de renda, bastará examinar os problemas de fornecimento de matérias-primas, de distribuição e de comercialização, de produtividade e de *marketing*. Segundo os resultados dessa pesquisa de mercado, poder-se-á, caso necessário, propor uma nova orientação da produção e montar estágios destinados a formar mão-de-obra capaz de adaptar-se a essa reconversão. No que se refere ao equipamento, seríamos levados – no caso da tecelagem manual do Triângulo Mineiro – a substituir os antigos teares por teares mais largos, dotados de um chicote destinado a aumentar a produtividade do trabalho. Finalmente, se produzirão exposições, filmes, audiovisuais, ou folhetos utilizando fotografias e filmes com cenas bem pitorescas e algumas anedotas para enfatizar o aspecto exótico ou folclórico desses produtos.

Se a meta for preservar um mínimo de coerência cultural, será necessário, antes de mais nada, dar-se ao trabalho de verificar as necessidades precisas que a tecnologia em questão visa de fato a satisfazer, entender a lógica interna que liga as diversas soluções técnicas assim adotadas, e identificar os obstáculos a serem superados para provocar a mudança desejada. Feito isso, é provável que se chegue até a renunciar ao projeto, caso este seja considerado culturalmente enriquecedor. No que diz respeito ao equipamento – tomando sempre o exemplo da tecelagem manual no Triângulo Mineiro – ficará óbvio que a introdução de um chicote terá por efeito impedir que as tecedeiras da região continuem a recorrer aos padrões que mais apreciam: os repassos. No caso em que se cogite de organizar estágios de formação, já se saberá que cursos de aperfeiçoamento em tapeçaria seriam bem recebidos e que, no nível da tecelagem propriamente dita, seria preciso levar em conta um condicionamento mental inerente à tradição local de tecelagem. Já se saberá, inclusive, o que fazer para ajudar as tecedeiras a se utilizarem de toda a experiência que acumularam e a tentar suscitar em seus eventuais fregueses um interesse baseado numa melhor compreensão do contexto social, econômico, técnico, cultural e histórico dentro do qual elaboram seus produtos.

Métodos de inventário

Para saber que tipos de atividade encorajar, bastará, no primeiro caso, providenciar o preenchimento de questionários já preparados e recorrer à colaboração de economistas, cineastas, fotógrafos e publicitários.

No segundo caso, será necessário, em primeiro lugar, aguardar o tempo necessário para que se estabeleça um verdadeiro diálogo entre os agentes dessas técnicas e economistas, etnólogos, historiadores e, principalmente, técnicos capazes de se dedicarem a uma observação compreensiva de todos os processos em causa e de sugerir melhoras compatíveis com eles. Para isto, tudo indica que o vídeo-teipe poderia ser um grande aliado, tendo em vista as dificuldades que pressupõe a observação de fenômenos técnicos a nível do simples gesto. Com uma câmara de vídeo, não é mais necessário pedir aos detentores desse *know-how* que executem o mais lentamente possível cada uma das etapas que compõe o processo técnico observado (para termos tempo de perceber como fazem), de voltar atrás e de repetir mais uma vez o que acabam de fazer (para verificarmos se entendemos bem) e de parar no meio de um gesto (para que possamos fixar o que parece ser um momento chave do processo). Não é mais necessário, em suma, correr o risco de anotar ou de fotografar um gesto que nada tem a ver com o que normalmente se faz – uma vez que para ninguém é fácil decompor um movimento executado maquinalmente.

Uma vez filmado o conjunto do processo, pode-se rever quantas vezes quiser

o mesmo gesto tomado, e, se for necessário, projetá-lo em câmara lenta, parar a imagem ou voltar atrás, sem, para isso, precisar incomodar quem quer que seja. Pode-se confiar à imagem o cuidado de descrever o desenvolvimento espacial e temporal de cada um desses gestos e só se preocupar com a análise refinada do processo. Pode-se até confiar essa missão aos próprios agentes, pedindo-lhes que comentem na hora o que acabam de realizar. Seria este o caminho do que Jean Rouch chama de antropologia compartilhada e, deste modo, se facilitaria aos economistas, historiadores e técnicos o acesso à realidade observada. Acrescentamos que também se pode utilizar esse material como apoio para um trabalho de documentação/divulgação.

Diante dos dois métodos de inventário assim definidos, parece inútil dizer para onde vão nossas preferências. Considerando as dúvidas que ainda pairam sobre a oportunidade econômica da utilização de tecnologias com uso intensivo de trabalho para promover o desenvolvimento, e considerando que nossa vocação institucional é de privilegiar os aspectos culturais dessa questão, é evidente que só a segunda solução tem interesse para nós. Para convencer-se disso, basta, aliás, fazer o balanço de uma experiência como a de um inventário tecnológico da tecelagem manual no Triângulo Mineiro, que possibilitou:

– preservar, para a posteridade, o retrato de importante tradição brasileira;
– recuperar a memória quase extinta de conhecimentos técnicos;
– extrair, de forma objetiva e controlável, os motivos que fazem com que ainda se exerça essa atividade;
– pôr em evidência a função primordial dessa herança tecnológica;
– reunir importante massa de informações suscetíveis de interessar tanto a etnólogos, historiadores, economistas quanto a *designers*;
– chamar a atenção dos agentes de intervenção para que seja respeitada a dinâmica dessa tradição específica de tecelagem, alertando-os, por exemplo, contra os danos que uma iniciativa bem intencionada – como a de querer introduzir um chicote para aumentar a produtividade – viria causar;
– viabilizar a pesquisa de aprimoramentos realmente compatíveis;
– reunir os indicadores culturais indispensáveis para a instalação de qualquer projeto de desenvolvimento regional efetivamente apropriado à realidade local – independente do fato de ser com base em tecnologias endógenas ou exógenas, tecnologias tradicionais ou de ponta;
– facilitar uma melhor compreensão dos produtos dessa atividade;
– prolongar a vida útil dos conhecimentos técnicos que permitem sua confecção;
– criar condições para proceder a uma eventual transferência de tecnologia em benefício de outras tecedeiras;
– elaborar material didático destinado a adaptar os programas escolares regionais do primeiro grau à realidade ambiente e a suscitar, a nível dos alunos do segundo grau, interesse por questões de ordem etnográfica, histórica ou tecnológica;
– valorizar junto a jovens artesãos em curso de formação as soluções locais tradicionalmente adotadas;
– dar, finalmente, um sentido à conservação museológica de objetos ligados a essa atividade.

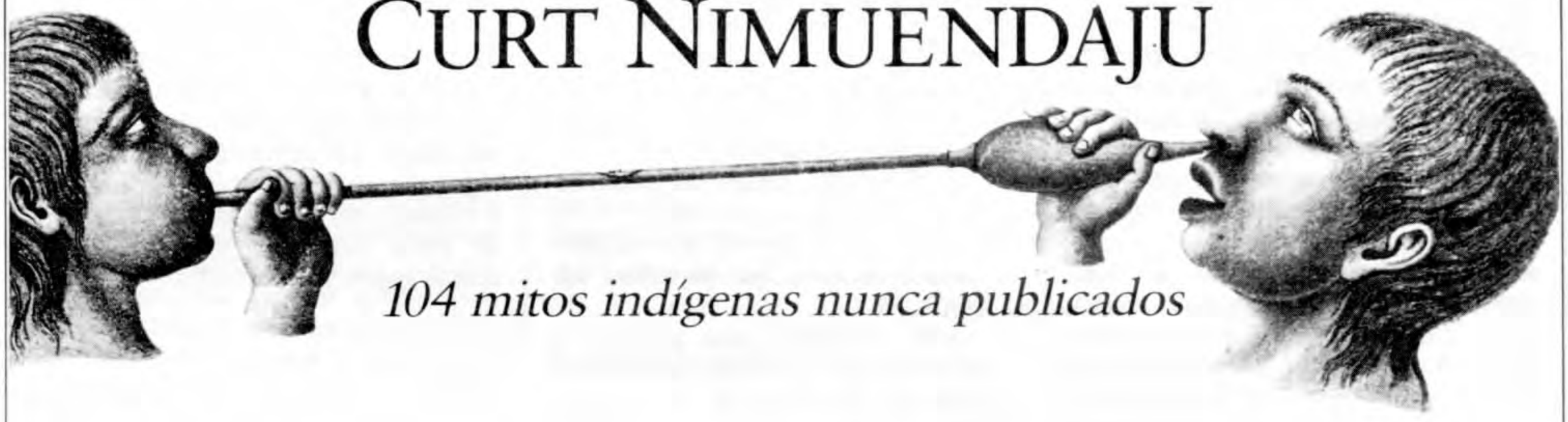
É por que, se tivéssemos que fazer uma recomendação[6], esta seria a de implantar, sem demora, uma política sistemática de inventário tecnológico dos conhecimentos técnicos transmitidos de maneira informal, *a priori* suscetíveis de inserir-se em ações de desenvolvimento – contando, para isso, apenas com equipes locais, compostas de etnógrafos, historiadores, economistas, mas também de técnicos especializados na tecnologia inventariada e dispostos a trabalhar em estreita colaboração com os detentores desse *know-how*. Quanto aos poderes públicos, limitar-se-iam, por um lado, a fornecer a assistência técnica necessária para coletar as informações e para o aperfeiçoamento contínuo dos métodos de inventário – se possível com a ajuda do vídeo – e, por outro lado, a centralizar essas informações por intermédio de um banco de dados, de forma a colocar à disposição do público os resultados desse inventário e a evitar a multiplicação inútil de esforços paralelos.

Em resumo, um projeto cuja finalidade seria remediar as falhas das políticas tradicionais de proteção do patrimônio cultural, que se limitam inexplicavelmente à valorização de objetos. Um projeto destinado a preservar a experiência técnica acumulada pelas gerações precedentes e a facilitar sua reapropriação, a fim de restaurar uma confiança perdida em grupos cada vez mais marginalizados em relação aos centros de decisão tecnológica. Um projeto dedicado a promover a mudança em função de necessidades e de meios claramente definidos e não apenas vagamente estimados!

NOTAS

(1) GUARACIABA, Lorena, "Tecelagem doméstica". *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janciro, 14-17, 1942.
(2) *Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro: uma abordagem tecnológica*. Organização e texto de Xavier Maureau, Maria Cecília Londres Fonseca e Glória Altafin. Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
(3) O catálogo em questão, uma separata da publicação já referida, foi produzido com a colaboração de Xerox do Brasil e está sendo distribuído às tecedeiras das regiões do Estado de Minas Gerais onde é praticada a tecelagem em teares de quatro pedais, pela Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social. É nossa intenção estender a divulgação desse catálogo às outras regiões do Brasil em que seja encontrada essa tecelagem.
(4) A partir desse material em Super 8, foi montado um documentário sonoro, com cerca de 50 minutos de duração, em depósito na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, em Brasília.
(5) A base do programa em vídeo-teipe, editado nos estúdios da Escola de Administração Fazendária (ESAF) em Brasília, acha-se em depósito na sede da Fundação Nacional Pró-Memória, em Brasília, que, mediante solicitação e atendidas determinadas condições, tem viabilizado a copiagem do material tanto em UMATIC quanto em VHS.
(6) A recomendação formulada no texto foi endossada pelos participantes do Seminário da Unesco, que a incluíram no Projeto de Relatório Final do Encontro, com a seguinte redação: "4. PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO: (...) deverão ser realizadas em oficinas pesquisas técnicas sobre diferentes matérias-primas e tecnológicas utilizadas em cada região do mundo. Essas pesquisas deveriam ser publicadas pela Unesco particularmente em trabalhos de inventário tecnológico, que serviriam de base à circulação de informações nessa área. 5. BANCOS DE DADOS SOBRE O ARTESANATO: (...) recomenda-se que se instale, urgentemente, em cada país e em cada região, microbancos de dados que permitiriam colocar à disposição de todos o inventário dos produtos artesanais, dos processos técnicos e de suas características, que deveriam ser estudados em um seminário."

CURT NIMUENDAJU



104 mitos indígenas nunca publicados

A redescoberta do etnólogo teuto - brasileiro

*Eduardo Batalha Viveiros de Castro**



Curt Nimuendaju, Museu Nacional

Homem Tupinikin de Olivença



Curt Niemundaju, local e fotógrafo não identificados. Museu Nacional, c. 1937.

Nimuendaju é talvez o nome mais conhecido da etnografia indígena brasileira, coisa que não se pode dizer de sua obra, vasta mas em grande parte inédita em português. A tradição lendária que cerca sua vida tem, igualmente, recebido mais atenção que as lendas e tradições dos índios a cujo estudo ele se dedicou durante quarenta anos, desde a sua chegada ao Brasil em 1905 até sua morte em 1945, numa aldeia Tikuna do Alto Solimões. A edição desta pequena amostra de mitos indígenas, nunca publicados, coletados por Curt Nimuendaju, é a contribuição da Revista do Patrimônio *ao recente movimento de "redescoberta" da obra do grande etnógrafo teuto-brasileiro, obra essa de importância decisiva na consolidação dos estudos indígenas em nosso país.*

Nimuendaju nasceu Curt Unkel em Jena, 1883. Chegando ao Brasil em 1905, já no ano seguinte iniciava sua convivência com os Guarani (Apapocúva) do Estado de São Paulo. Esta era

(*) Eduardo Batalha Viveiros de Castro é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). É especialista em etnologia indígena brasileira, tendo realizado pesquisas no Alto Xingu (Yawalapíti), Acre (Kulina), Roraima (Yanomami) e entre os Araweté do Pará. Trabalha atualmente sobre a organização social e a cosmologia dos povos Tupi-Guarani.

a época em que o noroeste paulista e o sul do Mato Grosso conheciam um movimento de colonização por imigrantes, apoiado pela construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, de triste memória para os povos indígenas da região (Guarani, Kaingang, Xokleng, Ofaié). Foi neste contexto que surgiu o famoso debate entre Von Ihering, seguidor de tradição de Varnhagen no propor o extermínio dos povos indígenas para liberar suas terras aos imigrantes, e a corrente positivista que, vitoriosa, levou à criação do Serviço de Proteção aos Índios, agência oficial com a qual Nimuendaju veio a colaborar desde cedo, incorporando-se a ela em 1922. Nimuendaju passou cinco anos entre os Apapocúva-Guarani, acompanhando suas migrações em busca da "Terra sem Mal"; foi adotado e renomeado por eles, vindo a publicar em 1914 um relato dramático e etnograficamente magistral sobre a religião Apapocúva[1]*. A partir desta primeira experiência com os Guarani, Nimuendaju ampliou seu interesse e atuação até abarcar toda a realidade indígena brasileira, tornando-se o principal especialista na matéria por toda a primeira metade do século XX. Entre 1906 e 1945, realizou 38 expedições etnográficas e arqueológicas, cobrindo os quatro cantos do país, desbravando conjuntos culturais até então ignorados, desenvolvendo talentos de etnógrafo, lingüista, arqueólogo, historiador e cartógrafo de um modo dificilmente emulável em qualquer época. Nas duas últimas décadas de sua vida, Nimuendaju lançou-se ao estudo dos povos de língua Jê do Brasil Central, empresa que resultou em três monografias clássicas, sobre os Xerente, os Apinayé e os Timbira Orientais (Krahó e Canela), trabalhos que, além de terem estabelecido um padrão técnico até então inexistente na antropologia brasileira, fizeram seu autor mundialmente conhecido. Robert Lowie e Claude Lévi-Strauss, a partir destas monografias, lançaram hipóteses que conduziram a um movimento de reestudo dos Jê, da década de 1960 em diante, responsável por uma mudança de rumo decisiva na etnografia indígena do continente.*

Autodidata, sem qualquer espécie de formação acadêmica, Nimuendaju veio a adquirir um conhecimento enciclopédico sobre os índios brasileiros não apenas por sua associação com autoridades no assunto, como Nordenskiöld, Métraux e Rivet, mas principalmente por experiência de primeira mão, no campo, nas bibliotecas e arquivos. Em tudo isso, foi guiado por um compromisso radical – ético, político, epistemológico e vital – com as formas de vida e a sorte dos povos indígenas. Mais que teuto-brasileiro (naturalizou-se em 1922 com o nome de Curt Nimuendaju), ele foi um teuto-ameríndio: pois Nimuendaju nunca escondeu seu desprezo e sua indignação face aos habitantes de origem ou identidade européia do Brasil, responsáveis pela miséria física e psicológica dos índios, incapazes, em geral, de perceber e admirar a dignidade intrínseca das formas culturais nativas; incorporando antifrasticamente o uso local, Nimuendaju os chamava de "cristãos", e mais tarde veio a classificá-los de "neobrasileiros", anacronismo nem por isso menos eloqüente.

Além deste compromisso existencial com os povos indígenas, Nimuendaju foi guiado por uma sensibilidade inata, capaz de apreender os temas essenciais, as questões fundantes de cada cultura que estudava: assim a escatologia religiosa dos Guarani, assim o refinamento sociológico dos Jê. O privilégio que sempre concedeu à palavra dos índios, em seus trabalhos, fê-lo sempre subordinar a especulação à descrição, a opinião ao registro do ouvido e testemunhado; foi isto também que o levou ao aprendizado e ao domínio de várias línguas indígenas, capacidades que hoje todo antropólogo sabe serem essenciais para quase todo tipo de descrição etnográfica séria; deste interesse central pela palavra indígena são testemunhos valiosos os inúmeros mitos que colheu nas mais diversas tribos que visitou, alguns dos quais são aqui publicados.

*Praticamente toda a produção etnológica de Nimuendaju já foi publicada, embora muito dela o tenha sido em edições hoje esgotadas, de acesso difícil, ou em alemão. Nos últimos anos, entretanto, algumas traduções, reedições e coletâneas vêm contribuindo para maior divulgação desta obra (ver a bibliografia abaixo). A maior parte dos inéditos de Nimuendaju consiste em materiais lingüísticos (vocabulários), apontamentos, rascunhos, fotos, e uma importante correspondência; salvo engano, apenas um ensaio descritivo sobre os Kayapó de Pau d'Arco (Irãamrayre) e, sobretudo, uma versão em português de sua monografia sobre os Timbira, que difere bastante da versão inglesa editada por Lowie (*The Eastern Timbira*) em 1946, são os trabalhos etnográficos importantes ainda inéditos. De toda forma, as monografias sobre os Xerente, os Timbira Orientais e os Tikuna ainda estão à espera de uma edição em português; mas seus trabalhos lingüísticos e sua correspondência também merecem uma edição crítica.*

*O Museu Nacional é o depositário do Arquivo Curt Nimuendaju, cujos materiais vem publicando com a rapidez e nas condições possíveis. Em 1981 veio à luz uma versão em português dos "Fragmentos de religião e tradição dos índios Sipaia" (*Religião e Sociedade, *7); em 1985 preparamos uma tradução de* As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani, *que deverá vir à luz em 1986 pela Editora Hucitec, com o apoio da Secretaria de Cultura de São Paulo. E os mitos que ora publicamos são mais um passo neste esforço de divulgação dos materiais do Arquivo Nimuendaju.*

Existe neste arquivo uma coletânea de mitos indígenas (um original e duas cópias-carbono, datilografadas pelo próprio Nimuendaju, com anotações e correções ortográficas à margem, a lápis, devidas provavelmente à Professora Heloísa Alberto Torres) coletados por Nimuendaju entre diversos povos indígenas brasileiros. Organizada pelo autor, esta coletânea visava claramente uma publicação, que reunisse em livro todo o corpus *de mitos registrados pelo autor ao longo de sua carreira; não sabemos a data de sua confecção, mas tudo indica tratar-se de obra em que o autor trabalhava pouco antes de sua morte.*

Os 397 relatos nela contidos são divididos por tribo, e cada conjunto é precedido de uma breve notícia etnográfica, especificando quase sempre a data e as condições da coleta. Começando pelos Apapokuva (18 mitos), seguem-se cinco mitos dos índios de Santa Rosa; 24 mitos dos Tembé; 63 mitos dos Shipaya; um mito Kuruáya; 48 mitos Timbira; 33 mitos Apinayé; 35 mitos Kayapó-Irãamrayre; 18 mitos Sherente; cinco mitos Kaingang; um Kuniba, dois dos Palikur; 23 Botocudo, um Maxakali, 27 Kamakã, um dos Gamela; cinco mitos Mura; e por fim 87 mitos Tikuna.

Grande parte destes mitos já havia sido publicada, fosse como parte de monografias gerais (Apinayé, Timbira, Tikuna) ou específicas (Apapokuva), ou fora objeto de publicação em forma de artigo (Sherente, Tembé). Toda vez que se tratava de um relato publicado anteriormente, Nimuendaju indicava, após o título do mito, a edição original. Na impossibilidade de publicarmos em sua íntegra esta volumosa coletânea na Revista



Curt Niemundaju, local e fotógrafo não identificados. Museu Nacional, c. 1937.

do Patrimônio, *optamos por excluir aqueles mitos que já se encontram publicados, mesmo que em livros ou periódicos de acesso difícil. Havendo que adotar algum critério de seleção, adotamos o do ineditismo; assim, ora se publicam os mitos de "Santa Rosa", Kayapó-Irãamrayre, Kaingang, Kuniba, Palikur, Botocudo, Maxakali, Kamakã e Mura, que, mais uma vez salvo engano, preenchem tal critério. Vários mitos Tembé, Timbira, Apinayé e Tikuna, entretanto, também são inéditos, não tendo sido incluídos nas monografias sobre estas tribos publicadas por Nimuendaju; eles se constituem, aliás, em complemento valiosíssimo à etnografia destes povos, e esperamos publicá-los um dia. Na verdade, esperamos poder um dia publicar a coletânea* na íntegra, *tal como idealizada por Nimuendaju. O motivo de termos excluído os mitos Timbira, Tikuna, etc. inéditos, é que não nos pareceu adequado mutilar o* corpus *mitológico destas tribos reunido pelo autor; publicamos, assim, apenas os mitos de tribos que nunca tiveram sua mitologia publicada por Nimuendaju. Tribos aliás, que não foram objeto de etnografias detalhadas por parte de Nimuendaju, em muitos casos porque elas simplesmente não mais existiam, senão na memória de alguns poucos sobreviventes. Em alguns casos aqui publicados, os mitos são o magro e precioso resultado de uma "etnografia de rescaldo", são tudo o que restou de povos desaparecidos.*

Na edição do texto, Divanila Moreira Breves de Lima procedeu a uma atualização da ortografia de Nimuendaju, bem como a algumas correções do português. Eu fiz uma revisão geral, com pequenas correções adicionais, acrescentando notas (chamadas por asterisco e marcadas N. do R.) sobre alguns regionalismos, nomes de animais e plantas; acrescentei ainda breves informações sobre a situação atual das tribos mencionadas: isto é sobremodo necessário, porque Nimuendaju, por motivos tanto objetivos como subjetivos, afirma por vezes a extinção – já cumprida ou iminente – de povos que existem e resistem até hoje. As notas explicativas do autor, numeradas serialmente e localizadas no final do texto, sofreram alguns remanejamentos por mim, visto trazerem, em alguns casos, referências a outras notas sobre tribos não incluídas aqui; parafraseei estas notas referentes a trechos eliminados, embutindo-as no corpo das notas que remetiam a elas.

A numeração dos mitos da versão original foi abandonada; em alguns casos ainda, Nimuendaju numerava sucessivamente relatos que, como ele mesmo indicava nos títulos, continuavam relatos anteriores; nesses casos, separamos as seqüências em blocos espaçados. O material iconográfico desta edição foi levantado pelo pesquisador Hamilton Botelho Malhano.

Agradecemos a colaboração de Vincent Carelli, editor de foto da série Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI/São Paulo), e do fotógrafo Lamonica, do Museu do Índio, Rio de Janeiro.

Queremos crer, enfim, que a publicação destes mitos, sobre contribuir para a divugação da obra de Nimuendaju para além do círculo estreito dos especialistas, vem enriquecer consideravelmente o corpo da mitologia indígena brasileira, ajudando a que se perceba o valor da contribuição específica das culturas indígenas para o patrimônio cultural de nosso país. Patrimônio esse que, ao contrário do que muitos pensam, não se constrói pela fusão crepuscular das diferenças em um "sincretismo" falsamente democrático, morno, insosso e incolor; mas que se constrói, sim, pela coabitação de tradições culturais distintas no mesmo espaço político-cultural, onde a diferença é um valor mais que positivo, é um valor vital. Contra o mito autoritário da identidade cultural nacional como espelho narcísico de indiferenças, aqui vai a modesta contribuição dos mitos resgatados por Nimuendaju, que falam de um patrimônio mais rico, mais complexo, mais diversificado, que infelizmente só sabemos, ou fingimos, respeitar sob a espécie do pretérito.



Curt Niemundaju, local e fotógrafo não identificados. Museu Nacional, c. 1937.

NOTA

(1) Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grunlagen der religion der Apapocúva-Guarani. Zeitschrift für Ethnologie, 46, Berlin 1914: 284-403. Há uma edição em castelhano: Los Mitos de Creación y de destrucción del Mundo como Fundamentos de la Religion de los Apapocúva-Guarani. *Trad. de J. Banadas, ed. de J. Riester. Lima: Centro Amazonico de Antropologia y Aplicacion Pratica (serie antropologica I), 1978. A tradução em português sairá em 1986, pela Editora Hucitec (tradução de Charlotte Emmerich e E. Viveiros de Castro).*

BIBLIOGRÁFICA BÁSICA DE NIMUENDAJU

The Serente. *Los Angeles: The Southwest Museum (Publications of The Frederick Web Hodge Anniversary Publication Fund, 4), 1942.*
The Eastern Timbira. *Berkeley and Los Angeles: University of California Press (University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, 41), 1946.*
The Tukuna. *Berkeley and Los Angeles: University of California Press (University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, 45), 1952.*
Os Índios Ticuna. Boletim do Museu do Índio, *Antropologia nº 7. Rio de Janeiro, 1977.*
Los Mitos de Creación y de Destrucción del Mundo como Fundamentos de la religion de los Apapocúva-Guarani. *Lima: Centro Amazonico de Antropologia y Aplicacion Pratica (serie Antropologica I), 1978.*
Fragmentos de Religião e Tradição dos Índios Sipaia. Religião e Sociedade *nº 7, julho de 1981: pps. 3-47.*
Textos Indigenistas. *Prefácio e coordenação de Paulo Suess. São Paulo: Edições Loyola, coleção "Missa Aberta" nº 6, 1982.*
Os Apinayé. *Belém: Museu paraense Emílio Goeldi, 1983.*
Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. *IBGE/FNPM, 1981.*

OS MITOS



Índio Mura inalando paricá/Alexandre Ferreira, *Viagem Filosófica a Capitania do Grão-Pará*

ÍNDICE

Índios da ex-aldeia de Santa Rosa
Os gêmeos 71
O fim do mundo 72
A cabeça sem corpo 72
Perna de lança 72
A cerimônia da jurema 73

Kayapó (Horda Irãamráyre) 73
Como descobriram os Karayá 74
A origem dos Gorotire 74
A guerra contra os Gorotire 74
A campanha de Nokára 74
Tribos lendárias:
1. Os Kubẽ-nyep 76
2. Os Kubẽ-rop 76
3. Os Kubẽ-pári-kam-nó 76
4. Os Kubẽ-amnét 77
Os dois *vayaná* 77
Karakĩ, o *vayaná* 78
A seca (I) 79
A seca (II) 79
A visão do Sol (Gorotire) 79
O Trovão 80
O filho do Trovão 80
O dilúvio 80
O Arco-íris 80
O bólido 80
Constelações 81
A descida do céu 81
A origem da tribo Kayapó 81
A dispersão dos povos 81
A Moça da Estrela e a Moça da Lagarta 81
A árvore do milho 82
A aquisição do fogo 82
Perna de lança 83
O menino e o jacaré 83
Anmekaprán 84
Akrét e Kenkutã: o gavião grande 84
Nyére 85
Onça, sapo e tamanduá mixila 85
A mãe das cobras 85
A mulher e o tapir 85
O homem-tapir 85
O homem-tucunaré 86

Kaingang
A origem dos Kaingang 86
A criação dos animais 87
A origem dos nomes de pessoas 87
As almas de defuntos 88
O dilúvio 88

Kuniba
A lua 89

Palikur
A origem do clã Kamohi-yúne 90
A origem dos Galibí 90

Botocudos
Tribos lendárias:
1. Os Tombrék 91
2. Os Poyekrégn 91
Os espíritos *Marét* 91
A força mágica 92
Transformações 92
A ressurreição de um cadáver 93
Ressurreição de um morto 93
As almas 93
Os fantasmas 93
A mulher que se transformou em onça 94
Sol, lua, eclipses, noite 95
A origem da trovoada 95
A água 95
A aquisição do fogo 95
Contos de animais e de caçadores:
1. Arara e morcego 96
2. Arara e urubus 96
3. Origem da hostilidade entre os animais 96
4. Os homens-guaribas 96
5. O macaco vingativo 96
6. Katnáp morto pela onça 96
7. Como Berén matou a onça 96
8. Outra história de onça 97
9. Mais uma história de onça 97

Mašakarí
Sol e Lua (Fragmento) 97

Kamakã
Sol e Lua:
1. Os preás e os caratingas 98
2. A enchente 98
3. O enfeite do pica-pau 98
4. O roubo das flechas 98
5. Lua na caverna 99
Eclipses e incêndio mundial 99
A moça-estrela 99
O Trovão 100
Kečaxkwenyói 100
A origem das mulheres 100
O homem que queria morrer 101
Wadyé 101
A mulher que ressuscitou como onça 102
A festa das almas de defuntos 102
O Sagüi 102
O Pica-pau e as *Kanondarátsi* 103
O herói Korõ 103
O jaguar na festa dos índios 104
A mulher e o casal de jaguares 104
A onça teimosa 105
O homem entre as antas 105
A batalha das aves 106
Os irmãos encantados 106
O viajante 106
A mulher-anta 107
Os pigmeus 107
Lutas com os Patašó 107

Mura
Constelações 108
O arco-íris 108
O dilúvio 108
O incêndio universal 109
A flauta dos porcos-do-mato 109



Índio Botocudo /Rugendas, *Viagem Pitoresca Através do Brasil*







Os índios da ex- aldeia de Santa Rosa

A aldeia de Santa Rosa, um pouco ao norte de Jequié, Estado da Bahia, foi fundada em mil e oitocentos e sessenta e tantos com alguns índios descendentes dos Tupiniquim da aldeia Trancoso, perto de Porto Seguro. Algum tempo depois, reuniram-se a estes os remanescentes dos Kamuru-Kariri da aldeia da Pedra Branca, destruída por causa de sua resistência ao recrutamento para a guerra do Paraguai. Expulsos os índios de Santa Rosa em começos do século XX, eles se retiraram ao Gongogi e, enxotados dali, se estabeleceram mais ao sul, num afluente do rio Pardo. Sendo-lhes tomado novamente o lugar pelos neobrasileiros, alguns remanescentes se refugiaram, em 1938, nas terras do Posto Paraguaçu do Serviço de Proteção aos Índios, no rio Cachoeira, onde os conheci naquele ano. Meu informante, Apolinário, tinha a idade de oitenta e tantos anos, tendo vindo, na idade de uns dez, de Trancoso para Santa Rosa. Os seus conhecimentos da cerimônia da jurema, ele os adquiriu, sem dúvida, em convívio com os Kamuru-Kariri, mas as lendas parecem-me ser legitimamente Tupi. Nenhum desses índios conservou o menor conhecimento de sua língua original.

Os gêmeos

Uma índia vagava só pelo mundo. Um dia ela se encontrou com Jesus Cristo, que apontou para ela com o seu cajado, e com isto ela ficou grávida. Ao anoitecer, ela chegou a uma casinha modesta, onde morava o rato *Xupaty*. Ela passou a noite numa rede armada por baixo da de *Xupaty* e, do calor do corpo deste, ela ficou grávida pela segunda vez. Depois, ela chegou à casa da onça que tinha muitos filhos. A velha quis matar a mulher mas os filhos lhe pediram que os deixasse criá-la como xerimbabo*. Mas a onça velha terminou por matar a mulher. Quando ela abriu o corpo, saltaram dele dois meninos, um índio e um branco. A velha quis comê-los, mas os filhos dela pediram para criá-los, e os protegeram contra a voracidade de sua própria mãe.

O índio fez arco e flechas e, com o irmão branco, foi caçar passarinhos, que ele trazia à velha para que esta não comesse a ele e a seu irmão. Entretanto, ela acabaria por fazê-lo, se os seus filhos não a tivessem impedido.

Caçando passarinhos, os irmãos chegaram à margem de um rio largo. Do outro lado eles avistaram jabuticabeiras com frutas maduras. O índio passou por cima da água como se fosse terra firme mas o branco não conseguiu imitá-lo. Então o índio esticou a corda do seu arco de uma margem à outra, e o branco conseguiu passar por cima dela. Eles comeram jabuticabas e trouxeram também uma quantidade delas para as onças. Estas, achando-as boas, resolveram ir, no dia seguinte, ao lugar das jabuticabeiras. Quando chegaram à margem do rio, elas perguntaram: "Como havemos de passar?" Outra vez o índio esticou a corda do seu arco de margem a margem e mandou primeiro o branco passar. Atrás dele seguiram as onças mas, quando estas estavam bem no meio do rio, o índio cortou a corda, elas caíram n'água e morreram afogadas.

"Vamos agora procurar nosso pai!", disse o índio. "Onde estará ele?", perguntou o branco. O índio apontou para longe: "Lá, já estou vendo sua casa!" O branco porém nada via, por mais que se esforçasse. A caminho de casa, eles tiveram de passar os dois rochedos que constantemente batem um contra o outro e se afastam. O índio saltou pela fenda quando esta se abriu; mas o branco, quando tentou imitá-lo, foi esmagado pelas pedras. O índio chorou a morte de seu irmão. Então um santo que ia passando pelo mesmo caminho ressuscitou o branco.



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1938

Apolinário, informante Tupinikim de Curt Nimuendaju. Habitante da aldeia Trancoso, BA, o informante tinha 80 anos quando desta foto, em 1938.

(*) Animal de estimação (do tupi *xe-reimbab*, "meu animal de estimação"). (*N. do R.*)

Eles chegaram onde estava Jesus Cristo e lhe pediram a bênção. Este abençoou o índio mas negou a bênção ao branco. Ele chamou o índio para o seguir, deixando o branco atrás; mas o índio pediu para levá-lo também, pois era seu irmão. Então Jesus Cristo finalmente consentiu. Eles chegaram a uma grande casa cheia de mercadorias, tanto velhas como novas. "Meu filho, disse Jesus Cristo ao índio, tudo isto é teu, tira tudo que precisas!" Mas o índio só queria roupa ruim e ferramentas de má qualidade; ele nada sabia fazer com os objetos bons. "Que se fará agora das outras mercadorias que tu não quiseste?", perguntou Jesus Cristo. "Dai-as ao meu irmão", disse o índio, e Jesus Cristo assentiu. O branco encheu logo um navio com as mercadorias boas e partiu com ele, sem se despedir sequer. "Podes ir", disse Jesus Cristo. "Quanto mais tens tanto mais cobiçarás!"

O fim do mundo

Não demorará muito mais, e o mundo se acabará. Então a terra tremerá e soltará gemidos. Ela se incendeia e desmorona. O sol se obscurece e nas trevas vêm os animais ferozes que devoram os homens. Quando toda a terra estiver queimada, o mar se derramará sobre ela para esfriá-la. Então começará um outro mundo novo. A terra se cobrirá de flores e os anjos descerão.

A cabeça sem corpo

Um homem estava acampado na mata em companhia de sua mulher e do irmão desta. Eles fizeram mundéus* e mataram muita caça, mas o homem sempre encontrava em seu mundéu a caça sem a cabeça. Ele dormia com a mulher na rede, e seu cunhado, ao lado, numa cama de varas.

À noite, o homem observou como seu cunhado deixava pender a cabeça do jirau. Depois de algum tempo, esta se desprendeu do corpo, pulou zunindo duas vezes contra a rede e saiu voando: zzznnn! Quando, na manhã seguinte, o homem foi ver o seu mundéu, encontrou outra vez a presa com a cabeça comida, enquanto a caça no mundéu de seu cunhado estava intacta. Então ele conheceu que era seu cunhado quem roía durante a noite a caça.

No dia seguinte, ele contou a história a sua mulher; depois juntou uma boa quantidade de lenha. O cunhado, desconfiado, perguntou para que era tanta lenha, mas ele explicou que tinha sentido muito frio na noite anterior e que queria fazer uma boa fogueira. De noite, ele esperou até que a cabeça do cunhado se desprendesse outra vez do corpo e voasse. Então ele pegou o corpo, atirou-o na fogueira e o queimou. Passado algum tempo, a cabeça voltou e, como não achasse mais o corpo, saltou na nuca do homem, onde se fixou.

Durante um ano inteiro, o homem andou com a cabeça de seu cunhado, sem poder livrar-se dela. Um dia, ele pediu à cabeça que descesse e esperasse na beira do caminho, enquanto ele ia ao mato defecar. A cabeça obedeceu. Depois de esperar por muito tempo, ela gritou: "Depressa, meu cunhado, vamos!" – "Espere", respondeu este, "eu estou com dor de barriga!" Então ele fugiu pela mata, rumo à aldeia. Quando a cabeça não obteve mais resposta, ela voou ao lugar onde o homem tinha estado, mas só encontrou os excrementos deste, que ela devorou. Ela ainda perseguiu o homem até a beira do roçado, depois voltou.

O homem não se atreveu a ir ao mato por um ano inteiro, com medo da cabeça do cunhado. Um dia, porém, ele notou que debaixo de um oitizeiro, na beira da roça, reuniam-se muitas pacas, cutias e tatus para comerem as frutas que caíam. Então ele fez um jirau nos galhos da árvore, subiu com a sua arma e esperou. Ele matou um animal após outro, levando sempre a presa para cima do jirau. De repente apareceu também a cabeça sem corpo, devorando com avidez todas as frutas que ainda restavam no chão. Então ela olhou para cima e, vendo o homem sentado no jirau, mostrou-se muito satisfeita: "Oh meu cunhado! Há quanto tempo eu queria me encontrar contigo! Desce já!" O homem, porém, cheio de medo, negou-se a obedecer. Então a cabeça ameaçou-o, dizendo que havia de buscá-lo no jirau se ele não descesse. O homem perguntou se ela não queria uma cutia e ela respondeu que sim. Ele atirou uma das cutias que tinha matado, e a cabeça devorou-a num instante, exigindo mais. O homem jogou uma paca para baixo. Ele atirou-a para longe mas a cabeça, num instante, a alcançou e devorou, voltando imediatamente à árvore para exigir mais. O homem jogou-lhe um por um todos os animais que ele havia morto. Depois começou a derribar frutas para a cabeça. Um delas ele atirou longe, para dentro das moitas, onde ela veio cair nas costas de um veado que aí estava deitado escondido. O animal correu assustado pela mata afora, fugindo para um tabocal que rompeu com grande barulho. A cabeça, que tinha corrido atrás da fruta, ouvindo este ruído, julgou ser o cunhado que ia fugindo dela. Abandonando a fruta, ela perseguiu o veado, internando-se cada vez mais na mata. Quando a cabeça havia desaparecido, o homem desceu e correu para casa a toda pressa. A cabeça ainda hoje vaga pela mata.

Perna de lança

Um homem estava acampado na mata com seu cunhado, passando a noite deitados na beira do fogo. Vendo que o cunhado estava metendo a perna na fogueira, ele o acordou para que retirasse o pé. Algum tempo depois, porém, ele meteu-o novamente na fogueira. Quando a carne da perna estava assada, ele se sentou, cortou-a do osso e a comeu. "Que estás fazendo?", perguntou o outro. "Cunhado", respondeu ele, "eu tenho tanta fome!" Quando só restava o osso limpo, ele pulou numa perna só a uma laje de pedra onde amolou a extremidade do osso, fazendo nele uma ponta bem fina. Feito isto, ele pulou até um pé de barriguda* e lhe aplicou tamanha estocada com a ponta do osso que esta penetrou profundamente na madeira. Seu cunhado, vendo isto, ficou com medo e fugiu para casa. Quando chegou sozinho, a avó do cunhado lhe perguntou onde tinha ficado seu neto, e ele respondeu que este, provavelmente, tinha-se perdido na mata. Então a avó fez beijus de mandioca, colocou-os na cabeça, e foi para o mato, gritando: "Meu neto! Meu neto!" Não demorou muito e este chegou, pulando numa perna só. "Meu neto", gritou a velha ao avistá-lo, "vem, que eu te trouxe beijus de mandioca!" – "Minha avó", respondeu ele, "eu quero comer a ti mesma!" Dizendo isto, ele trespassou-a com a ponta de osso e a devorou.

(*) Armadilha de caça. (*N. do R.*)

(*) *Cavanillesea arborea*, uma bombacácea, ou talvez a paineira (*Chorisia speciosa*), também uma bombacácea. (*N. do R.*)



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1938

Família Tupinikim da aldeia de Olivença

Seu cunhado, então, coletou uma grande quantidade de cera de abelhas e com ela fez um boneco do tamanho de um homem, que ele colocou num caminho do mato. Depois ele chamou pelo Perna de Lança, escondendo-se depressa. Este veio pulando e, tomando o boneco por um homem, deu-lhe uma estocada. Mas a ponta de osso ficou presa na cera e ele não se pôde mais livrar. Seu cunhado então saiu e o matou.

A cerimônia da jurema*

Iam-se buscar, a leste do sítio da cerimônia, pedaços de galhos de jurema dos quais se tirava a casca, de cima para baixo, com um bastão de pau. A massa lenhosa era posta em infusão com água e depois espremida numa cuia especial (com um prolongamento que servia de cabo). A cerimônia era executada durante a noite para os neobrasileiros não saberem dela. Um certo número de moças sentava-se ao redor da cuia. Elas fumavam de um grosso cachimbo de barro e sopravam a fumaça sobre a bebida, onde ela formava uma camada espessa. Um velho, com um maracá enfeitado com um mosaico de penas grudadas, dançava, com o torso curvado, ao redor do grupo, cantando: *Endarindandá nafé nafé nafé!* e as moças respondiam: *Darindarindandá!* Em seguida, o velho dava às moças e aos homens, que formavam uma fileira ao lado, um pouco da bebida de jurema numa pequena tigela de barro.

A jurema mostra o mundo inteiro a quem a bebe: vê-se o céu aberto, cujo fundo é inteiramente vermelho; vê-se a morada luminosa de Deus; vê-se o campo de flores onde habitam as almas dos índios mortos, separadas das almas dos outros. Ao fundo vê-se uma serra azul. Vêem-se as aves do campo de flores: beija-flores, sofrês e sabiás. À sua entrada estão os rochedos que se entrechocam, esmagando as almas dos maus quando estas querem passar entre eles. Vê-se como o sol passa por debaixo da terra. Vê-se também a ave do trovão, que é desta altura (um metro). Seus olhos são como os da arara, suas penas são vermelhas e no alto da sua cabeça ela traz um enorme penacho. Abrindo e fechando este penacho, ela produz o raio e, quando corre para lá e para cá, o trovão.

(*) Nos anos de sua mocidade, o meu informante ainda tomou parte na cerimônia da jurema que os descendentes dos Kamuru-Kariri celebravam na aldeia de Santa Rosa. (*N. do A.*)



Kayapó (Horda Iraamráyre)

A subtribo Irãamráyre dos Kayapó Setentrionais é conhecida desde o começo do século passado, habitando os campos a oeste do Araguaia, na bacia do rio Pau d'Arco. De um modo geral, eles se conservaram pacíficos. Seus vizinhos e inimigos pelo lado do oeste eram os Kayapó da subtribo dos Gorotire. De 1891 em diante, a tribo foi objeto da catequese de Frei Gil de Villanova, que em 1897 fundou Conceição do Araguaia. Nessa época contavam os Irãamráyre 1.500 cabeças. Os missionários não conseguiram a conversão da tribo mas, em 1940, esta estava reduzida a três mulheres e dois homens, dispersos entre os neobrasileiros. O material presente foi obtido com esses dois últimos homens, na margem do Arraias, em 1940.

A língua Kayapó é um membro do grupo do norte e oeste da família Gê, parente próxima da língua Timbira e, especialmente, do Apinayé.*



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1940

Cícero Bepkrit, informante Kayapó um dos dois únicos homens sobreviventes da subtribo Irãamráyre, que relataram, em 1940, às margens do rio Arraias, Goiás, os mitos Kayapó a Curt Nimuendaju.

(*) Os povos Kayapó estão hoje concentrados na bacia do Médio Xingu, e totalizam cerca de 3.000 indivíduos distribuídos em 13 aldeias. (*N. do R.*)

Como descobriram os Karayá

Os Irãamráyre tinham duas espécies de máscaras: as máscaras de tamanduá, próprias deles e comuns aos Apinayé e Serente, e as máscaras *Bo* que, segundo eles mesmos afirmam, lhes vieram dos Karayá.

Um homem vestira a máscara *Bo* e estava dançando com ela. Mandou chamar seu *Kram*[1] para que vestisse a outra máscara e lhe viesse fazer companhia; este, porém, estava ocupado em fazer flechas e declarou não ter tempo para tal. Seu *Kram*, porém, mandou chamá-lo novamente. Ele levantou-se por fim, com enfado, e pôs a outra máscara. Os dois dançaram durante todo o dia e toda a noite e ainda no dia seguinte até o meio-dia. Quando finalmente quiseram despir as vestimentas da máscara, os cordões sobre a cabeça tinham-lhes crescido crânio adentro, saindo pelas narinas; os cordões da nuca da máscara saíam-lhes pela boca e os do ombro haviam-lhes penetrado entre as costelas. Não puderam mais tirar as máscaras e ninguém os pôde socorrer. Então os dois foram ao rio, acompanhados por todo o povo. Os dois mascarados caminharam sobre a água como se fosse terra firme mas, quando chegaram no meio do rio, submergiram repentinamente. Ao mesmo tempo, ouviu-se no fundo do rio um grande barulho: eram os Karayá, os senhores das máscaras *Bo* que moravam ali embaixo. Quando os dois Kayapó chegaram junto deles, tiraram-lhes as máscaras. Depois de muito tempo, os dois voltaram outra vez para a terra e contaram que no fundo do rio moravam os Karayá.

A origem dos Gorotire

Os piores inimigos dos Irãamráyre foram, durante mais de meio século, seus vizinhos a oeste, os Gorotire-Kayapó da região do rio Fresco, além do divisor das águas do Xingu. Sobre a origem dos Gorotire e da inimizade entre a tribo do Pau d'Arco e eles conta a tradição o seguinte.

A princípio habitavam todos os Kayapó uma só aldeia grande. Era esta tão grande que era preciso um dia inteiro para se dar a volta pelo círculo todo das casas[2]. Os *Me-norõ-ní-re*[3] preparavam-se para uma festa, aprendendo um número de cantigas para ela. Depois foram caçar para trazerem a carne para a festa. Nesse meio tempo, os *Me-kra-re*[4] dançaram com as cantigas dos *Me-norõ-ní-re*. Quando estes voltaram e viram que os homens haviam se apoderado de suas cantigas, tornando com isto impossível a celebração de sua festa, aborreceram-se grandemente. Consultaram-se com um velho que conhecia as regiões a oeste dos Irãamráyre. À tarde este velho foi ao pátio e chamou os *Me-norõ-ní-re*: "Vinde! Vinde todos! Amanhã eu quero comer *króe-ti* (trairão, **Hoplias macrophtalmus**, um peixe que não existe no Araguaia mas na bacia do Xingu)!" Os outros habitantes da aldeia estranharam tal convite mas o velho combinou tudo com os dois *Ka-dywúdn*[5] dos *Me-norõ-ní-re* para o dia seguinte. Na manhã seguinte eles partiram da aldeia, levando suas raparigas. Foram quase todos os *Me-norõ-ní-re*. Emigraram para o Oeste, onde fundaram uma aldeia própria. Depois fizeram flechas de guerra e voltaram para lutar com os *Me-krá-re* que os haviam ofendido. Multiplicaram-se e formaram a tribo dos Gorotire. – As hostilidades continuaram até 1939.



A guerra contra os Gorotire

Os Gorotire atacaram os Irãamráyre no Arraias. Haviam-se dividido para isso em dois grupos: enquanto um lutava com os homens, o outro aprisionou todas as mulheres. A tia de minha mãe (disse o meu informante Cícero Bepkprít) contava que, por toda parte, no campo e nas moitas, jaziam espalhados feridos e mortos em grande número. Entre as mulheres aprisionadas, estava uma cujo filho sempre lhe dizia que o chamasse se, um dia, caísse em poder do inimigo. Ela chamou-o, nessa ocasião, pelo próprio nome e ele apareceu atrás de uma moita. Atirava com flechas de guerra (com ponta de taquara) aos inimigos, fazendo sempre pontaria para a barriga. Os inimigos procuravam capturá-lo mas ele escapava, aparecendo de novo em outro lugar, continuando a lhes atirar flechas. Dois outros rapazinhos se reuniram a ele, e os três lutaram até não terem mais flechas. Então fugiram, enquanto os Gorotire foram levando as mulheres capturadas. Estas, porém, fugiram todas, voltando, em grupos de duas e de três, à aldeia do Arraias, justamente na ocasião em que os guerreiros da aldeia estavam se armando para tomarem vingança contra os Gorotire. Os Irãamráyre marcharam contra a aldeia dos inimigos que, na ocasião de sua chegada, estavam todos reunidos numa grande casa de festa, no pátio da aldeia. Tomando a única saída, os Irãamráyre atearam fogo em redor da casa de festa dos Gorotire. Dos que estavam dentro ninguém escapou, senão uma mulher do Arraias, capturada. Quando ela apareceu à porta da casa incendiada, um de seus parentes reconheceu-a e, conseguindo apanhar-lhe um dedo, puxou-a para fora. Bepkprít ainda conheceu essa mulher quando menino. Os atacantes capturaram diversas mulheres Gorotire mas estas também escaparam todas, voltando para a sua tribo.

A campanha de Nokára

Naquele tempo existiam no Arraias uma aldeia maior e outra menor da tribo Irãamráyre. Os homens da menor tinham ido pescar com timbó.* Nesse meio tempo uma velha que fora buscar lenha viu, nas moitas junto da aldeia, dois guerreiros inimigos, enfeitados para a guerra. Deixou a lenha no chão, correu imediatamente para a aldeia e disse à sua filha mais velha: "Foge! Os inimigos já vêm aí!" Esta, porém, respondeu: "Eu não fugirei, mas ficarei aqui!" – "Então não espere, também, que eu te socorra", disse a velha; tomou sua filha mais nova pela mão e fugiu com ela rumo à aguada. Logo as duas ouviram a gritaria na aldeia, quando os inimigos mataram os velhos e as mulheres. Três moças e um menino foram capturados. Um dos inimigos pegou a filha mais velha da mulher, mas ela disse: "Espera um pouco! Na choça de meu pai há muitas coisas bonitas, vai primeiro buscá-las!" – "Então espe-

(*) Cipó ictiotóxico. *(N. do R.)*

ra-me aqui", disse o Gorotire, correndo em direção à choça indicada. A moça aproveitou a oportunidade para fugir em busca de sua mãe. As três procuraram os homens que estavam pescando e lhes contaram o que havia acontecido. Estes, deixando tudo, correram imediatamente à aldeia mas só acharam os mortos, que sepultaram.

Depois, um deles foi avisar a aldeia maior. Chegando diante dela, subiu a uma árvore e gritou, mas um dos dois chefes da aldeia maior[6] disse: "Por que ele está gritando agora? Não podia estar morando conosco? Ninguém o atenda!" Nokára, o outro chefe, era de opinião diferente. Quando no dia seguinte todos os homens se acharam reunidos no pátio, ele entrou, enfeitado e armado de lança, no meio deles, e os convidou para a guerra contra os Gorotire. Todos os guerreiros se levantaram, prontos para acompanhá-lo; ele, porém, escolheu os melhores, primeiro entre os maiores e depois entre os menores, saindo com eles da aldeia. No caminho, encontrou com os *Me-norõ-ní-re* que vinham da pescaria com timbó. Nokára fê-los parar e, quando estavam formados diante dele, escolheu os melhores para tomarem parte na guerra. Depois encontraram com os *Goromanoro*[7] que traziam os peixes. Fazendo-os parar também, Nokára comeu com eles e escolheu, dentre todos, um certo Kadyaminró, que levou também.

Seguiram o rastro dos inimigos. O pai do menino que havia sido capturado sempre lhe recomendava que, no caso de um dia ser capturado novamente, deixasse sinais pelo caminho para que ele, seu pai, pudesse alcançá-lo e libertá-lo. Por isso agora o menino, quando passava com os outros prisioneiros pelo campo, arrancava folhas de pati, tecendo com elas cestinhos que deixava cair pelo caminho. Quando depois entraram na zona da mata, fazia o mesmo com folhas de açaí; os Gorotire, por fim, descobriram a sua manobra e ameaçaram-no de morte se continuasse.

Depois de alguns dias, os perseguidores verificaram que os rastros dos Gorotire se dirigiam para todos os lados. Procurou-se por toda parte mas não foi mais possível determinar para onde os inimigos se haviam dirigido. Ora, achava-se também na tropa um sobrinho de Nokára, um rapaz de quem ninguém gostava. Este desapareceu de repente, sem dizer palavra a ninguém. Uns diziam: "Voltou para casa!", mas outros eram de opinião que estava algures, escondido no mato. Entretanto, o rapaz estava fazendo um grande semicírculo pela mata, até que chegou no trilho em que os rastros do Gorotire, paulatinamente, se reuniam outra vez. Seguiu por esse trilho até que o rastro de toda a tropa inimiga estava junto novamente. Então pôs seu arco com as flechas e a borduna em pé, na mata, orientou-se e voltou, quebrando galhos com a mão, em linha reta à sua tropa.

De noite, Nokára mandou que seus guerreiros fossem dormir; ele, porém, ficou sentado com a sua lança na mão. "Podeis dormir", disse ele, "ficarei acordado para ver o que acontece." Já era madrugada quando ouviu o rapaz gritar de longe: "Wa! Wa!" – "Será meu sobrinho?", pensou, "vou esperar." Outra vez o rapaz gritou e, depois, pela terceira vez. Então Nokára chamou os guerreiros e estes choraram, considerando a situação horrível do rapaz sozinho e sem fogo, embrenhado na mata tenebrosa. Depois ouviram-no, já mais perto, gritar por fogo e, então, foram encontrá-lo com tições, trazendo-o ao acampamento. Depois de descansar, o recém-chegado contou que tinha achado outra vez o rastro dos inimigos. Entre os guerreiros estavam também três velhos, que entraram a rolar pelo chão, satisfeitos com a notícia e roncavam como onças: "He-hehe!"

No outro dia, eles partiram pela manhã, indo dois guerreiros adiante como espias (*me-apkara*). À boca da noite voltaram e relataram: "Estão perto, achamos seus fogos abandonados há pouco tempo!" Então apressaram a perseguição. Outra vez os espias voltaram e contaram que haviam encontrado um fogo onde os inimigos acabaram de fazer sua refeição. À tarde, alcançaram os Gorotire mas Nokára não os atacou logo, dizendo: "Deixai-os, primeiro, aprontar a comida para nós!"

Um dos espias era o irmão de uma das mulheres capturadas. Cada uma das três prisioneiras já recebera um Gorotire por companheiro. A mulher cujo irmão vinha entre os atacantes estava no alto de uma bacabeira para cortar-lhe o cacho, enquanto seu companheiro a esperava embaixo, junto à palmeira. O irmão a viu. Apanhou um galho seco e quebrou-o. A mulher, ouvindo o estalo, olhou ao redor. Então o irmão saiu para o limpo para que pudesse ser visto por ela. A mulher, na bacabeira, começou então a gemer baixinho. "Que há?", perguntou-lhe o companheiro. "Muitas formigas", respondeu. "Então deixa o cacho e desce", disse o Gorotire. Ela desceu e voltou com ele ao acampamento. Ali chamou suas companheiras: "Vinde buscar água!" Quando estavam a sós na aguada, ela contou-lhes: "Vi meu irmão! Antes de anoitecer os nossos atacarão!"

Os inimigos tinham matado muita caça. Por toda parte viam-se enormes fornos de terra.[8] Só com as vísceras da caça eles se haviam fartado tanto que quase não se podiam mais mexer. Então Nokára mandou cercar, de dois lados, o acampamento. Em cada bando estava um menino com um cinto maracá (*nridn-nyi*);[9] também Nokára trazia um na mão. Atrás dele vinha seu sobrinho Kadyaminró. Quando os extremos das duas linhas se tinham encontrado, estando o inimigo completamente cercado, Nokára deu com o próprio cinto, baixinho, o sinal e os dois outros portadores de cintos responderam com sinais igualmente baixos. Mas um dos chefes dos Gorotire ouviu o



Desenhos de máscaras Bo, *de origem Karayá, e das máscaras de tamanduá, próprias aos Kaiapós, Apinayé e Serente. Os desenhos foram colhidos por Curt Nimuendaju entre os sobreviventes Irãamrayre, em 1940.*

som do maracá e gritou para o outro: "Estás vendo, Kram? Eu não te disse que marchássemos mais para diante com os prisioneiros? Agora os inimigos já chegaram! Agora vai matá-los!" Então os guerreiros de Nokára atacaram de todos os lados, matando os Gorotire dos quais somente três conseguiram escapar.

Tribos lendárias: 1. Os Kubẽ-nyep

Fora esses inimigos históricos, falam os Irãamráyre ainda em diversas tribos lendárias com as quais pretendem ter lutado em tempos remotos. Uma destas é a dos Kubẽ-nyep (*kubẽ* – índio, *nyep* – morcego) que habitava ao sul dos Kayapó e era inimiga destes. Tinham forma humana mas possuíam também asas como morcegos e matavam os seus adversários a dentadas. Ninguém sabia ao certo onde moravam. Uma vez, porém, alguns índios que estavam caçando viram voar um grupo de Kubẽ-nyep sobre eles, carregando seus filhos nas costas. Seguiram no rumo em que voavam e descobriram a habitação dos Kubẽ-nyep numa galeria subterrânea que tinha duas bocas. Quando os Kayapó atacaram por uma delas, a maior parte dos Kubẽ-nyep voou pela outra, levando seus filhos às costas e conseguiram escapar. Os Kayapó fizeram fumaça em ambas as bocas e assim sufocaram os que haviam ficado. Examinando, depois, a habitação dos Kubẽ-nyep encontraram a um canto um menino ainda vivo que levaram e criaram. O pequeno, a princípio, só queria dormir pendurado, de cabeça para baixo, e só se acostumou a dormir no chão, como os Kayapó, depois de lhe terem cortado as asas. A sua única comida era pipoca de milho. Ele ensinou aos Kayapó as cantigas de Kubẽ-nyep, que cantam até hoje.[10]



2. Os Kubẽ-rop

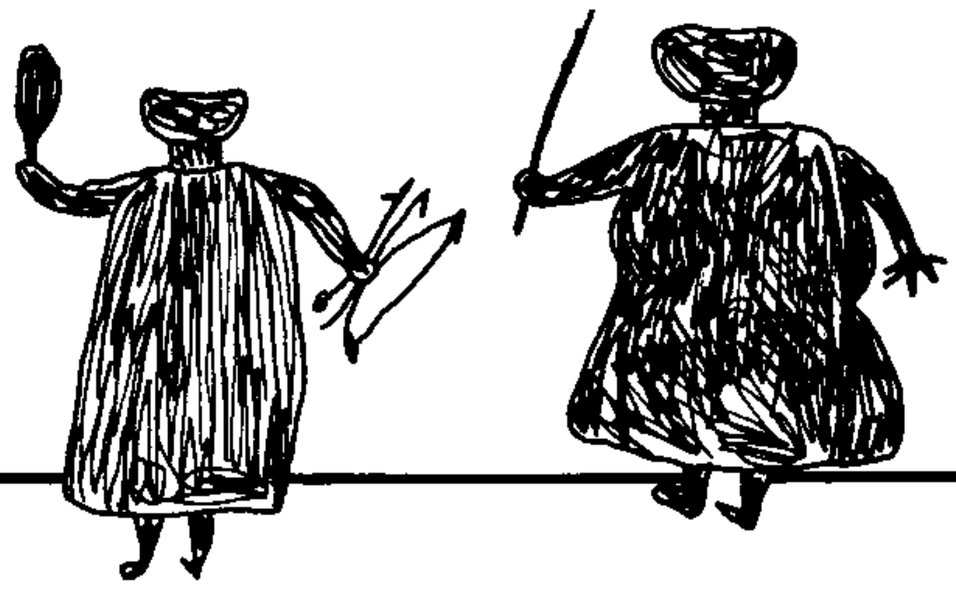
Uma tropa de caçadores Kayapó estava acampada à margem de um pequeno lago muito profundo e de águas bem claras. As margens eram estranhamente limpas, como se fossem constantemente pisadas por gente, mas os Kayapó não deram importância a esse fato. Depuseram na margem os jabutis que tinham apanhado no caminho e foram caçar. Só deixaram atrás um menino que tinha subido a uma árvore. Algum tempo depois este viu como dois Kubẽ-rop (*rop* – onça) assomaram d'água e saíram em terra. Tinham formas humanas mas as suas presas eram de um palmo de comprimento. Nos pulsos e abaixo dos joelhos usavam ligas vermelhas com borlas. Rodeando um deles o lago pela direita, e o outro pela esquerda, os dois recolheram todos os jabutis que os Kayapó tinham deixado, desaparecendo com eles nas profundezas do lago. Quando os caçadores voltaram, o menino contou o acontecido a seu pai. "Que estás dizendo aí?", perguntou um outro que tinha apanhado algumas palavras do relato do menino. "Nada, nada!", disse o pai. Quando anoiteceu, os caçadores prepararam sua dormida rente à margem do lago. Depois de algum tempo, porém, o pai do menino declarou que ali não se podia agüentar, devido às formigas, e retirou-se com os seus parentes um pouco mais para longe. Mas também lá ele tornou a afirmar que as formigas não o deixavam dormir, mudando, sob este pretexto, o seu acampamento ainda mais para diante, no interior da mata. Durante a noite, enquanto os Kayapó estavam dormindo, subiram os Kubẽ-rop do fundo do lago, matando a todos e carregando os cadáveres para a sua habitação subaquática. Na margem só ficou sangue.

A família do menino, que nada tinha sofrido, voltou à aldeia e contou o que se havia passado. Então, toda a aldeia dos Irãamráyre saiu contra os Kubẽ-rop; também as mulheres foram. Chegadas ao lado, estas fizeram ao seu redor enormes fogueiras nas quais esquentaram pedras, como para um forno de terra. Quando as pedras estavam em brasa, atiraram-nas, ao mesmo tempo, de todos os lados na água do lago, que logo começou a fumegar e ferver. Então apareceram primeiro as crianças dos Kubẽ-rop na superfície e foram mortas. Depois subiram também os adultos com os quais se procedeu da mesma maneira, ficando os Kubẽ-rop extintos.[11]

3. Os Kubẽ-pári-kam-nó

Este nome significa "índios" (– *kubẽ*) com olhos (– *no*) em (– *kam*) os pés (*pári*).

Duas mulheres Kayapó foram à mata para buscar bacaba quando encontraram com os Kubẽ-pári-kam-nó que estavam tirando mel. Então disse uma das mulheres: "Vamos ter com eles para que nos dêem algum mel!" A outra porém avisou-a: "Não vás! Tu gostas de rir muito!" Finalmente, foram sempre com Kubẽ-pári-kam-nó; mas, quando estes se roçaram na mulher com o seu pênis muito comprido e lambuzado de mel, ela começou a rir. Imediatamente os Kubẽ-pári-kam-nó gritaram: "Esta nos pertence!", e, carregando-a, copularam com ela até matá-la, enquanto a outra fugiu e se escondeu. Quando os Kubẽ-pári-kam-nó finalmente tinham ido embora, foi procurar a companheira, mas só encontrou seu cadáver. Correu para a aldeia e contou a desgraça. Então os Irãamráyre saíram contra os Kubẽ-pári-kam-nó e mataram muitos, esmagando-lhes, segundo o costume dos Kayapó, o crânio e deixando-os no chão. Quando, porém, pouco tempo depois voltaram ao lugar da luta, todos os cadáveres haviam desaparecido. Seguiram pelos rastros, alcançaram os inimigos e abateram outra vez diversos deles a borduna. Depois colocaram os corpos uns ao lado dos outros e se esconderam perto. Então observaram como os Kubẽ-pári-kam-nó levantavam os pés, olhando cautelosamente





Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1937

Grupo Górotire, inimigos dos Kaiapó, em 1937.

ao redor com os olhos que tinham nos dedos destes. Mas os Kayapó, desta vez, esmagaram-lhes, também, os pés e as pernas, matando-os, assim, verdadeiramente.

4. Os Kubẽ-amnét

Um bando de Kayapó saiu da aldeia e, na sua peregrinação, chegou às vizinhanças dos Kubẽ-amnét. Estes mataram e devoraram um Kayapó após outro, sem que os vivos o soubessem. Quando encontravam com algum Kayapó, convidavam-no a desentocar preás de um buraco de pedra, matando-o nessa ocasião com um tiro no olho. Afinal só ficaram quatro Kayapó. "Teriam todos os nossos companheiros voltado à aldeia sem nos avisar?", eles se perguntaram. Procuraram, nas cercanias, pelos desaparecidos, e assim chegaram à aldeia dos Kubẽ-amnét. Só encontraram ali uma velha cega que estava roendo um crânio humano. "Que estás comendo aí?", perguntaram os Kayapó. "Isto não é absolutamente da vossa conta", respondeu a velha, "é a cabeça de um macacão!" Mas os Kayapó reconheceram que era a cabeça de um de seus companheiros. Nisto chegou um dos Kubẽ-amnét e, como sempre, convidou logo um dos Kayapó a acompanhá-lo para desentocar preás. Ele mandou-o olhar para o interior do referido buraco na pedra, mas o Kayapó notou também que se preparava para atirar. "Não!", gritou ele, "estás querendo matar-me!" Olhou ao redor e viu, por toda parte, os restos de fornos de terra e cabelos humanos. Então os quatro sobreviventes do bando retiraram-se. Os Kayapó nunca se resolveram a uma guerra contra esses Kubẽ-amnét, que habitam na região que fica ao norte de sua aldeia.

Os dois *vayaná*

Numa aldeia viviam dois irmãos que eram grandes *vayaná*; o povo, a princípio, não suspeitava disso. De uma feita, quando as mulheres estavam estufando bolos de carne no forno de terra, eles chegaram e disseram: "Tirai os bolos e dai-nos deles para comer!" – "Nós os cobrimos com terra há pouco", responderam as mulheres, "estarão ainda crus!" – "Bom", disseram os irmãos, "quando os retirardes estarão queimados." De fato, quando as mulheres, depois de decorrido o prazo regular, descobriram o forno de terra, só acharam as cinzas dos bolos.

De outra vez os irmãos tornaram a pedir bolos de carne que ainda estavam no forno de terra e, outra vez, as mulheres lhes responderam que era cedo para os tirar. "Então deixai-os ainda estufar durante um bom tempo!", recomendaram os irmãos e foram embora. Quando as mulheres, depois de muito tempo, abriram o forno, os bolos estavam ainda completamente crus. Então perceberam, finalmente, que os dois eram mágicos, e que lhes tinham pregado uma peça.

Em outra ocasião, estavam os Kayapó acampados no meio do tabuleiro, muito distantes de água. Então as mulheres pediram aos irmãos que lhes trouxessem alguns peixes. Imediatamente um deles saiu, enquanto o outro ficou no rancho. O primeiro matou um tamanduá-d'água cuja pele felpuda estava fervilhando de acarizinhos.* Quando voltou, seu irmão lhe perguntou o que havia matado, mas ele respondeu que não havia pegado nada. "Mataste um tamanduá-d'água", disse-lhe o ou-

(*) Acari, peixe-cascudo (fam. locarídeos). (*N. do R.*)

tro sem demora, "antes o tivesses trazido logo!" Ele foi e voltou com um grande cesto cheio dos melhores peixes: corvina, cachorra, pacu, etc. Então todos do grupo acreditaram que os dois eram mágicos.

Certo dia, a classe *Me-ók-re*[12] estava reunida no pátio quando chegaram os dois irmãos. Havia no pátio uma pequena árvore, em cuja casca estava sentada uma única abelha tiúba. "Quereis comer mel de tiúba?", perguntaram os dois irmãos aos *Me-ók-re*. "Queremos", responderam estes, "mas onde é que se encontra mel de tiúba?" – "Aqui nesta pequena árvore", disseram os irmãos. Mandaram buscar um machado de pedra e derrubaram a árvore. Então se verificou que todos os galhos, até os de um dedo de diâmetro, e até as raízes, eram ocos e estavam cheios de mel de tiúba.

Os dois irmãos tornaram-se, então, publicamente conhecidos como grandes *vayaná*, pois executavam coisas maravilhosas. Quando alguém morria e eles eram chamados, pegavam o cadáver e, sacudindo-o, faziam-no voltar à vida. Mas os outros *vayaná* e os *u-kane-dywúdn*[13] ficaram com inveja e disseram ao povo: "Somos nós quem fazemos os curativos, e eles recebem as gratificações pelo que fazemos, sendo que, em verdade, nada podem! Quem possui os remédios somos nós!" Uma mulher, que também era *vayaná*, contou isto aos irmãos, e estes convidaram todos os outros mágicos para o concurso. Foram todos, juntos, para um grande bloco de pedra que existe no meio do campo, junto à antiga aldeia Noinuati dos Irãamráyre. Ali, diante de todo o povo, eles desafiaram os outros mágicos a atravessarem a pedra. Estes se transformaram em beija-flores, caracarás ou coleópteros. Voavam com toda a força contra a pedra, mas ricocheteavam. Depois de todos terem tentado em vão, um dos irmãos transformou-se num coleóptero, voou contra a pedra, de onde saiu fumaça, atravessou-a e ficou do outro lado de pé, transformado num buritizeiro. O mesmo fez o outro irmão que, depois de atravessar a pedra, transformou-se numa macaúba. Também a *vayaná* perfurou a pedra em forma de beija-flor, transformando-se, do outro lado, num arbusto em flor. – Aquela pedra, com os três furos, pode-se ver ainda hoje junto à tapera de Noinuati.

Karakĩ, o *vayaná*

Um caso especial, mas não único pela sua natureza, de um grande e temido *vayaná* oferece a vida de Karakĩ, que morreu lá pelo ano de 1910.

Karakĩ era um homem que tratava amigavelmente com as onças, que caçavam para ele e lhe traziam a presa, e com as quais conversava. Tinha um sobrinho, filho de sua irmã, que queria instruir também no trato com as onças, dando-lhe as substâncias mágicas que tornam mansos esses animais. Depois de haver-lhe dado a última substância mágica, Karakĩ levou o sobrinho ao campo, para que travasse conhecimento com as onças. No meio do campo limpo, quebrou a ponta de uma casa de cupim, pondo-se com o sobrinho em pé sobre ela. O rapaz começou a gritar, e logo vieram onças de todos os lados, mas também maracajás, iraras e outros animais de rapina. Todo o campo ao redor dos dois fervilhava de tais bichos. A onça preta, que era a mais atrevida de todas, gritava de longe: "Por que então ele está gritando? Quererá brigar conosco?" – "Não", disse Karakĩ, "eu vim para apresentar-vos meu sobrinho!" Este, porém, estava tremendo de pavor. Mas Karakĩ tomou um caracol (*nowúdn*)[14] e com ele tocou o alto da cabeça de todas as onças, uma após outra, para que ficassem mansas. Depois mandou-as embora, com exceção de duas que mandou caçar. Estas obedeceram, e logo voltaram com jabutis e porcos. Karakĩ recebeu a caça e levou-a para casa.

♦

Karakĩ tinha também trato com cobras de toda espécie, mesmo com os gigantescos *Ikati* que habitam nos poços do Arraias e têm o comprimento e a grossura de uma árvore de grande porte da mata virgem. Depois de entregar ao sobrinho a última substância mágica para o trato com cobras, levou-o a um talhado de pedra onde habitavam duas enormes cobras. Chamou-as e elas se apresentaram, perguntando se alguém o havia ofendido, mas ele respondeu que só tinha vindo para vê-las e lhes apresentar o sobrinho. Encorajou a este para que não tivesse medo dos animais, porque estes já estavam serpenteando ao redor do novato, subiam-lhe pelas costas e deitavam-se pesadamente nos seus ombros. Colocaram suas cabeças junto ao rosto do moço, rindo para ele, isto é, jogando-lhe as línguas, pois é assim que as cobras riem. Depois os animais deixaram-no, mas antes ele ainda teve de sentar-se de pernas escanchadas sobre eles. Depois de se ter cumprido isto também, Karakĩ mandou as cobras embora e foi com seu sobrinho para casa.

A mulher do sobrinho de Karakĩ estava de resguardo por uma criança, quando Karakĩ mandou dizer à velha tia da mãe do meu informante Bepkrít que aprontasse massa de mandioca, enquanto ia com o sobrinho ao campo. A mulher nova teve muito medo que isto pudesse prejudicar o recém-nascido[15], mas Karakĩ tranqüilizou-a. Deu ao sobrinho o cesto com a massa para que o carregasse, e foram. Abaixo daquele lugar onde habitavam as duas cobras grandes moravam, numa caverna, muitas outras cobras. Karakĩ mandou o sobrinho descer o cesto com a massa e preparar um forno de terra. O sobrinho estranhou muito essa ordem, porque ainda não tinham pegado caça nenhuma. Mas Karakĩ tomou um feixe de palha e foi com ele à caverna das cobras. A um chamado vieram todas as cobras até a boca da caverna, onde ficaram deitadas, a cabeça de uma junto à de outra.

Karakĩ escolheu uma *kanati* ovada e mandou as outras novamente para dentro. Atirou o feixe de palha na cabeça da *kanati* e mandou que o sobrinho a matasse. Feito isto, amarrou um laço de cipó no pescoço da cobra e arrastou-a ao forno de terra. Cortou-a em pedaços, meteu também os ovos na massa de mandioca e estufou depois o bolo de cobra. Quando estava estufado, o sobrinho teve muito medo de comer dele, porque pensava que isto havia de prejudicar seu filhinho novo, mas Karakĩ persuadiu-o, por fim, a comer um pedaço. Depois de terem comido juntos, levaram o bolo de cobra para casa. Também a parturiente, a princípio, não quis prová-lo de forma alguma, mas Karakĩ persuadiu-a, também, dizendo que isto havia de dar-lhe muito leite. Ela comeu do bolo sem que a ingestão desse alimento tivesse tido a menor má conseqüência para o filho. Ainda guardaram um pedaço para ela, para o dia seguinte.

♦

Quando Karakĩ morreu, diversos índios foram, alguns dias depois do seu enterro, caçar nas vizinhanças de sua sepultura. Então viram de longe que ao redor dela estavam deitadas quatro onças, enquanto algumas outras estavam sentadas nos galhos de uma árvore ao lado. Os caçadores voltaram cheios de



Sant'Ana Kukrít-kãe, o outro homem Irãamráyre sobrevivente, informante de Curt Nimuendaju.

pavor. O próprio Karakĩ transformou-se, depois de sua morte, num jaguar: a sua cabeça e os seus braços eram como os dessa fera, mas a parte inferior do corpo e as pernas se conservaram humanas. Certo dia os vaqueiros da Missão Dominicana o surpreenderam numa serra perto da fazenda Santa Rosa. Ele havia abatido uma novilha e a devorava. Os vaqueiros fugiram horrorizados.

A seca (I)*

Meu avô contava que uma vez um homem fez uma magia ruim, de maneira que houve uma grande seca, morrendo todas as plantas na roça. *Mudurué* (Lua) estava de pé na roça, em forma humana, com uma coroa de penas na cabeça. Seu rosto estava pintado, metade preto, metade vermelho, e seu corpo trazia listras pretas transversais. Uma batatinha foi a primeira que se aproximou dele, pedindo que a acudisse contra o mau feiticeiro que estava prestes a matá-las todas. Depois veio também o milho de caroços miúdos e lhe pediu socorro. Então *Mudurué* apareceu a um *vayaná* que estava deitado de barriga para baixo em sua própria casa: "Acorda, *Kra*", disse-lhe, "socorre tua gente (– as plantas da roça) contra o mau feiticeiro que a está matando!" Quando o *vayaná* se virou, viu *Mudurué* diante de si, e, ao lado deste, a Estrela d'Alva na sua pintura de pintinhas. *Mudurué* deu ao *vayaná* diversas substâncias mágicas; depois todos os três foram à roça. À entrada da mata, eles dissolveram as substâncias, dentro de uma folha de bananeira, em água que o *vayaná* aspergiu sobre as plantas, bradando em alta voz. Depois ele tomou uma cabacinha fechada que *Mudurué* lhe tinha dado também e atirou-a ao ar, de maneira que se despedaçou no chão. Da cabacinha saiu *Mut* (Sol) com a sua enorme coroa de penas de arara e as suas pestanas refulgentes e disse: "*Kra*, a magia sou eu!" – "Quem foi que te prendeu dentro da cabacinha?", perguntou o *vayaná*. "Foi *Mudurué*!", respondeu *Mut*. Logo começou a chover fino. "Depressa! Fazei um rancho", gritou *Mut*, "a chuva já vem!" Mal eles haviam feito um abrigo, caiu uma chuva pesadíssima, não obstante ser pleno verão. Depois os três astros foram embora, dizendo: "*Kra*, quando precisares de nós, chama-nos! Nós te ajudaremos!"

A seca (II)**

Havia uma grande seca. As plantas na roça morriam. Um *vayaná* estava deitado na sua choça quando lhe apareceu a sombra da batatinha, pedindo-lhe socorro, pois todas as plantas estavam morrendo por falta de chuva. Um feiticeiro mau, cujo nome a sombra citou, havia causado a seca. Pouco depois, apareceu-lhe também a sombra do milho dos índios, com o mesmo pedido. Então o *vayaná* tomou as suas substâncias mágicas e foi com o povo à roça. Ali, aspergiu as plantas com água mágica e recomendou ao povo que levantasse um rancho, pois havia de cair uma grande chuva. Ele tomou uma pequena cabaça bem arrolhada, na qual havia água da primeira chuva do inverno do ano anterior, e atirou-a para cima, de maneira que ela, ao cair, rebentou-se numa pedra. Logo veio uma grande chuva que salvou a plantação. O mágico esperou, com seus companheiros, no rancho, que a chuva cessasse. Depois contou-lhes que a seca tinha sido obra de um feiticeiro mau, cujo nome a sombra da batatinha lhe havia dito. Então todos correram para a aldeia para matarem o malfeitor. Este, porém, desconfiou e fugiu a tempo de não ser alcançado.

A visão do Sol (Gorotire)

Tepkrít contou-me o seguinte: Entre os Gorotire que, em 1939, estiveram durante algum tempo no Arraias, havia um certo Kraité. Este e Nreitumtí, a velha tia da mãe de Bepkrít, costumavam contar um ao outro muitas histórias. Entre outras, o Gorotire contou na presença de Bepkrít a aventura seguinte:

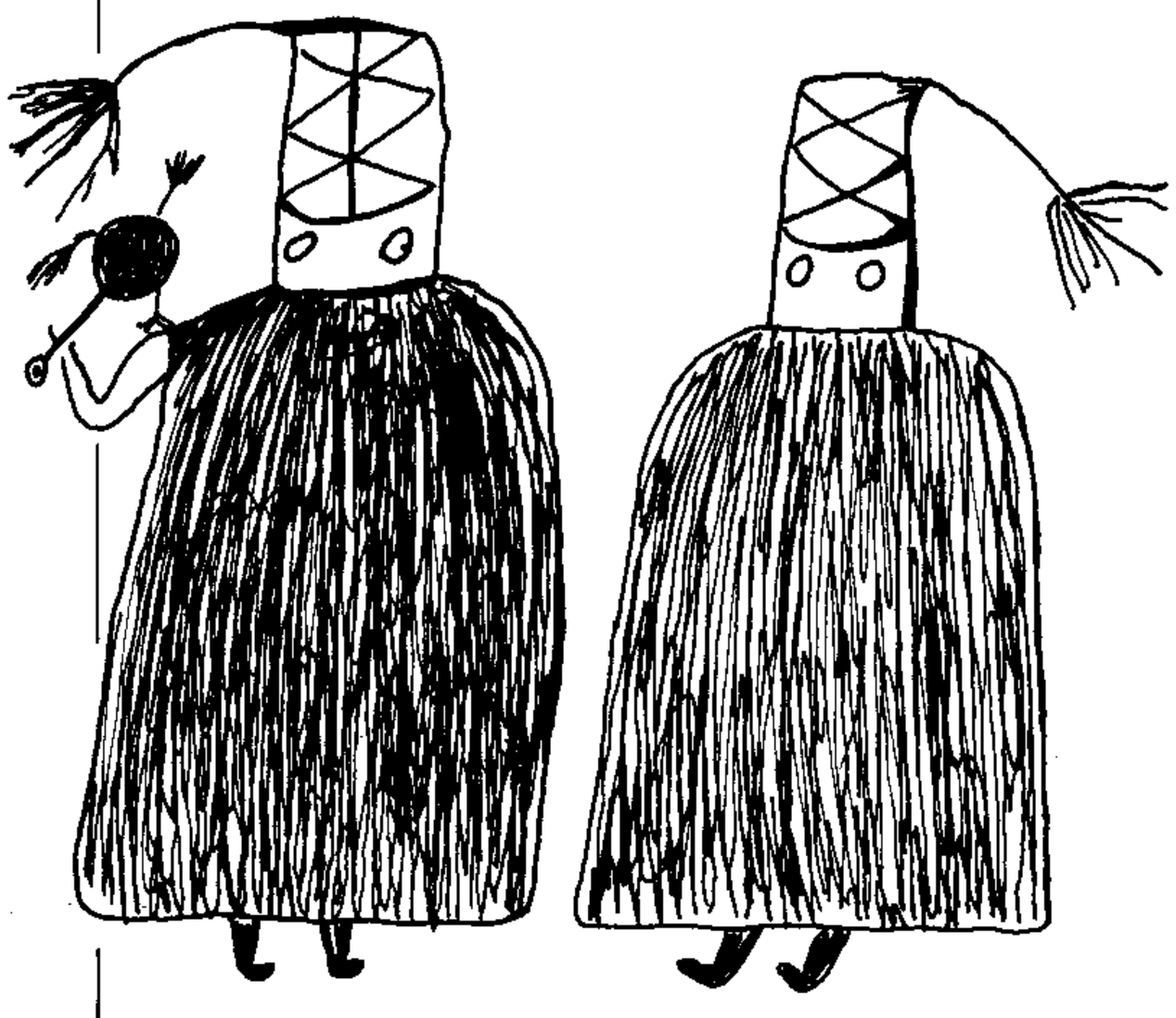
"Eu sei", disse ele, "como *Mut* se apresenta, porque eu mesmo o tenho visto. Ele é um dos nossos. Eu estava só no campo quando o avistei, de pé, sobre um cupinzeiro. Seus olhos eram deste tamanho (duas polegadas de diâmetro) e resplandeciam, seus cabelos atrás desciam até a cintura e de cada canto da sua boca corria uma listra vermelha, verticalmente, pelo queixo, o pescoço e o lado do corpo. Sua cor era clara, e no mais era exatamente como um índio. Ele estava de pé, com os braços abertos. Atrás, na cabeça, tinha uma roda de penas de arara, sempre alternando uma comprida e uma curta. Achava-se a esta distância (– 100 passos) de mim. Aproximei-me devagar. Ele se voltou, e eu pude ver o enfeite da sua cabeça por trás: no meio, por cima da roda de penas, ele trazia uma pequena chapa occipital (*Kenkrí*). As penas de arara pareciam constantemente crescer e diminuir outra vez, e suas pontas refulgiam e cintilavam. Então não me atrevi a chegar mais perto, e, pouco depois, ele desapareceu."

(*) Contado por Cícero Bepkrít (*N. do A.*)
(**) Contado por Sant'Ana Kukrít-Kaê (*N. do A.*)

O Trovão

Três fenômenos naturais aparecem personificados nos contos dos Irãamráyre: o trovão, o arco-íris e os bólidos luminosos. De todos, o mais importante é o trovão, que mais uma vez deriva de um *vayaná* terrestre.

Um índio de nome Bebó tinha matado e esquartejado uma anta. Seus companheiros repartiram entre si a carne, e não deixaram nem um pedacinho para Bebó. Então este foi para casa e se deitou para dormir. Suas mãos estavam sujas de sangue da anta e, vendo-o assim, sua mulher o aconselhou a lavá-las antes de dormir. Ele, porém, respondeu-lhe que queria mesmo dormir com as mãos sujas. No dia seguinte, quando os outros foram caçar, ele ficou em casa. Foi tirar uma acha de madeira na mata e começou a fazer com ela uma espada de pau. Enquanto trabalhava, contemplava de vez em quando a sua obra, e então via da madeira resplandecente saírem fulgurações de relâmpago. Quando a arma estava pronta, ele mandou sua mulher buscar látex de pau e pintou o corpo inteiro de preto, só deixando limpo o rosto. Depois disse à sua mulher: "Agora vou-me embora, mas quando me vires voltar pelo Oriente, procura com teus filhos a terra firme, porque então virá a época das enchentes!" Então, tomou sua espada de pau e foi atrás dos caçadores. Quando chegou perto deles, pendurou a arma no ombro pela alça de corda e subiu com ela numa árvore alta. Começou a gritar, e todos se juntaram debaixo da árvore. Finalmente, o *Kabén-dywudn*[16] declarou que se devia tirar Bebó da árvore e, subindo atrás dele, agarrou-o por um pé e o puxou um pouco para baixo. Mas, de repente, houve um raio e um trovão, e o *Kabén-dywudn* e alguns outros que estavam mais perto do tronco da árvore caíram mortos. Os outros sentiram um choque tão violento no espinhaço que caíram no chão. Quando se ergueram outra vez, penosamente viram que Bebó tinha subido novamente ao cimo da árvore. Depois ele se elevou por sobre ela até o céu, e, em meio a raios e trovões, desapareceu entre as nuvens.



O filho do Trovão

Antigamente havia homens que tinham trato com Bebó; um destes foi Be/prónt, um dos avós de Cícero Bepkrít. Costumava, para este fim, sair sozinho para o campo, onde ficava deitado de rosto para baixo. Sua sombra saía então do corpo, subia ao céu e visitava Bebó.

Certo dia, depois de uma trovoada, Be/prónt achou um filho do Trovão (e da mulher do Arco-íris?): o raio tinha ferido uma árvore do campo e aberto a terra ao pé dela, em forma de uma vala; no fim desta estava a criancinha; ela tinha lábios grossos, cheirava mal e estava coberta de abelhas. Be/prónt tomou-a nos braços e a contemplou, repondo, depois, o pequeno no lugar onde o havia encontrado. Pouco depois desapareceu.

Esta história foi-me contada de maneira igual por ambos os meus informantes.

O dilúvio

Bebó tinha um sobrinho, filho de sua irmã, ao qual satisfazia todos os desejos. O sobrinho notou que outros habitantes da aldeia furtavam-lhe os produtos da roça, e fez uma magia: arrancou os grelos de um pati pequeno e meteu penas de xexéu (**Belonopterus cayenensis**) em seu lugar. Então choveu durante muitos dias sem parar. A água subia, cobrindo a plantação. Ninguém podia caçar nem buscar mantimentos na roça. A enchente só poupou o lugar onde morava o sobrinho de Bebó. Finalmente os homens tiveram de refugiar-se nos galhos das árvores, onde se transformaram em guaribas e em ninhos de abelhas xupé. Outros se salvaram galgando serras altas. Por fim um outro *vayaná* descobriu a causa da chuva: arrancou as penas de xexéu do pati, e logo a chuva cessou e a água foi drenada.

O Arco-íris

Isto se deu pouco depois daquela grande inundação. Alguns índios estavam vagando pela terra, apanhando os acaris que haviam ficado em seco. Nisto, chegaram a um mandiocal, mas a maior parte das raízes havia apodrecido em conseqüência da inundação. Entretanto, acharam algumas prestáveis, que assaram e comeram com o peixe. Acabada a refeição, foram beber água, quando na aguada lhes apareceu o Arco-íris. Quando se aproximaram o Arco-íris se transformou na mulher que tinha água em seu ventre: "Que quereis?", perguntou ela. "Comemos, e agora queremos beber água", respondeu a gente. Então ela deu-lhes água e disse: "Quando quiserdes água, devereis pedir-me. Enquanto me virdes no começo do inverno, podereis viver tranqüilamente, porque nada vos acontecerá. Eu retenho a água. Se eu, porém, um dia não aparecer mais, a terra será inundada novamente, e todos vós morrereis!"

O bólido

Duas índias, colhendo no campo nozes de piaçaba, encontraram perto de um olho-d'água um filhote de ave, implume, mais ou menos do tamanho de um filhote de galinha. Levaram-no para casa e o criaram. Fazendo a avezinha banhar-se numa cuia com água, notaram que a água fervia

quando ela saiu. Quando estava mais crescida, encheram um pilão com água, e esta também fervia logo que a ave nela se banhava. Finalmente esta ficou do tamanho de uma galinha; suas penas, porém, eram cor-de-rosa, como as do colhereiro. Certo dia os índios pintaram-se e saíram para pescar com timbó. Depois de algum tempo as mulheres disseram: "Vamos lá também, para vermos se já pegaram muitos peixes!" Foram e levaram a ave, mas quando chegaram perto do lugar da pescaria, a ave, vendo a água brilhar entre as árvores, voou e precipitou-se direto para dentro dela. Ouviu-se um grande trovão, e todos os índios que estavam dentro da água morreram instantaneamente. Depois a ave subiu ao céu, e a gente reconheceu que era um *Akrã-re* (bólido).

Constelações

Os Irãamráyre conhecem algumas constelações, como também certas manchas escuras, sem estrelas, no céu à noite, mas não lhes atribuem nenhuma significação religiosa.

A mancha escura entre as constelações do Cruzeiro e do Centauro é uma arraia (*miendyét*); uma listra preta ao lado da Via Láctea (*modn-nrot*), mais ou menos de Antares ao Centauro, é uma ema (*mã-ti*); as estrelas desta constelação são os "olhos da ema" (*mã-ti-no*). Uma outra mancha escura na Via Láctea, junto às estrelas, e a constalação do Escorpião é uma garça (*kamri-kaák*). As Plêiades são chamadas *nrot*; aparecendo no céu oriental, elas anunciam o começo do verão. Se, porém, a "arraia" com rabo (*miendyét-yamé*) tocar o horizonte à boca da noite, o inverno começa.

A descida do céu

É notável que nas lendas de origem dos homens em geral, dos Kayapó e das outras tribos em particular, não figure nenhum personagem sobrenatural; quando muito, algum *vayaná* terrestre.

Dois caçadores acharam uma cova de tatu com rastros levando para dentro, e resolveram desentocar o animal. Cavaram muito fundo, chão adentro. Por fim, a terra debaixo deles ficou mole. "O tatu já está perto!", disseram eles, continuando a cavar afoitamente. De repente, vararam com o cavador a coberta do (atual) céu. Pela abertura irrompeu uma rajada de vento tão forte que os dois foram projetados para fora do buraco. Tornaram, porém, a aproximar-se, vendo, então, pelo buraco, a (atual) terra lá embaixo com os seus muitos buritizais, babaçuais e outras árvores frutíferas. Todos vieram olhar pelo buraco, e finalmente resolveram abandonar o céu, onde então habitavam, para se mudarem para baixo, para a terra. Juntando tudo quanto havia de algodão fiado na aldeia, fizeram com ele um cabo grosso. Amarraram numa árvore do céu uma ponta do cabo, atirando a outra pelo buraco abaixo. Depois desceram, escorregando por ele, um atrás do outro, também as mulheres com os filhos pequenos às costas, na faixa de carregar criança. Mas só os mais corajosos chegaram até a terra; os mais medrosos desciam um pouco, logo perdiam a coragem, tornando a subir pelo cabo a toda a pressa. Por fim, uma parte ficou definitivamente no céu e recolheu o cabo, mas choravam por causa daqueles que se haviam separado, descendo para a terra.

A origem da tribo Kayapó

No começo só existia o Kayapó Katembári com sua mulher, oito filhos e outras tantas filhas. Irmãos e irmãs casavam entre si, mas não tinham filhos, e por isso seu número nunca aumentava. Vagavam pelo mundo fazendo guerra a todas as tribos que descobriam, tomando-lhes os enfeites e adotando, com estes, as festas e as cerimônias dos vencidos. Aborrecia-os, porém, serem tão poucos, e por isso pediram ao velho Katembári que criasse mais Kayapó. "Sim", respondeu este, "vou fazê-lo, pois também eu estou enfadado de estar só!" Saiu só para o campo alto, onde procurou uma sucupira (**Bowdichia** sp.), da qual cortou os galhos. Num vaso feito de uma folha, trouxe água e com ela fez sua magia. Depois meteu um aspersório de penas de urubu-rei na água mágica, trepou com ele no topo da árvore e, gritando alto, aspergiu para todos os lados. Depois desceu e deitou ao redor da árvore, no chão, num círculo largo, folhas de caeté, sempre uma em cada lugar onde havia de ter uma choça. Feito isto, tornou a casa e disse aos filhos: "Amanhã já teremos muitos companheiros!" Esta notícia alegrou-os muito, e quando na manhã seguinte foram ao lugar onde Katembári tinha feito a sua magia, já ouviam de longe as vozes das crianças e das mulheres. Ao redor do pé de sucupira tinha surgido durante a noite uma grande aldeia de Kayapó.

A dispersão dos povos

Os Kubẽ-todn (*todn* – tatu) são uma tribo de gente pequena que habita longe, no Oeste. São extraordinariamente valentes.

Naquele tempo todos os índios, juntos com os cristãos (neobrasileiros), formavam uma única nação. Foram contra os Kubẽ-todn e contra eles pelejaram, mas não os puderam exterminar, e, finalmente, tiveram de voltar. Nessa retirada, sofreram muito pela falta d'água. Quando alcançaram uma poça de água, todos beberam até que ficou somente a lama no fundo. Depois se dispersaram: um atrás do outro, um grupo ia numa direção, o outro saiu em outro rumo, e assim todos, cada grupo para onde lhe parecia melhor. Assim se formaram os diferentes povos.

A Moça da Estrela e a Moça da Lagarta (*Kanye-kwéi* e *Pino-kwéi*)

Dois irmãos dormiam todas as noites no pátio da aldeia. Um deles que olhava sempre as estrelas disse finalmente: "Aquela estrela é muito bonita! Se ela descesse eu casaria com ela!" Então a estrela desceu, tomou a forma de uma moça e dormiu durante a noite em sua companhia. Quando ia amanhecendo, o homem escondeu-a dentro de uma cabaça grande, com tampa, que sempre levava consigo. Sua mãe o observou e desconfiou de alguma coisa. Ela abriu a tampa e a estrela saiu, sem demora, em forma de moça, conservando dali em diante a forma humana. Um dia ela convidou o marido para acompanhá-la numa visita ao céu. Mandou que vergasse a ponta de uma árvore ao chão e se pôs em cima do arco assim feito, para se deixar arremessar ao céu pelo impulso, quando a árvore disparasse. Seu marido, porém, teve medo de semelhante processo de viajar e lhe disse que fosse só. Ela se deixou ar-

remessar pelo companheiro ao céu, e, quando voltou, trouxe de lá mandioca, batatas, inhame e outras plantas cultivadas que os índios, naquele tempo, ainda não conheciam, porque a princípio comiam com a carne só pau podre e orelhas de pau*. Sem demora, os índios plantaram aqueles alimentos que, no dia seguinte, já estavam maduros para a colheita. Isto durou até que o homem, um dia, começou a brigar com *Kanye-kwéi*. Aborrecida, ela voltou para o céu e nunca mais tornou à terra. As plantas cultivadas precisam agora de longo tempo para amadurecerem.

Na mesma noite em que *Kanye-kwéi* descera pela primeira vez para junto do homem, uma lagarta se arrastara para junto do seu irmão, que estava deitado a seu lado. Ela se transformou também numa bonita moça e dormiu com o rapaz. Ao amanhecer tomou outra vez a forma de lagarta, e ele a escondeu debaixo do pau que lhe servia de travesseiro, na sua cama. Quando sua mãe varreu o terreiro, descobriu a lagarta e a esmagou. O homem ficou muito zangado com isso, mas depois de algum tempo a lagarta se refez e tomou outra vez a forma de moça. Quando, ao romper do dia, se transformou novamente em lagarta, o homem escondeu-a bem. Sua mãe, porém, achou-a pela segunda vez, mas agora lhe dirigiu a palavra, e a lagarta tomou forma de moça, para sempre.

A árvore do milho (*pau-bári*)

Junto à aguada da aldeia dos Kayapó havia uma grande árvore, carregada de espigas de milho de todas as qualidades. O milho maduro caía dentro d'água, mas naquele tempo ninguém ainda sabia que era comestível e, quando os índios entravam n'água, desconfiados, empurravam as espigas para o lado. Um dia, uma velha estava banhando seu netinho na aguada quando um acutipuru** lhe saltou ao ombro. Enxotou-o, mas ele voltou a pousar no seu ombro. Então a velha, pegando-o, atirou-o longe. O animalzinho, porém, voltou novamente e falou: "Não me atires fora! Quero contar-te uma coisa!" Saltou-lhe outra vez ao ombro e disse: "O milho que estás desprezando é uma comida muito boa! Soca-o no pilão e assa a massa obtida!" Então a velha juntou uma boa quantidade de espigas, levou-as para casa e fez como o acutipuru lhe havia ensinado. Depois enfeitou seu netinho e lhe deu um pedaço de bolo de milho. O menino passou, comendo, pelo pátio da aldeia, justamente quando todos os homens ali estavam reunidos. Estes perguntaram o que estava comendo, e ele deu a cada homem um pedacinho do bolo para que o provassem. Os homens acharam-no excelente e mandaram o menino duas vezes à sua casa, a fim de trazer mais. Então a velha mesma levou um grande bolo de milho para o pátio e contou-lhes da árvore que produz as espigas. Na manhã seguinte todos foram à aguada, juntando o que havia de espigas no chão e dentro d'água. Depois resolveram derribar também o pé, e mandaram um menino à aldeia para buscar um machado de pedra. No caminho, o menino viu uma corujinha-do-campo, que matou, assando-a e comendo-a imediatamente; somente depois de tudo isso tratou de buscar o machado. Na volta, porém, viu-se transformado em ancião decrépito, e teve de cortar um bastão para se apoiar. Os homens junto ao pé de milho esperaram durante muito tempo, inutilmente, pelo machado de pedra, e mandaram finalmente um outro menino buscá-lo. Este encontrou-se, no caminho, com o velho que vinha com o machado. Os homens derrubaram a árvore, e plantaram depois o milho.

(*) Urupê, espécie de fungo (**Polyporus sanguineus**). (**N. do R.**)

(**) Quati-puru ou caxinguelê – nomes de diferentes espécies de esquilos brasileiros (**Sciurus** Lin.). (**N. do R.**)

A aquisição do fogo

Quando os índios ainda não tinham fogo, torravam a carne da caça no sol, para comê-la.

Um homem foi, com seu pequeno cunhado, tirar os filhotes de um ninho de arara que achara numa árvore alta. Fez um motá* de varas amarradas e mandou o menino subir. Este meteu uma pedra branca, redonda, na boca e trepou. Quando alcançou o ninho, seu cunhado perguntou-lhe: "Há filhotes?" – "Não", respondeu o menino, "há ovos." – "Então atira um para baixo!", mandou o homem, e abriu as mãos para apanhá-lo; mas o menino atirou-lhe a pedra branca nas mãos.Com isto, o homem enfureceu-se. Cortou as varas do motá, atirou-as para um lado e voltou a casa. O menino que, sem o motá, não podia descer, ficou sentado junto ao ninho da arara. Sofreu horrivelmente de sede e de fome; bebeu a própria urina e comeu as próprias fezes. Finalmente, um jaguar, que havia matado uma anta e um porco, passou debaixo da árvore. Vendo a sombra do menino mover-se no chão, quis apanhá-la, mas nada pegou. Então levantou a vista e, vendo o menino na árvore, perguntou-lhe o que estava fazendo ali. O menino contou-lhe o ocorrido. "Onde teu cunhado jogou as varas?", perguntou o jaguar. "Umas para aqui, outras para ali", respondeu o menino. O jaguar foi buscá-las, e, depois de amarrá-las outra vez, mandou o menino descer. Este obedeceu mas, quando já estava perto do chão, ficou com medo e tornou a subir a toda pressa. O jaguar tranqüilizou-o: não lhe faria mal algum, que descesse sem susto. Quando o menino finalmente chegou ao chão, mandou que montasse em cima da carga de caça morta que levava. Assim o jaguar o conduziu a sua casa, lavou-o e lhe deu carne assada para comer, pois ele possuía fogo; na sua casa jazia um grande tronco de jatobá, aceso numa ponta. Todos os dias o jaguar ia caçar, enquanto sua mulher ficava em casa, fiando. Quando o menino sentiu fome, dirigiu-se a ela: "Mãe, dá-me de comer!" Ela, porém, em resposta, mostrou-lhe as unhas. O pequeno gritou de medo e correu ao encontro do jaguar para lhe contar o que havia acontecido. No dia seguinte, porém, deu-se a mesma coisa, e no terceiro também. Então o jaguar lhe fez um arco e flechas. A onça fêmea perguntou para que era isso, mas o jaguar respondeu que o menino havia de ir à caçada com ele. Às escondidas, chamou, porém, o menino e mandou que flechasse a onça fêmea no peito, quando ela o ameaçasse outra vez. Depois foi caçar como de costume. Decorrido algum tempo, o menino foi outra vez pedir carne, e a onça fêmea renovou a ameaça com as unhas. Então armou o arco contra ela. A onça gritou que não atirasse, mas o pequeno flechou-a no peito, matando-a. O jaguar, quando voltou, viu o que tinha acontecido e disse: "Agora temos de nos separar. Cada um deve seguir seu caminho, e tu deves voltar ao teu povo!" Deu-lhe um cesto cheio de carne moqueada e lhe ensinou o caminho para a aldeia. O menino chegou à aguada e esperou atrás de uma árvore até que viu chegar sua irmã, que vinha buscar água. Esta, avistando-o, nada disse, mas voltou e contou à mãe que o tinha

(*) Não consegui identificar esta palavra. Designa, como fica claro no texto, um andaime ou armação de varas. (**N. do R.**)



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1937

Missionários da Ordem do Preciosíssimo Sangue entre crianças Kayapó, acampadas em Nova Olinda, alto Xingu, em agosto de 1937; à direita vê-se uma mulher branca raptada pelos índios quando criança.

visto. Então ambas desceram à aguada e trouxeram-no à aldeia. Ele distribuiu a carne moqueada e contou suas aventuras, não esquecendo de dizer que na casa do jaguar havia fogo e que lá se conservava. No dia seguinte todos foram buscar o fogo. Para serem mais ligeiros diziam: "Eu vou como este animal", e outro dizia: "Eu vou como aquele animal!", etc. Assim transformados, seguiram. O beija-flor e a raposa foram os primeiros a chegar, e suspenderam o tronco de jatobá aceso. Todos os outros ajudaram a carregá-lo, enquanto o jacu corria atrás, apanhando as brasas que caíam; por isso ele tem o papo vermelho até hoje.

Perna de lança (*Te-dywa-re*)*

Dizem que a gente foi envenenar peixes. Dizem que um deles desceu (com o veneno dentro d'água). Então uma arraia o feriu. Levaram-no para casa. Sua perna arruinou. Quando se mudavam, levavam sempre o doente às costas. Então este ficou aborrecido consigo mesmo. Fizeram-lhe uma casa. Foram embora. Depois voltaram e lhe trouxeram comida. E voltavam freqüentemente para o lugar onde o deixaram. E, de uma feita, foram resolvidos a levá-lo. E quando chegaram perto, ele estava deitado e cantando. E sua mulher disse-lhe: "Por que estás deitado cantando? Isto não é ocasião para estar deitado, triste e cantando." – "Eu estou deitado para cantar é porque quero estar deitado, e para me defender e para espantar a minha sombra (alma) e porque quero estar deitado!" E ficaram dormindo junto a ele. E ele, de noite, queimou a própria perna. E fez ponta nela. E ninguém viu quando ele fez isso. Sua mulher trouxe (um laço de) envira de pindaíba para tomá-lo às costas. E sentou-se para poder tomá-lo às costas. Levantou-se, a seguir, e eles foram embora. E o homem lanceou-a ao meio das costas. E eles fugiram.

E ele começou a fazer o mesmo com a gente. E junto às bacabeiras matava sempre muitas pessoas. Dizem que havia ali duas mulheres que se tratavam de *Kram-dywú*[17]. E todas as mulheres foram às bacabeiras. E a gente se separou e entrou (na mata). E estavam ali duas bacabeiras, uma junto da outra. E as duas disseram: "*Kram-dywú*, vai colher esta, eu vou colher aquela!" E elas subiram simultaneamente. "*Kram-dywú*, Perna de Lança já está se agarrando ao pé da tua árvore!" E dizem que (a outra) disse-lhe: "Deixa que ele venha subindo atrás de mim!" E ele subiu, cabeça para baixo, atrás (dela). E subiu também até em cima e esperou junto à espátula da bacaba. E dizem que (perguntava) de tempo em tempo: "Já estou perto de ti?" E ela dizia: "Não! Ainda não estás perto de mim!" E dizem que ele estava bem perto. Ela empunhou a espátula da bacabeira, levantou-a e, com ela, lanceou-o. E ele caiu. Ambas desceram. Matando-o, defenderam o povo. Elas duas o mataram.

O menino e o jacaré

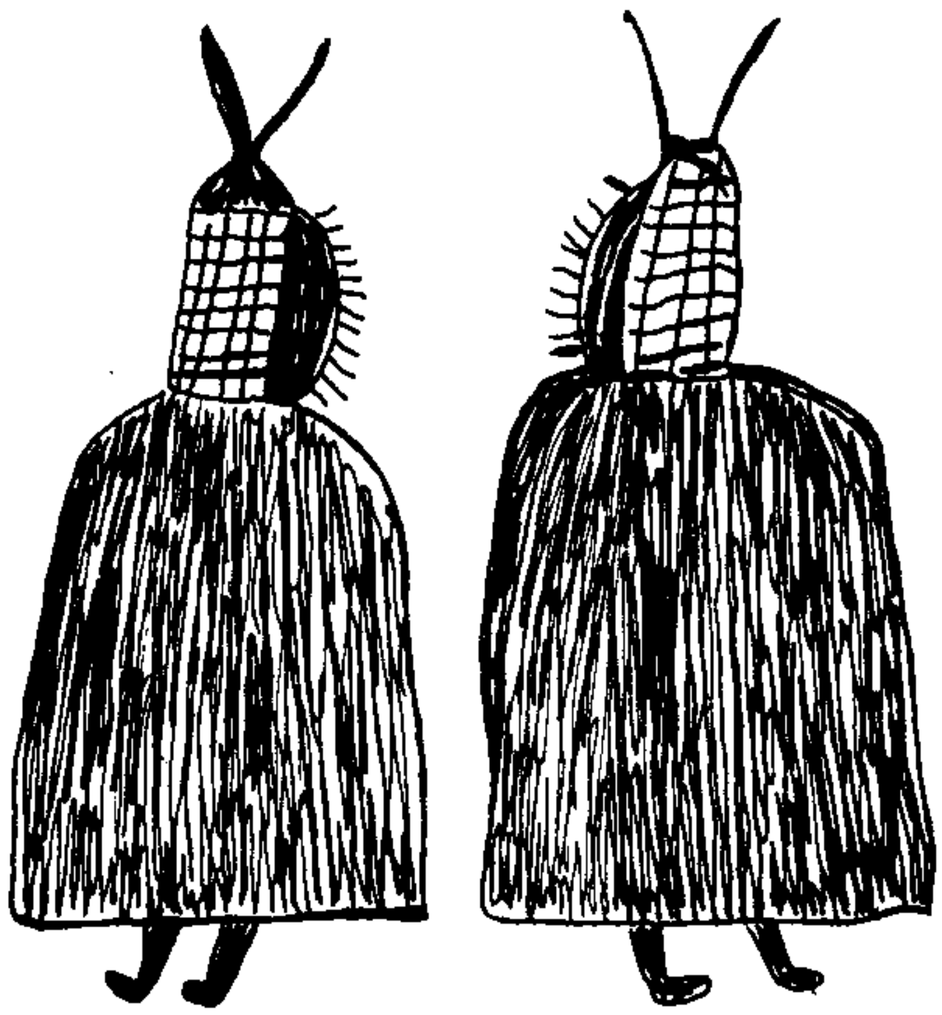
Um menino tinha o costume de insultar, cada vez que vinha à aguada, um jacaré que ali morava: "Braço curto! Olhos inchados! Couro grosso!" De uma feita, ele estava cansado e chegou à aguada para beber. Então veio o mesmo jacaré nadando e o convidou para acompanhá-lo à sua morada, onde lhe daria água fria, em vez da água morna do rio. O me-

(*) Tradução textual do texto original tomado em língua Kayapó. **(N. do A.)**

nino assentiu. Montou às costas do jacaré, e este começou a nadar. Quando chegaram perto de sua morada, o jacaré disse: "Agora insulta-me, chama-me 'olhos inchados'!" – "Não", respondeu o menino, "teus olhos são bonitos!" – "Então chama-me 'braço curto'!" – "Não, tu tens os braços compridos!" – "Então chama-me 'couro grosso, cabeça comprida ou rabo comprido'!" – "Não, teu couro é tão macio!" Assim entreteve o jacaré até que já se via debaixo das árvores da outra margem. Então o menino, pondo-se de pé, agarrou-se num galho e empurrou o jacaré com o pé pela água adentro. Trepou na árvore, alcançou a terra e fugiu. No igapó encontrou um *Kupẽ-põpõ* que estava pescando com timbó, tendo a seu lado um grande cesto cheio de peixes. Quando o menino lhe contou que o jacaré o estava perseguindo, o *Kubẽ-põpõ* escondeu-o no cesto, debaixo dos peixes. Nisto já vinha chegando o jacaré no rastro do menino, exigindo do *Kubẽ-põpõ* que lhe entregasse o que havia escondido. O *Kubẽ-põpõ* mandou que o jacaré mesmo metesse as mãos debaixo dos peixes mas, como este tinha os braços muito curtos, nada achou. Continuou a procurar pelos arredores e voltou, finalmente, para junto do *Kubẽ-põpõ*, afirmando que o menino estava ali. Ele despejou a metade dos peixes e remexeu outra vez o resto, sem descobrir o menino. Por fim perdeu a esperança e foi embora. Então o *Kubẽ-põpõ* tirou o menino do cesto e levou-o ao caminho da aldeia.

Anmekaprán

Anmekaprán era um *vayaná* de grandes poderes mágicos. Tinha um filho que, não obstante o seu valor, o desprezava. Anmekaprán andava sempre com um maço de flechas no qual estava sentada a sua arara mansa. Os homens o odiavam e trataram de matá-lo. Eles o abateram e o rasgaram em pedaços, matando também a arara mansa e queimando as flechas. Mas, já pela tarde do mesmo dia, ele voltou à aldeia, são e salvo, com flechas e arara. Depois de terem tentado matá-lo por diversas vezes, mas sempre em vão, eles o atiraram de corpo inteiro numa fogueira e ainda amontoaram lenha em cima.



Quando pela manhã seguinte as mulheres foram à roça, ouviram tiros de espingarda. Andaram no rumo do som e chegaram a uma grande casa com muitas portas. Nela morava um branco que possuía bois, cavalos, galinhas e uma roça com uma qualidade de milho diferente do dos índios. Era Anmekaprán. Havia feito a pólvora da cinza da sua carne, a espingarda da sua canela, os bois dos artelhos e o milho dos seus dentes. Quando as mulheres passaram, chamou-as, deu-lhes de comer e trancou depois uma parte delas na casa. As outras mulheres que o haviam reconhecido foram então primeiro à roça, voltando depois à aldeia e lá contaram que tinham achado Anmekaprán. Então foram todos para buscar as mulheres que ele ainda retinha. Seu filho também foi e se apresentou ao pai; Anmekaprán, porém, respondeu-lhe que não queria saber dele porque o filho também não se havia incomodado quando os outros o maltratavam. Soltou, uma a uma, as mulheres presas e espantou depois os índios com tiros de espingarda. Estes apavoraram-se e nunca mais voltaram à casa de Anmekaprán.

Akrét e **Kenkutã**: **o gavião grande**

Uma velha foi com seus netos de nomes Akrét e Kenkutã tirar palmito de macaúba. Enquanto trabalhava, os dois meninos brincavam de "tatu" no capim alto. Eis que desceu o gavião grande *Agaikriti* do seu ninho numa árvore alta, pegou com as suas garras a velha pelo meio, conduziu-a ao seu ninho e a devorou. Os dois meninos voltaram à aldeia, chorando. Quando seu avô soube o que tinha acontecido, imaginou um meio para fazê-los crescer ligeiro a fim de que pudessem vingar a morte da avó. Mandou que os dois se deitassem, um ao lado do outro, na água do ribeirão, com a cabeça para o lado da beira e os pés para o meio, e cobriu-os com um pedaço grande de casca de jatobá. Todos os dias trazia-lhes comida. De quando em quando mandava que levantassem as pontas dos pés fora d'água, para ver se os meninos já estavam grandes. Os dois cresceram muito depressa. Quando seus pés já quase tocavam a outra margem, o avô mandou que saíssem. Raspou-lhes o visgo de que estavam cobertos com um folíolo de palmeira, cortou-lhes a ponta dos longos cabelos e pintou-os com urucu. Tinham o dobro da estatura de um homem normal. Depois o avô fez para cada um dos meninos uma espada de pau (*nai*) de cerne de pati, e levantou uma choça, ao pé da árvore, onde estava o ninho do gavião grande mandando que ambos entrassem nela com suas armas. Os dois tinham um pequeno apito de cano de pena. Logo que apitaram dentro da choça, o gavião desceu, olhando para todos os lados e, como não visse ninguém, levantou-se outra vez ao ninho. Imediatamente os irmãos assobiaram de novo, fazendo com que a ave tornasse a descer apressadamente, sem achar nada. Repetiram isso muitas vezes até que, por fim, o gavião, cansado, ficou pousado diante da choça, com o bico aberto. Então disseram: "Agora devemos matá-lo, senão ele sobe ao ninho e não volta mais!" E, saltando para fora, abateram-no com os seus cacetes[18]. Um menino que tinha assistido ao combate de longe correu logo à aldeia, levando a notícia, e todos os seus habitantes chegaram ao lugar da luta. Cada um arrancou uma pena do gavião morto e, soprando-a no ar, mandou que ela se transformasse num determinado passarinho. Assim se originaram todas as espécies de aves de pequeno porte.

Nyére

Na mesma aldeia morava um homem de nome Nyére, que tinha por costume matar crianças com a mão-de-pilão para moqueá-las e comê-las. O povo deixava-o agir impunemente, porque todos o temiam muito. Um dia saiu uma parte dos índios da aldeia, entre os quais estavam também Nyére e uma irmã de Akrét e Kenkutã com dois filhos seus. Akrét e Kenkutã, porém, que eram chefes, ficaram na aldeia com a outra parte dos habitantes. Eis que lhes trouxeram a notícia de que Nyére tinha matado e comido seus dois sobrinhos. Quando Nyére voltou com os outros à roça, os dois irmãos o esperaram no caminho. Ele veio com dois cestos cheios de carne de criança moqueada. Sobre os cestos vinha sentado um grande número de seus xerimbabos que fazia um tal barulho que os irmãos já de longe o ouviam. Eles detiveram Nyére e, cruzando suas espadas de pau diante dele, no caminho, disseram-lhe: "Pára! Vamos comer aqui!" Nyére soltou um suspiro e respondeu: "Não, quero comer na roça!" – "Nós já trouxemos a mistura", disseram os irmãos, e lhe atiraram uma mão cheia de areia nos olhos e, enquanto ele os esfregava, os dois o abateram a cacete. Quando Nyére caiu, ouviu-se um forte estrondo, como de um trovão. Assim que os outros souberam e verificaram que Nyére estava morto, o seu ódio se dirigiu contra Akrét e Kenkutã, e se juntaram, em grande número, para atacar os dois dentro da casa. Os irmãos, porém, riam quando se aperceberam dos atacantes e das flechas que estalavam contra a palha da parede, e somente quando os inimigos já estavam encostando, saltaram para fora, matando muitos, derribando-os na carreira com um empurrão do joelho.

Nisto chegou também um dos cunhados de Akrét e Kenkutã, que estava com muito medo deles. Trazia, da caçada, um tamanduá e um porco, levando a presa para a casa da mãe dos dois. Ali contou que há pouco um dos seus filhos havia morrido, engasgando-se com um pedaço de palmito de macaúba. Essa notícia fez romper em prantos a mãe e a irmã dos dois que, ao ouvirem o choro, vieram perguntar pelo motivo. Seu cunhado chorava de medo, mas eles o tomaram nos braços e o puseram no colo como a uma criança, fazendo-o, assim, perder o medo.

Onça, sapo e tamanduá mixila

Uma onça, vendo um sapinho sentado, só, debaixo de um anajazeiro, perguntou: "*Kram*, que estás fazendo?" – "Estou passeando", respondeu o sapo. "Estás só?", acrescentou a onça. "Não", respondeu o sapo, "meu povo é muito numeroso!" – "Mentes, estás só!", insistiu a onça. "Vem comigo e verás", disse o sapo. A onça o acompanhou. Depois de algum tempo, o sapo começou a gritar, e de todos os lados outros sapos responderam, em tal número, que a onça fugiu apavorada. Tão às cegas correu que furou um dos olhos numa ponta de galho. Encontrou o tamanduá mixila* e lhe contou a sua desventura. Este prometeu curá-la, mas o que fez foi arrancar à onça o outro olho que lhe restava. Ela se rolava pelo chão, rugindo, quando veio a jaó**, perguntando o que havia, e a onça fez-lhe sua queixa. Então a jaó foi buscar na patrona de seu marido um pedaço de resina de jutaí, e dela fez dois olhos novos para a onça. Esta foi seguindo o rastro do tamanduá mixila, que debalde procurava escondê-lo, tomando seu caminho em parte pelos galhos das árvores. A onça, enfim, o alcançou, quando ele ia se esconder dentro de um buraco no chão, e arrancou-lhe a carne dos braços. Por isso o tamanduá mixila tem os braços finos.

A mãe das cobras

A mulher de certo índio, cada vez que ia à roça, ali tinha relações sexuais não só com uma cascavel como também com outros ofídios. De uma feita, seu marido foi atrás, às escondidas, descobrindo a promiscuidade em que ela vivia com as cobras. Quando deu à luz, nasceram-lhe cobras de todas as espécies, em grande número. Esses filhotes de cobra separaram-se, enfim, em quatro grupos, dos quais cada um saiu serpenteando numa direção. A última cobrinha que nasceu foi buscar para sua mãe uma tira de envira com a qual esta cingiu o ventre[19]. Depois levou a mulher consigo, e esta se transformou em cobra, também.

A mulher e o tapir

Uma índia foi com o seu menino colher frutas de buriti. Juntou um montão delas, e deixando o menino atrás para vigiá-las, internou-se no seio da mata, onde tinha um encontro combinado com um tapir. Como estivesse demorando muito, o menino chamou-a e, não recebendo resposta, foi procurá-la, encontrando-a na ocasião em que se entregava ao tapir. O menino, que estava roendo uma fruta de buriti, atirou com o caroço na testa do tapir. Este saltou, jogou a mulher para um lado e fugiu. Quando a mulher, que havia perdido os sentidos, voltou a si, zangou-se muito com o filho. Arrastou-o pela tiririca*** e depois pintou-o. Seu marido, que estava caçando na vizinhança, veio ter com ela, mas o menino no momento nada disse. No dia seguinte seu pai fez-lhe um arco e flechas e o levou consigo à caçada. Quando estavam a sós, o menino contou o que sua mãe havia feito. Então o homem organizou uma grande caçada às antas. O menino subiu a uma árvore, junto à trilha desses animais, enquanto seu pai tomava posição ao pé da árvore. Um após outro, os tapires iam passando. "É este?", perguntou o pai. "Não", respondeu o filho, "é aquele que tem um inchaço na testa!" O tapir assim marcado foi o último a passar. O homem o matou com uma flechada e lhe cortou o pênis. Enfiando uma vara nele, secou-o ao fogo até ficar duro como pau. Depois foi procurar a mulher, que estava dormindo, e lhe empurrou o pênis do tapir pela vagina adentro, matando-a. Pouco tempo depois, porém, foi estrangulado pelos parentes da morta, quando estava dormindo no pátio.

O homem-tapir

Isto aconteceu no tempo em que os índios ainda não conheciam cantigas. Tinham matado um tapir e estavam fazendo pontas de flecha dos seus ossos. Um dos índios mordeu um dente do tapir, e, por isso, foi possuído pela sombra do animal, correndo como louco pela mata adentro. Em

(*) **Myrmecophaga tetradactyla** (L.). **(N. do R.)**
(**) Um tinamídeo (**Crypturellus** Brab. e Chumb.). **(N. do R.)**

(***) Espécie de erva daninha graminiforme (**Cyperus rotundus**). **(N. do R.)**

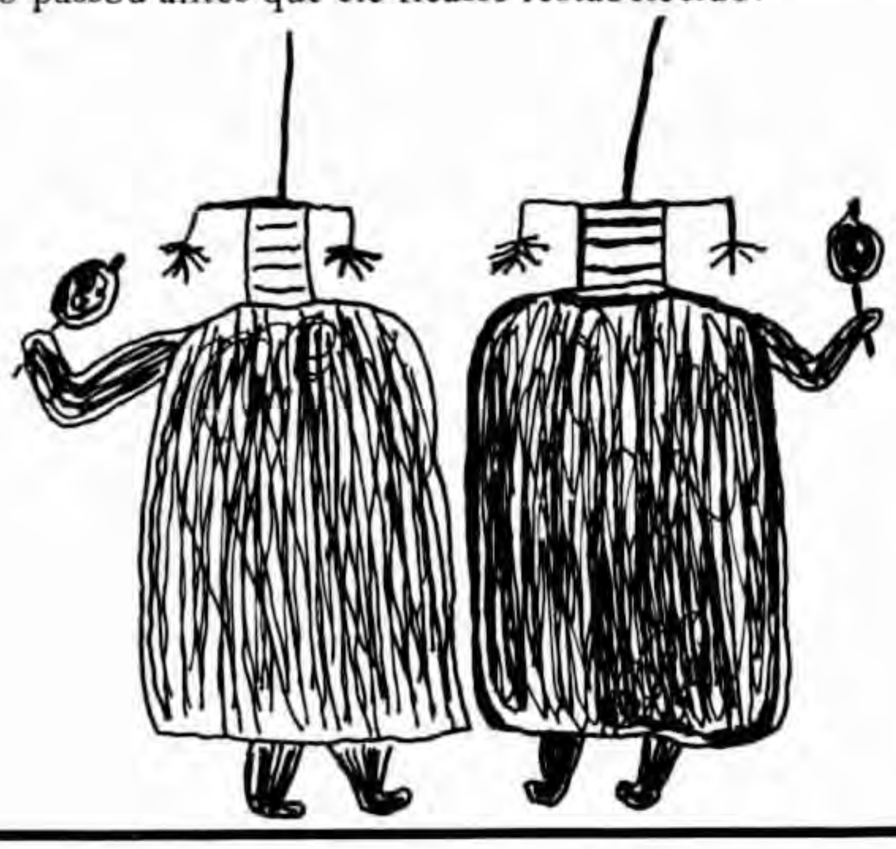
toda parte onde aparecia, reuniam-se muitos tapires a seu redor. Começou a viver com eles, comendo folhas, ficando cheio de carrapatos e tomando uma anta por companheira. Seus parentes, porém, o perseguiram até que, a muito custo, conseguiram pegá-lo e amarrá-lo. Os próprios tapires ensinaram-lhe as substâncias mágicas por meio das quais eles o podiam livrar do encanto dos animais. Depois de feito isto, ele ensinou aos índios as cantigas de tapir, que se cantam ainda hoje.

O homem-tucunaré

Pamét tinha uma esposa muito rabugenta, que sempre discutia com ele. Um dia ela foi com outras mulheres à roça, enquanto Pamét ficou para consertar a casa. Os outros homens tinham ido pescar com timbó. Quando Pamét acabou o conserto, foi também para o lugar da pescaria, mas os outros já tinham acabado. Contudo, havia ainda muitos peixes na água. Pamét chegou-se a um menino e perguntou: "Que tendes de comer para mim?" – "Só este tucunaré aí na brasa", respondeu o menino, "mas ainda não está bem assado." – "Não importa", disse Pamét, "também minha barriga é quente!" Comeu o tucunaré quase cru. Depois entrou n'água e apanhou ainda alguns peixes. Quando chegou a casa, adoeceu gravemente. Um curandeiro veio e lhe deu um remédio, e ele já estava melhor quando apareceu um homem que era um seu inimigo. Imediatamente seu estado piorou outra vez, e depois de pouco tempo ele morreu. Quando sua mulher voltou da roça, já o haviam enterrado.

De noite, ouviu-se, junto da sepultura de Pamét, um grande barulho. A terra se fendeu desde o rio até sua supultura, a água arrojou-se para dentro e com ela os peixes tucunaré que levaram o cadáver do homem. Transformaram Pamét num tucunaré deste tamanho (metro e meio), com cabelos compridos ao longo da espinha dorsal e com uma barbatana caudal amarela como penas de japu.

Um dia, um certo Koko-momók-ti avistou o homem-tucunaré no rio, rodeado de um cardume de outros tucunarés. Koko-momók-ti atirou-lhe uma flecha, mas o homem-tucunaré escapou ferido. Quando Koko-momók-ti voltou para casa, ficou muito doente. Um *vayaná* explicou-lhe afinal que a causa da sua doença era ter flechado o homem-tucunaré. Ele vigiou o doente durante muitas noites, acendendo foguinhos ao redor de sua cama, alimentando-o com nozes de pati velhas, para que os tucunarés não viessem matar Koko-momók-ti; mas muito tempo passou antes que ele ficasse restabelecido.





Kaingang

Os Kaingang formam, até o presente, vários grupos espalhados pelo oeste dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, pelo norte do Rio Grande do Sul e pelo leste das Missões Argentinas. Sua língua relaciona-se com a família Gê, podendo ser, provisoriamente, considerada como Grupo Meridional dela. Os fragmentos de lendas abaixo relatados procedem de índios da região do rio Ivaí, e foram coletados em 1912.*



A origem dos Kaingang

A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo; por isso têm cor de terra. Numa serra, não sei bem onde, no sudeste do estado do Paraná, dizem eles que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela se vão reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kanyerú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kanyerú e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e seus companheiros, pelo contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções.

(*) Os Kaingang são hoje cerca de 10.000 indivíduos, espalhados pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **(N. do R.)**



Serviço de Proteção ao Índio, Museu do Índio, s/d

Acampamento Kaingang na região do extinto Posto Indígena de Ribeirão dos Patos, São Paulo.

A criação dos animais

Como esses dois irmãos com a sua gente foram os criadores das plantas e dos animais, e povoaram a Terra com os seus descendentes, tudo neste mundo pertence ou à metade *Kanyerú* ou à metade *Kamé*, conhecendo-se a sua descendência já pelos traços físicos, já pelo temperamento, já pela pintura: tudo o que pertence a *Kanyerú* é manchado, o que pertence a *Kamé* é riscado. Essas pinturas, o índio vê tanto na pele dos animais como nas cascas, nas folhas ou nas flores das plantas, e para objetivos mágicos e religiosos cada metade emprega material tirado de preferência de animais e vegetais da mesma pintura.

Kanyerú fez cobras, Kamé, onças. Este fez primeiro uma onça e a pintou, depois Kanyerú fez um veado. Kamé disse à onça: "Come o veado, mas não nos coma!" Depois ele fez uma anta, ordenando-lhe que comesse gente e bichos. A anta, porém, não compreendeu a ordem. Kamé repetiu-lhe ainda duas vezes, em vão; depois lhe disse, zangado: "Vai comer folhas de urtiga! Não prestas para nada!" Kanyerú fez cobras e mandou que elas mordessem homens e animais. Queimou um espinho chamado *sodn* e esfregou a cinza nos dentes da cobra a fim de torná-los venenosos. Kamé quis então fazer um animal muito feroz, e começou a fazer o tamanduá. Eles estavam trabalhando durante a noite, e quando o dia começou a romper, o tamanduá ainda não estava pronto: já tinha unhas enormes, mas a boca ainda estava por fazer. Então Kamé arrancou um cipó e meteu-o como língua na boca do estranho animal, que ficou mal acabado.

Quando já estava claro, eles começaram a correr, e logo uma onça pegou um *Kanyerú*, e Kamé foi mordido por uma cobra. Pararam para tratar o doente, quando o surucuá (**Trogon** sp.) cantou: *Tug! Tug! Tug!* Um velho explicou essa cantiga como *tu* (– carregar) e mandou que carregassem o doente para o lugar do acampamento. Um pequeno gavião cantou: *Tokfin!* (– amarrar) e o velho mandou amarrar o membro lesado. Um outro passarinho cantou: *Ngidn!* (– cortar), e eles abriram a ferida com um corte. Outro cantou: *Iandyòro!* (– espremer) e eles espremeram a ferida. Por fim um outro cantou: *Kaimparará!* (*kaimpàra* – inchado), e o velho disse: "Isto é um mau grito! Amanhã o membro estará inchado!" Assim foram tratando o doente até que se restabelecesse.

A origem dos nomes de pessoas

Quando, depois, os dois irmãos com a sua gente começaram sua migração pela terra, aproveitaram os acontecimentos durante a viagem para impor nomes aos seus companheiros: encontrando um passarinho vermelho de nome *erégn*, Kanyerú achou bom este nome e o deu a seu filho. Quando mataram um gavião real (*hũ-mbagn*), Kanyerú deu a um dos seus companheiros o nome de *Hũ-mbagn-nikà* – penacho de gavião real. Passando, com sol quente, por um campo, uma menina *Kamé* quebrou um galho de uma árvore chamada *sokẽ* para usá-lo a jeito de guarda-sol. Quando chegaram ao acampamento, Kamé chamou a menina *Sokẽ-kign*. No dia seguinte mataram uma onça (*mĩ*), e Kamé deu a um dos seus companheiros o nome de *Mĩ-yantkí* (– boca de onça), enquanto Kanyerú batizou um outro por *Mĩ-nindó* (– braço de onça). Depois outra vez Kamé chamou uma mulher de *Mĩ-kané* (– olho de onça) etc. O rezador, que sabe de todos esses episódios pela tradição que ele e os seus colegas guardam, é, por isso, competente para impor o nome à criança, e, já pelo nome, se conhece a qual metade o indivíduo pertence.

As almas de defuntos

A alma do defundo (*vaekruprí*) penetra no chão, imediatamente ao lado do cadáver, começando logo a se encaminhar rumo ao Toldo dos Defuntos. O primeiro pedaço do caminho é nas trevas, mas logo ela sai outra vez ao claro, onde se encontra com algumas outras almas que lhe oferecem comida. Se comer, continuará o caminho; se não, voltará à superfície da terra, entrando novamente no corpo que a alma abandonara. Assim se explicam os casos em que pessoas aparentemente mortas tornam à vida. Para lá daquele ponto, começam para a alma as dificuldades e perigos do caminho: primeiro, encontra uma encruzilhada onde um caminho errado conduz a um lugar onde uma caba preta, gigantesca (*kokfumbágn*) espera as almas para devorá-las. Em outro trilho errado, acha-se armado um laço que colhe a alma, atirando-a dentro de uma panela com água a ferver. Finalmente, tem de atravessar um brejo por uma pinguela estreita e escorregadia. Se escorregar e cair, é devorada por um enorme caranguejo ou, segundo outros, por um cágado.

Além da pinguela, a alma encontra o Toldo dos Defuntos, onde os seus conhecidos finados já a esperam com *góyo-kuprí*[20] para festas e danças. Nesse Toldo dos Defuntos, tudo é mais ou menos como aqui em cima, na Terra. Algumas coisas, porém, têm lá significação diferente ou oposta: assim, os defundos tratam umas formigas grandes de "onças"; as minhocas são "peixes"; as aranhas,"cobras" etc. O milho é preto. Naturalmente, as almas também brigam entre si, e quando isto acontece, sempre há entre os vivos algum desastre. Nos cemitérios acham-se muitas vezes vestígios de cacetadas, golpes de terçado e marcas de quedas de corpos impressas no chão, especialmente poucos dias depois do enterro, no lugar que o *Pényĕ*[21] varreu com ramos. Se aparecerem só pegadas, é sinal que logo alguém vai morrer. Bem junto ao cadáver, enquanto este ainda não tiver sido tirado do seu leito de morte, o *Pényĕ* encarregado de tratá-lo espalha cinza no chão, alisa-a e marca os lugares da vizinhança: o toldo X, o toldo Y etc. Pouco depois aparecem na cinza, no lugar correspondente, aqueles sinais acima mencionados, e até rastros de cobra, se alguém tiver de ser mordido por um desses répteis. Não é, porém, qualquer um que enxerga essas coisas e sabe explicá-las.

O dilúvio

Quando o dilúvio chegou, os índios se transformaram em macacos-pregos, e os negros, em guaribas, o que se pode verificar pela catinga destes, que é a mesma dos negros. Um homem salvou-se, trepando numa palmeira jerivá. Estava comendo as frutas, enquanto as pontas dos seus pés pendiam n'água. Os dourados vieram para apanhar os caroços, mas de repente morderam também os dedos dos pés do homem. Por isso, o dedo miudinho do nosso pé é menor que os outros. Quando os índios já estavam meio mortos de fome, apareceu o biguá (*Krukrú*)* e disse: "Eu farei uma terra para vós!" Trouxe uma das mãos cheia de terra que espalhou na superfície da água, de maneira que formou uma ilha. Depois tornou a trazer outra mais, e assim trabalhou durante dias. Quando não espalhava bem a terra, esta formava colinas e montanhas.



Museu do Índio, 1911

Mulher Kaingang, sobrevivente em 1911 no Posto Indígena Vanuire, Município de Tupã, oeste do Estado de São Paulo.



Museu do Índio, s/d

Mulher Kaingang tecendo.

(*) **Phalacrocorax olivacens,** Humb., ave passeriforme que vive nos rios e costas marítimas (**N. do R.**).



Kuniba

Esta tribo, hoje extinta, habitou até 1912 a terra firme entre a margem esquerda do médio rio Juruá e as cabeceiras do Jutaí. Em conseqüência de um assalto que fizeram a um barracão, a maior parte dela foi morta pelos neobrasileiros. Alguns sobreviventes foram transferidos pelo Serviço de Proteção aos Índios para o Rio Branco. Sua língua é Aruak, do Grupo Pré-andino. A lenda foi anotada em 1921.

A lua

Um homem tinha ido a uma viagem, deixando sua mulher em casa. Esta, durante a ausência do marido, recebia todas as noites, na sua rede, a visita de um desconhecido. Num dia preparou tinta de jenipapo e passou-a no rosto do visitante noturno, para reconhecê-lo de dia. Então verificou que se tratava de um dos seus próprios irmãos. De manhã, contou logo a sua mãe o que tinha feito, mas todos procuraram em vão o homem marcado com a tinta de jenipapo. Então, o chefe da maloca mandou reunir os homens, apresentando-se todos, com exceção do irmão culpado. Ele se escondera e teve de ser trazido à força. Quando seu delito foi descoberto, os outros deram-lhe uma surra e o soltaram. Já em liberdade, ele ameaçou que havia de voltar e acabar com a maloca toda. Seu irmão, porém, seguiu-o às escondidas, para observar o que pretendia fazer.

À boca da noite, o malfeitor chegou a uma maloca estranha, na qual entrou. Imediatamente os habitantes caíram em massa sobre ele, abatendo-o. Seu irmão, porém, que o havia seguido, escondeu-se perto, no oco de um pau, de onde observou como os inimigos cortaram a cabeça do morto, jogando-a num monturo, enquanto lhe queimavam o corpo. Ele resolveu levar a cabeça para casa. Assim que anoiteceu completamente, saiu do seu esconderijo e, apanhando muitos vaga-lumes, esfregou-os no próprio rosto, no corpo e nos membros, que ficaram fosforescentes. Seu aspecto era, agora, o de um fantasma, e quando entrou no meio dos inimigos, que ainda estavam sentados reunidos no terreiro, estes correram apavorados, escondendo-se na maloca. Ele apanhou a cabeça do irmão e fugiu, levando-a. Por mais que corresse, não lhe foi possível alcançar sua maloca na mesma noite. Então resolveu enterrar a cabeça na manhã seguinte e, depois de ter feito uma cama, adormeceu. Pela manhã, cedo, a cabeça a seu lado começou a falar: "Meu irmão, dá-me água!" O homem assustou-se grandemente: "Que história é esta dessa cabeça?" Foi buscar água, oferecendo-a à cabeça para que bebesse, mas o líquido escorria imediatamente pelo pescoço cortado. Foi buscar mais, porém o efeito era o mesmo. Então cavou, no mesmo lugar, um buraco fundo e nele deixou sepultada a cabeça, continuando o seu caminho em direção à maloca. Vendo, porém, uma fruteira, subiu para comer frutas, pois estava com fome. Nisto, a cabeça tinha-se libertado do buraco e veio pulando pelo rastro do irmão e, vendo-o sentado na fruteira, pediu-lhe que atirasse algumas frutas. O homem apanhou uma e a atirou pelo mato adentro; sem demora, a cabeça pulou atrás a fim de apanhá-la. O homem aproveitou a ausência da cabeça para descer a toda pressa, e correr para sua maloca. "Mataram meu irmão e a sua cabeça virou fantasma!", contou ele aos outros. Todos se esconderam na maloca, fechando bem as portas, porque a cabeça já vinha perto, pulando. Chegou à porta e pediu a sua mãe que a abrisse; mas ninguém lhe respondeu. Chorou e se lamentou do lado de fora durante a noite toda: "Que me resta fazer agora?! Macaco eu não posso ser, porque me comeriam. Água não posso ser, porque me beberiam e me ferveriam. Pedra eu não posso ser, porque sobre mim defecariam." Assim foi discorrendo e, já pela manhã, lembrou-se da lua. "Serei a lua", disse. "Depois de três dias, eu aparecerei, e então acontecerá uma coisa à minha irmã (isto é: ela ficará menstruada; naquele tempo, como não havia ainda lua, as mulheres não ficavam menstruadas nem davam à luz). E assim será cada vez que eu aparecer de novo." Depois pediu à sua mãe que lhe desse um novelo de fio de algodão; esta lhe atirou o objeto pedido, por uma fenda na parede, no terreiro. Ele atirou o novelo para o céu, mas o fio era curto demais; pediu mais outro novelo. Agora alcançou o céu pelo fio que desenrolara. Quando já estava alto, sua gente saiu da maloca e viu como ia subindo cada vez mais e como, por fim, desapareceu no céu.



Palikur

No começo do século XVI, esta tribo habitava a margem setentrional do estuário do Amazonas, mas há mais de 200 anos localizou-se no lugar em que agora se acha, no rio Arucauá, afluente do Uaçá, que desemboca junto ao Oiapoque. Seu número é atualmente de uns 300. Sua língua pertence à família Aruak, porém assemelha-se mais às línguas do centro das Guianas que ao Arawak verdadeiro da costa.*

(*) Os Palikur no Brasil são hoje 568 indivíduos, que continuam habitando o extremo nordeste do Território do Amapá. (**N. do R.**)

A origem do clã Kamohi-yune

No tempo em que os Palikur ainda habitavam nas terras do sudeste, uma mulher teve um filho do clã *Wakapuéne*[22], de nome Parákwa (– araquã*, por causa da ponta traseira, comprida, da sua tanga). Ele era panema**, e sua mãe padecia, muitas vezes, fome. Num dia, ela se zangou e o expulsou de casa para o mato: que corresse até que alguma fera o devorasse!

Na mata, Parákwa encontrou-se com o demônio *Wéri*, que lhe perguntou de onde vinha e para onde ia. "Minha mãe me enxotou para a mata para eu ser devorado por alguma fera", respondeu Parákwa. "Mostra-me uma vez o teu braço!", mandou *Wéri*, e, depois de examiná-lo, disse que Parákwa tinha aí um bicho pernicioso. Mandou que Parákwa atirasse uma flecha num dos galhos de uma árvore e que subisse depois para buscá-la. "O pau não quebrará?", perguntou Parákwa. "Não", respondeu *Wéri*, "podes trepar!" Mas quando Parákwa subiu, a árvore quebrou e ele caiu, ficando esmagado no chão. *Wéri* cortou-o em pedaços, que queimou, e da cinza fez um novo Parákwa. Mandou que atirasse num pássaro e Parákwa, que dantes nunca acertara, desta vez acertou. Depois *Wéri* mandou que voltasse à casa de sua mãe.

"Mãe", disse Parákwa quando voltou, "eu vim para caçar e pescar para ti e nunca mais sofrerás fome!" Embarcou na canoa, foi ao rio e voltou com a embarcação cheia de peixes. Sua mãe ficou contentíssima, e, depois de algum tempo, mandou que ele fosse procurar uma mulher para si.

Parákwa foi e chegou ao rio Arucauá onde morava Yakwári com sua irmã Kureluakú, filhos de Aríuti, da estirpe do Sol. Parákwa tomou Kureluakú por mulher, e Yakwári casou com a irmã de Parákwa e tornou-se o fundador do clã solar dos *Kamohi-yune*.

A origem dos Galibí

No meio das grandes savanas alagadiças, aquém do morro Yxayali (Cayary) existe um grupo de seis (ou sete?) pequenas ilhas de mato, hoje chamadas *Hinyé-pnawá* – Casa dos Galibí. Há muito tempo morava ali uma mulher Palikur com um filho e uma filha. Um espírito da montanha (*yumawalí*) enamorou-se da moça, visitando-a amiúde, sem que os outros jamais o vissem. Ficando, porém, grávida, seu irmão exigiu-lhe uma explicação de como pudera isso ter acontecido, se ninguém vira um homem junto a ela. A moça respondeu que ela própria não o sabia explicar, mas o irmão, desde então, entrou a vigiá-la e, um dia, surpreendeu-a com o *Yumawalí* na roça. Ele tinha deitado a cabeça no regaço da moça, e a sua coroa de penas estava pendurada num galho ao lado. O irmão resolveu matar o amante de sua irmã e lhe atirou uma flecha. O *Yumawalí*, porém, deu ao projétil uma outra direção, de maneira que este, em lugar de matá-lo, matou a moça. Depois ele apanhou sua coroa de penas e, no momento em que a colocou na cabeça, tornou-se invisível.

O irmão levou a notícia da desgraça à sua mãe, que o mandou sepultar o cadáver da irmã. Depois, sempre de três em três dias, ia visitar-lhe a sepultura. Na primeira e segunda vez, nada achou de extraordinário; na terceira vez, porém, viu uma profusão de vermes que, saindo da terra, foram por ele totalmente destruídos. O mesmo fez na quarta visita. Na quinta, ele encontrou, além dos vermes, alguns meninos, ainda tenros, que engatinhavam sobre a sepultura, tendo nas mãos pequenos arcos e flechas. Um deles se levantou e disse ao irmão da finada: "Não mates mais esses vermes! Tu mesmo és culpado de estarmos nascendo com forma de vermes e só depois ficarmos gente!" Na outra visita à sepultura, já encontrou muito mais meninos do que vermes e continuaram a aparecer em número cada vez maior. Assim originou-se a tribo dos Galibí.

Os pequenos cresceram e quando se tornaram adultos, resolveram vingar a morte de sua mãe nos parentes do assassino e começaram a guerra contra os Palikur.

(*) Um cracídeo (**Ortalis**, Merr.). (**N. do R.**)
(**) Azarado na caça. (**N. do R.**) _



Botocudos

Não é provável que os Botocudos do século XVIII sejam os descendentes dos Aimorés do século XVI. Os Botocudos são citados sob este nome desde meados do século XVIII, no extremo leste de Minas, entre 16º e 20º de lat. S., e nas partes adjacentes da Bahia e do Espírito Santo. Depois de lutas prolongadas, seus últimos bandos foram pacificados pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1913. Em 1939, o seu número total estava reduzido a 68 cabeças, pertencendo 50 à tribo Nakrehé do Manhuaçu, transferida para o Posto Guido Marlière, à margem esquerda do rio Doce.

Os diversos dialetos dos Botocudos, entre si pouco divergentes, formam uma família lingüística à parte.*

(*) Ao contrário do que afirma aqui Nimuendaju, parece haver evidências de que os Botocudos estavam lingüística e historicamente ligados aos Aimorés; e ambos, por sua vez, seriam antepassados-parentes dos atuais Krenak, que vivem no município de Resplendor, MG, próximo à divisa com o Espírito Santo. (**N. do R.**)

Meus principais informantes foram, em 1939, os índios Raulino, da tribo Minyã-yirúgn (antigamente no rio Pancas), e Hamát, da tribo Nakpie (antigamente à margem esquerda do rio Doce, acima da fronteira de Minas).

Tribos lendárias: 1. Os Tombrék

Os Trombék, antropófagos, habitavam no interior das matas, ao norte do rio Doce. Não faziam ranchos: moravam entre as sapopemas das gameleiras. Raulino afirmava que esta tribo se compunha exclusivamente de homens.

Um índio estava caçando só, na mata, quando viu debaixo de uma gameleira um bando de índios desconhecidos: eram os Tombrék antropófagos. Seu chefe estava ausente. Quando o caçador se aproximou, eles o agarraram e o mataram. Abriram-lhe o cadáver; as mulheres retiraram os intestinos e lavaram-nos na aguada, e os homens lhe esquartejaram o corpo.

O chefe dos Tombrék chegou. Examinou a cor da pele do morto, que era escuro, disse: "Por que o matastes? Era um mulato!" Não queria que sua gente matasse mulatos, mas só brancos. Então os outros Tombrék responderam: "Não és tão forte (em magia)? Ressuscita-o pois!"

Então o chefe mandou trazer os intestinos e colocá-los junto dos pedaços de carne. Cantou, e o homem levantou-se e ficou de pé. O chefe dos Tombrék mandou-o ir embora; e ele apanhou o seu arco e tornou à sua casa.

2. Os Poyekrégn

Uma outra tribo lendária é a dos Poyekrégn, chamados também Nem-ron por causa dos seus arcos compridos. São caçadores pacíficos; entretanto, gostam de raptar crianças. Raulino disse-me que são comumente invisíveis, mas que seu pai, uma vez, os viu passar na mata. Eles o chamaram e lhe fizeram presente de um dos dois veados que haviam matado.

Um homem que, com seu filho, estava vagando pelo mato, encontrou-se com os Poyekrégn que lhe carregaram o menino. O pai voltou para casa sozinho. Então seus parentes disseram: "Devias ver se podes trazer o menino outra vez!"

O homem voltou à mata. Colheu uma boa quantidade de florezinhas bonitas com as quais se enfeitou. Depois deitou-se à margem do caminho dos Poyekrégn. Estes vieram; o menino achava-se entre eles. Tinham-no pintado de preto, com jenipapo, em todo o corpo. Viu as florezinhas e pediu que o deixassem apanhá-las; mas, quando chegou perto, seu pai o pegou pelo braço e o levou consigo. Depois lavou o menino até que a tinta preta saiu por completo.

Os espíritos *Marét*

No céu habita uma numerosa geração de espíritos, chamados *Tokón* pelos homens comuns, para os quais são invisíveis. Certas pessoas eleitas, porém, recebem dos próprios espíritos a faculdade de vê-los e de ter trato com eles. Estas pessoas chamam-nos de raça de espíritos *Marét*.

Os *Marét* têm a forma e o tamanho de índios comuns, disse-me Hanát; Raulino, porém, era de opinião que fossem uma cabeça mais baixos. Há *Marét* masculinos e femininos, adultos e crianças. Vivem no céu em riqueza e abundância, pois possuem tudo que os portugueses (– neobrasileiros) têm, sem que tivessem tido precisão de trabalhar. Para eles não há doenças nem morte.

Os *Marét* são, para com os homens, bondosos e caritativos; nunca ficam zangados. Antigamente, os índios não tinham nenhuma necessidade de trabalhar: os *Marét* davam-lhes tudo de que precisavam. A gente só tinha de se dirigir a um dos seus eleitos com quem tinha trato, e logo ele mandava o que se pedia. Na caçada, não era preciso muito esforço; mandava-se pedir caça aos *Marét* e eles a mandavam. Por isso os antigos não faziam magia de caça (veja, porém, a lenda "Como Berén matou a onça"). Assim, também, se deixava antigamente aos *Marét* o trabalho de fazer roçados. Quando muito, a mata era derribada; o trabalhador ia embora e, ao voltar, já encontrava a plantação madura.

◆

Um homem de muitos poderes mágicos fez uma derribada e a queimou. Depois chamou sua mulher e se mudou com ela para um outro lugar. "Não queres plantar tua queimada?", perguntou a mulher. "Não", respondeu, "não preciso plantar nada." Foram embora. Alguns meses depois o homem mandou um seu parente, do bando, ver como estava o roçado. "Por que o mandaste ao roçado", objetou a mulher, "se lá não plantaste coisa alguma?!" Quando o enviado chegou ao roçado, achou-o cheio dos mais variados frutos, que cresciam todos de um só pé. O enviado voltou com cinco espigas de milho. Quando a mulher as viu, ficou grandemente admirada; seu marido, porém, disse-lhe: "Estás vendo, mulher? Eu não te disse?" – Os *Marét* haviam plantado a roça do homem.

◆

Yakíbm era muito forte (em magia). Quando, de uma feita, estava com a sua gente na mata, passavam fome. Pediram-lhe os companheiros que se dirigisse com eles aos *Marét* para conseguirem alimentos. Yakíbm cantou aos *Marét*, depois foi só pelo mato adentro, e de lá trouxe comidas de diversas espécies. Sua gente, porém, não se agradou da comida enviada e, quando os *Marét*, por intermédio de Yakíbm, mandaram perguntar se ainda queriam mais ainda, responderam negativamente.

◆

Uma mulher com seu filho de uns seis anos foi ao mato. Não tinham coisa alguma para comer e queriam colher frutas. A mulher colheu frutas de caraguatá e empilhou-as para levá-las na volta. Depois dirigiram-se a um outro lugar onde havia frutas de *deyakitáig* (cansanção). De repente, o menino disse: "Veja só, mãe!" No meio da mata estava um monte de bonitos jerimuns. Por ali, nem mesmo a grande distância, não havia roçados. "Quem teria trazido esses jerimuns para cá?", disse a mulher. "Vou já levar alguns deles para casa!" Encheu o *ayó*[23] e carregou o seu achado para o acampamento, onde contou como o tinha obtido. "Foram os *Marét*", disseram os outros, "vamos também buscar jerimuns!" Assim fizeram todos, e comeram jerimuns com fartura. A princípio, tiveram um pouco de medo, receando que lhes podia fazer mal, mas nada lhes aconteceu.

◆

Rignbrúk, filho de Entán, disse: "Pai, eu queria fumar! Não tens trato com os *Marét*? Pede-lhes fumo para mim!" De noite, Entán sentou-se e cantou. Pediu tabaco aos *Marét* e estes prometeram atendê-lo na manhã seguinte. Quando amanheceu, mandaram-lhe primeiro um cachimbo novo, vermelho, cheio de tabaco para provar. Rignbrúk acendeu-o e o achou excelente. Então os *Marét* trouxeram um pacote inteiro de tabaco, para que Entán o distribuísse pela sua gente. Era um fumo de qualidade superior, e a gente lhe pediu para ver uma folha dessa espécie, para eles desconhecida. Então Entán foi buscar uma entre os *Marét*; era do tamanho de uma folha de bananeira. Depois de todos a terem admirado, ele a levou outra vez aos *Marét*. Em toda a região não havia tabaco.

♦

Uma mulher disse: "Vou só ao mato buscar mel, mesmo não tendo um machado de ferro!" Encontrou uma colmeia numa árvore, a meia altura, e começou a abri-la com o machado de pedra, lamentando-se: "Não possuo um machado de ferro e tenho de trabalhar com o machado de pedra!" De repente, ouviu uma voz atrás de si dizer: "Toma este machado de ferro!" Ela gritou e se virou assustada: era um *Marét* que lhe estendia um machado de ferro. Ela, porém, fugiu horrorizada e contou em casa o que tinha visto. Toda gente que a ouviu, disse-lhe que tinha sido muito tola, correndo. Voltaram ao lugar, mas do *Marét* nada mais encontraram.

A força mágica

Os Botocudos traduzem *Yikégn* pela palavra portuguesa "forte". Subentende-se "forte sobrenaturalmente", porque a força física, em língua de Botocudos, é *nyipmro*. Todos os chefes dos Botocudos eram *yikégn*, mas nem todos os *yikégn* foram chefes. Hanát contou-me como o chefe Biyán se tornou *yikégn*:

Biyán, tomando suas armas, foi sozinho ao mato caçar. A essa época, ainda não possuía força mágica. Na mata, encontrou um grande número de *Marét*. Estes o pegaram e o atiraram ao ar, aparando-o nas palmas das mãos, e assim o transformaram numa espécie de peteca durante algum tempo. Finalmente, um dos *Marét* achou que já chegava, porque Biyán já tinha recebido bastante força mágica. Ele se recolheu à casa, completamente estonteado, e se deitou; depois cantou. Feito isto, foi ao mato, e os *Marét* lhe trouxeram alguns ananases muito grandes que ele distribuiu pela sua gente.

Mais tarde os *Marét* levaram Biyán até a sua casa grande no céu.

Transformações

Afora esta faculdade de tratar com os *Marét*, possuem os *yikégn* ainda uma outra: podem operar em si mesmos ou nos outros repentinas transformações.

Um homem foi ao mato caçar. Matou uma guariba mas esta ficou pendurada, muito alto, nos galhos de uma árvore. Chegando em casa, ele contou ao filho que tinha deixado o macaco no mato. Então o filho pediu-lhe licença para acompanhá-lo ao mato, a fim de buscar o referido animal. Quando o menino avistou o macaco no galho da árvore, insistiu com seu pai que trepasse e o atirasse para baixo; este, porém, respondeu que a



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1939

Estátua de Yonkyón, entidade sobrenatural Botocudo.

árvore era grossa demais. Mas o filho não cessou de importuná-lo, até que ele, finalmente, subiu. Quando chegou onde estava o animal, cortou-o em pedacinhos e deixou-os cair um a um. O filho gritou, para cima, que atirasse o animal inteiro, mas o pai não o atendeu. De repente o tronco da árvore inchou e os galhos estremeceram: o homem transformou-se num gavião real, suas flechas, em garras, e soltando um assobio, voou. O filho juntou os pedacinhos de carne e levou-os para casa.

♦

Um menino pediu a seu pai: "Vai caçar um macaco!" O pai não estava disposto a atendê-lo, mas o menino não o deixou mais em paz. Então o homem, perdendo a paciência, disse que ia lhe fazer um macaco. "Isto eu queria ver!", disse o menino. Mas o homem bateu com a mão diante de si no chão, acenando e logo apareceu um macaco. Matou e o assou, dando o animal ao menino para que o comesse. Ele mesmo nada comeu do macaco, mas mandou recolher cuidadosamente seus ossos, já descarnados. "Como é que podes fazer macacos?", perguntou-lhe o filho. "Isso vais ver já", respondeu o pai, "fica de pé, lá, junto aos ossos!" Quando o filho fez o que lhe havia sido ordenado, o pai bateu novamente com uma das mãos diante de si, no chão, acenando, e os ossos do macaco entraram no corpo do menino que, assim, se transformou em macaco. Este trepou numa árvore, e em vão sua mãe o chamou para que descesse outra vez; o menino, transformado agora em macaco, fugia para a mata.

♦

No começo, só existia no mundo o casal Lagartixa. Seus filhos não tinham boca, mas comiam pelo ânus. Lagartixa quis corrigir essa anomalia. Ele dirigiu-se ao mato e depois de quatro dias voltou, trazendo uma boa quantidade de ovos de jaó (de mutum, segundo Raulino). Deitou-os em fila, no chão, e reuniu todos os filhos ao redor deles, recomendando-lhes que gritassem assim que os ovos rebentassem. De fato, quando isto

se deu, todos gritaram, porque no mesmo instante todos criaram bocas.

Depois disse Lagartixa aos filhos: "Eu já vos transformei; agora, transformai-nos também!" Ele e sua mulher se deitaram de rosto para baixo no chão e deixaram-se pintar pelos filhos; com isto transformaram-se em lagartixas.

A ressurreição de um cadáver

Ambioño e sua mulher tinham muitos filhos, e entre estes uma filha que amavam com especial carinho. Essa menina morreu. Quando jazia morta na casa, seu pai mandou chamar Tomhé, que era muito *yikégn*, e lhe suplicou que restituísse a vida à criança. Tomhé mandou que lhe dessem um pedaço de tabaco, o qual foi posto sob o nariz do cadáver; depois ele cantou, e após alguns instantes a menina ergueu-se viva e sã. Ela disse ao pai que pagasse bem a Tomhé, porque, de fato, tinha estado morta. Ambioño pagou a Tomhé com um grande rolo de fumo.

Ressurreição de um morto

Um homem morava isolado dos outros com sua mulher e três filhos. Ele adoeceu gravemente e, depois de alguns dias, morreu. Sua mulher fez a lamentação fúnebre e um dos filhos lhe enterrou o cadáver. Depois eles se mudaram. Um dia, voltando um dos filhos à sepultura do pai, encontrou sobre ela um porco furioso. Quis matar o animal, mas este começou a falar com voz humana: "Não me mates! Sou teu pai!" e dizendo isto tomou forma humana: "Eu voltei", disse o ressuscitado, "os porcos me trouxeram outra vez do mundo inferior!" Então o filho quis ver os porcos. Seu pai deu um grito e um deles se apresentou; a este o pai mandou que o filho matasse. Depois perguntou pelo lugar onde atualmente habitavam, e ambos tornaram a casa, levando o animal morto. Ele deu o porco a sua família para comer; contudo, se absteve de prová-lo. Recomendou ao filho que não matasse nenhuma cobra que porventura encontrasse no caminho. — (Incompleto?)

As almas*

Cada pessoa adulta tem um número de almas (*nakandyún*), algumas até cinco e seis, mas só uma delas habita no corpo; as outras ficam ao redor dele. Em sonhos o *nakandyún* abandona o corpo e tem as suas aventuras independente dele. A perda do *nakandyún* causa doenças.

Hanát foi ao mato caçar. Encontrou dois *mbrukík* (macacos sauá) que matou e levou. Quando ele chegou a casa, caiu sem sentidos. Um bando de macacos sauá chegou em forma de moças e quis levá-lo, mas ele se recusou a acompanhá-las. De repente, ouviu o assobio agudo dos *Marét*, e logo as macacas o abandonaram. Ficou, porém, doente, porque elas tinham levado o seu *nakandyún*. Elas ainda voltaram em forma humana para atormentá-lo. Finalmente apareceram três *Marét* à porta da casa e afugentaram as macacas, levando Hanát consigo para o seu país, no céu, onde lhe devolveram o *nakandyún*. Eles lhe deram também uma bebida e ele ficou bom.

(*) Contado pelo próprio Hanát (N. do A.)

Certa moça de nome Pangán gostava de comer carne de cutia. Uma vez comeu da carne de uma cutia encantada, que era um *Manyakeyī*. Esses *Manyakeyī* são uma gente que habita para o lado do sul e que têm casas como os portugueses (neobrasileiros). O corpo de Pangán ficou onde estava, mas os *Manyakeyī* levaram o seu *nakandyún* encarcerando-o. Então o seu corpo adoeceu. Quando sua mãe Yamnáik viu isto, mandou chamar Kadnyék, que era *yikégn*, para que fosse ver o que convinha fazer. Kadnyék foi ter com os *Manyakeyī* e viu o *nakandyún* de Pangán preso. Ele o chamou para fora sob o pretexto de querer lhe mostrar alguma coisa, e fugiu com ele num auto (sic). Trouxe-o e o fez entrar novamente no corpo de Pangán, e esta se restabeleceu.

Os fantasmas

Dos ossos do cadáver forma-se o *nandyón* (— fantasma), a saber: o *nandyón yuka-krinā* dos ossos frescos, depois de putrefata a carne, e o *nimhiāmíe*, reconhecível pelos seus cabelos compridos e que caminha aos saltos, dos ossos velhos. Outras formas de *nandyón* Raulino qualificou de *nandyón-ron* (— *n.* comprido) e *nandyón-him* (— *n.* preto).

A habitação dos *nandyón* chama-se *Kiyém parádn* e está sob a terra, sendo iluminada pelo sol quando aqui é noite. Ali os *nandyón* passam uma vida mais ou menos como os vivos aqui. Os *Marét* não permitem que voltem permanentemente à superfície da terra, enxotando-os assim que eles se apresentam. Apesar disto, acontece às vezes que aparecem aos vivos. Se o vivo não avançar corajosamente contra o fantasma, matando-o ou lhe dando, pelo menos, uma boa surra, pode morrer em conseqüência do encontro. Por isso, as mulheres receiam particularmente semelhantes aparições. Entretanto, no conto seguinte o encontro não teve más conseqüências para uma mulher.

Uma mulher disse a seu marido: "Fica aqui, ouço chamarem-me para a mata!" Quando a mulher seguiu no rumo do chamado, encontrou os *nandyón* na mata. Eles a pintaram com tinta preta. Quando voltou, ela disse ao marido: "Isto é o meu vestido que os *nandyón* me deram!" Essa pintura podia ser vestida ou despida como roupa.

♦

Um grupo de índios teve na mata um encontro com os caçadores de uma tribo inimiga. Lutaram com os inimigos, matando um deles. Algum tempo depois, um homem do mesmo bando foi caçar. Avisara a sua mulher que demoraria três ou quatro dias e lhe recomendou que, durante esse tempo, ficasse com sua mãe. O homem se encontrou na mata, outra vez, com aqueles inimigos e estes o mataram.

Decorridos os quatro dias, resolveu a mulher voltar a dormir na sua choça, para esperar aí a chegada do marido. Na escuridão da noite, chegou o *nandyón* do morto e entrou na choça. Deitou-se e disse à mulher: "Vem catar-me!" A mulher atiçou o fogo e deitou a cabeça do *nandyón* no seu regaço. Então viu que a cabeça fervilhava de vermes e que aquele que tinha vindo era o *nandyón* de seu marido. Ela caiu morta instantaneamente, enquanto o *nandyón* desapareceu.

♦

Havia uma viúva cujo marido tinha sido morto pelos outros. Ela deixou os filhos em casa e saiu à mata para buscar caratingas. Amontoou as raízes colhidas e subiu mais o morro com o *ayó*, para colher mais ainda. Quando voltou com sua carga, ouviu vozes no lugar onde havia deixado as primeiras caratingas; eram dois *nandyón*. Eles tinham feito uma fogueira e estavam assando as caratingas. Quando a viúva chegou perto, agarraram-na e lhe deram uma surra. A mulher se arrastou para casa e contou às crianças o que lhe havia acontecido. Poucos dias depois ela morreu.

♦

Um homem foi a um rochedo para colher frutas de caraguatá que cresciam no seu cimo. Encostou arco e flechas no talhado e subiu. Quando já havia colhido bastante caraguatá, desceu outra vez com a carga. Então viu um *nandyón* que estava manejando suas armas. Pondo uma flecha após outra na corda, procurava debalde um jeito para atirar sobre o homem. Este ficou grandemente aborrecido com isto: "Por que estás mexendo em minhas armas?", gritou ele. Cortou um pau e deu-lhe uma surra até que o deixou caído. Depois ele pegou suas armas e seguiu para casa.

♦

Havia um homem de nome Entán, que disse à sua mulher: "Vamos ao mato buscar mel!" Ela respondeu: "Vai só!" Ele tomou o machado e seguiu. Procurou durante muito tempo até que achou uma colmeia no pé de uma árvore. Começou a abri-la, quando ouviu um chamado. Pensando que fosse sua mulher que o estivesse seguindo, respondeu. Espantou as abelhas que lhe rodeavam os ouvidos e escutou, quando viu que quem se aproximava era um *nandyón*. Entán ficou aborrecido: "Que quererá ele aqui justamente agora?" Cortou um pau e com ele surrou o *nandyón*. "Para não te intrometeres outra vez quando eu estiver tirando mel!", disse-lhe. Levou o mel para casa e contou que tinha dado uma surra em um *nandyón*. Depois começou a cantar como uma guariba. Sua gente espantou-se com isso mas ele explicou: "Os *Marét* assim o mandaram!" Depois foi ao mato encontrar os *Marét* e trouxe comida que todos comeram.

♦

O mesmo Entán foi uma vez, em companhia de muitos outros, caçar na mata. Fizeram um acampamento e dormiram numa carreira comprida no chão, cada um com uma fogueira aos pés. Entán estava deitado entre os outros. Ele vigiava enquanto os outros dormiam. De repente, percebeu que alguém estava se aproximando. Falou mas não teve resposta. Era um *nandyón*. Este chegou à fogueira, tirou um tição e voltou com ele para o mato. Entán nada disse, mas resolveu matar o *nandyón*, caso ele voltasse na noite seguinte. Cortou um cacete, colocou-o ao seu lado e ficou acordado. Quando os outros adormeceram, o *nandyón* veio outra vez buscar fogo. Enquanto se abaixava para apanhar o tição, Entán derrubou-o com o cacete, matando-o.

Quando no mundo subterrâneo o fogo dos *nandyón* se apaga, eles vêm buscar um tição do fogo dos vivos.

♦



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1939

Raulino, um dos três informantes Botocudo de Curt Nimuendaju, fotografado em 1939 na aldeia Minyã-yirùgn, às margens do Rio Pancas, Espírito Santo.

Uma mulher disse a seu marido: "Vamos mudar-nos!" Ele respondeu: "Então vai na frente!" Ela arrumou o *ayó* e seguiu. Algum tempo depois, seu marido também se pôs a caminho, mas logo se encontrou com dois *nandyón*. Um deles o atacou imediatamente mas o homem, lutando com ele, atirou-o para o lado. O outro *nandyón* gritou: "Segura-o! Não o deixes escapar!" O primeiro *nandyón* atacou o homem novamente, mas este o feriu com uma faca e o atirou para o lado. Ele ficou morto à beira do caminho, enquanto o outro fugiu. Quando o homem alcançou sua mulher e lhe contou que havia matado um *nandyón*, esta disse: "Os *nandyón* são perigosos! Tu o mataste, agora provavelmente terás de morrer também!" Mas nada aconteceu ao homem.

A mulher que se transformou em onça

Um homem estava acampado na mata com sua mulher. Esta lhe pediu que a deixasse só até que fosse chamá-lo; ela queria transformar-se. Pintou-se e transformou-se numa onça; porém, do ombro para cima, conservou-se gente. Depois chamou seu marido que ficou grandemente admirado da sua transformação. "Como hei de viver agora contigo?", perguntou-lhe. Ela mandou que o marido a esperasse e correu, internando-se na mata, onde matou dois porcos. Trouxe um para o marido e arrastou o outro para o lado, devorando-o depois. Assim trazia sempre caça à choça de seu marido, mas não admitia que este se aproximasse dela.

Um dia sua cabeça humana também se transformou em cabeça de onça. Ficou sendo uma onça perfeita. Correu a um lugar na mata onde estava acampado um bando de índios e os foi comendo, um a um, até o último. Um menino que foi procurar seu pai, que estava entre eles, não encontrou um só vestígio do bando, ficando sozinho na mata.

Sol, lua, eclipses, noite

O sol é do sexo masculino. A lua grande (não a lua crescente!) é masculina (*munyák yekán* – pai Lua), a pequena, feminina (*munyák yopúe* – mãe Lua).

Os eclipses produzem-se quando sol e lua brigam e se insultam. Ficam, então, escuros de raiva e de vergonha.

Em tempos remotos, não havia noite. Um homem desceu do céu e disse aos índios: "Se quiserdes, podeis matar-me!" Eles mataram-no, e ficou noite. Depois de algum tempo, tornou a viver, e fez-se novamente dia. Ele subiu ao céu de onde viera, e é hoje o sol.

A origem da trovoada

Tarú (– céu; não é idêntico nem ao sol nem ao deus celeste, *Yekan kren-yirúgn!*) tinha mulher e filha. Esta era casada com um homem de nome Ngan-nhin. Naquele tempo moravam na terra. *Tarú* possuía um couro de lontra chamado *krin-pakyúe* que era o dono do segredo do mundo superior. Quando *Tarú* queria colher sapucaias, levava o couro de lontra e o pendurava. Seu genro quis ir colher sapucaias também, e pediu que o deixassem levar o couro. *Tarú*, com relutância, consentiu, mas lhe recomendou que limpasse bem o mato em torno do lugar em que o fosse pendurar. Ngan-nhin foi a um pé de sapucaia e pendurou o couro, mas só limpou ligeiramente a mata ao redor. Subiu na árvore e começou a derrubar as frutas, que caíram, *pã-pã*, no solo da mata. Então o couro de lontra começou a se mover e a esbravejar ao redor do tronco em que estava pendurado, e a bater contra as árvores, trovejando e estalando. Uma grande tempestade se levantou e, do chão, ao pé da árvore, rebentou a água. Esta subia rapidamente, mas Ngan-nhin não se importava. Continuou a jogar sapucaias para baixo e estas caíam, *tũ-tũ*, dentro d'água. De repente, ele viu que a água já estava prestes a chegar ao lugar em que estava sentado. Então começou a chorar e a gritar. A enchente suspendeu-o, junto com o couro da lontra, ao céu. Afinal, os *Marét* compadeceram-se dele e o deixaram entrar no céu. Lá está o couro de lontra até hoje. Quando se move no céu, ouve-se o trovão e a água do céu transbordar e, então, chove na terra.

Antes disto não havia trovoada. O céu era tão perto da terra que, desta, se podia passar a ele sem susto; mas separaram-se.

A água

A cobra grande *Nyukuádn* é a dona da água. Causa as enchentes e dá à chuva o sinal para cair pelo arco-íris (*nyukuán-imbyégn* – urina de *Nyukuán*).

A princípio o único ser que possuía água na Terra era o beija-flor (*holokeyún*); todos os outros só bebiam mel. O beija-flor banhava-se todos os dias. Os outros também queriam ter água e encarregaram o mutum de seguir o beija-flor quando este fosse ao banho. O beija-flor, porém, era tão rápido que aquele logo o perdeu de vista.

De uma feita, todos estavam reunidos e fazendo fogo. Por último, chegou a irara, que se demorou porque estava tirando mel. Pediu com voz baixa: "Dá-me água!" "Aqui não há água!", responderam-lhe. A irara ofereceu mel ao beija-flor em troca de água, mas este não aceitou a proposta. Enquanto todos ainda estavam rodeando o fogo, o beija-flor disse: "Vou banhar-me!" e partiu. A irara seguiu-lhe no encalço e chegou quase ao mesmo tempo que o beija-flor à água, que se achava na concavidade de um rochedo. O beija-flor saltou n'água, e a irara, imediatamente atrás dele, espalhou a água em todas as direções, formando, assim, os rios e os córregos.



Curt Nimuendaiu, Museu Nacional, 1939

Hanát e Bogmám, informantes Botocudo, fotografados em 1939 na aldeia Nakpie, na margem esquerda do rio Doce, Minas Gerais.

A aquisição do fogo

A princípio, só o urubu *Ambéa* possuía fogo. O mutum *Pondyí* deitou-se no meio do caminho e fingiu-se morto. As moscas varejeiras fizeram sua desova sobre ele que, depois, ficou cheio de vermes. O urubu desceu, trazendo fogo para assar o mutum. Este dizia baixinho aos vermes: "Não entreis em meus ouvidos, nem no meu nariz!" O filhote do urubu estava pousado junto e, vendo como o mutum movia os olhos, gritou: "Pai, ele não está morto! Está movendo os olhos!" "Não", respondeu o velho urubu, "ele está morto. Não o vês cheio de vermes? Espera um pouco, vamos comê-lo já!" Então o mutum agarrou o tição de fogo do urubu, fugindo com ele. O urubu perseguiu-o. O mutum chegou onde estava o maguari* e pediu que este escondesse o fogo. O maguari atendeu-o, escondendo-o no seu *ayó*, sobre o qual sua mulher sentou-se, cumprindo o que lhe determinara o companheiro. O urubu procurou por toda parte e, como não achasse o fogo, retirou-se por fim. Então o maguari tirou-o e o espalhou para todos os lados, de maneira que hoje existe fogo em toda parte. Quando o urubu viu isto, renunciou de uma vez à posse do fogo, comendo desde então sua comida crua.

(*) Ave de rio, ciconiforme (**Ardea cocoi** L.). **(N. do R.)**

Contos de animais e de caçadores: 1. Arara e morcego

A arara deu uma festa. No momento da festa, o morcego começou uma briga com o mutum, que era o cunhado da arara, mas não levou vantagem; apanhou. A arara disse: "Por que quer brigar com meu cunhado? Há de pagar-me isso!" Houve danças. Finda a festa, quando o morcego ia voltando para casa, a arara atravessou no seu caminho. Lutou com o morcego e o quebrou pelo meio, deixando-o morto no caminho. Cortou-lhe o nariz, pelo qual poderia ser reconhecido e o pintou como um mutum. Os outros morcegos vieram e, vendo-o morto, julgaram que se tratasse de um mutum. "Está bom", disseram eles, "nosso parente matou enfim o mutum. Agora vamos comê-lo!" Fizeram fogo, assaram seu próprio parente e o comeram.

2. Arara e urubus

A arara foi com sua companheira ao mato para colher sapucaias. Tiveram de procurar muito até que acharam um pé com frutas; mas, quando quiseram colhê-las, chegaram os urubus que tomaram posse da árvore e enxotaram as araras. A arara disse: "Esperai! Eu me vingarei!" E logo caíram os cabelos compridos que os urubus naquele tempo ainda tinham, e eles se tornaram calvos.

3. A origem da hostilidade entre os animais

Antigamente, os animais eram como gente, e não havia hostilidade entre eles. Um pajé chegou e deu de comer a todos. Então veio à irara a idéia de fazer com que ficassem inimigos entre si. Ela ensinou a cobra a morder, de maneira a matar ou a mutilar suas vítimas; ensinou o mosquito a sugar sangue. Todos se transformaram em animais, inclusive a própria irara, para que não pudessem ser reconhecidos. Quando o pajé chegou, repreendeu-os, mas já não havia mais remédio. Então o pajé também se transformou em pica-pau, e o seu machado no bico desta ave.

4. Os homens-guaribas

Entre os macacos há alguns que são *yikégn* e que têm dupla vida, sendo ora animais, ora gente; ou, mais precisamente, têm natureza de gente mas se apresentam aos verdadeiros homens sob a forma de animais.

Dois homens foram caçar. Ouviram os guinchos dos guaribas e foram caminhando na direção de onde pareciam vir o som. Avistaram um grande guariba que saltava de um lado para outro num galho. Ambos atiraram um grande número de flechas no animal, mas nenhuma o atingiu. De repente o guariba, na árvore, tomou forma humana. Tinha um arco e um feixe de flechas nas mãos e, quando os caçadores tornaram a atirar, ele respondeu ao ataque. Uma de suas flechas feriu um dos caçadores no ombro. Então o outro disse consigo: "Agora já feriu o meu companheiro! Tenho de matá-lo sem falta!" Fazendo pontaria cuidadosamente, acertou desta vez o homem-guariba, que caiu da árvore. Tendo-o prostrado por terra, acabou de matá-lo e deixou seu cadáver no chão, porque tinha de cuidar sem demora do transporte do companheiro ferido para casa, a fim de submetê-lo a tratamento. Quando o ferido já estava melhor, o caçador resolveu tornar ao mato para ver se o cadáver do homem-guariba ainda lá estava; nada mais, porém, encontrou. No lugar em que ficara havia, entretanto, alguns vasos de barro com restos de comida. (Os guaribas comuns comem frutas, mas os que são *yikégn* alimentam-se como se fossem gente.)

5. O macaco vingativo

Um índio de nome Yatún foi caçar na mata e encontrou um bando de macacos. Escolheu o maior e lhe atirou uma flecha. O macaco, porém, apanhou-a com as mãos, virou-a e a atirou para trás, ferindo Yatún gravemente. Este deixou cair as armas e se arrastou para casa, onde veio a morrer pouco depois.

6. Katnáp morto pela onça

Katnáp tinha colhido *antóm* (larvas de coléopteros), e, querendo comê-las, pediu a um seu parente que lhe desse algumas bananas para comer com os *antóm*; mas o parente negou-lhe as frutas. Então Katnáp pegou arco e flecha e foi pessoalmente buscar as frutas que pedira, enchendo com elas o seu *ayó*. Com a carga às costas, pôs-se a caminho, em direção à sua casa. Durante o trajeto, encontrou um galho fino, com três ramos partindo simetricamente de um só ponto. Cortou-o, pensando fazer com ele uma ponta para a sua flecha de matar pássaros (*monhẽyák*). Nessa ocasião, uma onça que estava de emboscada à margem do caminho, saltou sobre ele. Katnáp jogou logo o *ayó* para o lado e atirou uma flecha na onça. Apesar de ferido, o animal não se importou e saltou novamente sobre o homem. Este se desviou mais uma vez dela e lhe atirou, uma por uma, suas flechas, deixando-a crivada delas. Quando gastou a última flecha, a onça lhe pulou à altura da nuca e o matou.

Como Katnáp não voltasse até a manhã seguinte, seus parentes mandaram um homem de nome Hon procurá-lo. Este achou o lugar da luta, o *ayó* e os restos do cadáver. Quando voltou e contou o que se tinha dado, todos se reuniram e levaram cachorros para matar a onça. Os cachorros encontraram o rastro da fera, seguiram-na e a acuaram. Atiraram-se sobre a fera, numa luta terrível, ao fim da qual a deixaram exausta. Então o mais forte dos homens saltou sobre ela e a cingiu com os braços. Todos os outros acudiram, subjugando a onça e a amarrando viva. Depois, fazendo uma grande fogueira, queimaram-na, ainda viva.

Um parente de Katnáp deu uma surra naquele que tinha negado as bananas a Katnáp e lhe tomou a mulher.

7. Como Berén matou a onça

Berén foi caçar no mato. Tinha as flechas pintadas com urucu para torná-las mais eficientes. Chegou a um lugar onde a anta estivera comendo na véspera. Enquanto estava examinando os rastros, apareceu uma onça e saltou sobre ele. Berén se desviou por diversas vezes dos saltos da fera. Atirou duas vezes, conseguindo feri-la. Depois trepou numa árvore. O animal correu durante algum tempo sem sossego, debaixo da árvore, de um lado para o outro, e finalmente se retirou. Depois de algum tempo, Berén desceu e seguiu o rastro de san-

gue da onça. Logo adiante, viu-a deitada no chão. Trepou novamente numa árvore e esperou até quando viu moscas ao redor do corpo do bicho; desse modo podia ter certeza de sua morte. Desceu e chamou sua gente; tiraram então o couro da onça e lhe comeram a carne.

8. Outra história de onça

Um homem foi ao mato colher frutas de caraguatá e chegou numa clareira onde só havia um pé de jaracatiá*, cheio de espinhos. Nesse momento uma onça tomou-lhe a frente e o atacou. O homem se desviava, mas o animal continuava saltando sobre ele, a rosnar. Gritou o quanto pôde. Procurou uma árvore para, subindo por ela, livrar-se do perigo de ser abatido pela fera; mas por ali só havia aquele jaracatiazeiro. Não tendo outro recurso de que pudesse lançar mão, subiu naquela árvore apesar de seus agudos espinhos. A onça deitou-se debaixo da árvore e ficou esperando. O homem atirava-lhe galhos mas não a alcançava, e ela continuava no mesmo lugar. Finalmente um outro caçador respondeu, de longe, aos gritos do aflito. Então a onça se levantou e foi no rumo da outra voz. O homem desceu e se recolheu a sua casa.

9. Mais uma história de onça

Pogné foi ao mato para esperar a caça que vinha comer, debaixo de uma pitangueira, as frutas caídas. Ali mesmo uma onça o assaltou. Ele se desviou, por diversas vezes, dos saltos dela e tanto fez que conseguiu salvar-se nos galhos de uma árvore. Esta, porém, estava seca e, com o peso de Pogné, quebrou-se junto à raiz. Pogné gritou, quando caiu com a árvore no chão, tanto que a onça ficou com medo e correu, permitindo que Pogné voltasse são e salvo a sua casa.



Masăkarí

Desde a primeira metade do século XVIII, habitou a tribo dos Masăkarí em diversos pontos dos atuais estados de Minas e Bahia, entre os rios Jequitinhonha e São Mateus. Atualmente ainda subsiste um resto de umas 120 cabeças nas nascentes do rio Itanhaém, em território mineiro, junto à fronteira da Bahia. A língua Mašakarí forma com quatro outras línguas extintas da mesma região uma família própria. A tribo foi visitada por mim em 1939.**

(*) Uma caricácea (**Jaracatia dodecaphylla**). **(N. do R.)**

(**) Os Mašakarí são hoje uma população de 520 pessoas, que habitam duas aldeias no município de Bertópolis, MG, na fronteira com o sul da Bahia. **(N. do R.)**.

Sol e Lua

O Sol. *Manyuán*, é masculino, a Lua, *Manyuan-hẽy*, feminina (*hëy* – mulher). As manchas da Lua são queimaduras que recebeu quando pediu fogo ao pica-pau. Este tinha o fogo no seu topete de penas vermelhas. Mandou-a limpar bem o chão debaixo da árvore em que estava sentado, mas a Lua não cumpriu bem a ordem, limpou-o mal, e, quando o pica-pau atirou as penas de fogo para baixo, a vegetação se incendiou e a Lua ficou desfigurada pelo fogo.

Numa outra lenda, transforma-se primeiro o Sol, depois a Lua, em capivara, para roubarem as flechas de certos demônios. O Sol cobriu as costas com uma grossa casca de madeira na qual as flechas que os demônios lhe atiravam ficavam fincadas sem lhe fazer mal. A Lua, não tomando essa precaução, foi morta pelas flechas.[24]



Curt Nimuendaju, Museu Nacional, 1939

Homem Masăkarí, fotografado em 1939 por Nimuendaju quando visitou a aldeia nas nascentes do rio Itanhaém em Minas Gerais limites com Bahia.



Homem Masăkarí nas nascentes do Rio Itanhaém, Minas Gerais.



Kamakã

No século XVIII, habitavam os Kamakã pequenas aldeias, no curso médio do rio Pardo e entre este e o rio das Contas. Sua última aldeia, em fins do século passado, situava-se em Catolé, num afluente da margem esquerda do rio Pardo, a 33 quilômetros em linha reta a leste de Itambé. Em 1938, restava de toda tribo uma única índia velha, de sangue puro, conhecedora da língua e de algumas tradições: Jacinta Grayirá. Dela recebi o material que registro a seguir, coletado no Posto Paraguaçu do Serviço de Proteção aos Índios, no sul da Bahia. – A língua kamakã, apesar de algumas semelhanças com a família gê, forma com as extintas kotoxó, manyã e "massacará" (?) uma família à parte.

Sol e Lua: 1. Os preás e os caratingas

Em tempos muito antigos, Sol e Lua viviam juntos na Terra. Sol trouxe da caçada um *ayó* cheio de preás e caratingas. "Meu irmão", disse ela a Lua, péla esses preás!" Tendo Lua pelado três dos animais, disse, repentinamente, ao Sol: "Não é, meu irmão? Depois de pelados esses preás, todos vão fugir!" Mal havia dito isto, os três preás já pelados fugiram. Sol, que já tinha pelado os seus preás, meteu-os outra vez no *ayó* apertando a boca deste quando os animais quiseram fugir. Bateu o *ayó* com os preás no chão e matou-os novamente. "Tu és um conversador!", disse ele a Lua. "Agora os teus preás fugiram. Tu não tens fome, não?"

Deu-lhe um preá e alguns caratingas. Naquele tempo, estes tinham o mesmo gosto bom dos carás cultivados. Quando Lua estava comendo os caratingas, disse: "Meu irmão, estes caratingas são muito amargos!" Desde então tornaram-se amargos como são ainda hoje.

2. A enchente

Acabada a refeição, Sol foi ao riacho beber água. Na aguada viu um enorme quelônio deitado. Sol parou a certa distância e se dirigiu ao animal: "Avô, queiras afastar-te um pouco para o lado, para que eu possa beber água!" Então o quelônio se afastou e Sol bebeu à vontade. Depois apanhou uma folha de patioba, amarrou suas pontas e a levou, cheia d'água, para Lua. Este, porém, disse que a água estava suja e que ia beber na aguada. "Na aguada está deitado meu avô", avisou Sol, "peça-lhe primeiro que se afaste." Lua chegou à aguada e, vendo o quelônio, gritou-lhe: "Sai daí! Estás fedendo e sujando a água!" Mas o quelônio não se mexeu, nem quando ele gritou pela segunda vez. Então Lua, apanhando uma pedra, atirou-a no animal. A pedra fez-lhe um buraco no meio da carapaça dorsal. Imediatamente começou a descer uma chuva tão violenta que tudo ao redor ficou inundado. Lua fugiu, mas a água arrastou-o, morrendo, então, afogado. Acabada a chuva e escoada a água, Sol procurou seu irmão por toda parte, encontrando-o morto e meio coberto de areia. Então recitou uma fórmula mágica e fez Lua ressuscitar.

3. O enfeite do pica-pau

Depois ambos foram para longe. Sol mandou que Lua fosse buscar lenha e fizesse fogo, enquanto ele próprio ia caçar. Encontrou com os pica-paus que tinham um enfeite vermelho na cabeça, feito de fios que ardiam como fogo. "Avô", disse Sol, "dá-me um novelo dos teus fios! Necessito dele para amarrar minhas flechas!" "Sim", disse o pica-pau, "mas trazes primeiro lama, meu neto! Muita lama, bastante, para que possas apagar o fogo com ela, senão serás queimado!" Então Sol trouxe, do riacho, um monte grande de lama. Os pica-paus deitaram dois novelos para baixo e o Sol jogou lama no fogo até apagá-lo. Sol foi para casa e lá deu um dos novelos a Lua. Lua, porém, não ficou satisfeito com o presente e disse que ia, em pessoa, buscar mais fios. Por mais que Sol procurasse dissuadi-lo, procurou os pica-paus, os quais também lhe ordenaram que trouxesse, antes de tudo, um monte de lama. Lua, porém, teve preguiça e só trouxe um pouco. Quando, então, o pica-pau atirou o novelo ardente, Lua procurou em vão apagar o fogo com a pouca lama que trouxera, e o fogo o queimou. Assim o achou Sol quando, depois de algum tempo, foi à sua procura. Ele o ressuscitou por meio de uma fórmula mágica; mas, desde então, Lua tem o rosto queimado.

4. O roubo das flechas

Sol e Lua não tinham mais flechas. Então Sol foi à aguada de uma aldeia. Pôs três pedaços de casca de pau, um por cima do outro, nas próprias costas, e transformou-se em capivara. Depois esperou até que veio uma mulher buscar água. Esta, ao avistar o animal, gritou: "Gente! Uma capivara! Vinde matá-la!" Logo, todos acorreram ao local com suas armas, atirando flechas no animal, mas estas não varavam as três cascas do seu dorso, que eram de pau-d'arco. A capivara saltou n'água, mergulhou e emergiu novamente, e todos atiraram-lhe flechas, cobrindo-lhe completamente o corpo. Então ela mergulhou e, nadando, levou as flechas. Longe da aldeia, Sol tomou outra vez a sua forma primitiva, de homem. Puxando as flechas da casca de pau, fez com elas dois grossos feixes, um para si mesmo e outro para Lua, aconselhando a este que se desse por satisfeito com o presente. Lua, porém, teimou em querer, ele mesmo, ganhar flechas também. Foi à aguada da aldeia e, se bem que Sol o tivesse avisado que pusesse pelo menos três pedaços de casca de pau nas costas, achou que um só era suficiente. Depois, transformado em capivara, ficou sentado. Os homens chegaram com suas armas e as flechas, varando a casca de pau, mataram Lua. Abriram-no e esquartejaram-no,

moqueando-lhe os pedaços. Sol fez conjeturas de toda espécie, formando planos para salvar o irmão. Por fim, transformou-se em um beija-flor e, chilreando ao redor do moquém, agarrou um pedacinho do tamanho de um dedo e voou com ele. Com isso, ressuscitou o irmão; repreendeu-o bastante por causa de seu mau comportamento, ameaçando abandoná-lo, caso não se corrigisse.

5. Lua na caverna

Depois os dois foram caminhando juntos. Estava chovendo fortemente e sem interrupção. Acharam uma caverna num rochedo e nela se abrigaram do temporal. Então Lua, o falador, disse: "Meu irmão, parece-me que esta caverna vai se fechar!" Mal havia falado, as pedras se uniram diante da entrada, ficando os dois presos. Sol, porém, transformado em mucuim*, conseguiu escapar por uma fenda, mas Lua ficou preso na caverna.

Eclipses e incêndio mundial

Num dia, há muito tempo, o Sol morreu. Ele ficou escuro e havia trevas na Terra. Todos os animais se reuniram para exterminar os homens: veados, guaribas, cobras e antas. Os piores eram os queixadas. Só a onça teve pena dos homens e matou os queixadas. Depois caiu fogo do céu e as matas queimaram. Os homens que se refugiaram do incêndio correndo para água também morreram, porque a água secou.

Um homem tinha previsto o cataclisma. Fez uma cova funda na terra e nela se abrigou com sua família, levando água consigo. Cobriu a boca da cova e esperou que o incêndio passasse. Era um pajé e, com suas fórmulas mágicas, conseguiu finalmente ressuscitar o Sol.

No eclipse lunar um jaguar está atacando a Lua, querendo matá-la. Então todos, homens e mulheres, pondo algodão, gritam: "O jaguar quer matar nosso avô! Ó jaguar, solta nosso avô!" etc. Gritava-se até que o jaguar abandonava a presa. Ainda durante o eclipse lunar de 1937, Jacinta e sua companheira Rosalina (falecida nesse mesmo ano) assim procederam. Um filho de criação de Jacinta, criticando as duas e rindo-se, tratou de acalmá-las, mas Jacinta, indignada, gritou-lhe que era um tolo, que não entendia desses assuntos.

A moça-estrela

Um índio estava dormindo em sua rede quando, à noite, duas estrelas desceram em forma de mulher, uma nova e outra bem mais velha, as quais se chegaram a ele. Segurando os punhos da rede, elas a sacudiram. O homem acordou e deteve a mais velha, prendendo-a por um dos braços, enquanto a mais nova escapava, subindo novamente para o céu. Ele pediu à moça-estrela que ficasse em sua companhia. Casou com ela e tiveram um filho.

Quando o menino já contava uns sete anos, ela sentiu saudade dos seus parentes do céu e pediu ao marido que a acompanhasse numa visita a eles. O homem não quis atender a mulher e lhe disse que, se quisesse, fosse só, mas que deixasse o filho aqui na Terra. Ela, porém, não queria abandonar o marido e insistiu para que se resolvesse a ir junto. Foi ao mato e lá procurou um coqueiro muito alto; depois chamou o filho e o marido. Tomando uma pedra, bateu com ela no espique da palmeira, e esta ficou muito baixinha (cerca de um metro). Pediu que seu marido se sentasse no olho da palmeira; tanto pediu que ele, por fim, atendeu-a, se bem que esse negócio lhe parecesse duvidoso e que ele tivesse pressentimento de um desastre. Ela guardou as armas do companheiro e lhe ordenou que fechasse os olhos, pois ia mandá-lo ao céu, seguindo-o com o filho sem demora. Bateu outra vez com a pedra no caule da palmeira e este, rapidamente, cresceu sob o ruído das palmas, e depôs o homem no céu. A seguir, chegou lá a mulher, acompanhada do filho, conduzindo as armas que tomara do companheiro antes da viagem. Arrancou alguns fios do próprio cabelo e com eles fez cócegas nas narinas do homem que estava sem sentidos, fazendo-o espirrar e voltar a si.

Ele estava desconsolado e se lamentava: "Agora perdi para sempre minha terra e meus parentes!" A mulher procurava consolá-lo, dizendo que no céu também se podia viver muito bem, pois havia muita caça, e ela possuía muitos parentes, toda uma aldeia cheia. Disse-lhe mais, que iria ao mato levantar a caça e tangê-la para seu lado; aconselhou-o que esperasse com o menino ali no caminho, e matasse os animais quando por lá passassem. Ela foi e, pouco tempo depois, ele ouviu sua voz alta, a distância. Logo uma multidão de borboletas de todas as qualidades passou voando pelo caminho, mas nenhuma caça. Por fim, a mulher voltou e perguntou-lhe o que havia matado. "Nada", respondeu, "aqui só passaram borboletas, mas nenhuma caça." – "As borboletas são caça", explicou a mulher, "atira sobre elas!" Depois de assim falar, internou-se de novo na mata, numa outra direção, e, assim que gritou de longe, veio outra vez uma enorme quantidade de borboletas, voando sobre o caminho. O homem atirou uma flecha entre elas e logo um veado caiu flechado. Atirou uma segunda vez e derribou um porco; com a terceira flecha matou uma enorme anta. Quando a mulher voltou, disse-lhe: "Mataste muita caça! Minha gente costuma matar sempre um animal só." Eles tiraram as vísceras da caça e a mulher meteu o porco e o veado no seu *ayó*. Como a anta fosse pesada demais, a mulher aconselhou que o marido a deixasse no chão, até que seus irmãos pudessem vir ajudá-lo. O homem, porém, não quis deixar a presa atrás e fez alças de envira para pendurá-la às costas. A mulher suspendeu o *ayó* e, apesar do seu enorme peso, pôde carregá-lo, porque era muito robusta. O homem tomou uma pedra e bateu com ela numa das pernas da anta; sem demora o animal encolheu, ficando do tamanho de um cachorro. O homem, tomando-a às costas, seguiu a mulher. Diante da aldeia, ele cortou o galho de uma árvore que crescia ao lado do caminho, pendurando a carga nesse gancho. Tornou a bater na perna da anta, e esta ficou novamente do seu tamanho natural.

Quando chegaram à entrada da aldeia, a mulher, que ia à frente com o filho, recomendou ao marido que não levantasse os olhos de seus calcanhares, para não se perder. Assim ele fez a princípio; mas, chegando ao pátio da aldeia, levantou a vista e olhou em redor; quando, depois, procurou outra vez a mulher, esta havia desaparecido. Chegando à casa do irmão, ela procurou o marido por toda a parte, mas inutilmente. "Onde está teu pai?", perguntou ela ao filho. "Ficou lá atrás", respondeu este. "Então vai buscá-lo!" O menino foi em busca de seu pai e o conduziu a casa, onde sua mãe já o aguardava. A mu-

(*) Pequeno carrapato. (N. do R.)

lher mandou, também, um dos seus irmãos voltar atrás para lhe trazer a anta. O animal, entretanto, pesava demasiadamente e ele, sozinho, não a pôde carregar. Todos os seus outros irmãos tiveram de ajudar ao primeiro. Só assim a anta pôde ser conduzida.

A mulher tinha no céu vários amantes, que se irritaram com a chegada de seu marido, e que, em conversa, afirmaram sua vontade de matá-lo. O homem, sabendo disso, ficou com muito medo. Além disto, ele tinha muita saudade de sua mãe, que chorara muito vendo-o partir da Terra. A mulher, mais uma vez, procurou consolá-lo; seus irmãos, certamente, não consentiriam que o matassem... Mas o homem continuava desolado.

Quando, um dia, estava sentado a chorar, completamente entregue à própria dor, chegou um urubu e lhe perguntou por que estava tão triste. O homem contou-lhe que pretendiam assassiná-lo e, por essa razão, queria retornar à sua terra. Então o urubu o consolou: ele, urubu e seus próprios parentes haveriam de restituí-lo; combinou que, no dia seguinte, ao clarear da manhã, estivesse naquele mesmo lugar. A esperança de se ver outra vez na sua terra alegrou extraordinariamente o homem, de tal modo que prometeu oferecer um banquete aos urubus, no caso de cumprirem o prometido.

No outro dia chegou cedo ao lugar marcado. Ali todo o chão estava preto por causa da multidão de urubus que já o esperava; havia entre eles também muitos urubus-reis. Formaram um círculo em torno dele e entrançaram suas asas, fazendo o homem deitar-se sobre elas, com os olhos fechados. Depois o levantaram cuidadosamente e desceram com ele, em espirais, para a Terra. Ele havia perdido os sentidos quando chegou, mas os urubus fizeram-no recobrar os sentidos. Depois cada um dos urubus-reis arrancou uma pena da própria asa, dando-a de presente ao homem para a emplumação de suas flechas. Feito isto, os urubus voltaram.

No dia seguinte, o homem foi caçar e matou uma anta. Limpou um lugar na mata onde depôs a caça, e, quando esta apodreceu, os urubus se reuniram e fizeram a sua festa.

A mulher e o menino ficaram para sempre no céu.

O Trovão

Um menino, de uns cinco anos, estava brincando no terreiro da casa de seus pais quando o vento chegou e o carregou para a casa de pedra do Trovão, no céu. O pai do menino, que era pajé, procurou-o, em vão, por toda parte. Como não o encontrasse na Terra, subiu ao céu e lá também chegou à casa do Trovão. Esta se encontrava num terreiro grande, no qual uma multidão de animais selvagens se achava, pacificamente, de pé ou deitada: antas, onças, jabutis, grandes cobras venenosas e muitos outros. Eram os xerimbabos do Trovão que, quando tinha fome, matava e comia um deles. Ele é rico e tem sempre muita comida em casa.

O homem teve muito medo dos animais, e não se atreveu a chegar perto; depois verificou que todos eram mansos e não o atacavam. Passou sobre as cobras venenosas e estas ficavam deitadas e nem se mexiam. Chegou à porta da casa do Trovão, mas este não estava; sua esposa, que tinha uma barba de um palmo de comprimento, recebeu o homem. Este perguntou pelo menino, e ela respondeu que ele se achava ali, passava bem e estava engordando. Então, o homem quis levar o menino, mas a mulher lhe disse que aguardasse a chegada do Trovão. Logo depois este veio: era pequeno e gordo, e de cor preta (há porém, além deste preto, também um Trovão branco). O homem lhe pediu que lhe restituísse o filho, mas o Trovão não quis atendê-lo. Então o homem objetou que não podia deixar o menino, porque era seu único filho; sua mulher estava chorando muito por causa de sua ausência. Se tivesse mais filhos, com muito gosto ceder-lhe-ia um. Então o Trovão assentiu. Não concordou, porém, em que o homem, pessoalmente, o conduzisse; prometeu-lhe que dois dias depois o mandaria. De fato, o vento o trouxe outra vez, dentro do prazo marcado, depondo-o no mesmo lugar de onde o havia arrebatado.

Kečaxkwenyói

Kečaxkwenyói desceu do céu para Terra e chegou, no mato, a um acampamento de índios. Seu corpo estava todo coberto de placas escuras e de úlceras. Toda a gente fugia dele para a mata, logo que ele entrava numa choça, pedindo um lugar para se aquecer junto ao fogo. Um casal finalmente recebeu-o, tratou dele e o alimentou bem, até que conseguiu vê-lo restabelecido. *Kečaxkwenyói* agradeceu-lhes muito. "Fostes bom comigo, por isso quero também ser bom convosco. Sereis muito ricos!" Ele mandou que o homem derribasse uma grande árvore, junto à choça, mas logo que este começou a golpear o tronco, ouviu um gemido. Correu cheio dè medo e contou o acontecido a *Kečaxkwenyói*. Este lhe disse que não se incomodasse e cortasse a árvore. Quando ela caiu, junto com ela caíram também todas as outras árvores ao redor, e fez-se uma grande derribada. Então *Kečaxkwenyói* foi ao céu buscar maniva, feijão, jerimum, inhame, etc., e mandou que o homem plantasse tudo. Depois ele tornou ao céu e nunca mais voltou à Terra.*

A origem das mulheres

Naquele tempo, só existiam duas mulheres na Terra, duas irmãs cujos pais já tinham morrido. Elas vagavam sós pela mata, e uma delas morreu. A outra ouviu uma noite no seu leito, de longe, vozes humanas. Marcou bem a direção e seguiu por ela no dia seguinte. Chegou a uma aguada onde um bando de moços estava tomando o banho matutino. Esperou até que todos fossem embora e trepou nos galhos de uma árvore à beira d'água. Um velho chegou para banhar-se também e sentou-se na margem. Avistando n'água o reflexo da moça, julgou que esta estivesse no fundo do riacho. Pulando n'água de cabeça para baixo, tratou de agarrá-la com ambas as mãos, mas quando voltou à tona viu com espanto que havia agarrado uma pedra. Entretanto, assim que a superfície da água se alisou, o reflexo voltou a aparecer. Outra vez o velho mergulhou, voltando com um pedaço de pau. Assim continuou até que estava tremendo de frio. Então a moça cuspiu da árvore para dentro d'água, e só então o velho levantou a vista e a descobriu nos galhos. Ele a chamou para baixo e juntou-se com ela, mas não achou bom levá-la para o rancho dos moços. Longe deles, escondido na mata, fez uma choça onde foi morar com ela.

(*) Provavelmente esta lenda está incompleta nos seus detalhes. Jacinta Grayirá ajuntou nesse ponto a história um pouco alterada da queda de Adão. (N. do A.)

Os moços notaram a falta do velho, e já receavam que uma onça o tivesse devorado; mas quando um dia estavam se exercitando, na mata, em atirar flechas, uma destas voou longe pela mata adentro e, procurando-a, acharam a choça com a mulher; o velho estava ausente. Mataram a mulher e cortaram-lhe o corpo em pedacinhos. Um deles disse: "Eu quero uma esposa!" O outro: "Quero mãe!" O terceiro: "Quero esposa e filha!" Cada um deles tirou tantos pedacinhos quantas pessoas do sexo feminino queria ter. Depois fizeram em seus ranchos tantas camas de varas quanto o número de pedaços de carne, e deitaram estes nelas. Depois foram caçar, e quando tinham matado bastante caça, mandaram um na frente, ao rancho, para ver o que havia acontecido. Quando este se aproximou do rancho, ouviu rir e tagarelar e socar no pilão; era um grande barulho. Então correu para trás e chamou os outros; e todos tinham agora mães, mulheres e filhas conforme haviam desejado. Desde então existem mulheres no mundo.

O homem que queria morrer

Zabelê* tinha a forma de uma moça bonita: era baixinha e gorda. Seu primeiro amante foi o Xinquã**, que ela porém cedo abandonou para se juntar com o pássaro preto *Eruxkỳí*. Mas também dele cedo se enfastiou e, abandonando-o, foi viver com o Sabiá.

Eruxkỳí ficou muito triste e correu pelo mato procurando a morte. Ele encontrou uma onça sentada, correu para ela e lhe ofereceu o pescoço para que o matasse, mas a onça levantou-se e foi embora, sem se importar com ele. Depois ele viu uma surucucu enrolada, com a cabeça levantada, no caminho e lhe estendeu o pé para que ela o mordesse, mas a cobra, desenrolando-se, foi se esgueirando para o mato. Ele achou um enorme pau velho que já se inclinava para um lado. Pondo fogo no pé do tronco seco, ele se deitou no chão, de maneira que o pau o matasse na queda. Depois de algum tempo o pau caiu, mas não em cima de *Eruxkỳí*, e sim para o outro lado. Então ele fez uma quantidade de pontas de taquara que plantou verticalmente no chão, ao pé de uma árvore. Subiu e se precipitou sobre as pontas, mas estas se dobraram e nada lhe aconteceu. Então ele renunciou aos seus planos de suicídio.

Ele chegou à aguada de uma casa onde moravam duas irmãs, que eram as filhas do *Košeé* e da *Kečoará*, que habitam no céu. A maior tinha marido, que também morava no céu. *Eruxkỳí* deitou-se no capim ao lado da aguada e começou a gritar como uma rã: "*Wáu! Wáu!* Não haverá ninguém que me queira matar?" Nisto, a irmã menor vinha descendo para buscar água. Quando ouviu os gritos, ficou amedrontada, depôs o pote, correu para trás e disse a sua irmã: "Lá embaixo está uma rã que fala como gente, pedindo que a matem!" Então ambas voltaram à aguada. *Eruxkỳí* ainda lá estava deitado e gritando. Então a maior disse: "Isto não é nenhuma rã, é um homem. Vem, não te mataremos, mas te levaremos para a nossa casa!" Então *Eruxkỳí* subiu com elas e viveu em companhia das irmãs. Estas mandaram-no caçar, dizendo: "Caça neste caminho, para que não te percas, pois ainda não conheces este lugar. Também não caces muito perto, mas sim bem longe, além da lagoa grande!"

Um dia *Košeé* desceu do céu para ver suas filhas. Quando esses habitantes do céu vêm, eles não caminham pelo chão, mas passam alto, por cima dele, fazendo um ruído como uma tempestade. *Košeé* tinha trazido carne de anta para as suas filhas. Quando entrou na casa, ele olhou ao redor e disse logo: "Minhas filhas, estais procedendo mal! Vós tendes um amante!" – "Não, meu pai", responderam elas, "não há ninguém conosco!" – "De onde vos vêm então todas estas penas de zabelê, mutum, jacu e capoeira?" – "Fizemos laços e mundés, e nós mesmas temos pegado essas aves." – "Não", disse o velho, "isto não é verdade, vós tendes um homem! Estais procedendo mal! Vosso marido", disse ele à maior, "virá vos matar!" Ele saiu e na sua raiva levou outra vez a carne de anta que havia trazido.

No céu ele contou a seu genro que sua mulher lhe era infiel, e que devia castigá-la. Então o marido da irmã maior desceu à Terra com todos os seus parentes. Com o ruído de uma tempestade, passaram pela casa das irmãs e enveredaram direto pelo caminho onde *Eruxkỳí* costumava caçar. Este, ouvindo o barulho dos perseguidores, sujou depressa uma forquilha de pau com o sangue dos preás que ele havia matado e fugiu. Os perseguidores, chegando ao lugar e vendo o sangue, disseram: "Ele já está morto!" Voltaram à casa das irmãs, espancaram esta, despedaçaram toda a louça e cabaças e demoliram a casa. Depois voltaram ao céu.

Quando *Eruxkỳí* finalmente voltou para junto das irmãs, estas pediram-lhe que se mudasse com elas para algum lugar longe, porque ali não estavam mais seguras de suas vidas. Fizeram bolos de milho para a viagem, e todos os três procuraram os parentes de *Eruxkỳí* onde moraram com a mãe deste, de nome *Šakuĩkaga* (gralha).

Wadyé

Uma mulher nova dormia, na ausência do marido, em companhia de sua avó, na casa. De noite, as duas ouviram o grito do monstro *Wadyé*[25]: "Eu venho! Eu venho!" As duas mulheres, de medo, não sabiam o que fazer. O grito soou cada vez mais perto, e finalmente *Wadyé* entrou na casa. A avó fugiu para o mato, enquanto o monstro pegou a mulher pela mão e a levou. No último momento, a avó tinha-lhe dado dois grandes novelos de fio para que ela os deixasse desenrolar atrás de si no caminho, caso *Wadyé* a levasse, de maneira que seu marido, depois, pudesse segui-la. *Wadyé* carregou a mulher pela mata adentro, gritando: "Eu a vou levando! Eu a vou levando!" Seu caminho ia em ziguezague, para lá e para cá; mas a mulher o marcou, deixando desenrolar os novelos de fio. O monstro tomou-a por mulher, e ela ficou prenhe. O seu ventre cresceu, e apareceram nele duas carreiras de tetas, como as de uma cadela.

Quando seu marido voltou e soube do que acontecera, disse: "Vou buscá-la outra vez e matar *Wadyé*!" Ele fez uma corda nova para o seu arco e um maço de flechas cuidadosamente preparadas, com boas amarrações de fios de algodão. Depois, indo pelo fio, encontrou o par na mata. A mulher mentiu ao monstro, dizendo que era seu irmão que tinha vindo visitá-la, pois receava que *Wadyé* matasse o homem se soubesse que era seu marido. O monstro, satisfeito com a explicação, chamou então o homem de *xe-ca-xké* (meu cunhado). A mulher pediu que ele fosse caçar preás para dar de comer a seu cunhado, e *Wadyé* foi.

Quando o monstro já tinha ido e o homem estava só com a sua mulher, ele gritou-lhe furioso: "Por que não fugiste para a

(*) Jaó. (**N. do R.**)
(**) Chincoã, tincoã; **Piaya cayana**, L. (**N. do R.**)

mata quando *Wadyé* veio buscar-te? Por que deixaste te levar por ele? Agora não te quero mais! Tu ficaste a mulher de um bicho! Não é dele que estás prenhe? Eu só vim para te buscar e para matar *Wadyé*, para que teus parentes não me censurem; mas, por mulher, eu não te quero mais!" Ele bateu-lhe com o punho fechado no rosto que ficou inchado e preto. Ela foi ao mato e procurou um ninho de abelas exu. Quando *Wadyé* voltou, perguntou por que seu rosto estava inchado e escuro, e ela respondeu que tinha ido tirar mel de abelha exu, e que os insetos a tinham maltratado assim. Ela levou *Wadyé* ao mato e mostrou-lhe o ninho de exu para convencê-lo.

No dia seguinte, ela mandou outra vez que *Wadyé* fosse caçar preás, dizendo que trouxesse bastante, para que seu cunhado tivesse comida para a viagem de volta. Ela contava que *Wadyé* só havia de voltar de tarde. Logo que o monstrou saiu, ela fugiu em companhia do marido. Este estava furiosíssimo e bateu com o punho fechado no seu ventre. Ela abortou uma quantidade de filhotes de *Wadyé*. Seu marido os matou, um após outro, pendurando-os nas forquilhas de pau, ao longo do caminho.

Quando *Wadyé* voltou da caçada de preá e viu que os dois haviam fugido, compreendeu que tinha sido enganado: "Então ele não é seu irmão mas seu marido; vou matá-lo!" Assim gritando, ele seguiu o rastro do casal e ia se aproximando dele aos poucos. Quando o homem percebeu isto, mandou a mulher seguir só, na frente, enquanto ele se pôs de emboscada ao lado do caminho. Quando *Wadyé* chegou, ele o flechou no coração. Ele caiu, e o homem cravou-lhe ainda mais três outras flechas no corpo. Depois de alcançar a mulher e entregá-la a seus parentes, o homem casou-se com uma outra.

A mulher que ressuscitou como onça

Morreu a jovem mulher de um índio. Ele a sepultou e fez um cercado ao redor da sepultura.

Na manhã seguinte, a mulher saiu dá cova e sentou-se no túmulo. Ela se havia transformado em onça e tinha dentes como uma fera. O homem foi à sepultura para chorar. Quando o viu chegar, ela cobriu a boca com a mão para que ele não visse os dentes de onça. O homem, vendo-a sentada na sepultura, ficou muito contente: "Oh, minha mulher, disse ele, pensei que tivesses morrido, mas agora estou vendo que estás viva! Como eu chorei por tua causa!" Ela, porém, nada respondia, cobrindo sempre a boca com a mão. Então o homem deitou a cabeça no colo da mulher, e ela começou a catá-lo. Dobrando a cabeça do índio para baixo, ela quebrou-lhe a nunca com uma dentada. Depois começou a devorá-lo.

O irmão da índia, vendo que seu cunhado demorava muito, foi à sepultura para ver o que ele estava fazendo. Então avistou a irmã, que estava devorando o corpo do marido, estalando os ossos. Ela havia passado o sangue sobre seus cabelos compridos, e o seu rosto estava todo ensangüentado.

Os outros parentes, sabendo que a finada se havia transformado em onça, ficaram horrorizados, com receio de que ela, pouco a pouco, fosse devorar todos; queriam matá-la, mas o irmão não o permitiu: "Não deveis matar minha irmã! Vou levá-la para o sertão, de maneira que ela não possa mais prejudicar ninguém. Ela me conhece e não me ofenderá!"

Ele foi com a irmã e quando esta o reconheceu deixou-se amarrar, de pés e mãos, sem resistência. Depois ele chamou seu irmão menor, e ambos carregaram-na para o sertão. Cada noite eles faziam um cercado forte onde deitavam-na para dormir. Eles matavam aves e outras caças para lhe dar de comer; contudo, ela não ficava satisfeita, uivando e rosnando, e querendo comer também os irmãos. Por isso um deles sempre ficava acordado, enquanto o outro dormia. Chegando a um rio largo, passaram a onça para a outra margem e a soltaram. Depois voltaram para casa.

A festa das almas de defuntos

Jacinta Grayirá: "Nos tempos de meu avô Victor, assim me contava minha tia Mariquinha, fizeram os Kamakã do Catolé Grande, uma vez, uma casa grande e redonda, para que as almas dos defuntos pudessem vir à Terra para uma festa de bebida. Os homens velhos podem ver as almas dos defuntos; aos moços, às mulheres e às crianças isto é proibido.

Pronta a casa, fez-se muito *kašk* (bebida alcoólica de mandioca). Depois de anoitecer, as almas dos defuntos desceram do céu, assobiando. Ouviu-se um rumor como de vento. Elas entraram na casa, e os velhos levaram-lhes cuias cheias de *kašk*. Elas dançaram e beberam durante três noites. O seu aspecto era exatamente o mesmo como na ocasião em que foram sepultados: assim, a alma de um certo homem que havia sido enterrado sem lhe lavar a cara, veio com o rosto sujo. Um dos vivos reconheceu, numa das almas, seu filho que tinha morrido de maus-tratos, e cuja mãe ele havia abandonado. "Tu vieste, meu filho?", disse ele e quis abraçar sua alma; esta porém se esquivou, colocando-se do outro lado da sala. Ele correu atrás da alma, mas ela não quis saber dele, fugindo-lhe sempre.

Um outro homem reconheceu a alma de sua finada mulher. Ela era gorda e tinha o filho no braço. O homem, vendo-a assim dançar no meio dos outros, ficou com ciúmes; puxando de uma faca, deu-lhe uma facada na coxa. Imediatamente, as almas de defuntos desapareceram com um ruído semelhante ao tropel de cavalos. Os outros velhos censuraram muito o malfeitor.

Na manhã seguinte, duas mulheres moças da aldeia disseram uma à outra: "Vamos olhar a casa das almas dos defuntos!" Elas entraram; mas, sem que alguém o soubesse, haviam ficado nela duas almas de defuntos velhos. Quando assim, inopinadamente, esbarraram com as almas, as duas mulheres cheias de terror precipitaram-se pela porta afora, correndo como loucas, caindo e rolando pelo chão para se levantar novamente, até que caíram, completamente exaustas. Ambas tiveram filhos vesgos.

O Sagüi

O Sagüi, em forma humana, casou com uma índia moça e bonita. Ele se escondia porém dos outros índios, e só visitava sua mulher na escuridão da noite. Então as outras mulheres se combinaram, e uma noite, estando ele e a mulher, elas acenderam a luz para vê-lo. Quando o avistaram, começaram a rir dele: "He-he-he! Ela casou com um sagüi! Como ele é feio! Como tem os dentes salientes!" Isto irritou muito o Sagüi, e antes de repontar o dia, ele deixou a casa.

Fez o caminho que findava no meio de uma espessa mata de samambaia, que estava bem seca. Depois convidou todos os homens e meninos para acompanhá-lo, pois queria levá-los à

casa de um português (neobrasileiro) muito rico que havia de lhes dar muitos presentes. Ele mesmo ia na frente, mas depois de entrar na mata de samambaia, ele se escondeu de um lado e deixou os outros passarem. Atrás deles, pôs fogo na samambaia seca, e, imediatamente, toda a mata estava em chamas, que devoraram os homens e meninos, até o último.

Sagüi cortou dos cadáveres alguns membros, meteu-os no seu *ayó* e levou-os às mulheres, dizendo que eram dos macacos miriqui que os homens tinham matado. Uma delas reconheceu, porém, na pele do sovaco de um dos braços que estava menos queimado, uma pinta de nascença que seu marido tinha nesse lugar. O embuste foi descoberto, e as mulheres resolveram matar o Sagüi.

Uma mulher grávida chamou-o e pediu que ele fosse lhe buscar mel de exu, de uma abelheira que se achava num enorme itapicuru oco, com uma abertura embaixo. Sagüi entrou nela e subiu pelo oco acima. Imediatamente as mulheres meteram palha e esteiras velhas na abertura e deitaram fogo. "Apaga o fogo, comadre", gritou Sagüi, "a fumaça está forte demais!" "Já o tiramos!", responderam as mulheres, metendo ainda mais combustível. O Sagüi precipitou-se para dentro do fogo e morreu queimado. Sua barriga inchou e rebentou, e dela saltou uma quantidade de macaquinhos sagüis que fugiram para o mato.

O Pica-pau e as *Kanondarátsi*

As duas irmãs *Kanondarátsi* estavam casadas com o Pica-pau. Todos os dias este ia ao mato buscar mel de boa qualidade para ambas. Enquanto ele ia ao mato, as irmãs costumavam pescar no riacho.

Perto da casa do Pica-pau moravam as Andorinhas. Estas, ouvindo-o trabalhar na mata, disseram: "É o Pica-pau que está tirando mel de abelhas! Vamos com ele para nos dar do seu mel!" Elas foram todas e rodearam o Pica-pau. Este lhes deu mel e disse: "Podeis comer este mel, vou tirar outro para mim!"

Entretanto, a *Kanondarátsi* menor estava pescando no riacho. Ouvindo as vozes das Andorinhas, aproximou-se às escondidas e viu como o Pica-pau dava mel às Andorinhas que o cercavam. Sem dizer uma palavra, ela voltou para casa e disse a sua irmã: "O Pica-pau não presta! Ele deu todo o mel às Andorinhas; eu mesmo o vi, e a nós ele só traz samborá amargo! Eu não fico mais com ele!" A irmã maior procurou acalmá-la: o Pica-pau era um rapaz tão bom, que já lhes tinha trazido tanto mel bom! Mas a menor não se deixou convencer, de maneira que a maior, enfim, também concordou. Elas arrumaram a bagagem e foram embora, sem se despedir da mãe do Pica-pau.

Quando à tarde o Pica-pau chegou em casa com o mel, perguntou a sua mãe pelas duas mulheres, mas esta respondeu que não sabia onde elas estavam. Elas tinham arrumado a bagagem e saído sem dizer coisa alguma. Então o Pica-pau foi no seu rastro. Andou e andou sempre, apesar de já estar muito cansado. Finalmente, conseguiu alcançar as irmãs no lugar onde iam passar a noite. Ele pediu que voltassem, e elas fingiram que assentiam. Então o Pica-pau, cansadíssimo, deitou-se para dormir, ponto a cabeça no colo de uma das irmãs e os pés no colo da outra. Mas quando ele estava dormindo profundamente, tiraram com cuidado a cabeça e os pés do Pica-pau do seu regaço, colocando-os em cima de dois pedaços de pau. Depois levantaram-se e foram embora. Chegaram a sua casa, que era numa caverna num talhado de pedra, onde tinham também a sua roça.

Quando o Pica-pau acordou e se achou só, seguiu outra vez os rastros delas. Extenuado e faminto, chegou ao pé do talhado. Em cima, na boca da sua caverna, viu as duas *Kanondarátsi* de pé. A menor, que estava comendo uma melancia, atirou-lhe a casca roída, dizendo: "Toma isto para ti!" Sua irmã censurou-a: o Pica-pau tinha sido tão bom para elas; que lhe jogasse antes uma melancia inteira! A outra, porém, não quis ouvi-la, continuando a jogar cascas ao Pica-pau. Este ficou deitado ao pé do talhado e morreu de fome e de cansaço.

O herói Korõ

Havia uma vez um índio de muita força e coragem, de nome Korõ. Naqueles tempos, o Urubu, que estava casado com a Cutia, matava muita gente. No terreiro da casa ele tinha um machado de pedra fincado firmemente no chão, com o gume para cima. Quando algum homem chegava à casa dele, ele o desafiava para uma luta durante a qual o atirava com toda força de costas na lâmina do machado, de maneira que lhe quebrava o espinhaço. Então sua mulher acudia com uma bacia para recolher o sangue. O cadáver eles esquartejavam, moqueavam e comiam. Assim, mataram muitos Kamakã.

O mosquito tinha visto tudo. Ele foi ter com Korõ e lhe contou com a sua vozinha fina: "O Urubu mata os índios que chegam à casa dele! Ele os convida para uma luta e os atira sobre uma lâmina de machado de pedra que lhes corta o espinhaço! Ele os moqueia e os come!" "Está bem", disse Korõ, "vou até ele! Por que ele está fazendo isto ao meu povo? Ele há de pagá-lo!"

Quando Korõ chegou à casa do Urubu, este estava ausente. Sua mulher estava varrendo o terreiro. Korõ reparou tudo bem: viu a lâmina do machado de pedra, apesar de a mulher ter procurado escondê-la debaixo do lixo, e viu também as manchas de sangue junto dela. Quando o Urubu chegou e os dois se tinham cumprimentado, ficaram primeiro sentados durante algum tempo sem dizer nada, depois o Urubu desafiou Korõ para a luta. "Sim", respondeu este, "vamos lutar!" Eles saíram ao terreiro, e o Urubu empurrou o seu adversário para o lugar onde estava a lâmina do machado de pedra. Korõ, porém, prestou bem atenção e, quando o Urubu o quis atirar em cima do gume, ele torceu o corpo e atirou o seu adversário sobre ele, quando este menos esperava. A lâmina cortou o espinhaço do Urubu, e ele morreu. Quando a Cutia viu cair os lutadores, ela correu imediatamente com a sua bacia para apanhar o sangue. Vendo, porém, que seu marido tinha sido vencido e morto, ela fugiu aos gritos. Mas Korõ, apanhando o arco, flechou-a nas costas e a matou.

Naqueles tempos habitava, numa caverna da serra, uma mulher. No terreiro de sua casa havia um despenhadeiro, além do qual se avistava uma outra serra. Quando alguém chegava a sua casa, a mulher o levava à beira do abismo e dizia: "Lá, do outro lado, naquela serra estão fazendo uma festa. Vejá só como a gente está dançando!" E enquanto o visitante debalde se esforçava para ver os dançadores, ela lhe dava, inesperadamente, um empurrão nas costas, que o precipitava no abismo, onde se despedaçava nas pedras. Então ela descia para buscar os pedaços, que comia.

O Mosquito contou tudo isto a Korõ que ficou furioso, indo imediatamente à casa da mulher. Esta o convidou também para apreciar, na beira do despenhadeiro, a festa na serra defronte. Ele, porém, declarou que nada via, e que ela fosse mostrar-lhe o lugar de onde se podia avistar bem os dançadores. Então a mulher se pôs bem na beira do abismo e chamou Korõ para seu lado. Este foi, mas só para empurrá-la pelo despenhadeiro abaixo.

Numa casinha da mata morava o casal Centopeia. Ambos tinham cabeleiras deste tamanho (rodeando a cabeça meio metro), como mulatas. Centopeia costumava armar, ao lado do caminho dos índios, um laço, tendo uma batata grande por isca. Quem pegava nesta batata caía no laço e era suspenso ao ar com um açoite violento. Então, a Centopeia o matava de cacete para comê-lo.

Quando o Mosquito contou isto a Korõ, este disse: "Desta forma ainda matarão toda nossa gente! Eu mesmo vou lá!" Ele levou um tição de fogo, pôs-se à espera, bem junto ao laço, e aguardou a vinda da Centopeia. Quando esta chegou com o cacete, Korõ prontamente lhe meteu o tição na enorme cabeleira, que imediatamente pegou fogo. A Centopeia correu precipitadamente, entrando em sua casa. Quando sua mulher quis apagar os cabelos acesos, os dela também pegaram fogo. A própria casinha se incendiou, e o casal morreu queimado.

Ao lado do caminho pelo qual os índios da aldeia iam ao mato para buscar mel, morava, num grande buraco de um velho cupinzeiro, um enorme sapo. Ele esperava que algum índio passasse para a aldeia, com a sua cabaça cheia de mel, para estender o braço do buraco para fora e gritar: "Passa para cá a cabaça com o mel, senão eu te mato!" Isto ele fazia de uma maneira tão lúgubre que o interpelado sempre ficava amedrontado, entregando o mel. Em casa, depois, as crianças choravam porque não vinha mais mel para elas.

O Mosquito contou a Korõ o procedimento do sapo, e que as crianças dos índios choravam, em vão, por mel. Então Korõ mesmo tomou a cabaça e foi buscar mel. Quando ele voltou, o sapo outra vez estendeu o braço do buraco e gritou: "Entrega o mel, senão morrerás!" Mas em lugar de qualquer resposta, Korõ deu-lhe uma cacetada no braço que quebrou o osso. Depois ele puxou o sapo do buraco para fora e acabou de matá-lo.

O irmão deste sapo era Cururu. Quando este ouviu que Korõ tinha matado o sapo, disse: "Tenho de vingar a morte de meu irmão!" Ele rodeou, durante muitos dias, a casa de Korõ, espreitando uma ocasião, e afinal conseguiu aplicar, inopinadamente, uma cacetada em Korõ que lhe quebrou o braço, exatamente como Korõ havia feito ao sapo. Korõ, não podendo mais resistir ao Cururu, foi morto por este.

O Jaguar na festa dos índios

Os homens da aldeia saíram para uma caçada, enquanto as mulheres levantaram o cocho no pátio da aldeia para preparar a bebida *kašk*. Quando os homens voltaram com a caça e o mel, as mulheres misturaram o mel com *kašk* e a festa começou. Enquanto homens e mulheres estavam dançando ao redor do cocho, uma velha estava sentada à parte, ao lado de sua casa, junto ao fogo da cozinha. De repente, ela viu um jaguar que, do alto de uma casa de cupim, olhava os dançarinos. Ela gritou e avisou que tinha um jaguar, mas este se escondera imediatamente; os dançarinos não quiseram dar crédito à velha e continuaram a dança. Uma menina, porém, ficou em pé atrás da velha, pondo-lhe, por trás, os braços ao redor do pescoço. Eis que o jaguar apareceu novamente em cima da casa de cupim. A pequena também o viu e gritou: "Lá está o jaguar! Lá em cima da casa de cupim!" Todos então olharam e, vendo o animal, ficaram com muito medo: "Ele nos matará a todos! Vamos agradá-lo!" Eles o chamaram, convidando-o para tomar parte na festa; o jaguar desceu e sentou-se no terreiro. Ele tinha um cordão de envira ao redor do pescoço, do qual pendia um dente de jaguar. Uma mulher de muita coragem encheu uma cuia de *kašk* e a levou ao animal: "Toma e bebe, *kodá-koro* (compadre)!" e o jaguar bebeu. Depois lhe apresentaram carne moqueada, e ele comeu. "Vamos dar-lhe muito *kašk* para ele ficar embriagado!", disseram os índios, e a mulher levou-lhe outra cuia cheia. "*Kodá-koro*", disse ela depois ao jaguar, "de certo tu sabes também dançar e cantar?" "Não", disse o jaguar, "disto eu não entendo", mas a mulher tanto pediu, que ele finalmente se levantou. Ele dançou sobre as patas traseiras, batendo com as dianteiras, de cima para baixo, e cantando: *"Čaxké-ye, čaxké-ye, dahó dahó!"* A mulher dançava diante dele, mas por precaução nunca lhe virava as costas, dançando para trás com o rosto virado para ele. Então o janguar cantou ainda uma segunda vez: *"Čaxké-ča rewimã hahá!"* (Ele cantava do seu enfeite do pescoço.) Quando ele acabou, a mulher lhe trouxe outra vez *kašk* e carne. Ele devorou toda a carne que havia na aldeia e ficou embriagado. Por fim, ele pediu à mulher uma rede e, deitando-se nela, começou imediatamente a roncar.

Os companheiros da festa combinaram o que deviam fazer: "Nossa festa está desfeita. Dançar não podemos mais. Quando ele acordar, nos matará a todos. Vamos fugir! Vamos deixar tudo! Vamos levar só as crianças!" Eles fugiram beirando o rio, até que chegaram a um salto. No poço abaixo do salto, pararam. De medo do jaguar, pularam no poço e se encantaram, e nunca mais apareceram.

Quando o jaguar acordou, seguiu-lhes o rastro e achou o lugar onde tinham entrado n'água. Durante muito tempo ele ficou com os olhos pregados no poço, mas como nada visse, foi finalmente embora.

A mulher e o casal de jaguares

Um homem foi ao mato para uma caçada de alguns dias, levando a mulher e quatro filhos. Como ameaçasse uma trovoada, fez um bom rancho, onde passaram a noite. Quando a chuva passou e as rãs começaram a gritar no brejo vizinho, o homem disse à sua mulher: "Dá-me uma vela de cera e um *ayó*! Vou apanhar algumas rãs, para termos alguma coisa para comer!" Sua mulher teve medo de algum jaguar o assaltar na escuridão, mas ele não quis tomar conselho e foi.

Mal ele havia apanhado a primeira rã, quando um jaguar, saltando sobre ele, o matou. O animal comeu o homem, deixando apenas a cabeça e alguns ossos. Depois de saciado, pôs a cabeça da vítima no *ayó* e a rã em cima, e levou tudo ao rancho onde tinha ficado a mulher com os filhos. Ela já estava com muito medo, devido à longa demora do marido e ficou agora muito satisfeita, porque, na escuridão, julgava que o jaguar fosse seu marido que voltava. O jaguar, entregando-lhe o *ayó* perguntou-lhe onde estava a sua rede, deitou-se nela e começou a roncar. A mulher, na escuridão, meteu a mão no *ayó*, tirou a rã e encontrou depois a cabeça. Apalpando-a, ela reconheceu que era a cabeça de seu marido. Enterrou-a a toda pressa e acordou os filhos: "Um jaguar matou vosso pai e está ago-



Mulher Kamakã, desenho de Rugendas.

ra deitado na rede dele! Vamos fugir, senão ele nos mata a todos!" Ela acendeu uma vela comprida e correu com os filhos mato afora. O seu menino maior havia levado o seu arquinho e três flechas.

Quando o jaguar acordou e achou o rancho vazio, correu imediatamente atrás dos fugitivos. A mulher, ouvindo-o aproximar-se, disse: "Devemos esconder-nos!" Havia ali um tronco velho de árvore que estava oco. Nele a mulher se meteu com os filhos. O jaguar chegou, descobriu o esconderijo e deitou-se ao comprido em cima do tronco, esperando que eles saíssem. No tronco havia um número de furos feitos por larvas de coleópteros. O menino mais velho viu, por um deles, o jaguar deitado no tronco. Ele procurou um outro furo sobre o qual se achava o peito do animal, e por ele atirou uma flecha no corpo do jaguar. Este saltou e, rolando pelo chão, morreu. "Ele está morto, minha mãe, vamos sair!", disse o menino. "Não! Não! Ele só está se fingindo de morto para poder apanhar-nos!" Mas o menino saiu e atirou-lhe uma segunda flecha no corpo. O jaguar não se mexeu mais.

A mulher, com os filhos, continuou a andar e chegou à margem de um rio, justamente acima do lugar onde este formava um grande salto. Tirando do *ayó* um novelo de fio, ela torceu um cordão grosso. Uma ponta dele foi amarrada numa árvore na margem, com a outra ela atravessou o rio a nado e amarrou-a, bem esticada, na margem oposta. Depois mandou que os filhos se segurassem no cordão e por ele atravessassem o rio. Mal as crianças haviam chegado onde estava sua mãe, apareceu, na beira, a fêmea do jaguar para vingar a morte de seu marido. "Como foi que passaste o rio?", gritou ela à mulher do outro lado. "Não estás vendo o cordão?", respondeu a mulher, "nele nós nos puxamos para cá!" "Eu também quero passar", disse a onça, "como é que se deve pegar o cordão?" "Com os pés!", mentiu a mulher. Então o jaguar fêmea pegou o cordão com as patas traseiras e começou a puxar-se para o outro lado, mas era muito difícil, e ao chegar ao meio do rio, já estava exausta. Neste momento a mulher cortou o cordão. A correnteza arrastou o animal para o salto, e ele morreu afogado. A mulher, com as crianças, escapou para a aldeia.

A onça teimosa

Um índio que era pajé estava caçando na mata e tinha matado um zabelê. De repente ele observou, no caminho, duas onças, vindas de direções opostas, que se encontraram. Ele se transformou em uma lagartixa e ficou sentado na casca de uma árvore grossa, na beira do caminho. As duas onças começaram a conversar: "Onde vais?", perguntou uma. "Vou para esta serra aí!", respondeu a outra. "E eu para aquela ali!", disse a primeira, e ambas continuaram o seu caminho. Quando uma delas passou rente à árvore, o homem deu-lhe um beliscão no pescoço. Ela se virou rapidamente: "Que foi que me beliscou?" Ela procurou no chão do caminho, achou uma formiga e esmagou-a: "Teria sido isto?" Ela achou um pedacinho de pau e quebrou-o: "Teria sido isto? Não! De certo foi algum homem!" Por fim ela foi andando, mas já depois de alguns passos ela voltou ao lugar e procurou de novo: "Não foi aqui que me beliscaram? Sim, naturalmente foi algum homem, mas eu hei de achar e de comê-lo!" Como porém todas as suas investigações fossem em vão, ela foi-se finalmente; mas um pedaço adiante, ela se sentou e olhou com insistência para trás. Pegando um pedaço de pau seco, brincou com ele como se fosse seu filhote. O índio há muito estava arrependido de ter mexido com ela. "Hoje eu não saio mais daqui!", disse ele consigo. Finalmente a onça foi embora. O índio depôs depressa o zabelê que tinha matado no lugar, e, transformando-se em passarinho, fugiu em rumo da aldeia. Não demorou muito que a onça voltasse novamente. Ela achou o zabelê e jogou-o fora: "O que me adianta isto? Eu não disse que tinha sido um homem! Com isto ele quer enganar-me, mas eu vou persegui-lo!"

Entretanto, o índio ia fugindo rumo à aldeia. Em caminho, ele encontrou um casal de velhos que estava trabalhando em sua roça. "Cuidado!", gritou ele ao casal, "atrás de mim vem uma onça!" Mas os velhos não fizeram caso do aviso, e a onça chegou e matou a ambos.

Quando o índio chegou à aldeia, mandou cortar um pedaço de um pé de barriguda que tinha mais ou menos o comprimento e a grossura de um homem, e mandou pendurá-lo com cipó num galho, por cima do caminho, de maneira que ele oscilava ao vento, tocando quase no chão. Ao lado dele os homens se puseram de emboscada. Quando a onça veio e viu o pedaço de pau mover-se, julgou que fosse um homem e lançou-se sobre ele. Então os homens dispararam de todos os lados suas flechas, matando-a.

O homem entre as antas

Na mata de uma serra morava um grande número de antas. Um índio foi caçar por lá, e os seus cachorros levantaram uma anta nova, que acuaram dentro do rio. O caçador feriu-a com uma flecha na coxa, mas ela escapou-se para a mata, e os cachorros perderam o rastro, enquanto ele mesmo seguia pelo rastro do sangue. Ele chegou ao lugar onde o animal ferido estava deitado no chão, gemendo, enquanto um

grande número de antas o rodeava. O irmão da anta ferida perguntou ao caçador se era ele o malfeitor, mas este o negou, dizendo que devia ter sido aquele outro caçador que caçava com os cachorros cujos latidos se ouviam de longe. O tapir perguntou então ao homem se não sabia alguma fórmula mágica com que ele pudesse curar a ferida; se ele conseguisse isto, ele havia de lhe dar a irmã por mulher. O homem experimentou a sua ciência e, depois de ter aplicado a fórmula três vezes, o animal sarou. "Agora podes casar com ela!", disse o tapir.

Durante algum tempo, o homem viveu então com a anta, mas esta só queria pastar de noite. Ela convidou o marido para vir com ela comer milho verde, mas o que ela assim chamava eram, na realidade, as folhas verdes das árvores que as antas comem. O homem corria na escuridão da noite atrás do animal que comia folhas e frutas de palmeiras, mas logo se aborreceu com semelhante vida. Uma noite ele se escondeu na copa de um jenipapeiro, de onde observou como sua mulher comia as frutas caídas. De repente, veio o irmão dela e perguntou: "Onde está teu marido?" "Ele ficou em casa", respondeu ela. "Teu marido não presta", continuou o tapir, "eu vou matá-lo!" O homem tinha ouvido o suficiente. Logo que os animais foram embora, ele desceu e fugiu, voltando aos seus parentes.

A batalha das aves

Quando as aves ainda eram gente, reuniram-se, um dia, todos para uma caçada. Na aldeia deixaram só duas moças, a Veada-mateira e a Veada-branca, debaixo da vigilância de um menino. Este armou sua rede debaixo da cumeeira da casa, enquanto as duas moças iam ao rio pescar. Um dia, elas encontraram lá o Socó e o Jenené* que, em companhia de uma grande tropa de outras aves aquáticas, estavam pescando. Eles deram às moças alguns peixes grandes, do comprimento de um braço. Quando as moças voltaram para casa, cortaram os peixes em pedaços grandes, e encheram com eles uma panela que puseram no fogo. O menino perguntou de onde lhes tinham vindo peixes tão grandes. As moças responderam que elas mesmas os tinham pescado, mas o menino não acreditou. Quando a comida estava pronta, elas o chamaram e lhe deram um pedaço de peixe. De repente, o menino descobriu, na carne do peixe, a fisga de uma flecha. Ele a escondeu cuidadosamente e não quis comer mais. Deitou-se na rede e não quis mais descer, por mais que as moças o chamassem para comer.

Quando os caçadores vinham voltando, ele foi ao encontro deles e disse: "As duas moças procederam mal na sua ausência. Elas tiveram relações com outros homens, que lhes deram peixes grandes!" – "É mentira sua!", gritaram logo alguns, dando-lhe alguns cascudos, mas outros objetaram: "Deixem-no contar!" – "Eu mesmo vi os homens", continuou então o menino, "eles são muitos e estão acampados na beira do rio para uma pescaria." E puxando a fisga que encontrara no pedaço de peixe: "Isto estava no peixe que as moças me deram para comer. Eu o escondi e não quis mais comer!" – "Estás vendo que ele tem razão?", disse o Gavião que era o chefe, "por que bateste nele?"

Todos saíram então para castigar as aves pescadoras, e houve uma grande batalha entre os dois partidos. As (sombras das) aves que foram mortas na batalha subiram cantando para o céu. (Não é que as aves pertencem aos céus?) Quando lá em cima cai uma pena e desce à Terra, ela aqui se transforma em ave. As aves pescadoras foram derrotadas. Então as duas moças também fugiram para o mato, lamentando-se: "Que será agora de nós duas?" Uma delas apanhou um pedacinho de pau no chão, rachou-o e colocou-o sobre o pé, e logo os seus pés se transformaram em cascos fendidos e ela mesma em Veada-mateira. A outra se transformou pela mesma maneira em Veada-branca.

(*) Animal não identificado. (N. do R.)

Os irmãos encantados

Um homem estava prestes a sair para uma viagem. Ele chamou seu irmãozinho e o mandou à roça para chamar a esposa. Quando o menino chegou à roça, viu a mulher sentada com alguns rapazes novos, comendo preás com eles. Ele voltou e contou o que tinha visto a seu irmão. "Vai socar milho no pilão e vamos nós mesmos fazer bolos de milho; com minha mulher eu não quero mais conversa!", disse este. Fizeram uma boa quantidade de bolos de milho; depois o homem disse a seu pai que fosse atrás deles, buscar a caça que lhe ia deixar no caminho. Ele foi com seu irmãozinho, matou uma anta, esquartejou-a e colocou os pedaços num moquém. Seus pais, seguindo pelos seus rastros, encontraram a anta. A mãe ali ficou, mas o pai continuou no rastro dos filhos. Este o conduziu ao rio, a um lugar onde se formava um grande salto. Quando o pai ali chegou, ainda conseguiu ver seus filhos mergulharem n'água, abaixo do salto. Eles se encantaram e continuaram a viver debaixo d'água; lá também existe muita gente. A mãe deles chorou e se lamentou muito quando seu marido lhe contou o que tinha acontecido. Ela quis mergulhar n'água também, mas seu marido a deteve: "Teu filho não gosta de ti! Ele ficará zangado se fores atrás dele!" Então os dois velhos voltaram para a aldeia.

O viajante

Um homem saiu mundo afora para conhecer povos estranhos. Em primeiro lugar ele chegou ao povo dos comedores de urucu. Estes o receberam amavelmente e lhe deram bolos *karãká*, feitos de massa de urucu. Ele, porém, não quis comê-los e continuou sua viagem.

Depois ele chegou aos comedores de piolhos. "Havemos de dar ao nosso hóspede alguma coisa para comer", disseram. Inclinando a cabeça por cima de uma bacia, derrubaram para dentro dela os piolhos que cobriram os seus cabelos, até encher o vaso. Este prato eles apresentaram ao homem; ele, porém, não quis comer e continuou a viagem.

Adiante, ele encontrou uma gente cujo corpo estava coberto de tumores. Eles também quiseram dar-lhe uma refeição. Espremendo o pus dos tumores, encheram com ele uma cuia e deram esta bebida ao homem. Este ficou horrorizado e continuou sua viagem com fome mesmo.

Finalmente, ele chegou à tribo dos Ratos. Estes tinham comida boa: milho, batatas, mandioca e outros produtos da roça. O homem estava contente e resolveu ficar com eles. Um dos Ratos tinha uma irmã, uma mocinha gorda (de 12 a 13 anos) que ele ofereceu ao homem por esposa, e este casou com ela.

Os Ratos, entretanto, tinham o costume de dormir durante o dia. Só depois de anoitecer eles iam à roça. Convidaram o homem para ir com eles, mas este, para poder andar no escuro, teve de levar uma lenha acesa, e apesar disto ainda tropeçava constantemente, pois os Ratos corriam com muita velocidade.



Homem Kamakã, desenho de Rugendas.

Num instante eles tinham colhido os frutos que precisavam e correram outra vez para casa. O homem não se pôde conformar por muito tempo com semelhante inversão de dia e noite. Deixou outra vez os Ratos e voltou para a sua aldeia.

A mulher-anta

Um índio havia repudiado sua mulher. Esta tomou seu filho pequeno e foi com ele para a mata, onde os dois viviam de caratingas e frutas. Na mata, ela encontrou-se com um tapir e teve com ele relações sexuais. Ela fez um jirau alto, e sobre ele sentou seu filho, com alguma comida, para que o tapir não o matasse. Depois ela mesma se transformou em anta. Ficou prenhe e pariu um pequeno tapir, que deitou debaixo do jirau. Ela havia feito um caminho do jirau a um poço do rio, onde se encontrava com o tapir que vinha por outro caminho, para banhar-se em sua companhia.

Nesse meio tempo, o irmão da índia procurou-a por toda parte na mata, e já pensava que uma onça devia tê-la comido. Um dia, porém, quando ele tinha trepado numa árvore, ouviu, de longe, o grito comprido do filho em cima do jirau. Marcando bem o rumo, seguiu na direção do grito e achou o menino. Perguntou-lhe onde estava sua mãe, e o menino respondeu que ela se havia transformado em anta. Então o homem mandou que o menino, com o seu pequeno arco, atirasse no filho do tapir, para fazê-lo gritar. O homem escondeu-se, porque já o tapir velho vinha correndo para ver o que tinha acontecido ao filhote, mas como não visse ninguém, voltou para atrás na carreira.

O homem disse a seu sobrinho que o esperasse no dia seguinte; depois foi e reuniu todos os seus irmãos e parentes para que o ajudassem a matar o casal. Sua irmã, ele mesmo mataria, enquanto os outros deviam abater o tapir. Eles se puseram de emboscada, ao lado do caminho deste, enquanto o homem foi ter com seu sobrinho e mandou que este matasse o filhote de tapir com as suas flechinhas. Quando este gritou sob as flechadas do menino, os pais acudiram imediatamente, mas o tapir foi morto na sua trilha pelos parentes do homem, enquanto este matou a anta junto ao jirau. Depois levou seu sobrinho para casa, mas estava desconfiado e disse ao menino: "Se tu também te transformares em tapir, eu te materei da mesma maneira."

Os pigmeus

Existe uma tribo de nome *Šakityewanéw*, cujos homens não são mais altos que isto (um metro); as mulheres são ainda menores. Contudo, esses pigmeus são muito mais fortes que homens comuns.

Um índio chegou, inadvertidamente, à aldeia dos pigmeus, onde só estava em casa o chefe e sua mulher. O chefe estava consertando flechas, e ela fiando algodão para fazer um *ayó*. O visitante era um falador incorrigível, e como tal de má nota, mesmo entre seus próprios parentes. Julgando que o casal de pigmeus fosse crianças disse ao chefe: "Menino! Deixa as flechas de teu pai! Ele vai te bater quando voltar!" Depois dirigiu-se à mulher: "Por que estás mexendo no trabalho de tua mãe? Quando ela voltar, ralhará!" O chefe estava furioso com semelhante tratamento, mas não deixou transparecer nada, convidando o homem para ficar até que os outros chegassem.

Depois de algum tempo, os pigmeus voltaram da caçada, arrastando antas, veados e porcos mortos; depois começaram a beber *kašk*. O chefe chamou sua gente de parte e disse: "Temos de matar este homem! Ele nos insultou! Ele nos ralhou como a crianças!" Então convidaram o homem para beber com eles, e tanta bebida lhe deram que sua barriga ficou inchada. Depois, cercando-o, com a sua grande força atiraram-no ao ar, e quando ele vinha caindo, rebatiam-no com a palma da mão, atirando-o uns aos outros. Depois de terem brincado de peteca com ele durante algum tempo, deixaram-no de repente cair no chão, onde ele bateu com tanta força que sua barriga rebentou.

O irmão do morto esperou durante muito tempo, em vão, pela sua volta. "Talvez uma onça o tenha devorado!", disse ele. "Vou procurá-lo!" Seguindo o rastro de seu irmão, também chegou à aldeia dos pigmeus. Também ele só encontrou o chefe com sua mulher em casa, trabalhando, mas nada disse, mirando-os calado. Finalmente perguntou: "Meu irmão não passou aqui?" – "Sim", respondeu o chefe, "ele veio, e eu mandei matá-lo porque nos insultou. Ele nos ralhou como a crianças. Por que ele não chegou com bons modos, como tu?" – "Sim", disse o irmão do morto, "ele sempre foi mau falador, e se o mataste porque vos insultou, nada mais eu tenho a objetar." Então o chefe mandou lhe dar uma cuia de *kask* e o deixou voltar em paz.

Lutas com os Patašó

Os Kamakã saíram para serra em busca de cana de flecha. Numa clareira na mata eles fizeram um grande rancho (oval?) onde deixaram as mulheres e crianças, enquanto os homens foram para a serra.

Depois da partida dos homens, algumas moças resolveram ir buscar frutas na mata; suas mães, porém, as proibiram, até que uma mulher de certa idade se ofereceu para acompanhá-las.

Na mesma hora, os Patašó[26] cercaram o rancho. Escondidos na mata, eles imitavam toda a espécie de bichos, um assobiando como uru, outro roncando como mutum, outro grunhindo como porco, um quarto chiando como coati, etc.

Na aguada do rancho, estava uma mulher lavando a rede de seu marido, e junto dela alguns meninos estavam brincando de "macaco" nos galhos de uma árvore. De repente, um deles observou como, um pedaço mais abaixo, um Patašó atravessou o rio, disfarçado com umas folhas na cabeça. Julgando que se

tratava de seu pai, ele gritou para a mulher: "Aí meu pai já vem voltando!", mas logo os Patašó chegaram, e a flechadas mataram os meninos, que caíram da árvore, um após outro. Um menino de seis ou sete anos, porém, correu para o rancho, gritando: "Os Patašó! Os Patašó!" Ele correu em ziguezague para evitar as flechas que os Patašó atiraram nele, e assim conseguiu passar pelo círculo dos inimigos, pondo-se imediatamente em caminho para o lugar onde sabia que os homens estavam tirando cana de flecha. Os Patašó mataram a mulher na aguada e encontraram as moças que justamente tinham saído do rancho. Estas tentaram escapar para dentro do rio, mas os Patašó sempre as flecharam, e a correnteza levou os seus corpos rio abaixo. Uma das moças, porém, tratou de fugir por terra, perseguida por um dos Patašó. Ela fugiu em direção de um lago que existia um pouco abaixo do rancho; correu ao redor dele e saltou finalmente n'água. Mergulhou, ficando somente com o nariz, que ela cobriu com uma folha, fora d'água. O perseguidor procurou-a por muito tempo, em vão, dando-a finalmente por perdida. Ela saiu do lago e tomou o caminho para uma outra aldeia dos Kamakã que ela conhecia. Chegando à aguada, ficou sentada, porque havia perdido a sua tanga na fuga e tinha vergonha de aparecer nua na aldeia. Esperou até que uma mulher veio buscar água e contou-lhe a sua desgraça. Esta trouxe lhe uma tanga e a levou para a aldeia. – O menino e a moça foram os únicos que conseguiram escapar do cerco.

Entretanto, os Patašó mataram todas as mulheres e crianças que tentavam fugir do rancho. Para qualquer lado que queriam escapar, eram sempre recebidas a flechadas; não escapando nenhuma.

Nesse meio tempo, o menino também estava se aproximando do lugar onde se achavam os homens. Um destes estava tratando de sacudir para baixo, por meio de um cipó, uma flecha que ele tinha atirado num macaco e que ficou fincada numa epífita. O menino chamou-o. "Que estás procurando aqui?", perguntou o homem. "Vinde depressa!", respondeu o menino, "os Patašó mataram todas as mulheres e crianças no rancho! Só eu pude escapar!" Então os homens juntaram as canas de flechas que já haviam cortado e formaram um conselho: "Que devemos fazer? Decerto teremos de nos vingar dos Patašó!" Voltaram ao rancho. Aí jaziam espalhados, por toda parte, os cadáveres das mulheres e crianças, crivados de flechas. Eles fizeram uma cova grande, onde sepultaram todos juntos; depois fizeram flechas e arcos novos. Numa carreira comprida, eles encostaram os arcos e as flechas no tronco de uma árvore que jazia no chão, e um deles foi passando, fazendo tinir as cordas retesadas de todos os arcos, para conhecer pelo som se o proprietário morreria na empresa. A corda de arco de um dos homens não tinia. Procuraram dissuadi-lo de tomar parte, ele, porém, declarou que havia de ir, mesmo para morrer, porque os Patašó já tinham matado sua mãe e sua mulher. A mesma declaração fez também um segundo cuja corda de arco também não tiniu.

Assim eles saíram e cercaram o rancho dos Patašó, exatamente como estes haviam feito com o dos Kamakã. A primeira pessoa que mataram foi a uma mulher que estava cortando palmitos na mata, adiante do rancho, depois outra mulher veio vindo pelo caminho. Recebendo uma flechada, ela correu para trás, para o rancho. Agora os Patašó precipitaram-se do rancho para todos os lados, procurando romper o cerco, mas foram mortos a flechadas até o último. Os Kamakã só perderam na luta aqueles dois homens cujas cordas de arco não tinham tinido.



Mura

Os Mura são oriundos do rio Madeira, de onde se espalharam, durante o século XVIII, em guerrilhas temíveis até São Paulo de Olivença, no Solimões, Oriximiná, no Trombetas, e a foz do Jamary, no sul. Em 1784, fizeram as pazes com os neobrasileiros, e hoje ainda existem em numerosos núcleos pequenos e mesclados, principalmente na região do Autaz e do baixo Madeira. Seu número total é de uns 1.500. Sua língua é isolada. Os fragmentos de lendas foram colhidos no Autaz, em 1926.*

Constelações

A mancha preta na Via-Láctea, entre as constelações do Cruzeiro e do Centauro, representa um peixe-boi, junto do qual estão dois pescadores. Um deles é levado para o fundo d'água pelo peixe-boi que o tomou às costas, enquanto o outro se prepara para arpoar o animal. Atrás do peixe-boi, vê-se a espuma d'água (Via-Láctea) causada por ele.

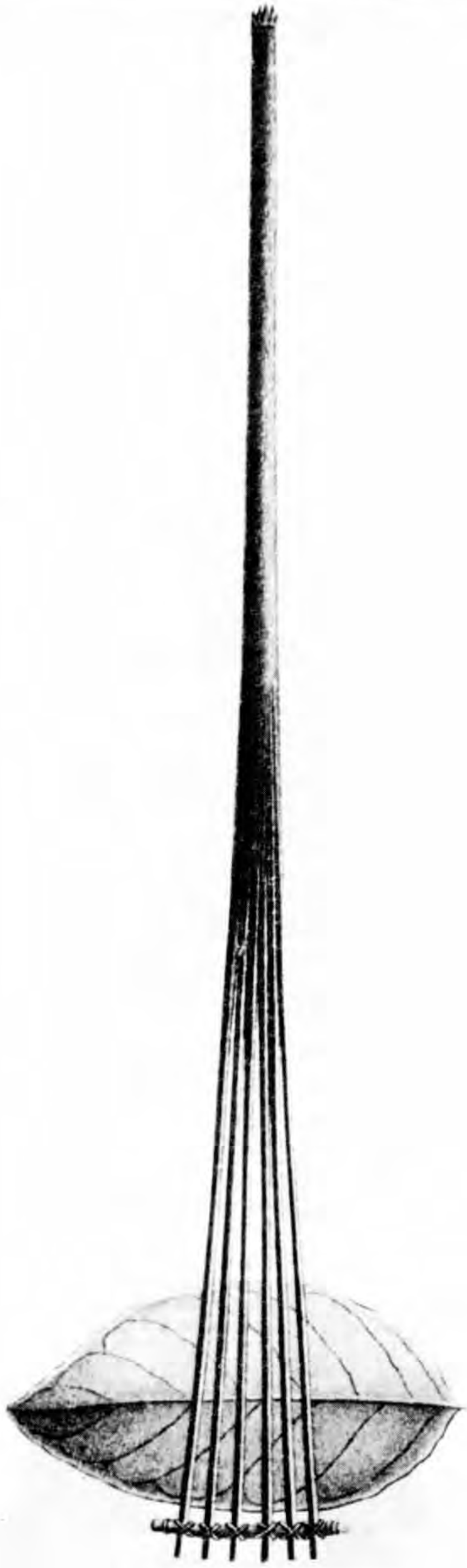
O arco-íris

O arco-íris é a boca aberta da cobra grande, pela qual as almas dos defuntos entram no céu. Para que a cobra as deixe entrar, mete-se uma moeda na boca do defunto ou, se for muito pobre, uma rãzinha.

O dilúvio

A água começou a subir. Os homens fugiram à procura de algum lugar onde estivessem a salvo. Achando um rochedo alto, ali se reuniram, vivendo dos animais que igualmente se haviam refugiado nele. Quando, finalmente, a água desapareceu, eles não acertaram mais o caminho de volta

(*) Os Mura são hoje 1.300 indivíduos que habitam cinco aldeias nos municípios de Manicoré, Auxiliadora e Autazes, no Estado do Amazonas (**N. do R.**)



para a sua terra, de tão longe que haviam fugido, mas um pajé conduziu-os para trás, direto no rumo do leste, para o lugar da antiga aldeia.

O incêndio universal

Na margem setentrional do Amazonas podem-se ver ainda hoje os vestígios do incêndio universal, no terreno árido, coberto somente de arbustos baixos e secos, perto de Manuas. Os homens fugiram. Um deles cavou um buraco fundo no chão com um motá que conduzia para baixo. Ele escorou as paredes do buraco com paus, para não caírem. Levou lenha e folhas de palmeiras para baixo e fez uma choça. Sua mulher fez trinta potes que encheu com água. Depois ele fechou a boca do buraco com uma laje, e esperou pelo fogo que passou por cima com ruído. Em distância de uma légua do fogo, já se sentia o calor. Também, dentro do buraco, o calor aumentou. Depois de duas semanas, ele apalpou a laje e sentiu que ainda estava quente. Esperou que ela esfriasse e depois empurrou-a para o lado, com auxílio de seus dois filhos (ele tinha também uma filha). Ele encontrou a terra toda árida, sem água nem plantas. Só havia o céu e a terra. Ele trouxe o seu material para cima e fez uma casa, mas estava muito triste porque só lhe restavam dez potes com água. Então ele viu passar o Espírito Santo, com tambores e bandeiras, e lhe pediu água. A Santo Antônio ele pediu peixes; a São João, palmeiras; e a São Pedro, maniva. Este mandou que ele virasse as costas, e quando ele teve licença de olhar, a maniva já tinha um pé de altura.

A flauta dos porcos-do-mato

Um homem, casado de novo, foi ao mato caçar porcos e matou uma porca que tinha leitões. Os outros porcos, cercando-o, obrigaram-no a se refugiar numa árvore, de onde ele matou ainda dois outros deles. Mas os animais escavaram as raízes da árvore, e, quando esta caiu, eles agarraram o homem, levando-o. A mãe dos porcos (*tapeyára*), um animal pequeno e vermelho, conservou-o em sua companhia. Quando eles passavam em lugares onde havia uixis, buritis ou biribás, ela perguntava se ele comia essas frutas e ele respondia que sim. De noite o homem teve de dormir entre eles e, assim que tentava levantar-se, os porcos também, imediatamente se levantavam grunhindo e farejando.

Um dia eles voltaram ao lugar onde os porcos o haviam aprisionado. O homem se deitou ao pé de uma árvore, à beira d'água e, quando todos estavam dormindo, ele trepou, passou pelos galhos de uma árvore para outra, saltou n'água e se escondeu na copa de uma árvore do outro lado. Tinha levado a flauta dos porcos consigo. Antes de clarear o dia, os porcos descobriram a sua fuga e cercaram o igapó à sua procura sem, porém, descobri-lo. Ele foi para casa, onde encontrou mulher e filhos que já suspeitavam que ele tivesse morrido em algum desastre.

Ele convidou a mulher, o irmão e os cunhados para caçarem porcos em sua companhia. Ficando todos na canoa, ele soprou duas vezes a flauta. Logo apareceu, em tropel, um grande número de porcos, dos quais ele matou tantos quanto quis.

Mais tarde chegou seu outro irmão do Pará e quis saber como tinham matado tantos porcos. Tirando a flauta do cesto do irmão, o que havia chegado disse que aquele tinha sido muito tolo de se deixar capturar pelos porcos. Ele foi pelo caminho

da terra e soprou a flauta, mas os porcos chegaram, mataram-no e levaram outra vez sua flauta.

NOTAS

(1) A relação de *Kramdywú* dos Kayapó corresponde aproximadamente à relação *kramgéd-ti–pa-kram* dos Apinayé. Entre estes, quando uma criança atinge a idade de uns cinco anos, seus avós lhe escolhem um padrinho (*kramgéd-ti*) e uma madrinha (*kramgédy*). O nome que eles dão ao afilhado é *pa-kram*. Este os trata com o mesmo respeito devido aos pais e avós. A principal obrigação destes padrinhos consiste em fornecer enfeites e objetos cerimoniais ao afilhado. Entre os Kayapó, esta relação não depende da livre escolha – pelo menos até certo ponto –, como no caso dos Apinayé: certas famílias matrilineares estão tradicionalmente nesta relação com certas outras, sendo uns os padrinhos dos filhos dos outros. Estes compadres se tratam entre si de *kra*, e as comadres de *kram*.

(2) As aldeias dos Kayapó, como as dos Timbira Orientais e as dos Apinayé, têm forma circular. Entre os últimos, esse círculo é a imagem do sol.

(3) As classes de idade dos Kayapós não são organizações como as dos Timbira Orientais, onde todos os iniciados juntos pertencem vitaliciamente a uma mesma classe, sem jamais poder passar para outra. Entre os Kayapó, como entre os Apinayé, o indivíduo passa com a idade sucessivamente de uma para outra. Das oito classes de idade masculinas dos Kayapó (inclusive três classes intermediárias), é a dos *Me-norõ-ní-re* (moços que já usam o estojo peniano) a mais importante e que mais se destaca socialmente. A dos *Goromanõro* abrange os candidatos à classe dos *Me-norõ-ní-re*, mas que ainda não receberam o estojo peniano, e estão sob a tutela destes. Os *Me-kra-re* são os pais de família. Cada classe de idade tem dois chefes, que trazem o título de *Kadywúdn*.

(4) Ver nota (3).

(5) Ver nota (3).

(6) Cada aldeia dos Kayapó tem dois chefes (*Me-bẽ-nyadywóre*).

(7) Ver nota (3).

(8) Todos os Timbira, como também os Kayapó e os Šerente, ignorando a cerâmica, costumam preparar a comida colocando-a embrulhada em folhas, sobre o chão quente de uma fogueira, debaixo de pedras aquecidas na mesma fogueira e coberta com uma grossa camada de terra.

(9) Cinto de algodão guarnecido de pingentes de casco de anta na borda inferior. Ver Krause, **In den Wildnissen Brasiliens**, Leipzig 1911: p. 384 e estampa 679.

(10) Rivet (**Langues Americaines**, p. 690) cita os Kubenépre como tribo da família lingüística Tupi, nas matas virgens do Alto Itacaiúnas. O texto não permite a verificação da fonte em que ele se baseia, mas a existência desta tribo Tupi parece-me muito duvidosa.

(11) Estas notícias fantásticas dos Kayapó parecem referir-se a uma tribo que existe de fato. Já a tradição dos Apinayé (Nimuendaju, **The Apinayé**, p. 3) menciona os **Kupẽ-rop** (os Cupẽ-lobo dos neobrasileiros) co-

(14) O caracol é o principal remédio mágico para onças: quando se teme o assalto de uma onça na mata, esquenta-se um caracol no fogo, movendo-o na direção do lugar onde se presume estar o animal.

(15) Imediatamente depois do parto, pai e mãe são postos em reclusão, submetendo-se, em favor da saúde do recém-nascido, a uma dieta de batatas e beijus de mandioca, até a queda do cordão umbilical da criança.

(16) Esse ***Kaben-dywudn*** dos Kayapó tem mais ou menos as funções dos conselheiros dos Apinayé (pessoas que têm a função de admoestar em discursos públicos os habitantes da aldeia e de cuidar do cumprimento das tradições).

(17) Ver nota (1).

(18) Certos cacetes dos Kayapó terminam em forma de ponta de lança, e como tal podem ser usados. Ver Krause, **In den Wildnissen** etc., estampa 24-2 (o primeiro homem da esquerda).

(19) Provavelmente para evitar que a pele do ventre se torne flácida em conseqüência do parto.

(20) Bebida fermentada de milho.

(21) Os Kaingang do Ivaí reconheciam, em ambas as suas metades exogâmicas, quatro (ou mais?) classes, consideradas de maior ou menor sensibilidade quanto a influências más, e conseqüentemente com funções cerimoniais diversas. A classe dos *Pényẽ* era considerada inferior, sendo a menos sensível a feitiço, impureza e doenças. Aos *Pényẽ* cabiam as funções de mais importância na ocasião de um óbito, pois só eles podiam lidar sem prejuízo com o cadáver e com a viúva.

(22) A tribo dos Palikur é composta de sete (antigamente, onze) clãs patrilineares não-localizados. O clã *Kamõhiyune* estava, em 1925, já praticamente extinto, visto não existir mais nenhum representante masculino dele.

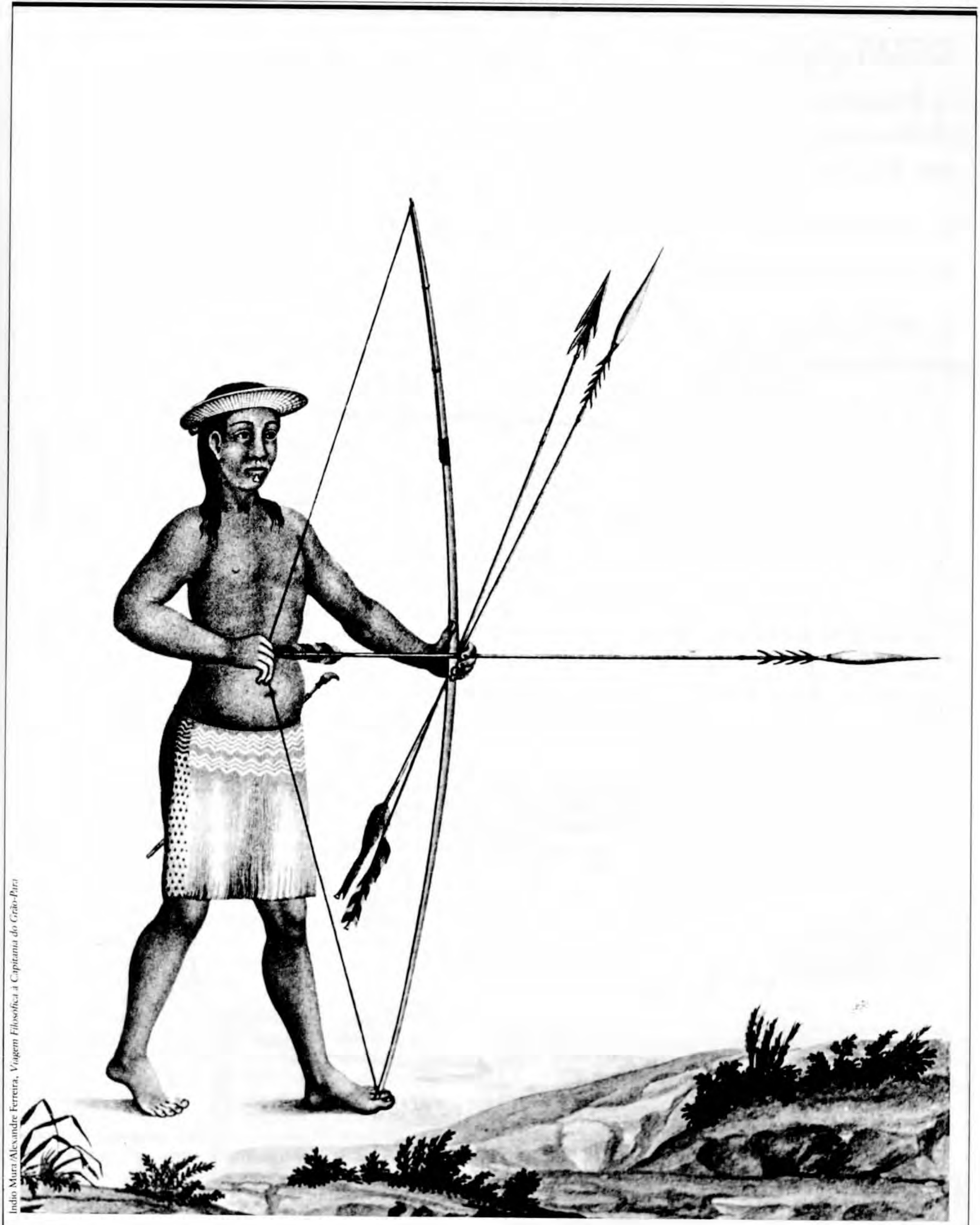
(23) Saco de carga trançado em malha, usado por muitas tribos do Nordeste do Brasil.

(24) Os dois episódios fragmentários dessa lenda indicam que os Mašakarí possuem um mito de Sol e Lua, semelhante ao dos Kamakã, e também ao dos Šerente e Timbira. O fato de que no mito Mašakarí a Lua, feminina, também toma parte no roubo das flechas torna provável que eles, ou adotaram a lenda de outra tribo onde Sol e Lua são ambos masculinos, ou adotaram secundariamente o conceito de que a Lua é feminina. Em favor da segunda hipótese fala o seguinte: no vocabulário Mašakarí de Saint-Hillaire, Sol e Lua ainda não se chamam, como hoje, *Manyuán* e *Maniyuán-hey*, mas *Apocai* e *Puá*, como entre as tribos, estreitamente relacionadas aos Mašakarí, dos Makuní (*Apucaai* e *Puaan*) e Kapošó (*Apucoj* e *Pua*). Os nomes atualmente usados pelos Mašakarí procedem visivelmente da língua dos Patašó, que chamam Sol e Lua de *Manũ* (cf. Wied: *Mayon*) e *Manun-tiá* (cp. Patašó: *bẽk-tiá* = mulher).

(25) *Wadyé* é também o nome de uma das metades (não exogâmicas) que formam os *teams* dos Kamakã nas corridas de tora, sendo que a outra é *Wanã*. A mãe da criança escolhe a metade a que esta deve pertencer por toda a vida.

(26) Os Patašó, inimigos principais dos Kamakã, são uma tribo de língua isolada e de cultura extremamente primitiva que habitava o interior entre o rio Contas e Mucuri, no sul do Estado da Bahia. Em 1938 existia ainda uma dúzia de remanescentes no Posto Paraguaçu do Serviço de

uma tribo absolut



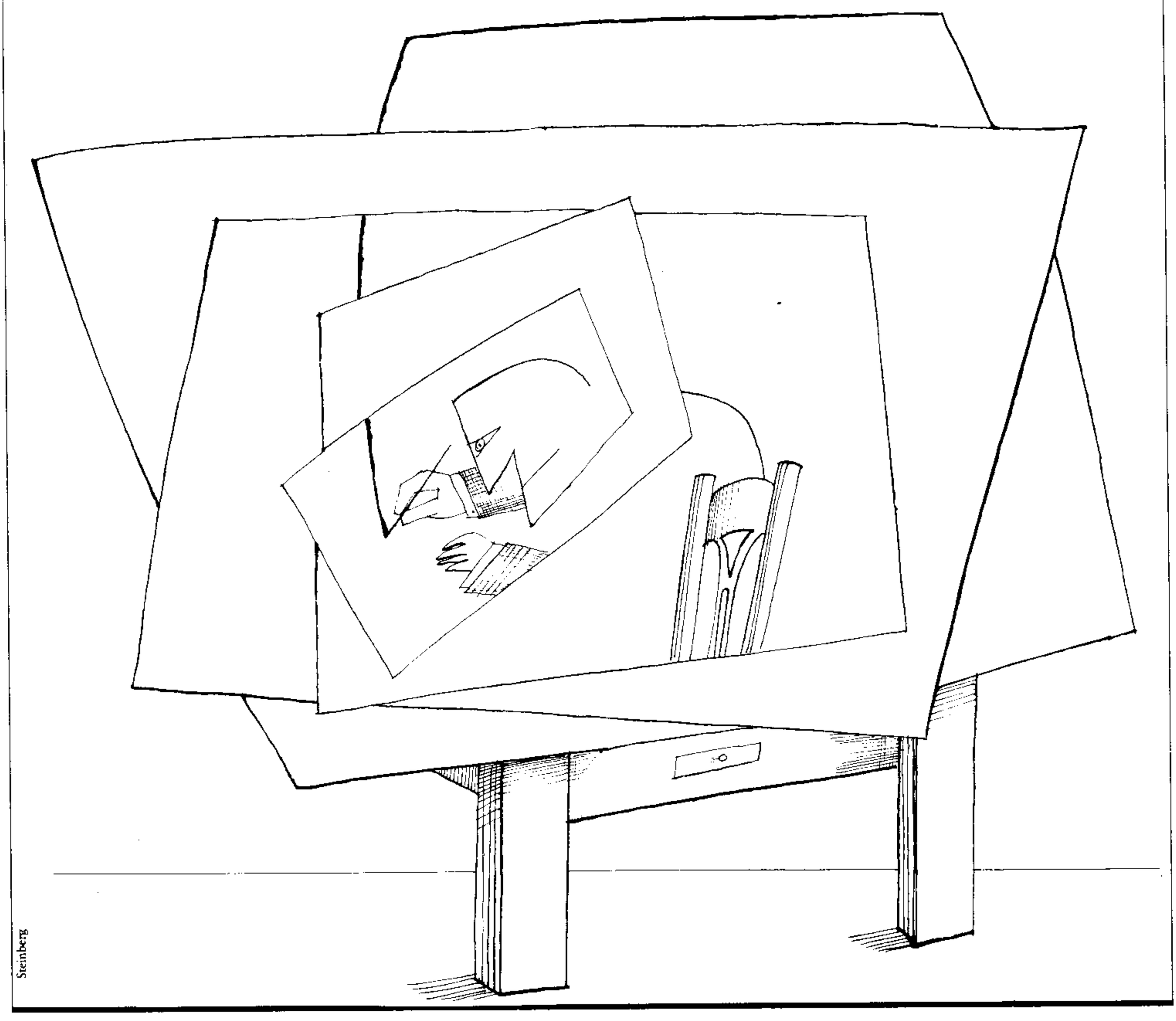
Indio Mura /Alexandre Ferreira, *Viagem Filosofica à Capitania do Grão-Para*

IDÉIAS

O Paradigma Estético (A Sociologia como Arte) *por Michel Maffesoli*

A Universidade e a Cultura Brasileira *por Hélio Jaguaribe*

A Arte Mimética *por Mário Perniola*



Steinberg

O PARADIGMA ESTÉTICO

(A Sociologia como Arte)

*MICHEL MAFFESOLI**

"Geralmente os originais têm sido nomeadores."

(F. Nietzsche, *A gaia ciência*)

1. O ensaio acadêmico

Em oposição à *social engineering*, sob suas formas mais ou menos sofisticadas, talvez seja tempo de reivindicar para o sociólogo o direito de poetizar, de estetizar sobre o desenvolvimento social. Quer dizer, estar mais perto, sentir este desenvolvimento que, no sentido conferido pelo romantismo alemão (*Entwicklung*), está mais próximo do crescimento do que da evolução.

Recomeçamos a saber, e sobretudo a não mais ter medo de dizer, que o conhecimento não se limita à ciência; cada vez menos a uma certa forma da ciência. Assim, ficar atento ao que sugeri chamar a "respiração social" não será uma atitude de circunstancial mas uma exigência intelectual que saiba integrar a multiplicidade dos elementos componentes desta sociedade cada vez mais complexa que está em via de se constituir. É aliás interessante notar que encontramos na pena de E. Canetti referências à "memória respiratória" ou à "economia respiratória". Canetti observa que embora a ciência – este "*parvenu* da humanidade", diz ele – tenha negligenciado esta dimensão, a organização de nossas sociedades, de nossas cidades, repousa sobre o ajustamento dos "espaços de respiração"[1]. Relembrando que a mitologia veicula muitas imagens atmosféricas, destacaremos o fato de que desde sempre o sopro e a vida estão intimamente ligados. Assinalemos, enfim, que as técnicas respiratórias vindas do Oriente se inscrevem, sem dúvida, num processo de conhecimento que não se pode mais negligenciar.

Essas referências insolentes permitem ressaltar a importância do ambiente que caracteriza uma época. Portanto, para além da redução conceitual, a descrição, a tomada de impressões, todas as coisas que combinam a fenomenologia e a poesia poderão encontrar seus lugares nas nossas disciplinas. A multiplicidade das respirações sociais, outra maneira de dizer estilos ou modos de vida, não é simples conseqüência desse ou daquele fator econômico ou político, nem pode resumir-se a uma simples categorização psicológica. Ela possui sua própria autonomia e, de certa forma, traduz uma vida animal, irreprimível e um tanto bárbara, mistura de paixões e de sentimentos, vida que tende cada vez mais a fazer explodir o aspecto policiado da civilização.

É isso que nos pode incitar a ultrapassar a velha desconfiança que, desde Platão, pesa sobre o "gozo", inclusive o gozo intelectual. Nós lembramos, por exemplo, como Fausto, no começo da era burguesa, vai destronar o verbo e escrever simplesmente: "No princípio era a ação!" (Goethe. *Fausto*, 1. "Gabinete de Estudo). É nesta linhagem que de seus gabinetes de estudo também os intelectuais passam a ver nas diversas modulações da ação os únicos vetores da vida social.

Será necessário voltar a isto, mas parece que o "devir comunicacional" de nossas sociedades nos obriga a reconsiderar o problema: devolver ao verbo o lugar que lhe cabe, e dar atenção às imagens e à retórica social que, da conversa de bar aos discursos políticos, pontuam a existência cotidiana. A palavra, a do encontro casual ou a da transmissão informática, é um elemento interativo e como tal merece crédito. Por conseguinte, o jogo ou o gozo da palavra do sociólogo não será um simples *flatus vocis*, mas de fato a expressão do ambiente de um momento.

Num tempo que não deixa de lembrar o nosso, o da antiguidade tardia, Santo Agostinho soube manejar com felicidade, diante dos filósofos que se deleitavam na abstração, o método alegórico. Assim fazendo, registrava o desmoronamento de um mundo, e sua palavra não conta pouco na constituição da civilização cristã que então se elaborava. A proliferação de imagens de suas análises está em perfeita consonância com a explosão do real que ele observava[2]. Em outras palavras, toda coisa nova que se manifesta necessita visualizar seu objetivo e desse modo se visualizar. À parte o desenvolvimento tecnológico, pode-se fazer a aproximação entre o fim do mundo antigo e o fim da modernidade: às imagens imateriais da pós-modernidade deve poder corresponder o processo alegórico de nossas análises. Cabe aqui referência ao belíssimo livro de R. A. Nisbet que, particularmente quando ele se interroga sobre a imaginação sociológica dos pais fundadores, não deixa de sublinhar que eles "não cessaram jamais (...) de ser artistas". Para ele, é possível considerar a "sociology as an Art Form". Assim, os conceitos que nós utilizamos resultariam, sem exceção, dessas intuições ou visões que são "tão próprias do artista quanto ao sábio"[3]. Os exemplos que ele nos dá nesse sentido são absolutamente comprovadores e mostram bem a inutilidade das de-

---

(*) Michel Maffesoli é professor na Sorbonne, dirige os centros de estudo sobre o Atual e o Quotidiano e o de Pesquisa sobre o Imaginário. Autor de vários livros, dentre os quais foram traduzidos para o português *A Lógica da Dominação*, RJ, Zahar, 1978, *A Violência Totalitária. Ensaio de Antropologia Política*, RJ, Zahar, 1981, *A Conquista do Presente*, RJ, Rocco. 1984, e *A Sombra de Dioniso. Contribuição à Sociologia de Orgia*, RJ, Graal, 1985.

A tradução do original francês é de Regina Clara Simões Lopes.

finições preliminares no processo científico. Ele assinala igualmente que Simmel é "entre os grandes sociólogos aquele para quem a imaginação e a intuição têm o papel mais importante"[4]. De maneira mais precisa, aliás, o que é indicado através do exemplo de Simmel é que toda grande obra repousa sobre a tensão paradoxal de aspectos estéticos e de aspectos gerais. É o que faz a riqueza dessas obras e sobretudo o que as diferencia "de algumas das ciências físicas"; e eu acrescentaria: é o que as diferencia de todas as ciências desses engenheiros sociais que decretaram de uma vez por todas que a cientificidade se media pelo tamanho do tédio que elas suscitam.

De fato, o não-conformismo no processo simmeliano, sua consideração por objetos ditos menores ou secundários, lhe valeram a censura infamante de esteticismo ou ensaísmo[5]. O que não o impede de ser mais uma vez atual, e isto, entre outras razões, porque, com premonição, reconheceu "que é absolutamente fútil querer reservar o título de ciência à determinação das leis e não concedê-lo à observação dos fatos"[6]. Não se pode exprimir melhor a necessidade da verificação ou da descrição fenomenológica. É o que faz com que aquilo que eu chamaria o *ensaio acadêmico* tenha seu lugar na Universidade, sobretudo num tempo em que, a partir da mudança de valores que se opera, é necessário estar atento ao que se encontra *in statu nascendi*. E para os que teriam alguma dificuldade em admiti-lo, pode-se lembrar que "gerir o saber estabelecido e sentir o que está em via de nascer são apenas os dois pólos da tensão que constituem a harmonia conflitiva de todo conhecimento"[7]. Assim, ao lado de uma sociologia sociologizante, uma sociologia estetizante pode preencher o papel de cabeça investigadora no novo mundo que se anuncia.

2. O "formismo" como categoria cognitiva

Assim, no pluralismo do conhecimento pode existir um estetismo metodológico; este não significa em absoluto uma abdicação do pensamento. E mais: pode-se dizer, de uma maneira heurística, que existem momentos em que ele está em perfeita congruência com o espírito do tempo. É nessa perspectiva que se poderia falar de uma sociologia "formista". Este neologismo, que já expliquei anteriormente, pretende considerar a *forma* tal como é vista por G. Simmel, como um molde cognitivo, e este, inscrevendo-se numa tradição que, da filosofia aristotélica à biologia contemporânea, passando por Goethe e Spengler, tem suas cartas de nobreza.

Digamos sucintamente que é porque a reflexão estética foi uma preocupação constante de Simmel que ele elaborou esta noção de *forma*[8]. E ela traduz uma verdadeira obsessão: a de relação, da ação recíproca, ou ainda do que ele chama de "conceito de correspondência" (*Verhältnisbegriff*).

"Todo o interesse do 'formismo' é considerar a possibilidade de um desenvolvimento orgânico do social."

A forma é, acima de tudo, um *a priori* que ordena as situações e as particularidades observáveis, pondo em relação motivações e maneiras de ser que não são nem exclusivamente racionais, nem exclusivamente sensíveis. Assim, de uma maneira nuançada e, no sentido simples do termo, relativista, o sociólogo pode compreender a complementaridade, talvez confesse dizer a sinergia dos diversos elementos do dado social. É intencionalmente que emprego aqui esta expressão. Em oposição ao pensamento crítico que, segundo sua etimologia, seleciona, pesa, separa o verdadeiro do falso, o formismo é sobretudo um pensamento afirmativo: o dado é aceito *porque está aí*. Vê-se bem, aqui, a influência de Nietzsche. Mais que de compromisso ou de aceitação do *statu quo*, poder-se-ia falar da conjunção das sensibilidades eleática e heraclitiana. Há um texto de Simmel que precisa bem essa conjunção. "Assim como nosso conhecimento apreende de um lado o durável na mudança e de outro lado o mutável na duração, assim também... a evolução orgânica constitui o indivíduo como a soma das propriedades da espécie e lhe outorga, no entanto, a capacidade de adaptar-se *a formas e exigências novas da vida*"[9]. *A priori* e empirismo. O dado é constituído simultaneamente pelo preexistente e pela cristalização sintética das atitudes induzidas por esse preexistente; ao mesmo tempo arquétipo e estereótipo. Seria necessário encontrar imagens na física ou na astrofísica contemporâneas para explicar a dinâmica das partículas em movimento e a estática do conjunto. É desta tensão que é constituído o dado social[10].

Toda a arte do sociólogo consistirá em reconhecer, verificar e descrever esta tensão da forma e do minúsculo. Menos crítica que constatação, como já foi dito anteriormente. Se tal atitude transgride o que, desde o *Aufklarung* parece ser o fundamento do processo intelectual, ela não é menos performante quando se recomeça a reconhecer que, fora de um longínquo finalismo, os fatos miúdos da existência quotidiana são em si mesmos plenos de sentido: *Zwecklos aber sinnvoll*. Deve-se reconhecer que é a preocupação estética que ressalta a importância do anódino, do detalhe como parte constituinte do todo. Alcança-se aí toda a reflexão da Escola de Palo Alto sobre a "proxêmica"; nas suas diversas modulações, o próximo, o que eu posso tocar, o que se visualiza diretamente, não é desprovido de conseqüências em nossa relação com o mundo. Mas isso impõe uma mudança de ótica. Com efeito, declara Simmel, "nossa inclinação para criticar está em conexão com a nossa maneira *mecânica* de ver as coisas"[11]. Parece-me que todo o interesse do "formismo" é justamente considerar a possibilidade de um desenvolvimento orgânico do social. O relacionamento e a ação recíproca (*Wechselwirkung*), de que já tratamos, e que se aplicam a essas pequenas coisas que se esgotam no ato (refeições, enfeites, coquetismo, rituais, polidez, etc.) fazem com que a forma não seja de modo algum uma idéia platônica, intangível e de efeito perfeitamente unívoco. Pelo contrário, ela abrange o móvel, a interação. Isto é a organicidade. Para retomar a imagem do desenvolvimento (*Entwicklung*) empregada no início, a árvore cresce e desenvolve suas potencialidades a partir da "forma", ou ainda, para utilizar uma outra metáfora, como se fosse a *determinatio*, a demarcação, que delimitava um campo em relação ao deserto, ela

circunda mas dá a ser; permite que haja trigo de preferência a nada. Permitindo pensar o constante e o mutável, a forma é uma outra maneira de dar conta do princípio interno de organização, da *ratio seminalis* que faz com que em toda estruturação haja correspondência, ação, retro-ação, tudo o que nos ensinou a cibernética. É neste sentido que o estetismo da forma pode ser chamado um molde cognitivo. Todos os dados de base "já foram modelados por formas *a priori*"[12], um pouco como informações codificadas que basta saber ler.

Assim, pois, mesmo que de um lado isto não permita elaborar leis gerais, e do outro raciocinar em termos de "deve ser", o formismo permite, no sentido estrito da palavra, coerir os elementos heterogêneos que constituem nossas sociedades complexas. Pode-se precisar, *in fine*, que esta coerência utiliza o vetor daquilo que H. Corbin e G. Durand chamam a função imaginal. De fato, sem que seja possível estender-se nisso, pode-se emitir a hipótese de que, depois da prevalência de um pensamento iconoclasta – desconfiança em relação ao imaginário, procura da autenticidade, atitude de suspeita e, portanto, de crítica – assistimos agora a uma revalorização dos modos de aparecer

Na lógica do dado aceito "porque está aí", e no quadro da descrição que é correlativa desta aceitação, levar em conta a aparência poderá ser uma alavanca metodológica não desprezível. E é flagrante que aquilo que não passava de uma intuição no início deste século torna-se perfeitamente pertinente num momento em que a imagem, publicitária, televisual, eletrônica, se capilariza no conjunto do corpo social. Devemos levar em consideração os efeitos dessa difusão sob pena de nada compreendermos em nosso quotidiano. Se, para retomar uma hipótese formulada no início, o Verbo e seu complemento, a Imagem, prevalecem sobre a Ação, uma sociologia do imaginário social não será um simples suplemento de alma filosófica, mas na verdade o coração do pocesso reflexivo.

Seguindo o balancim das histórias humanas, trata-se aí de uma acentuação que já existiu. Para dar só um exemplo, Peter Brown mostra com grande originalidade que é possível compreender a Antiguidade tardia a partir daquilo que ele denomina o "estilo" das trocas sociais, i.e., o estilo das ligações com o divino, o estilo das relações quotidianas. O que faz do estilo uma categoria do saber[13]. Que significa isto senão que a vida social não se reduz à ordem da causalidade racional, ou não pode ser subsumida numa lei ou conjunto de leis universais? Há, portanto, momentos em que esta particularidade reaparece no primeiro plano; em que o homem não se inscreve numa finalidade orientada, dirigido por causas precisas, mas em que, de maneira estocástica, vive no presente situações pontuais e efêmeras, o que privilegia a maneira pela qual essas situações se exprimem, se dão a ver, acentuam a aparência.

"Metaforicamente, pode-se dizer que, em relação ao paradigma estético, se trata do 'tocar', do sensível."

Trata-se aí de períodos em que dominam os sentimentos de finitude e de trágico; e o "formismo" nesse sentido é apenas uma colocação em perspectiva da precariedade das coisas. Simmel faz uma observação, de tom bastante nietzschiano, indicando que a atitude "do artista repousa... no pressuposto segundo o qual a significação profunda das coisas se revela adequadamente em sua aparência..."[14]. Esta ligação entre a profundidade e a superfície (que não deixa de lembrar a da Ponte e da Porta, *Brücke und Tür*) é instrutiva para apreciar, de maneira não normativa, a miscelânea eflorescente do espetáculo quotidiano que se pode observar nas ruas e praças das megalópoles modernas. Estudar uma sociedade a partir de uma descrição de sua pele, como num corte histológico, é a aposta inicial de uma sociologia "formista". Para esta não há uma *verdadeira* existência por trás daquela que se dá a ver; ela se contenta em levar a sério os diversos estilos de vida constitutivos do *theatrum mundi*.

3. A socialidade microscópica

Ultrapassar a avaliação. Tarefa urgente, ainda que extremamente difícil. É necessário reconhecer que a perspectiva estética e o formismo que é a sua expressão não são coisas fáceis para o sociólogo. Sabe-se na realidade que para este último, desde o século XVIII, e aqui cito Nisbet, a política "se torna... um modo de vida intelectual e moral"[15]. Assim, tanto na sua orientação geral quanto nas suas modalidades específicas, o *ser-conjunto* só poderia ser compreendido no horizonte do político, que se resume perfeitamente na atitude projetiva: a ação, o futuro, o longínquo.

Diante disto, o paradigma estético que se coloca pode parecer a muitos um tanto desatualizado. No entanto, é possível que sirva de revelador para as diversas expressões da socialidade contemporânea. Estas não deixam de ser anômicas no que se refere à injunção moral da política. Mas talvez se trate daquilo que denominei "imoralismo ético", isto é, portador de uma moralidade criada coletivamente e não imposta de maneira ameaçadora[16]. De fato, é próprio da *aisthesis* repousar sobre uma experiência compartilhada. Simplificando ao extremo, podemos lembrar que assim como o racionalismo, na ordem do pensamento, tende a separar, a discriminar para analisar, da mesma maneira ele é causa e efeito da atomização, vale dizer, do individualismo na vida social. Num e noutro casos, a base é o *principium individuationis*. Não voltarei a esta questão, uma vez que já tratei dela abundantemente (*Violência Totalitária*: cap. IV; *A sombra de Dioniso*: Introdução e cap. I).

É necessário, entretanto, insistir no fato de que a *aisthesis* favorece a interação. O historiador da arte W. Worringer fala de certos períodos em que predomina o procedimento "tátil". Metaforicamente, pode-se dizer que, em relação ao paradigma estético que nos diz respeito, se trata realmente do "tocar", do sensível, ou ainda, como já foi muito bem denominado, da "atração social"[17]. Mais do que uma soma de indivíduos ligados por contrato, esquema que prevaleceu a partir do Iluminismo, podemos imaginar que existe, de maneira um pouco misteriosa, uma conjugação das sensibilidades, o que permitiria compreender a multiplicidade das redes sociais e dos pequenos grupos que as constituem.

Neotribalismo *versus* Sociedade. Um certo número de sociólogos, como A. Schutz, P. Berger e T. Luckmann (infelizmente pouco conhecidos, ou utilizados *in pectore* na França), vem insistindo sobre a importância da relação, da experiência interativa para a realidade social. H. R. Jauss (iniciador da chamada Escola de Konstanz) se inspirou neles quando chamou atenção para o vínculo existente entre a interação e a experiência ou o prazer estético. Será necessário voltar a este ponto, mas diferentemente da reflexão sobre a arte da Escola de Frankfurt, de Adorno principalmente, que repousa sobre a crítica do prazer como categoria burguesa, a Escola de Konstanz mostra que o sensível, a intersubjetividade, percorre o corpo social como um fio vermelho e lhe garante a perduração que nós conhecemos.

Assim, a partir das categorias de *hic et nunc*, Jauss mostra como "a realidade quotidiana é experimentada como a de um mundo intersubjetivo que eu partilho com outros". O *Einfühlung* é simultaneamente prazer estético e processo empático que me ligam aos outros[18]. É preciso reconhecer que estamos em presença de um certo vitalismo, que renasce regularmente nas estruturações sociais e, conseqüentemente, nas construções intelectuais. De fato, há sempre uma ligação entre a estética e as diversas manifestações da vida. Isto é particularmente flagrante para Simmel, que considerou constantemente os dois extremos da cadeia[19]. E isto a partir de dois ângulos de ataque: de um lado o da forma, que é, como já foi dito, relação, ação recíproca, "conceito de correspondência"; de outro, o da dimensão simbólica que convém compreender não como uma simples categoria psicológica, mas antes, seguindo nisso sua etimologia, como vetor de intensa comunicação. Simmel se refere mesmo a um sistema simbólico que permite apreender o "tecido de fatos vividos"[20].

É necessário insistir nisso, ainda que só para relativizar, ou mesmo bloquear a adequação que normalmente se faz entre a acentuação do quotidiano e da estética de um lado, e a do individualismo de outro. No que me diz respeito, como já mostrei anteriormente, considero que o individualismo está intimamente ligado à categoria do político. Numa observação que merece atenção, Simmel faz um paralelo entre a problemática individualista e a do materialismo histórico; elas consideram "os interesses comuns a um conjunto de indivíduos"; o geral para elas sendo "aquilo em que todos são partes interessadas, e não aquilo que é comum a todos"[21]. Trata-se de uma diferença qualitativa; de um lado acentua-se a mônada e seu complemento, a associação racional; do outro, o grupo e seu "cimento" afetivo. Em outras palavras, a Política *versus* a Socialidade. Será preciso seguir Nisbet quando declara peremptoriamente que "Simmel recusa o individualismo analítico ou utilitarista... ainda... que se exprima em termos que podem às vezes fazer crer indevidamente que sua obra se prende ao individualis-

"O senso artístico não deve dirigir-se unicamente para o conteúdo, mas também para o continente."

mo"?[22]. É duvidoso. Na verdade Simmel se mostra muito dividido sobre este ponto: como homem de seu tempo, muitas de suas análises remetem ao político (i.e., ao individualismo), mas ao mesmo tempo ele não pode deixar de perceber a multiplicação dos microgrupos que, mesmo em estado nascente, se difundem nas metrópoles modernas.

É o que reconhece Nisbet ao observar que Simmel "se interessa tanto pelos processos imperceptíveis quanto pelas estruturas".

Na ótica que eu defendo aqui, o que está fora de dúvida é que ele manifesta uma atenção real pelas "comunidades moleculares", que é fascinado pelas relações microscópicas, e que suas análises das sociedades secretas, das interações das díades e das tríades (Nisbet, p. 127) permitem, no quadro formista, observar a efervescência do caldo de cultura societal. Resumindo, pode-se dizer que o minúsculo não é redutível ao indivíduo; ao passo que este se compraz na sua solidão, e pode, no máximo, associá-la à de outros (Política), aquele só se compreende em relação, é causa e efeito do quadro, da forma que o faz ressaltar (Socialidade)[23].

4. A intersubjetividade estética

É este sentimento compartilhado na socialidade, esta experiência comum, que faz apelo à empatia, à intuição do sociólogo. De uma certa maneira, é necessário que ele saiba ver do interior. Arte de fazer e arte de dizer. É nesta condição que o sociólogo estará mais apto a dizer no que consiste a retórica social. De certa forma é uma questão de implicação.

Proust dizia que não é possível compreender um livro se não se é capaz "de amadurecer lentamente os equivalentes em seu próprio coração". Talvez seja o caso de dizer o mesmo em relação ao sociólogo: ele não pode compreender este mundo se não experimentá-lo em si mesmo como microcosmo; ou pelo menos estar em correspondência com certos elementos deste mundo que ele pretende analisar. Pode-se, aliás, postular que uma certa dose de identificação é que permite a "tipificação", ou a construção de tipologias. Em todo caso trata-se de uma perspectiva que muitos pesquisadores não mais rejeitam *a priori*, de tal maneira é verdade que uma subjetividade afirmada é mais facilmente controlada do que aquela que, mesmo não se confessando como tal, não está menos presente – sob a forma de valores, de preconceitos, de convicções – nos livros mais objetivistas. A esse respeito G. Simmel pode orientar nossa reflexão em duas direções que deixo em conclusão como pistas de pesquisa.

De início, o senso artístico, a *aisthesis*, como mecanismo de conivência, talvez mesmo de cumplicidade. "Ser capaz de empatia, quer dizer, ser capaz de encontrar as motivações dos atores... eis por que se diz algumas vezes que o historiador é e deve ser um artista"[24]. É até banal dizê-lo, já que a escolha de nossos objetos de estudo, mesmo racionalistas, é fortemente condicionada por nossos afetos. O que se pode, ainda assim, acrescentar é que o senso artístico, com referência ao nosso desenvolvimento, não deve dirigir-se unicamente para o conteúdo, mas também para o continente.

Há aí portanto a "projeção do nosso próprio eu" (pág. 127), que permite a reprodução de experiências que não foram vividas. Isto é naturalmente próprio do "gênio": artista *stricto sensu*, intelectual ou criadores em geral; é igualmente próprio do homem comum. Daí a im-

portância que convém atribuir à banalidade na vida social, tomando-se o cuidado de observar que esta banalidade é antes de tudo espaço de experiências comuns.

A outra direção é aquela que designei com o termo místico "microcosmo", mas que em referência a Schutz pode-se caracterizar como sendo a da "tipicalidade". De um lado ela acentua as singularidades causais; do outro lado destaca as semelhanças e as analogias. Assim, cada indivíduo pode ser considerado como um em si mesmo. Enquanto tal significativo, mas cuja significação só é válida na co-relação, na co-respondência. Da mesma maneira pela qual Max Weber fala do pluricausalismo, a tipicalidade nos remete a um problema de "constelações". Em um mundo complexo, caótico, contraditório, é o caso de se fazer reagrupamentos de conjuntos. Não se reduz conceitualmente uma vida multiforme, mas assinalam-se situações, da mais anedótica à mais importante, que se tenta considerar como formas específicas.

Parece-me que o paradigma estético, aqui esboçado, é a estratégia menos má de apreensão dos processos de comunicação, de simpatia, de identificação, de associação, que cada vez mais estruturam nossas sociedades. Propus chamar a isso o jogo da paixão. Numerosas aderências televisuais, fascinações ficcionais ou mesmo efervescências políticas são, sem isso, incompreensíveis: do corpo místico que a cada semana se forma em torno de *Dallas* às multidões das grandes lojas, ou outras reuniões esportivas, o que se vê aí é uma interação afetiva que zomba de nossos julgamentos de valor e que reclama um modo de formar feito de lucidez e humildade. Para Berger e Luckmann a "realidade da vida quotidiana se apresenta como um mundo intersubjetivo, um mundo que eu compartilho" e esta realidade lhes parece ser "soberana"[25]. Trata-se de uma observação de bom senso que os sociólogos não podem mais rechaçar como "espontânea" e portanto ideológica. Mas necessita de uma conversão do espírito que faça de nós não mais críticos, desdenhadores, mas estetas da existência. E isto não para se comprazer num narcisismo ou num individualismo descabido, mas, ao contrário – se seguirmos Simmel mais uma vez, quando ele descreve esta atividade estética –, para se desligar "do eu para se dissolver no objeto, que nenhuma dualidade... separe deste objeto"[26].

Assim, a intuição, esta visão do interior, pode tornar-se alavanca metodológica, e faz com que o intelectual, cínico diante de todos os poderes, possa permanecer como o guardião da palavra. E nós sabemos que é a circulação desta última que fundamenta e conforta a socialidade.

NOTAS

(1) Cf. CANETTI E., *La conscience des mots*, Paris, Albin Michel, 198..., p. 24 segs.
(2) Sobre a alegoria, cf. o historiador BROWN P., *La vie de St. Augustin*, Paris, Seuil, 1971, p. 308 e nota 13.

"A intuição, esta visão do interior, pode tornar-se alavanca metodológica."

(3) NISBET R. A., *La tradition sociologique*, Paris, PUF, 1984, p. 33 segs. Assim: "Se insisto nesse ponto é simplesmente porque vivemos em uma época em que os professores de sociologia... cheios de eloqüência e de boas intenções, insistem na idéia de que o que existe de científico... na sua disciplina resulta unicamente de uma reflexão procedendo à definição e, em seguida, à resolução dos problemas."
(4) *Ibid.* p. 35.
(5) Cf. ARON R., *La sociologie allemande contemporaine*, Paris, PUF, 1981, p. 11. Igualmente o prefácio de FREUND, J., in SIMMEL G., *Sociologie et épistémologie*, Paris, PUF, 1981, p. 11. "Muitas vezes Simmel foi acusado de ter sido um diletante, brilhante ensaísta."
(6) SIMMEL, G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, Paris, PUF, 1984, p. 164.
(7) MAFFESOLI M., *Connaissance et socialité*, Paris, Librairie des Méridiens, 1985. Sobre o "formismo", *ibid.* Aí me explico particularmente sobre este neologismo que traduz o termo "Formal" que Simmel aplica à sociologia.
(8) No seu artigo "G. Simmel's Philosophy of Art and his sociological viewpoint" (*Sociologia*, vol. 5, nº 2, Tóquio, 1981), ATOJI Y. faz uma boa revisão dos escritos de Simmel sobre a arte; desde o seu primeiro tratado *Psychologische und ethnologische studien uber Musik* (1882), até *Der Konflit der modernen Kultur* (1917), o artigo de ATOJI Y. será publicado no número consagrado a Simmel da revista *Sociétés*, Paris, Masson.
(9) SIMMEL G., *Einleitung in die Moralwissenshaft* (2ª edição, Tomo I, p. 83, 1982), cit. in MAMELET A., *Le relativisme philosophique chez G. Simmel*, Paris, F. Alcan, 1984.
(10) Sobre o *dado* social, cf. minha análise in MAFFESOLI M., *La violence totalitaire*, Paris, PUF, 1979, p. 207. (*A violência totalitária, Ensaio de Antropologia Política*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.)
(11) SIMMEL, G., *Fragmente und Aufsatze*, Munich, Drei Masken Verlag, 1923, p. 28, trad. FREUND, J., in *La théorie de la forme chez Simmel*, a ser publicado.
(12) SIMMEL G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, op. cit., p. 83.
(13) BROWN P., *Genèse de l'Antiquité tardive*, Paris, Gallimard, 1983, p. 16 segs., e o prefácio de VEYNE P., que classifica o estilo como categoria do saber. Sobre a aparência e a tetralidade, ver as minhas análises in MAFFESOLI M., *La conquête du Présent*, Paris, PUF, 1979, cap. VII e VIII. (*A Conquista do Presente*, Rio de Janeiro, Rocco, 1984.)
(14) Citado por NISBET R. A., op. cit., p. 272. Sobre a estilização da existência, cf. SIMMEL G., *Mélange de philosophie relativiste*, Paris, Felix Alcan, 1912, p. 217, e *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, op. cit., p. 53. Ainda seu texto sobre o coquetismo in *Sociétés*, Paris, Masson, 1985, vol. 1, nº 3, p. 20 segs.
(15) NISBET R. A., *La tradition sociologique*, op. cit., p. 54.
(16) Sobre o "imoralismo ético", cf. MAFFESOLI M., *L'ombre de Dionysos, contribution à une sociologie de l'orgie*, Paris, Librairie des Méridiens, 2ª ed., 1985. (*A sombra de Dioniso. Contribuição à Sociologia da Orgia*, Rio de Janeiro, Graal, 1985.)
(17) Recomendo aqui o excelente e erudito estudo de TACUSSEL P.: *L'attraction sociale (La dynamique de l'Imaginaire dans la société monocéphale)*, Paris, Lib. des Méridiens, 1984. Cf. também WORRINGER W., *Abstraction et Einfühlung*, Paris, Klincksieck, 1978.
(18) Cf. JAUSS H. R., *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimard, 1978, p. 292. Cf. ainda p. 278, 149, BERGER P. e LUCKMAN T., *La construction sociale de la realité*, trad. fr. Lib. des Méridiens (Nov.), 1985.
(19) Cf. o artigo de ATOJI Y., "G. Simmel's Philosophy of Art and his sociological viewpoint", op. cit., p. 1, que explica bem esta ligação estética-vida: "sua filosofia da arte... se relaciona estreitamente com sua filosofia de vida (Lebensphilosophie)".
(20) SIMMEL G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, op. cit., p. 11.
(21) SIMMEL G., *ibid.*, p. 111.
(22) NISBET R. A., *La tradition sociologique*, op. cit., p. 127, 128.
(23) Cf. por exemplo, SIMMEL G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, op. cit., "à procura das similaridades, (o historiador) submete seu material a uma interpretação simbólica, enquanto que uma metodologia individualista, como a adotada pelas ciências da natureza, tentaria reduzir este material a seus componentes elementares, para submetê-los a leis", p. 169.
(24) SIMMEL G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, op. cit., p. 121.
(25) BERGER P. e LUCKMAN T., *Les constructions sociales de la réalité*, op. cit., p. 12 segs.
(26) SIMMEL G., *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*, op. cit., p. 122.

A Universidade e a Cultura Brasileira

*Hélio Jaguaribe**

Perplexidade e crise

A Universidade brasileira vive um momento de profunda perplexidade, como reflexo, em parte, da complexidade e das contradições da sociedade em que se insere e, por outro lado, em virtude de conflitantes idéias que a própria universidade se faz sobre seu papel cultural e social.

A complexidade e heterogeneidade da sociedade brasileira constituem características universalmente admitidas por todos os analistas. O Brasil se apresenta, por um lado, como um *continuum* sócio-cultural bastante homogêneo. Nele se distinguem, entretanto, classes sociais fortemente diferenciadas, setores urbanos e rurais marcadamente desiguais, níveis educativos os mais díspares e níveis de renda e de fortuna ainda mais divergentes. Isto não obstante, o Brasil é um país de uma só língua e de uma só cultura, em que as aspirações fundamentais dos homens são semelhantes – diversamente do que ocorre, por exemplo, num país como a Índia – e em que, apesar das abissais diferenças de condições de vida que separam as grandes massas das elites dirigentes, todos os brasileiros se reconhecem como basicamente iguais, como seres humanos e como cidadãos. É por tal razão que se tornam tão manifestas – e tão intoleráveis – as disparidades sociais que marcam o país e dele fazem a sociedade mais inigualitária do mundo.

(*) Hélio Jaguaribe de Mattos, cientista político, ex-professor das Universidades de Harvard, Stanford e do Massachusetts Institute of Technology, autor de muitas obras no campo das Ciências Sociais, é decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais.



Victor Burton

Professor e alunos, baixo-relevo na Universidade de Pavia, fundada em 1361..

Num contexto em que, sobre o patamar de um *continuum* cultural basicamente homogêneo, se configuram as maiores diferenças do mundo em termos de níveis de vida, de educação e de fortuna, as demandas que, a partir dessa imensa diversificação de condições, se dirigem à Universidade e as idéias que a Universidade se forma sobre seu próprio papel são, necessariamente, conflitantes e contraditórias. A Universidade, segundo uma certa tendência, deve ser um centro de excelência, formadora de quadros superiores altamente qualificados, aberta apenas, seletivamente, aos que já detenham uma sólida formação preparatória, apta ao desenvolvimento criativo, em nível de vanguarda, da ciência e das disciplinas humanistas, mantendo o mais amplo intercâmbio com todos os outros centros de excelência acadêmica do mundo. Segundo uma tendência oposta, a Universidade deve ser uma agência de promoção social, democraticamente acessível a estudantes sem quaisquer recursos, ainda que ao preço de facilitar o ingresso aos que não tiveram condições para uma boa educação secundária, orientada para a universalização do saber e a supressão das diferenças de classe, dotada de um ensino preferencialmente profissionalizante e tecnicizante, mantendo-se profundamente engajada, teórica e praticamente, em posições nacionalistas, desenvolvimentistas e socializantes e, nessa base, funcionando como uma instância crítica da sociedade e uma agência para a reforma social.

Essas contraditórias exigências dirigidas à Universidade e essas conflitantes representações do papel que ela deva cumprir são ainda agravadas, no Brasil, pelas críticas condições reais em que se encontram os estabelecimentos de ensino superior. Desde logo ressalta o fato de que, embora predomine, no país, a convicção de que a ação do Estado, na educação superior, não deva excluir a iniciativa privada, seria inexpressiva a posição dos que preconizassem a absoluta preponderância desta última. Isto não obstante, ocorre que, por diversas razões, os estabelecimentos privados de educação superior respondem por mais de 70% do total das matrículas. A mesma discrepância entre as opiniões prevalecentes e as situações de fato se fazem sentir em matéria da disponibilidade de aplicação dos professores, quase todos de tempo parcial, contra o geral favorecimento do regime de tempo integral. Em matéria de equipamento de ensino, em que todos são favoráveis à disponibilidade de bem surtidas bibliotecas e bem equipados laboratórios, enquanto freqüentemente, na prática, as matérias teóricas são lecionadas sem apoio de livros e as empíricas sem o amparo de laboratórios. Igual discrepância se fará sentir em matéria de bolsas de estudos (muito insuficientes), de remuneração de professores (ínfima), de autonomia do ensino (restrita) e de qualidade média deste (modestíssima).

"Não se trata de elaborar mais uma reforma universitária que discipline a totalidade do universo acadêmico."

O problema da Universidade

Os problemas da Universidade brasileira, não obstante, em muitos aspectos, a especificidade destes, são principalmente, quando considerados de um modo amplo, reflexos dos problemas gerais da Universidade contemporânea.

Como todas as instituições sociais, a Universidade apresenta decisivas modificações no curso de sua trajetória histórica. Na antiguidade clássica a Universidade se confundia com a pólis. Somente o ensino elementar era objeto de formas escolares de transmissão. O ensino superior resultava da educação geral que os poetas e filósofos davam a seus concidadãos, por intermédio de suas obras. Era a Universidade aberta, se realizando através do diálogo dos homens cultivados. O que mais se assemelhava à Universidade moderna eram as escolas filosóficas ou retóricas, que se formavam em torno de certas personalidades eminentes, como Sócrates, Protágoras, Platão ou Isócrates.

A Universidade medieval, de que deriva a contemporânea, era predominantemente uma escola de alta cultura – com o *trivium* e o *quadrivium* – e, secundariamente, uma escola profissional, nos campos da medicina, do direito e da teologia. Essa concepção se refina e moderniza, com a Ilustração.

É a partir de fins do século XIX que se configuram muitos dos problemas com que se defronta a Universidade contemporânea. Surgem, nessa época, duas grandes linhas de conflito. Uma, opondo, à permanência do ideal de alta cultura, a crescente exigência, imposta pelas demandas práticas da vida, da formação de profissionais e de especialistas. Outra, gerando contradições entre os requisitos e as práticas orientadas para otimizar a transmissão do saber consolidado – a Universidade como sistema de reprodução social do saber superior – e os requisitos e as práticas orientados para otimizar a pesquisa científica e o pensamento de vanguarda – a Universidade como centro de ampliação e reformulação crítica do saber.

O século XX acrescentaria a essas contradições no plano da cultura outras no plano sócio-político. É em nosso tempo que, com a emergência da democracia de massas e das aspirações a uma democracia social, a Universidade passa a se defrontar com exigências decorrentes de tal processo e de tais aspirações, ao mesmo tempo em que persiste a idéia da Universidade como centro de excelência e de formação de quadros superiores.

Depois da Segunda Guerra, pela crescente influência internacional dos Estados Unidos, outra discrepância se introduziu no sistema universitário, decorrente das diferentes tradições da Universidade anglo-saxônica e da Universidade continental. Com efeito, na tradição anglo-saxônica os "Collegia", originariamente destinados, na Idade Média, à hospedagem dos alunos, se foram gradualmente convertendo, através dos "tutors", em centros de ensino de nível superior, de caráter geral, concebido para encaminhar o aluno,

posteriormente, ou bem para as culminâncias científicas ou humanísticas do doutorado, ou para as aplicações práticas das profissões liberais. Diversamente, na tradição continental, essa função foi relegada ao último nível da educação secundária, tornando-se a Universidade um sistema repartido entre distintas Faculdades especializadas, desde logo voltadas para o ensino científico, humanístico, ou profissional.

A adoção, por Universidades que vinham da tradição continental e funcionavam através de Faculdades científicas ou profissionais, do sistema anglo-saxônico dos "graduate studies" (no Brasil denominados cursos de "pós-graduação"), criou diversos conflitos de concepção e de estrutura, até hoje não resolvidos. Tal situação se apresenta de forma particularmente aguda com relação às Faculdades de caráter científico, notadamente no domínio das ciências sociais. Assim, na prática, as Faculdades de Economia ou Sociologia, para citar dois exemplos, se foram convertendo em longas e medíocres instâncias introdutórias de um saber pré-científico e subprofissional, relativamente a disciplinas que só adquirirão caráter verdadeiramente científico e só conferirão efetiva capacitação profissional em nível de "pós-graduação". Ante tal situação, que sentido conservam as originárias Faculdades científicas? Por que não as abolir de vez e as substituir por "Colleges" de cultura geral? Mas, em tal caso, que fazer do último patamar do ensino secundário, por isso mesmo denominado, no Brasil, de "colegial", que visa, precisamente, a essa formação geral de caráter introdutório ao saber superior?

A missão da Universidade

Em brilhante ensaio, escrito em 1930, ostentando a denominação do subtítulo acima, Ortega procedeu à análise de algumas das contradições básicas da Universidade contemporânea. Seu objetivo fundamental era levar a cabo uma dupla elucidação. Primeiramente, quanto à função da Universidade como instância de reprodução social do saber superior, contrastada com sua função de pesquisa científica e de inovação intelectual. Em seguida, no tocante aos conflitos resultantes da preservação da tradição da Universidade como centro de alta cultura, relativamente às demandas da Universidade como centro de formação profissional.

Creio que a reflexão de Ortega, relativamente a esses dois problemas, conserva sua plena validade. Em síntese, Ortega se define, por um lado, a favor da prioridade básica, na Universidade, da função docente, comparativamente às funções de pesquisa e inovação. Por outro lado, Ortega exige da Universidade contemporânea o duplo mas sucessivo atendimento das exigências de formação cultural e de formação profissional.

"A ampliação e agudização da crise social em nosso país submetem a Universidade brasileira a pressões que a degradam."

No tocante à primeira questão, sustenta Ortega, com toda a procedência, a necessidade de se diferenciar – sem embargo das óbvias correlações e interdependências – a docência da pesquisa inovadora (distintamente da pesquisa didática). O básico da Universidade é a docência, no sentido da competente e sistematizada transmissão do saber superior, pela evidente razão de que é da Universidade que depende a reprodução social desse saber. Isto não obsta, observa Ortega, a que, num sistema basicamente encaminhado para a reprodução social do saber superior, se construam, como pontos de culminância do sistema, centros de pesquisas científicas e de pensamento inovador. Tais centros, todavia, deverão constituir as torres de excelência da tarefa universitária, cujo patamar de base deverá ser a transmissão sistematizada do saber consolidado.

No concernente ao conflito "cultura geral" *versus* "ensino profissional", apresenta Ortega uma das mais lúcidas reflexões do nosso tempo sobre esse tipo de problemática. Desde logo, observa Ortega, é necessário rever nosso conceito de "cultura geral", afetado que foi pelo especialismo das últimas décadas, que o reduziu a um sentido ornamental. Cultura geral não é cultura de salão, nem artifício intelectual para impressionar a gente simples. O que está em jogo é a essência mesma da cultura, ou seja, a capacidade que exista, em cada época, de se extrair, a partir dos conhecimentos científicos, filosóficos e humanísticos de que tal época disponha, uma imagem coerente do mundo físico, da sociedade, da história, da arte e dos problemas éticos e religiosos. O "saber culto", para usar a expressão de Max Scheler, é um saber de saberes. Alimenta-se do conhecimento científico, filosófico e humanístico de cada momento da história e, a partir de tal conhecimento, delineia uma coerente imagem do mundo. Essa é a característica fundamental do homem de cultura, comparativamente ao ignaro e ao mero especialista. À Universidade compete, supremamente, produzir homens cultos. E isto tanto mais quanto mais se universalizem as práticas democráticas e se torne necessário que todos os homens, para decidir da coisa pública, disponham de uma imagem cultivada do mundo.

Essa tarefa básica de formação de uma imagem culta do mundo físico e histórico-social é, para Ortega, a primeira tarefa da Universidade e aquela a que deve dedicar uma boa primeira parte de seu labor. Somente após o satisfatório atendimento dessa tarefa pode e deve a Universidade se ocupar do segundo momento de sua função de "reprodução social do saber": a de formar competentes profissionais, cientistas ou humanistas.

Liberdade e igualdade

As condições de fins do século exigem que, às lúcidas reflexões de Ortega, ao término do primeiro terço do século, sobre as relações entre docência e ciência e as conexões entre cultura e qualificação profissional, dentre as funções da Universidade, se adicione a consideração de outros aspectos da tarefa social dessa instituição. Refiro-me, fundamentalmente, ao papel da

Universidade no âmbito de uma sociedade de classes e ao papel da Universidade nas relações entre a sociedade e a cultura.

A discussão dessa matéria, entretanto, exige uma prévia e rápida reflexão teórica sobre certos problemas relacionados com a estratificação social.

Os problemas da estratificação da sociedade e da relação, em sociedades de classe, entre liberdade e igualdade, entre mérito e *status*, entre excelência e nível social, entre elite em sentido funcional e elite em sentido estratigráfico, constituem um *mare magno* de amplitude e de complexidade. Constituem, também, uma área de questões em que abundam as formulações normativas disfarçadas de científicas e em que se dá por factual o que é apenas ideológico.

Em domínio tão complexo limitar-me-ei apenas a duas considerações. A primeira, no sentido de que, a partir de Marx, incluindo a crítica a Marx, não se pode fugir à constatação final de que as estratificações sociais até hoje existentes, em qualquer sociedade, contêm um alto grau de discriminação contra os titulares de papéis sociais inferiores. E isto em dois principais sentidos. De um lado, no sentido de que a divisão social do trabalho, por classes, discrimina a favor das classes superiores e em detrimento das inferiores, qualquer que seja, em última análise, a taxa de inevitabilidade de estratificação que venha a ser funcionalmente requerida por um dado sistema social. De outro lado, no sentido de que, independentemente da discriminação, por estratos sociais, a favor das classes superiores e em detrimento das inferiores, a inserção de indivíduos numa dada classe não corresponde, estatisticamente, para o conjunto da sociedade, a uma hierarquia de competência ou mérito, mas exprime a predominância de fatores ascriptivos, o mais importante dos quais é a prévia situação social da família de cada qual.

Essa primeira constatação conduz à conclusão de que todas as sociedades até hoje existentes apresentam um maior ou menor – mas sempre elevado – coeficiente de iniqüidade social. A história, entretanto, vista com muita amplitude e em sentido não puramente linear, parece conduzir, como pensava Croce, a formas crescentes de liberdade, acarretando, por via de conseqüência, sensível redução na taxa de iniqüidade das sociedades. Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade medieval é menos iníqua que a romana e a moderna é menos iníqua que a medieval.

A segunda consideração que me importaria fazer, como condicionante de minhas subseqüentes reflexões, é no sentido de que a prática da história, notadamente nas experiências de nosso século, parece, em matéria de liberdade e de igualdade, conduzir a uma dupla constatação. Uma, no sentido de que todos os esforços até hoje empreendidos para instaurar sociedades que aspiram à completa igualdade (como paradigmaticamente ocorre no caso da União Soviética) conduziriam, de fato, à supressão da liberdade sem, efetivamente, instaurar a igualdade em proveito da qual se pretendeu sacrificar a liberdade. A segunda constatação é a de que as sociedades necessitam tanto de significativa redução da taxa de desigualdade (sem a autodestrutiva utopia da igualdade total) quanto da preservação de formas de excelência. Todas as experiências de desestímulo à excelência – deliberada ou indeliberadamente – em suposto proveito da igualdade (diferentemente dos casos de supressão da liberdade) conduzem a uma mediocrização da vida e da sociedade que, ademais, termina reoperando negativamente, suscitando reivindicações antiigualitárias, como se vem observando, em certa medida, no caso de algumas sociedades contemporâneas do Norte da Europa.

"O Brasil necessita incorporar aos níveis superiores e aos diversos papéis dirigentes um grande contingente de afro-brasileiros."

Função promocional e crítica

As considerações do tópico precedente me permitem, agora, apresentar, sucintamente, algumas observações sobre os aspectos sociais da Universidade contemporânea, situada entre as exigências de justiça social e de promoção das massas e a permanente necessidade de excelência, na formação de quadros superiores e na ampliação do saber.

Ante as pressões no sentido de dar às massas amplo acesso às oportunidades da educação superior, as universidades contemporâneas têm sido levadas, com grande freqüência, a facilitar os critérios de admissão, bem como, posteriormente, os requisitos internos de aprovação. O "resultado" dessas práticas, entretanto, tem-se revelado sistematicamente decepcionantes. Os diplomados por universidades "fáceis" se defrontam, posteriormente, com a rápida desvalorização dos títulos acadêmicos emitidos por tais universidades e não logram acesso aos empregos a que aspiravam. Constituem-se, assim, amplos grupos de pessoas nominalmente dotadas de formação universitária e que, pela falta de crédito social de seus diplomas, são condenados a um desemprego crônico ou a ter de optar por ocupações modestas, sem conexão com sua presumida habilitação profissional ou científica. Entre os muitos efeitos negativos de tal situação avulta a extraordinária frustração que suscita entre esses diplomados de segunda classe, frustração essa que – não excluídos outros fatores – se encontra na origem da nova onda de violência e terrorismo, de esquerda e de direita, que assola certas sociedades democráticas contemporâneas.

Colocada ante o problema da iniqüidade social e as urgências para combatê-la e superá-la, a Universidade não tem outra alternativa senão atuar com o instrumento que lhe é próprio, que é o exercício sistemático do pensamento racional e de seu produto, o saber. Não é pelo aviltamento do pensamento e do saber que a Universidade pode contribuir para reduzir a iniqüidade do mundo. Ao contrário, é pela excelência e rigor de sua contribuição intelectual.

O relacionamento entre a excelência intelectual e a iniqüidade do mundo apresenta, para a Universidade, uma dupla dimensão. Por um lado, *qua* Universidade, o que esta pode fazer é submeter os problemas da sociedade a uma rigorosa análise. Outra não foi a contribuição de Marx, esse paradigma do intelectual socialmente engajado e (com diferentes tendências ideológicas) a de todos os seus grandes predecessores, de Platão a Rousseau, bem como de todos os seus grandes sucessores, de Max Weber a Habermas. Por outro lado, entretanto, enquanto instituição orientada para a reprodução social do saber e sua expansão crítica, a Universidade tem outro importante papel social a cumprir: a democratização do acesso à cultura superior.

Essa democratização não consiste, como tão equivocadamente se tem procurado fazer, no aviltamento intelectual dos critérios de acesso à Universidade e aos seus diplomas. No que se refere a critérios, a única regra válida é a do rigor e da exigência. O que está em jogo é algo de totalmente distinto. O que está em jogo é a criação de condições que viabilizem, em escala significativa, o recrutamento de talentos em todas as classes sociais, notadamente nas classes populares.

Há, para esse efeito, diversas alternativas no nível das medidas práticas. O que importa, essencialmente, é a intervenção do poder público, com recursos públicos, no sentido de criar condições institucionais e materiais que permitam selecionar, em escala significativa, crianças de talento, recrutadas das classes populares, para lhes assegurar uma excelente educação secundária. A partir desta, um numeroso contingente desses jovens pode ser encaminhado para bem remuneradas funções técnicas. E um contingente mais seletivo, incorporando os melhores, pode ser encaminhado para a Universidade, sem prejuízo, por parte desta, da universal aplicação de seus mais rigorosos critérios de admissão e promoção. A democratização da Universidade não consiste em sua degradação intelectual, mas na criação de condições efetivas que permitam aos talentos egressos das classes populares pleno acesso à Universidade. É que submeta ao mesmo rigor seletivo todos os candidatos à Universidade e aos seus diplomas.

O caso brasileiro

As precedentes reflexões sobre a Universidade contemporânea, seus problemas e seu papel social permitem uma sucinta análise do caso da Universidade brasileira.

Teve o Brasil tardio acesso ao conceito e à prática da Universidade. A escola jesuíta, na Colônia e primórdios de nossa vida independente, seguida por Faculdades autônomas, orientadas para assegurar a formação profissional requerida por uma sociedade que se conservou econômica e tecnicamente simples, até o primeiro terço deste século, retardaram a emergência de um sistema universitário no Brasil. Formado este, no período que se segue à Revolução de 1930, sua evolução foi inicialmente entravada pelo bacharelismo herdado da República Velha. Quando, a partir da década de 1950, começa a se estruturar uma Universidade moderna e séria no Brasil, a ampliação e agudização da crise social em nosso país — que se consolida como a mais ineqüitativa sociedade do mundo — submetem a Universidade brasileira a pressões e desafios que a desorientam e degradam.

Como referi, no início deste estudo, o atual quadro universitário brasileiro é de profunda perplexidade e aguda crise. Perplexidade quanto a suas funções e a seus critérios de funcionamento. Crise ante o abissal descompasso entre os mínimos requisitos materiais e institucionais reconhecidamente necessários para o funcionamento da Universidade e as condições efetivas em que operam, via de regra, nossos estabelecimentos de ensino superior.

Os problemas gerais da Universidade brasileira são, basicamente, os mesmos que afligem as demais Universidades contemporâneas. Envolvem a necessidade de criar condições que permitam à Universidade compatibilizar a prioridade à função docente com um esforço de vanguarda na pesquisa científica e na inovação do pensamento. Ou, em outro plano, que restaurem o verdadeiro sentido da cultura geral, como produto prioritário da educação universitária, sem prejuízo da função da Universidade como formadora de competentes profissionais liberais, cientistas e humanistas.

Por outro lado, como procedentemente foi referido, a Universidade contemporânea — o que se aplica particularmente ao caso da brasileira — atua numa época de profunda crise social, competindo-lhe contribuir, significativamente, para reduzir as iniqüidades do mundo e exercer as funções de agência crítica da sociedade e da própria cultura. Essa função social da Universidade, como foi salientado neste estudo, não se pode exercer às custas de sua degradação intelectual mas, opostamente, somente através de um esforço de excelência na compreensão crítica do mundo. Esforço esse, todavia, que requer, de contrapartida, medidas concretas de outra ordem, que permitam, sem quebra dos padrões de excelência, a incorporação, à Universidade, dos talentos egressos das capas populares da sociedade.

No que se refere à problemática geral da Universidade, portanto, o caso brasileiro não difere significativamente do restante do mundo e, como em outros países, requer um esforço de revisão crítica e imaginativa das funções da Universidade, que permitam estabelecer as apropriadas prioridades e dar-lhes conveniente atendimento. Onde o problema se torna particularmente complexo, no caso brasileiro, é no momento em que, partindo do abstrato para o concreto, se considere a realidade universitária do Brasil e se a confronte com o modelo que resultaria da revisão crítica a que se fez precedente referência. Admitindo-se que o momento de crítica da Universidade conduzisse a um relativo consenso quanto às funções e características fundamentais que devesse ter a Universidade brasileira de nossos dias, nas linhas sugeridas neste estudo, como superar as terríveis limitações que pesam sobre nossa realidade universitária?

Não teria cabido, evidentemente, nos estreitos limites deste estudo, qualquer intento de apresentar, ainda que esquematicamente, uma resposta exaustiva ou sistemática a essa questão. Contentar-me-ei, assim, com algumas reflexões fundamentais.

A primeira coisa a levar em conta, em tal matéria, é a de que qualquer esforço sério para aperfeiçoar a Universidade brasileira depende de três condições prévias: (1) a clara formulação da problemática em jogo e do equacionamento que se lhe pretende dar; (2) uma poderosa motivação geral

do país, que transcenda o quadro dos profissionais da vida acadêmica e conduza a opinião pública, os partidos políticos e a tecnocracia estatal à convicção de que algo de sério tem de ser prontamente feito nesse domínio; (3) a correspondente disposição a mobilizar, em favor do aperfeiçoamento da Universidade, significativos recursos econômicos e humanos.

Na medida em que essas três difíceis condições forem realizadas, abre-se, sem dúvida, uma efetiva oportunidade para que se possa fazer algo de importante nesse domínio.

Esse algo de importante, por sua vez, me parece depender de duas principais ordens de medidas. Importa, por um lado, partir do concreto e operacinal e não do formal e regulamentar. Em outras palavras, não se trata de elaborar mais uma "reforma universitária", a partir de um estatuto global que discipline a totalidade do universo acadêmico. Trata-se de partir das universidades existentes, públicas e privadas, seletivamente, e de introduzir, em algumas delas, guardando uma visão do conjunto geocultural e geoeconômico do país, reformas setoriais, limitadas a áreas em que haja condições objetivas de se alcançar um certo nível de excelência. As universidades brasileiras não podem, em seu conjunto, passar do modesto nível em que se encontram ao desejável nível de qualidade e funcionalidade. Nem mesmo no caso de uma específica Universidade, individualmente considerada, se pode supor, ainda nas hipóteses mais favoráveis, a generalização, para toda a Universidade, desse projeto de excelência. A excelência atingível será para determinados departamentos ou setores, em um relativamente pequeno número de determinadas Universidades. Já seria mais do que compensador tal resultado se ele pudesse concomitantemente, se realizar dentro de uma razoável distribuição geográfica de oportunidades, cobrindo, no conjunto, uma gama suficientemente compreensiva dos programas acadêmicos.

A segunda ordem de medidas que requer pronta consideração se refere às providências necessárias para que, preservando o rigor e a excelência dos critérios acadêmicos, se possa encaminhar para a Universidade um grande contingente de talentos recrutados nas camadas mais modestas da população. Nada é mais importante e urgente do que dar atendimento a esse imperativo.

É preciso, com efeito, levar-se em conta o fato de que as terríveis condições de iniqüidade da sociedade brasileira já estão muito próximas da faixa de uma incontrolável crise social. E é preciso se levar igualmente em conta que, nesse domínio, os mais eficazes esforços de reforma têm que vencer um relativamente longo prazo de inércia, antes de produzir resultados significativos. Assim, em matéria de reforma social, é preciso começar imediatamente tudo a que se puder dar pronto começo. É preciso, igualmente, de início, dar prioridade a medidas dotadas de grande poder de exemplaridade, que compensem, por seu impacto qualitativo ou simbólico, o grande peso de inércia que incide sobre todo processo de reforma social.

É nesse sentido que a pronta criação, no Brasil, de um sistema que permita o recrutamento, para uma boa educação secundária, de um razoável grupo inicial de crianças egressas do proletariado e das camadas marginais da população – ostentando, como empiricamente tenderá a ocorrer, uma forte maioria de afro-brasileros – constitui um imperativo de suprema urgência. Somente assim será possível, num segundo momento, dar início à boa formação universitária de jovens talentos oriundos das mais humildes capas populares.

A democratização da Universidade, no sentido que vem sendo ressaltado neste estudo, é uma das condições de superação da crise da sociedade contemporânea e de sobrevivência da própria Universidade, como centro de alta cultura. No caso brasileiro, entretanto, essa questão se reveste de uma significação ainda mais fundamental. É que desse tipo de democratização depende a própria preservação da unidade e integridade nacionais.

Requisito de integração

Nas breves considerações que se seguem apresentarei minha última reflexão sobre a matéria, reduzindo-a a um comentário extremamente sucinto. Trata-se, simplesmente, do seguinte: as sociedades apresentam observáveis limites empíricos para a absorção e o processamento integrativo de suas clivagens internas, entre as quais se destacam as de caráter social, cultural e étnico. Nenhuma sociedade logrou, historicamente, um apreciável grau de integração, se teve de se defrontar, concomitantemente, com grandes diferenciações de classe, de cultura e de raça. E esse é, precisamente, o problema que se apresenta para o Brasil.

Para o Brasil se configurar, até princípios do próximo século, como uma grande sociedade industrial moderna, democrática e aberta, necessita reduzir, significativamente, a brecha que separa as grandes massas dos níveis e estilos de vida da classe média e das elites. Mas necessita, igualmente, incorporar, aos níveis superiores da sociedade e aos diversos papéis dirigentes, um grande contingente de afro-brasileiros, que atualmente, na prática, se encontram quase exclusivamente nos mais baixos estratos da população, exercendo as mais modestas funções sociais.

Precisamos, urgentemente, que o negro brasileiro não se destaque, apenas, no samba e no futebol. E que a procedência étnica dos brasileiros não consolide uma polarização entre uma "cultura branca" e uma "cultura preta". O Brasil é um país que logrou até agora, espontaneamente, compatibilizar sua multiplicidade racial com sua básica unidade cultural. Essa compatibilização espontânea, entretanto, está esgotando rapidamente todas as suas possibilidades. Ou bem o Brasil, prontamente, incorpora sua população negra a níveis superiores da cultura ocidental, ou a diferenciação de raças, que em princípio tem caráter potencialmente positivo, conduzirá, ao contrário, a uma dicotomização cultural que, esta sim, seria fatal para a unidade nacional brasileira.

A solução consiste em compreender que o negro brasileiro, além de excelente em futebol e samba, pode e deve, igualmente, ser excelente em Homero e Beethoven, em física teórica e em filosofia crítica. Criar excelências negras em todos os níveis superiores da cultura e da administração consiste em assegurar, democraticamente, o pluralismo racial, consolidando com todos os seus benefícios e garantias a básica unidade cultural do país.

A Arte Mimética

*Mário Perniola**

1. A arte como operação

A definição da arte como operação parece satisfazer a reivindicação de uma arte menos culturalmente solene e menos aureolada do que a tradicional, de uma arte que tenha dimensões expositivas e espetaculares mais evidentes do que a do passado, de uma arte adequada à sociedade da informação. Ela parece estender perspectivas típicas da cultura técnico-científica ao âmbito da cultura humanística, atribuir à atividade artística uma processualidade pública e intersubjetiva análoga à das atividades científicas, conferir à reprodutibilidade técnica das obras um relevo e uma importância fundamentais. Ela parece, enfim, favorecer a instauração de conexões mais estreitas entre estética e política, tanto sob o aspecto da formação do consenso e do dissenso, quanto sob o da participação democrática. Do ponto de vista conceitual, a definição da arte como operação parece opor-se àquela tradicional de produção, de *ποίησις* : de fato, esta última contém uma suposta metafísica não muito adequada às exigências da sociedade de massa. Igualmente obsoletas se mostram as concepções da arte como ação e como conhecimento: a primeira porque evoca o espectro do esteticismo, a segunda porque está por demais ligada à tradição romântico-idealista.

Todas estas conotações do termo são contudo extremamente gerais, senão genéricas, para esclarecer a concepção da arte como operação. Esta só encontrará sua própria coerência conceitual se for pensada em estreita relação com a noção de repetição, de trânsito do mesmo ao mesmo, se for operação mimética, ou seja, direcionada a imitar uma realidade, um original, um modelo de maneira tão perfeita a ponto de dissolver sua originariedade, o seu primado. À primeira vista, tal conexão entre operação e imitação não é nem óbvia nem compreensível de imediato, como as observações precedentes. De fato, a concepção da arte como mimese, como imitação, depois de um passado milenar, que vai das formulações de Platão e de Aristóteles até o neoclassicismo do século XVIII, conhece, com o romantismo e a vanguarda, um eclipse paralelo à afirmação das estéticas e das poéticas da criação, da expressão, da construção. A volta da mimese como objeto de reflexão filosófica e como categoria capaz de aclarar as práticas artísticas e as atividades culturais contemporâneas é um fenômeno que se inscreve na história dos últimos vinte e cinco anos.

"O espelho produz, e quem anda em volta com um espelho é a seu modo um demiurgo."

2. A mimese na filosofia

À luz de tal problemática, as considerações sobre a mimese de Martin Heidegger (que datam do fim dos anos trinta, mas que só foram publicadas em 1961), de Eugen Fink e de Jacques Derrida, adquirem um interesse essencial e constituem – queiram eles ou não – a melhor premissa para a idéia da arte como operação mimética. De fato, nenhum dos três se contenta com o olhar de suficiência lançado pela modernidade à noção de imitação e, comentando um famoso diálogo platônico, a *República*, no qual justamente se profere a condenação política da poesia enquanto imitação em terceiro grau da realidade da idéia, tentam atribuir à imitação uma dignidade e um interesse novos.

As opiniões de Heidegger sobre a arte, expressas por exemplo na famosa conferência de 1935, sobre a *Origem da obra de arte*, parecem muito distantes de uma concepção da arte como imitação: neste texto, Heidegger sublinha a íntima conexão entre a obra de arte, a verdade e o ser, e chega mesmo a falar de um *shöpfen*, de um criar-atingir essencial ao fazer artístico[1]. Por isso, seria de esperar que Heidegger, ao examinar a teoria da arte como imitação, exposta na *República*, criticasse Platão, acusando-o de não ter entendido a essência da arte. Heidegger, ao contrário, fornece uma nova interpretação, que não mais opõe a *μίμησις* – a imitação – à verdade e à produção, mas a considera, isso sim, um modo, um gênero, de verdade e de produção. A *μίμησις* artística – diz Heidegger – não deve ser considerada forma puramente primitiva ou naturalística, como mera reprodução daquilo que é dado pela experiência, pois ela se baseia no conceito grego de verdade: "a imitação só tem sentido e valor com ba-

(*) Mário Perniola, filósofo, autor de várias obras, entre elas *L'instant éternel, Battaile et la pensée de la marginalité, La società dei simulacri, Dopo Heidegger. Filosofia e organizzazione della cultura*, é professor de Estética na II Universidade de Roma.

A tradução do original italiano é de Tizziana Giorgini.

se nesse fundamento, do qual ela também deriva a sua necessidade"[2].

Tampouco esta afirmativa de Heidegger representa uma ruptura no curso de seu pensamento: desde *Ser e tempo*, Heidegger atribui a alguns conceitos, como o de "aparência", desvalorizados e desprezados pela metafísica tradicional, um significado novo, e define a verdade como um mostrar-se, um não-esconder-se, um fenômeno entendido no sentido originário de *φαινόμενον*, daquilo que se mostra em si mesmo. O mesmo acontece com a teoria platônica da imitação: comentando a distinção platônica entre o leito na sua essência (*ἐν τῇ φυσει*), cujo autor é Deus, o leito material, cujo artífice é o artesão, e, por fim, a imagem do leito desenhada pelo pintor, Heidegger põe em evidência, antes de mais nada, o fato de que o artesão também imita a cama ideal: a sua produção fica sub-ordinada à idéia. Na medida em que ele deriva sua produção de outra coisa qualquer, já é de certa forma um *contrafator*. O produto fabricado, no entanto, é real, na medida em que a idéia lhe permite ser, é o suporte de sua presença. Produzir não quer dizer, portanto, criar em sentido absoluto *ex novo*, e sim fazer aparecer, fazer mostrar: "Um produto fabricado 'é' significa: nele se mostra a presença de seu aspecto"[3].

Já o procedimento do pintor é semelhante – segundo Platão – ao de alguém que, apanhando um espelho, e levando-o a toda parte, consegue assim "fazer" todas as coisas. Mas Heidegger frisa justamente o fazer, o *ποιέιν* do espelho: não no sentido usual de fabricar e de confeccionar, mas naquele autenticamente grego de "pôr junto" à idéia, de levar à presença, de fazer com que algo se mostre. Por isso, mesmo o espelho produz, a seu modo, e também quem anda em volta com um espelho é a seu modo um demiurgo, um artífice. A imagem do espelho não é uma mera aparência contraposta ao ser, e sim um modo (*τρόπος*) de presença diferente daquela da idéia e do produto artesanal. A conclusão a que Heidegger chega é que deus, artesão e pintor dispõem e presidem a três modos de manifestação de um único leito: "A intenção de Platão é tornar visíveis as diferentes maneiras pelas quais o 'mesmo' (das Selbe) se mostra: três maneiras de manifestar-se e portanto três maneiras de presença e de derivação do Ser. O que importa é a unidade do caráter fundamental através de todas as diferenças, ou seja, no fato de mostrar-se: ter este ou aquele aspecto, sob o qual se manifesta uma presença"[4]. Desta forma, a mimese artística é subtraída à condenação pronunciada contra ela pela metafísica, que via nisso o contrário da criação e que considerava o seu produto como mera aparência. A essência da mimese é a produção, ainda que sub-ordinada, de ordem subsidiária. Tal hierarquia contudo não só não exclui a existência de um acordo mais profundo entre a arte e a verdade, mas antes o implica, como mostra um outro diálogo platônico, o *Fedro*, no qual a tarefa da beleza é enlevar e arrebatar no esplendor do ser revelado, isto é, na verdade.

"O pós-modernismo apresenta-se expressamente como imitação dos estilos do passado."

Heidegger tenta, desta forma, reabilitar a mimese artística através da reforma do conceito de verdade; todavia, reconhece a legitimidade parcial da ordenação hierárquica platônica, que subordina a arte à filosofia. Eugen Fink, em seu livro *O jogo como símbolo do mundo* (1960), derruba tal hierarquia e propõe-se emancipar a imagem do protótipo, a cópia do original. Por isso a posição de Fink em relação a Platão é declaradamente polêmica; na sua opinião, a crítica platônica à arte é um momento essencial na autofundação da metafísica: ao mesmo tempo ela afirma a primazia da filosofia sobre a arte e priva esta última de toda e qualquer autonomia. O paralelo estabelecido por Platão entre a arte e o espelho, e a conseqüente definição do artista como alguém que, depois de ter pegado o espelho, leva-o a toda parte, reproduzindo nada mais do que aparências vazias, é, na opinião de Fink, bastante tendenciosa e arbitrária. Enquanto Heidegger considera a mimese artística como uma espécie de produção, um tipo particular de *ποιησις*, para Fink ela não é absolutamente uma produção: não se deve confundir o artista com um construtor de espelhos, nem a sua atividade lúdica com uma operação cujo resultado seja comparável à realidade das idéias ou das coisas empíricas, e para a qual seja válido o mesmo critério ontológico.

O esforço fundamental de Fink busca afirmar a caracterização ontológica da cópia enquanto cópia. O fato de a imagem remeter ao original, o seu caráter derivado, sobre o qual tanto insiste Platão, não é absolutamente essencial: "a dimensão do figurativo deve ser determinada naquilo que ela é, e não só em relação àquilo a que a imagem remete". Portanto, o que importa é, paradoxalmente, a originariedade do não-originário, da cópia: "mesmo que a imagem (...) se manifeste como não-original e denuncie por assim dizer a sua distância do original, a sua não originalidade é, ainda assim, um modo de ser autônomo"[5]. Eugen Fink por isso vai muito além de Heidegger no esforço de reabilitação da mimese e da cópia. O caráter irreal daquilo que é derivado pode ser para ele ontologicamente mais forte do que o prototípico e o arquetípico.

Igualmente antiplatônicas são as considerações que Jacques Derrida dedica à mimese, quando observa que é objeto da crítica de Platão justamente tudo aquilo em que o interesse atual se concentra, ou seja, "a máscara, o desaparecimento do autor, o simulacro, o anonimato, a textualidade apócrifa"[6]. Derrida alerta contra a tentação de atribuir uma originariedade mais essencial à cópia sem original, isto é, de considerar a imitação como o movimento mesmo da verdade, de operar aquela que justamente se pode considerar uma "reapropriação metafísica da mimese"[7].

Na verdade, não nos podemos contentar com as soluções propostas por Heidegger, por Fink e mesmo por Derrida. Eles abriram um caminho que é preciso percorrer até o fim: embora o mérito de Heidegger consista em ter refutado as concepções metafísicas da aparência e da imitação, a orientação de seu

pensamento contudo – que busca atribuir um significado ontológico à produção imitativa e a reduzir a distância interposta entre realidade e imitação – bloqueia no nascedouro a emancipação da cópia em relação ao original[8]. Já no discurso de Eugen Fink esta emancipação está, sem dúvida, presente, embora ainda seja pensada em termos fenomenológicos de originariedade da cópia; ou melhor, ele atribui à cópia os caracteres que a tradição filosófica atribui ao protótipo, mas assim fazendo, pensa o simulacro enquanto origem, não o simulacro enquanto simulacro. Enfim, quanto a Derrida, embora ele não caia nesta armadilha, seu discurso ainda continua prisioneiro do seu objeto, que não é a operação mimética, e sim a escritura e a relação desta com a verdade. Não escapamos do platonismo enquanto o problema da mimese for pensado em termos gnoseológicos ou éticos, enquanto for atribuído ao conceito de cópia, de imitação, de simulacro a conotação de falsidade ou de engodo; continuamos dentro do platonismo mesmo quando pretendemos mostrar que o simulacro é a verdade, a realidade, a origem.

3. A mimese na cultura militante

Esse esforço da filosofia em repensar o estatuto da arte mediante o conceito de imitação corresponde à orientação predominante na arte e na cultura militante, a partir do fim dos anos cinqüenta.

O caráter específico da neovanguarda dos anos sessenta com respeito à chamada "vanguarda histórica" da primeira metade do século consiste justamente na imitação: enquanto a "vanguarda histórica" ainda é um prolongamento da concepção romântico-idealista da arte como criação, a neovanguarda situa-se num horizonte completamente diferente, que privilegia a dimensão da mimese. A neovanguarda é a imitação da vanguarda, a repetição de experiências artísticas a que se atribui um significado paradigmático. Paradoxalmente, a neovanguarda já é uma arte neoclássica, se entendermos por neoclassicismo justamente a arte como imitação da arte. Sob esse aspecto, as distinções entre as várias poéticas da neovanguarda, por exemplo, entre a arte Pop e a arte conceitual, entre a Body Art e o hiper-realismo, perdem destaque. Todas se inscrevem num mesmo horizonte conceitual caracterizado pela imitação.

Nem a este horizonte parece esquivar-se o movimento antimimético por definição que, no curso dos anos sessenta e setenta, opôs a ação à produção, a criatividade à criação, a liberação à arte. Hoje ele aparece mais como a repetição da tradição da revolta poética e social, dos dois séculos precedentes (do Sturm und Drang ao Dadaísmo e ao Surrealismo, do anarquismo ao comunismo dos conselhos) do que como o precursor de uma nova era revolucionária. Isso significa que a dimensão da mimese e do simulacro não mais depende da boa-fé ou do desejo dos indivíduos e dos grupos,

"É cada vez mais difícil, ou mesmo insensato, remontar a um primum, *a um original."*

mas se torna condição histórica da possibilidade da experiência; de fato, mesmo seus críticos mais ferrenhos inscrevem-se, a despeito deles mesmos, no seu âmbito. Além disso, provavelmente o interesse e o significado do movimento de liberação dos anos sessenta e setenta não consistam – como ele pensava – na sua novidade e originalidade, mas, justamente ao contrário, na inseparabilidade e indistinguibilidade de originário e derivado, de verdadeiro e falso, de empenho e moda.

Enfim, no início dos anos oitenta, o pós-modernismo, entendido como poética artística, apresenta-se expressamente como imitação dos estilos do passado: assim, ele parece fazer sua a causa da imitação e revelar o significado oculto das tendências que o tinham precedido. Todavia, ao apresentar-se como uma novidade em completa e radical ruptura com a modernidade, ele só faz continuar o próprio movimento desta. Por um lado, afirma o fim das vanguardas, por outro, ele próprio se coloca como uma última vanguarda; por um lado, pretende liquidar os tempos modernos, por outro, continua prisioneiro do movimento de inovação que os caracterizou. Se o pós-modernismo é um *novum*, nunca poderá ser coisa essencialmente diferente do modernismo.

Mas nem conseguirá sair realmente da modernidade se, pelo contrário, acentuar a dimensão neo-romântica e defender a volta à tradição. Esta última noção pertence aos tempos modernos tanto quanto a noção de inovação. No apelo à tradição está implícita uma ruptura com o presente, uma tensão voluntarística, uma pretensão de domínio da história que só são concebíveis no âmbito da idade moderna. Inovação e tradição, revolução e restauração, advento do futuro e retorno do passado são categorias que se apóiam e se opõem: isso explica por que acaba sendo fácil falar também de uma tradição do novo ou, ao contrário, de uma revolução conservadora.

A ruidosa poética pós-modernista, meio hiperfuturística e meio pararreacionária, acaba sendo o maior obstáculo ao fim dos tempos modernos: representa antes o seu prolongamento artificioso. Obstinando-se em apresentar como programa a ser realizado aquilo que já existe, o pós-modernismo é a agonia indefinida e mecanicamente protelada da modernidade. O que caracteriza a situação atual não é a inovação, nem a tradição, mas o trânsito, a passagem do mesmo ao mesmo, a mimese diferencial. A própria noção de trânsito não constitui porém uma novidade absoluta: ela já foi pensada pelos grandes pensadores da modernidade como "transição", "*amor fati*", "tradução", "transmissão"... Trânsito, todavia, não quer restauração ou retorno do idêntico: na passagem do mesmo ao mesmo realiza-se o outro, o sem-par, o diferente.

4. Mimese e vertigem

O mimetismo do trânsito nada tem a ver com a imitação defendida pela poética pós-modernista: enquanto esta última é um projeto de redução das diferenças, um achatamento em um único registro de todas as formas e de todos os estilos presentes na história da arte, uma multiplicação do sempre-igual, do idêntico, o mimetismo do trânsito é uma operação *vertiginosa*, que

dissolve as identidades, abole a distinção entre original e cópia, transfere a diferença para alhures.

Roger Caillois, no seu famoso livro *Os jogos e os homens*, já pôs em evidência o forte elo existente entre mimese e vertigem, ou, como ele próprio diz, entre *mimicry* e *ilinx*. A vertigem seria "uma tentativa de destruir por um instante a estabilidade da percepção e infligir à consciência lúcida uma espécie de pânico voluptuoso"[9], que se manifesta em vários jogos de todas as épocas, da dança à gangorra, à brincadeira de roda... Segundo Caillois, em certas sociedades, a predileção pela vertigem se casaria com o prazer da imitação, dando lugar a formas combinadas de imitação vertiginosa ou de vertigem mimética, que se manifestam em pantomimas estáticas ou em fenômenos espetaculares de *transe*.

As observações de Caillois são ao mesmo tempo pertinentes e descabidas. De fato, por um lado enfatizam o elo essencial existente entre simulacro e vertigem, o que nos permite compreender a diferença entre a "imitação servil", que pressupõe a permanência de um original e de um sujeito, e a imitação soberana que dissolve qualquer identidade. Contudo, por outro lado, propõem uma noção de mimetismo por demais vinculada ao espetacular e uma noção de *transe* por demais ligada a pressupostos místicos.

O essencial do mimetismo vertiginoso não é absolutamente a cena, a encenação, o espetáculo; o essencial da vertigem mimética não é absolutamente a união mística. Aliás, só se pode transformar o movimento mimético e vertiginoso da cultura contemporânea em trânsito se se deixar de lado o espetáculo e o misticismo, pois estas duas noções pertencem inteiramente à metafísica ocidental: elas são inseparáveis do primado que esta atribui a uma realidade interior que não é visível, a uma unidade que abole todas as diferenças. Certamente a mimese pressupõe uma exteriorização, ou melhor, uma externidade, uma *performance*, uma dimensão que assuma em si mesma os caracteres da execução e da exibição, mas justamente por isso não é uma pantomima decorativa e mistificadora, e sim uma experiência vertiginosa, ou seja, capaz de mudar nossas relações conosco mesmos, com o mundo, com o espaço. O turbilhão vertiginoso implica uma alteração da visão, um ofuscamento da forma, uma dimensão iconoclástica. Dessa forma, o *transe* pressupõe o desaparecimento do sujeito, mas não a sua união com o divino: é antes a experiência do próprio corpo como outro, diferente, deslocado no interior de uma estrutura cerimonial baseada na repetição, de um rito coletivo cujo desenvolvimento é prefixado, de uma sociedade visível que se reconhece numa liturgia. Como observou Bastide, onde há *transe* não há máscara e, vice-versa, onde há máscara não há *transe*[10].

"O pós-modernismo apresenta-se expressamente como imitação dos estilos do passado."

A dimensão mimético-vertiginosa, portanto, não se manifesta tanto nas sociedades primitivas – aquelas que Caillois chama de *tohu-bohu* – quanto nas sociedades de hoje, especialmente lá onde – como no Novo Mundo – as noções de repetição, transmissão, mescla e corpo desempenham um papel fundamental. O desenvolvimento desta dimensão é particularmente favorecida por dois fatores, um de caráter "tecnológico" e o outro de caráter "antropológico": a *informatização* e o *sincretismo*, ou seja, a disponibilidade imediata de acesso não só às notícias mas aos comportamentos, aos estilos de vida, às mentalidades do mundo inteiro, e também a mistura destes comportamentos, estilos de vida e mentalidades em combinações cada vez mais surpreendentes.

A informatização da sociedade provoca efeitos mimético-vertiginosos não pela velocidade de seus processos, não porque instaura uma copresença planetária de fenômenos que são ligados entre si por uma relação de imitação e que, apesar disso, apresentam em cada lugar uma soberana autonomia própria. De resto, é cada vez mais difícil, ou mesmo impossível e insensato, remontar a um *primum*, a um original, a uma fonte. As cópias se emancipam em relação aos originais e pedem que se reconheça sua autonomia e dignidade *enquanto cópias*. A gráfica computadorizada, por exemplo, oferece imagens perfeitas de coisas que não existem na natureza e, diferentemente da fotografia, coloca-as em sua autonomia.

Também o sincretismo é uma experiência mimético-vertiginosa não porque gera confusão de tudo com tudo, contaminação e corrupção dos elementos originários que o constituem, e sim porque insinua a dúvida sobre a suposta pureza destes elementos. O sincretismo instaura um jogo de espelhos vertiginoso não apenas entre as diversas partes que o compõem, mas também no interior de cada parte, a qual deixa de ser idêntica consigo mesma. Por exemplo, as religiões afro-brasileiras levam o catolicismo a se questionar sobre o próprio criptopaganismo essencial e a cultura africana, sobre a própria mediterraneidade essencial.

De tudo isso resulta evidente que a noção de arte como operação mimético-vertiginosa tem um âmbito de aplicação mais vasto do que a produção de obras de arte. Ela acaba por designar a própria atividade cultural na sua dimensão transdisciplinar e planetária.

NOTAS

(1) HEIDEGGER, M., *Holzwege*, Frankfurt a.M., Klostermann, 1950, p.63.
(2) HEIDEGGER, M., *Nietzsche*, Pfullingen, Neske, 1961, vol. 1, p.198.
(3) *Idem*, p.206.
(4) *Idem*, p.221.
(5) FINK, E., *Spiel als Weltsymbol*, Stuttgart, Kohlhammer, 1960, p.140.
(6) DERRIDA, J., *La double séance*, in *La dissémination*, Paris, Seuil, 1972, p.212.
(7) *Idem*, p.233.
(8) Uma crítica a Heidegger nesse sentido está contida no ensaio de P. LACOUE-LABARTHE, *Typographie*, in AA.VV. *Mimesis des articulations*, Paris, Aubier-Flammarion, 1975.
(9) CAILLOIS, R., *Les jeux et les hommes*, Paris, Gallimard, 1958, p.67.
(10) BASTIDE, R., *Le rêve, la transe et la folie*, Paris, Flammarion, 1972, p.61.

PROJETO

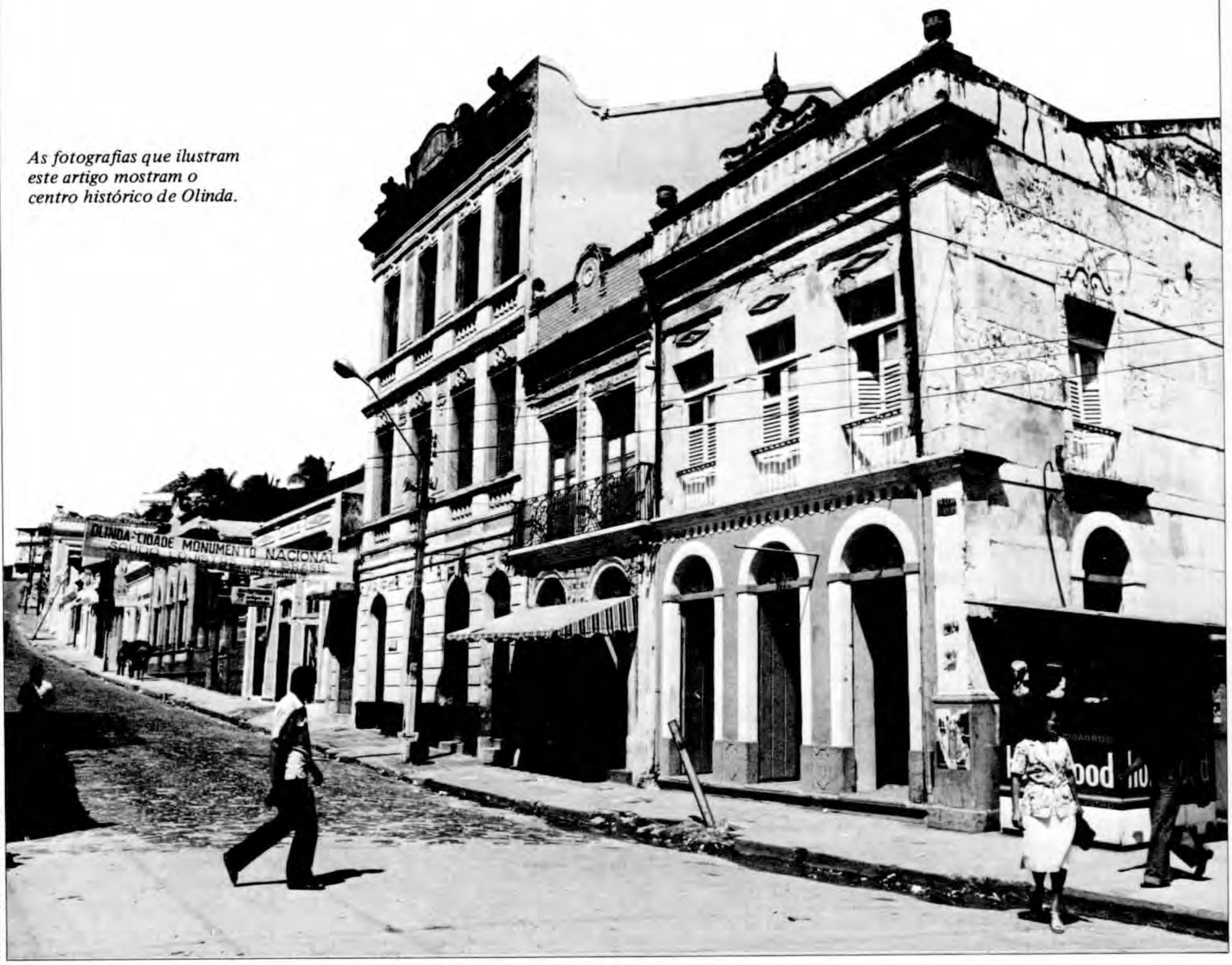
A Cidade Latino-Americana:
A Vigência dos Centros Históricos

por Jorge Hardoy

Núcleos Históricos: revitalização e recuperação
A experiência de Olinda

por Vera Bosi

As fotografias que ilustram este artigo mostram o centro histórico de Olinda.



SPHAN/Pró-Memória: Pedro Lobo, 1981

A CIDADE LATINO-AMERICANA:

a vigência dos centros históricos

*JORGE HARDOY**

I

Todos os países da América Latina sancionaram leis protegendo as características testemunhais de seus mais destacados monumentos arquitetônicos. Conventos, igrejas, cabidos, palácios, fortificações, e ainda edifícios dedicados a atividades produtivas no passado, ficaram amparados por essas leis. Ainda que suas utilizações tenham sido trocadas, muitas vezes, suas características arquitetônicas não podiam, em princípio, ser modificadas. Alguns países ampliaram essa legislação, estendendo-a a uma cidade inteira ou a um povoado menor. A escala física da proteção legal costuma estar relacionada ao tamanho da cidade: quanto menor é o tamanho da cidade ou povoado histórico, maiores são as possibilidades de uma proteção total ou quase total da área contruída e, ocasionalmente, de seus arredores.

Em vários países sancionaram-se leis protegendo os centros históricos de cidades com uma superfície e povoação consideráveis. Os centros históricos da América Latina coincidem quase sempre, total ou parcialmente, com os distritos centrais de cidades fundadas e projetadas durante o período colonial. Constituem, com as variantes arquitetônicas e urbanísticas incorporadas ao longo dos séculos, os exemplos mais antigos de habitats urbanos no continente. Em alguns deles ainda podem ser vistas as influências da teoria e da prática do urbanismo europeu dos séculos XVI e XVII transferidas para a América, e alguns exemplos de sua arquitetura, ainda que modificadas pelas necessidades, as possibilidades e as técnicas regionais.

Do habitat colonial ficam o traçado original das calçadas, as dimensões de muitas praças e a localização de edifícios religiosos e civis, em geral determinados no momento da fundação da cidade. Em muitos centros históricos subsistem, com modificações às vezes importantes, alguns edifícios religiosos e civis construídos durante o século XVII; com maior freqüência, os construídos no século XVIII. Em troca, muito poucas edificações do século XVI. A influência do urbanismo indígena nota-se no traçado e na localização de alguns edifícios coloniais construídos em algumas poucas cidades fundadas no século XVI. Os centros históricos da cidade do México, de Puebla, Guanajuato e Zacatecas; de Arequipo, Cusco, Bogotá e Cartagena são, entre outros, exemplos onde ainda predominam os edifícios construídos durante a Colônia. Em outros, como Quito, Lima, Havana, São Domingos, Buenos Aires e Guadalajara, testemunhos arquitetônicos de grande valor, ficaram rodeados por edifícios construídos durante a segunda metade do século XIX e inícios deste século.

Até algumas décadas, quase todos esses centros históricos mantiveram muitas das características visuais das cidades coloniais e do início do século XIX: a altura bastante uniforme de seus edifícios, sobre os quais se destacavam as cúpulas e torres das igrejas; o uso uniforme de materiais de origem local ou regional e as fachadas simples, em algumas das quais sobressaíam portais elaborados, simbolizando a riqueza e a linhagem de seus proprietários originais. As praças eram amplos espaços abertos, utilizados para as mais variadas funções comerciais, religiosas e sociais que se desenvolviam na cidade, somente decoradas por uma fonte, que também servia ao abastecimento de água à população. Com o tempo, foram incorporados aos centros históricos os caminhos e as ruas pavimentadas, sistemas de iluminação cada vez mais visíveis, cartazes de propaganda, materiais de construção de origem industrial e desenhos arquitetônicos que quebraram a unidade existente. As praças foram erguidas e serviram para a localização de estátuas de figuras importantes ou a pirâmides evocativas, em sua maioria de pouco valor artístico.

A transição da cidade colonial e da cidade dos patrícios para a grande metrópole foi brusca. A rápida urbanização que todas as maiores cidades da América Latina experimentaram durante o século ou durante as últimas décadas teve um impacto variado na arquitetura dos antigos distritos centrais. Paralelamente, produziu-se uma transformação nas características demográficas e trabalhistas da população que neles vivia. As cidades da Costa Atlântica, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Montevidéu e Buenos Aires foram as primeiras a experimentar um rápido crescimento demográfico e físico como conseqüência das imigrações européias dos fins do século passado. A expansão da Cidade do México, Havana e Santiago do Chile foi mais tardia. A de Quito e Bogotá começou durante as décadas de 1920 e 1930 e só conseguiu taxas de crescimento demográfico altas depois de 1950. O rápido crescimento da população do Panamá, La Paz, Salvador, Recife e Caracas começou a partir da Segunda Guerra Mundial. A expansão demográfica e física de Arequipa, Trujillo (Peru), Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Cuernavaca e muitas outras cidades é ainda mais recente. Em todos os casos, o impacto da urbanização nos antigos centros históricos foi múltiplo.

(*) Jorge E. Hardoy é pesquisador do Centro de Estudos Urbanos e Regionais, da Argentina, e do International Institute for Environment et Development. A tradução do texto original, em castelhano, é de Suzana Vargas.

Os países que aprovaram um variado sistema de controles, como o Brasil e o México, contaram com o compromisso do Governo Central, que apoiou a ação dos estados e municípios, tanto na instância legal e administrativa como no apoio técnico e creditício. Em troca, na maioria dos países da América Latina, a legislação estadual e/ou municipal e suas correspondentes ações técnicas e creditícias são irreais. Em outras palavras, os legisladores e estudiosos que impulsionaram esta legislação, preocupam-se mais com a idéia da conservação que em desenvolver a capacidade das nações para realizá-la.

A conservação do patrimônio imóvel de um país não é entendida como uma necessidade nacional. A incapacidade que nossos países expressam para levar adiante essa tarefa de identidade com sua história e sua cultura reflete-se nas perdas periódicas que sofre o patrimônio imóvel de cada nação e na carência de fórmulas realistas para evitá-las. O conhecimento do patrimônio de cada país tem estado tradicionalmente ausente de nossos programas de educação e os meios de comunicação raramente se ocupam dele.

Todos os centros históricos da América Latina experimentam uma deterioração mais ou menos acentuada. As causas são múltiplas e vincunladas entre si. Por sua localização central, os centros históricos foram o lugar de residência das elites coloniais, situação que se prolongou até meados do século passado. Até 1850 ou 1860, as cidades se desenvolveram muito lentamente, e, com freqüência, não chegaram a superar os limites do traçado original. A falta de transportes e de serviços públicos básicos impulsionou uma maior condensação dos distritos centrais, com os perigos conseqüentes e incômodos, que as elites resolveram mudando-se para bairros ambientalmente mais aptos e menos congestionados. Como resultado do afastamento dos setores mais abastados a outros bairros e de uma legislação edílica e ambiental incipiente, os centros históricos perderam atividades produtivas, comércio, funções governamentais e até mesmo sedes universitárias e institucionais. Todas estas atividades eram importantes geradores de empregos estáveis. Os edifícios ocupados pelas elites foram transformados em cortiços e ocupados por camadas da população com poder aquisitivo muito inferior. Nossos cortiços foram construídos com a finalidade de maximizar a renda de lugares cujo valor crescia rapidamente e destinados a uma migração exterior e interior, com poucas admissões e empregos instáveis, para os quais uma localização central era essencial à sobrevivência. À medida que as cidades cresceram, produziu-se, como conseqüência, uma maior descentralização das habitações e dos empregos, os centros históricos ficaram cada vez mais isolados. Em muitos deles, as vinculações com os distritos industriais da cidade e com os bairros em construção é pobre, com a conseqüente repercussão na situação trabalhista de seus moradores permanentes ou transitórios atuais, entre os quais predominam operários e empregados de escassa qualificação e artesãos sem emprego estável, além de proprietários de negócios pequenos, oficinas de trabalhos manuais e aposentados.

Os centros históricos possuem vantagens como locais de residência, trabalho e educação, se comparados a outros bairros da mesma cidade. A proximidade de muitos deles dos locais de trabalho, da administração pública, do comércio, das atividades culturais e financeiras, do setor gráfico, da hotelaria, restaurantes e vários serviços para a população residente e transitória da cidade, entre outros, os converte em locais de residência geograficamente privilegiados. Os centros históricos de Bogotá, Arequipa, Buenos Aires, Córdoba, Lima, México e Montevidéu, por exemplo, formam parte da área central, do "centro", como popularmente as conhecemos, de aglomerados com vários milhões de habitantes, apesar de uma descentralização gradual destas atividades rumo a outros bairros. Em segundo lugar, apesar de muitos edifícios dos centros históricos serem utilizados como habitações, apresentam graus diferentes de tugurização, os aluguéis são mais baratos ou inexistentes, já que coincidem com distritos urbanos cobertos por leis de aluguéis aprovadas no passado. Além disso, e apesar da baixa qualidade geral da moradia, os centros históricos contam com serviços públicos – água potável, esgotos, transportes, eletricidade, pavimentação e coleta de lixo – de que carecem, total ou parcialmente, outros bairros populares da mesma cidade. Estes serviços poderão ser antiquados e sua modernização é, com toda certeza, necessária, mas existem e funcionam, e nas cidades da América Latina constituem-se numa vantagem indubitável. Em terceiro lugar, a população tem maior acesso a escolas, colégios, hospitais, comércios e a uma variedade de atividades comunitárias que a de outros bairros. Algumas das mais antigas instituições educativas, hospitalares e comunitárias estão localizadas nos atuais centros históricos e seus arredores. Finalmente, em muitos centros históricos desenvolve-se grande variedade de pequenas e médias indústrias, tais como oficinas gráficas, oficinas mecânicas e fábricas de móveis, que, por sua vez, geram empregos informais.

Porém, em outros centros históricos, como os de Quito e Salvador e, em certa medida, o da Cidade do México, as tendências de localização dos empregos, nas últimas décadas, deixaram muito isolados seus respectivos centros históricos, cada vez mais inacessíveis devido às distâncias, ao custo e à má qualidade ou ao congestionamento do transporte público.

Os centros históricos são, em síntese, lugares de vida e trabalho, espaços de atividades produtivas e de serviços vinculados a outros bairros da cidade e da região. São, também, áreas culturais, nas quais se concentra a maioria dos melhores exemplos arquitetônicos e dos espaços urbanos da cidade herdados do passado, importantes testemunhos da sua história social e econômica.

Durante os últimos anos ressurgiu, em vários países da América Latina, um interesse pelos centros históricos e as cidades históricas como lugares de vida e de trabalho. Tradicionalmente, os únicos interessados neles eram grupos reduzidos de pessoas que tratavam de defender aspectos importantes do patrimônio cultural de um país e, naturalmente, os habitantes dos centros e cidades históricas. Esse ressurgimento do interesse pelos centros históricos obedece, para muitas pessoas, a razões práticas. À medida que as grandes aglomerações se estendem sem uma idéia muito precisa de quais serão suas limitações, alguns setores da população começam a redescobrir a importância de viver em lugares localizados no centro ou perto do centro da cidade, de encurtar o tempo, o custo e os sofrimentos das viagens diárias dos locais de trabalho. Profissionais e empregados, na medida de suas possibilidades econômicas, tentam regressar aos lugares centrais ou

aos bairros mais próximos a eles, em alguns casos como proprietários, na maioria como arrendatários.

Muitos dos elementos arquitetônicos e urbanísticos dos centros históricos adquiriram uma nova vigência e parece compreender-se que os aspectos históricos e contemporâneos da cidade podem fundir-se, logrando-se um habitat adequado e uma economia que evite sua degradação.

Na grande maioria dos centros históricos da América Latina abundam povoadores com baixa receita, escassa especialização e uma média de idade superior à da cidade. Muitos são residentes antigos do bairro, outros são residentes transitórios, que utilizam as pensões baratas e os contatos com pessoas amigas e familiares como lugar de residência, para tentar sua própria incorporação à vida econômica da cidade. Entre os residentes permanentes, a lealdade para com o bairro parece ser forte. São leais ao bairro, apesar de sua decadência física e o desaparecimento de fontes de emprego tradicionais, como se esse bairro representasse o marco de experiências divididas durante anos, conformando aquilo que poderíamos chamar de uma cultura popular dos centros históricos. Essa cultura, se realmente existe, teria sido modelada por uma escala e um tipo de habitabilidade diferentes das que encontramos nos bairros mais luxuosos e também nos bairros improvisados da periferia. Ao percorrer e analisar alguns desses centros históricos, reforça-se minha impressão de que muitos de seus habitantes conheciam-se há muito tempo, como acontece entre os habitantes de uma cidade pequena. Os centros históricos, em troca, não atraíram a atenção de outros investigadores que não sejam os historiadores da arquitetura e da arte e de alguns profissionais preocupados com a conservação do patrimônio cultural urbano. Sociólogos, economistas e estudiosos dos problemas urbanos da cidade contemporânea da América Latina raras vezes investigaram a vida nos bairros urbanos, entre os quais se encontram os centros históricos. Uma investigação preliminar da cidade velha de Montevidéu e de outros distritos centrais de Catamarca e Corrientes, recentemente concluída, indica claramente a riqueza e variedade desta temática, cuja compreensão é necessária se desejarmos um conhecimento mais adequado do funcionamento da cidade contemporânea. O ato de repensar a cidade contemporânea da América deveria converter-se em tarefa coletiva e urgente. Uma forma de fazê-lo seria compreender a visão que dela têm os habitantes da cidade, incluindo a visão das crianças, que constituem quarenta por cento ou mais de sua população.



SPHAN/Pró-Memória

II

A situação dos centros históricos e de sua população é muito vulnerável às mudanças na distribuição e localização do emprego na cidade ou na região metropolitana; à evolução dos sistemas de transporte público, à legislação específica de proteção de sua arquitetura e características urbanas e, em particular, à relacionada com os aluguéis, às mudanças nos mercados de terra e habitação nos distritos centrais e à ação do governo municipal.

Na maioria dos casos, o centro histórico é um dos tantos habitats da pobreza que se vêem em muitos bairros de todas as cidades da América Latina, agravado pela situação irregular que existe na ocupação de muitas moradias. A situação da habitação nos centros históricos é também muito séria, porque a oferta de unidades econômicas adequadas é quase inexistente e porque sua população está formada por muitas famílias e indivíduos com escassa ou nenhuma capacidade econômica e baixa qualificação, possui uma elevada porcentagem de aposentados e povoadores com mais de 65 anos em comparação com o resto da cidade.

O cortiço central e a pensão ou hotel econômico, que aluga quartos a famílias ou camas a passageiros, são meios que a população urbana de poucos recursos encontra para conseguir um lugar para morar. A maior concentração de cortiços e pensões em cada cidade encontra-se nos centros históricos e nos bairros que o rodeiam. Os ocupantes de muitos cortiços vivem sob um regime de ocupação instável, quando não totalmente ilegal. Amparados, em muitos casos, por antigas leis de aluguéis, das quais, com freqüência, fala-se em anular, e, em alguns casos, foram anuladas, os ocupantes — por falta de recursos ou devido à precariedade de sua ocupação, com contratos vencidos e sem organizações de moradores capazes de pressionar os órgãos de decisão — não intervêm na conservação dos edifícios. Os proprietários, por sua vez, já não recebem rendas, ou estas são tão baixas que não os motivam a reparar as deficiências mais elementares de seus edifícios. Em 1979, por exemplo, foi anulada, no Uruguai, a lei de aluguéis. Vários proprietários conseguiram, desta forma, expulsar os inquilinos de alguns cortiços localizados na Cidade Velha, procedendo imediatamente à sua demolição. Os lotes vazios assim criados foram convertidos em locais de estacionamento abertos, que triplicam a renda dos proprietários, enquanto os inquilinos acabaram por amontoar-se em outros cortiços, invadiram outras moradias desocupadas no mesmo bairro ou somaram-se aos que ocupam os bairros marginais da periferia. Nos centros históricos, a falta de conservação de muitos edifícios provoca desabamentos periódicos de tetos, paredes e pisos, obrigando seus ocupantes a desalojá-los. Inclusive a superfície construída dos antigos casarões, transformados em inquilinatos, foram reduzindo-se devido a desmoronamentos parciais. Estas situações explicam as manobras destrutivas que por omissão ou intenção se fazem nos centros históricos e que se caracterizam por uma perda constante do capital investido em edifícios e infra-estrutura, e por uma tácita aceitação de que setores importantes da população devam viver em condições degradantes.

A conservação e recuperação do patrimônio urbano edificado deveriam ser encaradas, em cada cidade, como complemento aos programas de reabilitação das vilas miseráveis que são, sem dúvida, a primeira prioridade. Seja por deterioração intencional ou por negligência, a vida útil de milhões de edifícios encurta-se inexoravelmente. Em muitos casos, pequenos créditos, ainda sem garantia, ou com a garantia das organizações intermediárias existentes, ou por formar-se, permitiriam ampliar a superfície edificada ou melhorar o equipamento dos edifícios a um custo por unidade de superfície inferior ao de uma construção convencional nova, aproveitando a infra-estrutura e os serviços existentes em bairros já consolidados. Algumas experiências realizadas durante os últimos anos em centros históricos do Brasil, como Olinda (leia o artigo de Vera Bosi, pág. 134), Salvador e São Luís do Maranhão, incorporando, em certas ocasiões, a participação dos usuários na construção, são bons exemplos disso. Uma análise recente realizada em Montevidéu demonstrou, entre outras, duas coisas: que o custo de recuperação de um inquilinato era, por unidade de superfície construída, inferior ao da construção de um edifício convencional de habitação popular construído pelo Banco Hipotecário Nacional e, em segundo lugar, que uma elevada porcentagem da população residente na Cidade Velha de Montevidéu podia absorver o custo de um crédito ou estava disposta a participar de um projeto de recuperação mediante a autoconstrução.

Existem aspectos de uma estratégia como a sugerida que não são compreendidos. Em primeiro lugar, valoriza o capital fixo já convertido em infra-estrutura e em edifícios já construídos; em segundo lugar, diminui o tempo de transferência, o consumo de energia e o desgaste dos equipamentos; logo, valoriza as atividades produtivas e os serviços já instalados e, finalmente, impulsiona uma coincidência entre o interesse da população estabelecida nos distritos centrais, formada em grande parte por setores populares que desejam nele permanecer, melhorando, porém, suas habitações, com a valorização de alguns entre os melhores exemplos histórico-arquitetônicos e urbanísticos da cidade.

Abrir os centros históricos ao investimento privado sem uma legislação e controle adequados pode significar, como em São José do Porto Rico ou Antiga Guatemala, sua reconversão no habitat dos setores endinheirados nacionais e, como nos exemplos mencionados, também estrangeiros.

A economia dos bairros que chamo de centros históricos está, logicamente, vinculada à do resto da cidade e, em alguns casos, à da região. As oficinas gráficas instaladas em muitos desses bairros servem à cidade, como também o fazem algumas pequenas empresas de confecção e oficinas especializadas, para nomear somente algumas atividades. Mas também é possível incorporar novas empresas não contaminantes de porte médio ou pequeno nos bairros periféricos ou próximos aos centros históricos, aproveitando a infra-estrutura instalada e a existência, também ali, de edifícios desabitados ou baldios. Alguns dos bairros de vida mais intensa que conheço apresentam essa mistura de costumes que não são excludentes se selecionados com cuidado.

As leis nacionais que protegem edifícios isolados ou as características arquitetônicas e urbanísticas dos centros históricos estão cheias de boas intenções, mas são irreais porque divorciadas da legislação aprovada pelos municípios para controlar a construção e estabelecer normas ambientais e sanitárias. Institucional e legalmente, os municípios pos-



SPHAN/Pro-Memória: Pedro Lobo, 1981



SPHAN/Pró-Memória

suem, então, uma enorme responsabilidade na conservação e reabilitação dos centros históricos, porém seu poder econômico e político decaiu e sua capacidade para negociar com os governos de províncias ou estaduais e nacionais e ainda com o setor privado é débil. O município é responsável pela determinação dos planos urbanísticos que incluem, em muitos países, as características físicas e ambientais dos centros históricos, e pela legislação sobre aspectos múltiplos que, em princípio, determinam a localização de investimentos públicos e privados. No entanto, na prática, o município, ao carecer de capacidade de investimento, ou no caso de esta ser muito reduzida, depende do setor privado para a execução e controle de todo tipo de obras. Em sociedades predominantemente urbanas, esta situação é alarmante, como o é a escassa coordenação que existe entre os diferentes níveis de governo.

Os problemas dos centros históricos, como os de outros bairros e os da cidade em sua totalidade, mudam constantemente. Muitas das políticas e projetos que determinarão suas características estão baseadas em diagnósticos antiquados, em predições incompletas e numa supervalorização daquilo que o estado pode realmente fazer. Esta supervalorização reflete, com muita freqüência, apreciações irreais, que se fazem explícitas para alcançar vantagens políticas a curto prazo. Em dois, três ou cinco anos as características da economia, a situação de trabalho e a capacidade e vontade podem mudar tão bruscamente que convertem em falsas ou imprecisas quaisquer extrapolações.

Todas as cidades da América Latina são construídas com grande escassez de recursos. A cidade descapitalizada da América Latina reflete as diferenças abismais que existem entre a cidade oficial, construída e administrada legalmente, e a cidade construída fora das normas oficiais e habitada, em grande parte, por massas de povoadores, que não estão inseridos em nenhuma atividade trabalhista legalmente reconhecida. A crise econômica que atravessam os países da região não fará mais do que aguçar o processo de urbanização descapitalizado. Apesar das aparentes boas intenções de alguns governos, a deteriorização do habitat popular continuará aguçando-se. Em outras palavras, os governos não querem ou não podem atuar sobre aquelas pré-condições essenciais — a terra, o acesso aos serviços sociais, materiais de construção econômicos, pequenos créditos e uma reestruturação dos governos locais partindo da representatividade comunitária — que permitiriam iniciar uma melhoria em massa do habitat popular. Nenhum governo pode alegar que não sabe, que não possui as análises necessárias.

Neste quadro pouco otimista que apresento, a reabilitação dos bairros adquire uma nova dimensão sócio-econômica e política. Os centros históricos são um bairro a mais em cada cidade. Da forma destrutiva como os estão utilizando irão decaindo rapidamente. Se o único objetivo é conservar seu patrimônio histórico-arquitetônico, provavelmente se agucem os problemas sociais e econômicos e o isolamento já existente em muitos deles. Creio, no entanto, que devemos mover-nos de uma posição tradicional, cujo objetivo foi a preservação histórica, a outra que tenda à reabilitação do bairro e, com ela, à revitalização da cidade. Para isso devemos aprender a controlar os agentes e forças destrutivas que atuam sobre o meio ambiente urbano e a pensar a cidade com uma ótica diferente. Trata-se de um esforço coletivo a que não estamos acostumados.

NÚCLEOS HISTÓRICOS:

recuperação e revitalização; a experiência de Olinda

*VERA BOSI**



SPHAN/Pro-Memória: Pedro Lobo

Vista aérea de Olinda.

O estágio atual dos trabalhos que estão sendo realizados em Olinda, sob o título de Projeto Piloto, dá estímulo e tranqüilidade para a produção deste texto. Embora os resultados não apresentem ainda índices mensuráveis para uma avaliação técnica em moldes quantitativos, o processo através do qual se desenvolveu e se desenvolve toda a prática, por si só, oferece subsídios palpáveis e inalienáveis para a condução e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos por todas as entidades que nela se envolveram.

Esse Projeto Piloto corresponde a uma ação experimental, dentro do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, que propõe, como premissa básica para sua efetivação, uma abordagem, a mais próxima possível, da comunidade. É com o respaldo dessa prática que se pretende atingir o objetivo de preservar o patrimônio cultural brasileiro, com respeito, apoio e cooperação das populações residentes, num processo conjunto de planejamento e execução.

A estruturação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos teve início em agosto de 1981, com base numa pesquisa elaborada pela SPHAN/Pró-Memória com o objetivo de compatibilizar a demanda de recursos do Patrimônio Histórico com a oferta do Banco Nacional da Habitação – BNH, institucionalizada através do Sistema Financeiro da Habitação.

A efetivação deste Programa dependeu, num primeiro momento, da criação de uma estrutura de articulação entre os diferentes níveis e setores envolvidos, respaldada pelo estudo interdisciplinar das questões básicas, que se viabilizasse a partir do interesse e com o apoio e participação das comunidades. Esta não tem sido a prática usual dos diferentes órgãos envolvidos. Tudo teve que ser iniciado.

(*) Vera A. Bosi de Almeida, arquiteta, coordena, na Fundação Nacional Pró-Memória, o Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos. Este texto foi escrito com a colaboração de Pedro Braga Neto, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), do Ministério do Interior, e da Equipe Técnica da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda – FCPSHO – da Prefeitura Municipal.

Esse período se estendeu por quatro anos aproximadamente. No dia 13 de junho foram assinados os primeiros contratos para a recuperação de seis moradias no Centro Histórico de Olinda. O processo evoluiu até chegar à situação atual (1/11/85): 218 moradores inscritos, oito obras concluídas, 15 em execução e 87 contratos esperando pelo início das obras. Os investimentos foram feitos pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCPSHO), da Prefeitura Municipal, e pelo BNH.

Os trabalhos que estão sendo elaborados pela FCPSHO são objeto de um contrato assinado em 3 de janeiro de 1985, entre o BNH e a FCPSHO, cujo cronograma estabelece um prazo de seis meses para a efetivação desta 1ª etapa, que é uma fase experimental dentro do Projeto Piloto de Olinda, objetivando a divulgação do programa, início dos trabalhos com a comunidade, estruturação de todo o arcabouço jurídico institucional, definição do referencial técnico e elaboração de um sistema financeiro que atenda ao Programa e garanta a Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Olinda e, conseqüentemente, das demais cidades históricas brasileiras.

O conteúdo deste texto corresponde a um relato do produto, resultante do trabalho conjunto das entidades que se integraram para a condução da proposta que, deixando de ser teórica, depois de discutida amplamente, reformulada e aperfeiçoada, passa agora a se consolidar física, social e economicamente para se institucionalizar no futuro.

Os desenhos que ilustram este artigo foram cedidos pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda.

Patrimônio histórico e patrimônio habitacional

O termo *Patrimônio Habitacional* é usado aqui apenas para forçar uma identificação mais imediata para o conteúdo deste texto. O mais correto seria fazer referência a Conjunto Histórico ou ainda a Patrimônio Ambiental Urbano, porém o imóvel de uso residencial é o mais importante e o mais freqüente dos elementos que compõem o conjunto a preservar. Por outro lado, uma intervenção que contemple exclusivamente os prédios habitacionais estará se restringindo a ações pontuais, tão excludentes quanto as que têm sido até então praticadas na trajetória do Patrimônio Histórico, quando contempla o monumento isolado.

A preservação de um conjunto histórico não se esgota, simplesmente, no seu reconhecimento e no compromisso de garantir sua permanência no decorrer da história, enquanto espaço de viver coletivo. É, a um só tempo, a conservação e a valorização dos elementos que o compõem como as ruas e becos, as igrejas e praças, as casas e, acima de tudo, a preservação do homem com seu viver e suas práticas.

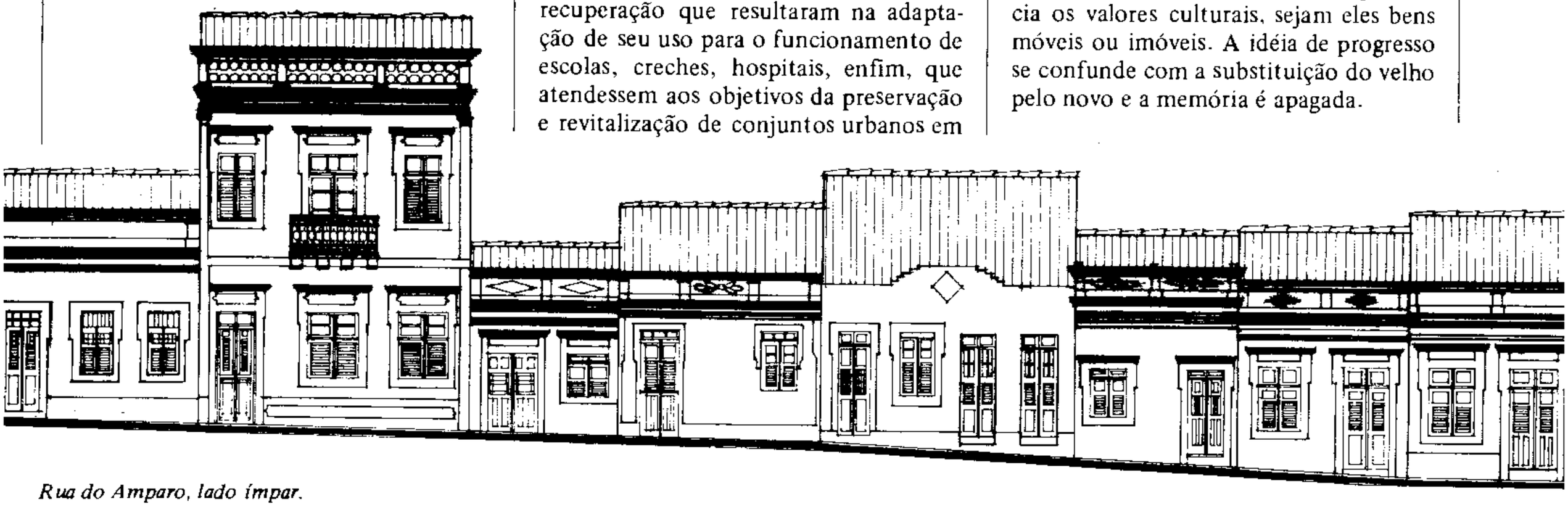
Se tem sido possível, através de obras de restauração, recuperar e transformar monumentos isolados, desativados ou de uso obsoleto, como fábricas em escolas ou bibliotecas, cadeias em centros de cultura e, ainda, conventos em pousadas, por que não converter zonas degradadas, física e socialmente, em bairros saneados e revitalizados?

No conjunto das ações desencadeadas para a preservação do Patrimônio Histórico no Brasil são raros os exemplos já concretizados de recuperação de conjuntos históricos através de intervenções de recuperação que resultaram na adaptação de seu uso para o funcionamento de escolas, creches, hospitais, enfim, que atendessem aos objetivos da preservação e revitalização de conjuntos urbanos em suas múltiplas funções. Mais raros ainda são os casos de imóveis de uso residencial, embora tenham ocorrido algumas experiências em Sergipe (Laranjeiras) e na Bahia (Salvador). Há, ainda, casos de recuperação de imóveis residenciais que foram adaptados para museus e/ou repartições públicas. Recentemente, a 8ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, em conjunto com o Governo do Estado de Goiás, promoveu, com recursos orçamentários da Pró-Memória, a fundo perdido, a recuperação de 13 moradias componentes de conjunto histórico da cidade de Pilar, tombada pela SPHAN.

A falta de programas de preservação para o Patrimônio Habitacional é justificada por dificuldades de ordem financeira, técnica e legal:

- *inexistência de recursos financeiros* para atender à grande demanda decorrente do grande número de habitações existentes nos conjuntos tombados;
- *insuficiência de quadros técnicos e administrativos* para satisfazer a demanda por serviços que seriam requeridos pela situação em tese;
- *impossibilidade da aplicação dos recursos públicos orçamentários* na recuperação de imóveis de propriedade particular;
- *inexistência de respaldo legal e jurídico* para o procedimento das transferências e aquisição de imóveis históricos, extremamente valorizados quando objetos de negociação.

Esta situação é decorrente da forma pela qual são enfocados os problemas de ordem cultural na administração pública brasileira. Recursos e interesses são reduzidos na medida em que são restritivos e mal entendidos os conceitos de cultura e minimizados em sua importância os valores culturais, sejam eles bens móveis ou imóveis. A idéia de progresso se confunde com a substituição do velho pelo novo e a memória é apagada.



Rua do Amparo, lado ímpar.

Referências conceituais e práticas

A preservação do Patrimônio Habitacional aprofunda o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano e acaba por extrapolá-lo, porque o tratamento do espaço habitacional introduz o homem e, através dele e em favor dele, impõe a consideração de todos os elementos que caracterizam a dinâmica urbana. O conceito de Patrimônio Ambiental Urbano parte do rompimento com a visão monumentalista da preservação e propõe um procedimento que incorpora ao monumento isolado não só o seu entorno imediato como ainda seu entorno paisagístico.

Do conceito de Patrimônio Ambiental Urbano que conduz a uma relação entre preservação e mecanismos de organização das cidades, como legislação e uso do solo, planos de desenvolvimento urbano, planos de circulação e transporte e demais instrumentos utilizados pelo setor público para orientar o desenvolvimento das cidades, pretende-se partir então para uma experiência concreta. A inserção de fatores de ordem social, econômica e política, quando se contempla a moradia e dentro dela o cidadão e sua problemática, deve provocar reformulação de critérios e alteração na ordem de prioridades para as avaliações e procedimentos no processo, até então teórico.

Enquadrado no âmbito da cultura e regido, basicamente, pelo Decreto-lei 25, de 30.11.1937, o Patrimônio Histórico tem sua proteção assegurada por normas federais, porém os parâmetros que norteiam sua aplicação são calcados em critérios específicos, nem sempre sustentáveis frente a situações reais e limitantes como a vastidão do território nacional, o nível de renda e educação do povo brasileiro, o estágio tecnológico nacional e a evolução da crise econômica do País.

Por outro lado, para as modernas tecnologias, é bem mais fácil se construir prédios novos em terrenos vagos e menos complicado e "oneroso" transformar estruturas urbanas tradicionais em novas áreas estereotipadas e despersonalizadas, carregando nas pás dos tratores séculos de história, destruindo, assim, valores incalculáveis e insubstituíveis do trabalho humano.

O alto índice da demanda habitacional aliado aos interesses pela renovação urbana reforçaram a criação do Banco Nacional da Habitação que, com grande volume de recursos financeiros, promoveu o desenvolvimento de um extenso e marcante programa de construção de novas habitações em todo o território nacional.

A produção seriada de moradias e a padronização de normas para o parcelamento do solo e para estruturação da malha urbana uniformizaram as cidades brasileiras. O que as identifica, atualmente, são seus centros urbanos, sejam dos séculos XVII, XVIII e XIX, ou do início do atual. Os mais antigos, ainda existentes, são denominados centros históricos e, em sua maioria, são relativamente protegidos por lei de tombamento. Os mais novos, que também contam a história de seu povo, devem ser respeitados e, por isto, dependem da criação de instrumentos de proteção.

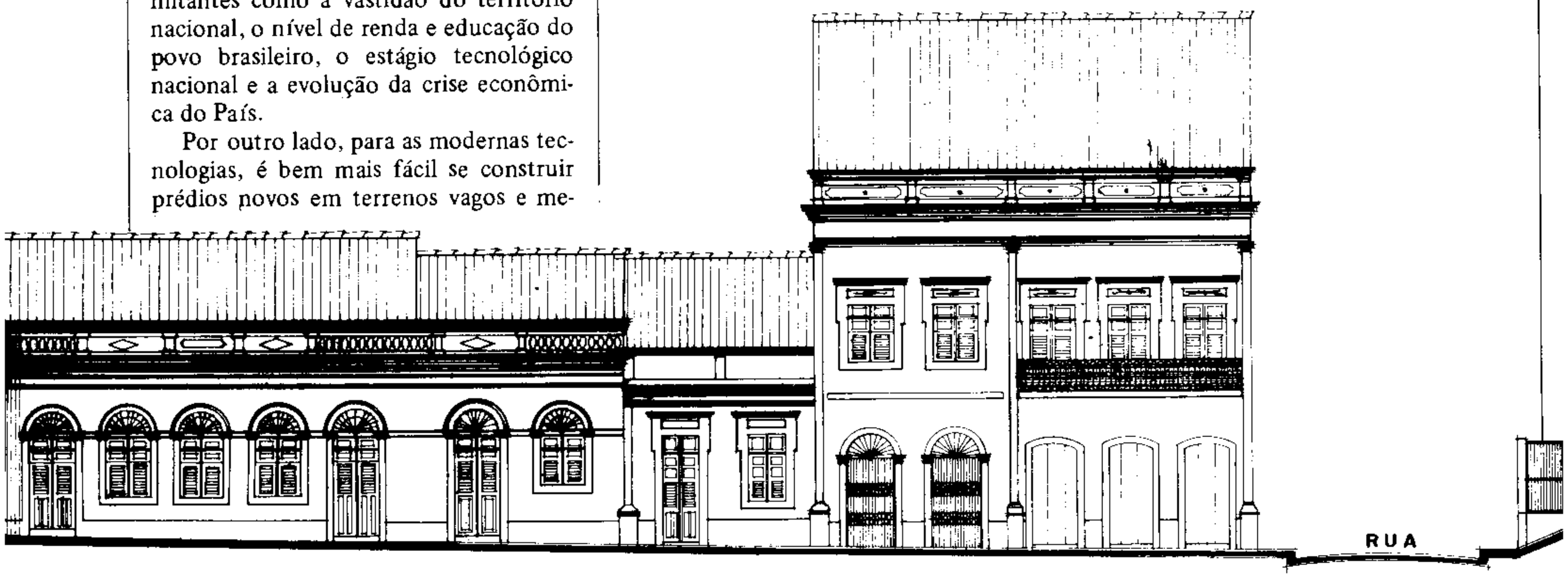
São esses centros antigos que conservam, até hoje, sua estrutura física, a qual pressupõe a vigência de um conteúdo de cunho social, econômico, político e cultural caracterizadores da imagem da cidade. Seu estoque de habitações, esteja ele ocioso ou em uso, nunca foi contabilizado pelo BNH, a quem cabia e ainda cabe definir a política habitacional do País. Seja os imóveis de grande porte que poderiam ser transformados em prédios de apartamentos, seja o simples casario, em processo de degradação, decorrente das forças econômicas que atuam na dinâmica das cidades que induzem os moradores a se transferirem para conjuntos habitacionais novos.

Referências histórico-cronológicas

Através do Documento Final do Compromisso de Salvador, os prefeitos das cidades históricas, em 1971, propuseram que fosse feita uma convocação do BNH e dos demais órgãos financiadores da habitação para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização das obras em edifícios tombados. Não se conhece, porém, iniciativa tomada efetivamente, até 1978.

Este é o quadro que induziu a equipe que estruturou o Programa de Cidades Históricas, cuja preocupação era a colocação e reinserção dos bens recuperados no contexto sócio-econômico das comunidades (ainda na CPNU da SEPLAN/PR, depois CNDU no MINTER, hoje no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDUMA), a fazer uma consulta ao BNH. Uma resposta negativa, datada de 14.02.78, era justificada da "pelas condições especiais que certamente o financiamento exigiria, como, também, pela absorção de recursos disponíveis em programas prioritários definidos ao ser votado o seu orçamento plurianual".

No Simpósio sobre Barateamento da Construção, realizado em Salvador, no período de 26 a 31 de março de 1978, o arquiteto Paulo Ormindo de Oliveira já



apresentava "a recuperação do patrimônio habitacional como alternativa complementar para a solução do problema da moradia no Brasil", com a criação, pelo BNH, de um programa específico para os conjuntos arquitetônicos de interesse cultural que atuaria financiando a renovação da infra-estrutura e equipamentos sociais destas áreas: financiando cooperativas de seus moradores para compra, recuperação e transformação de unidades super e subutilizadas (cortiços e ruínas) em condomínios, e financiando a recuperação de edifícios unifamiliares por seus próprios donos. A aprovação dos projetos seria feita por uma comissão do BNH, SPHAN e SEPLAN.

Em Salvador, entre 1981 e 1982, realizou-se uma tentativa de aplicação de recursos do BNH na recuperação do patrimônio habitacional do seu centro histórico – Pelourinho – chegando mesmo a se elaborar projetos arquitetônicos e a contactar famílias – prováveis mutuários – para a aquisição de unidades habitacionais decorrentes da adaptação de sobrados arruinados. A iniciativa partia do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia/IPAC e contava com recursos de uma das linhas de financiamento do BNH, através da URBIS/COHAB estadual. Nenhum projeto se efetivou, principalmente pela inadequação dos mecanismos técnicos e financeiros já institucionalizados do BNH às peculiaridades das intervenções.

Ao mesmo tempo, já em meados de 1981, a SPHAN/Pró-Memória passou a desenvolver, articulada e concretamente, estudos que objetivavam viabilizar a aplicação de recursos financeiros do BNH, adequando o Sistema Financeiro da Habitação para a recuperação e revitalização de núcleos históricos.

O conhecimento dos instrumentos básicos do aparato institucional do BNH deixou claro que uma simples decisão afirmativa da entidade, no sentido de investir recursos financeiros na recuperação do patrimônio habitacional, não iria constituir-se em solução para o problema da moradia e nem sequer atender os objetivos da preservação.

Chegou-se à conclusão de que seria realmente necessária a criação de um *programa especial* para a recuperação e revitalização do patrimônio histórico, com perspectiva de vir a se transformar numa *Carteira* que conjugue as várias linhas de financiamento para diferentes fins e diferentes rendas, considerando-se a heterogeneidade social e econômica que é normal nos centros urbanos e as peculiaridades que são inerentes a cada um desses centros que tenham reconhecido valor histórico e cultural.

Se para o BNH seriam necessárias mudanças e adaptações nas normas e resoluções, quanto a juros, prazos e exigências técnicas e administrativas, da parte da SPHAN/Pró-Memória deveriam também ser operadas mudanças a nível funcional e operacional, como, por exemplo, responder a diversificadas solicitações em seu objeto de trabalho que, partindo do tratamento simplificado do bem cultural, isolado, passaria a considerá-lo na sua pluralidade funcional, com base nos elementos sócio-econômicos que compõem a dinâmica urbana – moradia, abastecimento, trabalho, educação, saúde, circulação, etc. – embutidos numa ambiência física que é, ao mesmo tempo, histórica e cultural.

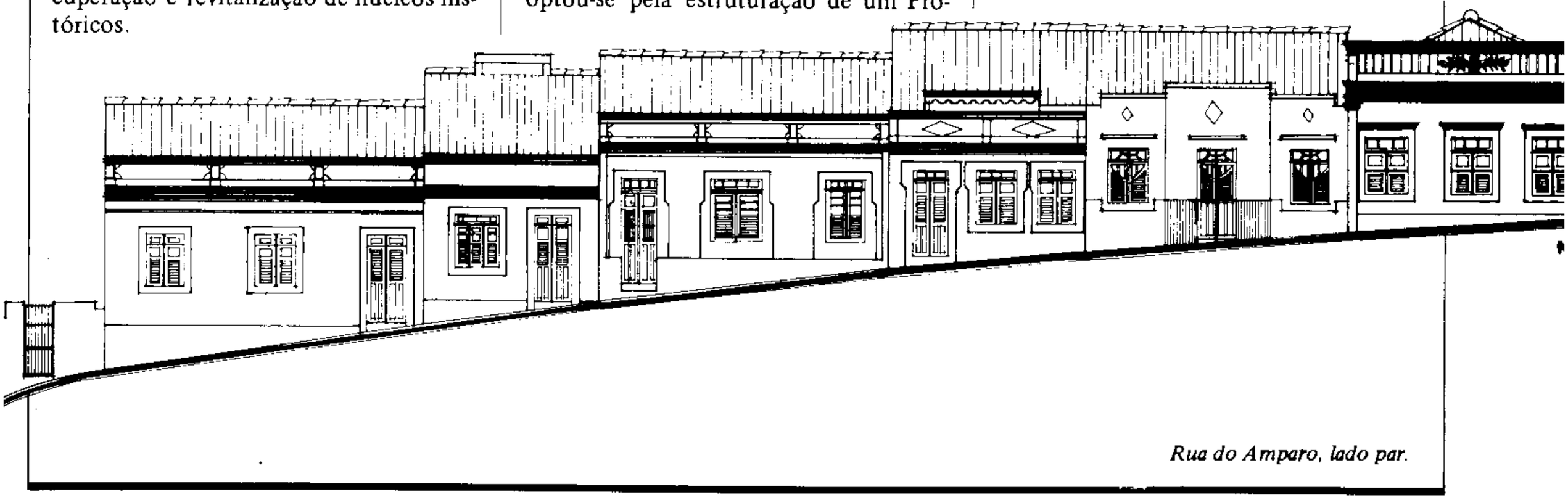
A partir da proposta originada no estudo de "Compatibilização entre a Demanda SPHAN/Pró-Memória e a Disponibilidade de Recursos Financeiros do Banco Nacional da Habitação/BNH", optou-se pela estruturação de um Programa Especial para Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos que, conjugando todas as linhas de Financiamento do Sistema Financeiro da Habitação, fosse dotado de flexibilidade e adaptado às peculiaridades dos projetos a serem desenvolvidos, constituído das seguintes ações básicas:

1 - Pesquisa – Cadastramento para Revitalização dos Núcleos Históricos.
2 - Desenvolvimento Comunitário.
3 - Legalização e Aquisição de Imóveis.
4 - Recuperação e Restauração de Imóveis.
5 - Integração de Ações Setoriais nos Núcleos Históricos.

Se, por um lado, os estudos concluíram pela necessidade da criação da *Carteira* específica para o Patrimônio Histórico, capaz de se adaptar o aparato institucional do BNH às peculiaridades do Patrimônio Histórico, por outro, ficou evidente e confirmada a inexistência de informações concretas e atualizadas para a elaboração de quaisquer propostas.

Constavam da lista de monumentos tombados pela SPHAN cerca de 48 núcleos históricos, sobre os quais, por falta de recursos financeiros e por força de uma prática de preservação e conservação voltada unicamente para monumentos isolados e seu entorno, não existiam informações básicas que possibilitassem o conhecimento do objeto de trabalho.

Embora os inventários, cadastros e levantamentos existentes fossem suficientemente informativos sobre as características físicas e históricas dos monumentos, isoladamente todas as demais informações necessárias para caracterizar a problemática dos conjuntos históricos e para embasar o programa como um todo precisariam ser coletadas. A realidade dos núcleos históricos, embora



Rua do Amparo, lado par.

tombados, permanecia desconhecida, ou seja, qualquer previsão de recursos, custos ou serviços a serem executados dependia de levantamentos. Na verdade, faltavam informações quantitativas para negociar com o BNH.

Por se tratar de experiência nova, tanto para o BNH como para a SPHAN/Pró-Memória, o início do processo exigiu ajustamentos preliminares que se prolongaram pelos últimos três anos; em fevereiro de 83 foi concretizado um Acordo entre MINTER e MEC que, além de estabelecer encargos e obrigações específicas, condicionou as alterações e adaptações do aparato institucional do SFH, indispensáveis à Preservação do Patrimônio Histórico, à efetivação de Projetos Pilotos em alguns núcleos históricos a serem definidos entre conjuntos tombados pela SPHAN. Foram sugeridos os Centros Históricos de Salvador, Olinda e São Luís, pela importância, amplitude, significação e consistência dos mesmos.

Ao lado das dificuldades técnicas e da falta de discussão interdisciplinar para as questões do patrimônio cultural, alinharam-se também as complicações de ordem política e institucional muito comuns no decorrer desses últimos 20 anos de autoritarismo e centralização administrativa.

Contando inicialmente com o envolvimento de três órgãos da administração federal – SPHAN/Pró-Memória, CNDU e BNH –, a evolução dos estudos somente se tornou possível a partir da contribuição das equipes locais, de entidades municipais e estaduais que começaram a ser estruturadas a partir de 1979, como resultado das proposições do Programa de Cidades Históricas da SEPLAN/PR (SEPLAN – Presidência da República).

Entre as várias entidades que participaram dos trabalhos iniciais, proporcionando apoio e interesse para o programa, destacam-se as seguintes:
Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM/PE); Fundação do Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM/PE); Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda; URBE – Prefeitura Municipal do Recife; Projeto Praia Grande – SEPLAN/MA; Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia – IPAC.

Ao se confirmarem algumas das razões que justificavam a busca de soluções para a problemática habitacional em núcleos históricos, outras afirmações ficaram ainda dependentes de ações práticas para serem respondidas:

- financiar e restaurar imóveis de uso habitacional – estoque já existente – em áreas já atendidas por serviços públicos e infra-estrutura garante menor custo para a revitalização de áreas antigas do que a construção de novos conjuntos habitacionais;
- restaurar e preservar conjuntos de imóveis de valor cultural, histórico, artístico e ambiental com usos e funções diversas restitui-lhes a vitalidade necessária para sua integração à cidade como um todo;
- restaurar os imóveis e manter a população residente concorre para a redução nos custos sociais, decorrentes de remoções;
- restaurar e reativar imóveis desocupados ou subutilizados eleva o volume de oferta de habitação.

Entretanto, se estas afirmações motivavam discutir-se com o BNH, não eram suficientes e convincentes para justificar a efetiva participação das Representações Regionais da SPHAN/Pró-Memória, nas cidades citadas (2ª, 4ª e 5ª DRs), em razão de sua prática estar geralmente voltada para o trabalho de restauração de monumentos isolados, com o que está comprometido seu corpo técnico. A continuidade e a efetivação do Programa passam a exigir mudanças e adaptações também para estas Representações.

Desta forma as equipes técnicas, especialmente treinadas para a prática de restauração, não estavam preparadas para se defrontar com o volume e a complexidade das atividades que deveriam promover. Não se pretendia somente a simples restauração dos bens, mas se buscava, a partir da preservação e revitalização dos conjuntos históricos, a garantia de participação e manutenção da comunidade neles residente, intensificando seu uso pela comunidade em geral, numa conjugação de esforços de todos os agentes dos diversos setores da administração pública, com o objetivo único de preservar a memória local e nacional.

Com o respaldo do Acordo MINTER/MEC, e com os estudos interdisciplinares que o trabalho conjunto e intersetorial proporcionou, pôde-se avançar no sentido de atingir objetivos intermediários – os projetos pilotos – que deverão fornecer os subsídios para o objetivo final: inserção do programa de recuperação e revitalização de núcleos históricos na política de desenvolvimento urbano, ou, ainda, que no contexto da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro se inclua a dimensão social, econômica e política, ao se valorizar o homem, seu fazer, seu bem-estar e seu compromisso com a preservação da memória nacional, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida.

No mês de novembro de 1984, o Projeto Piloto de Olinda teve sua fase preliminar aprovada, sendo então objeto de



Rua Bernardo Vieira de Melo, lado par.

um contrato entre o BNH e a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda – Prefeitura Municipal – com interveniência da Fundação Nacional Pró-Memória. O cronograma prevendo um prazo de seis meses para elaboração de pesquisas, estudos e projetos acabou sendo dilatado para outubro deste ano.

Lamentavelmente, em São Luís e Salvador, apesar do assessoramento técnico prestado em condições semelhantes a Olinda, as equipes locais da Administração Estadual não conseguiram estruturar-se para a condução dos trabalhos. Nestes casos, a participação das Prefeituras seria indispensável. São dois centros históricos em acelerado processo de arruinamento físico, social e econômico, para os quais não há ainda manifestação efetiva do interesse das Prefeituras Municipais em participar dos respectivos processos de reabilitação, apesar da reconhecida importância de seu acervo para o patrimônio brasileiro.

Experiência de Olinda

O município de Olinda possui uma área de 29 km², com cerca de 360.000 habitantes, apresentando uma densidade de 12.000 hab/km². Faz parte da Região Metropolitana do Recife, abrigando populações satélites e se consolida como cidade-dormitório através de seus 16 conjuntos habitacionais, contando ainda com 56 bolsões de pobreza.

Fundada em 1535, depois de um período de desenvolvimento com o cultivo da cana, entrou em decadência com a invasão holandesa quando foi incendiada e saqueada. Retomou seu desenvolvimento urbano, como núcleo residencial da aristocracia rural, que foi atenuado em 1709 a partir da Guerra dos Mascates.

Guarda no entanto, ainda hoje, seu traçado urbano seiscentista, um significativo casario e grande número de monumentos representativos do período colonial em sítio de exuberante beleza natural.

Seus sítios históricos (centro histórico) compõem um acervo urbanístico, paisagístico, histórico e arquitetônico de relevante importância, que levou Olinda a ser reconhecida pelo Congresso em 1980 como Cidade Monumento Nacional, e pela UNESCO, em 14 de dezembro de 1982, como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

A área tombada pela SPHAN, considerando a cidade histórica, é de 10,4 km², que corresponde a um terço (1/3) da superfície do município. A ocupação do território, limitado pela linha poligonal de tombamento, se faz através de conjuntos edificados que concentram um significativo acervo da arquitetura religiosa e civil nacional, distribuídos por uma malha urbana estruturada sobre uma topografia acidentada, cuja cobertura vegetal é constituída pelos pomares caseiros concentrados nos quintais dos lotes e em algumas vias, além da variada vegetação dos largos e praças, que dão um aspecto peculiar e agradável à área.

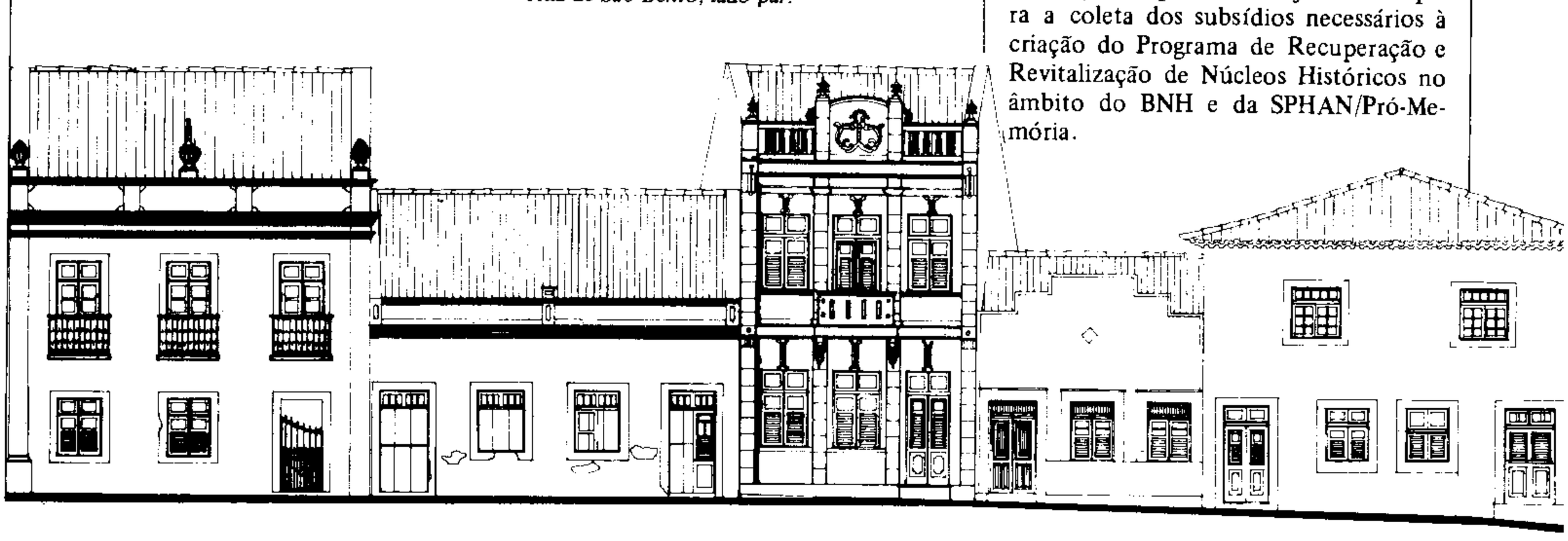
Permeando os notáveis exemplares da arquitetura religiosa e civil, está o casario que emoldura as vias e abriga a população que se distribui pelas edificações do mais representativo valor histórico-arquitetônico até às subabitações que se localizam nos fundos dos lotes, nas encostas, nos alagados, ou seja, nas 11 favelas que se localizam na área histórica.

A Prefeitura Municipal de Olinda tem como objetivo para o desempenho de seu trabalho retomar o desenvolvimento sócio-econômico através de um processo participativo de instituições e comunidade, com o incremento à expansão de sua economia, apoio às suas atividades culturais, defesa dos interesses da coletividade e preservação do seu patrimônio, ou seja, tem uma política claramente definida em favor do seu Patrimônio Cultural, incluindo aí também e prioritariamente o homem, elemento historicamente responsável pela formação e preservação deste patrimônio. Dentro desta política, foi criado, em 1979, um Sistema Municipal de Preservação, assim constituído:

- *Conselho Municipal de Preservação* – órgão consultivo e deliberativo composto de 07 (sete) membros representantes da Câmara dos Vereadores, Secretaria Municipal de Educação, Comunidade Cultural Olindense, Instituto Histórico de Olinda, SPHAN/Pró-Memória, Fundação de Desenvolvimento Metropolitano de Recife (FIDEM) e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE);
- *Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda* – órgão executivo de toda a política de preservação dos bens culturais no município;
- *Fundo de Preservação dos Bens Culturais* – parcela do FPM transferido para a preservação de bens culturais tombados pelo município;
- *Tombamento Municipal.*

A existência desta política de preservação, apoiada num sistema que por sua vez estrutura e alimenta a prática desenvolvida pela FCPSHO, tornou possível a realização do primeiro Projeto Piloto para a coleta dos subsídios necessários à criação do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos no âmbito do BNH e da SPHAN/Pró-Memória.

Rua de São Bento, lado par.



Como reflexo da opção política municipal, o objetivo maior desta Revitalização foi a valorização do homem e da coletividade e, com esta postura, resgatar a comunidade da sua posição passiva no processo de planejamento e desenvolvimento. Foram envolvidas as múltiplas funções em que o homem atua no sistema de relações urbanas.

Desta forma se definiu um princípio metodológico que enuncia como fator importante, necessário e imprescindível a participação ativa e permanente da comunidade. Participação esta que se daria em todo o processo de desenvolvimento, implantação e acompanhamento do programa. Neste processo, a comunidade é o agente promotor de seu próprio desenvolvimento.

Primeiramente, foi elaborado um plano amplo e abrangente que engloba 36 ações abordando aspectos de ordem físico-ambiental, jurídico-institucional, sócio-econômico e cultural.

O processo de Recuperação e Revitalização foi entendido no seu conceito mais amplo possível, não se atendo somente a possíveis segmentos ou determinados edifícios.

Considerando a metodologia proposta e a abrangência do Plano Global, tornou-se necessário um detalhamento desse plano preliminar que delimitasse um projeto experimental, a fim de que se pudesse recolher as informações básicas para um dimensionamento mais exato ao projeto piloto.

Com esta fase preliminar, garantiu-se a aprovação do BNH, que através de um contrato com a FCPSHO e a Prefeitura Municipal de Olinda, no valor de 11.470 UPCs, contribui para a efetivação desta primeira experiência.

Esta 1ª etapa refere-se basicamente à divulgação do programa, início dos trabalhos com a comunidade, estruturação de todo o aparato jurídico-institucional, definição do referencial técnico e elaboração da proposta de um sistema financeiro e administrativo que atenda ao programa, satisfaça aos moradores e garanta a Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Olinda.

O ponto de partida dos trabalhos foi a realização de um Painel de Debates, em meados de março/85, que decidiu o início imediato do trabalho de aproximação com a comunidade através de reuniões e contatos pessoais. Estes trabalhos que começaram por evidenciar uma grande e justificada falta de credibilidade nas instituições envolvidas no programa, como um sentimento geral, na sua evolução proporcionaram o resgate da credibilidade, estabelecendo o diálogo aberto e franco entre instituição e comunidade, o que, sabe-se de antemão, poderá ser sustentado somente através de ações concretas.

A parte operacional desta 1ª fase, como resultado da coincidência entre o objetivo do projeto e as prioridades dos moradores, está centrada mais no elemento *habitação* e nos sistemas de *Infra-estrutura e Serviços Urbanos.*

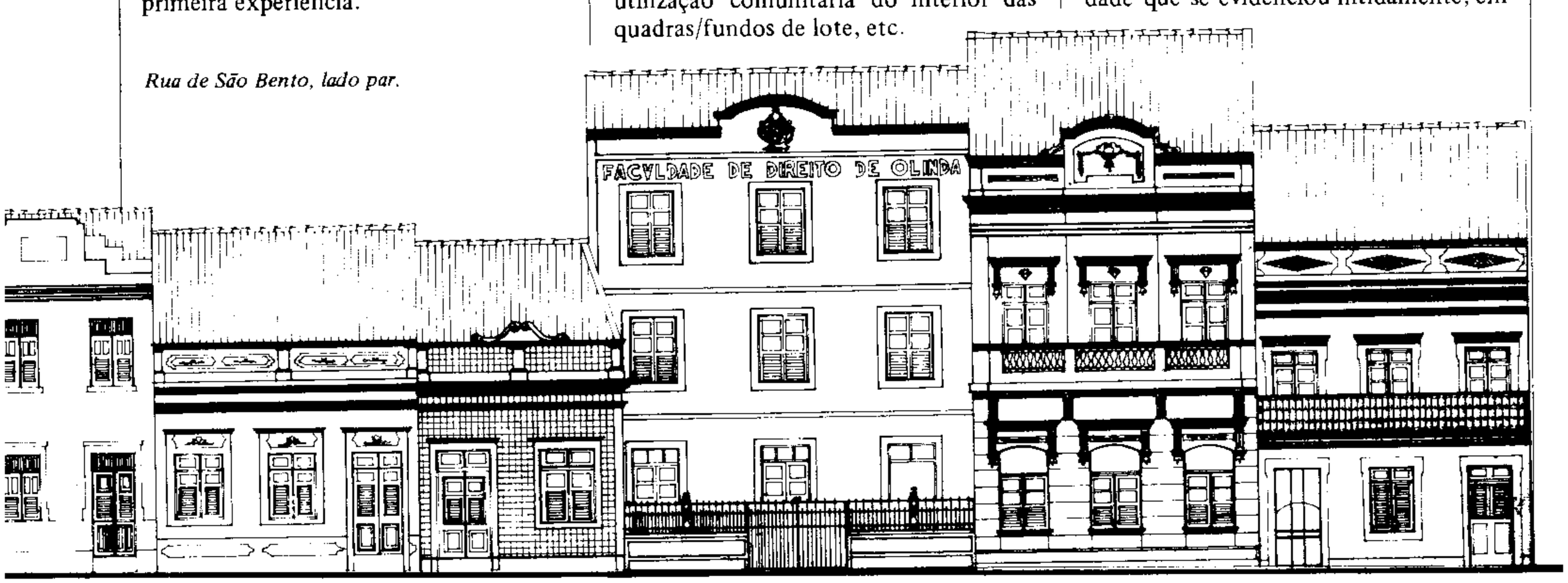
As demais prioridades levantadas, embora não requeiram a mesma urgência e exijam menor volume de recursos e trabalho, já estão sendo alvo de discussão e articulação com a perspectiva de viabilizar tratamento para as seguintes questões: segurança, trânsito/sistema viário, iluminação pública, comunicação/telefones públicos, limpeza urbana, utilização comunitária do interior das quadras/fundos de lote, etc.

Para a problemática habitacional, o desafio é maior, tendo em vista a necessidade de compatibilizar as condições de renda dos moradores, as condições de precariedade dos imóveis e o corpo normativo do BNH, além da especificidade dos trabalhos de Preservação. Por outro lado, a experiência que ora se efetiva começa a recolher os subsídios para as alterações desejáveis à implantação do Programa, inicialmente em Olinda, com possibilidade de se ampliar para nível nacional. Estas são as questões básicas que estão orientando a prática atual:

- parque habitacional já consolidado, com imóveis edificados em diferentes períodos, com características variadas quanto à tipologia, materiais de construção e elementos arquitetônicos;
- situação generalizada de degradação dos imóveis que requerem estudos específicos, caso por caso, para avaliação de custos;
- heterogeneidade de serviços solicitados considerando a abrangência e demanda específicas;
- perfil sócio-econômico diversificado, predominantemente de baixa renda (0 a 3 salários mínimos);
- sistema fundiário, condições de propriedade dos imóveis;
- conflito existente entre a legislação que rege as intervenções em imóveis de áreas tombadas e as necessidades de melhoria da qualidade de vida dos moradores.

É, pois, indispensável à questão habitacional que a formulação de uma proposta de financiamento possibilite a compatibilização das condições do Sistema Financeiro da Habitação com a realidade que se evidenciou nitidamente, em

Rua de São Bento, lado par.



duas linhas básicas, a partir das diferenciadas classes sociais a serem atendidas pelo Projeto.

Para a classe de renda baixa – de 0 a 3 salários mínimos – a *habitação* é prioridade 1 porque vive em edificações precárias, até quando estas têm representativo valor histórico-arquitetônico, o que dificulta ainda mais a sua recuperação. Esta faixa de população assume dois assentamentos distintos:

- morando em subabitações quase sempre em áreas de condições físico-ambientais inadequadas para assentamentos de edificações: são encostas ou alagados onde as unidades residenciais encontram-se com sérios problemas, principalmente de estabilização da estrutura e em condições de total insalubridade;
- morando dispersamente em toda a área histórica, em imóveis de expressivo valor histórico e arquitetônico que, por trás de fachadas em razoável estado de conservação, se apresentam em péssimo estado de consolidação das estruturas, e das condições de conforto ambiental como instalações hidrossanitárias, iluminação e ventilação.

Para a classe média, a prioridade *1* é saneamento, embora apresentem problemas na habitação, principalmente no que se refere ao madeiramento de cobertas com sérios problemas de infiltrações e cupins, além das instalações hidrossanitárias. O Centro Histórico não tem sequer um metro de esgoto sanitário instalado, embora já tenha um sistema de redes de recolhimento e estação de tratamento implantados. Entretanto, já está sendo elaborado um projeto de tecnologia alternativa, em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, com vistas à criação de redes condominiais de esgoto sanitário, de implantação mais fácil e menos onerosa.

Por outro lado, o pioneirismo da experiência, a limitação de recursos e a falta de normas e parâmetros preestabelecidos desencorajaram ações mais arrojadas quanto às intervenções em imóveis de maior porte e de significativo valor arquitetônico e histórico que exigissem obras mais caras. Já está funcionando uma estratégia de trabalho que se inicia nas reuniões com os moradores e se concretiza através de um Sistema de Atendimento ao Morador para Serviços de Reparos do Casario, que consiste na oferta de orientação técnica, respaldo jurídico e proposta de financiamento para a recuperação dos imóveis.

Optou-se por esta estratégia, porque sendo baseada na adesão e participação dos moradores, se estruturou a partir da criação do sistema de atendimento apoiado no Programa de Serviços e Reparos no Casario, que inclui três modalidades de atuação: fornecimento de material; fornecimento de material e de mão-de-obra; elaboração de Projeto, fornecimento de material e/ou mão-de-obra.

Esta sistemática somente pôde ser efetivada realmente depois que os moradores passaram a contribuir para o andamento dos trabalhos, relatando as suas necessidades e apresentando suas expectativas e disponibilidades frente ao seu engajamento no processo. É importante notar que a participação dos moradores, que se inicia a partir da busca de solução para seus problemas mais sérios, vem tendo seus desdobramentos e com isto são criadas condições de trabalho conjunto enquanto é encorajado o crescimento do conteúdo comunitário para as práticas urbanas.

Embora se tenha optado pela prioridade no atendimento aos moradores de baixa renda, estão sendo atendidos somente aqueles que são proprietários dos imóveis. Os casos de inquilinos, invasores e residentes em imóveis com problemas em sua situação jurídico-legal deverão ser objeto de atendimento especial.

Para a execução dos reparos e recuperação dos edifícios, a experiência ainda se fixa estritamente na moradia e já tem um esquema de ações agrupadas em módulos de atendimento com as seguintes características: estabilização; restauração; melhoria; revalorização; conservação; construção.

Estes atendimentos poderão ser efetivados na sua totalidade ou parceladamente, dependendo dos recursos dos moradores e das condições do imóvel.

São os recursos financeiros dos moradores e sua capacidade de endividamento que indicam a modalidade de atendimento e as condições de pagamento dos empréstimos. Cada situação define um quadro específico, onde as prestações, os prazos e a garantia para a efetivação dos financiamentos são discutidos com o interessado.

Ficou estabelecido que todos os moradores do Centro Histórico deverão ter uma compensação – subsídio financeiro – por preservar o imóvel ou imóveis de sua propriedade, seja através de benefícios tributários ou de subsídios para a execução das obras de preservação. Para isto foi definido uma tabela de subsídios que varia de 5

Rua do Amparo, lado par.



a 50% do valor dos serviços a serem realizados. Estes subsídios variam em função da renda do morador, das características próprias dos imóveis e do caráter e tipo de intervenção, devendo ser cobertos pelos recursos aplicados pelas entidades envolvidas no projeto. A Prefeitura de Olinda e o BNH já estão investindo recursos, a fundo perdido, restando, a partir de agora, sensibilizar e ativar outras fontes, não só para habitação como para as demais obras urbanas que estão sendo requisitadas.

O caráter experimental desta prática tem possibilitado a necessária liberdade para se testar propostas diferenciadas para todos os itens que estão sendo alvo do trabalho, como priorização dos serviços a partir de estudos de caso por caso para viabilidade e compatibilização financeira, através de um sistema alternativo de amortizações constantes. Assim também tem sido, para contratação e execução de serviços, ao nível das necessidades de uso individual e das de uso eminentemente coletivo, que exigem participação intersetorial.

A mesma prática tem orientado os estudos para atualização e compatibilização das legislações específicas para um quadro urbano consolidado a partir de situações legais ou ilegais, dependentes de análises mais coerentes com padrões e óticas condizentes com as condições em vigor.

Quanto a outros componentes do SFH, cujas normas são rígidas e generalizadas, algumas sugestões já estão sendo testadas como no caso de:

- *Contratos* – Têm sido elaborados pela própria equipe da FCPSHO, como um instrumento de compromisso entre o morador e o Agente Promotor.

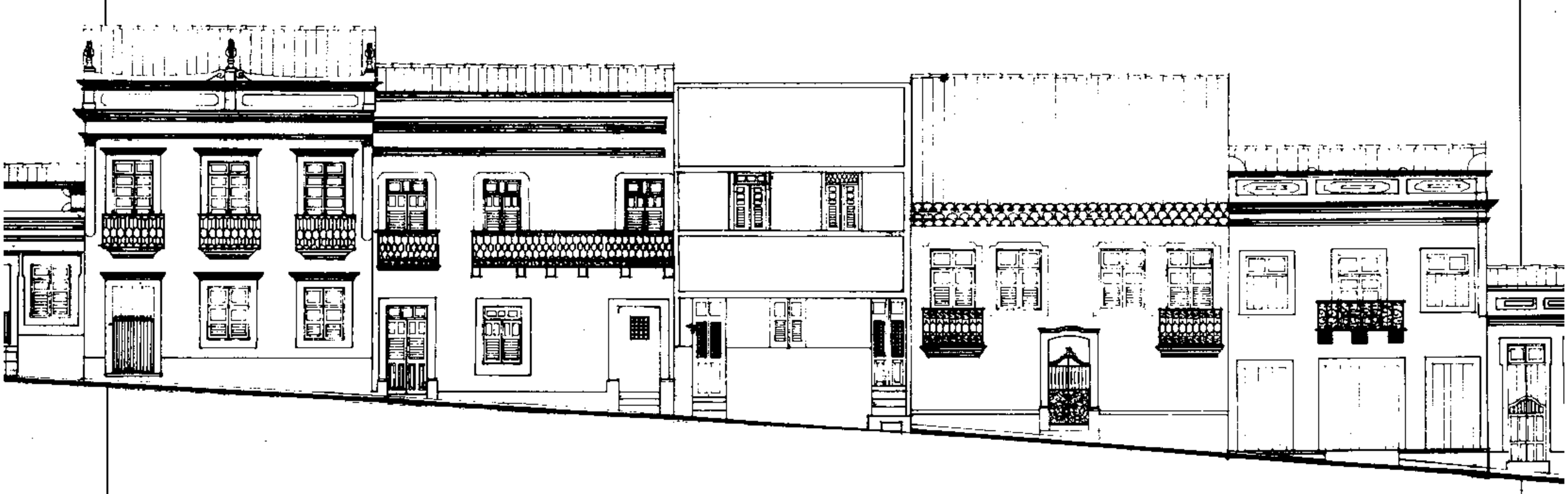
  Além de firmar responsabilidade com o pagamento das promissórias em banco, há também compromissos quanto à legislação de obras e assessoramento e fiscalização técnica para os serviços.
- *Carência* – Não tem sido dada, tendo em vista o interesse do mutuário de quitar, o mais rápido possível, seu débito.
- *Prazos* – São reduzidos ao mínimo de seis meses e correspondem ao interesse, disponibilidade de renda e características dos serviços de cada caso.
- *Garantia* – Não é real, porque é representada pelo próprio título de crédito emitido pelo beneficiário – a promissória – que poderá ser processado e punido pelas regras normais da justiça, perdendo, inclusive, a condição de se credenciar para novos financiamentos, se não cumprir o compromisso contratado.

A evolução destes trabalhos tem realmente proporcionado resultados positivos e está a exigir um reforço no apoio que tem sido prestado pelas entidades envolvidas à equipe local da FCPSHO, porque a implantação experimental de um sistema municipal de revalorização de áreas urbanas, com a promoção da melhoria da qualidade de vida da comunidade e a criação de uma linha de crédito para recuperação de imóveis em áreas tombadas, tem sido o objeto de trabalho do Projeto Piloto de Olinda. As ações desenvolvidas têm reforçado uma nova concepção no que se refere à implementação de programas municipais, promovendo a descentralização administrativa local no que diz respeito às questões urbanas. Isto tem destacado o aspecto metodológico do trabalho, principalmente no que diz respeito à forma de como as questões estão sendo abordadas. A FCPSHO na esfera municipal, como agente promotor, sua ação em primeira linha e a participação direta da população na gestão da definição de prioridades.

Apresentamos alguns aspectos acerca do trabalho até agora desenvolvido:

- Análise da demanda até agora constituída demonstra que, apesar de a comunidade expressar um descrédito em relação às instituições governamentais, principalmente ao Sistema Financeiro da Habitação, o Projeto Piloto tem tido boa repercussão na comunidade olindense, representando pois, para muitos moradores, a única alternativa concreta para a solução do problema habitacional destes moradores.

- O envolvimento e participação dos moradores no trabalho têm estabelecido um canal de comunicação e comprometimento irreversível em que as ações devem ter continuidade assegurada para que a credibilidade no Projeto seja mantida.



Rua Bernardo Vieira de Melo, lado ímpar.

- O avanço e amplitude técnica e prática alcançados no decorrer do trabalho têm reafirmado cada vez mais a importância de estudos e propostas realizados a nível municipal, promovendo a atuação das prefeituras.

A primeira fase de execução proposta previu a estruturação de um aparato técnico-legal para a implantação do Projeto, fase esta dimensionada para gerar a dinâmica inicial do trabalho, que no estágio atual requer um aprofundamento sobre questões específicas como: inadimplência, legalização de imóveis, compra e venda, participação do Agente Financeiro, etc.

A metodologia de trabalho adotada requer ainda uma fase de avaliação da etapa realizada, para consolidação da experiência e sistematização do Projeto a nível do universo de trabalho proposto desde o Plano Preliminar.

Considerações finais

O estágio atual dos trabalhos já oferece resultados que confirmam posturas técnicas assumidas diante das fases preliminares de implantação dos trabalhos. Desde o início, a equipe técnica composta de representantes da SPHAN/Pró-Memória, CNDU e BNH, responsável pela articulação com as entidades estaduais e locais, definiu alguns princípios gerais para a implantação do programa:

- a estruturação do Programa Especial ou da Carteira, no âmbito do BNH, poderá dar-se somente a partir das experiências, necessidades e concepções locais, criando-se condições de adequação dos mecanismos operacionais do programa às reais características das comunidades, entidades e instituições que vivem e atuam nos núcleos históricos;
- a participação dos órgãos federais envolvidos deve centrar-se nas articulações políticas, técnicas e financeiras para a viabilização dos projetos especiais e extensão do programa, caracterizando-se como um apoio efetivo às equipes locais, atuando com os vários níveis de governo e com a comunidade. O acompanhamento e documentação dos projetos-pilotos, a promoção do intercâmbio das experiências e a prestação de cooperação técnica deverão, numa primeira fase, ter a coordenação desses agentes;
- as propostas elaboradas pelos órgãos coordenadores devem ser encaradas como sugestões preliminares a serem discutidas e reelaboradas pelos técnicos locais, uma vez que a metodologia de trabalho em cada núcleo é vista como produto indissociável das equipes responsáveis pela concepção e execução dos projetos com a própria comunidade envolvida.

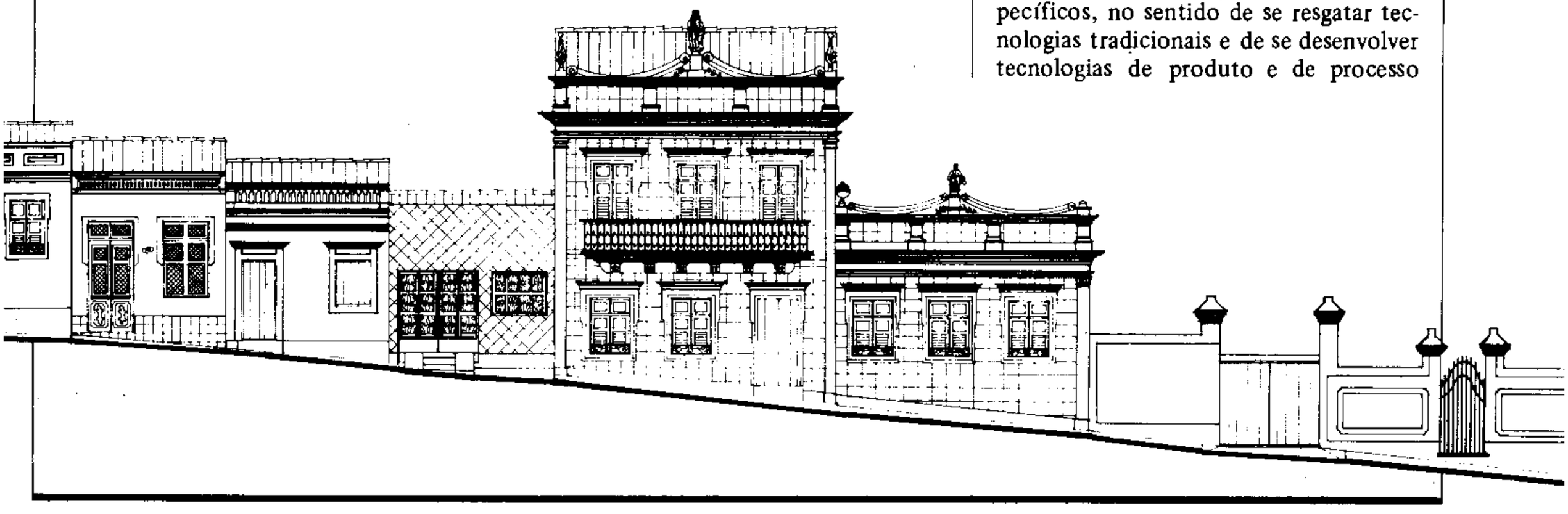
A implantação de um programa desta natureza vem tornando necessária a revisão e reelaboração de conceitos e métodos próprios, adequando-os a uma nova prática na área da preservação, principalmente nos casos dos conjuntos urbanos.

Desde os primeiros momentos da execução da primeira fase, o Projeto Piloto de Olinda já colocou em discussão e passa a aprofundar algumas questões para as quais as respostas existentes ainda não satisfazem plenamente:

- participação como princípio metodológico na prática das instituições vinculadas à preservação;
- excepcionalidade arquitetônica ao lado das expressões de cultura popular;
- importância do conteúdo coletivo e ambiental do conjunto em detrimento do valor do monumento isolado;
- valor de uso do patrimônio, em contraposição com o valor de deleite;
- preponderância do morador diante da população em geral e do turista;
- característicass das novas edificações enquanto forma de recuperação de espaços vazios (ruínas);
- valorização de componentes urbanos em detrimento de detalhes arquitetônicos isolados;
- legislação da SPHAN e legislação urbana.

Ao lado desse processo de trabalho tem-se identificado uma série de áreas de ação coincidentes com estruturas montadas para uma prática restrita da preservação. Nesta linha, aponta-se como prioritária a revisão dos instrumentos legais disponíveis para a preservação histórica, arquitetônica e ambiental, integrando-a à legislação urbana e aos instrumentos de orientação e controle do desenvolvimento urbano. Soma-se a isto a necessidade de um maior espaço político para que a população intensifique sua adesão no processo de fiscalização e controle do seu próprio patrimônio cultural.

Uma outra questão de importância fundamental neste trabalho refere-se à recuperação e desenvolvimento de tecnologias adequadas, para serem adotadas nas áreas históricas. Tanto as técnicas de restauro, recuperação e melhoria dos imóveis, quanto as técnicas apropriadas para implantação ou recuperação da infra-estrutura urbana e comunitária merecem pesquisas e projetos específicos, no sentido de se resgatar tecnologias tradicionais e de se desenvolver tecnologias de produto e de processo



adequadas às realidades sociais, econômicas, culturais e ambientais existentes nos núcleos históricos.

Neste contexto, o apoio à formação e à capacitação de recursos humanos assume uma importância fundamental, para efetiva implantação e operacionalização do programa nacional.

O aproveitamento e valorização dos antigos artesãos – a memória viva das tecnologias tradicionais – e a criação de obras-escolas serão a base do processo de treinamento e capacitação da mão-de-obra local, formando pessoal e ampliando as oportunidades de trabalho. No nível técnico-acadêmico, deve ser buscado o confronto dos cursos e da produção de estudos e pesquisas com as reais demandas sociais e profissionais, numa atuação integrada entre a preservação cultural e o desenvolvimento urbano.

A dimensão sócio-econômica da preservação impõe o tratamento integrado das atividades produtivas, comércio e serviços existentes nos núcleos, buscando-se a geração de emprego e renda para a população residente, desenvolvendo as potencialidades locais para que seja atingido, de fato, o processo de revitalização dessas áreas.

A partir desta abordagem, ficam evidentes as inter-relações das várias ações setoriais nos sítios históricos com o restante das áreas de entorno e da cidade. Os serviços de transporte, limpeza urbana e saneamento básico, dentre outros, exigem um planejamento na escala urbana, extrapolando os limites do perímetro de tombamento e, por outro lado, a linha que delimita um sítio histórico não o isola do território urbano, para o qual já existem diretrizes bem definidas.

Neste sentido, torna-se necessária a transformação da prática setorial sobre os núcleos históricos ou sobre as demais áreas, articulando-se os vários planos e projetos urbanos e habitacionais.



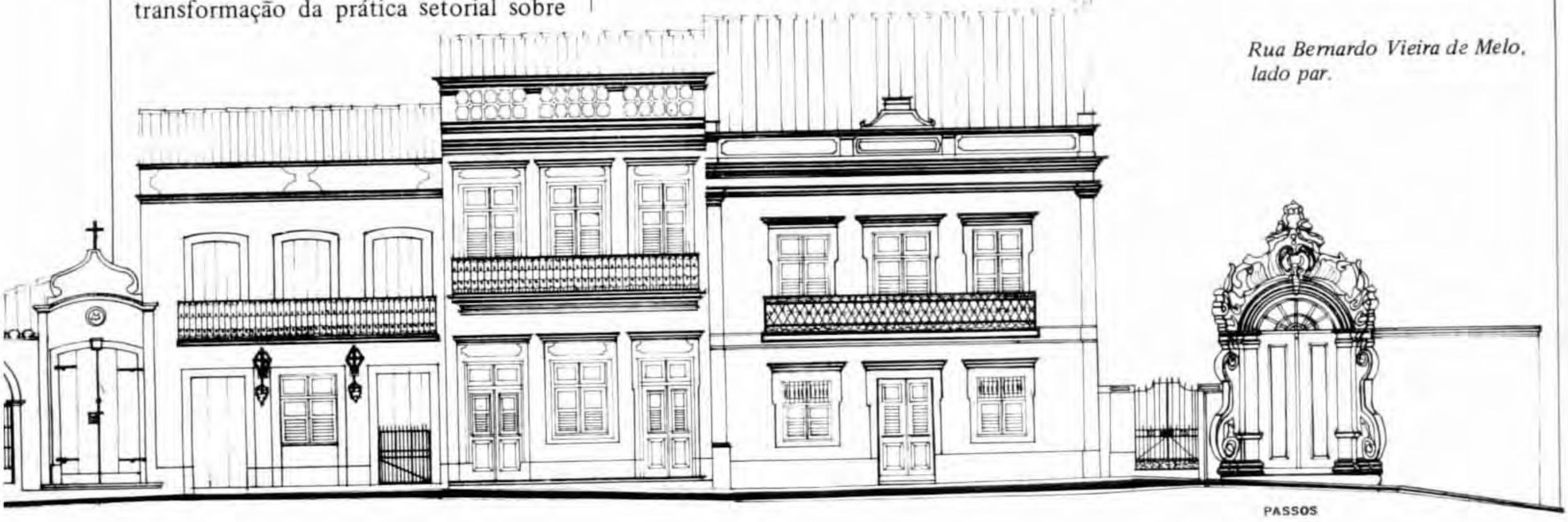
Projeto Piloto de Olinda

Enconstas da Sé de Olinda, situação emergencial dentro da área tombada.

A ampliação da atuação das entidades ligadas à preservação cultural – tradicionalmente limitadas à preservação de monumentos ou de sítios históricos, de forma desarticulada dos seus entornos ou das realidades urbanas nas quais estão situadas – deve ser somada à inclusão dos conceitos de preservação na prática corrente do planejamento urbano, introduzindo-se parâmetros para a construção de novas áreas, de tal forma que sejam consideradas e respeitadas as características sociais, econômicas, culturais e ambientais existentes nas localidades.

Atualmente, vários desses princípios vêm sendo trabalhados, revisados e aprimorados pelas equipes locais, traduzindo proposições teóricas em métodos e técnicas sugeridos pela prática. O resultado pode ser identificado como uma apropriação técnica ou até mesmo como a popularização de conceitos, o que corresponde, principalmente também, à distribuição de responsabilidades através de um compromisso coletivo pela preservação do patrimônio cultural.

Em suma, é extremamente importante o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido em Olinda, porque as ações que lá se desenvolvem são exemplares, não só para as áreas da preservação e da habitação, como pa-



Rua Bernardo Vieira de Melo, lado par.



Projeto Piloto de Olinda

Obras do Projeto Piloto, Ladeira da Misericórdia.



SPHAN/Pró-Memória

Sob a vegetação exuberante as sub-habitações proliferam.

ra a prática de assistência técnica, e ainda para a articulação dos diversos setores e níveis da administração pública. O tratamento simultâneo de conceitos de desenvolvimento urbano e de preservação do patrimônio cultural, a partir de um processo conjunto de discussão entre técnicos e moradores, resultará numa proposta de intervenção, que confirma e reforça as proposições iniciais do documento preliminar da SPHAN/Pró-Memória, que respalda a criação do Programa.

Entretanto, uma indagação se faz presente, quando se torna iminente a participação do BNH em outras intervenções ou quando se cogita da possibilidade de criação do Programa. Está a SPHAN/Pró-Memória preparada para atuar de forma ampliada, intensa, contemporânea e coadunada com os pré-requisitos que o processo vai exigir?

A manutenção e o prosseguimento deste processo exigem mudanças estruturais, a fim de que sejam criadas condições internas para prestação de:

- *apoio técnico* – através da aplicação de normas vigentes, uso e reformulação de preceitos, popularização e transferência de conhecimentos técnicos aos variados setores intervenientes;
- *apoio financeiro* – definição e direcionamento de recursos para a execução de obras especiais, custeio de consultorias, assessorias técnicas e treinamento específico;
- *apoio administrativo* – interveniência nas negociações inter-órgãos, assessoria para solução de problemas de caráter administrativo e burocrático, para agilização e aperfeiçoamento dos trabalhos.

Concluindo, o que se espera realmente da SPHAN/Pró-Memória é que, enquanto entidade normativa, executiva e responsável pelo processo, garanta e reforce seu papel, oferecendo uma política de preservação e conservação do patrimônio cultural que contemple novos preceitos, quanto às atividades humanas, ao fato social e às atividades econômicas que constituem a estrutura de qualquer conjunto urbano, seja ele histórico ou não. A criação dos Ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em conjunto com a Reforma Constitucional, são impulsos que encorajam situações propícias às reflexões e às mudanças almejadas.

Rua do Amparo, lado par.



ENSAIOS:

PROJETO CENTRAL BAHIA:
Os Zoomorfos da Serra Azul e da Serra de Santo Inácio
por Maria Conceição Beltrão e Tânia Andrade Lima

ARQUITETURA VERNACULAR:
Vale do Paraiba
por Antônio Luiz Dias de Andrade

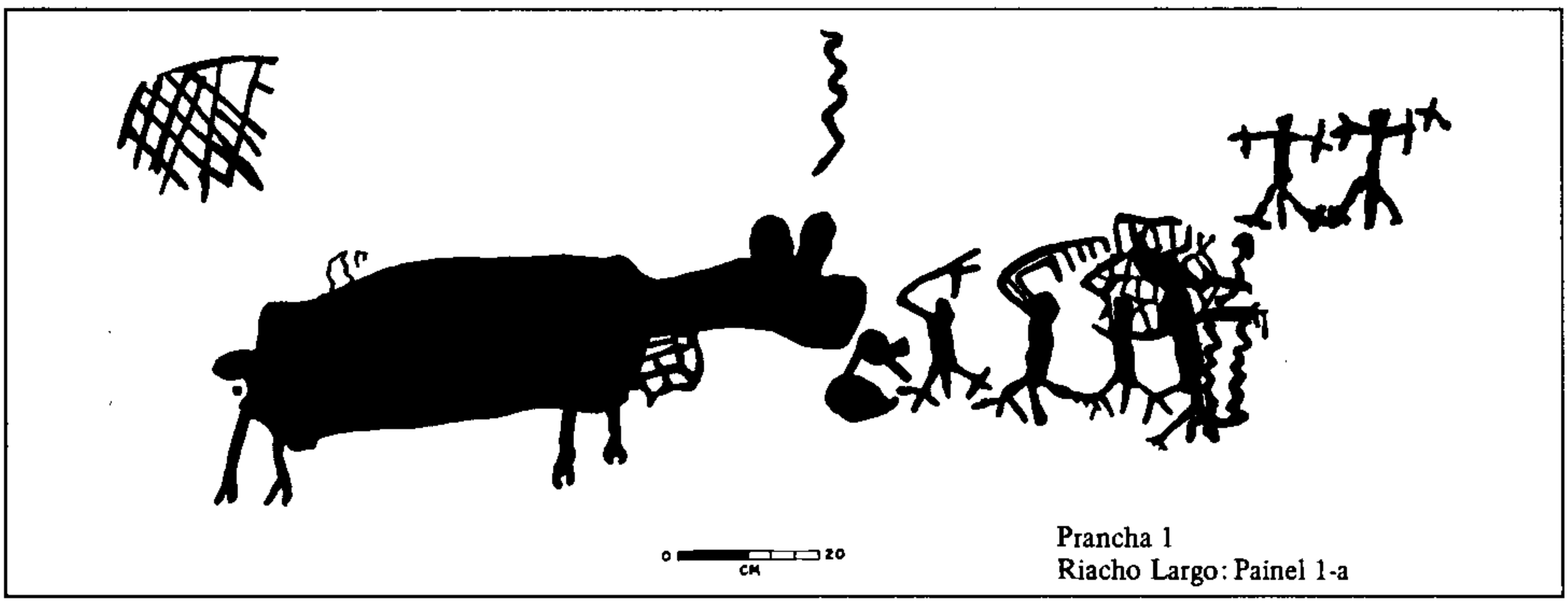
A COROA DE XANGÔ NO TERREIRO DA CASA GRANDE:
por Maria Bernadete Capinam e Orlando Ribeiro

ICONOGRAFIA PAULISTA:
A Cidade de São Paulo antes da Fotografia
por João Moreira Garcez Filho

PROJETO CENTRAL BAHIA:

os zoomorfos da Serra Azul e da Serra de Santo Inácio

MARIA DA CONCEIÇÃO DE M. C. BELTRÃO
*TÂNIA ANDRADE LIMA**



Prancha 1
Riacho Largo: Painel 1-a

O *Projeto Central*, desenvolvido no Baixo/Médio São Francisco, noroeste do Estado da Bahia, compreende uma vasta área que tem como epicentro o município de Central (11º9' lat. S e 42º7' long. W), situado na chamada Depressão São-franciscana.

A chapada Diamantina, de relevo planáltico e forma tabular, constitui o divisor de águas entre os rios que correm para o São Francisco e os que se dirigem para o Atlântico. A área em estudos situa-se a oeste, nos terrenos do vale do São Francisco, topograficamente deprimidos em relação aos relevos da chapada. Aí são encontrados afloramentos arenito-quartzíticos, assim como formações geológicas menos resistentes, como os calcários das formações Salitre e Caatinga.

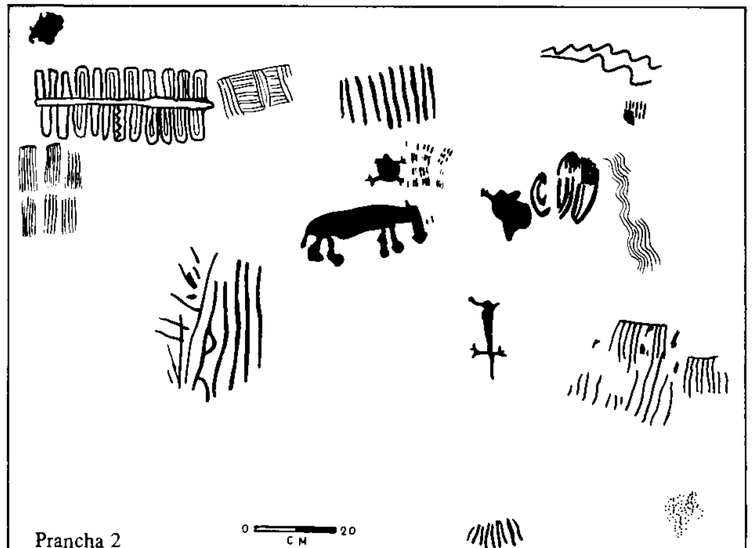
A região é de clima semi-árido, quente e seco, caracterizado pelas altas temperaturas e chuvas torrenciais, com duas estações bem marcadas: o período das chuvas (novembro a março) e o da seca (abril a outubro). A vegetação característica é a caatinga, heterogênea, apresentando aspectos muito diferenciados de um local para outro – dentro da mesma região – e de uma estação a outra.

Nesses afloramentos rochosos vem-se evidenciando um riquíssimo patrimônio arqueológico e paleontológico, sendo notável o acervo de pinturas rupestres executadas em centenas de abrigos já prospectados em toda a área.

Pesquisas intensivas realizadas na serra Azul e na serra de Santo Inácio, as duas grandes formações arenito-quartzíticas que se estendem no sentido NW/SW, permitem esboçar um quadro razoavelmente integrado para as manifestações pictóricas aí existentes. Essas serras, que têm em média 800 a 900 m de altitude, são cortadas por inúmeras gargantas, paralelas, esculpidas nas rochas por riachos intermitentes, e que recebem a designação local de *grotas* e *boqueirões* (Grota dos Bois, Grota do Pequeno, Riacho Largo, Boqueirão da Fazendinha, Grota do Pinga, Fonte Grande, etc.). Esses riachos alimentam na época das chuvas o rio Verde, o único perene em toda a região e tributário do São Francisco. Nesses canhões, em função da presença da água, a vegetação é mais exuberante que nas imediações do calcário, ocorrendo árvores de grande porte e madeiras nobres, como jacarandás, jatobás, aroeiras, angicos, gameleiras, tapicurus, camaçaris.

Ao longo dessas grotas e boqueirões, de um lado e de outro, o homem pré-histórico deixou a marca da sua passagem, executando pinturas em faixas proporcionadas pela disposição em camadas do quartzito, que se estendem muitas vezes por centenas de metros e que apresentam uma razoável uniformidade estilística.

(*) Maria da Conceição de M.C. Beltrão, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e chefe do setor de Arqueologia do Museu Nacional, coordena o Projeto Central, pesquisa arqueológica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tânia Andrade Lima é subcoordenadora do Projeto e bolsista do CNPQ no setor de Arqueologia do Museu Nacional.



Prancha 2
Fonte Grande I
Painel 1-a

O estilo serra Azul

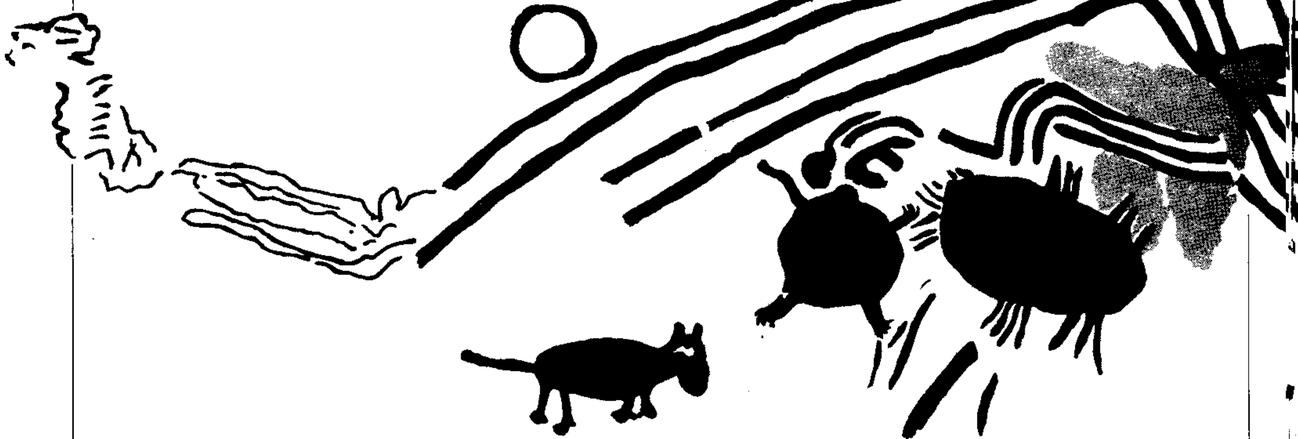
A grande homogeneidade constatada nessas representações permitiu a determinação de um estilo, peculiar à região, caracterizado por uma temática fundamentalmente geométrica, associada a zoomorfos muito diversificados, desempenhando as figurações humanas um papel mais secundário, sob o ponto de vista quantitativo. Esses zoomorfos, de dimensões médias (entre 10 e 30 cm) ou grandes (mais que 30 cm), podem aparecer isolados, em locais de destaque, ou agrupados com os geométricos nas camadas do quartzito, formando frisos, sem que tenham sido observadas disposições preferenciais.

O tratamento técnico dessas sinalações caracteriza-se pela completa ausência de contornos, sendo o preenchimento das formas feito sempre com pintura lisa, chapada. As superposições são raras e ocorre um domínio total da cor vermelha; apenas ocasionalmente aparecem o amarelo, em composições monocrômicas ou em bicromia com o vermelho e o preto, compondo "rabiscos" marginais.

Este estilo, denominado Serra Azul, integra a Tradição Geométrica, já detectada em outras áreas do Nordeste, e está provavelmente também vinculado à Tradição São Francisco, na medida em que ambas as tradições apresentam inúmeros elementos comuns.[1]

De um modo geral, o acervo apresenta-se em razoável estado de conservação, embora alguns painéis estejam em acelerado processo de descamação, além de serem freqüentes os registros feitos pelas populações atuais sobre as pinturas.

Os geométricos, absolutamente predominantes, variam desde sinais simples até formas altamente elaboradas, designadas como "geométricos complexos". Podem aparecer isoladamente ou associados, formando pequenos ou grandes painéis. A execução de pontos, dígitos e traços, dispostos aleatoriamente ou alinhados em formas geométricas, é freqüente. Os bastonetes aparecem, porém, sem o caráter dominante que assumem em outras regiões, paralelos e em geral encerrados no interior de retângulos. Linhas sinuosas são também muito ocorrentes e apresentam-se dispostas similarmente aos bastonetes.



Prancha 3
Fonte Grande II
Painel 1-b

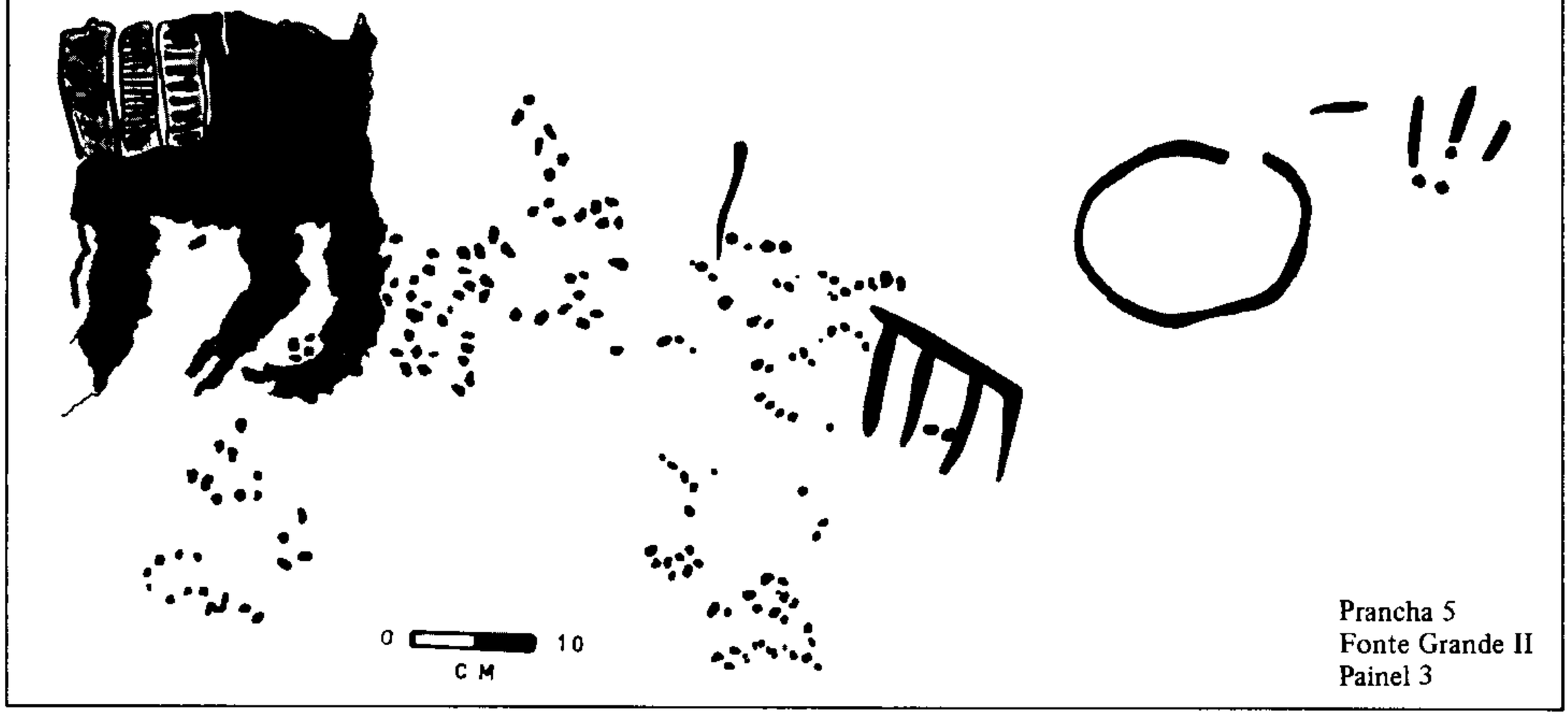
O uso de "carimbos" em espirais ou em círculos concêntricos é bastante expressivo, constituindo um importante marcador cultural da região, assim como a impressão de mãos em positivo. Em apenas um sítio (Grota do Pequeno) foi detectada uma ocorrência de mãos pintadas, sendo, portanto, um tipo de manifestação bastante raro. Muito características são as mãos com "carimbos" no lugar das impressões palmares, as chamadas "mãos carimbadas", que ocorrem com relativa freqüência. Essas técnicas, pela sua peculiaridade, estão sendo consideradas como valiosos elementos de comparação com outras áreas (*Pranchas 6 e 18*).

Os zoomorfos, que determinam a particularidade deste estilo em relação a outras expressões da Tradição Geométrica, são em sua maioria mamíferos quadrúpedes, predominantemente cervídeos (*Pranchas 6, 8, 9 e 10-b*), seguindo-se felídeos, tatus (*Prancha 10-a*) e outros de difícil reconhecimento (*Pranchas 11-b e d; 12-b, c, d*). São representados em perfil, estaticamente (*Pranchas 9-a e b*) ou com dinamismo, como que correndo (*Pranchas 8, 9-d, 11-a, 12-b*), empinando ou saltando (*Pranchas 9-c, 11-c*). Em geral, suas dimensões são médias ou grandes, sendo raros ou pequenos (menos de 10 cm), tendo sido registrados alguns dispostos seqüencialmente em carreira (*Prancha 17*).



Prancha 4
Fonte Grande II
Painel 2

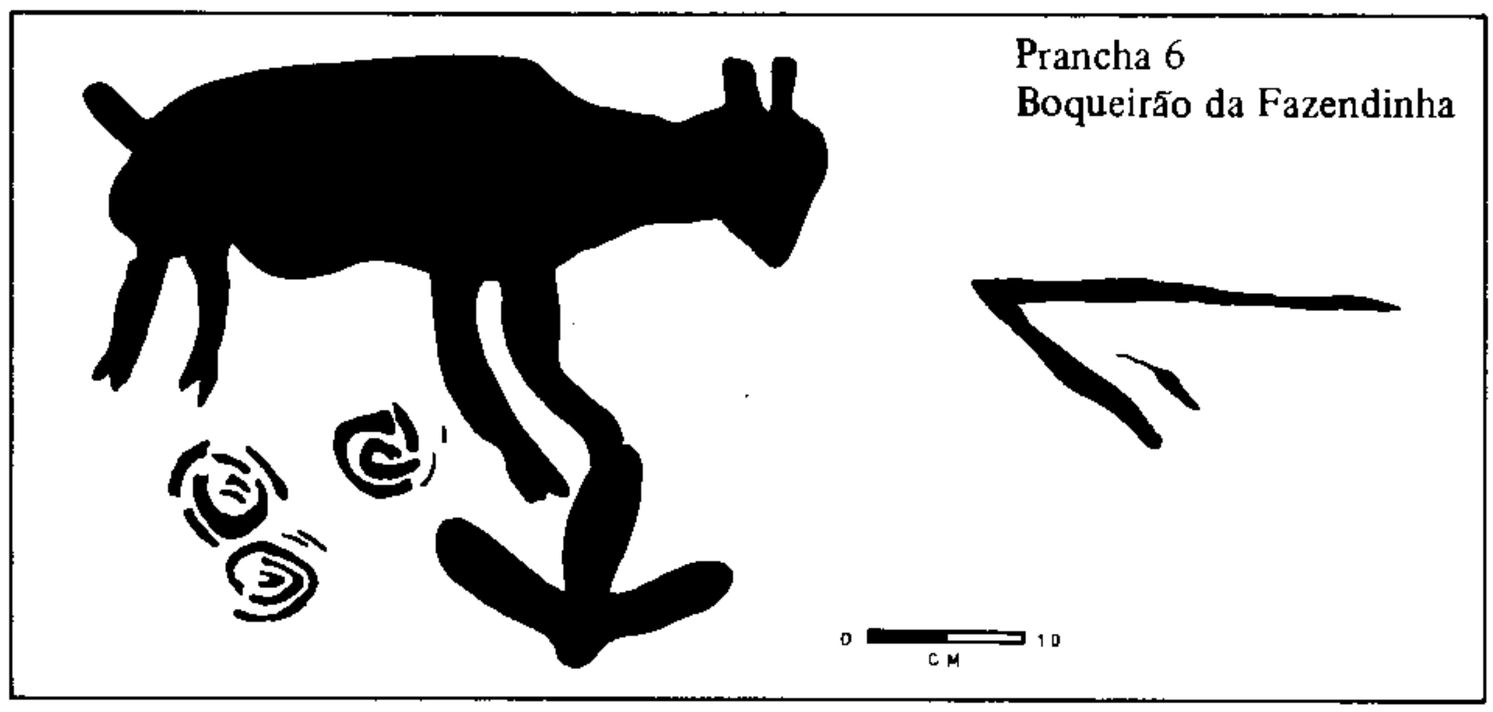




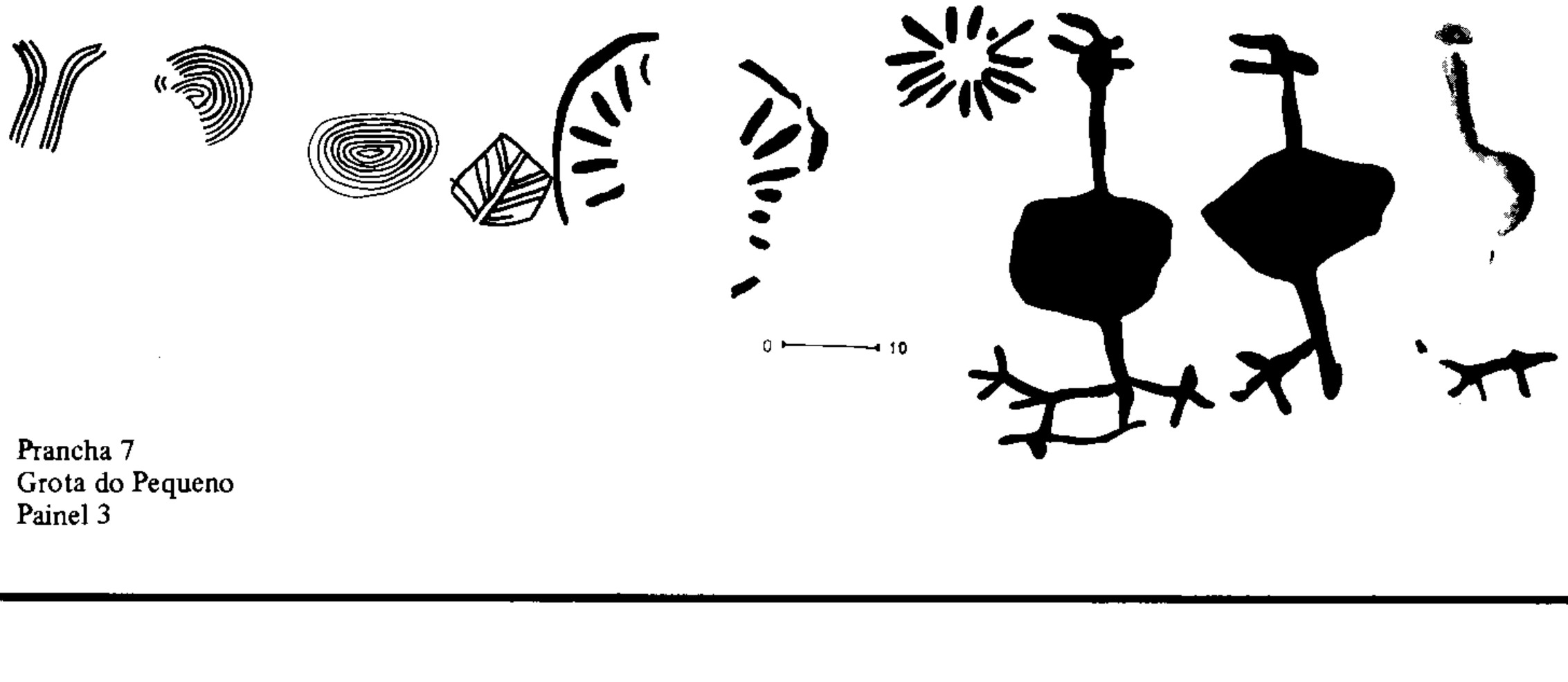
Prancha 5
Fonte Grande II
Painel 3

Aparecem sempre associados a sinais geométricos variados, ou então isolados, em locais estratégicos, onde são vistos com destaque. Não parece ter havido uma preocupação maior com a representação de detalhes anatômicos, limitados normalmente ao essencial: cabeça, pescoço, orelhas, membros, patas e cauda. Foram registrados alguns animais em que sequer elementos importantes, como a cabeça, foram assinalados, mas apenas esboçados (*Pranchas 12-c e 16*).

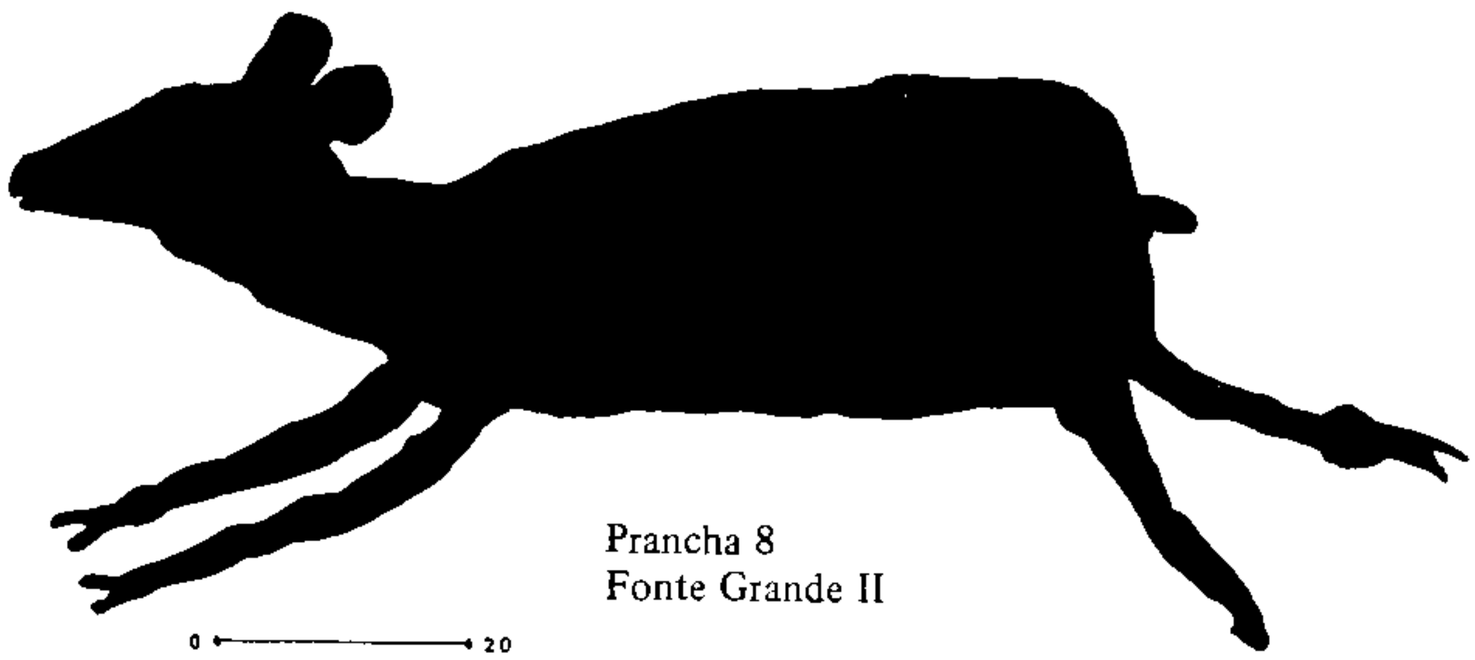
Os cervídeos, ao que tudo indica, receberam um tratamento mais cuidadoso, expresso no destaque dado às articulações e à boca às vezes entreaberta. Nenhum apresenta galhadas, o que reflete, provavelmente, os gêneros ocorrentes na região.



Prancha 6
Boqueirão da Fazendinha



Prancha 7
Grota do Pequeno
Painel 3



Prancha 8
Fonte Grande II

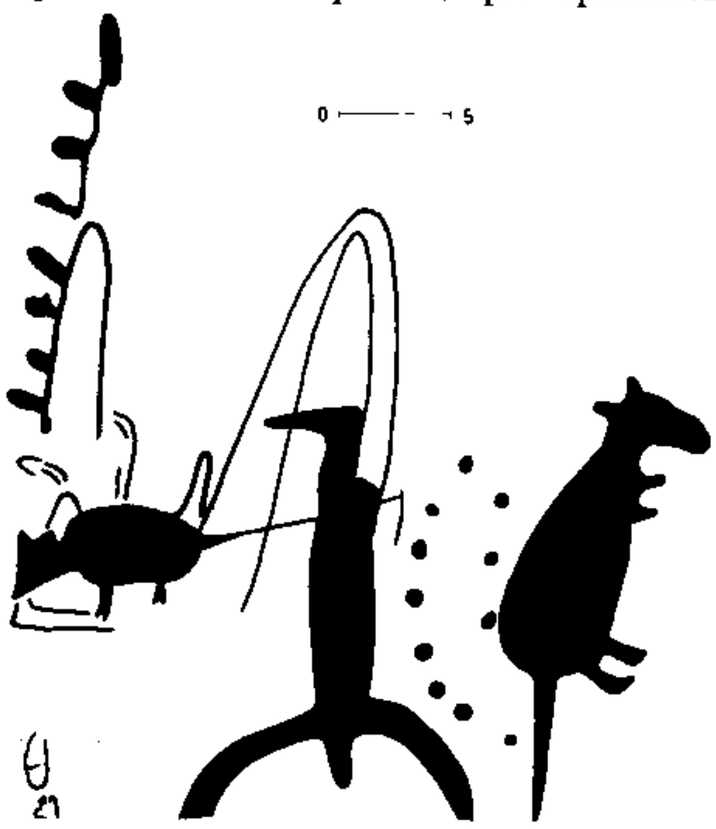
São raras as representações muito naturalistas e, mais que a uma diferença estilística, este eventual realismo parece resultar da qualidade do traço de indivíduos particularmente bem dotados (*Prancha 8*).

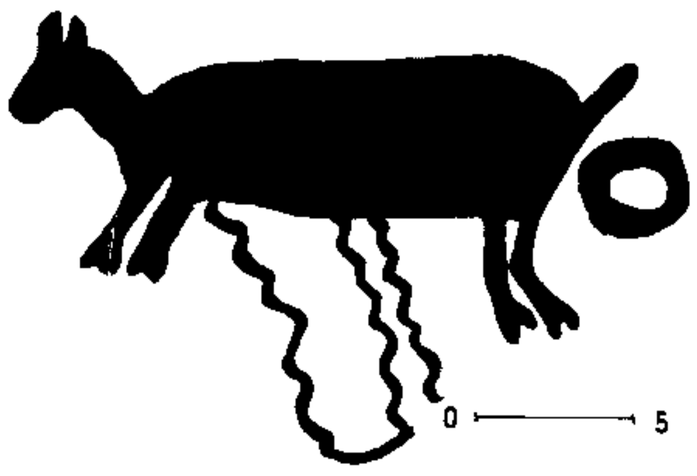
Aos mamíferos seguem-se em popularidade as aves, na sua quase totalidade pernaltas (*Pranchas 7, 13-a e c*), embora outras variedades estejam presentes (*Pranchas 13-b e d*), quase sempre com as asas fechadas, sendo poucas as exceções (*Prancha 13-c*); os peixes, dispostos verticalmente e com incidência elevada apenas na Grota dos Bois (*Prancha 14*); e os répteis, basicamente ofídios e sáurios, representados sempre como que vistos de cima, dada a sua condição rasteira (*Prancha 15*). Aves, peixes e répteis aparecem também, como os mamíferos, associados a sinais geométricos, sendo rara a sua representação isolada.

Em todas essas grotas e boqueirões o tratamento técnico dado às figuras é o mesmo: preenchimento com pintura lisa, chapada, e ausência completa de contorno. Pouquíssimas exceções foram registradas: na Grota dos Bois, uma seqüência de três peixes, que apresenta círculos brancos sobrepostos ao chapado vermelho (*Prancha 14-a*), de modo a sugerir peixes com pintas, possivelmente uma alusão ao surubim (*Pseudoplatistoma* sp), que apresenta esta característica e que ocorre com fartura no rio São Francisco. Quanto à presença de contorno, apenas três casos foram registrados: dois biomorfos em Fonte Grande II (*Pranchas 3 e 4*), um antropomorfo na Grota do Pequeno e uma seqüência com três pequenos biomorfos em Riacho Largo.

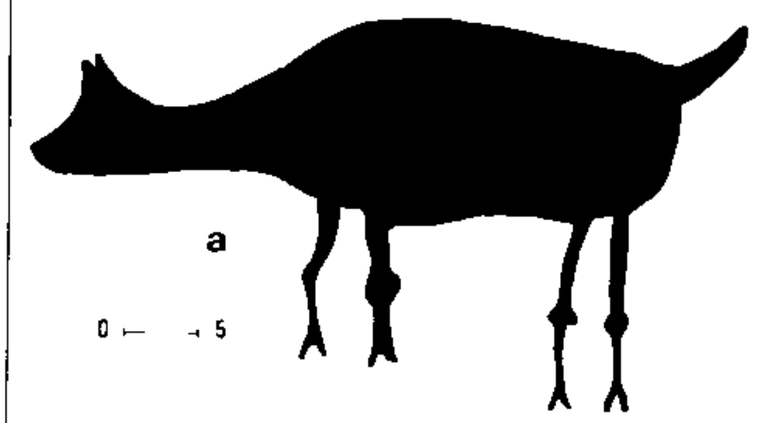
O uso de pincéis na aplicação dos corantes está testemunhado em inúmeras sinalações que apresentam traços finos e regulares. É possível que em parte esses pigmentos tenham sido triturados e misturados a um emoliente qualquer, porém em vários sinais percebe-se a sua aplicação diretamente sobre a rocha, em bastões, à guisa de "lápis".

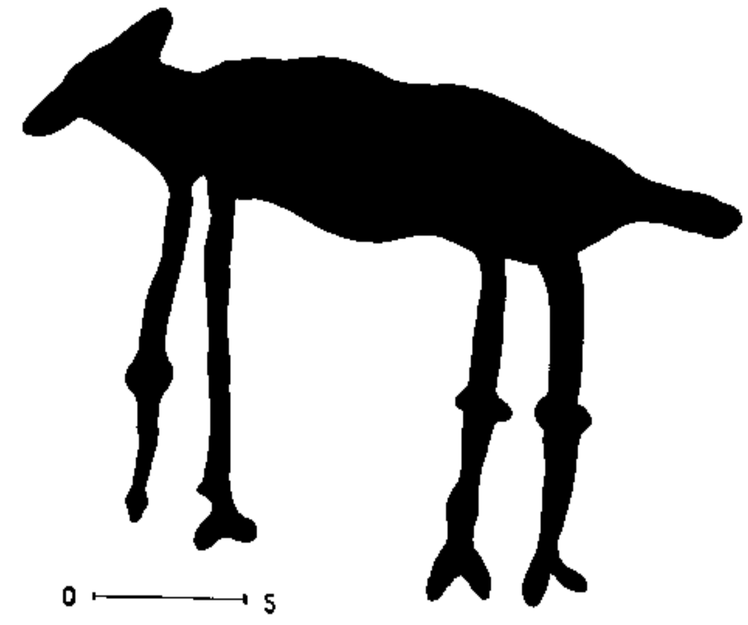
Antropomorfos aparecem mais esporadicamente, integrando um ou outro painel, sem contudo chegar a compor cenas. Foi registrado no quartzito apenas um conjunto claramente organizado, reconhecido como

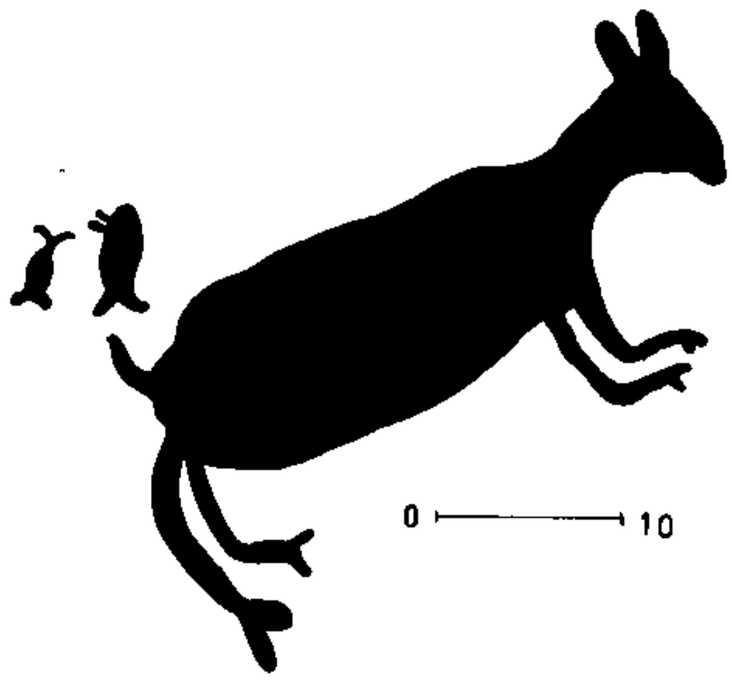


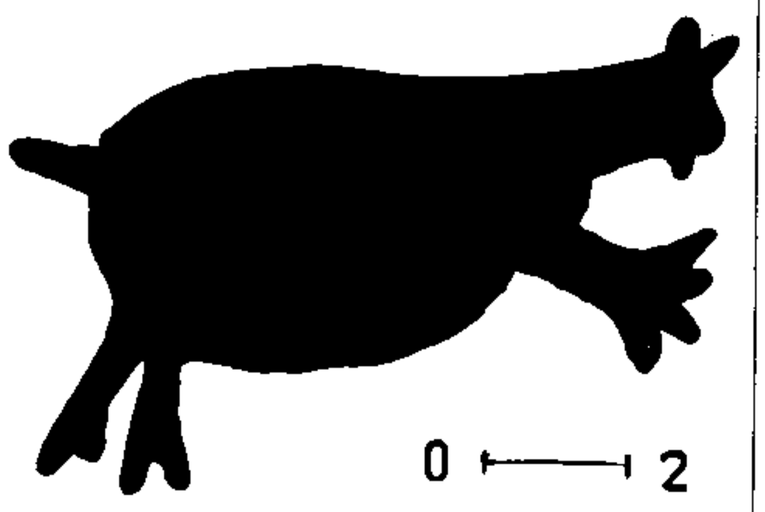


Prancha 10
Fonte Grande I: a
Boqueirão da Fazendinha: b

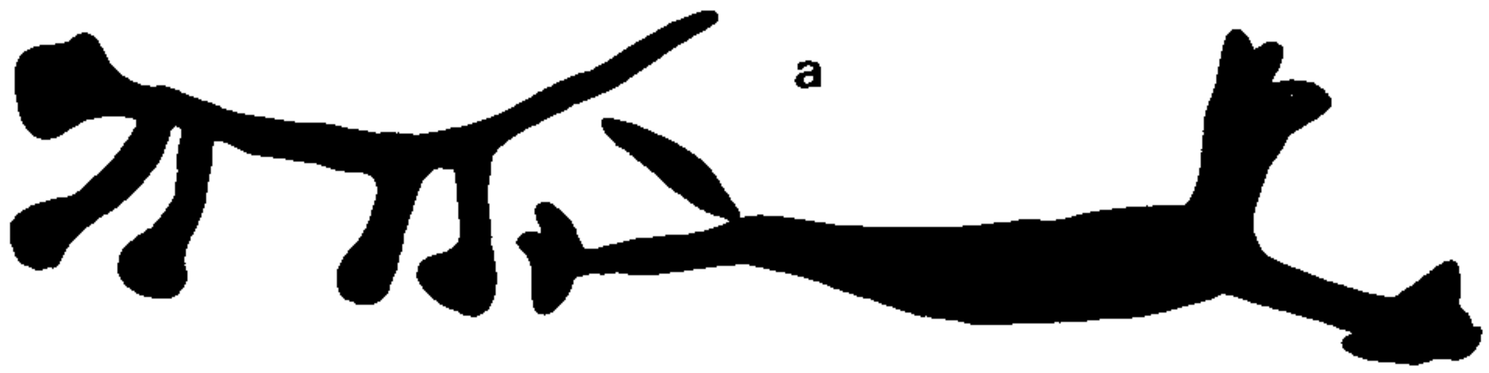


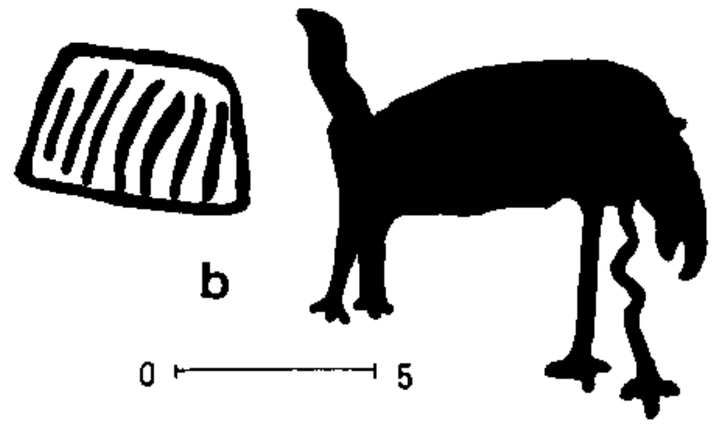






Prancha 9
Fonte Grande I: a, b
Grota dos Bois: c, d

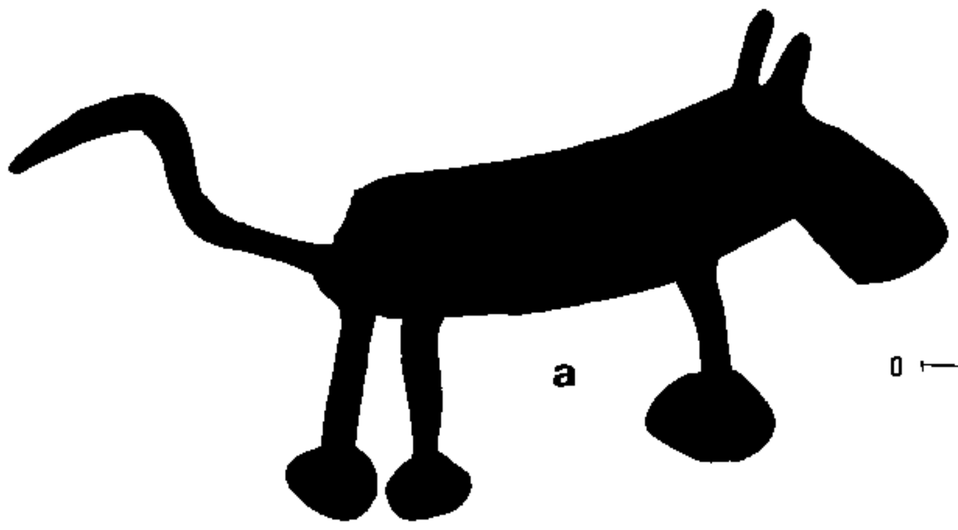


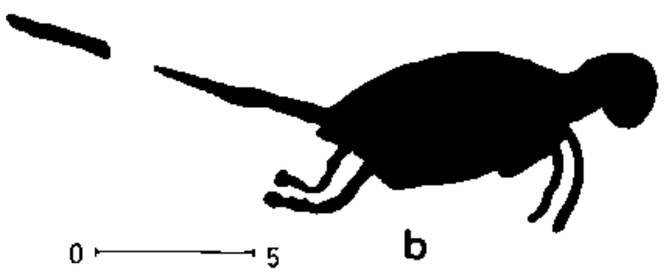


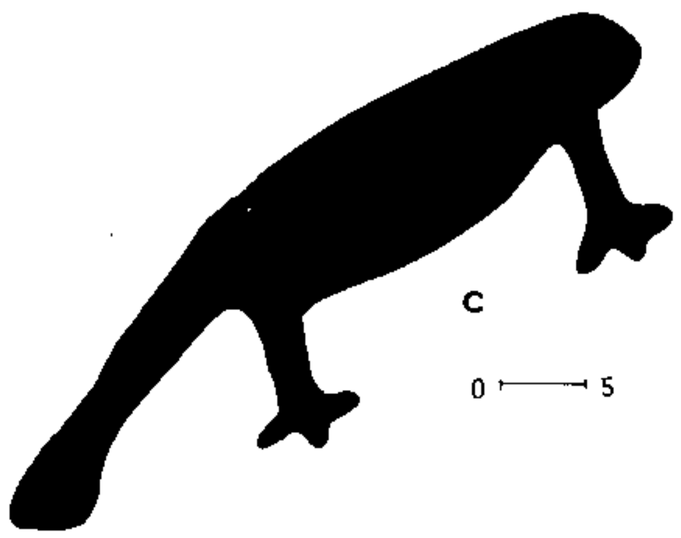
Prancha 11
Fonte Grande I: a, c
Grota dos Bois: b, d

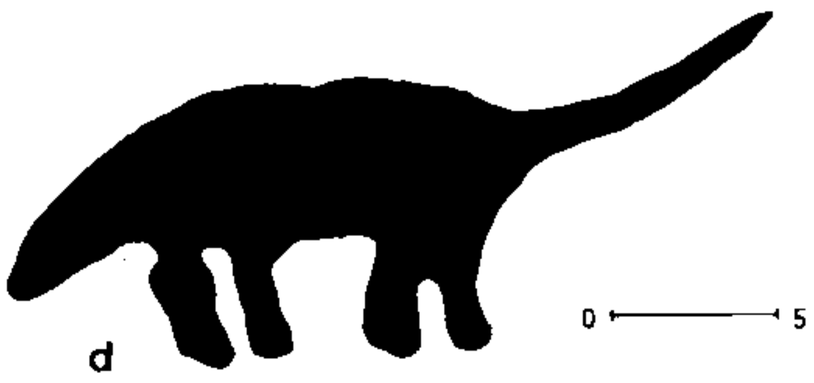


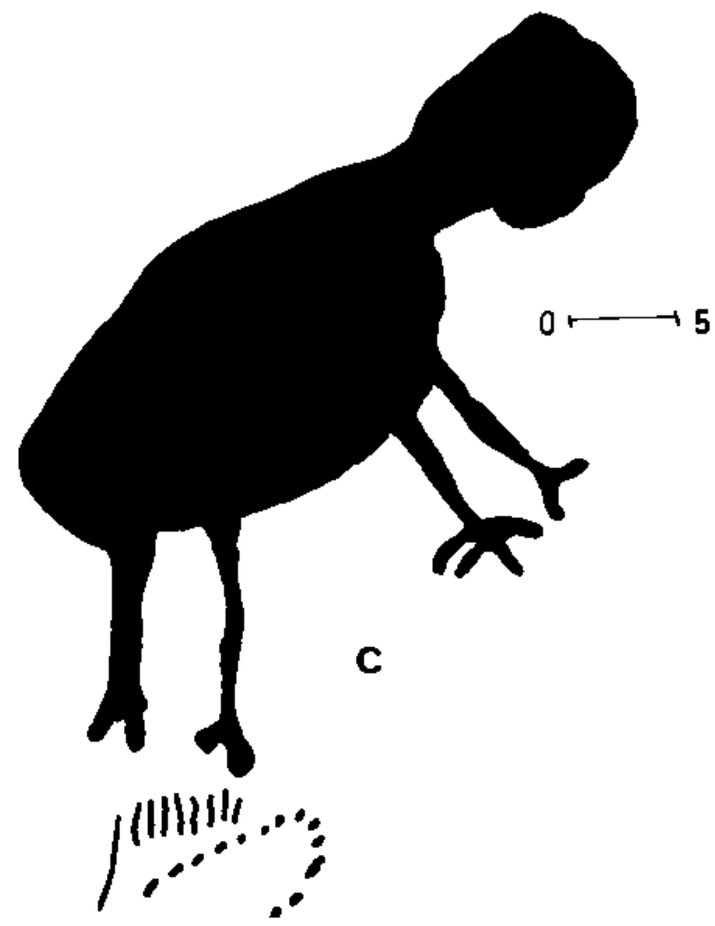
Prancha 12
Diversos



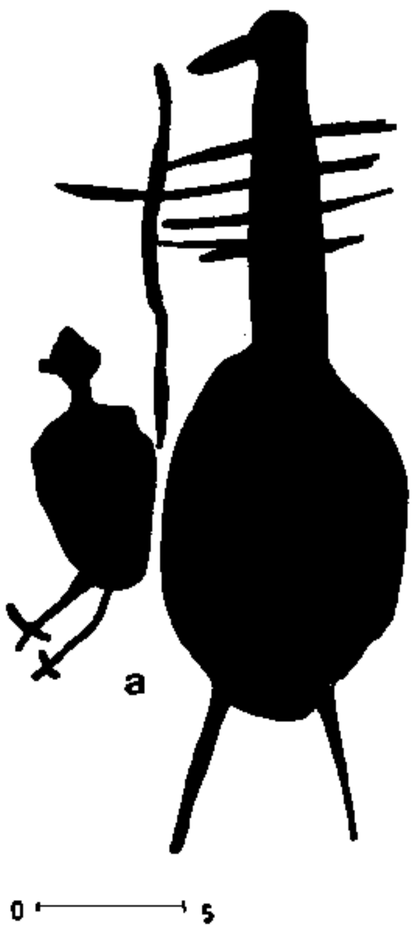


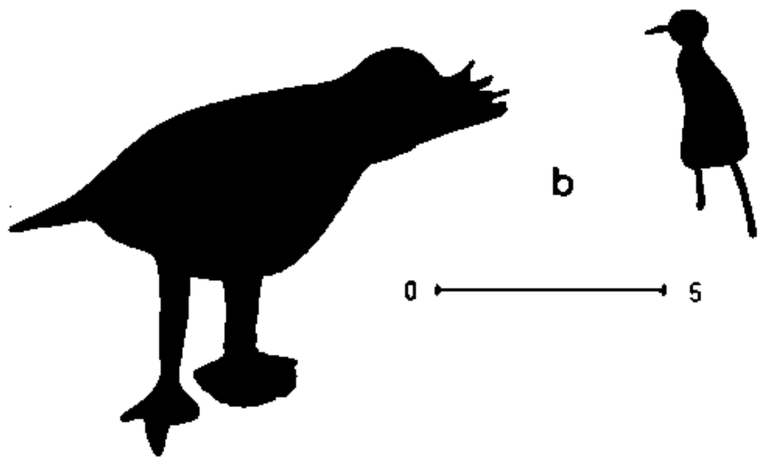




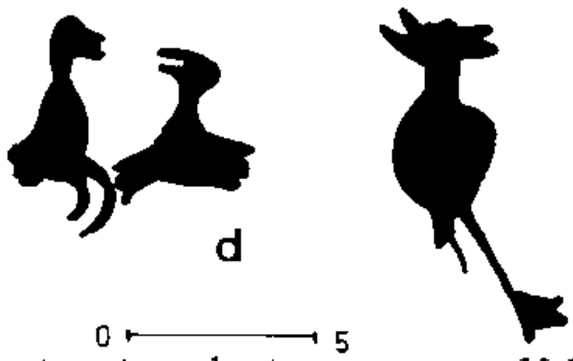


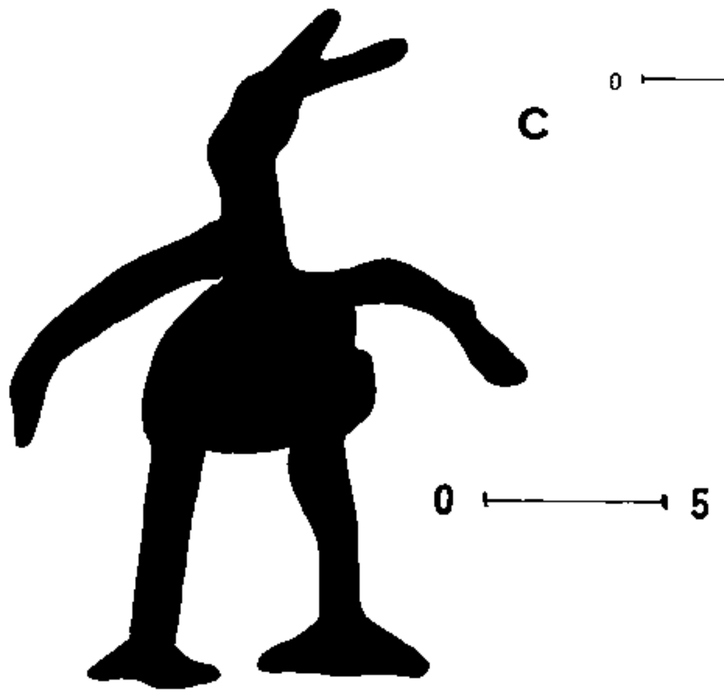
uma cena de caça (*Prancha 1*), onde homens, com o sexo assinalado e empunhando armas, enfrentam um animal hiperdimensionado. Nos relatórios iniciais do Projeto Central,[2] este quadrúpede é descrito como "animal desconhecido" Entretanto, ao proceder a pesquisas geomorfológicas na área, o professor João José Bigarella, da Universidade Federal do Paraná e colaborador do Projeto Central, assinalou a grande semelhança deste mamífero com um toxodonte, integrante da fauna pleistocênica atualmente extinta, apresentando como prova da antiguidade do achado a existência de finíssima película, provavelmente de sílica, formada pelo escorrimento eventual e periódico de água, que percolou através da rocha quartzítica, recobrindo a parte central do corpo do animal. Coube ao professor Fausto Luiz de Sousa Cunha, do setor de Paleontologia do Museu Nacional, após verificação local, corroborar a identificação do animal como um *Toxodon*.[3] Aliás, é excepcional a ocorrência de ossos fossilizados de vertebrados extintos entulhando cacimbas e tanques da região, notadamente megatérios, mastodontes, eqüídeos, camelídeos, glipto-





Prancha 13
Diversos



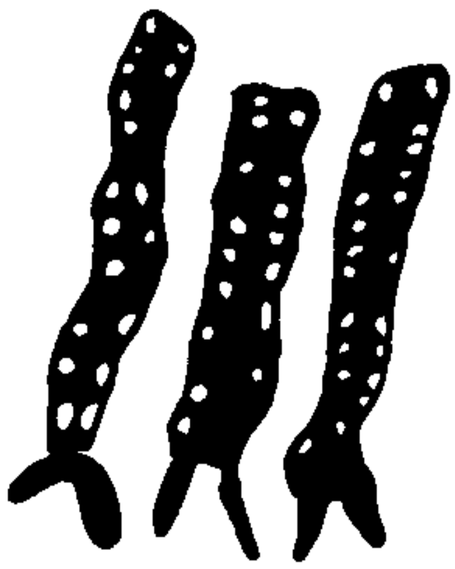


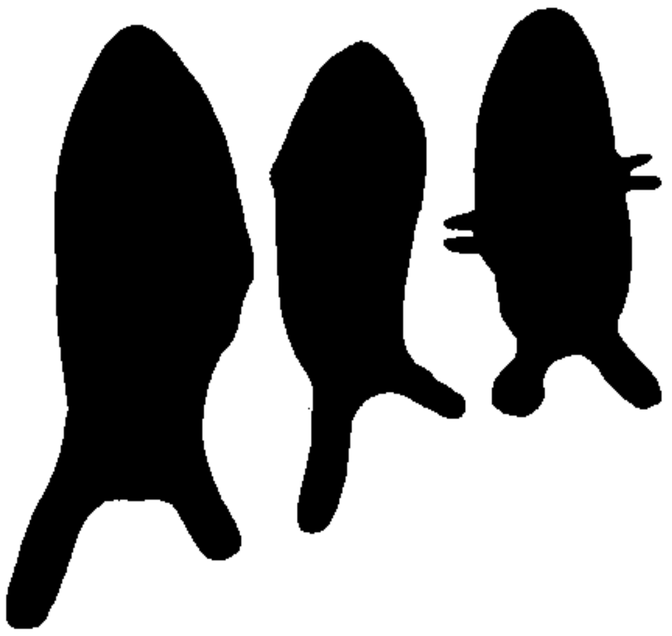
dontes, toxodontes e outros. Vale notar, no entanto, que inúmeros gêneros de mamíferos americanos persistiram até o Holoceno.

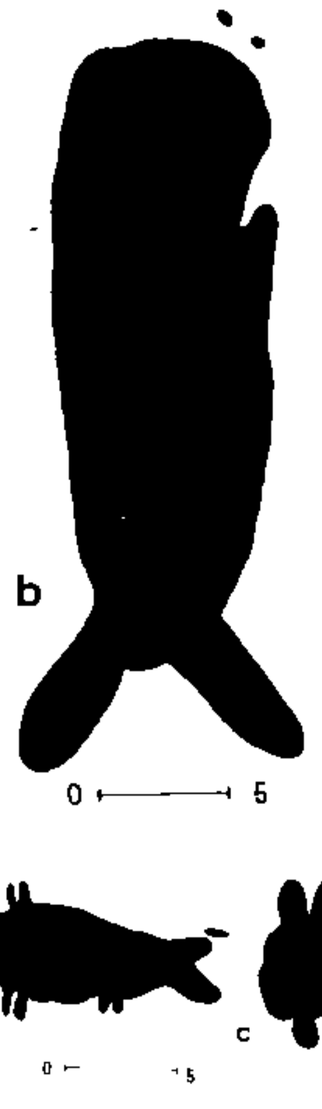
Durante as pesquisas paleontológicas empreendidas nessas jazidas fossilíferas, o professor Fausto Cunha reconheceu também a semelhança de uma das pinturas zoomorfas de Fonte Grande I com um cavalo (*Equus*) (*Prancha 2*). Aqui também se trata de uma conjectura viável, na medida em que na Toca dos Búzios, escavada em três campanhas sucessivas por Beltrão & Andrade Lima e Bryan & Grühn, foi recuperado na base do sítio um osso fóssil de cavalo, com marcas de trabalho humano. Considera-se neste caso que as evidências são sugestivas, mas não conclusivas.

Seguindo nesta mesma linha de conjecturas, o grande painel de Fonte Grande II (*Prancha 3*) apresenta uma figura central, de expressiva dominância visual. Os contornos deste biomorfo parecem ser os de um urso, de pé, visto de uma perspectiva frontal, muito embora, se considerarmos os membros inferiores, esta perspectiva é na realidade biangular. Esta identificação foi feita pelo professor Diógenes Campos, do setor de Paleontologia do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), também colaborador do Projeto Central.

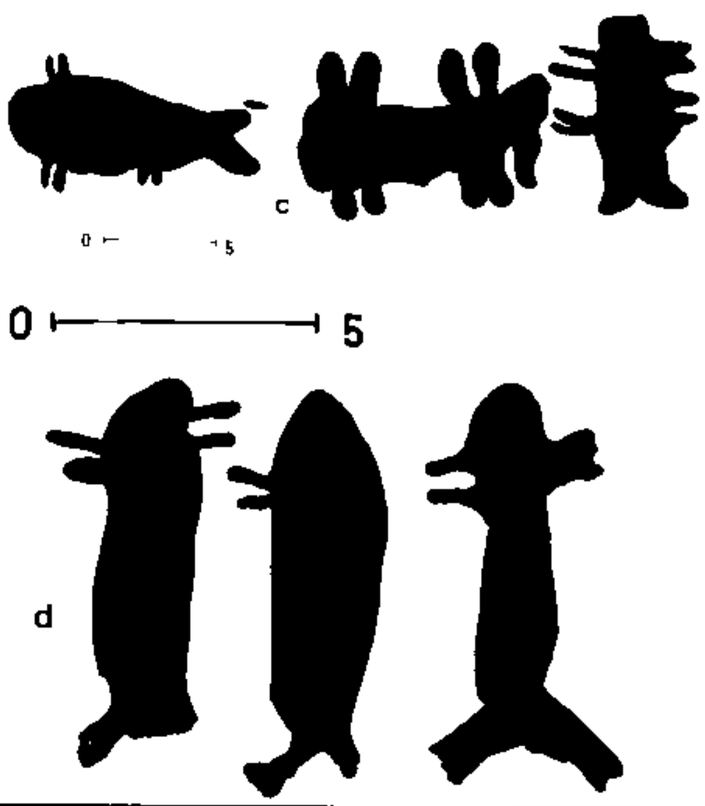
Restos fósseis de ursos foram recuperados nas cavernas de Minas Gerais, na região de Lagoa Santa, mas até agora não foram detectados nos registros de Central. São ursos pequenos, de face curta, pertencentes ao subgênero *Arctodus* (*Pararctotherium*), que invadiu a América do Sul no Pleistoceno, oriundo da América do Norte. Este painel apresenta características distintivas em relação às demais manifestações da área, já que ocorrem superposições, e também em função de um tratamento técnico absolutamente original no biomorfo central, que se repete de forma semelhante em um pequeno painel ao lado (*Prancha 4*): o contorno, bastante destacado e em cor contrastante em relação à pintura de preenchimento. No painel principal um contorno espesso, vermelho, foi aplicado à volta de manchas irregulares em tonalidade preto-azulada, já bastante desgastada. Neste caso não houve um preenchimento chapado da figura e sim um aproveitamento de borrões previamente existentes. Já no painel lateral o mesmo contorno espesso, desta feita em preto, foi aplicado a uma figura semelhante, totalmente preenchida por corante vermelho, a apenas 40 cm do piso atual. Esta combinação bicrômica preto-azulado/vermelho, desgastada, vem aparecendo em contextos

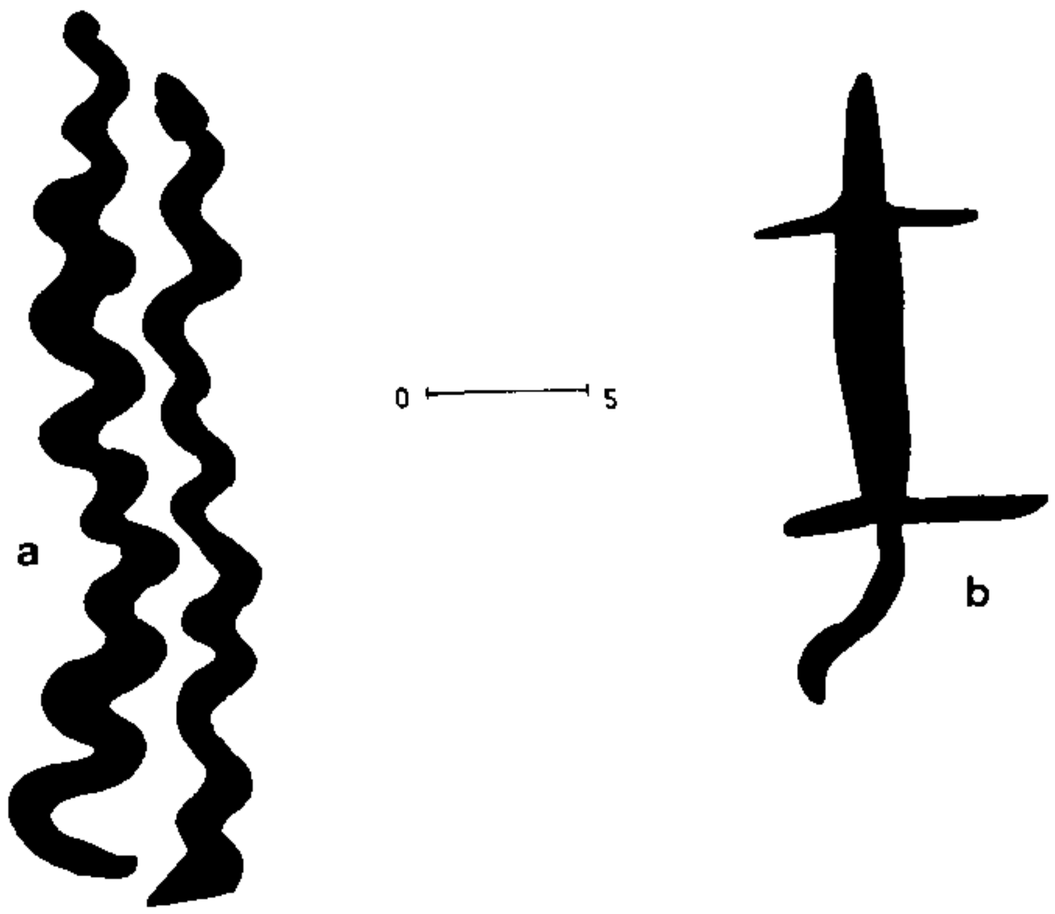


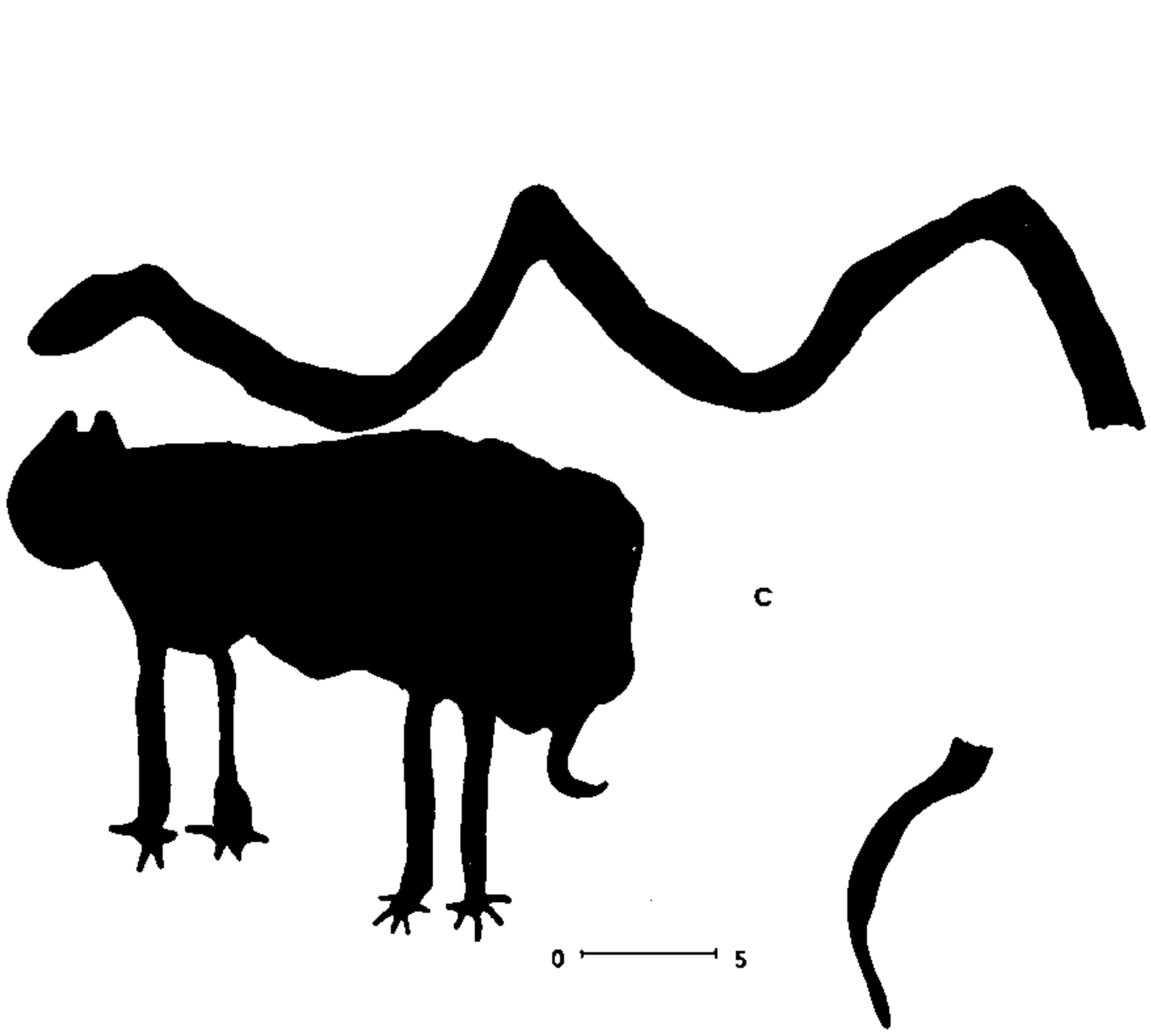




Prancha 14
Diversos







Prancha 15
Diversos

que sugerem ser mais antigos, nos raros locais em que pode ser detectada, em virtude da escassez de superposições. Estas duas representações, portanto, fogem às características gerais da área, e nestes dois painéis grupos diferentes deixaram sem dúvida alguma a sua marca. Já as figuras superpostas e/ou as que integram o restante dos painéis encaixam-se perfeitamente no quadro geral estabelecido para a região. Muito típico e freqüente é o sinal geométrico à direita do grande biomorfo (*Prancha 3*), composto por segmentos de reta verticais e horizontais, dispostos paralelamente.

Também em Fonte Grande II foi registrado um pequeno painel com a representação de uma preguiça (*Prancha 5*), não havendo entretanto elementos para afirmar se é uma forma moderna ou pleistocênica.

A possível ocorrência de representações de vertebrados, tais como o urso, o cavalo, a preguiça e o toxodonte, possibilita inferências valiosas sobre as antigas condições ambientais da região, indicando a existência de, pelo menos, um período úmido, anterior ao atual, semiárido.

Considerações finais

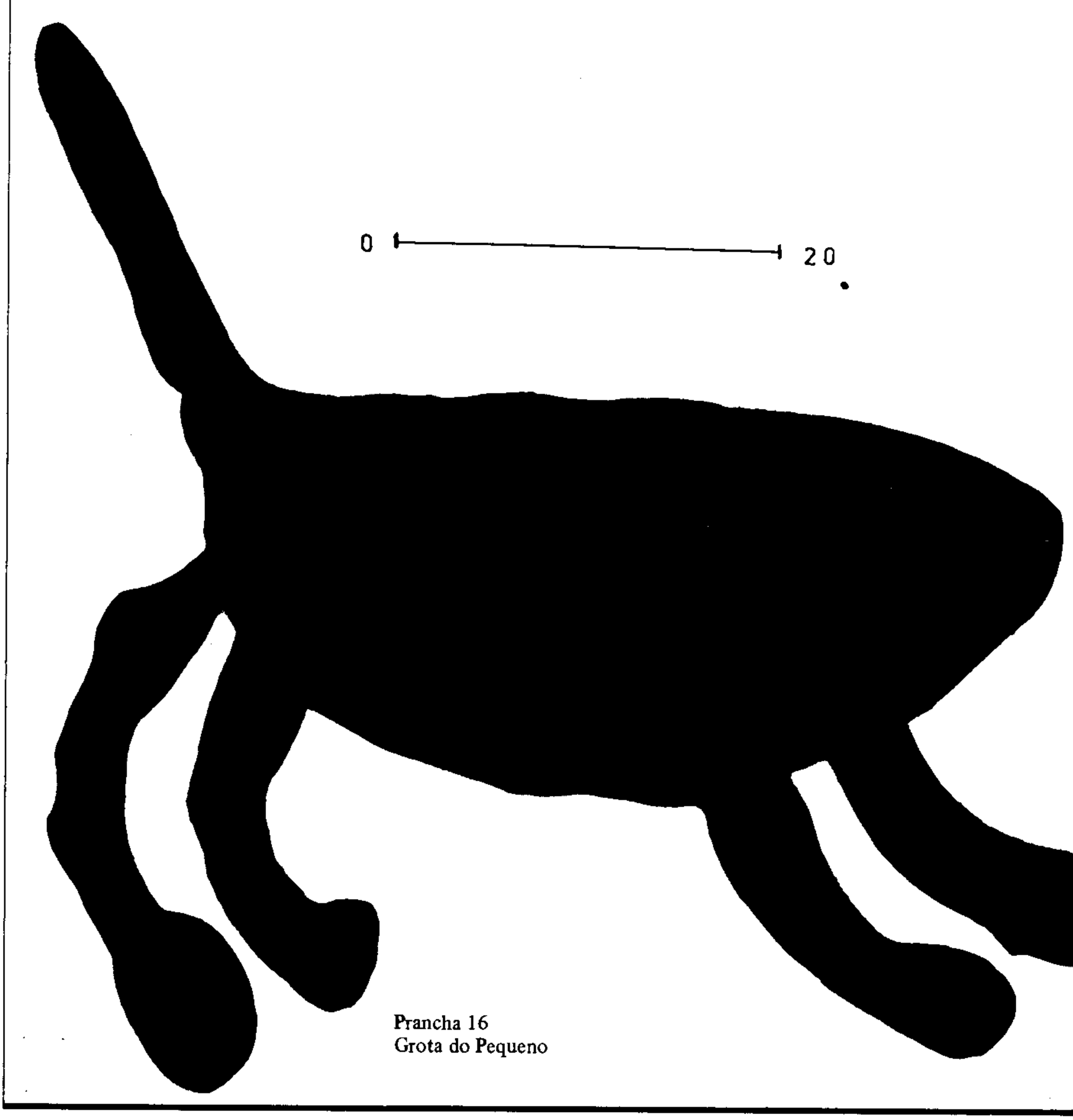
Manifestações pictóricas semelhantes às de Central estão descritas por Calderón para a chapada Diamantina, integrando a então chamada Tradição Simbolista.[4] Sua ocorrência está assinalada ainda no sudoeste do Estado da Bahia e nas proximidades do rio São Francisco, bem como ao norte e ao sul da chapada, diminuindo de intensidade em direção a leste. Os achados de Central e adjacências estendem as influências desta tradição, mais recentemente designada como Geométrica, ao bordo ocidental da chapada.

Em função da grande proximidade com São Raimundo Nonato, no Piauí, distante apenas 200 km de Central, seria de se esperar uma forte identidade estilística entre as duas áreas. Surpreendentemente tal não acontece, tendo sido detectados apenas alguns poucos elementos da Tradição Nordeste na área abrangida pelo Projeto. Nela existe, na verdade, um acentuado parentesco com as manifestações ocorrentes em Sete Cidades, também no Piauí. É possível que aí a Tradição Geométrica apareça na sua forma mais pura, já que em Central os zoomorfos assumem uma dimensão con-

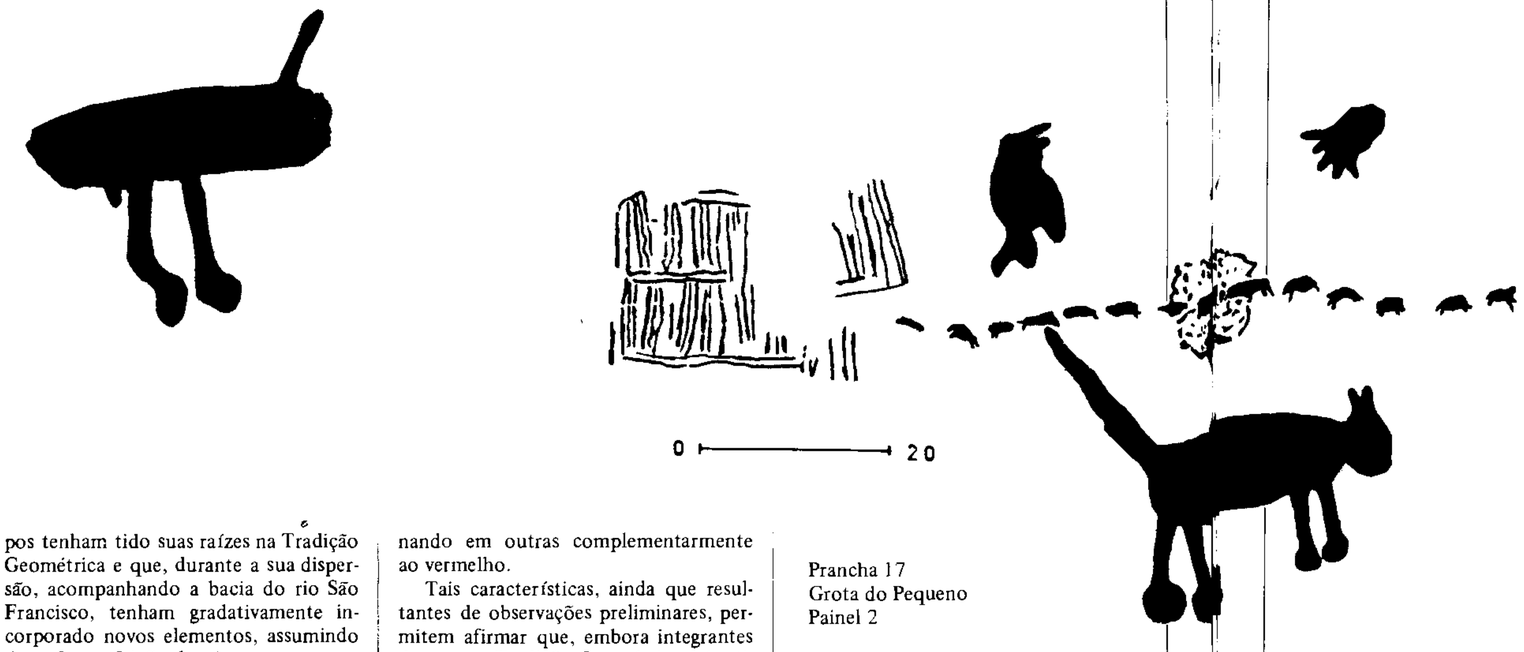
siderável ao lado dos sinais. Importantes marcadores, como os "carimbos" e as "mãos carimbadas", estão presentes nas duas regiões.[5]

Essa semelhança estende-se também a inúmeros elementos geométricos da Tradição São Francisco, reconhecida notadamente para o norte do Estado de Minas Gerais, nas regiões de Montalvânia e Januária.[6] Considerando ainda a ocorrência desta tradição no Estado de Goiás, registrada em Formosa, e no sudoeste da Bahia, na localidade de Correntina[7], parece bastante provável que, uma vez alcançada, a bacia do São Francisco tenha propiciado as vias de dispersão para os grupos que difundiram os traços diagnósticos da Tradição Geométrica.

Muito embora nas suas características gerais, ao nível da temática, o estilo Serra Azul coincida com os principais elementos da Tradição Agreste, descritos por Aguiar[8] – geométricos simples e elaborados, figuras grandes, escassez de cenas, impressão de mãos em positivo, etc. –, não foram observadas relações diretas de parentesco entre essas manifestações. Os "bonecões" e os pássaros de asas abertas e longas penas que tipificam esta tradição estão ausentes; por outro lado, não parece haver registro de "carimbos" ou "mãos carimbadas", tão marcantes nas pinturas de Central, no sertão pernambucano. Considerando a importância dos geométricos na Tradição Agreste, é possível que, na sua origem, esses gru-



Prancha 16
Grota do Pequeno



Prancha 17
Grota do Pequeno
Painel 2

pos tenham tido suas raízes na Tradição Geométrica e que, durante a sua dispersão, acompanhando a bacia do rio São Francisco, tenham gradativamente incorporado novos elementos, assumindo desta forma feições locais.

Cumpre registrar que ao longo da extensa área em estudos não foi detectada, até o momento, nenhuma gravação. Assim sendo, ao que tudo indica, a Tradição das Itacoatiaras deve ter passado ao largo de Central e seus arredores.

Embora seja prematuro qualquer pronunciamento sobre as pinturas existentes nos afloramentos calcários, ainda não suficientemente estudadas, foram constatadas algumas diferenças substanciais em relação às do quartzito; há uma impressionante rarefação das representações de mamíferos, restringindo-se os zoomorfos, salvo poucas exceções, aos lagartos, que aparecem em profusão. Os sinais geométricos detêm aí também a primazia, sendo os pontos (que aparecem apenas timidamente no quartzito) intensificados ao extremo, levando em alguns abrigos (Toca dos Búzios) a um verdadeiro pontilhismo. A impressão de mãos em positivo e de "mãos carimbadas" atinge níveis ainda mais altos de popularidade, em relação às do quartzito. O branco, praticamente ausente nas serras Azul e de Santo Inácio, ganha no calcário a preferência quase que exclusiva para a pintura de algumas tocas, funcionando em outras complementarmente ao vermelho.

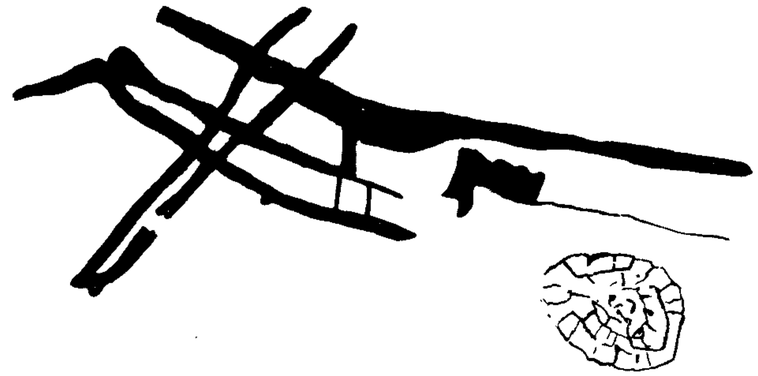
Tais características, ainda que resultantes de observações preliminares, permitem afirmar que, embora integrantes da mesma Tradição Geométrica, há estilos diferenciados no quartzito e no calcário, ambientes substancialmente distintos sob o ponto de vista da sua ecologia e que proporcionaram ao homem pré-histórico diferentes padrões de adaptação, decerto refletidos nas mensagens por ele impressas na pedra.

NOTAS

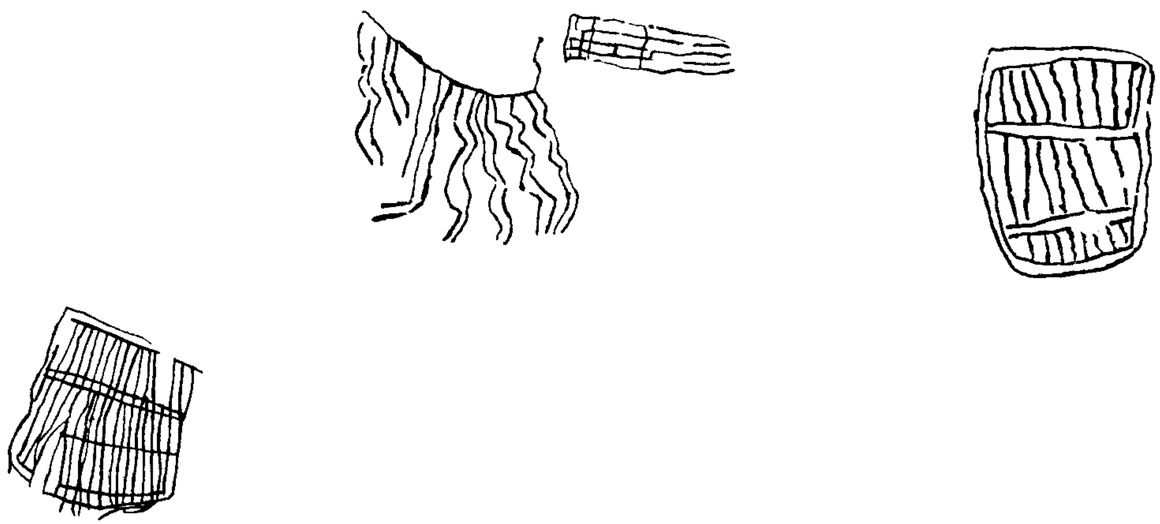
(1) PROUS, – *comunicação pessoal.*
(2) BELTRÃO, M. C. de M. C. e ANDRADE LIMA, T. *Projeto Central.* Relatório preliminar, vol. I, manuscrito, 1983.
(3) BIGARELLA, J. J.; BELTRÃO, M. C. de M. C.; TOTH, E. M. R. "Registro da fauna na arte rupestre: possíveis implicações geológicas." In *Revista de Arqueologia*, nº 2, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1984.
(4) CALDERÓN, V. "Investigações sobre arte rupestre no Planalto da Bahia: as pinturas da Chapada Diamantina." In *Universitas* 6/7, págs. 217-227, 1970.
(5) MONZON, Suzana, *comunicação pessoal.*
(6) PROUS, – *comunicação pessoal.*
(7) SCHNITZ, P. I. *et alii, Arte rupestre no Centro do Brasil*, Instituto Anchietano de Pesquisa, Unirinos, São Leopoldo, 1984. Cf. painéis Correntina, 1, 2, 3.
(8) AGUIAR, A. "Tradições e estilos na arte rupestre no nordeste brasileiro." In *Revista Clio* 5, págs. 91-104, 1982.



Prancha 18
Grota do Pequeno



Prancha 17 (continuação)



ARQUITETURA VERNACULAR:

Vale do Paraíba

*ANTONIO LUIZ DIAS DE ANDRADE**

I

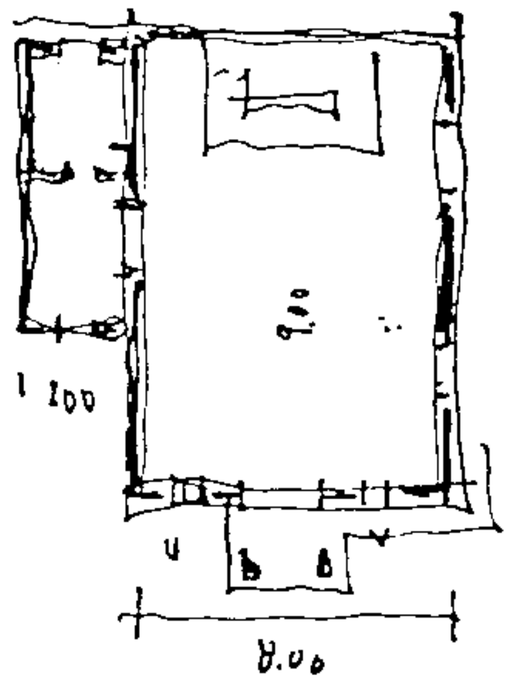
Num aparente paradoxo, encontra-se hoje o Vale do Paraíba fragmentado em duas realidades bastante diversas. A primeira identifica-se com as zonas industriais sob intenso processo de urbanização, integrada à economia nacional, natural expansão das áreas metropolitanas das duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Já na sua periferia acham-se as regiões esquecidas, organizadas nos moldes tradicionais, tendo na pecuária leiteira e nas culturas temporárias suas atividades econômicas mais importantes.

Contrastam entre si a moderna sociedade urbana e industrial – empenhada na promoção de bruscas mudanças como que pretendendo esconder o passado recente sob os encantos do desenvolvimento – e o rústico mundo rural[1].

Os mais incautos, precipitando-se em juízos eivados pela ideologia urbana, nisso enxergaram anomalias a serem superadas, contrapondo-se àqueles que, ameaçados em seus domínios pela ativação econômica das áreas sob a tutela e total controle de estratos sociais acomodados em privilégios, se assustaram com as subversões dos velhos hábitos e costumes[2].

Examinar tais contradições exige conhecimento sedimentado, sendo muitas as faces envolvidas. Todavia, as principais relações nos são demonstradas por José de Souza Martins ao averiguar em seus estudos as recíprocas dependências mantidas entre os dois universos[3].

Pressupondo que a sustentação da sociedade capitalista, compreendida nos quadros do processo de constituição da economia nacional, encontra-se indissociavelmente subordinada às soluções anticapitalistas para o setor agrário, opõe-se o autor ao pensamento corrente de uma "unilateral dependência do rural em relação ao urbano, que se moderniza e neste se integra apenas na medida em que consome os produtos e os estilos de vida da sociedade urbana. (...) Na verdade, só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural, seja quanto às necessidades crescentes de merca-





Antonio Luiz Dias de Andrade



Cunha, capela rural.

(*) Antônio Luiz Dias de Andrade, arquiteto, é diretor regional da 9ª DR da SPHAN (São Paulo e Paraná) e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

do, seja quanto às necessidades de preços baixos no item de alimentação, para ampliar a faixa de suas disponibilidades financeiras, que condiciona a sua participação no consumo dos itens de origem industrial"[4].

Responsáveis pelo fornecimento de gêneros alimentícios aos mercados urbanos, as regiões do alto curso do Paraíba sobrevivem apenas enquanto forem capazes de manter sob custos mínimos a sua produção, dispensados maiores investimentos. Obriga-se, nesse sentido, a população destas áreas a organizar suas atividades de acordo com os padrões tradicionais, preservando, inclusive, instituições "como o mutirão, as festas propiciatórias no fim do ano agrícola e antes do plantio dos artigos essenciais da sua dieta alimentar, etc. Mantendo, enfim, os costumes na organização da cultura, da sociedade e da economia e rebatendo para um plano muitas vezes tangencial os efeitos da participação em uma economia monetária. (...) É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano do país"[5].

A manutenção de formas de organização do trabalho fundamentadas no isolamento, no regime de posse da terra, auxílio vicinal e disponibilidade de terrenos[6] – que caracteriza a rusticidade da economia rural – corresponde, portanto, aos interesses do capital industrial, constituindo mesmo favorável condição para sua expansão.

Não desconhecendo as mudanças culturais, há tempo detectadas em pioneiras pesquisas antropológicas – notadamente as realizadas no Município de Cunha, por Emilio Willems e sua equipe[7] – nas áreas rurais do Vale do Paraíba, as vicissitudes do mundo urbano respondem pela conservação de primitivos procedimentos, identificados estes nas mais variadas atividades.

No quadro da arquitetura, por conseguinte, encontramos formas persistentes na organização espacial, inalteradas as solicitações dos programas, sistemas construtivos, partidos e intenções plásticas.

Referimo-nos não apenas ao conjunto das unidades rurais, mas também às pequenas residências situadas nas sedes municipais, habitadas pelos segmentos mais pobres da população. Na simplicidade de tais arquiteturas encontramos informações preciosas para se estudar os sistemas construtivos tradicionais.

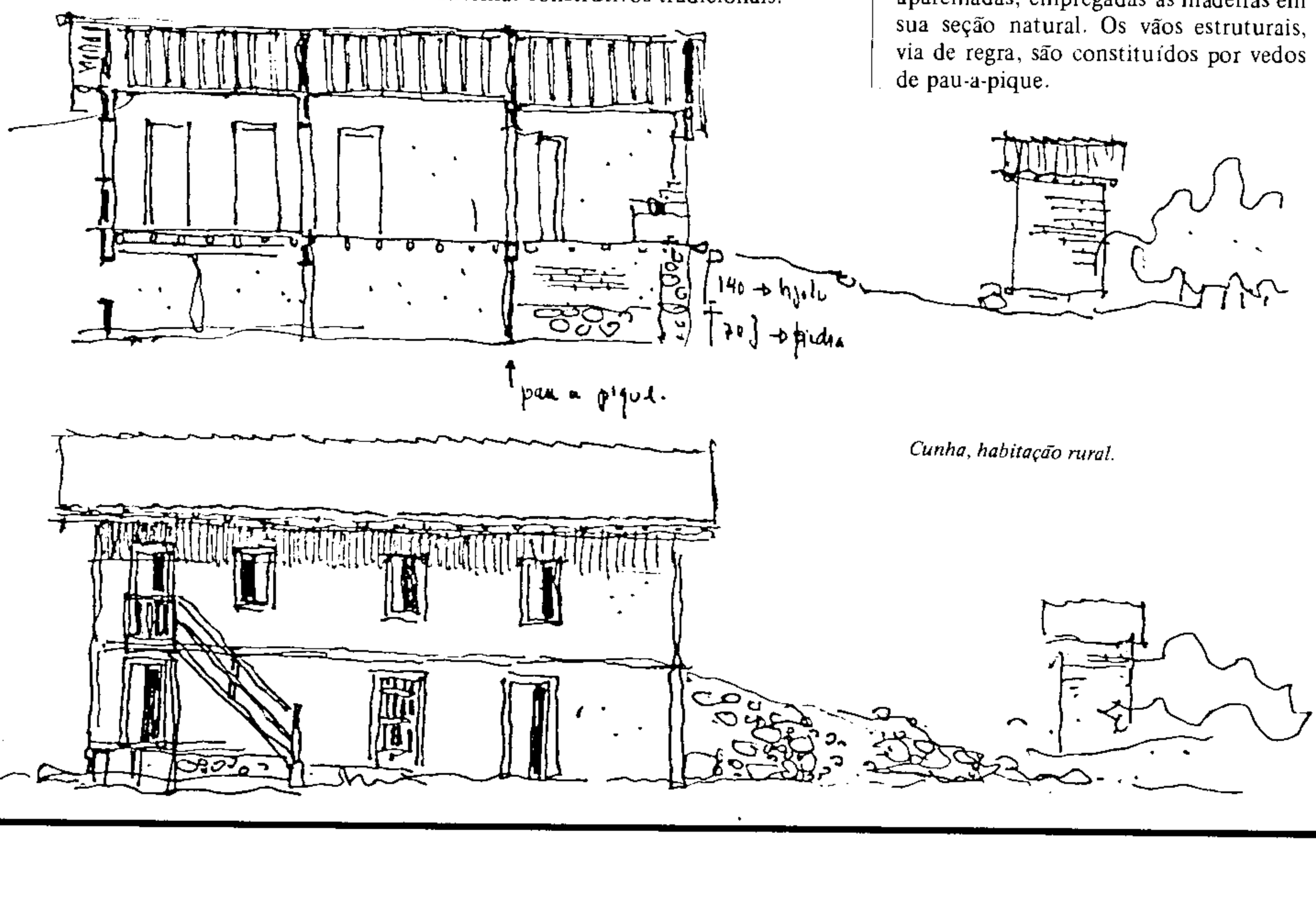
II

Nas cidades das zonas mais pobres do Vale do Paraíba, como também na periferia dos principais centros urbanos que receberam populações imigradas das áreas rurais, localizamos exemplos de habitações com tais características. Convém examiná-las no tempo.

As mais antigas datam provavelmente do início do século. Reproduzem em um único lanço o partido típico das residências do século passado, tendo à frente uma pequena sala, um compartimento de permeio e os serviços ao fundo. Alinham-se sobre as divisas fronteiras dos lotes e possuem diminuta testada.

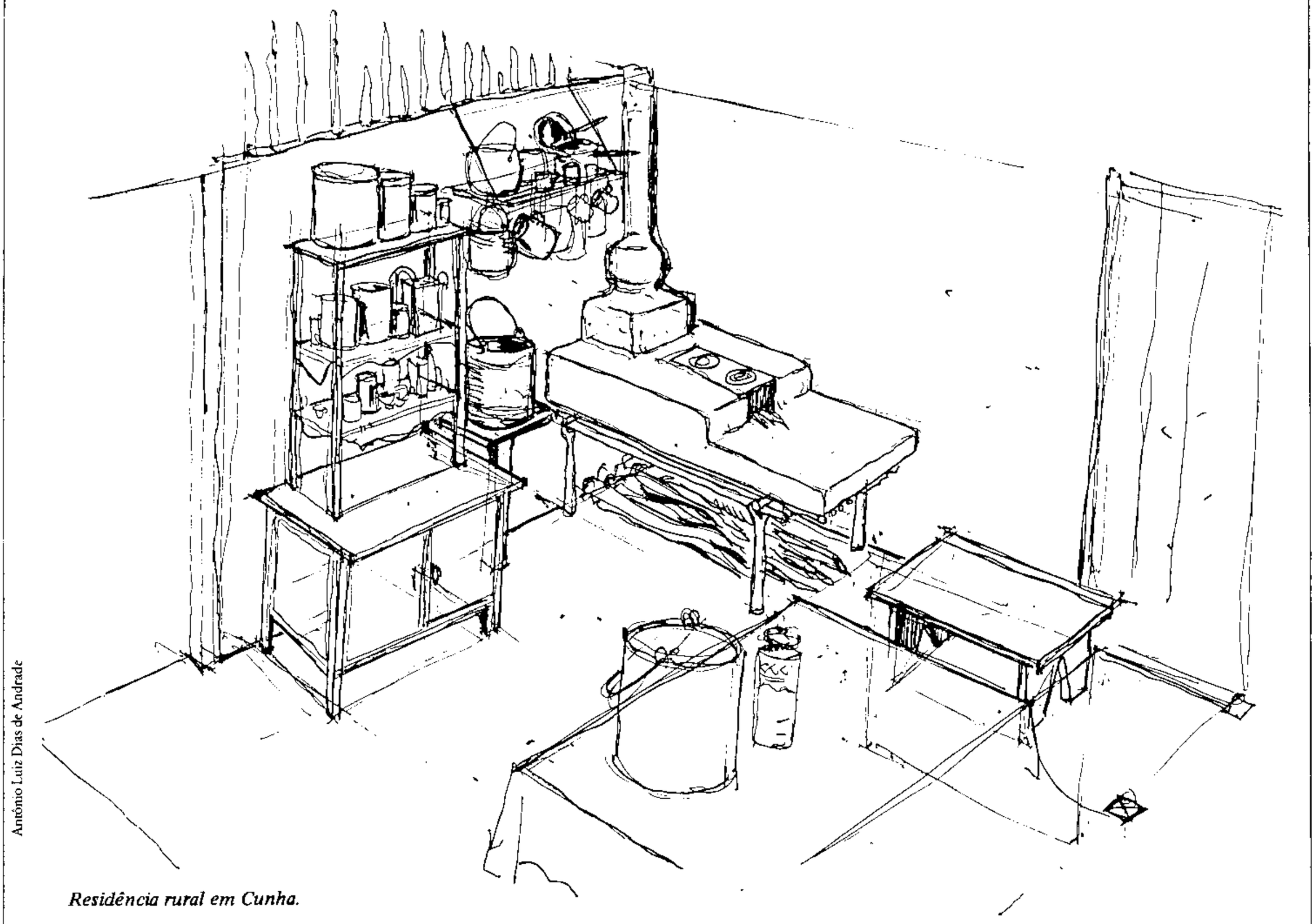
São comuns os telhados de duas águas, cobertos de telhas, armados diretamente sobre pares de esteios, sendo que os dos cunhais recebem os frechais. Situados nos terços intermediários, no sentido da profundidade da construção, os demais sustentam a cumeeira e a terça, tornando as águas assimétricas. Nas empenas nem sempre é contraventado o frechal da fachada principal com a terça posterior por vigas de madeira.

Quando existentes, os baldrames apóiam-se diretamente sobre o solo. Na estrutura portante são raras as peças aparelhadas, empregadas as madeiras em sua seção natural. Os vãos estruturais, via de regra, são constituídos por vedos de pau-a-pique.



Cunha, habitação rural.

Antônio Luiz Dias de Andrade



Antônio Luiz Dias de Andrade

Residência rural em Cunha.

No morro do Cruzeiro, em São Luís do Paraitinga, ascendendo as encostas, singelas habitações guardam entre si muitas semelhanças; não obstante a época de sua construção – algumas já existentes no princípio deste século, como documentam velhas fotografias, a maioria há pouco tempo levantada –, a acidentada topografia condicionou o partido adotado.

As residências assentam-se sobre escalonados patamares e a meia-água da cobertura acompanha paralelamente o perfil do terreno, mantendo o beiral encachorrado apenas com a função de compor a fachada principal. Nas construções recentes, geralmente são conservados os partidos tradicionais com algumas mudanças. As plataformas planas são preferidas, o que exige, nos casos de terrenos íngremes, grandes cortes.

Comum encontrarmos habitações perfeitamente identificadas com as soluções da arquitetura rural, face ao êxodo de populações. Desligam-se tais casas de compromissos urbanos, dispostas no lote em desobediência a qualquer ordem. A planta retangular, dividida em quatro cômodos por paredes de meia altura, é implantada ao acaso no lote nem sempre perfeitamente definido. Somam-se ao núcleo principal da residência as latadas, forno de barro e galinheiros. As simples estruturas autônomas de madeira e os vedos de pau-a-pique constituem o sistema construtivo usual. As coberturas de duas águas, acompanhando a cumeeira a maior extensão da planta, são revestidas por telhas ou sapé[8]. Óbices colocados pelas municipalidades hoje dificultam o emprego dos sistemas construtivos tradicionais nas áreas urbanas[9], embora não impeçam a proliferação de obras clandestinas.

Na falda de um morro vizinho à cidade de Piquete, vimos um loteamento popular, cujo traçado é composto por incertos caminhos pedestrianizados, transformados em escadas escavadas no terreno nas partes de aclive acentuado. As casas são construídas de acordo com os mais diversificados sistemas construtivos. Não obstante exibirem plantas semelhantes, são empregados quer o pau-a-pique, quer a alvenaria de tijolos de barro, ou blocos de cimento. Nos terrenos adversos, as habitações equilibram-se precariamente sobre embasamentos de pedra seca e nas melhores construções são utilizados muros de arrimo de concreto ciclópico.

Em Natividade da Serra, por ocasião da construção da nova cidade, as residências foram edificadas conforme os projetos fornecidos pela Prefeitura Municipal. Trata-se de projetos simples e vulgares. Permitiu-se, todavia, às populações rurais que tiveram suas terras inundadas pelas águas da represa do sistema Paraibuna–Paratinga construírem suas casas na periferia da cidade de acordo com os sistemas construtivos tradicionais, aproveitando-se inclusive o material proveniente das demolições dos prédios antigos. Ao desavisado parecerá o resultado datar de muitos anos.

Em Campos Novos de Cunha ainda se constrói como no passado, descontadas certas pequenas discrepâncias, como por exemplo amarrar com arame as taquaras dos engradados dos veados de pau-a-pique.

Contudo, a persistência do sistema construtivo comparece até no revestimento de tabatinga que protege as paredes. Nas cozinhas, tais revestimentos estendem-se pelos pisos de terra batida, sobem pelos fogões de lenha e, como os hábitos alentejanos, freqüentemente são sobrepostas novas camadas, tornando os ambientes claros, asseados e com os cantos arredondados.

III

Nas áreas rurais com maior intensidade sobrevivem os sistemas construtivos tradicionais[10]. Acatadas as teses de José de Souza Martins, a persistência dos processos de construção constitui evidência das relações mútuas de dependência entre o mundo urbano industrial e as rústicas zonas agrícolas. Com efeito, exigem tais edificações mínimas aplicações de recursos financeiros, na medida em que empregam os materiais disponíveis no meio ambiente e são construídas pelo próprio morador e sua família, quando são utilizadas formas de auxílio vicinal[11].

O mesmo pode ser observado na lida das lavouras e no beneficiamento dos gêneros agrícolas, nos quais os serviços transcorrem de acordo com as técnicas e equipamentos tradicionais. O preparo da farinha de milho, por exemplo, ainda é processado em monjolos, baterias de martelos ou moinhos de mó. É bem verdade que restam poucos estabelecimentos dedicados à produção de farinha, aguardente e queijos consumidos nos mercados locais, dada a invasão de produtos industrializados, mantendo-se as unidades rurais tão-somente em função das culturas temporárias e da pecuária leiteira.

O programa da arquitetura rural, nestes casos, reúne a residência familiar, paiol, áreas de depósito e abrigo para os equipamentos de beneficiamento dos produtos agrícolas. As várias dependências são distribuídas ao redor do terreiro de chão batido, usado como espaço de trabalho (bater o arroz, secar folhas de fumo, moer a cana, preparar e cozer mantimentos, etc.). Nos casos em que os mecanismos de beneficiamento são acionados por energia hidráulica, decorre a implantação dos engenhos das condições apropriadas para a captação e condução das águas.

As residências são organizadas em obediência a plantas semelhantes àquelas encontradas nas áreas urbanas, ou dispondo-se os cômodos – sala e quartos de dormir – num único correr, anexado numa de suas extremidades o corpo mais baixo e estreito da cozinha. As duas águas do telhado são geralmente de sapé, sendo os da cozinha de telhas cerâmicas, de modo a evitar-se os riscos de incêndio.

Paredes de pau-a-pique vedam a estrutura portante de madeira, na qual se erguem os esteios centrais para receber a cumeeira. Sobre as linhas que atirantam os frechais, escoras sustentam as terças. A junção das peças de madeira é extremamente simples, grosseiramente escavada a machado, com os frechais apoiados freqüentemente em esteios com forquilha, auxiliada a fixação por



António Luiz Dias de Andrade

Cunha, capela rural.

amarras de embira. Ao que se soma a maneira de se fazer o pau-a-pique, hoje, que é bastante precária, se comparada aos antigos procedimentos. A simplificação das técnicas em parte pode ser justificada se observado o regime de permanência da população na região.

A grande maioria é formada por posseiros, agregados ou meeiros, que não detêm a propriedade da terra. Podem permanecer no local por longos períodos ou por curto espaço de tempo, o que leva os grupos familiares a descuidar da durabilidade das construções[12]. Os materiais utilizados nem sempre são de boa qualidade. Os cuidados com a conservação das paredes são impraticáveis, encostadas que estão diretamente sobre o solo, absorvendo umidade. Poucos são aqueles que tratam de abrir valas junto às bases, de modo a impedir as infiltrações d'água, sendo que poucas paredes apresentam revestimentos[13].

Visitamos um sítio em São Luís do Paraitinga, cujas construções encontravam-se bastante arruinadas, havendo seu morador declarado terem sido erguidas há 17 anos.

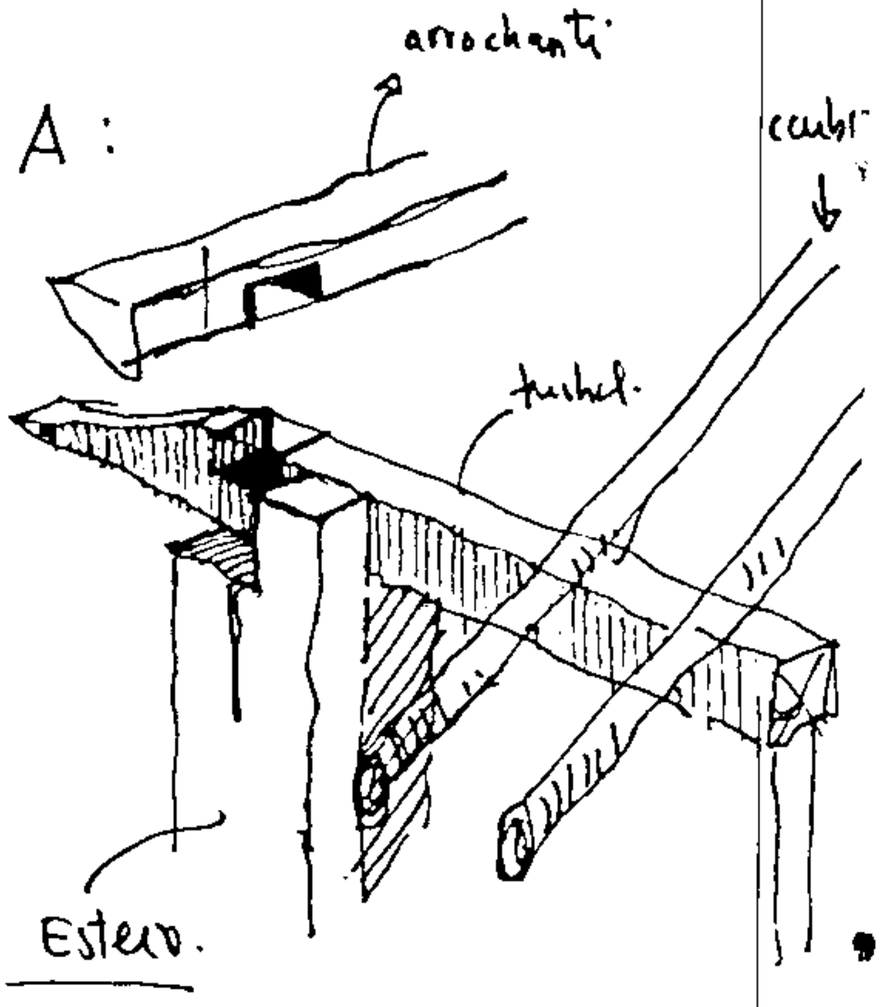
As envasaduras dispensam estrutura própria, apoiando-se os peitoris e ombreiras sobre as frágeis paredes.

Na serra do Itapeti, em Mogi das Cruzes, é localizado um conjunto de edifícios, de construção relativamente recente, que conservaram a técnica da taipa de pilão. Na ocasião em que percorremos a região tivemos oportunidade de promover a identificação de vários exemplares, bem assim conversamos com os taipeiros responsáveis pelas respectivas construções, constatando em muito corresponder os procedimentos por eles adotados às antigas técnicas.[14].

IV

Uma das principais características da sociedade caipira, conforme salienta Antônio Cândido em seu clássico estudo *Os parceiros do Rio Bonito*, identifica-se com a margem de lazer "tornada possível numa cultura organizada em torno de padrões mínimos"[15]. Emilio Willems, dentre as formas de lazer observadas no já citado trabalho, atribui relevante papel às festas religiosas que oferecem ensejo ao convívio social intenso e prolongado, reiterando "valores tradicionais e sagrados". Acentua ainda a "função conservadora que a festa exerce diretamente com relação a certos setores da cultura local"[16].

Cunha, residência rural.



Antônio Luiz Dias de Andrade

A população, distribuída e assentada nos bairros rurais[17], solidariza-se nos eventos religiosos, nas rezas caseiras, nas festas promovidas em cumprimento de promessas[18] e naquelas organizadas em devoção aos santos padroeiros de cujas interferências "dependem as colheitas e, portanto, o bem-estar material do povo"[19]

São diversas as festividades tradicionais conhecidas, descritas pelos autores que se empenharam na pesquisa dos agrupamentos sociais rústicos da região, realizadas em cidades, sítios e nos aglomerados rurais. Emilio Willems relata em detalhes a festa do Divino e a de São José, no Município de Cunha.[20].

No entanto, interessa-nos particularmente aqueles acontecimentos responsáveis pela geração de espaços próprios, destinados especialmente a atender aos programas das festividades. Na região pesquisada foram inúmeras as pequenas capelas rurais encontradas à beira das estradas e caminhos vicinais. Na maior parte toscas construções de quatro esteios e cobertas de palha, erguidas em devoção a algum santo, em cumprimento de promessa, onde se rezam novenas, enfeitam-se com flores e diante das quais os transeuntes tiram o chapéu e fazem o sinal-da-cruz.

São também comuns os conjuntos constituídos por capela e construções anexas voltadas às exigências dos dias de festa, como o preparo de refeições, abrigo dos participantes, barracas para o comércio intenso e leilões dos donativos angariados pelos festeiros, mesclando-se as atividades religiosas com as profanas. Nestes casos as capelas são mais amplas e, em geral, melhor construídas. Algumas possuem um único espaço, outras, naves e capela-mor. Sacristias e corredores laterais comparecem também em diversas situações, bem como as áreas alpendradas, a exemplo das edificações mais antigas.[21]. É hábito levantar ao redor da capela pequenas casas e ranchos, delineando espaços abertos – terreiros – onde, durante os festejos, se armam um sem-fim de barracas. As casas prestam-se para acolher os participantes, restando desocupadas ao final da festa.

Em Lagoa Nova, no município de Guararema, é festejado o Bom Jesus. No terreiro da residência do sitiante, proprietário das terras, encontra-se a capela. Nas imediações das estradas de acesso, situam-se as diversas habitações e ranchos singelos de pau-a-pique ocupados somente nas ocasiões das festas, oportunidades em que são reparados e pintados. Na Capela de Santa Cruz, próxima a Salesópolis, da mesma forma que a capela setecentista de Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes, são incorporados à construção religiosa cozinhas, refeitórios, depósitos e dependência para a realização de leilões, envolvidos os compartimentos por uma área alpendrada[22].

Não raro os locais escolhidos para a realização das festas tornam-se embriões de aglomerados urbanos por força da gradativa fixação de população. O Bairro do Comércio, no município de Paraibuna, serve como um bom exemplo. Em torno da Capela de Santa Cruz e da Casa da Festa, edificados em 1928, ao lado da antiga estrada do litoral, foram construídas habitações, vendas e escola pública, transformando o logradouro em um ponto de convergência da população esparsa.

No que tange aos sistemas construtivos, nos exemplos mais antigos, a estrutura portante, via de regra, é de taipa de pilão como no caso da já mencionada Capela de Santo Ângelo, e nas de Santo Alberto, Santa Catarina, e Nossa Senhora da Piedade, também localizadas no município de Mogi das Cruzes. As mais recentes – excetuadas aquelas encontradas na Serra do Itapeti, onde persistiu o emprego da taipa (Capela de Nossa Senhora da Penha) – são construídas de pau-a-pique ou mesmo de alvenaria de tijolos, mantidos em todos os casos os partidos tradicionais. Na estrutura de cobertura é abandonada, nos exemplos de construção recente, a solução de cairos armados, apoiando-se a trama sobre tesouras. As fachadas principais e os espaços interiores são tratados de modo muito simples, limitados os cuidados quanto à forma a poucos elementos decorativos de argamassa aplicados sobre o revestimento, no desenho e fatura das envasaduras, altares e mobiliário.

A Capela do Bairro do Comércio, por exemplo, apresenta todas as portas e janelas enfeitadas com sanefas e bandeiras de madeira recortada. Em outros exemplos notamos preocupações quanto à composição dos frontispícios na utilização de torres sineiras para acentuar a natureza da edificação, pretendendo oferecer alguma monumentalidade a tão singelas construções. Predominam as capelas com torre única, geralmente destacada no centro da fachada.

V

José de Souza Martins, ao referir-se às mútuas dependências que caracterizam a ordem econômica que distingue e mantém a sociedade moderna, urbana e industrial dos rústicos agrupamentos sociais, menciona várias vezes, numa associação, o antigo sistema colonial[23].

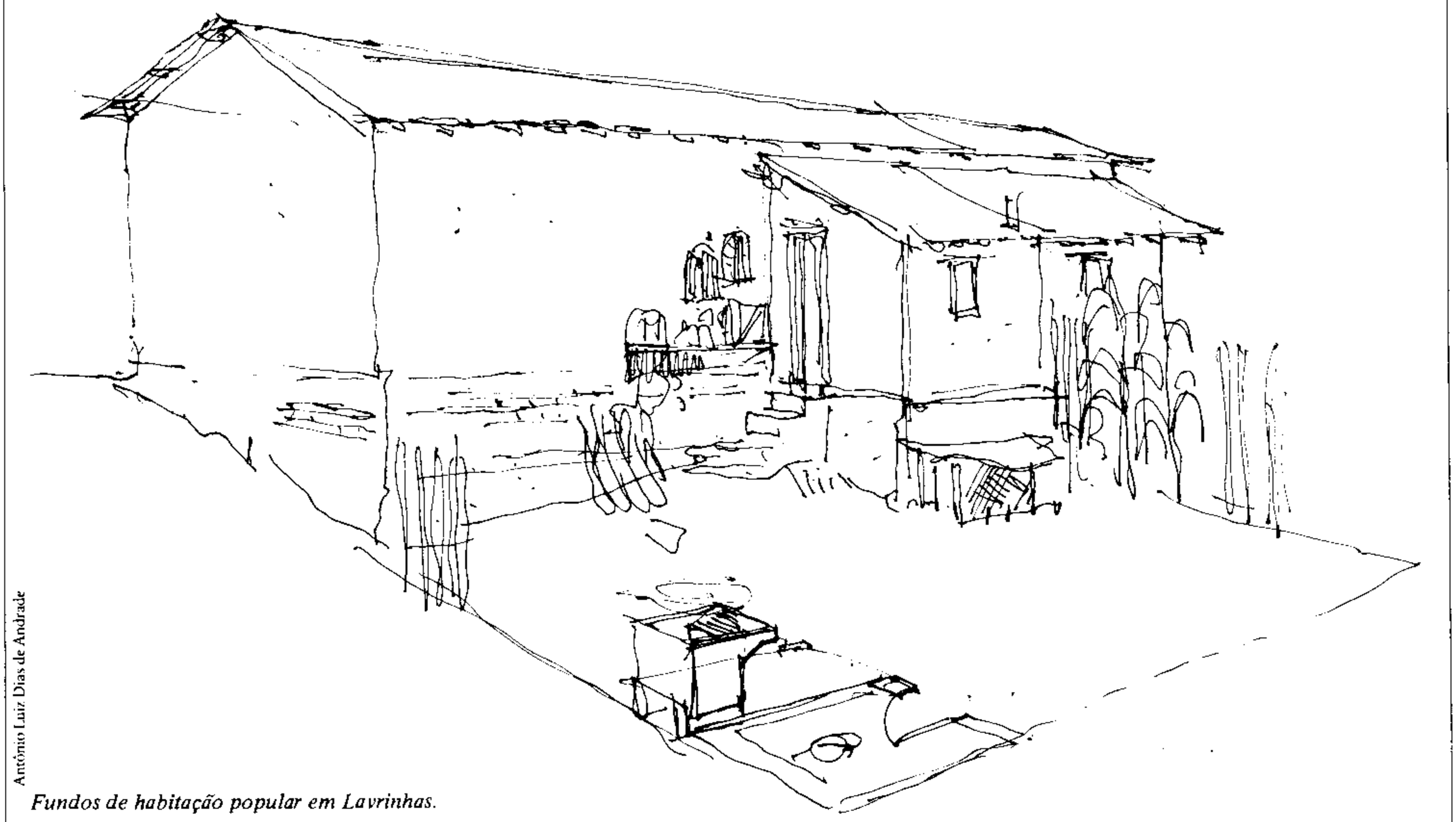
Em outro cotejo permitimo-nos meditar sobre o estado de sujeição imposto aos países pobres pela divisão internacional do trabalho. Os negócios internacionais constrangem as sociedades do Terceiro Mundo a equilibrarem-se em dívidas, contradições e misérias. Pouco importa a efetiva melhoria das condições de vida das populações carentes. Os aprimoramentos técnicos são reservados aos investimentos mais rentáveis, prerrogativas dos interesses dos grupos econômicos e financeiros dominantes, cujos núcleos decisórios, não raras vezes, diluem-se nas fronteiras internacionais. O baixo custo da mão-de-obra, as matérias-primas abundantes e o potencial mercado de consumo de produtos industrializados desaconselham procedimentos diversos.

Em escalas diferentes, reproduzem-se os sistemas de dominação e dependências. Num mesmo país, região ou município, situações reveladoras constituem inegáveis evidências.

No Brasil, geralmente costuma-se impunemente simplificar a questão, ao se distinguir as regiões desenvolvidas e industriais, ao sul, dos estados nordestinos, agrários e dependentes. Temos de outro lado, numa mesma cidade, em quaisquer das regiões mencionadas distintos bolsões: os de absoluta miséria, os de remediável pobreza e aqueles poucos de muitos privilégios. A fragilidade dos sistemas implantados é colocada à mostra nas mínimas dificuldades, extremamente agravados e desestabilizados em momentos de agudas crises econômicas.

Nesse quadro, parece-nos possível mencionar o interesse hoje despertado para as chamadas tecnologias alternativas, inspiradas em formas pré-capitalistas de produção. Na solução dos problemas relativos à habitação, por exemplo, tem sido freqüente a discussão de programas e empreendimentos que contemplam formas de organização do trabalho e sistemas construtivos tradicionais.

Acomodando-se sob o manto dos interesses preponderantes, evitadas mu-



Antônio Luiz Dias de Andrade

Fundos de habitação popular em Lavrinhas.

danças efetivas, sugere-se a organização do trabalho cooperativo, reabilitando o mutirão. Propõe-se a utilização de técnicas construtivas emprestadas dos antigos hábitos, tais como a taipa de pilão, o adobe, melhorado o material com dosagens de cimento e desenvolvido racionalmente o respectivo projeto arquitetônico. Trata-se, sem dúvida, de soluções que exigem poucos recursos e ínfimos gastos com mão-de-obra.

Não desmerecido o interesse que inegavelmente apresentam tais projetos, importa atentarmos para o risco que encerra a questão. Com efeito, não é pela ausência de conhecimento técnico atualizado ou pela competência das categorias profissionais, a quem toca o projeto da habitação, que os problemas verdadeiros permanecem agravados.

De outro lado, as soluções propostas baseadas nos procedimentos tradicionais vêm de encontro à manutenção das políticas prevalentes por exigir pouco capital e por evitar, ao se atenuar as pressões sociais, o redirecionamento da economia nacional. O manifesto interesse dos países desenvolvidos quanto ao estudo e propagação das técnicas de construção inspiradas no comportamento das sociedades tradicionais apresenta-se nesse sentido como um sinal de tão profundas relações de dependência.

NOTAS

(1) SOUZA, Antônio Cândido de M. *Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 5ª ed. São Paulo, Duas Cidades, 1979, p. 21 e segs.
(2) MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975, p. 2.
(3) *Id., Ib.*, Capítulo I.
(4) *Id., Ib.*, p. 5.
(5) *Id., Ib.*, pp. 12 e 13.
(6) SOUZA, Antônio Cândido de M. *Op. cit.*, p. 83.
(7) WILLEMS, Emilio. *Cunha – Tradição e transição em uma Cultura Rural do Brasil*, São Paulo, Rothschild Loureiro, 1948.
(8) SHIRLEY, Robert W. *O Fim de uma Tradição*, São Paulo, Perspectiva, 1977, p. 192. "As paredes são inteiramente feitas de pau-a-pique. Às vezes, a casa é caiada, mas geralmente não o é. O assoalho é de chão batido e o telhado, usualmente, de sapé, embora possa ser, ocasionalmente, de telha. Os materiais para tal casa custam quase nada. Os paus para o madeiramento obtêm-se nas matas das redondezas; o sapé cresce em muitos vales em Cunha e há sempre barro disponível."
(9) WILLEMS, Emilio. *Op. cit.* p. 11. "Atualmente, construções de pau-a-pique cobertas de sapé são proibidas dentro do perímetro urbano. Mas como para a construção das paredes internas, puxados e outras dependências da casa, o pau-a-pique barreado continua sendo usado, mesmo em prédios maiores levantados em estilo de chalé. Fora do perímetro urbano predomina a casa de pau-a-pique rebocada e pintada ou apenas grosseiramente barreada. Nas imediações da cidade, o sapé como cobertura da casa é muito raro."
(10) SOUZA, Antônio Cândido de M. *Op. cit.* p. 38, "O caipira, contudo, conservou até hoje a habitação primitiva, que vamos encontrando, sempre a mesma, nos documentos antigos e na informação dos velhos." p. 37, "A sua casa (significativamente chamada rancho por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau-a-pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo."
(11) WILLEMS, Emilio. *Op. cit.* p. 34.
(12) SOUZA, Antônio Cândido de M. *Op. cit.* p. 82, "A precariedade dos seus direitos à ocupação da terra contribui para manter os níveis mínimos de sobrevivência biossocial. As formas culturais, condicionadas por ela, favoreceram sua permanência naqueles níveis."
(13) WILLEMS, Emilio. *Op. cit.* p. 11.
(14) ANDRADE, Antonio L. D. "Construções Recentes em Taipa de Pilão no Vale do Paraíba", *in Arquitetura de terra – Uma versão Brasileira*. Solar Grandjean de Montigny – PUC/RJ, p. 18.
(15) SOUZA, Antônio Cândido de M. *Op. cit.* p. 84.
(16) WILLEMS, Emilio. *Op. cit.* p. 163.
(17) SOUZA, Antônio Cândido de M. *Op. cit.* p. 74.
(18) *Id., Ib.*, p. 74.
(19) WILLEMS, Emilio. *Op. cit.* p. 143.
(20) *Id., Ib.*, p. 140 e segs.
(21) ANDRADE, Antônio L. D. e PASSAGLIA, Luís A. P. "Capelas Rurais", *in C. J. Arquitetura*, nº 19. São Paulo, 1978.
(22) LEMOS, Carlos A. C. *Notas sobre a Arquitetura tradicional de São Paulo*, São Paulo, FAU/USP, 1969.
(23) MARTINS, José de Souza. *Op. cit.* p. 14.

A COROA DE XANGÔ NO TERREIRO DA CASA GRANDE

MARIA BERNADETE CAPINAM
ORLANDO RIBEIRO *

No Engenho Velho da Federação, Salvador, Bahia, encontra-se o conjunto monumental Terreiro da Casa Branca, recentemente tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN[1]. A arquitetura interior dos monumentos que compõem este conjunto encerra riquezas surpreendentes. Neste trabalho, destacamos um elemento característico de grande parte dos candomblés baianos, dos quais a Casa Branca é a matriz.

Em alguns dos mais tradicionais terreiros de candomblé da Bahia, o barracão ou salão de festas possui uma coluna de madeira ou pilar de alvenaria, o Poste Central, implantado quase sempre no centro, sobre o qual se apóia a cumeeira da casa. Este poste assinala o centro simbólico e ritual, não só do barracão onde se ergue, mas de todo o espaço do terreiro. Às vezes, porém, ele é uma pequena coluna, a meia altura, sem qualquer função estrutural, revelando assim sua verdadeira função simbólica.

O Axé do Terreiro, a força mística e dinâmica das divindades que se materializa em determinados objetos, geralmente está enterrado sob seus alicerces. Além disso, é em torno do Poste Central que dançam as filhas-de-santo durante as festas públicas e privadas.

Na cosmologia nagô o Poste Central é a representação material do elemento de ligação entre as duas dimensões cósmicas, o Aiyê (Terra, mundo dos vivos) e o Orum (Céu, domínio das divindades). Esta representação do Universo relaciona-se com o "mito do casamento do céu e da terra, o céu fecundando do alto a terra-mãe, mito que se encontra justamente entre os yorubas, sob a forma do casamento entre Obatalá (o céu) e Odudua (a terra)"[2]. Elementos semelhantes ao Poste Central, sempre relacionados a mitos de origem e/ou a cultos de ancestrais, ocorrem também entre os vários grupos étnicos, além dos Iorubá, que habitam a região da África Ocidental, de onde foram trazidos grandes contingentes de escravos para a Bahia[3].

No Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, o Poste Central assume feições peculiares, compondo uma estrutura que suporta um grande ornamento em forma de coroa, dedicado a Xangô. A sacralidade do lugar central definido pelo poste é evidenciada não só pelo fato de que o Axé do terreiro está enterrado sob seus alicerces[4], como também pela existência do Axé da cumeeira, um "assentamento" constituído por um vaso votivo e uma insígnia de Xangô – o machado duplo, oxê em nagô –, colocado sobre o telhado, no ponto em que este toca o poste. É interessante notar que, neste caso, o Poste Central, tendo suas duas extremidades sacralizadas, explicita a já citada representação simbólica do eixo vertical ligando o Orum ao Aiyê. Por outro lado, à volta do poste estão colocadas cadeiras imponentes que servem de trono a altos dignitários da Casa Branca, tendo apenas a Iyalorixá – mãe-de-santo – o privilégio de colocar sua cadeira no estrado de madeira sob a proteção da Coroa de Xangô. No rito de saudação cumprido pelos iniciados do terreiro, ao ingressar no barracão, o Poste Central constitui um dos pontos onde devem ser feitas reverências especiais antes das quais nenhuma pessoa pode ser cumprimentada.

Na Casa Branca, ao simbolismo do poste soma-se o significado decorrente da Coroa, insígnia da realeza de Xangô, patrono do terreiro. Xangô, o senhor do raio e do trovão, segundo a mitologia Iorubá, foi o quarto rei de Oyó e permanece sendo o orixá pessoal dos reis desta cidade, considerados até hoje como seus descendentes. O conjunto assim formado pelo Poste Central e pela Coroa de Xangô assinala a própria origem do terreiro e de seus fundadores africanos.

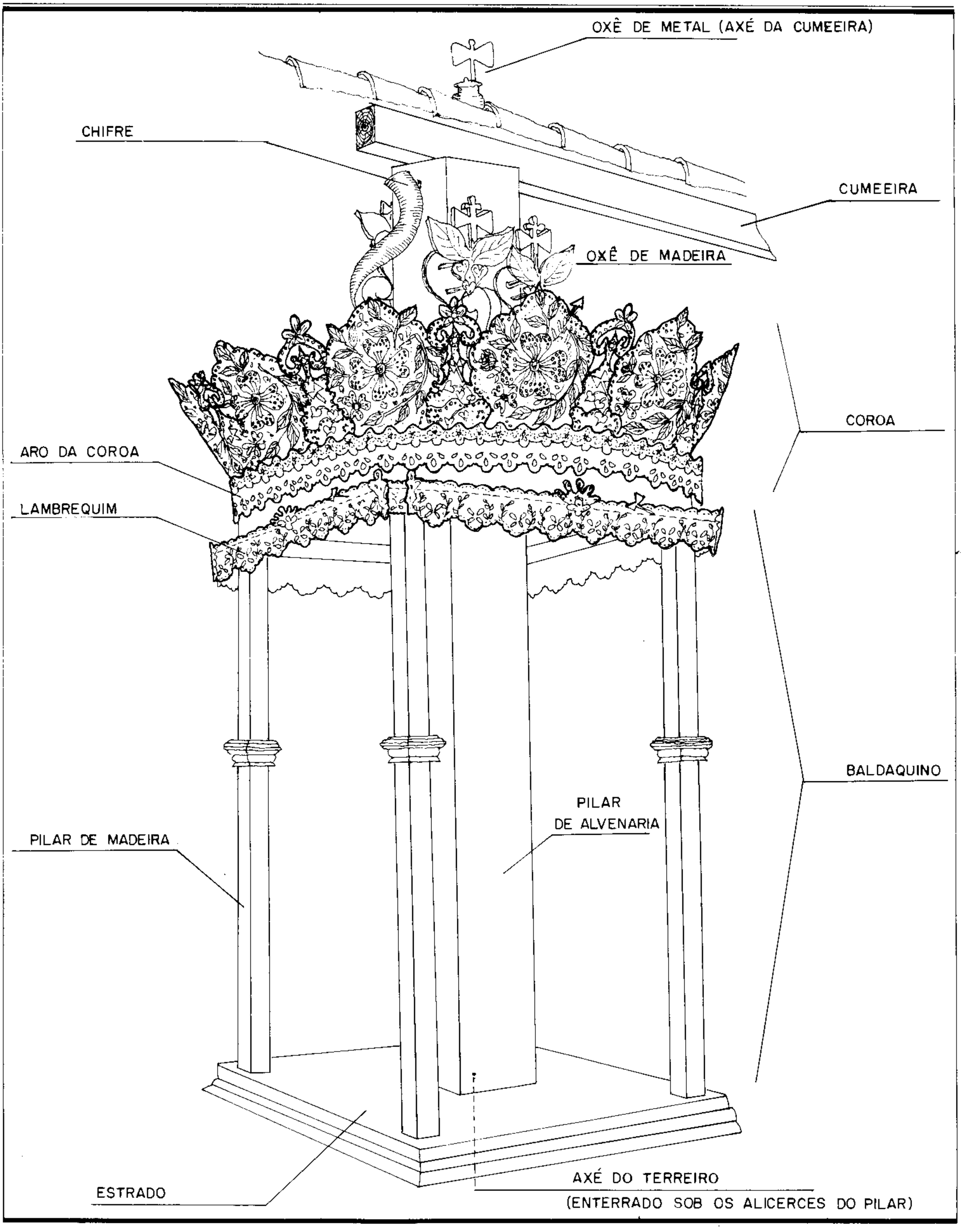
Segundo os testemunhos históricos, o Terreiro da Casa Branca foi fundado, em princípios do século passado, por um grupo de sacerdotisas africanas de nação Nagô (Iorubá), entre as quais destacava-se Iyá Nassô. Na verdade, Iyá Nassô não era um nome próprio, mas um título honorífico exclusivo da sacerdotisa encarregada do culto de Xangô na corte do Alafin de Oyó, a antiga capital do Império Iorubá, na Nigéria[5], sendo provável, portanto, que houvesse consagrado a Xangô o terreiro que ajudaria a fundar no Brasil. O próprio nome ritual do terreiro, Ilê Axé Iyá Nassô Oká – Casa de Mãe Nassô –, atesta a importância e proeminência desta que teria sido a primeira Iyalorixá da Casa.

A tradição oral do terreiro alude à existência de uma antiga coroa de cobre, dedicada a Xangô, cuja confecção é atribuída ao africano Rodolfo Martins de Andrade, *Tio Bamboxê*, um dos fundadores da Casa Branca. A peça era de grande valor simbólico; já bastante corroída, foi retirada do local e acabou desaparecendo em meio ao entulho recolhido durante a reforma realizada na casa, em meados da década de sessenta.

Julieta Alves de Oliveira, *Julieta de Oxum*, uma filha-de-santo do Terreiro, sensibiliza-se profundamente

---

(*) Maria Bernardete Capinam, antropóloga, e Orlando Ribeiro, arquiteto, desenvolvem em Salvador os projetos Mapeamento dos Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia e Arte Sacra Negra da Fundação Nacional Pró-Memória.


OXÊ DE METAL (AXÉ DA CUMEEIRA)
CHIFRE
CUMEEIRA
OXÊ DE MADEIRA
COROA
ARO DA COROA
LAMBREQUIM
BALDAQUINO
PILAR
DE ALVENARIA
PILAR DE MADEIRA
ESTRADO
AXÉ DO TERREIRO
(ENTERRADO SOB OS ALICERCES DO PILAR)

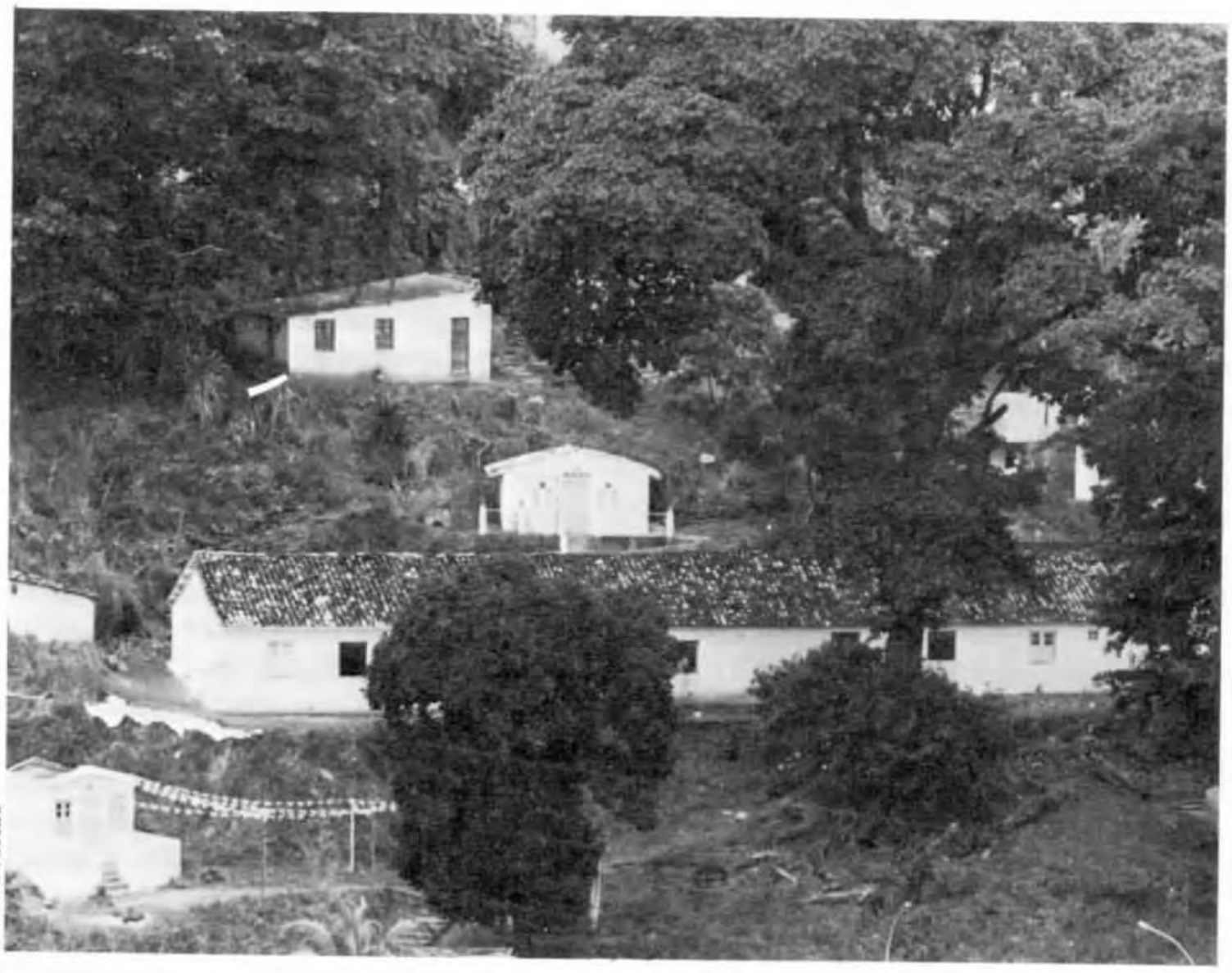


Orlando Ribeiro

Acima: *Salão de festas. O Poste Central assinala o centro simbólico e ritual de todo o terreiro.*
Abaixo: *O machado duplo, insígnia de Xangô, colocado sobre o telhado no ponto onde toca o poste.*
Ao lado: *Terreiro da Casa Branca, tombado pela SPHAN.*



Orlando Ribeiro



Orlando Ribeiro

com a remoção da antiga peça de cobre, ficando temerosa ante o desamparo a que estaria sujeito o povo do Candomblé sem a proteção divina que a Coroa de Xangô representa. Ela relembra:

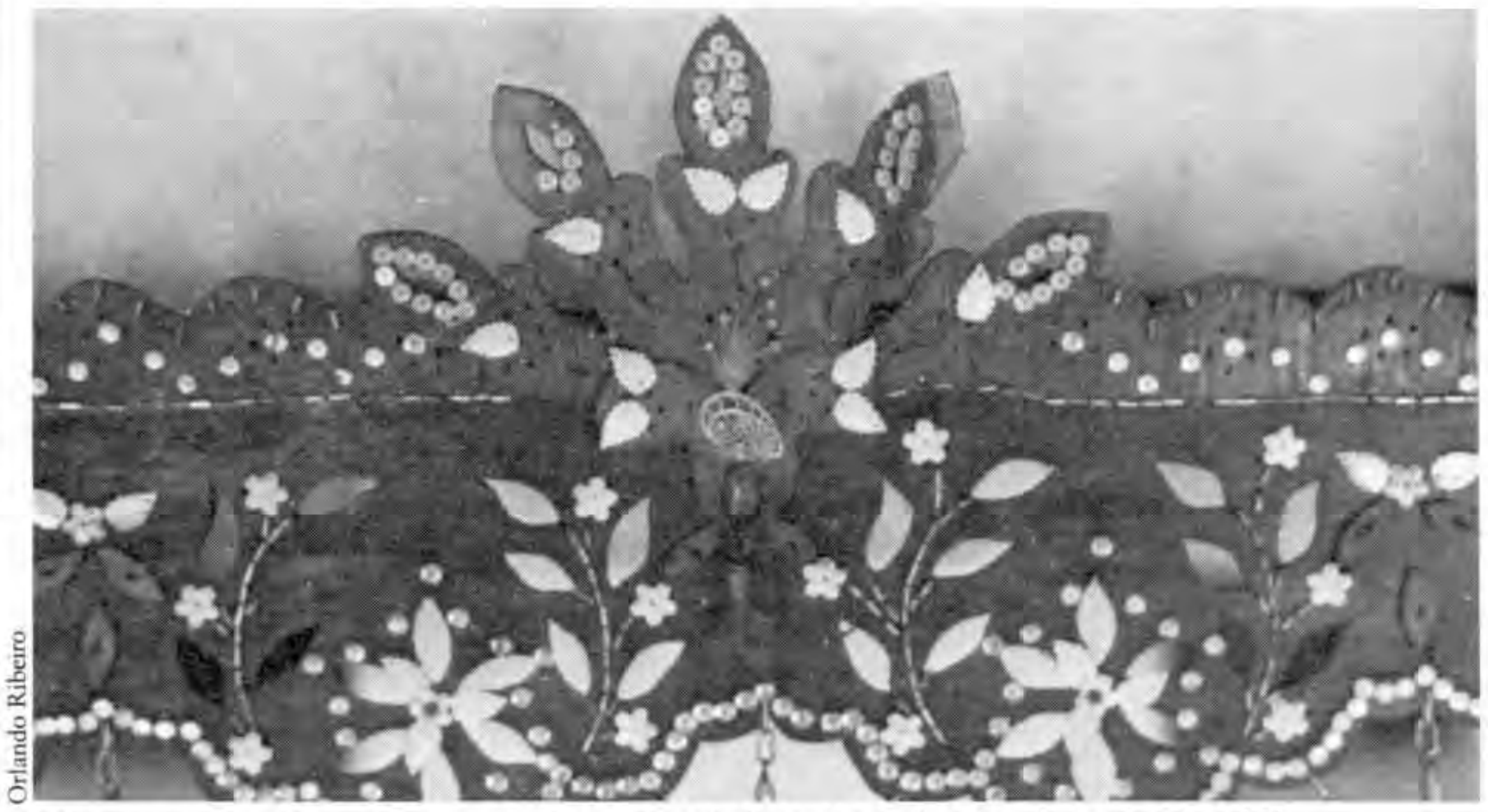
"... Quando fizeram o conserto da casa, tiraram a antiga (coroa) e jogaram detrás da Casa de Egum. Eu cheguei um dia, de tardinha, e não tinha mais aquilo, tiraram as colunas, tiraram tudo... Eu entrei – o salão estava aberto –, eu cheguei, disse assim: – Mas, meu Deus, como é que fica uma casa dessa nessas condições?... A coroa significa um guarda-chuva pra gente! Como é que fica assim?..."

Conforme seu relato emocionado, D. Julieta, que passava por um momento difícil de sua vida familiar, é então impelida a aceitar a encomenda divina que o próprio Xangô lhe faz, numa revelação inesperada:

"...Aí, não vou dizer que ouvi voz, não. Eu ouvi aquela intuição, disse assim: – Você não trabalha tanto pros outros?! (Eu estou sozinha, não tinha ninguém). Eu disse assim – Mas eu?! Mas eu ainda estou pequena!...Aí, aquilo disse no meu pensamento: – Do jeito que você fizer eu aceito. Diante a situação que eu estava... estava desatinada... não tinha sossego, eu aí disse: – Olhe, eu vou tomar um compromisso que eu ainda não estou em condições de tomar... Eu vou fazer (a coroa), mas eu espero uma boa recompensa."

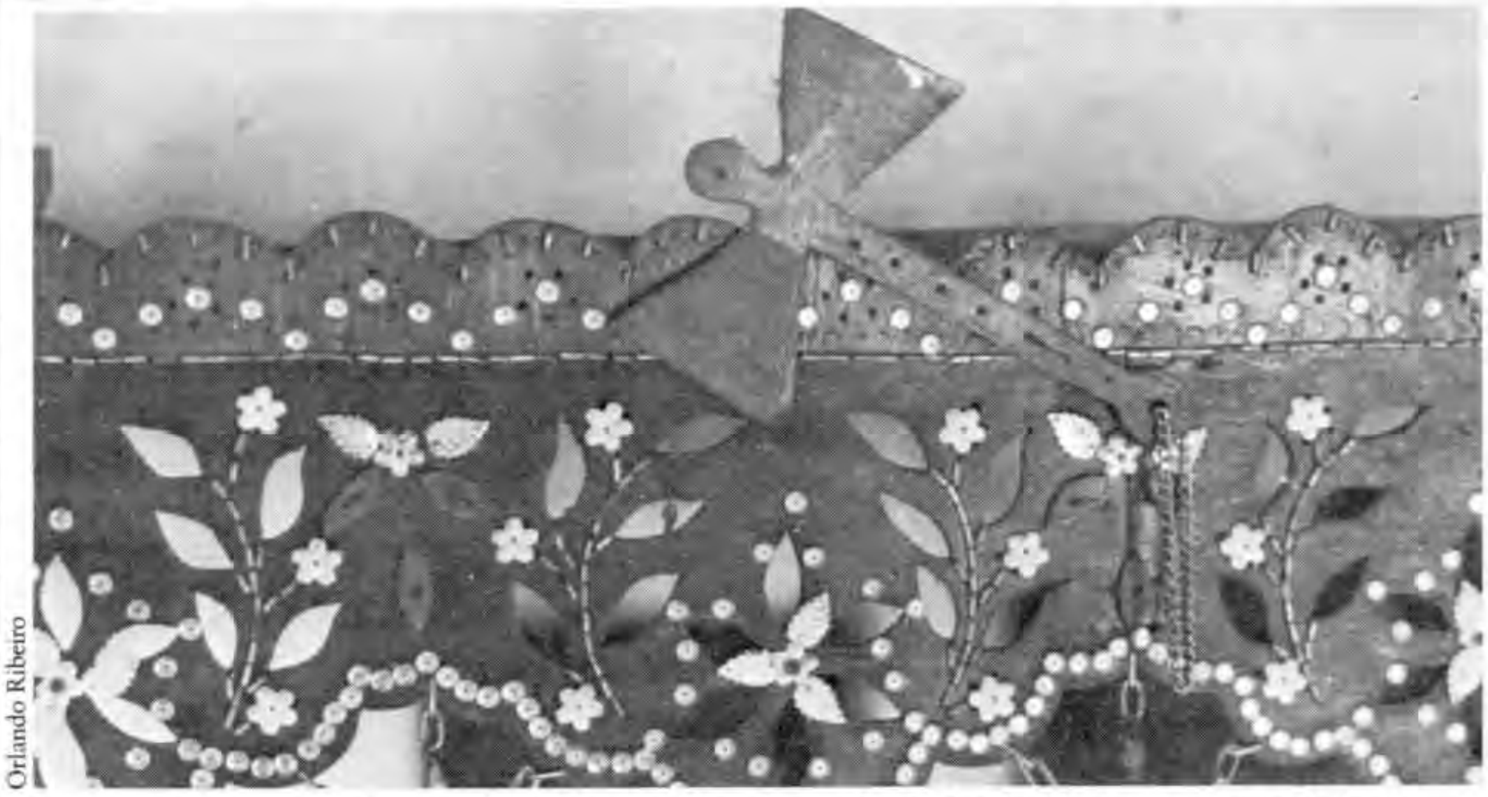
A partir deste dia, e durante três anos consecutivos, D. Julieta dedica-se inteiramente à execução da coroa, decidida a cumprir sua promessa feita a Xangô, que, segundo conta, a orientou na concepção do trabalho "... fiquei recebendo a intuição de como havia de fazer". No entanto, a artista não se restringe apenas à confecção da coroa. Dá um novo tratamento a todo o conjunto formado pelo Poste Central-Coroa de Xangô, valorizando sua importância no salão de festas.

Devido ao elevado preço do cobre, ela resolve executar a nova coroa em madeira, utilizando tábuas de pinho e placas de compensado. Apesar de trabalhar com um material novo e estranho às suas atividades, D. Julieta reproduz na madeira os motivos e padrões ornamentais comuns ao seu repertório de bordadeira. O principal motivo de



Orlando Ribeiro

Florões e ramagens, um dos padrões característicos dos trajes rituais do Candomblé.



Orlando Ribeiro

Detalhe do lambrequim: o oxê, insígnia de Xangô, machado duplo diretamente associado com raio.

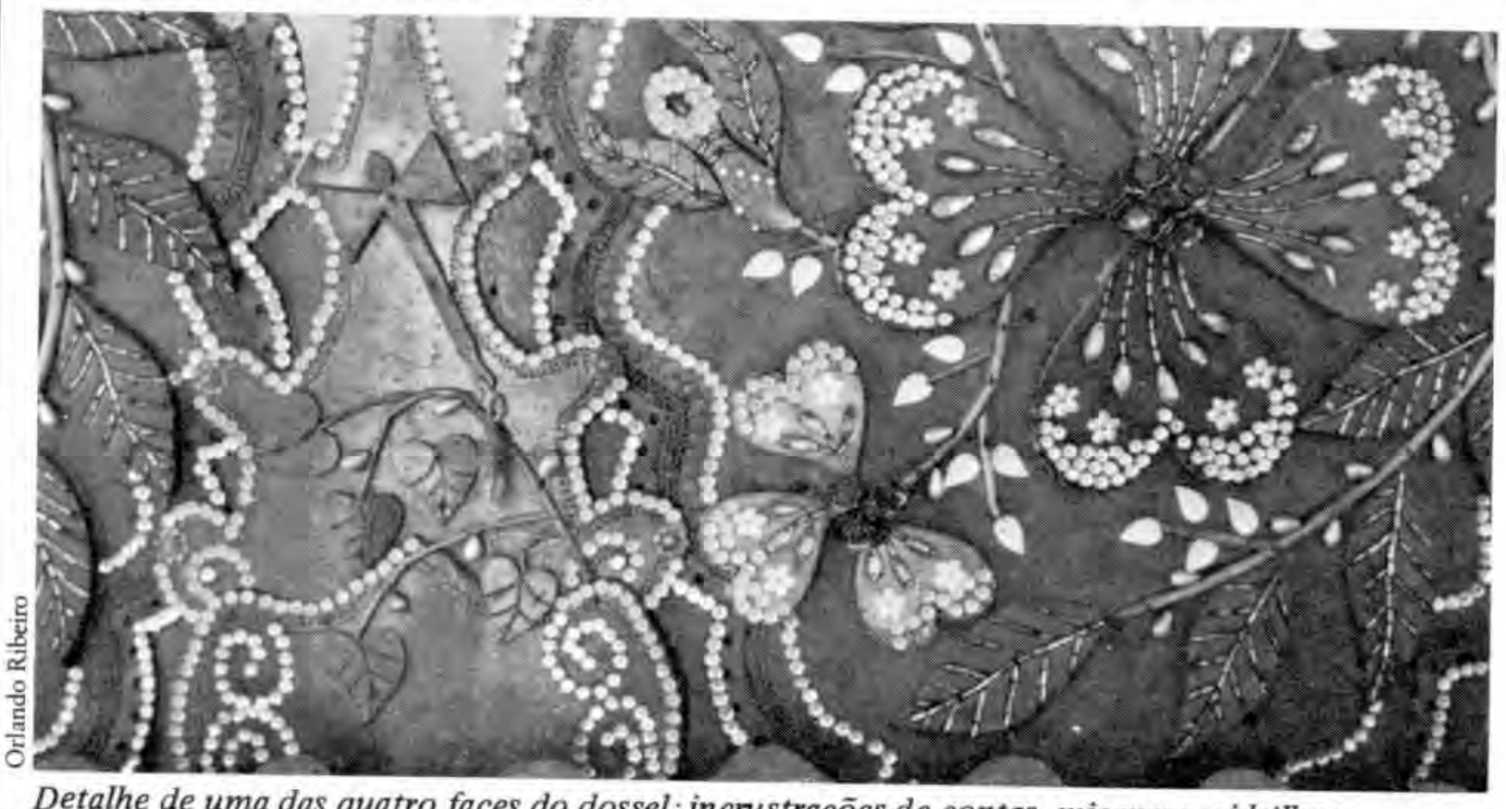
composição da coroa é o de florões e ramagens, característico das rendas e bordados dos trajes rituais do Candomblé. Além deste, utiliza representações estilizadas de objetos rituais consagrados a Xangô, como várias versões da insígnia principal do orixá, o oxê (machado duplo diretamente associado com o raio), o machado simples, o xerê (instrumento musical em forma de chocalho) e outros motivos relacionados com temas místico-rituais: peixes, flechas, etc. Utilizando padrões ornamentais semelhantes, faz delicados lambrequins de madeira com os quais reveste as quatro faces do dossel sustentado pelas quatro antigas colunas que envolvem o Poste Central, compondo assim uma estrutura de baldaquino onde é instalada a nova coroa. Com um aro de madeira recortada contornando toda a base, com cerca de 1,75m de diâmetro, a coroa se compõe de 12 florões – que a artista chama de almofadas – intercalados por 12 outros elementos alongados em forma de lança. Além disso, constrói quatro ornamentos contendo insígnias de Xangô, que dispõe aos pares nas faces norte e sul do topo do Poste Central, formando, juntamente com os chifres votivos presos às faces leste e oeste, o arranjo superior do conjunto no interior do barracão.

D. Julieta, até então uma simples costureira-bordadeira de trajes e adereços rituais, revela grande criatividade e habilidade, improvisando ferramentas com as quais trabalha a madeira, fazendo recortes, entalhes e incrustações, numa composição rebuscada, cujo resultado final assemelha-se a uma obra de baixo-relevo. Uma vez definidos os padrões ornamentais apropriados, ela faz em papelão os moldes para cada peça do conjunto, discriminando o tratamento que dará aos elementos da composição. Inicia o trabalho recortando nas placas de compensado as peças desejadas, con-



Orlando Ribeiro

Na composição da Coroa, que obedece ao modelo da dos infantes de Portugal e Espanha, tudo é em número de 12, a conta de Xangô.



Orlando Ribeiro

Detalhe de uma das quatro faces do dossel: incrustrações de contas, miçangas, vidrilhos, lantejoulas, pingentes, bijuterias e pequenas hastes de vime.

forme o molde utilizado. A seguir, em cada peça já recortada, executa os elementos vazados e gravados – usando ponta de ferro quente para o pontilhado e instrumentos cortantes para os sulcos e ranhuras. Sobre a superfície da peça assim trabalhada aplica então uma camada de verniz. O mesmo procedimento é utilizado na confecção dos elementos separados, as pétalas, folhas, insígnias, feitos em madeira recortada, que depois são aplicados sobre a peça principal. Feito isso, a peça recebe o tratamento final, com incrustações de contas, miçangas, vidrilhos, lantejoulas, pingentes, algum tipo de bijuteria e até mesmo pequenas hastes de vime.

Segundo D. Julieta, na composição da coroa "tudo é formado de 12, que é a conta de Xangô". De acordo com a mítica Iorubá – e em particular com o sistema divinatório de Ifá – o quatro é o número mágico do orixá Xangô. Numa análise mais detalhada, constata-se a recorrência ao número quatro ou múltiplo deste na composição da coroa: como já foi dito, a coroa é composta de doze florões, intercalados por doze motivos em forma de lança; em cada um dos florões, a figura dominante é um grande trevo de quatro folhas e também em número de quatro são os arranjos superiores do Poste Central, em forma de oxê, dispostos de tal forma que parecem duplicados nas duas folhas onde se apóiam. Por outro lado, as quatro colunas de madeira que envolvem o poste e suportam a coroa são, segundo a observação de Roger Bastide, os signos dos quatro pontos cardeais[6]. Ainda que a localização das colunas não obedeça precisamente à orientação dos pontos cardeais, o que importa é o seu valor simbólico, e os quatro pontos lá se encontram representados.

Embora tematize uma representação claramente africana e faça apelo em sua composição a motivos religiosos os tradicionais associados com a divindade Xangô (oxê, xerê, etc), a obra de D. Julieta tem outras fontes de inspiração nitidamente brasileiras que, aliás, prevalecem no seu arranjo final, revelando, inclusive, traços de uma exuberância barroca. A própria coroa obedece a um modelo similar aos das coroas dos infantes de Portugal e Espanha, em que dois motivos básicos (florões e pérolas) se alternam. Esse tipo de coroa é também muito encontrado nas estampas e litografias populares de santos católicos. Há até mesmo elementos inspirados nas armas do Império, como os ramos de café que circundam a figura central dos florões na coroa de Xangô.

É fácil ver, portanto, que os cânones de estilização e os padrões de contenção geométrica dominantes nas peças de Arte Sacra Iorubá dão lugar, neste caso, a uma concepção mais livre e derramada, popular, brasileira. Para traduzir uma concepção nagô, a da majestade divina de Xangô, a artista se valeu de elementos diversos, reinterpretados e arranjados de tal forma que resultam num emblema imponente e representativo da fidelidade do povo do Terreiro da Casa Branca ao culto herdado dos ancestrais africanos que o estabeleceram no Brasil, há quase dois séculos.

NOTAS

(1) O projeto Mapeamento dos Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia/Mamnba – desenvolvido em colaboração com a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Salvador, que faz parte do programa Etnias e Sociedade Nacional da Fundação Nacional Pró-Memória, coordenado por Olympio Serra – e o projeto Arte Sacra Negra – englobado pelo programa Acervos de Sistemas Culturais também da F.N.P.M., coordenado por Clara de Andrade Alvim – tornaram possível a realização deste trabalho. O projeto Mamnba vem desenvolvendo esforços no sentido de realizar levantamentos, inventários, documentações, sistematização de dados e interpretações que fundamentem uma política de defesa do patrimônio em causa e a sua devida valorização. O projeto Arte Sacra Negra busca a apreensão e o reconhecimento dos valores e dos significados atribuídos aos bens móveis integrados aos rituais e ao culto afro-brasileiros, propondo-se, no momento, como uma complementação necessária aos estudos já realizados pelo projeto Mamnba sobre o terreiro mais antigo da Bahia e do Brasil, recentemente tombado pela SPHAN, e sobre a história da comunidade que o fun-



Orlando Ribeiro

A Coroa, com 1,75m de diâmetro, é composta de doze florões tendo como figura dominante um grande trevo de quatro folhas.

dou e o mantém. Os projetos referidos visam, também, contribuir para orientar a proteção e eventual restauração desses bens, em função dos valores e significados apreendidos através das pesquisas e documentações realizadas.

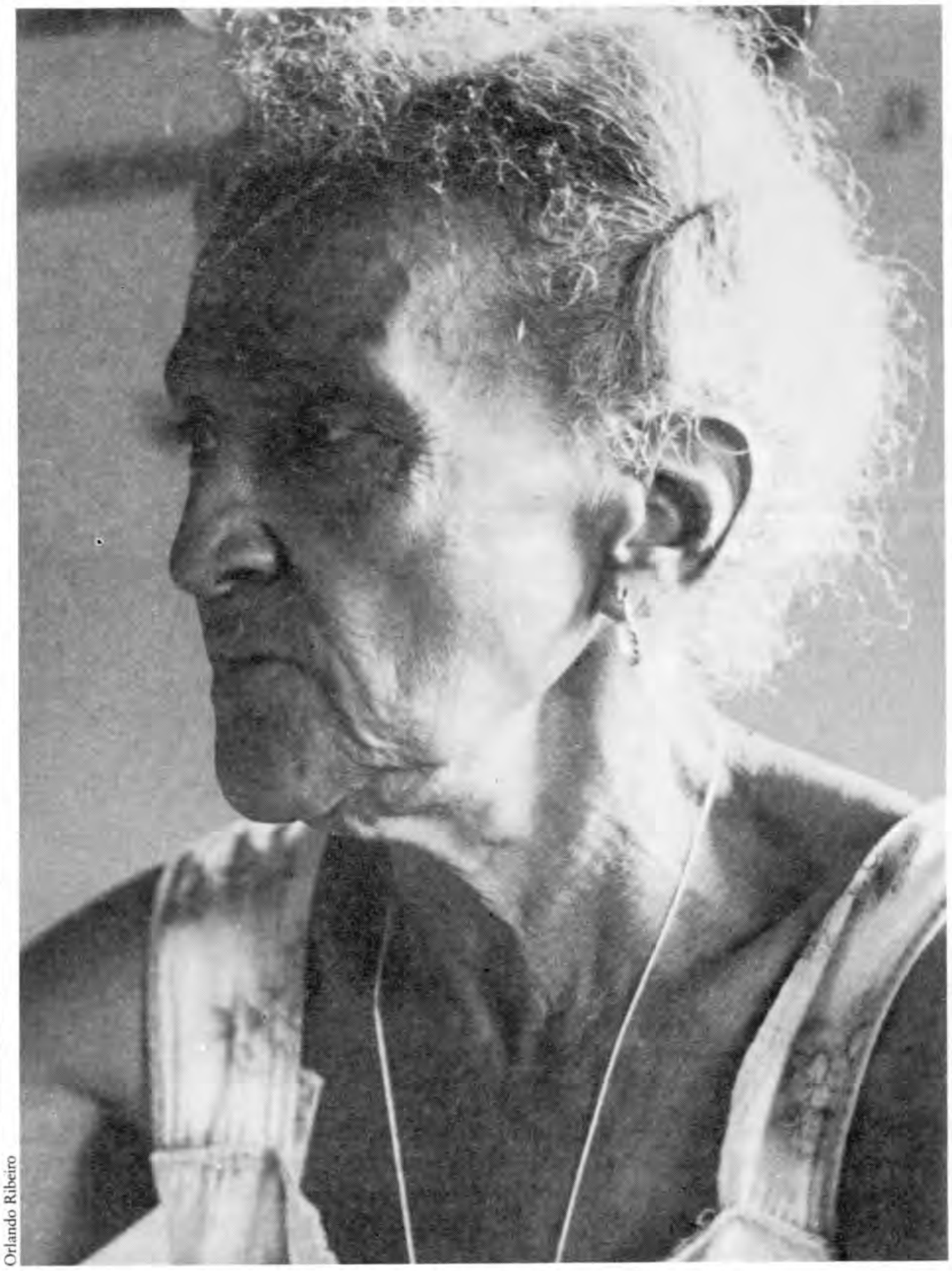
(2) BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros.* São Paulo, Editora Perspectiva, 1977. p. 328.

(3) Em artigos sobre a arquitetura tradicional de povos da África Ocidental, Labelle Prussin observa a semelhança formal e simbólica dos vários tipos de Poste Central encontrados nesta região, com as denominações locais de "do ba" entre os Fulbe, "lo" entre os Manding, "nyame dua" entre os Ashante e "gansami" entre os Hausa, por exemplo. Cf. PRUSSIN, Labelle. "Fulani-Hausa Architecture" *In* AFRICAN ARTS, October, 1976. vol, X, nº 1, African Studies Center – UCLA, USA e "Traditional Ashante Architecture" *In* AFRICAN ARTS, February, 1980, vol. XIII, nº 2, African Studies Center – UCLA, USA.

(4) Quando foi fundado, o Terreiro da Casa Branca se localizava por trás da Igreja da Barroquinha, no centro de Salvador. Na primeira metade do século passado, foi transferido para o Engenho Velho da Federação, onde até hoje se encontra. O Axé enterrado sob o Poste Central é o mesmo plantado por suas fundadoras africanas lá na Barroquinha. Cf. CARNEIRO, Édison. *Candomblés da Bahia.* Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1967. pp. 64-65.

(5) Cf. BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito nagô.* 2ª ed. São Paulo, Editora Nacional/INL, 1978. p. 54. e COSTA LIMA, Vivaldo da. *A Família de Santo nos Candomblés Jêjê-nagôs da Bahia: um estudo de relações intergrupais.* Salvador, 1977. (Tese de Mestrado), p. 24.

(6) Cf. BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia.* p. 84.



Orlando Ribeiro

Dona Julieta Alves de Oliveira, *Julieta de Oxum*, que durante três anos dedicou-se a execção da Coroa.

Julieta Alves de Oliveira nasceu em Salvador, Bahia, a 13 de julho de 1915, filha de uma família de sertanejos que se estabeleceram na cidade no início deste século. Sua mãe Isabel, vendedora de doces e cocadas, foi iniciada no Terreiro da Casa Branca pela Iyalorixá Maximiana Maria da Conceição, a famosa Tia Massi *do Engenho Velho. Anos mais tarde a mesma* Tia Massi *faz a iniciação de Julieta de Oxum. Seu pai, Valeriano, funcionário do comércio bancário, era espírita e não tinha ligação com o Terreiro. Ainda jovem, D. Julieta dedica-se à profissão de costureira-bordadeira, especializando-se na confecção de trajes e adereços rituais para várias filhas-de-santo dos terreiros da vizinhança. Pouco antes de confeccionar a coroa de Xangô, realiza outras peças em madeira, em estilo parecido. Estas peças, sanefas colocadas acima das portas e janelas, no interior do salão, são consagradas a Oxóssi, o padroeiro da Roça, e se harmonizam perfeitamente com o conjunto do Poste Central. Pessoa sensível e criativa, D. Julieta confessa nunca ter aprendido nada com ninguém: ". . . eu arranjo ler um pouquinho, escrevo o meu nome, conheço alguma coisa. Mas não aprendi com ninguém, não tive professor pra nada... Se a pessoa tiver idéia, faz."*

Em detalhe, um dos motivos em forma de lança que intercalam os florões.

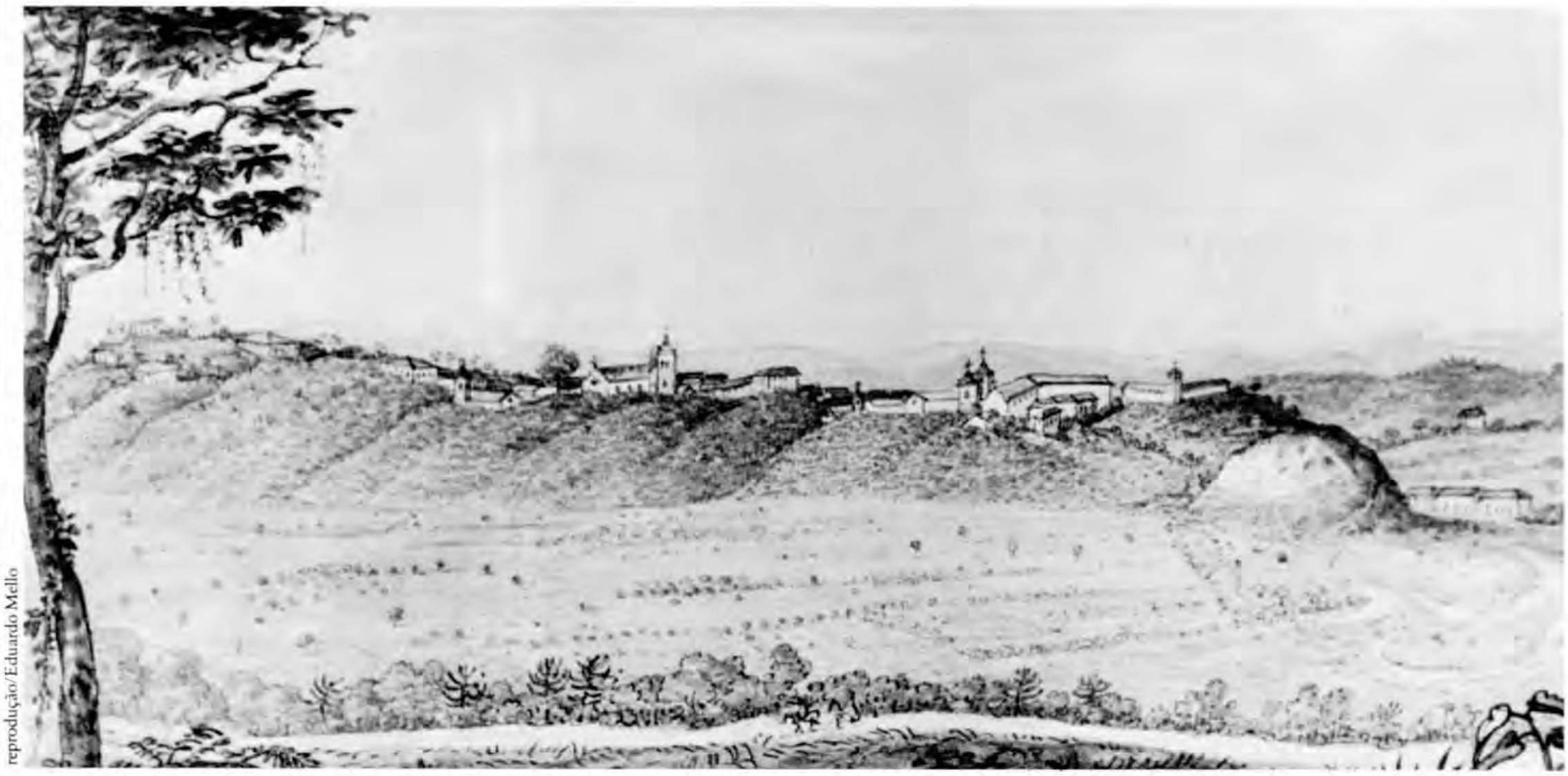


Orlando Ribeiro

ICONOGRAFIA PAULISTA:

a cidade de São Paulo antes da fotografia

*JOÃO MOREIRA GARCEZ FILHO**



reprodução/Eduardo Mello

Vista Geral da Cidade de São Paulo

Em outubro de 1887, o fotógrafo brasileiro, natural do Rio de Janeiro, Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) lançava à venda o seu *Álbum comparativo da cidade de São Paulo* (1862-1887), composto por 60 reproduções fotográficas de vistas, por ele tomadas, da cidade de São Paulo, sendo 22 delas obtidas em 1862[1].

Militão começou a trabalhar em São Paulo em 1860. Há fotografias da cidade, desse ano, de sua autoria. Datam, pois, de 1860/1862 os primeiros documentos da iconografia paulistana obtidos através da fotografia. Mas, e antes da fotografia como era São Paulo? Quais os artistas que a retrataram e como e quando o fizeram? Sobre o assunto, sem dúvida de grande interesse para a história da cidade, há inúmeras referências em livros, artigos, entrevistas, etc.

De um modo geral, os vários estudiosos que ao longo do tempo têm tratado do tema são concordes em assinalar a relativa pobreza da iconografia da capital paulista, mormente se comparada com outras cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Recife, por exemplo, ambas abundantemente ilustradas por numerosíssimos artistas, desde a época quinhentista. Coincidem as razões que têm sido formuladas pelos estudiosos para explicar essa disparidade.

Assim, em *Iconografia Paulista*, trabalho publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, dizia João Fernando (Ian) de Almeida Prado: "Em matéria de iconografia, São Paulo não teve a ventura das cidades do litoral, visitadas por estrangeiros, oficiais de marinha que tinham fraco por desenho, ou pintores adidos às expedições que se dirigiam ao extremo oriente... São Paulo, isolado pela serra, sem acesso fácil nem riquezas que atraíssem forasteiros, mal podia ser vislumbrado por algum reinol em exercício de funções administrativas ou militares"[2].

Por sua vez, Belmonte, em seu festejado *No tempo dos Bandeirantes*, lamentava: "Todos sabemos o quanto é pobre a iconografia paulista. Se essa pobreza é lamentável no que se refere ao século XVIII, época de que vieram até nós alguns documentos..., a iconografia seiscentista de São Paulo é de um paupérri-

(*) João Moreira Garcez Filho, engenheiro, foi professor da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie. A catalogação que integra este estudo apresenta, na ordem cronológica, os desenhos, gravuras e aquarelas conhecidos e reproduzidos da iconografia antiga da cidade de São Paulo até o advento da documentação fotográfica.



reprodução/Eduardo Mello

Ponte de Santa Efigência, em São Paulo.

mo acabrunhante, pois não conseguiu sair do âmbito restrito da cartografia e de uma ou outra gravura de pouco interesse para a reconstituição dos costumes da incipiente vila do planalto"[3]. Já o erudito historiador A. E. Taunay exclamava: "Como é pobre a nossa iconografia antiga!"[4]. É do bibliófilo Rubens Borba de Moraes a percuciente análise: "... Os paulistas viviam isolados. Empoleirados no alto da serra, não tinham relações com o estrangeiro que vinha pelo oceano... Dois fatores principais... influíram para afastar os estrangeiros de São Paulo: a proibição de se penetrar no *hinterland* e a falta de atrativos de um meio pobre... E assim São Paulo chegou à segunda década do século XIX quase desconhecido dos estrangeiros"[5].

Agora, há pouco tempo, vem de observar o competente arquiteto e professor Benedito Lima de Toledo: "A iconografia paulista colonial é paupérrima, para tanto contribuindo decididamente o seu afastamento do litoral"[6].

Se é verdade pois, até justificadamente, ser quase inexistente a documentação figurada, representativa do burgo fundado por Nóbrega e Anchieta, desde os seus primórdios até a segunda década do século XIX, cumpre assinalar porém que a divulgação, ainda recente, de desenhos e aquarelas de dois ilustres viajantes, os quais estiveram em São Paulo, coincidentemente no mesmo ano de 1827, veio mostrar não ser assim tão pobre a iconografia paulistana, tal como se supunha ainda nos anos sessenta.

O primeiro deles é o célebre pintor francês Jean Baptiste Debret (1768-1848), integrante da missão artística que, chefiada por Lebreton, foi trazida ao Brasil sob os auspícios de D. João VI, em 1816. O segundo, citado na ordem da revelação de seus trabalhos em São Paulo, o botânico inglês William John Burchell (1781-1863), membro da missão de Sir Charles Stuart, que aqui veio negociar o reconhecimento da nossa independência.

Como é sabido, na estupenda e famosa obra de Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (3 vols., Paris, Firmin Didot Frères, 1834/1839) nenhuma das litografias de Thierry Frères, tiradas dos originais de Debret, diz respeito especificamente a São Paulo, exceção feita à prancha 21 do 1º volume, "Sauvages civilisés, soldats indiens de Mugi das Cruzes (sic). Province de St. Paul".

Só em 1939, com a aquisição por Raymundo Otoni de Castro Maya, de um lote de aquarelas originais de Debret, grande parte das quais não houvera sido aproveitada para a *Voyage Pittoresque*, passou-se a ter alguma informação da estada, de fato, do antigo pintor bonapartista, na região sul do nosso país. Castro Maya reuniu 100 aquarelas, até



reprodução/Eduardo Mello

Entrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro e convento dos Carmelitas.

então inéditas, em um belo álbum que, de certa forma, é considerado como o 4º volume da obra de Debret, editado em 1954/55[7].

Quando da publicação do bem cuidado volume de Castro Maya, permanecia ainda ignorada outra parte do material legado por Debret. Esse material, entretanto, já desde 1925 estava em mãos brasileiras, comprado que fora, naquele ano, pelo escritor Antonio de Almeida Correa, do livreiro Nourry, em Paris.

Constituía-se de 40 aquarelas, com vistas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, tomadas por Debret quando de sua certamente penosa viagem ao sul do Brasil, no período de 1827/1829. Após a morte do seu possuidor, o caderno contendo essas aquarelas passou, por herança, aos hoje marqueses de Bonneval. Só em 1970 foram publicadas[8].

No início de 1984 as 40 aquarelas da coleção Bonneval estiveram expostas, e pela primeira vez, ao lado de alguns dos originais de Castro Maya, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo[9]. Dentre esses 40 trabalhos há cinco que são da cidade de São Paulo, todos datados de 1827.

Quanto ao naturalista Burchell, esteve no Brasil entre 1825 e 1829, sendo autor de uma extensa documentação iconográfica das regiões por onde andou: Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e, descendo o Tocantins, Belém do Pará.

Não obstante a precisão e a qualidade artística dos seus desenhos, o seu nome é, até hoje, pouco conhecido e foi por nós completamente ignorado cerca de 150 anos. Um total de 260 desenhos de Burchell, produzidos durante sua viagem pelo Brasil, encontra-se na Public Library do African Museum, de Johannesburgo, África do Sul.

O levantamento e a divulgação da obra de Burchell são devidos ao operoso e culto iconógrafo Gilberto Ferrez, o qual organizou, publicando em 1981, um precioso livro, que se constitui, sem dúvida, num trabalho definitivo[10].

Pelo livro de Ferrez ficamos conhecendo nada menos do que nove desenhos de William John Burchell realizados na cidade de São Paulo, no período de abril a junho de 1827[11].

Temos assim "descobertos", e publicados, só a partir de 1970, 14 importantes documentos da iconografia paulistana, anteriores ao advento da fotografia, a se somarem ao pouco de que se dispunha a respeito. Existem, porém, outros registros da cidade, há não muito tempo trazidos à luz.

É o caso dos 13 desenhos e aquarelas paulistanos executados em 1818 pelo pintor austríaco Thomas Ender (1793-1875), membro da expedição científica cujos nomes exponenciais foram os do zoólogo Johann Baptiste Spix e o do botânico Karl Friedrich Philip von Martius.

A obra de Ender, sem dúvida das mais importantes da iconografia brasileira, permaneceu igualmente desconhecida até meados deste século e ainda hoje se acredita que não tenha sido divulgada na sua totalidade.

Data de 1955 a primeira publicação, no Brasil, e ainda assim parcial, dos seus desenhos. Devemo-la ao historiador J. F. de Almeida Prado[12]. Posteriormente, em 1957 e em 1976, o sempre laborioso e dedicado mestre Gilberto Ferrez trouxe valiosas contribuições para a divulgação dos trabalhos realizados no Brasil pelo então jovem pintor protegido de Metternich[13, 14].

Por outro lado, na mesma missão Stuart, da qual fez parte o botânico e hábil desenhista Burchell, figurava o pintor inglês Charles Landseer (1799-1874). Ele esteve em São Paulo em 1826, tendo se preocupado em retratar a cidade, da qual deixou excelentes desenhos a lápis.

Os desenhos de Charles Landseer, realizados no Brasil, foram encontrados no Natal de 1924, no castelo de Highcliffe, a senhorial e antiga residência do embaixador Charles Stuart, na Inglaterra, por Alberto Rangel em circunstâncias que ele narrou em trabalho primeiramente publicado em 1942[15].

O *sketchbook* de Landseer, por Alberto Rangel denominado de "álbum do Highcliffe", constituído por 345 de-

senhos, pertence hoje à coleção de Candido Guinle de Paula Machado. Primoroso livro-álbum, com a reprodução fac-similar de 145 desses desenhos, foi editado em 1972[16].

Bastante conhecidas, porque inúmeras vezes reproduzidas, são as duas excelentes aquarelas *Várzea do Carmo* e *Panorama da cidade de São Paulo vista da várzea do Carmo*, de autoria do pintor francês Arnaud Julien Pallière (1784-1862)[17] antes pertencentes a Ian de Almeida Prado e agora em outras mãos.

A. J. Pallière, chegado ao Brasil em 1817, foi pintor, desenhista, gravador e professor. A ele é creditada a introdução da litografia no Brasil. Em artigo no qual se ocupa do ambiente do Rio de Janeiro, à época da Missão Francesa de 1816, informa o saudoso Francisco Marques dos Santos que "por incumbência de Dom João VI, levantou Pallière planos e pintou vistas das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, interrompendo as aulas de sua academia, as quais reabriu em 1822..."[18].

De fato, Pallière confirma ter estado em São Paulo em 1821, conforme consta de seu diário de viagem, manuscrito, que hoje faz parte do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Tudo leva a crer que Arnaud Julien Pallière executou aquelas duas aquarelas nessa ocasião[19].

Curiosamente, ao menos a vista de uma dessas aquarelas, a *Várzea do Carmo*, aparece claramente identificável ao fundo de uma miniatura, com retrato de D. Pedro I, pintada por Simplício Rodrigues de Sá. Esta miniatura está no Museu Imperial, de Petrópolis, e provém da coleção Guilherme Guinle. Foi pintada em 1822.

Stanislaw Herstal, em seu monumental *Dom Pedro – Estudo Iconográfico*, a reproduz, ali indicando outras publicações em que a miniatura em apreço encontra-se igualmente reproduzida[20]. Observa ainda o cuidadoso pesquisador que, em *O Patriarca da Independência*, a estampa vem acompanhada de uma nota em que está dito ser a cena que aparece ao fundo do retrato de D. Pedro I, "São Paulo da época, em aquarela de Ender"[21].

A atribuição da pintura da *Várzea do Carmo* a Thomas Ender, só que desta vez alternativamente com A. J. Pallière, é feita também na legenda que acompanha a reprodução inserida na 2ª edição do livro *O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas*, de Aureliano Leite[22].

Ernani Silva Bruno, em sua indispensável *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, inclui desenho da coleção de Ian de Almeida Prado, dado como de autoria do Tenente Chamberlain (1796-1844). Esse desenho seria uma "vista das proximidades de São Paulo" e, segundo Afonso de E. Taunay, citado por Silva Bruno, "representa a várzea da Lapa, sendo o morro do Jaraguá a elevação que se vê no fundo"[23]

O Tenente Chamberlain era filho do cônsul britânico no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain e dele se conhece o magnífico e raro álbum de vistas e costumes do Rio de Janeiro, publicado em 1822, e que foi objeto de uma boa edição facsimilar da Livraria Kosmos Editora, impressa na Holanda, em 1974[24].

A região de Jaraguá, atualmente parte integrante do município de São Paulo, aparece também numa bela gravura publicada na obra de John Mawe, *Travels in the interior of Brazil* (London, Longman, 1812), sob o título (traduzido) de *Vista da lavagem do ouro em Jaraguá, perto de São Paulo.*

Essa gravura, tirada de um esboço do próprio mineralogista inglês John Mawe (1764-1829), que foi cronologicamente o primeiro viajante-repórter do Brasil no século XIX, é, segundo A. E. Taunay, o primeiro documento iconográfico (publicado) do interior (hoje da capital) de São Paulo.

Tal assertiva é verdadeira, não consideradas as primitivas representações cartográficas do litoral paulista (São Vicente, Santos, Bertioga, São Sebastião), encontradas desde as xilogravuras do célebre livro de Hans Staden, *Warhaftige Historia*, cuja 1ª edição é de 1557; Taunay referiu-se ao *interior* apenas.

Igualmente em livros ocorrem outras imagens de nossa capital, estas já dos meados do século XIX, em épocas muito próximas ao advento da atividade fotográfica.

Referimo-nos ao livro dos religiosos norte-americanos James Cooley Fletcher (1823-1901) e Daniel Parish Kidder (1815-1891), *Brazil and Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches* (Philadelphia, Childs & Peterson, 1857) e ao diplomata e sábio suíço, Barão Johann Jakob von Tschudi (1818-1889), *Reisen Durch Sudamerika* (Leipzig, F. A. Brockaus, 5 vols., 1866/1869).

O reverendo Fletcher esteve em São Paulo em 1855[25], onde conheceu o seu patrício, o cartógrafo John Henri Elliot e a esposa deste, ambos dotados de habilidades que lhes permitiam a prática do desenho.

Na obra que Fletcher escreveu, com Daniel Kidder, foi incluída uma vista da cidade de São Paulo, segundo ele feita por Richards, provavelmente William Trost Richards (1833-1905), com base em um esboço de Mrs. Elliot "de São Paulo". Apreciando essa estampa, Newton Carneiro, o douto iconógrafo paranaense, observa que "a senhora Elliot tinha mais conhecimentos artísticos que o marido, conforme se pode concluir pela paisagem de São Paulo, de sua autoria, e que o Pastor americano inseriu em sua obra"[26].

Nesse mesmo livro existe uma outra ilustração (é mais uma vinheta inserida no texto), *Yankee doodle on the plains of Ypiranga*, que não pode ser considerada iconográfica; de São Paulo só tem a menção ao Ipiranga no título.

Quanto a Tschudi, que esteve em São Paulo em 1860, há algumas xilogravuras com motivos paulistanos no 3º volume de sua obra acima citada.

Segundo Benedito Lima de Toledo, citado por Fernando Cerqueira Lemos, Afonso Taunay atribui ao próprio Tschudi os desenhos das ilustrações que aparecem em seu livro[27].

Em algumas oportunidades Ian de Almeida Prado tem citado dois outros pintores como ligados à iconografia de São Paulo. São eles o inglês Brighton (?) e o alemão Edward Hildebrandt (1818-1869).

Do primeiro seria um desenho da antiga "ponte de Lorena", sobre o Anhangabaú, e o segundo é dado como autor de um panorama da cidade.

Nenhum desses trabalhos aparece reproduzido.

Até aqui temos falado exclusivamente de artistas, de profissão ou amadores, todos estrangeiros.

Poderá parecer estranho que, dentre estes, não apareça o nome do insigne desenhista francês Hercules Florence (1804-1879) – integrante da expedição do cônsul Langsdorff – o qual tendo chegado ao Brasil em 1824, aqui se radicou, constituiu família e veio a falecer em Campinas em 1879. É ele o autor do

célebre relato *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, escrito em francês e traduzido posteriormente pelo Visconde de Taunay[28]. Pelo muito que produziu nesse campo, Afonso de E. Taunay a ele propôs, com justiça, o título de "patriarca da iconografia paulista".

Não obstante a vastidão da documentação iconográfica deixada por Florence, sobretudo de cidades do interior do nosso Estado, nada se conhece publicado no que se refere à capital.

Dele, Ernani Silva Bruno reproduz dois desenhos de "casa rústica nas vizinhanças de São Paulo, em 1826"[29] e sabe-se da existência de ao menos uma aquarela que pode ser considerada paulistana: *Vista do Jaraguá*.

Como a "casa rústica" não está inserida numa vista, sendo só ela o tema dos desenhos, e como a *Vista do Jaraguá* não nos consta ter sido editada, não consideramos esses trabalhos de Hercules Florence nesta catalogação da iconografia da cidade de São Paulo.

Acreditamos na existência de outros registros de nossa capital, de autoria do ilustre artista, ainda por serem divulgados.

Existe, entretanto, um brasileiro e paulista, que destacadamente colaborou para a documentação de imagens da São Paulo do século XIX. É ele o modesto mas talentoso e multifacetário pintor ituano Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra, o *Miguelzinho Dutra* (1810-1875).

Esse artista autodidata foi incansável no retratar a paisagem paulista, principalmente a do interior e particularmente a de sua terra natal, Itu. Da cidade de São Paulo deixou várias aquarelas, a maioria datada de 1847.

Sobre a personalidade e a obra variada de Miguelzinho, temos a certeza de que há ainda muito para ser estudado e divulgado. Como lembra Jonas Soares de Souza, foi ele, a um só tempo, pintor, arquiteto, entalhador, músico, ourives, imaginário e naturalista[30]. Afonso Taunay o colocou entre os precursores das artes plásticas em São Paulo e o considerou como o criador da "pintura de cavalete" no Brasil.

Uma parte da produção do artista foi reproduzida em um livro editado em 1981, pelo Museu de Arte de São Paulo, a primeira publicação de um certo vulto dedicada, até hoje, a Miguel Dutra[31]. Suas aquarelas de São Paulo encontram-se no Museu Paulista (do Ipiranga).

A Miguel da Assunção Dutra têm sido atribuídos também os desenhos das vistas dos principais edifícios públicos e igrejas de São Paulo, que ornamentam a planta da cidade, a qual, levantada em 1810, pelo capitão de engenheiros Rufino José Felizardo e Costa, foi "copiada em 1841 com todas as alterações", e "gravada e estampada em caza (sic) de M. J. Cardoso", no Rio de Janeiro[32].

O professor Délio Freire dos Santos, estudioso da pintura brasileira e, em particular, da obra de Miguel Dutra, sobre quem tem um trabalho em preparação já há longo tempo, assegurou-nos possuir elementos que lhe permitem contestar tal imputação.

Até que a questão seja esclarecida, optamos por incluir essas vistas em nossa catalogação, dando-as como atribuídas ao pintor ituano.

Toda a iconografia de São Paulo que vimos de considerar foi produzida no século XIX, mais precisamente no período compreendido entre 1807 e 1860. Nada se conhece, publicado, do século XVIII.

Dessa época sabe-se da existência de alguns documentos, como os do Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, os quais pertencem muito mais à cartografia, não podendo ser considerados propriamente como iconográficos[33].

Deixamos propositadamente para o final a referência a um registro, muito mais antigo, e que seria o primeiro documento iconográfico conhecido de São Paulo. Dizemos seria, porquanto a sua veracidade e mesmo a intencionalidade de qualquer representação iconográfica por parte de seu autor são postas em dúvida por analistas autorizados.

Trata-se da imagem de uma edificação que ilustra uma planta-mapa da região de São Paulo, levantada pelo governador do Paraguai, Don Luiz de Céspedes Xeria, em 1628, e conservada no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, Espanha.

La villa de sanpablo en el braçil (sic) aparece nesse desenho do roteiro da viagem de Luiz de Céspedes, do Rio de Janeiro ao Paraguai, identificada por um prédio o qual, no entender de Afonso de Taunay, Ian de Almeida Prado e outros, seria o da Casa da Câmara local, àquela época.

Contra esse entendimento, Belmonte (Benedito Bastos Barreto) alinhou uma série de argumentos, tendo travado com o mestre Taunay, em 1938, uma polêmica interessantíssima a respeito[34].

Por uma questão de tradição, e até mais pela curiosidade do primitivismo do trabalho de Don Luiz de Céspedes Xeria, achamos que a pretensa *Casa da Câmara da Vila de S. Paulo* deve continuar figurando na já pequena iconografia da cidade. Como Belmonte, descartamos completamente qualquer fidelidade dessa representação; mas acreditamos na intenção do governador do Paraguai em retratar o edifício sede da câmara paulistana, em seu mapa roteiro de 1628.

Aliás, a fidelidade iconográfica nos muitos trabalhos deixados por quantos, a seu modo, interpretaram a paisagem, os tipos, os costumes, as igrejas, as casas, etc., no Brasil antigo, é questão que não pode deixar de ser considerada. É sabido que esse atributo, essencial sob o ponto de vista documental, nem sempre foi observado com o rigor desejável.

No caso particular de São Paulo, maiores méritos, documentais e artísticos, são creditados, de maneira geral, às obras de Ender, Pallière, Landseer e Burchell. Quanto a Debret, as suas aquarelas paulistas não têm a mesma qualidade dos trabalhos executados pelo grande artista no Rio de Janeiro. Perdem em técnica, em força e deixam muito a desejar no que toca à fidedignidade.

Ao que tudo indica, Debret no sul do país teria trabalhado com esboços mais ou menos apressados e as aquarelas, feitas em viagem, praticamente de memória, se ressentiriam disso, prejudicando sua qualidade.

Ficamos a nos indagar se não seria essa uma das razões pelas quais o emérito pintor de história da Missão Francesa teria deixado de incluir qualquer uma de suas "vistas" de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul na sua nunca por demais elogiada *Voyage Pittoresque*. Diga-se a propósito que todas essas paisagens do sul são assinadas e datadas pelo artista entre 1827/1829, e por ele localizadas como *au Brésil*, enquanto os demais originais têm datas anteriores e situados no "Rio de Janeiro".

De qualquer forma, a iconografia paulistana de Debret é válida e importante. Benedito Lima de Toledo destaca o mérito de ter sido ele, ao desenhar o Largo do Palácio, o "único artista a registrar o quarto lado da praça"[35].

No que toca a Miguelzinho Dutra, sem que sejam negados os seus mereci-

mentos, há especialistas que lhe fazem restrições, a começar da perspectiva em alguns de seus desenhos.

NOTAS

(1) Esse álbum, hoje raríssimo, foi reeditado pela Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, enriquecido por textos de conceituados estudiosos da nossa iconografia e da fotografia em geral: MILITÃO, Augusto de Azevedo. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1981.
(2) PRADO, J. F. de Almeida. "Iconografia Paulista." In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 32, 1937, págs. 299 a 312.
(3) BELMONTE. *No tempo dos Bandeirantes*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1940, 2ª edição, pág. 270.
(4) TAUNAY, Afonso de E. "Antiqualhas de São Paulo", 3ª parte. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 48 (s/d), págs. 9 a 66.
(5) MORAES, Rubens Borba de. In *Viagem à Província de São Paulo*, de Auguste de Saint-Hilaire. Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes, São Paulo, Livraria Martins, 1940 (Biblioteca Histórica Brasileira, vol. II).
(6) TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo, Livraria Duas Cidades Ltda., 1981, pág. 23.
(7) DEBRET, J. B., *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Aquarelas e desenhos que não foram reproduzidos na edição Firmin Didot-1834. Paris, R. de Castro Maya Editor, 1954.
(8) DEBRET, J. B. *Quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina*. Apresentação de J. F. de Almeida Prado e notas de Newton Carneiro. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1970.
(9) DEBRET, J. B. *Aquarelas*. Catálogo da exposição comemorativa aos 150 anos de lançamento da primeira edição da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 1834-1984. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1984.
(10) FERREZ, Gilberto. *O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829*. Rio de Janeiro, Fundação João Moreira Salles e Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
(11) Idem, ibidem. À pág. 18, Ferrez afirma que o botânico legou-nos 17 desenhos da cidade de São Paulo. Na obra, entretanto, apenas estão reproduzidos nove e portanto só a estes fazemos menção.
(12) PRADO, J. F. de Almeida. *Thomas Ender, pintor austríaco na corte de D. João VI no Rio de Janeiro; um episódio da formação da classe dirigente brasileira*, 1817/1818. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1955.
(13) FERREZ, Gilberto. *O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender*. São Paulo, Melhoramentos, 1957.
(14) FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender*. Rio de Janeiro. Fundação João Moreira Salles, 1976.
(15) RANGEL, Alberto. "O álbum do Highcliffe." In *Revista do Patrimônio*, nº 6, Rio de Janeiro, 1942, págs. 87 a 118. Republicado, junto a outros trabalhos de Alberto Rangel, in *Transanteontem (Episódios e Relatos Históricos)*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943. E no livro-álbum *Landseer*. São Paulo, edição de Cândido de Paula Machado, 1972.
(16) LANDSEER. *Op. cit.*
(17) O nome do pintor aparece freqüentemente grafado como "Armand" em lugar de "Arnaud". Entendemos que esse erro não se justifica, mormente depois que José Antonio Soares de Souza publicou trabalho, amplamente esclarecedor a respeito, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 79, correspondente aos meses de abril a junho de 1968 (Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1969, págs. 33 a 44).



reprodução/Eduardo Mello

Ponte de Santa Efigênia, detalhe

(18) SANTOS, Francisco Marques dos. "O ambiente artístico fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816." In *Revista do Patrimônio*, nº 5. Rio de Janeiro, 1941, págs. 213 a 240.
(19) A propósito das duas aquarelas "paulistanas" de Arnaud Julien Pallière, o autor tem preparado um trabalho, ainda inédito, em que são discutidos vários aspectos, como o da confusão que é feita entre A. J. Pallière e o seu filho, nascido no Brasil, o pintor Jean Leon Pallière (1823-1887) e o das diferentes datas que têm sido atribuídas àquelas pinturas.
(20) HERSTAL, Stanislaw. *Dom Pedro, estudo iconográfico*, 3 vols., São Paulo, Lisboa, 1972. A miniatura está estampada à pág. 193 do 1º vol. da obra.
(21) HERSTAL, Stanislaw. *Op. cit.* 1º vol., pág. 192.
(22) LEITE, Aureliano. *O Cabo Maior dos Paulistas na Guerra com os Emboabas*. São Paulo, s/edit. 2ª edição, 1961. A reprodução da aquarela está inserida entre as págs. 76 e 77 dessa 2ª edição. A 1ª edição não contém a estampa.
(23) SILVA BRUNO, Ernani. *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (3 volumes). Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. Estampa nº 16, à pág. 191 do 1º vol. com a nota à pág. 1.427 do 3º vol.
(24) *Views and Costumes of the City and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil, from drawings taken by Lieutenant Chamberlain, Royal Artillery, during the Years of 1819 and 1820, with descriptive explanations.* London, Howlett and Brimmer, 1822. Edição fac-similar, Livraria Kosmos Editora, Brasil, 1974.
(25) O co-autor da obra, Daniel Parish Kidder, aqui estivera em 1839.
(26) CARNEIRO, Newton. *Iconografia Paranaense* (anterior à fotografia). Curitiba, 1950. Cit. à pág. 19.
(27) LEMOS, Fernando Cerqueira. "A iconografia paulistana". In *Folha de São Paulo*, de 12 de agosto de 1979, 5º caderno, ilustrada, pág. 60.
(28) O diário de Hercules Florence foi publicado pela primeira vez em 1875, no vol. 38-39 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. "A Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas" apareceu em outras edições: São Paulo, Melhoramentos, 1941; São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1977 e São Paulo, MASP, 1977.
(29) SILVA BRUNO, Ernani. *Op. cit.*, vol. 1, estampas 11 e 12.
(30) SOUZA, Jonas Soares de. "Centenário do Falecimento de Miguelzinho Dutra." In *Revista Paulistânia*, nº 80, 1986, págs. 49 e 50.
(31) ____, *Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista. (Itu, 1810–Piracicaba, 1875.)* Apresentado por P. M. Bardi, São Paulo, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981.
(32) Essa cópia, de 1841, da planta de Rufino José Felizardo e Costa, foi exposta pelo Arquivo Militar na grande exposição de História do Brasil, realizada pela Biblioteca Nacional, em 1881, no Rio de Janeiro. É o documento de nº 2.819 do catálogo daquela mostra. A Biblioteca Nacional possui litografias da mesma. A mesma planta, já de cópias posteriores dela tiradas, foi reproduzida em várias oportunidades.
(33) Esses documentos foram expostos na *Exposição Histórico-Documental Luso-Brasileira*, promovida pelo Instituto de Investigação Científica Tropical – Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, realizada em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, em abril e maio de 1982. Dessa exposição foi impresso um ótimo catálogo.
(34) No frontispício do tomo 1º da *História Seiscentista da Vila de S. Paulo*, de Afonso de E. Taunay (São Paulo, Tip. Ideal, 1926), está reproduzido um quadro pintado por J. Wasth Rodrigues, do acervo do Museu Paulista, baseado no desenho de Céspedes Xeria. Taunay encima a ilustração com o título: "Primeiro documento iconográfico conhecido de S. Paulo." Belmonte, op. cit., discute amplamente a questão e responde a duas cartas de Taunay, publicadas na *Folha da Manhã* em 24 de abril e 9 de maio de 1938 (págs. 270 a 301). Ernani Silva Bruno, op. cit., reproduz o mesmo quadro de Wasth Rodrigues e assinala a posição de Belmonte a propósito do caso (1º vol., pág. 107 e 3º vol., pág. 1.425).
(35) TOLEDO, Benedito Lima de. Op. cit., pág. 60.

As gravuras que ilustram este artigo são reproduções do livro 40 Paisagens Inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. *J.B. Debret, São Paulo, 1970*

RESUMOS

FATO

Patrimônio Natural e Estatuto de Tombamento: Reflexões sobre a estratégia de preservação
por Aziz Ab'Sáber

A propósito do tombamento da serra do Mar, o autor analisa a necessidade, validade e as metodologias de preservação de áreas naturais em geral, e especificamente em relação à serra. Considera que tudo aquilo que escapa da banalidade topográfica e paisagística, sublinhado por um tipo qualquer de excepcionalidade ecológica e biótica, merece uma proteção legal. No entanto, entre as várias formas de preservação existentes, muitas são ineficientes, na medida em que carecem de um correto plano de manejo, fiscalização e implantação. No caso da serra do Mar, diversas razões de caráter tanto científico quanto pragmático determinam a necessidade do tombamento. A fragilidade dos solos não suporta intervenções mecânicas ou químicas, que provocam uma aceleração incontrolável dos processos erosivos por ocasião das grandes chuvas de verão, terminando por ocasionar os terríveis deslizamentos como na serra das Araras, Caraguatatuba e Cubatão. O autor acredita que todo processo de tombamento de bens naturais deve ser transparente tanto nas intenções quanto nos critérios.

O Tombamento da serra do Mar no Estado de São Paulo (*)
por José Pedro de Oliveira Costa

Após dez anos de estudos no Conselho do Patrimônio Histórico, o governo do Estado tombou a serra do Mar em toda a sua extensão no Estado de São Paulo. Esse tombamento abrange uma área de 1.300 km² e inclui remanescentes da floresta Atlântica do planalto e da baixada que são contíguas à serra, além de quase todas as ilhas de nosso litoral. Esse artigo aponta a importância da preservação das encostas da serra do Mar e de sua cobertura florestal, extremamente ameaçada de extinção. Informa sobre a necessidade econômica, científica e social da preservação das espécies animais e vegetais aí existentes. Por fim, menciona os principais eventos e a metodologia que possibilitaram a assinatura desse tombamento.

TEMA 1

Ao Arquivo, com carinho
por René Armand Dreifuss

Um relato informal, quase uma crônica sobre as aventuras e desventuras de um pesquisador. O autor, René Dreifuss, fala das dificuldades, decepções e alegrias que experimentou durante o levantamento

RÉSUMÉS

FAIT

Patrimoine Naturel et classement: Réflexions sur la stratégie de préservation
par Aziz Ab'Sáber

A propos du classement de la serra do Mar, l'auteur considère la nécessité, la validité et les méthodologies de la conservation du domaine naturel en général, et plus spécifiquement en ce qui concerne cette suite d'accidents orographiques. Il pense que tout ce qui échappe de la banalité topographique et paysagère, accentué par un élément d'exception écologique et biotique, mérite une protection légale. Cependant, parmi la diversité des formes de conservation existantes, un grand nombre d'elles n'on pas un plan adéquat d'amériagement, d'inspection et d'établissement. Dans le cas spécifique de la serra do Mar, il y a de raisons différentes, tant scientifiques comme pragmatiques, qui déterminent le bésoin du classement. La fragilité du terrain ne peut pas tolérer l'utilisation de moyens mécaniques ou chimiques pouvant provoquer l'accélération sans contrôle de l'érosion à l'époque des pluies de l'été. Cela résulte en terribles avalanches comme celles des mantagnes Araras, Caraguatatuba et Cubatão. L'auter soutient l'opinion que tout processus de classement du domaine naturel doit être parfaitement clair en ce qui concerne ses objectifs et ses critères.

Le classement de la serra do Mar dans l'État de São Paulo (*)
par José Pedro de Oliveira Costa

Après dix ans d'études par le Conseil du Patrimoine Historique, l'État de São Paulo a déclaré le classement de la serra do Mar. Ce classement comprend une superficie de 1300 km², y compris des remanescents de la forêt Atlantique du plateau et des vallées contigues à la chaîne montagneuse, ainsi que toutes les îles du littoral. Cet article signale l'importance de préserver les flancs de la serra do Mar et la couverture forestière, que si trouve très menacée d'extinction. L'auteur expose la nécessité économique, scientifique et sociale de préserver des espéces animales et végétales qui y existent. Finalement, il mentionne les principaux évènements et la méthodologie qui ont possibilités le classement de la serra do Mar.

THÈME 1

Aux Archives, bien affectueusement!
par René-Armand Dreifuss

Une narration informelle, pleine de verve, des aventures et mésaventures d'un chercheur. L'auteur, René Dreifuss, nous parle de ses difficultés, décepcions et joies pendant les travaux de recherche réalisés par lui en

ABSTRACTS

EVENT

Natural Heritage and Listing: Some thoughts on the strategy of preservation
by Aziz Ab'Sáber

With reference to the listing of the serra do Mar, the Author discusses the necessity, validity and methodology of preserving natural areas in general, and specifically in relation to mountain ranges. He considers that all that escapes from topographic and scenic banality but is underlined by any kind of ecological and biotic excepcionality should be legally protected. However, among the various forms of preservation that exist, many are inefficient insofar as they lack and adequate plan of development, inspection and implantation. In the casc of the serra do Mar there are a number of scientific as well as pragmatic reasons which determine the need to list. The fragility of the soils cannot withstand the use of mechanical or chemical devices which would produce an uncontrolable acceleration of the erosion process during the summer rainy season, resulting in terrible avalanches such as those which occurred in the Araras, Caraguatatuba and Cubatão ranges. The Author believes that the process of listing natural properties should be carried out in accordance with clearly defined purposes and criteria.

The listing of the serra do Mar in the State of São Paulo (*)
by José Pedro de Oliveira Costa

The listing comprises an area of 1,300 square kilometers, the remnants of the plateau's Atlantic forest and the contiguous valleys, as well as the islands of the seacoast. This article points out the importance of preserving the flanks of the serra do Mar and the forest coverage which is seriously threatened of extinction. The Author explains the economic, scientific and social need for preserving the animal and vegetable species that live on the range. Finally, he mentions the principal events and the methodology which made possible the listing of the serra do Mar. After ten years' study, São Paulo's Heritage Council decided to include the part of the serra do Mar within the state boundaries on its list of protected natural properties.

THEME 1

To the Archives, with love!
by René Armand Dreifuss

An informal, jaunty account of the adventures and misadventures of a researcher. René Dreifuss, the author of this paper, tells of the difficulties, disappointments and joys experienced by

de informações para seu livro, *1964: A Conquista do Estado* – sua passagem pela Library of Congress, em Washington, os primeiros contatos no Brasil com colecionadores particulares, e finalmente seu acesso a documentação inédita e valiosa existente no Arquivo Nacional, no Rio, onde pesquisou durante cinco meses. O autor expõe a precariedade do antigo Arquivo (hoje funcionando em sede nova, com instalações adequadas), dando conta também de como a boa vontade de antigos funcionários, somada à sorte e ao mero acaso, pode demover problemas e tornar-se determinantes nesse tipo de trabalho.

préparation de son livre *1964: La Conquête de l'Etat*, son stage à la Lybrary of Congress de Washington, ses premiers contacts avec le Brésil et avec des collectionneurs particuliers, et enfin, comment il a pû accéder à des documents inédits et de grande valeur appartenant aux Archives Nationales, à Rio de Janeiro, où il a travaillé pendant cinq mois. L'Auteur raconte les conditions précaires des anciennes Archives (actuellement installées dans un nouvel édifice et avec des moyens adéquats), et nous dit comment la bonne volonté d'anciens fonctionnaires, additionnée d'un grain de bonne fortune et un hasard providentiel peuvent résoudre les problèmes et se constituer en facteurs essentiels dans ce type de labeur.

him while collecting data for his book *1964: The Conquest of State*. His stint at the Library of Congress in Washington, his first contacts in Brazil with private collectors, and finally how he came about to have access to unpublished and valuable documentation in the National Archives of Rio de Janeiro, where he did research work for five months. The Author describes the then precarious conditions of the Archives (presently functioning in new premises and with appropriate facilities) and how the friendliness and good will of old staff members allied to some unexpected chance and good luck could remove obstacles and can become essential factors in this type of work.

Uma Proposta Radical de Trabalho por Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

A história, a importância e a transformação por que passou o Arquivo Nacional, sediado no Rio, na visão de sua diretora-geral. Ela fala da situação precária que encontrou ao ingressar na instituição, em 1980, e dos esforços empreendidos para implantar ali uma estrutura moderna, gerida por pessoal especializado. Critica a dualidade de sistemas de arquivos públicos existente no País – o Sistema de Serviços Gerais, de 1975, e o Sistema Nacional de Arquivos, de 1978 –, a qual, na sua opinião, dificulta o bom funcionamento de organismos do gênero. E enfatiza a necessidade de se implantar uma política nacional de arquivos no Brasil. Anteprojeto de lei nesse sentido, informa, já foi aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Une Proposition de Travail radicale par Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

L'histoire, l'importance et la transformation effectuée dans les Archives Nationales, à Rio, d'aprés le point de vue de la directrice-générale de cette institution. Elle nous parle de la situation précaire dans laquelle se trouvait l'institution lors de son arrivée à la direction em 1980, et les efforts réalisés pour établir une structure moderne, dirigée par un personnel qualifié. L'auteur fait la critique de la dualité du système des archives publiques existant au Brésil - le Système des Services Généraux, de 1975, et le Système National des Archives, de 1978 - laquelle, selon son opinion, rend difficile le bon fonctionnement; elle souligne la nécessité d'établir une politique nationale des archives pour le Brésil, et informe qu'un avant-projet à cet effet a déjà reçu l'approbation de la Commission de Justice de la Chambre des Députés.

A Radical Proposal of Work by Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

The history, importance and changes carried out in the National Archives, in Rio de Janeiro, from the viewpoint of the director-general of that agency. The Author describes the situation as it existed when she took over as director-general in 1980, and the efforts which were made in order to set up a modern structure to be operated by a qualified staff. She questions the existing dual system of archives in the country – the General Services System, of 1975, and the National Archives System, of 1978 – which duality, in her opinion, is a hindrance to the smooth operation of such agency. She emphasizes the need for introducing a National Archives policy in Brazil. A draft project to this effect has been already approved by the Justice Committee of the House of Representatives.

A Estrutura Organizacional de Instituições Arquivísticas: A Situação dos Arquivos Estaduais por José Maria Jardim

Apenas 10% do patrimônio arquivístico brasileiro está conservado em instituições cujo objetivo principal é a democratização das informações contidas nos documentos sob sua guarda. O autor reflete sobre os destinos desse patrimônio, considerando tanto o acervo acumulado quanto os documentos que estão sendo produzidos. Questiona as estruturas organizacionais dos arquivos públicos do país e as estratégias que permitam alterá-las, chamando atenção ainda para a falta de definição quanto às atribuições específicas de arquivos, bibliotecas, centros de documentação, etc. Quanto aos arquivos públicos, considera o modelo vigente no Brasil inadequado para as funções que caracterizam as modernas instituições arquivísticas, lembrando que ele remonta ainda ao século passado. Apresenta, enfim, sugestões para uma nova estruturação, dentro da atual concepção de arquivos públicos.

La Structure Organisationelle des Institutions d'Archives: La Situation des Archives des États par José Maria Jardim

Seulement les 10% du patrimoine des archives brésiliennes sont préservés dans des institutions dont l'objectif principal est la démocratisation des données contenues dans les documents sous sa garde. L'Auteur fait des réflexions sur la destinée de ce patrimoine, tenant compte de la masse de documents déjà accumulée ainsi que des documents en cours de production. Il pose la question de l'organisation des archives publiques du pays et les stratégies qui permettraient de modifier ces structures, signalant aussi le manque de définition en ce qui concerne les attributions spécifiques des archives, des bibliothèques, des centres de documentation, etc. En ce qui concerne les archives publiques, il pense que le modèle en vigueur au Brésil est inadéquat aux fonctions qui caractérisent les institutions modernes d'archives, et signale que ce modèle appartient encore au siècle antérieur. Finalement, il présente des suggestions sur une nouvelle structure d'après les idées actuelles sur les archives publiques.

Organizational Structure of Archives: The Situation of State Archives by José Maria Jardim

Only 10% of the Brazilian archival heritage is preserved in institutions whose main purpose is the democratization of the information data under their care. The Author reflects upon the destination of such heritage, taking into consideration the accumulated assets as well as the documents which are being produced. He questions the organizational structures of the country's public archives and the strategies that would permit to change such structures, and also calls attention to the lack of definition with reference to the specific assignments of archives, libraries, documentation centres, etc. As far as public archives are concerned, he thinks that the model in effect in Brazil is inadequate to the functions which characterize modern archival institutions, and points out that it dates from the preceding century. Finally, he proposes a new structure, in accordance with the present-day concept of what public archives should be.

A Memória Nacional Aprisionada
por Marco Aurélio Garcia

Em comunicação apresentada ao Encontro Paulista de Arquivos Privados, o autor trata da questão da documentação histórica no país. Negligência, acidentes vários e até mesmo ações criminosas seriam os responsáveis pelo empobrecimento da memória nacional segundo o autor, um sintoma das dificuldades que o país enfrenta na constituição de uma sociedade democrática. Fala ainda da ação de particulares que permitiu a multiplicação de arquivos e centros de documentação privados, além de contribuir para que, ao nível das instituições do Estado, começassem a se desenvolver iniciativas que revertessem essa tendência. Aponta a necessidade de uma legislação própria para a definição e implementação de mecanismos de controle da ação estatal, visando à descentralização dos centros documentais.

La Mémoire Nationale emprisonnée
par Marco Aurélio Garcia

Dans sa communication présentée à l'occasion de la Rencontre de São Paulo sur les Archives Privées, l'auteur fait reférence à la question de la documentation historique dans notre pays. Des actes de négligence, des accidents divers et même des actions criminelles sont responsables pour l'appauvrissement de la mémoire nationale. D'après l'auteur, ils sont des symptômes des difficultés que le pays affronte dans son chemin vers une société démocratique. L'action de particuliers permettant la multiplication des archives et des centres de documentation privés a fait qu'au niveau des institutions officielles s'ébauchent des initiatives pour retourner cette tendance-là. Il signale aussi la nécessité d'une législation appropriée pour définir et pour mettre sur pied des moyens de contrôle par l'action de l'État, ayant pour but la descentralisation des services de documentation.

The National Memory imprisoned
by Marco Aurélio Garcia

In this paper, which was submitted to the São Paulo Private Archives Encounter, the Author makes reference to the subject of historical documentation in our country. Acts of negligence, a diversity of accidents and even criminal actions are responsible for the impoverishment of the national memory, constituting symptoms of the hardships that the country finds on its way towards becoming a democratic society. Actions carried out by individuals and resulting in multiple private archives and documentation centres, have contributed to the development, at State level, of initiatives aimed at reversing such a trend. He also points out that adequate legislation is needed in order to define and implement the means of control by the State directed towards centralization of documentation services.

TEMA 2

A grande cidade brasileira:
sobre heterogeneidade e diversidades culturais
por Gilberto Velho

O aumento populacional nas grandes cidades, provocado pelo crescimento vegetativo e pelas migrações internas, que têm seu fator essencial nas dificuldades econômicas e sociais do interior, face à modernização e à urbanização da metrópole, não é apenas uma questão demográfica. As metrópoles são um centro de diversidade e complexidade, cada qual com um caráter único e peculiar formado pelas origens regionais da sua população, suas identidades étnicas, seus credos e as minorias que a compõem. Existem formas diferentes de adaptação que permitem a emergência de valores autônomos numa mesma cidade, por exemplo, as diferenças entre os bairros. O não reconhecimento dessas diferenças e a uniformização da metrópole através de decisões centralizadas implicam, com a eliminação das contradições que constituem a vida social da cidade, numa perda de conseqüências culturais. Cabe ao patrimônio histórico legitimar os símbolos da heterogeneidade da grande cidade sem, entretanto, cristalizá-los.

Preservação e Desenvolvimento: as duas faces de uma moeda urbana (*)
por Lúcia Helena Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho, Alice Amaral dos Reis e Maria Lúcia Neves.

A necessidade de planejar de uma forma mais próxima, mais humana, trouxe uma outra dimensão à forma de trabalhar a cidade, onde o espaço e o tempo estão presentes. Dessa forma, surgiu o Projeto Memória dos Bairros. A cidade do Rio de Janeiro está dividida em cento e cinqüenta e três bairros, sendo sua maioria consolidados.

THÈME 2

La Grande Ville brésilienne: à propos de l'hétérogénéité et des diversités culturelles
par Gilberto Velho

L'expansion de la population dans les grandes villes comme résultat de l'accroissement végétatif et des migrations internes, dont le facteur essentiel est constitué par les difficultés économiques et sociales de l'intérieur du pays vis-à-vis la modernisation et l'urbanisation de la métropole, n'est pas uniquement une question démographique. Les métropoles sont un centre de diversité et de complexité, chacune ayant un caractère unique et particulier formé par les origines régionales de la population, par ses identités ethniques, ses croyances et par les minorités qui composent chaque métropole. Il y a des formes différentes d'adaptation, permettant le surgissement de valeurs autonomes dans une même ville, par exemple, les differences existant entre arrondissements ou entre faubourgs. Ne pas reconnaître ces différences et l'uniformité imposée à la métropole par suite de décisions centralisées, éliminant les contradictions qui constituent la vie sociale de la ville, signifient un perte de conséquences culturelles. Il appartient au patrimoine historique de rendre légitimes les symboles de l'hétérogénéité de la grande ville sans, cependant, les cristalliser.

Préservation et Développement: les deux faces d'une monnaie urbaine. (*)
par Lúcia Helena Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho, Alice Amaral dos Reis et Maria Lúcia Neves.

La nécessité de planifier d'une façon plus ouverte et plus humaine a apporté une autre dimension à la forme de travail avec la ville, où l'espace et le temps sont toujours présents. C'est ainsi que le project Mémoire des Quartiers a été conçu. La ville de Rio de Janeiro est divisés en 153 quartiers, la grande majorité desquels sont consolidés. L'objectif

THEME 2

Brazilian Big Cities:
on Heterogeneity and Cultural Diversity
by Gilberto Velho

The increase of the population of large cities resulting from natural growth and from internal migration, essentially caused by the economic and social conditions in the hinterland areas as compared to the modernization and urban development of the metropolis, is not merely a demographic question. Metropolises are centers of diversity and complexity, each of them with a unique and peculiar character formed by the regional origins of their population, ethnical identities, beliefs and by the minorities which compose them. There are different forms of adjustment which make possible the emergence of autonomous values in one and the same city, for instance, the differences between city wards and districts. Non-recognition of such differences and equalization of the metropolis through centralized decisions imply, by eliminating the natural contradictions which constitute the social life of the city, a loss with cultural consequences. It is up to the National Historical Heritage to legitimize such symbols of heterogeneity in the big city, without, however, cristallizing them.

Preservation and development: the two faces of an urban coin (*)
by Lúcia Helena Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho, Alice Amaral dos Reis and Maria Lúcia Neves

The need for planning in a more perceptive and humane manner has added a new dimension to the way of working upon a town, where space and time are always present. That's how the Neighbourhood Memory Project came into being. The city of Rio de Janeiro is divided into 153 districts, the majority of

Esse projeto tem como objetivo o estudo de cada bairro, visando à recuperação de sua identidade, à afinidade da população com seu meio ambiente e à divulgação de seus marcos de referência. Nesse projeto são considerados como pontos básicos: a preservação, acomodando e direcionando mudanças e não as impedindo; o potencial de renovação e preservação de cada bairro e o reconhecimento de suas peculiaridades; a importância da permanência de determinados elementos nas áreas, evitando transformações radicais; e a participação da comunidade nas fases de diagnóstico, proposição e implantação do projeto.

du projet est de réaliser l'étude de chaque quartier, envisageant la récupération de son identité, l'affinité de la population avec l'environnement et le divulgation de ses points de repère. Dans ce projet on considère comme points de base: la sauvegarde, ajustant et orientant les changements, sans les interdire; le potentiel de renouvellement et de préservation de chaque quartier et la reconnaissance de ses péculiarités; l'importance de la permanence de quelques éléments dans les aires, tout en évitant des transformations radicales: la participation de la communauté dans les phases du diagnostic, des propositions et de la mise en oeuvre du projet.

which are consolidated. The study of each district aims at recovering its identity, estimating the affinity of its population with the environment and publicizing its landmarks. The basic goals of the project are: to preserve the place not by preventing changes but by adjusting and guiding them; to analyze each district in terms of its potential for renewal and preservation, paying attention to its peculiarities; to give consideration to the upkeep of certain elements in the areas in order to avoid drastic transformations; to ensure community participation in all the phases of the project, from diagnosis through proposition to implementation.

PESQUISA

Por uma política sistemática de Inventário Tecnológico (*)
por Xavier Maureau

Com o objetivo de fornecer indicadores que possam contribuir para a elaboração de planos de desenvolvimento realmente voltados para o atendimento das necessidades da população brasileira em seus diferentes contextos, a Fundação Nacional Pró-Memória realizou um longo e minucioso trabalho de inventário da tecelagem manual no Triângulo Mineiro Neste artigo, a pesquisa é analisada em seu processo, e à luz dos objetivos que pretende alcançar. Com base nos resultados dessa experiência, propõe-se a implantação de uma política sistemática de inventário que, ampliando o alcance das políticas tradicionais de preservação do patrimônio cultural, possibilite a grupos marginalizados dos centros de decisão política, econômica e tecnológica a reapropriação de um tipo de saber que é transmitido de modo basicamente informal.

RECHERCHE

Pour une Politique Systématique d'Inventaire Technologique (*)
par Xavier Maureau

Ayant comme objectif de fournir des indicateurs qui puissent contribuer à la préparation de plans de développement destinés en fait à satisfaire aux besoins de la population brésilienne dans une diversité de contextes, la Fondation Nationale Pró-Memória a réalisé un long et minutieux travail d'inventaire des ouvrages des tisserands manuels de la région du Triângulo Mineiro, dans l'État de Minas Gerais. Dans cet article, la recherche effectuée est analysée en profondeur et à la lumière des objectifs en vue. Tenant compte des résultats obtenus avec cette expérience, l'implantation d'une politique systématique d'inventaire est proposée, laquelle donnerait une plus large étendue aux politiques traditionnelles de préservation de l'héritage culturel, et permettrait à des groupes en marge des centres de décision politique, économiques et technologique de réabsorber un type de connaissance qui est plutôt transmi de façon informelle.

RESEARCH

For a Systematic Technological Inventory Policy (*)
by Xavier Maureau

With the purpose of supplying indicators that can assist in formulating development schemes really aimed at meeting the needs of the Brazilian people in their different contexts, the Pró-Memória National Foundation has carried out a long and detailed inventory on textile hand weaving in the Triângulo Mineiro region of the State of Minas Gerais. This article contains an in-depth analysis of such research and in the light of the goals it proposes to achieve. On the basis of the results of this experience, a proposal is made to implant a systematic inventory policy which, expanding the range of traditional policies on the preservation of the cultural heritage, make it possible for groups which are outside the area of political, economic and technological decisions, to reacquire a type of knowledge which is basically transmitted through informal means.

DOCUMENTO

Curt Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados

Uma pequena e inédita antologia dos mitos indígenas coletados no Brasil pelo etnógrafo alemão Curt Unkel, mais conhecido por Nimuendaju, nome adotado em homenagem à cultura que tão apaixonadamente estudou.
De tradição lendária – além de etnógrafo, lingüista, arqueólogo, historiador e cartógrafo –, Nimuendaju chegou ao Brasil em 1905 e morreu numa aldeia Tikuna do Alto Solimões, depois de dedicar 40 anos de sua vida ao índio brasileiro.
Ele deixou uma vasta e importante obra, infelizmente ainda pouco conhecida entre nós.
Seu escrúpulo em subordinar sempre a especulação à descrição, como forma de respeito à cultura indígena, faz com que os mitos reunidos para esta edição – dos Kayapo-Irãamrayre, Kaingang, Kuniba, Palikur,

DOCUMENT

Curt Nimuendaju: 104 mythes des peuples indigènes non encore publiés

Une anthologie inédite de mythes des peuples indigènes collectionnés au Brésil par l'ethnographe allemand Curt Unkel, mieux connu sous le nom de Nimuendaju qu'il avait adopté comme un hommage rendu à la culture qu'il étudia et aima avec passion. Personnage légendaire, il a été ethnographe, lingüiste, archeologue, historien et cartographe, Nimuendaju est venu au Brésil en 1905 et mourut dans un village de la tribu Tikuna dans la région de le Haut Solimões, après avoir dédié 40 ans de sa vie à l'étude des indigènes du Brésil. Il a laissé une oeuvre vast et importante, malheureusement peu connue. Il était particulièrement scrupuleux de toujours subordonner la spéculation à la description comme une forme de montrer son respect pour la culture indigène, et cela fait que les mythes réunis dans cette édition – des tribus Kayapó-Iraanrayre, Kaingang,

DOCUMENT

Curt Nimuendaju: 104 unpublished Indigenous Myths.

A small anthology of hitherto unpublished indigenous myths collected in Brazil by German ethnologist Curt Unkel, generally known by the name of Curt Nimuendaju, which he adopted as a homage to the culture to which he was so impassioned dedicated. His career is truly a legend, since in addition to being an ethnologist, a linguist, archeologist, historian and cartographer, Nimuendaju – who had come to Brazil in 1905 and died in a Tikuna village in the Upper Solimões region – dedicated 40 years of his life to the study of the Brazilian indigenous people. He left a vast and important work, which unfortunately has not been sufficiently divulged. He scrupulously avoided any speculation for the sake of description, as an evidence of his profound respect for the indigenous culture, and thus the myths collected in this edition – embracing the Kayapó-Iramrayre, Kaingang, Kuniba, Palikur, Botocude, Maxakali, Namakã

Botocudo, Maxakali, Kamakã e Mura – reflitam com fidelidade o imaginário das tribos que os criaram.

IDÉIAS

O Paradigma Estético
por Michel Maffesoli

O autor critica o conceito de *social engineering*, reivindicando para o sociólogo o direito de "poetizar" sobre o desenvolvimento social. Para Maffesoli a investigação sociológica não se deve limitar aos cânones estabelecidos da Ciência, mas a outras dimensões do conhecimento e à própria emoção – impressões de ordem estética, alegorias do povo, o "gozo das palavras", enfim, devem fazer parte do seu instrumental, de modo que o fato social possa ser apreendido em todas as suas modulações. A uma "sociologia socializante", ele opõe uma "sociologia estetizante", valorizando a "intuição do sociólogo" com base na posição de vários autores, como Nisbet, segundo o qual a sociologia pode ser considerada, também, como uma "forma de arte".

A Universidade e a Cultura Brasileira
por Hélio Jaguaribe

O que é e o que deveria ser a universidade brasileira na visão de um cientista político, segundo o qual a instituição atravessa hoje momentos de "aguda crise" e de "profunda perplexidade", reproduzindo dentro dela os problemas da sociedade e do ensino superior de todo o mundo. O autor reflete sobre o significado de universidade, da antiguidade aos dias de hoje, detendo-se, em seguida, nas contradições básicas da universidade contemporânea, refletidas, por exemplo, na virtual dicotomia entre "ensino profissionalizante" e "cultura geral". Sustentando que a universidade deveria ser "uma agência crítica da sociedade e da própria cultura", Jaguaribe enumera condições para seu funcionamento adequado, sugerindo entre outras coisas a implementação de um sistema que permita o recrutamento, pelo Estado, de crianças egressas do proletariado e das camadas marginais da população, com vistas a uma universidade mais democrática.

A Arte Mimética
por Mario Perniola

Uma reflexão sobre a idéia de imitação – mimese – nas artes contemporâneas, a partir dos conceitos platônicos até o pensamento de filósofos deste século, como Heidegger e Derrida. O autor relaciona inicialmente mimese e "arte como operação", procedimento este, segundo ele, mais ou menos típico das sociedades

Kuniba, Palikur, Botocudo, Maxakali, Kamakã et Mura – reflètent fidèlement l'imaginaire des tribus qui les on créés.

IDÉES

Le Paradigme esthétique
par Michel Maffesoli

L'auteur fait la critique du concept de *social engineering*, revendiquant en faveur du sociologue le droit de "poétiser" sur le développement social. Selon l'opinion de Maffesoli, la recherche sociologique ne doit pas être limitée par les règles établies par la science, et devrait comprendre d'autres dimensions de la connaissance ainsi que les émotions – impressions d'ordre esthétique, allégories populaires, la "jouissance des mots", enfin, doivent faire partie de son outillage, de façon que le fait social puisse être saisi dans toutes ses nuances. Contre une "sociologie socialisante" il oppose une "sociologie esthétisante", valorisant "l'intuition du sociologue" à partir de divers auteurs, tel que Nisbet, d'après qui la sociologie peut être considérée aussi comme "une forme d'art".

L'Université et la Culture brésilienne
par Hélio Jaguaribe

Ce que l'Université brésilienne est, et ce qu'elle devrait être, selon la pensée d'un éminent studieux des sciences politiques, et d'après laquelle l'institution universitaire passe en ces moments par une "crise aiguë" et de "profonde perplexité", tout en reproduisant dans son intérieur les problèmes de la société et de l'enseignement supérieur au monde entier. L'auteur fait des réflexions sur la signification de l'université, depuis l'antiquité jusqu'à nos jours, s'arrêtant ensuite sur les contradictions fondammentales de l'université contemporaine, qui se reflètent, par exemple, dans la dicotomie virtuelle entre "l'enseignement professionnalisant" et "la culture générale". Le Professeur Jaguaribe, tout en soutenant que l'université devrait être "un instrument critique de la société et de la culture même", énumère des conditions pour son fonctionnement efficace, suggérant parmi d'autres choses, la mise sur pied d'un système permettant à l'État de recruter des jeunes gens provenant du prolétariat et des couches les plus en marge de la population, afin que l'université soit plus démocratique.

L'Art Mimétique
par Mario Perniola

Une réflexion sur l'idée de l'imitation – mimesis – dans les arts contemporains, commençant par les conceptions platoniques jusqu'à la pensée des philosophes de notre siècle, tels que Heidegger et Derrida. L'Auteur signale tout d'abord le rapport entre mimesis et "l'art comme une opération", processus qu'il considère comme plus ou moins typique des sociétés informatisées contemporaines,

and Mura indigenous nations – faithfully reflect the mythology of the tribes in which they originated.

IDEAS

The Aesthetical Paradigm
by Michel Maffesoli

The Author criticizes the concept of social engineering and defends the sociologist's right to "poeticize" social development. In Maffesoli's opinion, sociological research should not be confined to the canons of science; instead, it should encompass other fields of knowledge as well as emotion itself. A esthetic impressions, people's allegories, the "enjoyment of words" should form part of the sociologist's arsenal, in order that social facts can be apprehended in all of their nuances. To a "socializing sociology" he opposes an "aestheticizing sociology", prizing the "intuition of the sociologist" on the basis of the opinions of a number of authors, such as Nisbet, who maintains that sociology can also be conceived as "an art form".

The University and Brazilian Culture
by Hélio Jaguaribe

What the Brazilian University is and what it should be, in the view of a distinguished political scientist according to whom the university is presently going through a time of "acute crisis" and "deep perplexity", reproducing in its inner self all the problems afflicting society and institutions of high learning all over the world. The Author reflects upon the meaning of the university since ancient times to the present day, and considers the basic contradictions of the modern university, which are reflected, for instance, in the virtual dicotomy between "professionalizing education" and "general culture". Jaguaribe maintains that the university should be "an agency of criticism of society and of culture itself", enumerates some conditions for it to function adequately, and suggests, among other things, the implementation of a system that would enable the State to recruit boys and girls from the proletariat and from marginal layers of the population in order to have a more democratic university.

Mimetic Art
by Mario Perniola

An essay on the idea of imitation – mimesis – in contemporary art, starting from Plato's concepts and covering the philosophical thinking of the present century, such as that of Heidegger and Derrida. The Author establishes first the relationship between mimesis and "art as an operation", a procedure which, in his view, is more or less typical of contemporary computerized

informatizadas contemporâneas estabelecendo em seguida conexões entre imitação e operação. Depois de inscrever os Movimentos de vanguarda, como a *body art* e o hiperrealismo, no horizonte conceitual caracterizado pela mimese, Perniola traça paralelos entre a informatização da sociedade e certos rituais religiosos afro-brasileiros, concluindo que o conceito de arte como operação mimética transcende hoje a simples produção artística, adquirindo um vasto campo de aplicação.

établissant ensuite les rapports entre imitation et opération. Après décrire certains mouvements d'avant-garde comme le *body art* et l'hyperréalisme, Perniola fait ressortir les paralllèles entre l'informatisation de la société et certains rituels religieux afro-brésiliens, et arrive à la conclusion que la conception de l'art comme une opération mimétique transcende actuellement la simple production artistique, parvenant à se faire accorder un vaste champ d'application.

societies, and then proceeds to establish the links that exist between imitation and operation. After describing such avant-garde movements as body art and hyper-realism in the conceptual framework characterized by mimesis, Perniola draws a parallel between the computerization of society and certain Afro-Brazilian religious rituals, leading to the conclusion that the concept of art as a mimetic operation presently transcends the mere artistic production, acquiring a vast field of application.

PROJETO

A cidade latino-americana: Vigência dos centros históricos
por Jorge Hardoy

Apesar das leis existentes em vários países da América Latina no sentido de proteger os centros históricos das grandes cidades, todos esses núcleos apresentam uma deterioração mais ou menos acentuada. A rápida urbanização de todas as grandes cidades latino-americanas atingiu não só o caráter arquitetônico dos centros históricos mas provocou também uma grande transformação nas características demográficas e trabalhistas da população que neles vivia. Sendo os exemplos mais antigos de habitats *urbanos* no continente, coincidindo geralmente com os distritos centrais das cidades fundadas e projetadas no período colonial, esses bairros foram sendo progressivamente abandonados pelos setores mais abastados e entraram em decadência econômica. Neste artigo, o autor defende a recuperação desses centros dentro de uma nova dimensão sócio-econômica e política, procurando não apenas a conservação de seu patrimônio histórico-arquitetônico, mas a reabilitação do bairro, e com ela, a revitalização da cidade.

PROJET

La Ville latino-américaine: actualité des centres historiques.
par Jorge Hardoy

Malgré la législation existante dans divers pays de l'Amérique-Latine concernant la protection des centres historiques des grandes villes, toutes ces circonscriptions présentent une détérioration plus ou moins accentuée. Le développement urbain trop rapide de toutes les grandes villes latino-américaines a non seulement bouleversé le caractère architectonique du centre historique, mais a été aussi la cause d'une transformation considerable des caractéristiques démographiques et des conditions de travail de la population. Tenant compte du fait qu'il s'agit des plus anciens exemples de *habitats* urbains dans le Continent, puisque le centre faisait partie de l'enceinte originale des villes fondées à l'époque coloniale et dont la projection date de ce temps, ces circonscriptions ont été progressivement délaissées par la classe opulente et sont tombées en décadence économique. L'Auteur, dans cet article, plaide en faveur de relever les centres historiques, ayant en vue une nouvelle conception socio-économique et politique destinée non seulement à la conservation de l'héritage historique et architectonique, mais aussi à relever le voisinage et à la revivification de la ville.

PROJECT

The Latin-American City: Contemporaneity of historical centres
by Jorge Hardoy

In spite of the existing legislation in several Latin-American countries concerning the protection of the historical centres of large cities, all these areas present more or less serious deterioration. Rapid urban development of every large Latin-American city has not only adversely affected the architectural character of historical centres but has also produced a substantial transformation of the demographic and labour characteristics of their inhabitants. The fact is that these centres are the oldest examples of urban habitats in the Continent and generally coincide with the central districts of cities which were founded and planned in colonial days; these districts were progressively forsaken by the moneyed class and now bear the marks of economic debasement. The Author of this article advocates the recovery of such centres according to a new socio-economic and political conception that calls for the preservation of their historical and architectural heritage, the rehabilitation of the neighbourhood and thereby the revitalization of the city.

Núcleos Históricos: revitalização e recuperação, a experiência de Olinda (*)
por Vera Bosi

Este texto relata uma experiência que, partindo do nível federal e resultando de um trabalho de articulação interministerial, chegou ao nível municipal e, ao estabelecer um processo conjunto de intervenção, resulta hoje numa atuação prática que integra os conceitos de preservação do patrimônio à esfera do desenvolvimento urbano. Ela recupera e revitaliza os núcleos históricos, incorporando as dimensões social, econômica e política à prática da preservação – voltada até então para o monumento isolado –, melhorando o quadro de vida dos moradores. São estes moradores, responsáveis pela conservação e vitalidade das cidades históricas, os principais protagonistas dos trabalhos que estão sendo realizados em Olinda. Sua participação tem sido de fundamental importância na

Revitalisation et Récupération de centres historiques (*)
par Vera Bosi

Le text est la description d'une expérience commencée à niveau fédéral par un processus inter-ministériel aboutissant à une action pratique à niveau municipal, par l'intégration des conceptions sur la préservation du patrimoine national dans un milieu urbain en cours de développement. Cette action recupère et revitalise les noyaux historiques, tout en incorporant des dimensions sociales, économiques et politiques à l'action pratique de préservation – jusqu'à présent concentrée sur les monuments isolés – améliorant par ce fait les conditions de vie des habitants. Ce sont les habitants eux-mêmes qui deviennent les responsables pour la préservation et la vitalité des villes historiques. Ils sont les protagonistes principaux des travaux en cours de réalisation à Olinda. La participation des habitants a été d'une importance fondammentale au stage de la discussion des

Revitalization and recuperation of historic sites: the Olinda experience (*)
by Vera Bosi

The text describes an experience that, starting at federal level as a result of a work of interministerial connection, got at municipal level and, by setting up a joint process of mediation, has now made possible a course of action that integrates the notions of heritage preservation into the field of urban development. It restores and revitalizes historic sites, incorporating social, economic and political realities into the practice of preservation – which until then had only paid attention to individual monuments – and improving the living conditions of the dwellers. Since these dwellers are responsible for the conservation and vitality of historic towns, they play the leading parts in the works that are being carried out at Olinda. Their participation has been of primary importance in the discussion of the propositions, in the contribution

. discussão das propostas, na contribuição que prestam à equipe técnica e nos encargos relacionados à execução das obras.

ENSAIOS

Projeto Central, Bahia:
Os Zoomorfos da serra Azul e da serra de Santo Inácio
por Maria da Conceição Beltrão e Tânia Andrade Lima

Um estudo das manifestações pictóricas encontradas nas gargantas da serra Azul e da serra de Santo Inácio vem sendo desenvolvido *numa vasta área* do baixo/médio São Francisco, que tem como epicentro o Município de Central, na chamada depressão Sanfranciscana. A área pesquisada situa-se no vale do São Francisco, onde, nas chamadas *grotas* e *boqueirões*, o homem pré-histórico executou pinturas em faixas proporcionadas pela disposição em camadas do quartzito. A homogeneidade dessas representações permitiu a determinação de um estilo próprio da região, caracterizado por uma temática geométrica associada a zoomorfos diversificados, e poucas representações da figura humana. O estilo, denominado Serra Azul, integra a Tradição Geométrica já detectada em outras áreas do Nordeste, e provavelmente vinculada à Tradição São Francisco. As semelhanças encontradas entre as manifestações pictóricas de Central e de outras regiões indicam a possibilidade de que a bacia do São Francisco tenha propiciado as vias de dispersão para os grupos que difundiram os traços diagnósticos da Tradição Geométrica.

Arquitetura Vernacular: o Vale do Paraíba
por Antonio Luiz Dias de Andrade

No vale do Paraíba, ao lado de zonas mais urbanizadas, resultantes da expansão das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, encontram-se regiões esquecidas, que sobrevivem da pecuária leiteira e de pequenas culturas temporárias, fornecendo gêneros alimentícios aos mercados urbanos. O autor chama atenção para a necessidade de a população dessas regiões organizar suas atividades de acordo com os sistemas tradicionais, no sentido de manter sua produção a um custo mínimo. O mesmo processo é utilizado para resolver o problema de moradia. As casas de construção recente obedecem aos mesmos padrões daquelas do início do século quanto à organização espacial, sistemas construtivos, partidos e intenções práticas. Exigem um investimento financeiro mínimo, na medida em que empregam os materiais disponíveis no meio ambiente e são construídas pelo próprio morador e sua família.

propositions, par leur contribution à l'action de l'équipe technique, et par leur rôle dans la mise en oeuvre des travaux.

ESSAYS

Projet Central, Bahia: les représentations zoomorphiques en serra Azul et serra de Santo Inácio.
par Maria da Conceição Beltrão et Tânia Andrade Lima

Une étude des représentations picturales trouvées dans les gorges de la serra Azul et de la serra de Santo Inácio, est en cours sur une vaste étendue de la vallée de la rivière São Francisco, dont le centre se trouve dans la municipalité de Central. Il s'agit d'une série de représentations picturales sur des couches stratigraphiques de quartzite. L'homogénéité de ces représentations a permis de déterminer le style typique de cette région, caracterisé par un dessin géometrique associé à une variété de représentations zoomorphiques et un très petit nombre de figures humaines. Ce style, connu comme le style "Serra Azul", fait partie de la Tradition Géométrique qui avait été déjà signalée dans d'autres parties de la région nord-est et probablement articulée avec la Tradition du São Francisco. Les similarités trouvées entre les représentations picturales de la Région Centrale et autres régions indiquent la possibilité que le bassin du fleuve São Francisco a fourni des voies de dispersion à les groups qui ont divulgué les traces diagnostiques de la Tradition Géométrique.

L'Architecture Vernaculaire: la Vallée du Paraíba
par Antonio Luiz Dias de Andrade

Dans la vallée du Paraíba, à côté de zones plus développées résultants de l'expansion des centres métropolitains de Rio de Janeiro et de São Paulo, se trouvent des régions isolées et peu connues dont l'économie dépend de la production laitière et des cultures maraichères fournissant des denrées alimentaires aux marchés urbains. L'auteur attire l'attention du lecteur sur le fait que les habitants de ces régions organisent leurs activités conformément aux systèmes traditionnels, afin de maintenir le coût de leurs productions le plus bas possible. Le même processus est suivi pour résoudre la question de l'habitation. Les maisons récemment construites obéissent aux mêmes normes que celles baties au début du siècle, en ce qui concerne l'organisation spatiale, les systèmes de construction et objectifs pratiques. L'investissement financier est minime puisque les matériaux utilisés sont disponibles dans l'environnement et la construction est réalisé par le propriétaire de la maison lui-même et par des membres de sa famille.

they give to the technical team and in the tasks they take upon themselves.

ESSAYS

Central Project, Bahia: Zoomorphics of Serra Azul and Serra de Santo Inácio.
by Maria da Conceição Beltrão and Tânia Andrade Lima

A study of the pictorial representations found in the gorges of Azul and Santo Inácio sierras is being developed over a vast area in the lower/middle São Francisco River which has as its epicentre the municipality of Central. The area under study lies in the São Francisco valley, where prehistorical men executed, in caves or ravines, a series of paintings on layres supplied by strata of quartzite. The homogeneity of the representations has brought to light a style which is typical of that region, characterized by a geometric design associated with a variety of zoomorphic, and very few human, figures. The style known as "Serra Azul" is part of the Geometric Tradition, which had been already detected in other areas of the Northeastern Region, and is probably linked with the São Francisco Tradition. The similarities which have been found between pictorial representations in the Central and other regions indicate the possibility that the São Francisco river basin provided routes of dispersion of the groups that diffused the diagnostic traces of the Geometric Tradition.

Vernacular Architecture: the Paraíba Valley
by Antonio Luiz Dias de Andrade

In the Paraíba Valley, next to more urbanized areas originated from the expansion of the metropolitan areas of Rio de Janeiro and São Paulo, are little known regions that live on dairy cattle and small temporary crops which are sold to town markets. The Author points to the fact that the people of those regions have to organize their activities according to traditional systems in order to keep production costs as low as possible. The same process is applied to the housing problem. Recently built homes follow the same patterns of those that were built at the turn of the century, regarding space organization, construction systems, and practical purposes. They require the least financial investment, insofar as they employ materials available in the environment and are built by the dwellers themselves and their family.

A Coroa de Xangô do Terreiro da Casa Branca
por Maria Bernardete Capinam e Orlando Ribeiro

Trata-se de um estudo da coroa de Xangô do Terreiro da Casa Branca, Salvador, Bahia, um dos mais tradicionais terreiros de candomblé. A origem e a função da coroa são explicadas com um detalhamento do método de confecção, dos materiais usados e das alegorias empregadas. Foram colhidos depoimentos da autora, *Julieta de Oxum*, filha-de-santo e bordadeira, que recebeu a encomenda do próprio Xangô. Também é destacada a localização da coroa sobre o Poste Central, no centro do terreiro, onde são realizadas as principais cerimônias.

Iconografia Paulista: A cidade de São Paulo antes da Fotografia
por João Moreira Garcez Filho

A iconografia da capital paulista era considerada pobre pelos estudiosos, principalmente se comparada com as de outras cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e o Recife. O isolamento da cidade na serra, a falta de atrativos e a proibição de se penetrar no *hinterland* afastavam os estrangeiros, oficiais de marinha e pintores adidos a diversas expedições, responsáveis pela maior parte da iconografia das cidades litorâneas. No entanto, recentemente começaram-se a divulgar desenhos, aquarelas e gravuras até então desconhecidos, como os de Jean Baptiste Debret, William John Burchell, Thomas Ender, e do brasileiro Miguel da Assunção Dutra. Neste artigo, o autor faz um minucioso levantamento comentado da obra desses artistas no que se refere especificamente à cidade de São Paulo.

La Couronne de Xangô du Terreiro de la Casa Branca
par Maria Bernardete Capinam et Orlando Ribeiro

L'article traite d'un des plus connus et traditionnels lieux de culte religieux afro-brésilien à Salvador, Bahia, le terreiro de candomblé de la Casa Branca, remarquable par la couronne de Xangô qu'il présente. Elle est placée sur le sommet d'un pilier au centre du terreiro où se déroulent les rituels. Les auteurs décrivent la couronne, son origine, sa fonction, les matériaux et les symbles utilisées. Ils ont constaté qu'elle est l'oeuvre de la filha-de-santo (initiée) Julieta de Oxum, qui dit que la divinité elle-même lui a ordonné de la faire.

Iconographie de São Paulo. La Ville de São Paulo avant la Photographie
par João Moreira Garcez Filho

L'iconographie de la capitale de l'État de São Paulo, dans l'opinion de nombreux studieux, était considerée plutôt pauvre, surtout si comparée avec celles d'autres villes brésiliennes, telles que Rio de Janeiro et Recife. L'isolement de la ville au plateau, le manque d'attraits et la défense de pénétrer dans le *hinterland* du pays, éloignaient les visiteurs étrangers, les officiers de marine et les peintres attachés au service des différentes expéditions. Cependant, récemment a commencée la mise au jour de dessins, aquarelles et gravures, inconnus jusqu'à présent, comme ceux de Jean Baptiste Debret, William John Burchell, Thomas Ender, et de l'artiste brésilien Miguel da Assunção Dutra. L'auteur, dans cet article, nous offre un rapport minutieux et des commentaires sur l'oeuvre de ces artistes concernant spécifiquement la ville de São Paulo.

The Crown of Xangô in the Terreiro da Casa Branca
by Maria Bernardete Capinam and Orlando Ribeiro

An article about one of the best-known and traditional Afro-Brazilian cult places in Salvador, Bahia, the Terreiro de Candomblé da Casa Branca, famous for the crown of Xangô it displays. The crown is on the top of a pole in the centre of the terreiro where the rites usually take place. The authors describe the crown, its origins, functions, materials and symbols. They say it is the work of a daughter-in-sainthood and ewbroideress named Julieta de Oxum, who claims to have made the crown by order of Xangô himself.

Iconography of São Paulo. The city of São Paulo prior to Photography
by João Moreira Garcez Filho

The iconography of the city of São Paulo has been considered by a number of scholars to be rather poor, mainly if compared to that of other Brazilian cities such as Rio de Janeiro and Recife. São Paulo's isolated location atop a mountain range, its lack of attractiveness, and the past prohibition to penetrate into the hinterland turned away foreign visitors, naval officers and painters attached to the different expeditions which were responsible for most of the visual representations of coastal cities. Nevertheless, in recent years a number of hitherto unkown drawings, watercolours and engravings, the work of Jean Baptiste Debret William John Burchell, Thomas Ender, and the Brazilian artist Miguel da Assunção Dutra, have been divulged. The Author, in this article, presents a comprehensive view of the works of these artists, with special reference to the city of São Paulo.

(*) Os resumos assinalados por asterisco foram escritos pelos autores; os demais pela redação.

(*) Les résumés a vec un astérisc furent écrits par les auteurs et les autres para la rédaction.

(*) The abstracts marked with an aterisk were written by the authors and the others by the editorial staff.

CARTAS

Prezado Senhor
Por ocasião do II Congresso Brasileiro de História da Arte, ditei o artigo "Notas sobre Debret nos 150 anos do *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*", publicado no nº 20 da *Revista do Patrimônio*, a datilógrafo meu amigo. Na urgência do trabalho, saiu um lapso cuja correção segue: na pág. 186, 1ª coluna, onde se lê "as pranchas do segundo e terceiro volumes", leia-se "pranchas dos três volumes", e onde se lê "nos segundo e terceiro volumes", leia-se "na maioria dos casos"; e na 2ª coluna onde se lê "no caso dos segundos e terceiros volumes", leia-se "nos vários volumes".
Mario Barata,
Rio de Janeiro.

Cher Monsieur
Je vous remercie très vivement de vos intéressants envois et de votre lettre. L'invitation que vous voulez bien m'adresser me flatte, mais vous comprendez qu'à mon âge, je me consacre entièrement aux deux ou trois livres que j'aimerais écrire, et que je me dérobe aux engagements qui pourraient m'en distraire. Je m'en excuse et vous prie d'agréer, cher Monsieur, l'expression de mes sentiments les meilleurs.
Claude Lévi-Strauss
Professeur honoraire—Collège de France
Paris

A publicação do nº 20 da *Revista do Patrimônio* é uma vitória estrondosa; é difícil encontrar uma revista com a apresentação gráfica e a colaboração especial que essa traz; não há um estudo melhor que o outro, todos são melhores, cada um no seu gênero. A *Revista do Patrimônio* apresenta um valor cultural de alto nível.
Plínio Doyle
Rio de Janeiro

Agradecemos, de coração, a oferta do nº 20 da *Revista do Patrimônio*, grande documento de uma grande administração, em que a inteligência e a imaginação dominaram a penúria de recursos.
Ignez e *Abgar Renault*
Rio de Janeiro

Meus muitos parabéns pelo elevado nível do conteúdo e bela forma.
Max Justo Guedes
Rio de Janeiro

Senhor Editor
Tenho o prazer de me dirigir a V. Sa. para solicitar o envio da *Revista do Patrimônio* à Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico do Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação. Ao agradecer a atenção dada ao meu pedido, ressalto a importância e a qualidade do trabalho apresentado, deixando aqui expressos meus protestos de apreço.
Rachel de Carvalho Jardim
Rio de Janeiro

Exmo. Senhor
A Sociedade Arqueológica Lusitana gostaria de passar a receber, com destino ao arquivo que organiza actualmente, a *Revista do Patrimônio*. Neste sentido, tomo a liberdade de solicitar a Vossa Excelência o especial obséquio de ser enviada a esta Corporação um exemplar do último volume publicado, bem assim como a indicação das condições de assinatura regular.
José Antônio Falcão
Santiago do Cacém – Portugal

Senhores
Solicitamos a inclusão da Biblioteca da Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre na lista de entidades que recebem regularmente a *Revista do Patrimônio*, e, se possível, que tal inclusão tivesse efeito retroativo. Informamos que a mesma será divulgada à equipe técnica da Secretaria, composta de aproximadamente 150 técnicos, através do Boletim Informativo da Biblioteca.
Maria Cristina A. Silveira
Porto Alegre

Prezado Senhor
Com o intuito de ampliar o acervo bibliográfico do Museu da República com obras que possam subsidiar suas atividades e enriquecer seu campo de ação, vimos, pelo presente, solicitar a doação de dois exemplares do número 20 e um exemplar dos números 1 a 16 da *Revista do Patrimônio*. O recebimento destes exemplares possibilitaria, além da complementação da coleção existente em nossa Biblioteca, o atendimento à grande procura do público externo e interno em relação a essa revista.
Lilian Barreto
Rio de Janeiro

Prezados Senhores
A Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, interessada em completar a coleção da *Revista do Patrimônio*, vem solicitar a doação dos números posteriores ao 18, de 1978.
Maria Alice Rebello do Nascimento
Universidade Estadual de Campinas – São Paulo

Prezado Senhor
Pelo presente, vimos à sua presença a fim de solicitar para a biblioteca do Instituto de Letras e Artes da Universidade Estadual de Campinas, a doação da *Revista do Patrimônio*. Tivemos a oportunidade de ter em mãos um exemplar desta conceituada revista, que poderá ser de grande utilidade aos professores e pesquisadores deste Instituto.
Suzana Tepedino Gomes
Campinas – São Paulo

Prezados Senhores
Solicitamos a gentileza de nos fornecer, regularmente, a *Revista do Patrimônio*, cujo conteúdo é de interesse de nossos usuários.
Maria Amazilia Ferlini
Faculdade de Arquitetura – Biblioteca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Senhor Editor
O Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Pelotas conta atualmente com uma Unidade de Apoio Pedagógico – Sala de Leitura, que assessora professores e alunos em suas tarefas específicas. Por este motivo, gostaríamos de receber, regularmente, a *Revista do Patrimônio*.
Leni Maria da Silva Franco
Pelotas – Rio Grande do Sul

A Revista do Patrimônio *pode ser adquirida nas principais livrarias do País, nas lojas da FUNARTE e nos órgãos e instituições da Fundação Nacional Pró-Memória. A* Revista do Patrimônio *não é doada a pessoas físicas. Os pedidos de doação de entidades culturais estão sendo examinados pelo Núcleo de Editoração da Pró-Memória, para posterior informação aos interessados.*

A Revista do Patrimônio *pode ser encontrada nos endereços abaixo:*

Bahia
5ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Rua São Francisco, 32
Casa dos Sete Candeeiros
40.000 - Salvador
Tel.: (071) 243.0133

Brasília
8ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
SBN - Ed. Central Brasília
Projeção 14 - Quadra 2 — Bloco F
70.040 — Brasília
Tel.: (061) 226.6400

Ceará
3ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Rua Barão de Studart, 1.045
Aldeota
60.000 — Fortaleza
Tel.: (085) 224.4344 - 224.6117

Maranhão
2ª Diretoria Regional SPHAN
Rua das Barrocas, 125 - Centro
65.000 - São Luís
Tel.: (098) 221.1753

Minas Gerais
7ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Av. Amazonas, 5.855
Gameleira
30.000 - Belo Horizonte
Tel.: (031) 226.8311
MUSEU DA INCONFIDÊNCIA
Praça Tiradentes, 139
30.000 - Ouro Preto
Tel.: (031) 551.1121
MUSEU DO SERRO
Rua da Fundição do Ouro s/nº
Chácara do Museu do Serro
39.150 - Serro
Tel.: (037) 641.1379

Pará
1ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Rua Romualdo de Seixas, 820
Bairro Umarizal
66.000 - Belém
Tel.: (091) 224.1825 - 222.8290

Paraná
FUNARTE — FUNDAÇÃO
NACIONAL DE ARTE
Rua Cruz Machado, 98
80.000 - Curitiba
Tel.: (041) 233.4162

Pernambuco
4ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Rua Benfica, 1.150
50.000 - Recife
Tel.: (081) 228.3011
Rua do Amparo, 28
53.000 - Olinda
Tel.: (081) 429.2892

Rio de Janeiro
6ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Praça XV de Novembro, s/nº
Paço Imperial
20.010 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 252.6613
FUNDAÇÃO NACIONAL
PRÓ-MEMÓRIA
Rua da Imprensa, 16 - 8º andar
20.030 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 220.5090
PALÁCIO DO ITAMARATY
Av. Marechal Floriano, 196
20.080 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 253.8020
MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES
Av. Rio Branco, 199
20.040 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 240.9869
MUSEU DA REPÚBLICA
Rua do Catete, 179
22.220 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 225.7662
MUSEU IMPERIAL
Av. Sete de Setembro, 220
25.600 — Petrópolis
Tel.: (0242) 42.7012
MUSEU RAYMUNDO OTTONI DE
CASTRO MAYA
Rua Murtinho Nobre, 93
20.241 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 224.8981
FUNARTE
Rua México, 101
20.031 - Rio de Janeiro
Tel.: (021) 297.6116

Rio G. do Sul
10ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Av. Independência, 867
90.000 - Porto Alegre
Tel.: (0512) 27.1188

São Paulo
9ª DIRETORIA REGIONAL SPHAN
Rua Baronesa de Itu, 639
01.231 - São Paulo
Tel.: (011) 826.0891
FUNARTE - FUNDAÇÃO
NACIONAL DE ARTE
Alameda Nothman, 1.058
01.216 - São Paulo
Tel.: (011) 826.3936

NESTE NÚMERO:



OLINDA

a permanência dos centros históricos no projeto piloto de Olinda

E mais:

ensaios de Alice Amaral dos Reis, Antônio Luiz Dias de Andrade, Aziz Ab'Sáber, Celina Moreira Franco, Eduardo Batalha Viveiros de Castro, Gilberto Velho, Gilson Antunes, Hélio Jaguaribe, João Moreira Garcez Filho, Jorge Hardoy, José Maria Jardim, José Pedro de Oliveira Costa, Lucia Helena Fontes, Marco Aurélio Garcia, Marcus Vinicius Toledo Ribeiro, Maria Bernardete Capinam, Maria Conceição Beltrão, Maria das Graças Spencer Coelho, Maria Lucia Neves, Mario Perniola, Michel Maffesoli, Orlando Ribeiro, René Armand Dreifuss, Sydney Solis, Tânia Andrade Lima, Vera Bosi e Xavier Maureau.

próMemória